

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA DOS LUGARES

**usos do patrimônio cultural na reinvenção
contemporânea do Recife Antigo**



Rogério Proença de Sousa Leite

Campinas, 2001

17 VMI WMP
L5362
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 45834
PROC. 16-392/01
C ☐ D ☒
PREC@ RB 11.00
DATA 07-02-01
N.° CPD

CM00158302-4

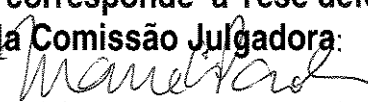
Rogério Proença de Sousa Leite

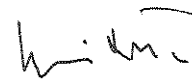
ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA DOS LUGARES

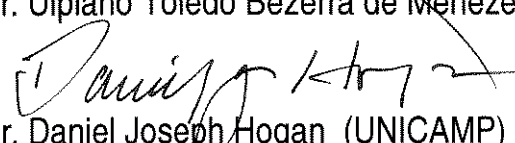
**usos do patrimônio cultural na reinvenção
contemporânea do Recife Antigo**

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto.

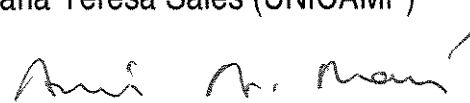
**Este exemplar corresponde à Tese defendida
e aprovada pela Comissão Julgadora:**


Prof. Dra. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli (USP)


Prof. Dr. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (USP)


Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan (UNICAMP)


Prof. Dra. Maria Teresa Sales (UNICAMP)


Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto (UNICAMP/Orientador)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

L 536 e **Leite, Rogerio Proença de Sousa**
 Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio
 cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo / Rogerio
 Proença de Sousa Leite . - - Campinas, SP : [s. n.], 2001

Orientador: Antônio Augusto Arantes Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Espaços públicos. 2. Patrimônio cultural. 3. Política
cultural. 4. Cidades históricas. 5. Planejamento urbano – Recife
(PE). 6. Recife – Aspectos sociais – Séc. XIX-XX. I. Arantes Neto,
Antônio Augusto . II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Esta pesquisa contou com financiamento do PICDT-CAPES, FINEP-PRONEX
e com o apoio do CEMI-UNICAMP .

Para

Os moradores da Favela do Rato,
Os trabalhadores do Cais do Porto,
As putas e travestis da Rio Branco,
Os vagabundos, bêbados e desocupados,
Os cheira-cola da Marquês de Olinda,
Os *homeless* da Praça Artur Oscar,
Os meninos vendedores da Rua do Bom Jesus (com seus
tabuleiros cheios de bombons e sonhos)
Os meninos engraxates,
As crianças da Escola do Pilar,
Os catadores de caranguejo,
As catadoras de latas,
“embolés” do enobrecido Bairro do Recife,
escória nem sempre imunda, nem com “as virilhas cheias de
chato e piolhos na cabeça”: simplesmente gente, pessoas.
Gente que não lamenta a vida, mas faz dela uma esperança.
Vidas da Manguetown,
Mangue, mangue, mangue.

AGRADECIMENTOS

Uma vez que esta tese pretende contribuir para uma leitura política das sociabilidades públicas no Brasil contemporâneo, gostaria de somar ao esforço analítico a postura pessoal de distinguir publicamente o que pertence ou não à esfera privada. Por essa razão, quando esta tese tornar-se pública, os merecidos agradecimentos íntimos e familiares já terão sido feitos. Reservo-me aqui, portanto, a agradecer apenas àqueles que direta ou indiretamente tiveram participação ou influência na tese, ainda que a maioria deles também esteja igualmente incluída nos agradecimentos mais pessoais.

Não apenas para cumprir um ritual, mas para, de fato, tornar público o papel decisivo que teve na construção deste trabalho, agradeço imensamente ao meu orientador, o Prof. Antonio Arantes. A forte interlocução que mantivemos, ao longo de quatro anos ininterruptos de estreita convivência, foi fundamental para a ampliação do meu espectro teórico e do meu amadurecimento no ofício de pesquisador.

Durante todo o tempo em que estive na Unicamp, foram também decisivos os debates com os colegas da Linha de pesquisa “Espaço e Poder”, na qual esta tese foi gestada. Devo a eles, igualmente, parte do amadurecimento das questões aqui tratadas: Silvana Rubino, Marcelo Nahuz, Osmundo Pinho e Simone Frangella, tendo tido esta última, por diversas razões, uma participação mais constante nas discussões sobre o trabalho.

Ao longo do período em que esta tese foi realizada, tive também o privilégio de manter, em diferentes níveis, uma aproximação intelectual com alguns professores que, direta ou indiretamente, ajudaram-me a pensar melhor o tema com qual estava lidando. A estes professores, sou igualmente grato pelas conversas e apoio: Gabriel Cohn, Octavio Ianni, Evelina Dagnino, Teresa Sales, Bela Feldman-Bianco, Maria Célia Paoli e Daniel Hogan. Dois outros professores e colegas, fora do âmbito da UNICAMP-USP, têm me acompanhado e discutido temas que igualmente contribuíram para este trabalho: Ibarê Dantas e Beatriz Góis Dantas, ambos da UFS.

Sou também extremamente grato aos coordenadores, técnicos e funcionários do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, da URB, que sempre dispensaram, nas viagens de campo à cidade do Recife, toda atenção e seriedade ao trabalho de pesquisa por mim realizado. Do mesmo modo, agradeço às pessoas que foram entrevistadas durante a pesquisa, que dispuseram do seu tempo para me atender.

Gostaria de agradecer às estagiárias de pesquisa Cibele Ribeiro, que fez a transcrição das entrevistas e ajudou-me na confecção das tabelas; e à arquiteta Júnia Sana, que elaborou a maior parte dos mapas; assim como a Marina Magalhães, pela paciente revisão dos originais.

Finalmente, agradeço ao Programa PICDT-CAPES pelo apoio à pesquisa; ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe; à Secretaria de Pesquisa da Pós-graduação do IFCH-UNICAMP que financiou parte das pesquisas de campo; e ao Projeto *Identidades: reconfigurações de cultura e política* (FINEP/PRONEX), do qual esta tese foi um sub-projeto da Linha de Pesquisa “Espaço e Poder”, vinculada ao Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP.

RESUMO

Esta tese analisa as transformações do espaço público na experiência urbana contemporânea, através das relações entre as políticas de *gentrification* e as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, tendo como referente empírico o caso do antigo *Bairro do Recife*, em Pernambuco. A hipótese do trabalho se refere à possibilidade dos usos cotidianos e públicos desses espaços de patrimônio contribuírem na qualificação de certos espaços urbanos como *espaços públicos*. O argumento central da tese, portanto, é que os usos e contra-usos dos espaços de *gentrification* – que criam fissuras e demarcações socioespaciais na paisagem urbana –, constituem *lugares* e que estes qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em os tornam centros de disputas práticas e simbólicas pelo reconhecimento político e pela visibilidade pública das diferenças.

ABSTRACT

This dissertation analyses the transformations of the public space in the contemporary urban experience through relations between the politics of gentrification and the practices of preservation of cultural heritage, having as an empirical reference the case of the old *Bairro do Recife* (Recife Quarter), in Pernambuco, Brazil. The hypothesis of the work concerns to the possibility of the everyday and public uses of these heritage spaces contributing to the qualification of certain urban spaces as *public spaces*. The central argument of the dissertation is therefore that the uses and the counter-uses of the gentrification spaces – which create fissures and socio-spatial demarcations in urban landscape – constitute *places*, and that these places qualify urban spaces as public ones, insofar as they make these spaces centers of practical and symbolic disputes for political acknowledgment and for the public visibility of differences.

SUMÁRIO

Introdução	01
1 Lugares da política e consumo dos lugares: nação e patrimônio cultural	21
I. Da construção da nação ao desenvolvimento das cidades: os lugares do patrimônio no Brasil	37
II. <i>Gentrification</i> e consumo dos lugares	53
III. Mercado de relíquias: o tombamento do Bairro do Recife	75
2 Do bairro holandês à Paris pernambucana: paisagens de um Brasil moderno	91
I. Do corpo santo ao porto fálico: gênese urbana e vida cotidiana no Recife Antigo	95
II. Uma paisagem em construção: “bota-abaixo” o velho Brasil	111
III. Síndrome de Haussmann: sociabilidades efêmeras e vida pública	139
3 Consumo <i>mix</i> da tradição: a reinvenção de um lugar	165
I. Contra-enobrecimento: a primeira fase de revitalização do Bairro do Recife	169
II. <i>Image-making</i> : enobrecimento e reinvenção do lugar.....	185
III. Do espaço urbano ao espaço público	211

4	Usos e contra-usos:	
	a construção socioespacial da diferença.....	231
	I. Invariáveis espacialidades (dia)	237
	II. Liminaridades espaço-temporais (entardecer)	273
	III. Fragmentações: mapeando fronteiras (noite)	281
5	Política dos usos:	
	a construção dos lugares no espaço público	325
	I. Lugares: demarcações e qualificação dos espaços urbanos.....	331
	II. Espaço público e lugares: repolitização das cidades-relíquias	349
6	Considerações finais	361
7	Referências Bibliográficas	371
8	Anexo: Mapa do Bairro do Recife	391

•

•

¡Paris avanza, pero, en mi melancolía,
nada cambia!, y las casas y los palacios, como
los viejos barrios, todo se me hace alegoría,
y mis recuerdos son pesados como el plomo.
(...)

Y recuerdo a la negra que muere de desgana
Y, en el fango, esperando que el dolor la consuma,
Otea las palmeras del África lejana
Detrás de la muralla inmensa de la bruma.

Y pienso en todo los que la dicha perdieron
y no la hallarán más ¡nunca más!, y, malditos,
a las ubres de loba del Dolor se cogieron!,
¡y recuerdo a los huérfanos, como flores, marchitos!

La trompa del Recuerdo hace piafar los potros
En la gran selva, donde mi espíritu se aísla,
Y pienso en los que llegan náufragos a una isla,
Y en los vencidos y en los cautivos... y en otros!...

Charles Baudelaire, *Las flores del mal*.

INTRODUÇÃO

Um antigo adágio medieval dizia que os ares da cidade libertam. Seria possível continuar atribuindo este mesmo provérbio às cidades contemporâneas ? Haveria espaço para o cidadão e sua vida pública, principalmente em um tipo específico de cidade que é reinventada como vitrine do consumo da tradição pelo *city marketing* e suas políticas contemporâneas de patrimônio cultural ?

Esta pode ser considerada a pergunta-chave desta tese, bem como o problema central da pesquisa sobre as políticas de patrimônio no *Bairro do Recife Antigo*¹, a partir das quais desenvolvo o argumento sobre o papel dos lugares sociais na construção do espaço público e sua contribuição para a repolitização das cidades-patrimônio.

Sobre o argumento e a hipótese

O problema do qual trata esta tese foi possivelmente colocado pela primeira vez por Walter Benjamin em 1935 quando, ao comentar as reformas urbanas de Paris – feitas por Haussmann no contexto do bonapartismo autoritário pós-1848 –, lembrava que a intenção de adequar a capital francesa às necessidades de circulação que a cidade industrial reclamava foi também uma operação política. O “embelezamento estratégico” de Paris (Benjamin, 1997) pretendia, além de criar uma imagem moderna de cidade, disciplinar os usos do espaço urbano: a abertura de grandes e largas avenidas não só dificultava a construção das barricadas operárias como ajudava a ação da cavalaria de Bonaparte.

¹ O termo Bairro do Recife Antigo, ou simplesmente Bairro do Recife, refere-se ao espaço que se constitui o objeto de investigação desta tese. A expressão Recife Antigo, no entanto, é relativamente nova e é usada para designar uma área mais abrangente que compreende os bairros históricos de Santo Antônio e o próprio Bairro do Recife. Quando me refiro à situação atual do Bairro do Recife, optei por utilizar a forma não adjetivada para acentuar que este bairro é apenas parte do complexo chamado de Recife Antigo, ainda que possa ser o espaço mais importante e em maior evidência, em razão de ser o núcleo primitivo original da Cidade do Recife.

Mais de cem anos depois, as práticas de intervenção urbana continuam a “embelezar” estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de *gentrification*² do patrimônio cultural. No entanto, ao contrário, de evitar barricadas, essas políticas erguem suas próprias fronteiras – ao mesmo tempo em que removem outras – quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. As *novas barricadas urbanas* reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana *pública* dos moradores e freqüentadores dessas áreas.

A adjetivação “pública” para a noção de vida cotidiana, utilizada ao longo dessa tese, tem como objetivo distinguir um tipo de processo que não se confunde com os usos e costumes banais da existência urbana, nem do cotidiano privado, do qual igualmente se diferencia. José de Souza Martins (2000) já sublinhou os limites de uma aproximação conceitual feita por uma historiografia que torna o cotidiano correlato à vida privada. Nesse caso, gostaria de destacar que a noção de “cotidiano público”, repetidamente aqui utilizada, também não tem nenhuma pretensão metodológica se retomar uma abordagem fenomenológica do cotidiano, que realça sobremaneira os processos de conhecimento e percepção racionalizados: a noção de cotidiano adotada aqui, ao contrário, refere-se a processos interativos, representativos e simbólicos relacionados à experiência vividas que constróem sociabilidades de rua, enquanto espaço de uma vida pública. Nesse sentido, a “rua que interessa”, para usar uma expressão de Magnani (1993), não é o espaço urbano em si, mas

² A tradução desse neologismo, derivado do inglês *gentry*, é ainda controverso no Brasil. Silvana Rubino e Pedro Maia Soares, tradutores de Sharon Zukin no Brasil da coletânea *O Espaço da Diferença* (Campinas, Papirus, 2000), organizada por Antonio Arantes, adotam a expressão “enobrecimento” para o termo *gentrification*. De outro modo, a tradução brasileira para o livro de David Harvey, *The Condition of Postmodernith* (*Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Loyola, 1992), optou por utilizar o neologismo “gentrificação” para o correspondente em inglês. No entanto, o tradutor Julio Assis Simões manteve o termo original em inglês na sua versão para o livro do Mike Featherstone, *Consomer Culture & postmodernism* (*Cultura de consumo e pós-modenismo*, São Paulo, Studio Nobel, 1995). Apesar de estar de acordo que o melhor termo em português ainda seja “enobrecimento”, optei por manter o termo original na língua inglesa por se tratar de uma expressão nova, cuja problema de tradução ainda não está solucionado. Além disso, o termo “enobrecimento”, embora pareça ser o mais adequado, retém ainda uma imprecisão: ao referir-se ao “nobre” como classe ou categoria dos sujeitos de um processo que em geral, e particularmente no Brasil, relaciona-se mais a uma estratificação social por renda do que por um sistema de status.

espaço social da rua, cujos significados construídos pelas ações cotidianas o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica inteligível.

Um certo tipo de intervenção urbana nesses espaços da vida cotidiana pública tem se proliferado no Brasil nas últimas duas décadas em muitas das suas cidades históricas, desenvolvendo políticas de *gentrification*, cujo resultado mais visível é a alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. O termo *gentrification*, que será discutido mais detalhadamente no primeiro capítulo, é aqui utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais. Esse processo, estudado por autores como Harvey (1992), Featherstone (1995), Smith (1996) e Zukin (1996), tem resultado muitas vezes em uma *re-localização* estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o *espaço público* tornam o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e pelos seus visitantes. Antigas áreas “marginais” das grandes cidades vão se transmutando em complexos centros de lazer, com sofisticados bares, restaurantes e galerias de arte. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública. Sobretudo para a crítica pós-moderna (Harvey, 1992), essa noção de fragmentação urbana tem sintetizado este caráter espacializado das relações sociais na experiência urbana contemporânea.

Os marcos visíveis dessa fragmentação se inscrevem na cidade de modo plural, revelando um complexo e multifacetado espectro. É possível perceber esse caráter fragmentário em diferentes campos da vida cotidiana pública: na construção de territorialidades que se conflituam em praças e ruas e demarcam fluídas fronteiras identitárias, cuja disputa pelo espaço urbano faz da cidade uma “guerra dos lugares” (Arantes, 1997); na clivagem dos espaços habitacionais, de lazer e trabalho, onde sofisticados “enclaves fortificados” se erguem como fortalezas à parte da cidade, cuja lógica urbanística se rende ao sofisticado aparato da segurança particular e da vigilância eletrônica de seus espaços privatizados (Davis, 1993, Caldeira, 1997); ou ainda nas intervenções urbanas das áreas

centrais de cidades históricas que muitas vezes segmentam política e economicamente ruas e bairros, através dos processos de *gentrification* que tem transformado em mercadoria o patrimônio cultural (Zukin, 1996; Smith, 1996).

As experiências recentes que exemplificam essa tendência são muito diversas e possuem evidentemente suas próprias singularidades. Diferentes localidades integram esta perspectiva orientada pelo (e para) o mercado, combinando intervenção no patrimônio, requalificação dos usos da cidade e melhorias na infra-estrutura urbana³. Essas políticas urbanas têm dividido opiniões e recolocado o debate sobre o patrimônio cultural em torno de temas caros às ciências sociais, tais como identidade, cidadania, memória e democracia cultural. São estes alguns dos conceitos que perpassam o debate sobre as cidades históricas, divididas entre a suposta autenticidade da tradição e a espetacularização de suas fachadas para consumo visual.

Entretanto, o argumento fundamental que justifica as atuais políticas culturais de *gentrification* continua se baseando no conceito de tradição, embora pressuponha uma retomada da idéia de patrimônio cultural acrescida de uma concepção mercadológica que o trata como mercadoria cultural. Ambas as formas de intervenção, seja a que se apoia na discutível idéia de uma memória nacional (ou local), seja a que se orienta pela não menos discutível lógica do consumo, são formas igualmente *seletivas* de intervenção e apropriação simbólica, construídas a partir de determinadas concepções sociais: uma supõe eficaz uma memória compartilhada para ações convergentes no interior de uma nação (ou de uma localidade que a represente), a outra canaliza o valor potencial de ações de consumo no interior do mercado cultural. Creio que, nesta direção, se quisermos analisar certas dimensões culturais da política, devemos abandonar qualquer pressuposto de que a política de patrimônio

³ Em que pesem as particularidades de cada caso, diferentes referenciais empíricos se entrecruzam no interior de um mesmo debate, combinando práticas de *gentrification* e requalificação urbana em áreas consideradas centrais para as cidades: a reconstrução da região das docas e a disseminação dos *pubs*, em Londres (Giddens, 1997; Featherstone, 1997); a “Disneyficação” do Times Square e do Harlem, em Nova York (Zukin, 1999); a construção de uma singularidade no espaço da Avenida Paulista e sua reafirmação como paisagem de poder, em São Paulo (Oliveira, 1998; Frúgoli, 2000); a conservação inovadora do elemento tradicional na cidade de Évora, em Portugal (Fortuna, 1997, Peixoto, 1997); a “revitalização” do Pelourinho, transformada em mercadoria turística de Salvador, na Bahia (Pinho, 1997); a reterritorialização de Tijuana, no México (Canclini, 1997); a moderna retraditionalização de San telmo, em Buenos Aires (Lacarrieu, s/d), além de outros casos como a “revitalização” do centro de São Luís, no Maranhão; da Estação das Docas em Belém, no Pará; a “revitalização” do La Boca e do Puerto Madero, em Buenos Aires e, finalmente, do amplo projeto de “revitalização” em curso no Bairro do Recife, em Pernambuco.

deva, objetiva e seja capaz de recuperar a autenticidade de uma tradição. Como apropriadamente ressalta Canclini,

“Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas” (Canclini, 1997:202).

As experiências de intervenção voltadas à lógica da memória nacional sempre estiveram ancoradas em políticas culturais centralizadas pelo Estado e se apoiaram numa concepção do patrimônio como *lugar político* (para a construção da idéia de nação), articulando uma concepção de espaço público e de cidadania baseada na noção de nacionalidade. Os projetos contemporâneos de *gentrification*, ainda que mantenham parcialmente a mesma justificativa em relação à centralidade do patrimônio para a tradição “nacional”, partem de uma concepção de mercado que implica numa gestão mista entre Estado e iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, cuja lógica altera o sentido político do lugar ao tomar o cidadão como *consumidor*. Embora em ambos os casos a tradição seja igualmente reinterpretada a partir de certos realces e valorações, o tipo de sociabilidade pública que neles pode se desenvolver sugere diferentes concepções em torno da noção de espaço público.

Esta dimensão de consumo que se adere à concepção de cidadania tem uma dupla e contraditória inserção. A princípio, se pensarmos apenas na perspectiva puramente econômica do consumo, um *cidadão consumidor* seria identificado pelos indicadores de renda e poder aquisitivo. Em outras palavras, pelas possibilidades reais de adquirir produtos e participar de modo ativo no mercado de produtos e serviços. Obviamente um critério assim seria profundamente segregador, uma anti-cidadania, principalmente se consideramos a realidade socioeconômica dos países pobres. No entanto, embora esta dimensão de troca esteja pressuposta, ela não esgota a racionalidade econômica que o consumo representa como parte dos mecanismos de reprodução social. Ao contrário, uma cultura de consumo, como destaca Featherstone (1995), refere-se a uma lógica mais ampla de estruturação da sociedade, baseada no princípio da troca. Uma cultura de consumo não se esgota, portanto, no ato em si das trocas, mas toma este princípio como ponto de partida para organizar e modelar relações sociais. Quando Canclini afirma, lembrando Lévi-Strauss, que “o consumo serve para pensar” (Canclini, 1995: 51), ele busca apreender esta dimensão política e cultural mais abrangente

das práticas de consumo, que entende “(...) o mercado não como simples lugar de troca de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais mais complexas (Canclini, 1995: 66).

As práticas de *gentrification* articulam essa dimensão do consumo à tradição e ao patrimônio quando revalorizam localidades, em pelo menos dois eixos fundamentais: (1) por destacarem os centros históricos como lugares de convergência da população para um suposto passado e identidades comuns, expressão de uma memória da nação, da tradição e da cidadania; e (2) por tratarem a intervenção como uma forma de recuperar um espaço urbano enquanto “espaço público” de lazer, entretenimento e consumo da população.

Entretanto, a reativação do sentido público desses espaços urbanos está condicionada às práticas de consumo, que muitas vezes transforma esses centros históricos em “enclaves” (Caldeira, 1997) para o lazer, turismo e consumo cultural de uma nova classe média (Featherstone, 1995). Talvez, essa alterada reativação do espaço público pelas práticas de consumo esteja apenas contribuindo para o processo contemporâneo de esvaziamento e morte do espaço público (Sennett, 1998; Davis, 1993).

A questão a ser investigada se refere à possível restrição que a transformação do patrimônio em mercadoria cultural impõe às características políticas do espaço público, em decorrência das relações de mercado e dos limites à acessibilidade ao consumo. Em princípio, os processos de *gentrification* podem potencializar formas de interação, a partir dos usos diversificados que se expandem com a própria dinâmica das interações que se intensificam nesses espaços “revitalizados”. Mas, por outro lado, podem estar gerando, como ressalta Carlos Fortuna (1999), apenas formas de sociabilidades efêmeras, circunscritas, em tempo real, ao ato de consumo:

“Neste caso, os monumentos não podem senão proporcionar processos de identificação circunstancial e efêmera entre os indivíduos, pois que as relações sociais que se estabelecem por seu intermédio perduram apenas enquanto se puder continuar a consumir o ‘objeto’” (Fortuna, 1999: 39).

Pretendo argumentar, no entanto, que as políticas culturais e práticas sociais que segregam esses espaços para o consumo não contribuem necessariamente para um esvaziamento do sentido público desses espaços urbanos, da mesma forma que não impedem

que novas formas cotidianas de apropriação políticas dos *lugares*, marcadas pela publicização e politização das diferenças, qualifiquem esses espaços da cidade como *espaços públicos*.

Entendo aqui o espaço público como uma categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados e estruturam *lugares*, cujos usos das demarcações físicas e simbólicas no espaço os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. Enquanto espaço de poder, o espaço público não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam a sua construção social. Nesse sentido, gostaria de fazer desde já a necessária ressalva de que a *diferença* à qual me refiro não implica na necessária disjuntiva entre igualdade e diferença, que confunde a *diferença de natureza cultural* como *diferença natural de cultura* (Pierucci, 1999). Quando me refiro ao espaço público como resultante de sentidos construídos por lugares – que refletem *diferentes e desiguais* representações, relações sociais e modalidades de interação – estou reconhecendo que o “igual” direito de manifestação das diferenças está circunscrito a contextos sócio-espaciais também marcados por desigualdades e assimetrias advindas das relações de poder. Com esse predicativo, não pretende esta tese ser um argumento genérico a favor do relativismo, que reafirmaria simplesmente o direito irrestrito “*da diferença enquanto diferença*”, cujo resultado não raramente se converte na afirmação de particularismos segregacionistas (Laclau, 1993). Mas também não é uma defesa do anti-relativismo, que de modo sutil pretende, às vezes, impedir que se reconheça julgamentos de valor em nome de uma discutível natureza humana universal (Goldman, 1999). Creio que o paradoxo do relativismo deve ser objeto de um duplo esforço, político e metodológico. Para ser consistente do ponto de vista metodológico, o relativismo não necessita suprimir sua dimensão política e legitimar *diferenças* que pretendem subsumir autoritariamente outras *diferenças*. Ao contrário, deve assumir politicamente que, para assegurar a defesa metodológica da diversidade, precisa se opor a qualquer particularismo que tenha pretensão hegemônica de generalidade e que ponha em risco a existência de outras diferenças. Embora essa combinação, entre aceitar a pluralidade e estabelecer limites, pareça superar o programa do relativismo, ele continua sendo um instrumento de valor na defesa da cultura democrática.

Creio que, nesse caso, a melhor forma do relativismo superar o seu próprio paradoxo seja assimilar politicamente as diferenças como *singularidades*, como sugere Goldman, 1999, removendo o falso dilema de ter que optar, de modo estanque, entre o universal e o particular:

“Em lugar de escolher entre o particular e o universal, tratar-se-ia de determinar singularidades, entendidas como combinatórias locais (o que não significa diferença absoluta e irreduzível) de linhas de força difusas (o que não significa universalidade absoluta)” (Goldman, 1999: 49).

Os lugares de um espaço público, enquanto demarcações socioespaciais da diferença, não são tomados aqui como meras afirmações de particularismos, mas exatamente como *singularidades* que demarcam contextos de ação e espaços simbolicamente convergentes. Enquanto espaço que resulta *também* dos sentidos construídos por desiguais modalidades de interação, o espaço público, e em especial os das áreas de *gentrification*, comportaria uma característica necessariamente contrastiva, mas não disjuntiva, porque seriam esses espaços de *gentrification* mediados e construídos pelas diferentes disputas pela igualdade, em cujo âmbito se estruturam os lugares políticos.

Minha hipótese, portanto, é que a política dos usos cotidianos e públicos do espaço e do patrimônio resultante dos processos de *gentrification* – que demarcam diferenças e criam transgressões na paisagem urbana ao subverter usos esperados – constituem *lugares* que configuram e qualificam os espaços urbanos como *espaços públicos*, na medida em que os tornam locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de *pertencer*, enfim: ter identidade e lugar.

O conjunto de sentidos construídos por relações sociais *diferentes e desiguais* e suas assimétricas modalidades de interação pode, assim, constituir-se em lugares políticos na medida em que a sua espacializada e conflitante formação precipita e expressa as relações de poder, tensões e disputas que caracterizam a vida social, qualificando e diferenciando certos espaços da vida urbana cotidiana como *espaços públicos*.

Sobre o referente empírico adotado e a metodologia utilizada

Weber já afirmava, no início do século XX, que a escolha dos temas e objetos de análise nas Ciências Sociais nunca era totalmente desprovida de neutralidade. O instrumental analítico, sim, deveria ser utilizado com a máxima imparcialidade possível. Adoto abertamente a lição do sociólogo para reconhecer que a escolha do Bairro do Recife se deu, em parte, pelas suas peculiaridades que pareciam caracterizar o melhor referente empírico para testar a hipótese proposta. No entanto, de pronto reconheço que a formulação inicial da hipótese foi modificada (para melhor, creio), na medida em que avançava o duplo processo cognitivo ao qual se refere Roberto Cardoso de Oliveira (2000) para designar a convergência da investigação empírica (*being there*) com a textualização “refratária” dos dados (*being here*). Obviamente, assim como nunca é possível antever as conclusões de uma pesquisa, é impossível saber em que medida uma hipótese será minimamente confirmada. Mas a escolha do Bairro já indicava haver terreno fértil para a problemática levantada, e nisso reside a anti-neutralidade (ou *refração* conceitual de uma realidade) das escolhas dessa pesquisa. Como a formulação básica da hipótese não foi estruturada no campo (ainda que nele tenha se modificado), mas antecedeu ao processo de investigação, reconheço abertamente que as possibilidades de generalização das conclusões às quais cheguei ficam ainda a depender de outros desdobramentos de pesquisas, que possam comparativamente refutar ou reafirmar o que pude apreender e afirmar a partir da experiência do Bairro do Recife. Essa ressalva, embora óbvia, parece ainda necessária e oportuna para que se reconheça certas debilidades conclusivas de estudos que tomam, como ressalta Williams, “(...) excessiva liberdade na passagem de conceitos locais e específicos para conceitos gerais” (Williams, 1992: 34).

No entanto, em que pesem os limites naturais de um estudo de caso, creio que o que está dito sobre o Bairro do Recife não se aplica possivelmente apenas a ele, e disso resulta, talvez, a validade explicativa mais geral desta tese. Em nenhum momento se pretendeu aqui generalizar o que poderia ser apenas um exemplo ilustrativo, mas as características desse Bairro e do seu recente processo de *gentrification* retêm certos aspectos que podem ser

considerados, para usar uma expressão weberiana, ideais-típicos: as características do Bairro do Recife condensam de modo modelar diferentes experiências históricas de intervenção urbana e preservação do patrimônio histórico no Brasil.

Situado no litoral da capital pernambucana, no nordeste brasileiro, o Bairro do Recife é uma pequena ilha portuária. Marco Zero da cidade, o Bairro era, no século XVI, uma restinga da cidade de Olinda, em cujo istmo se fixaram os primeiros habitantes portugueses. A pequena “lingueta” de terra foi o núcleo primitivo da Cidade do Recife, cujos arrecifes naturais – que lhe deram o nome – formavam um seguro ancoradouro para as embarcações comerciais. Nascendo às margens de Olinda, então sede da capitania de Pernambuco, o *Povoado dos Arrecifes* cresceu como um porto de comércio. Assim permaneceu, circunscrito à estreita e insalubre faixa de terra, até a vinda dos holandeses que mudaram substancialmente a paisagem urbana e ambiental dos *Arrecifes*, com a implantação do primeiro plano urbanístico do Recife, que originaria a *Cidade Maurícia* (*MauritsStadt*).

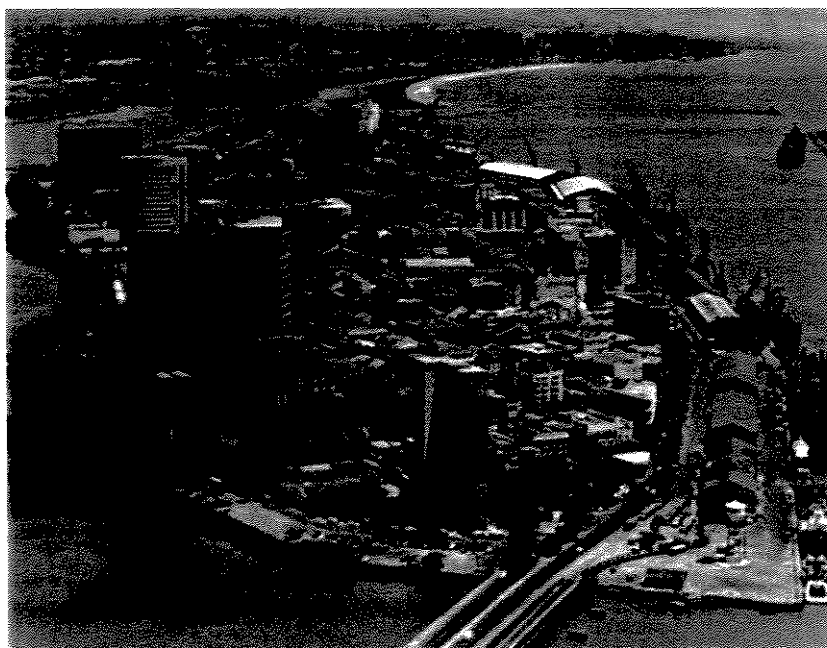


LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DO RECIFE 1:20.000

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS:
MAPA DO BRASIL NA AMÉRICA LATINA/IBGE
CARTA DA NUCLEAÇÃO - CENTRO DA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE/FIDEM



Hoje, o traçado urbano não é mais o das ruas estreitas e curvas do antigo *Povoado dos Arrecifes*, nos quais apinhavam-se os sobrados-cortiços. A paisagem que se vê não é holandesa, mas afrancesada. Mais precisamente a paisagem urbana francesa da *Belle-époque*, com duas longas e largas avenidas que rasgam o Bairro do mar ao rio. No lugar dos sobrados-magros, foram erguidos prédios monumentais no difuso estilo eclético, modelo da arquitetura liberal francesa do final do século XIX



Bairro do Recife/Foto de Aurelina Moura, Arquivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife/ URB/Prefeitura da Cidade do Recife.

(Benevolo, 1989). Depois da ocupação holandesa, foi a reforma de 1910, baseada na Paris de Haussmann, a mais complexa intervenção urbanística realizada no Bairro do Recife, cujos resultados desenharam sua atual fisionomia urbana (Lubambo, 1991).

A Reforma de 1910 seguiu a tendência que se proliferou em todo o país, em busca de uma imagem moderna de cidade, através das grandes reformas urbanas. Com a reforma, quase todo o bairro foi demolido, arrasando o que ainda restava de exemplares da arquitetura

colonial – inclusive holandesa, para sua reconstrução seguindo o padrão haussmanniano das avenidas largas e retas. Foi exatamente esse conjunto eclético que justificou o tombamento⁴ do Bairro, em 1998, quando foi considerado patrimônio nacional por ser o “único remanescente íntegro completo no Brasil do pensamento urbano e arquitetônico da ‘belle époque’ no Brasil”⁵.

É possível dizer, sem cair em exageros, que o tombamento do Bairro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁶ – representa uma etapa do ciclo de intervenções iniciado com Maurício de Nassau no século XVII. Costuma-se dizer, no Recife, que o Bairro é um dos poucos lugares onde é possível contar, de forma concisa, a história da arquitetura e do urbanismo brasileiro. A afirmação baseia-se no fato de apresentar o Bairro uma justaposição de estilos e traçados que permitiria perceber desde aspectos do Brasil colônia até exemplares da arquitetura moderna. Em que pese a estranha maneira de atribuir essa importância didática a um bairro que teria essa vantagem exatamente pela descaracterização pela qual passou em quase cinco séculos, é verdade que o Bairro condensa em sua história certos aspectos que permitem apreender não apenas diferentes estilos como também distintas experiências de intervenção urbana e de políticas de preservação do patrimônio edificado. Por essa razão, o Bairro do Recife pode ser tomado como um estudo de caso de caráter indutivamente forte, exatamente por ser *improvável* (embora não *impossível*) que se fale de alguma experiência no Brasil sem que se possa estabelecer com ele pelo menos uma aproximação comparativa. Com isso não quero dizer que o Bairro do Recife seja o único estudo de caso indutivamente forte, mas que ele é um dos casos brasileiros que retém, pelas características enumeradas abaixo, a validade metodológica de ser tomado como campo representativo para a apreensão de aspectos mais gerais.

1º. O Bairro é o núcleo original de uma cidade brasileira, situada na Capitania que dominou a cena política e econômica do país durante três séculos de história, a Capitania de Pernambuco.

⁴ Ministério da Cultura. Portaria No. 263 de 23 de julho de 1998 do Ministro Francisco Weffort, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 1998.

⁵ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

⁶ Órgão executivo do Estado brasileiro, ligado ao Ministério da Cultura, responsável pelas políticas de tombamento e conservação do patrimônio cultural no país.

Foi um bairro colonial e um dos primeiros no Brasil a ter um plano urbanístico, justamente com as pretensões expansionistas de Maurício de Nassau.

2°. Tendo sido uma das áreas portuárias mais importantes no Brasil colônia e estando situada na cidade que foi palco de acontecimentos políticos na história dos movimentos libertários no Brasil, o Bairro foi alvo das grandes reformas políticas e urbanísticas do período pós-republicano. A exemplo do Rio de Janeiro, então capital da República, o Bairro do Recife passa pela sua fase de *protogentrification*, tendo sido praticamente todo demolido para sua reconstrução, seguindo o padrão da reforma de Paris feita por Haussmann.

3°. Com o aprofundamento do declínio da economia açucareira nas primeiras décadas do século XX, o velho Bairro – local onde se concentrava o capital financeiro e comercial das usinas pernambucas – entra em franca deterioração. No pós-guerra, pouco restava, em sua infra-estrutura e mobiliário urbano, da opulência da imagem moderna que se pretendeu criar com a reforma do porto.

4°. A partir dos anos 70, com a descentralização das políticas oficiais de patrimônio, o Recife foi a primeira cidade a ter sua legislação municipal de preservação criada no âmbito das políticas de planejamento urbano, fiel às propostas da época que pretendiam associar desenvolvimento urbano e patrimônio. Data desse período a criação de medidas legais de proteção ao Bairro do Recife.

5°. O Bairro, ao contrário de outras experiências brasileiras, veio a conhecer diferentes propostas de “revitalização”: desde a que se associava a políticas urbanas de desenvolvimento regional até a atual proposta de *gentrification*, permitindo contrastar entre si essas diferentes políticas de preservação.

6°. No que se refere à última intervenção realizada, a experiência do Pólo Bom Jesus, no Bairro do Recife, foi considerada precursora do *Programa Monumenta/BID* do Ministério da Cultura, e apontada pela Fundação Roberto Marinho como a experiência mais bem sucedida do *Projeto Cores da Cidade*.

7°. Ao contrário de outras experiências, como a chamada *Operação Pelourinho*, na Bahia, o Bairro do Recife condensa de maneira mais apropriada uma das principais características das

políticas de *gentrification*: não foi uma intervenção financiada exclusivamente pelo poder público, como no Pelourinho, antes resultou de uma complexa parceria envolvendo os setores estatais e a iniciativa privada.

8°. Dada a realidade política da capital pernambucana, o Bairro do Recife não foi o resultado do projeto de um único grupo político, como no caso baiano, mas também representou diferentes momentos das alianças eleitorais feitas na capital. Talvez nenhuma outra cidade no Brasil lamente tanto a perda de sua hegemonia política e econômica (no contexto regional) como Recife e, em razão disso, talvez nenhuma outra experiência tenha carregado tanta tinta na afirmação da necessidade de recuperar essa “liderança” (a Bahia julga nunca ter perdido e o Ceará, que entrou nesta disputa, sabe que nunca teve esta posição hegemônica, assim como outros estados nordestinos).

9°. Ao contrário de ser um conjunto barroco-colonial – estilo que por muito tempo representou o mais importante marco simbólico para as práticas de tombamento pelo IPHAN –, o Bairro é um único sítio eclético no Brasil tombado – durante a implantação do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* – para atender as exigências do megafinanciamento do BID, subvertendo uma histórica tradição de preservação nas políticas nacionais de preservação do patrimônio.

10°. Finalmente, o Bairro do Recife também se situa em um contexto de forte afirmação da cultura local. Em Pernambucano, a difícil relação, que discutiremos mais adiante, entre *tradição e modernidade* está posta de modo marcante e ambíguo.

Essas características possivelmente tornam o Bairro do Recife um caso que combina sua evidente singularidade com aspectos mais gerais, presentes em outras localidades e experiências, e que lhe são comuns. As possibilidades de cruzamento dessas diferentes características ao longo do desenvolvimento da análise aqui apresentada permitiram apreender certas variáveis importantes para o argumento desse estudo: como um local é construído como uma centralidade, perde essa posição e busca retomá-la utilizando as práticas de *gentrification*; como um mesmo local responde a diferentes propostas de intervenção urbana; como a tradição é *re-localizada* para legitimar e reafirmar uma centralidade no Brasil-nação;

como se articulam diferentes grupos políticos em torno de um mesmo projeto para criar uma imagem moderna de cidade; como os antigos moradores do Bairro tornam-se atores e deixam de sê-lo de acordo com os objetivos das práticas de preservação do patrimônio; como certos locais de uma vida cotidiana são transformados em espaços de espetáculo; como os sistemas de controle e vigilância são desenvolvidos para assegurar as práticas de consumo nas áreas centrais das cidades; como o patrimônio torna-se relíquia, podendo ser apropriado como mercadoria cultural; como se articulam Estado e iniciativa privada para viabilizar as políticas de *gentrification*; como essas experiências urbanas incidem nas políticas de tombamento e preservação do patrimônio no Brasil. Por fim, como essas propostas contribuem para a demarcação socioespacial da diferença, a partir da qual os usos e contra-usos desses espaços se estruturam reflexivamente e são construídos os *lugares* no espaço público.

A processualidade das práticas de *gentrification*, observada no Bairro do Recife, permitiu apreender as tensões que se estruturaram na disputa e apropriação dos lugares, sob os impactos que as intervenções urbanas tiveram na construção dos usos cotidianos do espaço público. A observação dessas disputas, possivelmente atenuadas caso a “revitalização” já estivesse concluída, possibilitou enfatizar um aspecto central da metodologia aqui utilizada, que privilegia mais a noção de *usos*, do que do patrimônio em si, enquanto produto de uma determinada intervenção (Canclini, 1997; De Certeau, 1998; Arantes, 2000). Esta perspectiva, que não se confunde com avaliação de desempenho das políticas de *gentrification*, e entende ser o patrimônio resultante de escolhas e processos políticos, implica abertamente em compreender “(...) os processos sociais constitutivos das práticas de preservação, mais do que os atributos das coisas preservadas (...)” (Arantes, 1997).

Para discorrer sobre o caso brasileiro do Bairro do Recife, desenvolvo inicialmente uma correlação entre *patrimônio* e *lugar*, a partir da idéia de *nação*, construída pelas políticas oficiais e práticas de preservação no Brasil. Neste, que é o primeiro capítulo desta tese, busco demonstrar como esta idéia de *nação* transita de uma formulação abrangente de Brasil para uma concepção mais localizada da tradição, voltada à adequação do patrimônio às demandas do mercado do processo de *gentrification*. Desse processo resultam mudanças sobre o valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio como lugar

simbólico da nação para uma concepção mais fluída que implica em práticas voltadas ao consumo dos lugares. O capítulo se encerra com uma análise do último sítio tombado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico e Nacional – IPHAN – no século XX, o eclético Bairro do Recife, reconhecido como patrimônio nacional depois de iniciado seu processo de *gentrification*, visivelmente voltado para segmentos e práticas do mercado.

Para situar historicamente a origem de certos sentidos e imagens que são resignificados pela recente fase de *gentrification* do Bairro do Recife, apresento, no capítulo 2, um breve percurso histórico sobre a gênese urbana do *Povoado dos Arrecifes* e a formação do eclético Bairro do Recife. O antigo bairro holandês, transformado em um exemplar da Paris de Haussmann no contexto pós-republicano representa uma etapa da construção da paisagem de um Brasil moderno. O embelezamento estratégico e funcional das grandes e largas avenidas na capital pernambucana favoreceu a redefinição dos usos públicos do espaço urbano – voltados às atividades comerciais e exportadoras do porto – e resultou igualmente na reapropriação dos lugares da vida cotidiana no Bairro do Recife. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre as sociabilidades públicas que se formaram no Bairro pós-reforma, ocasião em que discuto certas características da vida pública brasileira.

O capítulo 3 é dedicado à apresentação e análise das intervenções urbanas que resultaram no processo de *gentrification* do Bairro do Recife, destacando suas diferentes fases: a que se inicia nos anos 80 como “reurbanização” (voltada para recuperar a função social do patrimônio cultural) e a que ocorre nos anos 90 como “revitalização” (voltada aos princípios da requalificação dos usos para as demandas do mercado). Tento elucidar, destacando aspectos práticos e conceituais, como ocorre a reapropriação do patrimônio do Bairro, para entender como as políticas de *gentrification* reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades. Na parte final desse capítulo, e a partir da análise sobre o processo de *gentrification*, proponho uma discussão sobre a noção de espaço público, e suas interfaces com os termos espaço urbano e esfera pública, objetivando sugerir algumas distinções conceituais que podem ser necessárias para qualificar certos espaços da cidade como espaços públicos ou, dito de outras forma, para entender o sentido público dos espaços urbanos contemporâneos.

Compreendidos os aspectos operacionais das intervenções urbanas, no Capítulo 4 analiso etnograficamente como se dá a construção socioespacial das diferenças no Bairro do Recife, mediante os usos e contra-usos que se constituem contra-narrativas às concepções oficiais de patrimônio e asseguram o caráter eminentemente político do espaço público. A narrativa etnográfica, predominantemente orientada pela argumentação central da tese, não objetivou apreender o Bairro como uma totalidade, como seria nos modelos clássicos de etnografias, com descrições densas e detalhadas. Ao contrário, a partir de um assimétrico itinerário, cujo percurso se desdobrou em desiguais tempos e entrecruzadas espacialidades, redirecionei meu olhar para apreender exatamente os aspectos centrais das diferentes práticas de construção dos espaços sociais, territórios e fronteiras no Bairro do Recife “revitalizado”.

No quinto e último capítulo, desdobro finalmente a análise para entender como esses diferentes espaços de usos, e suas demarcações simbólicas, incidem e contribuem para a construção social dos lugares no espaço público, criando as condições públicas para a repolitização de um local enobrecido. Esta questão, vale destacar, constitui o pano de fundo teórico da problemática empírica desta tese. A hipótese inicial de pesquisa poderia ser agora recolocada, nos termos da problemática do Bairro do Recife, na forma da seguinte indagação: de que modo os usos e contra-usos cotidianos e públicos do enobrecido Bairro do Recife – que criam fissuras e demarcações socioespaciais em sua paisagem urbana – constituem *lugares*, e como esses *lugares* podem, por sua vez, qualificar o espaço urbano do Bairro como espaço público ?

Ainda neste quinto e último capítulo, retomo dois níveis interpretativos para demonstrar as relações entre lugares e espaço público. Estes dois níveis se referem a duas questões: (1) como as demarcações socioespaciais podem configurar *lugares* e (2) como os *lugares*, ao invés de comprometer as possibilidades de uma vida pública compartilhada, criam condições para uma reconfiguração do espaço público na experiência urbana contemporânea. Para discorrer sobre esse duplo processo, retomo inicialmente a distribuição espacial das fronteiras do enobrecido Bairro do Recife para propor uma tipologia dos *lugares*, a partir dos seus usos.

Em seguida, correlaciono lugares e espaço público para sugerir, a partir das observações empíricas e dos marcos teóricos adotados, que a forma eminentemente pública dos *lugares* contribui para repolitizar paisagens urbanas que resultam de processos de *gentrification*.

O trabalho de campo que resultou nesta tese foi realizado de modo intermitente ao longo de três anos, entre fevereiro de 1998 e janeiro de 2001. Como interessava, sobretudo, apreender o processo constitutivo dos lugares no Bairro, e não o resultado de uma determinada intervenção urbana, esta opção de campo longitudinal e intercalado possibilitou acompanhar os avanços, recuos e oscilações das transformações urbanas ocorridas, assim como as diferentes reações locais às mudanças na paisagem do Bairro. Durante este período, foram realizadas viagens de campo em épocas distintas durante cada ano, para que se pudesse acompanhar, inclusive, alterações que os ciclos de baixa e alta estação normalmente provocam nos fluxos de pessoas e atividades, diminuindo ou intensificando as festividades locais. Em cada viagem, eram observados os aspectos que se mantinham relativamente estáveis, bem como as novas variáveis que surgiam: assim foi possível ir construindo e delimitando o objeto de investigação a partir das reações com as quais os diferentes usuários respondiam à mudança do espaço.

O registro iconográfico dessas transformações urbanas foi realizado igualmente ao longo do período, fato que permitiu a formação de um banco de imagens que correspondesse aos aspectos centrais dessas alterações. No entanto, o uso das imagens, nesta tese, não se limitou à perspectiva ilustrativa, no sentido de tornar visível uma realidade sensível e imagética. O uso das imagens, como documentação fotográfica e construção simbólica, tentou aqui estabelecer uma conexão para além do mero registro de algo que pode ser dito por um texto: buscou estabelecer uma relação com a própria construção analítica, como parte integrante de uma interpretação também preocupada com os aspectos da visualidade constitutiva do processo de formação dos espaços sociais.

Os levantamentos de fontes primárias e secundárias, assim como a pesquisa da iconografia histórica, foram do mesmo modo realizados ao longo do período, em diferentes

órgãos públicos e instituições de pesquisa: Biblioteca da Empresa de Urbanização do Recife – URB –, Arquivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, Arquivo Público do Estado – PE, Museu da Cidade do Recife e Museu do Estado. Foram ainda consultados o acervo iconográfico da Biblioteca Nacional, o Arquivo Noronha Santos do Instituto de Patrimônio Histórico e Nacional – IPHAN – e o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, no Rio de Janeiro. Dados relativos à demografia histórica foram pesquisados no NEPO, Núcleo de Estudos Populacionais da UNICAMP.

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Linha de Pesquisa “Espaço e Poder”, coordenada pelo Prof. Antonio Arantes, do Projeto *Identidades: reconfigurações de cultura e política* (FINEP/PRONEX), e contou com o apoio do Programa PICDT-CAPES e do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP.



LUGARES DA POLÍTICA E CONSUMO DOS LUGARES: NAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Poderia parecer um contra-senso, para a moderna relação tempo-espaço, a afirmação de Bachelard de que “Mais urgente que a determinação das datas é, para o conhecimento da intimidade, a localização nos espaços da nossa intimidade” (Bachelard, 2000: 29). Ainda que o autor estivesse se referindo aos espaços da intimidade, a idéia de que é no espaço, e não no tempo, que o passado íntimo se inscreve como tradição, pode ser tomado como um reconhecimento das forças que os lugares mantêm na espacialização das relações sociais.

Esta é uma perspectiva analiticamente favorável à noção de *lugar*, em um momento em que, na teoria social, a noção fixa e delimitada de “lugar antropológico” (Auge, 1994), como meio estável de inteligibilidade da vida social, está relativamente superada como conceito compreensivo das sociedades modernas. A emergência dos chamados “espaços de fluxos” (Castells, 1999) tem deslocado o sentido das práticas sociais de certas configurações espaço-temporais concretas. Essa *des-localização* não implica, entretanto, na subsunção completa dos lugares pelos fluxos, mas antes em uma redefinição da própria noção de lugar. Mesmo para uma noção deslocalizada e desenraizada como a de “não-lugar”, permanece, no entanto, o vínculo relacional com os lugares:

“Acrescentamos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele não existe sob forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele (...) O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias; o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza completamente (...)” (Auge, 1994: 74).

A noção de *lugar*, menos genérica e abrangente do que a de *espaço*, retém uma distinção: podemos entender os *lugares* como demarcações físicas e simbólicas no espaço,

cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. Um lugar pode, enfim, ser entendido como uma forma *estriada* de espaço, na medida em consiste, como definiu Guattari (1985), em “territórios de subjetivação”. Desta forma, os lugares não devem ser entendidos, na teoria social, apenas com “pontos no espaço” (Giddens, 1991). Também não seriam puras demarcações espaciais homogêneas, como definiria De Certeau (1994) ao afirmar que o espaço é uma “lugar praticado”. Enquanto configuração identitária, os lugares podem ser portadores das qualidades de movimento, tempo e trajetória que De Certeau atribuí ao espaço. Para entender a formação dos lugares sociais na modernidade seria necessário também desvinculá-lo da idéia de que seriam formas independentes no interior de fronteiras físicas e simbólicas bem delimitadas, como define Castells (1999) ao relacionar o “espaço de fluxos” ao “espaço de lugares”. Dada as configurações des-localizadas desses espaços de fluxos, cujo desenraizamento cria os não-lugares dos quais fala Marc Augé, nada impediria que se considerasse os lugares exatamente como *espaços praticados*: não pelas trajetórias que eventualmente os pulverizam, mas através dos circuitos simbólicos que os demarcam e os tornam intercomunicáveis com os outros lugares.

Falar de *lugar*, finalmente, em distinção ao *espaço*, não significa necessariamente atribuir rígidas fronteiras aos primeiros e reservar ao segundo a dinâmica da mudança histórica. Os lugares, no entanto, guardam, de fato, estreita relação com certos aspectos mais perenes da vida social, do passado comum e do inconsciente das pessoas, como lembrava Bachelard. Mas esse vínculo com os aspectos mais tradicionais e localizados da vida não obscurece o fato de que a experiência urbana contemporânea tem moldado o que Arantes (2000) chamou de “contextos de tempo-espaço flexíveis”, nos quais lugares efêmeros estruturam espacialmente fronteiras entrecruzadas.

Nesta reformulação dos sentidos dos lugares, e de suas fronteiras, reside uma subversão ao mesmo tempo libertadora e auto-destrutiva da modernidade, que des-localizou tradições e a encarcerou numa racionalidade impessoal e burocrática. Esta destradicionalização da sociedade moderna foi percebida de modo paradigmático por Weber (1987) em sua

nietzschiana metáfora da “gaiola de ferro”. Weber foi um dos primeiros a reconhecer, através da idéia do encarceramento da razão, que, apesar da moderna sociedade implicar em um contínuo processo de secularização, o advento sistemático e crescente da racionalidade iria ameaçar a nova ordem social, ao deslocar definitivamente os sentidos tradicionais da cultura que, no passado, asseguravam os laços sociais da vida em comunidade.

Esse deslocamento dos sentidos da tradição, e a crescente racionalização da vida cotidiana, foi percebido como um problema ontológico pela teoria social e transformou-se numa reflexão central sobre as formas de reprodução social em contextos de vida marcados pela diminuição da força das tradições. A crescente complexidade e diferenciação da moderna sociedade secularizada revelou-se particularmente paradoxal para os estudos sobre a ação social. O próprio Weber (1984) tentou reagir ao possível caos de uma racionalidade econômica e burocrática que estaria provocando, de modo irreversível, o que ele chamou de “desencantamento do mundo”. A reação mais surpreendente da análise weberiana à moderna sociedade laica foi a sua própria formulação sobre os sentidos do “agir em comunidade”, que o possibilitou compreender a permanência de importantes nexos associativos para uma vida comum em sociedade. O “agir em comunidade” recupera a noção de uma ação subjetivamente imaginada e provida de sentido, orientada por valores e pelas expectativas comportamentais dos outros. Ao contrário de um “agir em sociedade”, que pressupõe um modo de agir racional com relações aos fins e compreende um certo grau de ações orientadas por regulamentações normativas, o “agir em comunidade” retém a possibilidade de um agir por consenso, independente de uma ordem social normatizada, a partir de um certo grau de reciprocidade criado pela crença comum na validade de certos valores *tradicionais* que orientam as ações sociais.

Dessa ambígua relação entre tradição e modernidade, tematizada inicialmente por Weber, surge uma problemática central para os estudos contemporâneos sobre cultura e política. Apesar da sociedade moderna se basear predominantemente em sistemas racionais de conduta normativa, desvincilhados de configurações bem definidas no tempo e espaço, as

tradições nunca deixaram completamente de se constituir em parâmetros de conduta compartilhadas. Constantemente reelaborada e apropriada por diferentes atores sociais, as tradições atualizam os nexos entre *identidade* e *lugar*, em meio a processos contraditórios de desterritorialização da cultura em contextos mundializados da vida. Ainda que dessa correlação entre identidade e lugar possa eventualmente resultar um certo “hábito etnológico”, que tende a naturalizar as relações entre povo e território (Gupta & Ferguson, 1992), em muitos casos só é possível compreender as práticas sociais associando-as aos significados construídos e atribuídos aos lugares enquanto suporte prático e simbólico da vida pública cotidiana.

A noção de continuidade no tempo e espaço está normalmente associada a certas práticas pré-modernas, nas quais as relações sociais ocorreriam de modo *localizado*. A relação entre *tradição* e *localidade* se dá, desse modo, pela permanência temporal e espacial das relações sociais. A tradição, como ressalta Giddens (1991), pressupõe uma visão contínua do tempo, através da qual é possível estabelecer os nexos constitutivos entre o passado, o presente e o futuro. Do mesmo modo pressupõe também uma concepção de espaço definido, no qual são mantidas as crenças e tradições.

Esse enraizamento da tradição em contextos locais garante a sua própria continuidade porque assegura a recorrência de práticas sociais no interior do que poderíamos chamar de *espaço diferenciado* e de *tempo contínuo*. Essas duas categorias estabelecem parâmetros para as relações identitárias que estabelecem marcos de diferenciação externa e identificação interna, através das quais grupos ou comunidades criam representações sobre *si* e sobre os *outros* (Leite, 1995). Por essa razão, a tradição que orienta as ações de modo temporalmente contínuo e espacialmente localizado pode ser considerada *meio* de identidade e *base* para a segurança ontológica⁷. Pela identificação interna, os indivíduos agrupados se reconhecem como semelhantes ou, para utilizar a expressão de Anderson (1991), *imaginam-se comunidade* e estabelecem convergentes sentidos de pertencimento, a partir de uma mesma

⁷ Para Giddens, “a identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com o futuro antecipado. Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica” (Giddens, 1997:100).

experiência compartilhada. Pela diferenciação externa, os mesmos indivíduos operam seletivamente o que consideram familiar e estranho. São essas experiências compartilhadas, de reconhecimento e estranhamento, que criam os nexos contínuos no tempo e espaço, entre passado e presente, e fazem da tradição um meio de identidade, através da construção dos lugares sociais.

O curso predominantemente contínuo que marca as culturas pré-modernas altera-se substantivamente pelo acentuação de práticas sociais que se desvencilham de certas configurações bem definidas de tempo-espaço. Mais do que moldadas pela tradição, as práticas sociais têm uma reflexividade alterada pelo exercício da informação sobre si mesma, que modificam a sua própria constituição (Giddens, 1991: 45) Uma certa *erosão* da tradição se daria pela minimização da sua capacidade de estabelecer, com nitidez, aqueles marcos identitários típicos das culturas pré-modernas, que intensificam as relações em um âmbito próprio, numa espécie de *tempo descontínuo* e *espaço indiferenciado* ou *des-localizado*. A noção de “desencaixe”, utilizada por Giddens, refere-se às práticas sociais que se processam sem as referências locais de tempo-espaço:

“Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991:29).

A aparentemente contraditória convivência entre tradição e *modernização*⁵ pode ser atribuída, em parte, à predominância dos sistemas abstratos reguladores de conduta sobre os conteúdos tradicionais da cultura, aspecto discutido por Habermas (2000) em sua análise sobre a abstração dos referentes culturais do conteúdo normativo da modernidade. Ao contrário das sociedades tradicionais, que se baseavam em míticas visões do mundo, a sociedade secularizada reduziu o alcance dos núcleos da tradição ao desenvolver sistemas abstratos de identidade, tais como o Estado e sua ordem jurídica, e a própria idéia moderna de Nação e de uma cultura nacional abrangente. Essa redução, no entanto, não implicou o completo abandono da tradição, mas antes a sua constante reinterpretação pelas diferentes demandas de pertencimento a uma coletividade. A ampliação desse sentimento de *pertença*,

⁵ Embora relacionais, os termos modernidade e modernização podem ser considerados distintos. Como ressalta Habermas (2000), as teorias da modernização atuam sobre o conceito weberiano de modernidade separando-o do contexto histórico da suas origens européias para se referir a processos gerais de racionalização social.

típico da diferenciação social da moderna sociedade capitalista, tem ampliado o escopo político das práticas sociais que reclamam também formas diferenciadas de inserção social. Mais do que uma necessidade política para uma plena interação sistêmica, como imaginava Parsons (1967) ao teorizar sobre a legitimidade normativa de um único e amplo subsistema cultural, as demandas de pertencimento reclamam formas diferenciadas de participar da vida em sociedade, configurando o amplo espectro dos direitos culturais que dão sentido à cidadania democrática na sociedade contemporânea (Leite, 1998).

As demandas por uma cidadania plural refazem os nexos com os lugares, conferindo sentido a certos espaços da cidade. Esses lugares, entretanto, cuja materialidade se torna visível nas diferentes configurações urbanas, erguem-se em espaços fluídos e cambiantes, num dissonante arranjo de escalas entrecortadas: nação, região, cidade, bairro, praças, ruas, becos, monumentos. Compondo muitas vezes uma complexa e híbrida “cartografia do poder”, os lugares se singularizam principalmente pelas representações e práticas construídas pelas pessoas que neles interagem. Reflexivamente incidindo sobre as disposições, demarcações e deslocamentos espaciais, muitas dessas representações reforçam os nexos da semelhança e da diferença, conferindo sentido identitário aos lugares sociais. (Arantes, 1999; Santos, 1994; Canclini, 1996).

O modo como essas práticas sociais criam seus nexos identitários com os lugares sociais colide muitas vezes com as formulações abrangentes das políticas oficiais de cultura. A tradição mais uma vez parece encurralada pela complexificação e diferenciação social quando se observam as tensões da política como ação simbólica, que pretende restabelecer as relações tradicionais, no âmbito da nação, entre identidade e lugar. As políticas de patrimônio cultural se destacam, justamente, por terem a pretensão de reconstituir os nexos constitutivos da tradição para a vida em uma sociedade nacional. A nação, como “comunidade imaginada” (Anderson, 1991), é uma configuração histórica e um sistema abstrato de identidade, e necessita de referentes culturais para legitimar-se como realidade capaz de aglutinar pessoas. Nesse sentido, as políticas de patrimônio têm uma pretensão também ontológica para a vida social, quando selecionam e destacam certos bens culturais que seriam representativos de uma tradição nacional, capaz de manter os vínculos comunitários da vida em sociedade. Se o

patrimônio cumpre ou não essa tarefa é uma questão central para se compreender as suas relações com as noções de tradição e lugar numa sociedade secular e mundializada, cujos fluxos internacionais de pessoas, capital, signos e informações demarcam os seus variados “não-lugares” (Augé, 1994).

A princípio não podemos descartar a possibilidade do patrimônio *nacional* ter perdido sua capacidade de gerar esses vínculos comunitários, em razão da contínua diferenciação social e do crescente fluxo transnacional de culturas. Mas, de igual modo, não podemos descartar, *a priori*, a eficácia simbólica que os significados sociais do patrimônio cultural continuam a ter na construção social dos lugares. As políticas de patrimônio representam, de modo emblemático, uma face dos processos de *re-localização* e afirmação das tradições, cujos projetos de preservação arquitetônica e intervenção urbana reinventam centralidades tradicionais da nação, da região, da cidade. Se quisermos entender como o patrimônio pode estabelecer os nexos entre *identidade* e *lugar* no contexto da sociedade contemporânea, é necessário considerar, portanto, como as políticas oficiais de preservação articulam as noções de tradição e cultura nacional,

A idéia de que o patrimônio *estria* os espaços lisos da cidade, ao selecionar bens culturais representativos da memória das tradições da nação, relaciona-se à possibilidade de fixar pontos que orientam itinerários, demarcam trajetórias e criam *lugares*. Três anos após a distinção feita por Deleuze e Guattari entre os espaços lisos e estriados, De Certeau publicava na revista francesa *Architecture intérieure/Crée*, em 1983, o artigo “Os fantasmas da cidade”, no qual referia-se às ruínas restauradas do patrimônio francês como pontos na superfície de uma cidade homogênea: “Citações heteróclitas, cicatrizes antigas, elas criam rugosidades sobre as utopias lisas de Paris” (De Certeau, 1996: 190).

Um dos aspectos que distinguem os espaços lisos dos estriados é que estes subordinam os trajetos aos pontos, enquanto que nos espaços lisos os pontos estão condicionados ao percurso (Deleuze e Guattari, 1997: 184). Para De Certeau, entretanto, estes espaços estriados, nos quais as “ilhas” do patrimônio se transformam em “fantasmas do passado” muitas vezes narram apenas os “espíritos do lugar” porque falam de um passado estranho, cuja existência está desprovida de atualidade (De Certeau, 1996: 192). Esta dimensão

possivelmente alienada do patrimônio, que sugere a existência de um fetichismo das tradições, relaciona-se à problemática levantada por Giddens (1997), relativa à transformação do patrimônio em *reliquias* na sociedade pós-tradicional. Para Giddens, essa transformação ocorre quando os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma “reliquia”. Uma das consequências dessa transformação é que a reliquia perde sua relação afetiva com o *lugar* ao se transformar em um ícone do passado:

“Uma reliquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas este fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma reliquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas” (Giddens, 1997: 126).

Esta concepção de reliquia implica, do mesmo modo, em alguma forma de distanciamento do patrimônio com os seus significados do passado, como ressalta igualmente Martín-Barbero:

“El pasado deja de ser entonces parte de la memoria, y se convierte en ingrediente del pastiche, esa operación que nos permite mezclar los hechos, las sensibilidades y estilos, los textos de cualquier época, sin la menor articulación con los contextos y movimientos de fondo de esa época” (Martín-Barbero, 2000: 142).

A noção apresentada por Giddens, e corroborada por Martín-Barbero, reforça a idéia de De Certeau sobre o distanciamento dos sentidos das tradições que as políticas de restauração empreendem, ao aproximar o patrimônio a práticas urbanas que estriam as cidades para as demandas de mercado. Esse duplo processo, que implica destacar a tradição e transformá-la em algo distante do presente, tem como efeito, para De Certeau, a segregação urbana: “As ilhotas reabilitadas formam guetos de pessoas abastadas e as ‘curetagens’ imobiliárias se tornam assim ‘operações segregativas’” (De Certeau, 1996: 196).

O complexo processo de re-leitura das tradições pela modernidade resulta, assim, em um impasse quando o patrimônio se transforma em *reliquia*. Por um lado, a *reliquia* ampliaria, segundo Giddens, as possibilidades culturais de percursos nesses pontos estriados e, de outro, restringiria, segundo De Certeau, as possibilidades econômicas de certos atores atuarem como sujeitos na transformação desses espaços em lugares.

A “desapropriação de sujeitos”, da qual fala De Certeau (1996: 196), refere-se a uma problemática mais ampla do que a simples separação das pessoas dos lugares em que viviam. A sua crítica recai precisamente sobre o aspecto que Giddens também abordou ao se referir ao colapso dos costumes locais transformados em *reliquias* do passado. O patrimônio se aliena justamente quando se dissocia das práticas sociais cotidianas (ou costumes locais) que, segundo De Certeau, constituem o verdadeiro capital da nação: as “artes de fazer”. No entanto, a polissemia dos lugares e dos seus saberes e suas artes de fazer é, na maioria das vezes, subsumida pelas políticas oficiais de patrimônio que *estriam* as cidades com *reliquias*, e com as quais pretendem estruturar, como sublinhou Antonio Arantes, os “(...) meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a ‘nacionalidade’ e a ‘identidade’” (Arantes, 1984).

A relação primeira, portanto, entre patrimônio e lugar é, antes de tudo, um processo voltado à construção prática e simbólica de um espaço estriado para a idéia de nação. Como suporte para a idéia de pertencimento (*nationness*), a construção histórica do Estado-nação sempre esteve associado ao nacionalismo como princípio ideológico (Bottomore, 1991; Rubem, 1987). A reafirmação cotidiana desse pertencimento se dá através das práticas sociais de reafirmação de uma tradição comum (Anderson, 1991) e dos rituais públicos de contestação e reafirmação dos sentidos políticos dos lugares da nação (Schechner, 1993). Essa reciprocidade entre práticas sociais e Estado-nação pode ser compreendida pela dimensão associativa que a idéia de nacionalidade retém, e que se torna parte fundamental da identificação que os indivíduos mantêm entre si e com o Estado, na legitimação do ideal de pertencimento à nação. Embora com processos distintos, como ressalta Habermas (1995), Estado e nação tiveram percursos históricos convergentes, que resultaram na formação de uma *staatsnation*, em cujo interior foram afirmadas tanto a dimensão cultural de uma nacionalidade comum (nação) como também a expressão propriamente política desse pertencimento (Estado).

No Brasil, a formação do moderno Estado republicano também buscou um conceito de nação que lhe fosse correspondente, cujo patrimônio histórico se transformou também em

expressão ideológica do nacionalismo, ao destacar os conteúdos culturais que supostamente homogeneízam uma coletividade e ocultar os que a diferenciam internamente.

Ainda que por sobre a tensão de sub-coletividades que sempre caracterizaram a sua formação, o Estado-nação pode ser considerado uma experiência política relativamente bem sucedida da modernidade, na medida em que possibilitou que grupos dispersos em suas diferentes constituições culturais estabelecessem aquela “dupla lealdade” a que se refere Smith (1986) para designar as inserções política e étnica que caracterizariam a lealdade cultural combinada à afirmação jurídica do pertencimento à nação. Desta confluência entre Estado e nação surgem historicamente os mecanismos que possibilitaram não apenas a inserção propriamente cultural, mas o surgimento de meios normativos que regulassem a coesão social⁶. A idéia de coesão, baseada no consentimento legal e na crença cultural do pertencimento, retém ao mesmo tempo a força e a ambivalência da noção de identidade nacional, cuja expressão política muitas vezes resultou na sobreposição de culturas minoritárias que historicamente foram eclipsadas em favor de uma suposta cultura nacional capaz de promover a nação como uma *comunidade imaginada* (Anderson, 1991).

Desse modo, mais do que o princípio corrente no século XVIII da demarcação territorial, a crença em uma *tradição* comum gerou laços de solidariedade, ainda que as tradições tenham reafirmado a suposta capacidade do Estado em representar uma síntese eficiente das múltiplas particularidades que o compunham, seja baseada num sentimento quase psicossocial de crença comunal (Giddens, 1985) ou em uma sublimação das diferenças para uma fraternal relação comunitária (Anderson, 1991). Apesar de muitas vezes essa síntese configurar muito mais uma versão hegemônica de um dado segmento cultural do que propriamente uma real adequação das diferenças culturais que marcam a moderna formação do Estado-nação, o desenvolvimento de uma política de integração dessas sub-coletividades a

⁶ Embora o nacionalismo possa dispensar possíveis “referentes intermediários”, ao eleger a nação como princípio identitário central (Smith, 1991), certos conteúdos são apropriados como substratos para os sentidos de identificação interna. A variedade dos ritos e símbolos que compõem o complexo repertório identitário de uma nacionalidade não está necessariamente circunscrita a uma delimitação espacial, uma vez que parte desses conteúdos se reporta a características lingüísticas, religiosas ou puramente étnicas dos grupos nacionais (Kohn, 1963). Entretanto, a idéia *territorial* do Estado-nação se mantém subjacente aos nacionalismos que se articulam a partir desses conteúdos específicos, muitas vezes associando a dimensão cultural do pertencimento de uma nacionalidade (*nationness*) às dimensões físicas do espaço-nação e política do país.

um conjunto de traços supostamente comuns e homogêneos para todos (Gellner, 1981) foi, talvez, o mais importante fator de coesão e fonte de toda a sua respectiva ambivalência⁷, para a moderna concepção de identidade nacional (Guibernau, 1997).

Esta ambivalência contextualiza-se na formação de um *world-system* (Wallerstein 1994), representando um dos aspectos mais contemporâneos da modernidade, na qual uma ordem global estaria se formando ao criar um *espaço-mundo* da própria modernidade, traduzido internamente nas nações pela emergência da descontinuidade e rupturas dos *não-lugares* (Augé, 1994). Na chamada alta modernidade, essa ambivalência encontra sua mais aguda expressão no que S. Hall (1995) denominou de “des-centramento do sujeito moderno” para designar o processo de fragmentação dos lastros nacionais que balizam a estruturação das identidades no interior das nações. Os fluxos mundiais de pessoas, signos, informação e capital que se entrecruzam no espaço-nação podem significar uma alteração substantiva nos laços constitutivos da “segurança ontológica” (Giddens, 1991), que tradicionalmente se constituíam em parâmetros para as identidades nacionais. Outras formas de *representação* surgem, deslocando o eixo da identidade e da segurança dos sujeitos para formas mais nucleares de significações partilhadas, a exemplo das subculturas urbanas e seus lugares, que formam as “comunidades reflexivas” a que se refere Scott Lash (1997).

As reconfigurações contemporâneas desses lugares na vida urbana têm, no entanto, deslocado as práticas sociais cotidianas para contextos indefinidos no tempo e espaço (Harvey, 1992). Perpassado diagonalmente por práticas *externas*, os lugares deixam de expressar apenas os sentidos da localidade que representa, para incorporar em sua própria constituição elementos que são *globais* (Giddens, 1991: 110). A permanência concomitante

⁷ Em *Imagined Communities*, Anderson (1991) associa as origens históricas do nacionalismo à necessidade secular de continuidade dos laços primários e comunitários que se cindiram com o declínio dos reinos dinásticos, das comunidades religiosas e a decadência das línguas sagradas, especialmente o latim. A reorganização comunitária em torno de nações convergiu, na visão do autor, para amplas reivindicações do uso de línguas e dialetos que expressassem alguma forma de vínculo associativo. No entanto, nesse processo no qual a nação é imaginada como *comunidade*, as concepções do nacionalismo surgiram de apropriações simbólicas conflitantes de disputa e afirmações de poder, que envolveram embates de grupos culturais distintos, a exemplo dos pastores e professores no movimento nacionalista finlandês, dos maronitas no nacionalismo árabe (Anderson, 1991:75) ou da oposição da nobreza magiar à unificação lingüística alemã em 1870 (Anderson, 1991: 102).

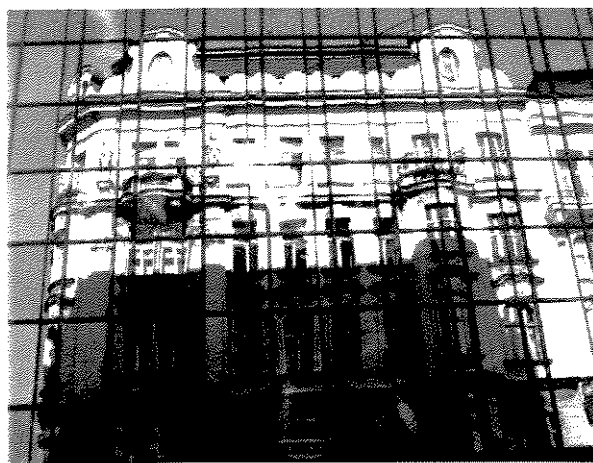
desses traços globalizados em esferas localizadas da vida social explicita como os processos de globalização se associam a contextos tradicionais, definindo a “modernização reflexiva” (Giddens, 1997: 117). Duas derivações surgem com esses processos de *desencaixes*: ao deslocamento das relações sociais correspondem inversamente processos de *reencaixe*, e a destradicionalização – que “dissolve” a localidade – refaz os costumes locais e os tornam relíquias. Por “reencaixe”, entende Giddens, a “reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições locais de tempo e lugar” (Giddens, 1991:83).

De alguma forma esse reencaixe significa uma *re-localização* dos processos sociais, ainda que os processos de *desencaixe* permaneçam alterando os significados contextuais da localidade. Essa combinação permite compreender a complexa articulação entre o global e o local no interior da modernização reflexiva⁸. As tradições, que encontram sua mais nítida expressão no seu enraizamento local, são reelaboradas à luz dos processos que ultrapassam o âmbito da nação.

Em uma relação de reflexividade típica da alta modernidade, o lastro referente das idéias mais recorrentes de identidade nacional precisa ser ampliado para que as expressões tradicionais e localizadas da cultura possam dialogar com essa intensificação dos fluxos de informação, signos e capitais que *desencaixam* as relações sociais e as lançam para interações diversas e indefinidas no tempo e espaço. Uma importante consequência desses processos que elucidam a articulação reflexiva entre o global e o local é a transformação do costume local em *reliquia*, como forma de *re-localizar* a tradição em contextos marcados pela *destradicionalização*, que pode ser entendida exatamente como a remodelação dos costumes locais pelas influências externas, através da qual os costumes continuam a existir na forma alterada de seus significados como *reliquia* ou hábito (Giddens, 1997:124).

⁸ Em várias análises é possível encontrar versões confluentes sobre a reciprocidade das esferas local e global da cultura. Em geral, os autores têm destacado o caráter relacional entre elas, seja sublinhando a localização como uma resposta contrária à globalização (significando uma re-tradicionalização), seja ressaltando a localização como uma forma da globalização se manifestar nos diferentes lugares (significando uma des-tradicionalização). Neste caso, expressões como “glocal” e “glocalize” expressam o caráter híbrido de certas configurações sociais que tanto podem significar a globalização do local quanto a localização do global (Featherstone, 1997; Canclini, 1996; Giddens, 1991; Robertson, 1994; Hall, 1995).

Esta re-localização, entretanto, não deixa de ser uma forma de *estriar* os espaços lisos, atribuindo-lhes significados tradicionais. Ainda que seja como *reliquia*, o patrimônio reclama para si a possibilidade de re-centrar o sujeito moderno, mantendo viva a idéia de tradição nacional. A expansão dessas experiências transnacionais, que acentua certos processos de *re-localização*, se não restabelece a nação como foco de identidades parece constituir reações tradicionais em relação à formação das identidades. Parte desses processos se complexifica quando o sentido político das reivindicações de grupos minoritários encontra sua mais legítima expressão nos conflitos “etnonacionalistas”⁹ que redemarcam fronteiras reais ou simbólicas e desintegram e recriam nações. Entretanto, há uma relação reflexiva entre a aparente desconstrução referencial da nação e os novos nacionalismos: na medida que *novas* tradições inventadas (Hobsbawn, 1997) estabelecem diferentes relações comunitárias, essas relações podem reatualizar suas identidades *imaginando* outras *comunidades* (Anderson, 1991) e *inventando* novas tradições.



ENQUADRAMENTOS: a modernidade espelhando límpida e deformando a tradição-reliquia/à esquerda, Cidade de Praga, Republica Tcheca, foto de Daniel Durante; à direita, Bairro do Recife, Pernambuco, Brasil, Foto do autor.

⁹ O conceito de etnonacionalismo é utilizado por Stanley J. Tambiah como “a formulação de respostas e resistências regionais ou subnacionais ao que é percebido como um Estado hegemônico excessivamente centralizado e com o desejo de construir formações sociopolíticas regionais e locais autônomas” (Tambiah, 1997:09).

A questão é que, esgarçadas de suas formas tradicionalmente *nacionais*, as relações sociais contemporâneas reivindicam modos tão distintos de pertencimento à nação, que a *tradição comum* se enfraquece ainda mais em sua capacidade de articular laços comunitários. A modificação do uno espaço nacional em espaços fragmentados e liminares de significação instala na nação o que Homi Bhabha (1998) chamou de *entre-lugar*, transformando-a em uma *Dissemi-nação* a partir das contra-narrativas que a rasuram (ou fincam ranhuras, estrias, modulações).

No âmbito de uma *Dissemi-nação*, pulverizada pelas contra-narrativas e pelas fissuras multiculturais que se agudizam em seu interior, muitas paisagens se formam em diferentes escalas¹⁰, construindo nos *entre-lugares* novas fronteiras que demarcam e diferenciam *lugares*¹¹. Como ponto de intersecção de diferentes tradições locais e nacionais, as cidades se autonomizam simbolicamente ao representarem *localidades* que se “divorciam” dos seus contextos nacionais, tornando-se “translocalidades” (Appadurai, 1997). Nesse duplo fluxo, de ser localidade e também *translocalidades*, as cidades se desvencilham da nação na medida de sua exposição aos fluxos mundiais que as deslocam para além desses espaços nacionais¹² (Sassen, 1998), cujo movimento reflexo recai na segmentação e particularização dos espaços da cidade em lugares-trincheiras de pertencimento. Nesse processo, parte das grandes cidades parece ter experimentado a radicalização da idéia de Simmel (1997) sobre o individualismo da vida moderna, pela complexa estratificação prática e simbólica da vida urbana. Nessa

¹⁰ Refiro-me aqui ao conceito de escala de N. Smith (1997), para quem uma a escala é uma “geographical resolution of contradictory social processes of competition and cooperation” através da qual é possível apreender os “locais” e as “resoluções” das disputas sociais, na medida em que proporciona uma geografia dos processos sociais e dos lugares das atividades sociais.

¹¹ É nesse contexto que podemos situar a experiência urbana contemporânea como campo diferenciado de práticas sociais que *decanta* localmente essas fissuras identitárias, cuja amplitude altera a metáfora espacial e territorial da nação. Mais do que um “emblema” da vida moderna (Mommaas, 1997), os atuais significados da vida urbana parecem destacar as cidades como unidades narrativas que em muito superam a definição clássica de cidade, advinda da sociologia urbana, sobretudo daquela que descende dos estudos da Escola de Chicago (Fortuna, 1997).

¹² A análise de Sassen (1998) sobre as cidades mundiais no contexto da economia global desenvolve essa idéia de uma redefinição dos papéis dos contextos urbanos que se transformam em lugares estratégicos para a coordenação internacional e prestação de serviços da economia mundial. Para a autora, esses “sistemas urbanos transnacionais” se tornam co-extensivos com o Estado-nação. (Cf. Sassen, 1998: 47)

experiência social mais cotidiana e essencial da sociabilidade pública, as demandas de pertencimento estão disseminadas e fragmentadas localmente no espaço urbano, cujas reivindicações associam-se a formas de *estar* na cidade, de ocupar *lugares* e transitar em *espaços* que codifiquem e publicizem essas demandas por direitos e pelos diferentes sentidos de pertencimento.

Em meio à dissemi-nação de lugares, de que modo o patrimônio poderia cumprir a tarefa ontológica de assegurar a permanência dos vínculos comunitários da vida em sociedade ? Um dos desafios, portanto, do moderno processo de *des-centramento do sujeito* para as políticas de patrimônio, cuja reflexão de fundo retoma o dilema weberiano da crescente racionalização da vida e da diminuição dos sentidos tradicionais da cultura, reside em adequar essa crescente dissemi-nação de lugares ao projeto abrangente de manter o patrimônio como lugar de uma identidade nacional plural. A idéia de que o patrimônio *estria* os espaços lisos da cidade permanece válida, embora não mais apenas para se referir à seleção de bens culturais representativos da memória identitária da nação. As políticas de patrimônio, alienado – como *reliquia* – dos costumes locais e da das artes de fazer cotidianas, têm deslocado o sentido de suas práticas para *re-localizar* diferentes aspectos da tradição, adequados às políticas regionais de desenvolvimento. Este é um dos importantes aspectos que marcam a trajetória das políticas oficiais de patrimônio no Brasil e que exemplifica como o patrimônio, para manter os nexos entre *identidade* e *lugar* no contexto da sociedade contemporânea, distancia-se cada vez mais dessa concepção abrangente de nação para realçar certos aspectos locais da tradição, adequados às demandas das políticas econômicas das cidades.

Enfocando especificamente o caso brasileiro, exploro, nas páginas seguintes deste capítulo, as relações entre *patrimônio* e *lugar* para argumentar que a idéia de *nação*, articulada pelas políticas oficiais de preservação, é contingente a um duplo e contraditório processo: (1) a formulação de uma idéia abrangente de Brasil com (2) a necessidade de legitimar experiências localizadas da tradição, voltadas à adequação das práticas

contemporâneas de *gentrification* do patrimônio às demandas do mercado. Desse processo resultam mudanças sobre o valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio como lugar simbólico da nação para uma concepção mais fluída que implica práticas voltadas ao consumo dos lugares.

Para discorrer sobre esse processo, desenvolvo inicialmente uma retrospectiva sobre as políticas oficiais de patrimônio no Brasil, abordando como a noção de *lugar* transita da idéia de construção da nação ao desenvolvimento urbano. Em seguida, abordo as práticas de *gentrification* do patrimônio, cuja dimensão acentuada de consumo subverte a idéia política de nação, formulada tradicionalmente pelas políticas de preservação. O tópico final encerra o capítulo com o tombamento do Bairro do Recife, último sítio tombado pelo IPHAN no século XX, e que segue uma perspectiva predominantemente voltada aos interesses do mercado.

*Da construção da nação ao desenvolvimento das cidades:
os lugares do patrimônio no Brasil*

O percurso que desloca as práticas de patrimônio no Brasil do eixo da *nação* para as *cidades* representa uma atualização das políticas oficiais de cultura no país a dois contextos distintos. O primeiro se refere ao Estado Novo, fase em que a industrialização do país dá seus primeiros passos em direção à nacionalização da sua produção. O segundo, que se inicia no pós-guerra e alcança seu ápice na década de 70, representa o período em que a política de substituição das importações lança as bases de consolidação de um desenvolvimentismo nacional. Este período corresponde, em muitos países da América Latina, à relação entre segurança nacional e desenvolvimento econômico, ancorada em regimes ditatoriais (Fernandes, 1981; Leite, 1995).

Dizer que as práticas de patrimônio no Brasil acompanham contextos sociais não significa afirmar, aqui, que a cultura no Brasil é efeito de uma unicausalidade política, mas apenas considerar, como destaca Gabriel Cohn (1987), que o termo “concepção oficial de cultura” se refere a práticas orientadas e voltadas à sociedade nacional, tendo o Estado como referência institucional. No Brasil, as práticas de patrimônio surgem como iniciativa do Estado e assumem um lugar de destaque na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada à construção de uma idéia de nação. Este processo é contemporâneo à República Velha, cujo período representou uma atribulada transição na política brasileira que culminou com a Revolução de 30. Marcado pelas tensões de um novo arranjo institucional e político, e por um contexto econômico igualmente complexo pela implantação da mão-de-obra assalariada e início da industrialização do país, o período representou uma reordenação geopolítica do país, como demonstra Furtado (1987), com o deslocamento do eixo econômico do nordeste açucareiro para a economia do café no sudeste.

As transformações estruturais que caracterizam o período são acompanhadas por um intenso debate que se tornou clássico: como pensar o Brasil-nação, sua identidade nacional e sua cultura, no contexto pós-abolicionista, republicano e capitalista ? A relação entre cultura brasileira e identidade nacional (Ortiz, 1985) se tornou um dos eixos interpretativos sobre a sociedade brasileira, cuja busca de uma *idéia* de Brasil perpassou as principais matrizes do pensamento social brasileiro. A emergência das práticas de patrimônio no Brasil é contemporânea a essa problemática que se tornou corrente nas primeiras décadas do século XX: mais do que uma nação em construção, em busca incessante do seu próprio conceito (Ianni, 1992), essa preocupação refletiu a complexa realidade a partir da qual o Brasil se constituiu historicamente. Pensar a nação era construir a complexa síntese cultural em torno de uma identidade nacional, que desse sentido às diferenças e desigualdades que lhe eram constitutivas¹³.

No início do século, o grande marco no plano das políticas culturais e da elaboração de uma “concepção oficial de cultura” foi a própria criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN –, através do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 1976). Concebido inicialmente sob forte influência do pensamento modernista da Semana de Arte Moderna de 1922, que instaurou não apenas um novo discurso estético como disseminou uma nova maneira de pensar o Brasil e sua cultura (Teles, 1982), o SPHAN foi uma das principais iniciativas da política nacionalista do

¹³ Refletindo diferentes contextos que marcaram a recente trajetória da história republicana, essas abordagens buscavam explicar a formação da sociedade nacional a partir de certas unidades de análise que se tornaram emblemáticas para o debate e discurso sobre o Brasil: raça, cultura, Estado, nação, região e classes sociais. Algumas dessas unidades, recuperadas em distintas orientações metodológicas, ordenaram parte substantiva da reflexão sobre o *sentido da formação* brasileira (Arantes, 1997) nas primeiras décadas do século: a afirmação da inexorabilidade da decadência brasileira em virtude do surgimento de uma sub-raça mestiça, débil e incivilizada, como ressaltavam Silvio Romero (1980) e Nina Rodrigues (1988) ao apontarem a tese do branqueamento como solução; a análise de Manoel Bomfim (1993) - heterodoxa e original à época - sobre a colonização como forma de “parasitismo social”; a abordagem de Gilberto Freyre (1966) sobre a suposta origem racial democrática da sociedade patriarcal no Brasil; a leitura neweberiana do tipo brasileiro cordial e aventureiro, de Sérgio B. de Holanda (1983); a pioneira interpretação de Caio Prado Jr. (1996) sobre a formação das classes no Brasil. De modo semelhante, a busca de uma *brasilidade* iria marcar a produção artístico-literária, a exemplo da exaltação dos temas bucólicos da poesia arcadista; do indianismo romântico e sua versão abolicionista; da estética interiorana do romance regionalista de 30 e, finalmente, da própria Semana de Arte Moderna, na qual se destacavam tendências tão compreensivelmente distintas como o antropofagismo oswaldiano e o nacionalismo pré-integralista do verdeamarelismo do Grupo Anta (Bosi, 1984).

Estado Novo. Esta relação entre os modernistas e as políticas de patrimônio nos anos 30, que se constitui em um dos aspectos de destaque na historiografia sobre as origens do SPHAN¹⁴, revela-se tanto no plano institucional quanto conceitual. Havia, como sublinha João Luiz Lafetá, um “projeto ideológico” do Modernismo, acompanhando seu “projeto estético”, que buscava uma “(...) consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções” (Lafetá, 2000: 21).

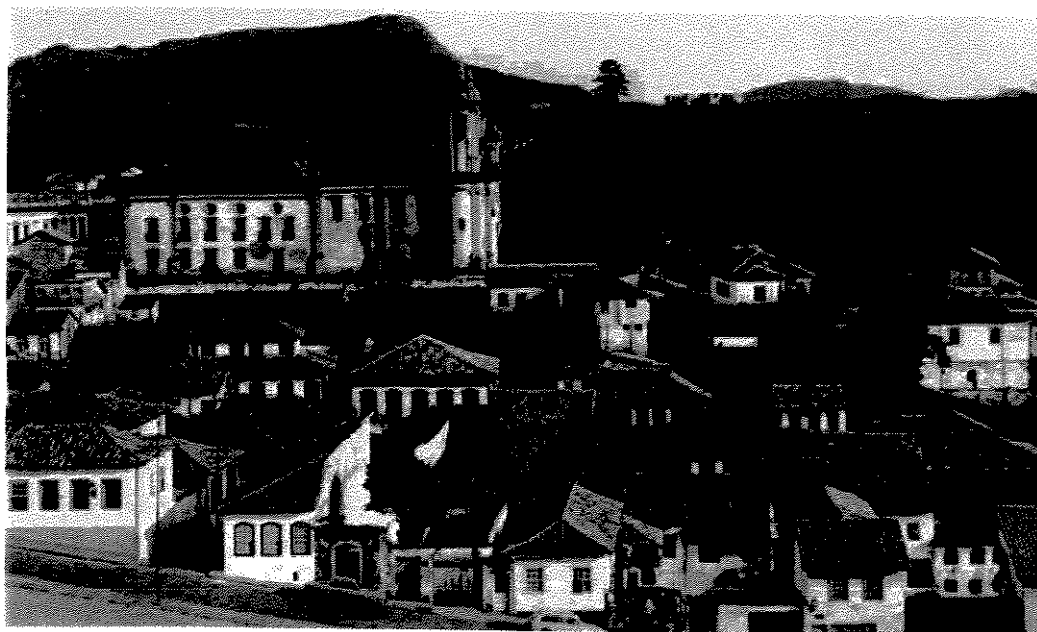
Inicialmente, esta aproximação entre SPHAN e modernistas ocorreu com a elaboração do Anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, de Mário de Andrade, feito a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Pública (MES), Gustavo Capanema, que ao aderir aos princípios modernistas, viabilizou o envolvimento dos intelectuais modernistas com as políticas culturais em pleno Estado Novo. Esta aproximação, que resultaria na participação efetiva de vários intelectuais do modernismo nos quadros do MES (Fonseca, 1997), iria desenhar a fisionomia conceitual de uma expressão embrionária de cultura nacional e culminar em uma concepção arquitetônica que simbolizasse uma nova tradição brasileira. A idéia de patrimônio é desenvolvida, como sublinha Mariza V. Santos (1992), enquanto expressão de um “caráter nacional”, ao mesmo tempo histórico e universal. Contra a profusão de estilos justapostos do ecletismo, estilo que na época representava justamente a idéia de modernização para o republicanismo, os modernistas se voltam para o interior do Brasil, mais precisamente para as cidades coloniais de Minas Gerais, cuja arquitetura barroca poderia expressar o retorno a um passado “legítimo” e representativo de uma originalidade cultural brasileira:

“No Brasil, o modernismo propicia uma volta ao passado, à valorização intensa de todas as formas de expressão consideradas tradicionais. (...) Nesse momento, no que se refere à construção da nação, o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira” (Santos, 1992: 26) .

¹⁴ Apesar dessa menção ao período de fundação do SHAN, não há aqui a intenção de recuperar a trajetória das políticas de preservação no Brasil, tema já suficientemente mapeado por uma bibliografia que é em parte, aqui citada. Pretende-se apenas retomar alguns aspectos que seriam importantes para se entender o contexto anterior às atuais políticas de “enobrecimento” do patrimônio.

A relação dos intelectuais do SPHAN e dos modernistas com Minas Gerais se deve basicamente à busca dessa expressão tradicional da cultura. Minas já era considerada, como lembra Fonseca (1997), um pólo catalisador de idéias. As diferentes viagens que muitos intelectuais fizeram ao interior do estado, dentre eles o próprio Mário de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa e o jornalista Rodrigo Melo Franco – primeiro Diretor do SPHAN – foram marcos desse “redescobrimento” do Brasil e de suas expressões culturais consideradas genuinamente nacionais. Não por acaso, a primeira iniciativa de preservação em nível nacional, em 1933, antes mesmo da criação do SPHAN, foi feita exatamente na cidade de Ouro Preto, considerada berço desse patrimônio barroco-colonial, numa iniciativa que deixava claro quais eram os parâmetros arquitetônicos que representariam a idéia de nação:

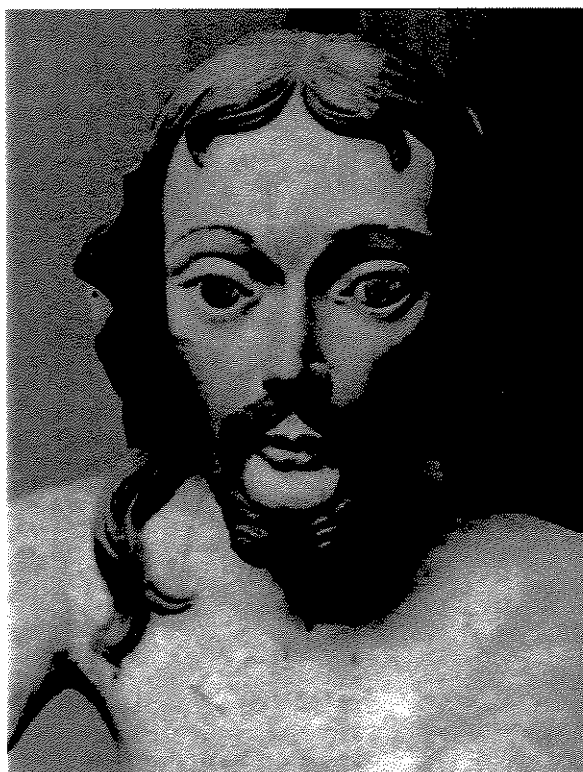
“O estilo neo-colonial representou a primeira reação, a partir da segunda década do século, à incorporação acrítica dos estilos históricos europeus pelo ecletismo no Brasil, e ao desconhecimento e mesmo desvalorização da tradição construtiva vinda da colônia” (Fonseca, 1997: 97).



Vista parcial de Ouro Preto/Acervo Iconográfico do IPHAN

A cidade de Ouro Preto tornou-se, assim, uma espécie de laboratório prático das referências conceituais que o próprio SPHAN tentava construir. Mais do isso, tornou-se um mito fundante, espécie de centro exemplar da própria idéia de Brasil, como destaca Arantes: “Esta cidade é um dos principais territórios onde se funda, oficialmente, a nacionalidade brasileira” (Arantes, 1991: 236).

A adoção do barroco mineiro – que se não se limitou à arquitetura, mas se expandiu ao campo da escultura e das artes plásticas –, não se resumiu a um ato externo às formulações das políticas de patrimônio, mas foi engendrada pelo próprio SPHAN que moldou o estilo ao fixar diretrizes para as novas construções no centro histórico de Ouro Preto. Esta prática, como analisa Lia Motta (1987), resultou muitas vezes na subordinação de certas tendências para a renovação arquitetônica, existentes entre os moradores, às metas estilísticas dos intelectuais modernistas, fazendo do SPHAN o promotor do que ele próprio denominava de *patrimônio nacional*. A formulação desse conceito, portanto, revelou parte da ambivalência política das concepções oficiais de cultura, por representar a expressão de uma determinada narrativa do Estado, através dos seus órgãos de preservação. A “escolha” de Minas Gerais também representou, como sublinha Gonçalves (1996), uma prática discursiva dos intelectuais que formularam as políticas de patrimônio no Brasil:



Detalhe de uma escultura do Mestre Aleijadinho.
Acervo iconográfico do IPHAN.

“(...) as narrativas nacionais sobre o patrimônio não apenas ilustram a existência da nação enquanto uma busca por uma identidade cultural original e contínua apesar de ameaçada, mas ‘são’ essa busca” (Gonçalves, 1996:33).

As origens da política de preservação no Brasil, no entanto, não foram diferentes da maioria das experiências de outros países, estando relacionadas à consolidação de uma imagem política e cultural da *nação*, tendo o Estado como o seu principal artífice. Os bens culturais que integram o patrimônio cultural sempre são, em geral, selecionados, para tombamento, em função de sua capacidade de expressar – de forma modelar – a história oficial como suposta síntese da memória, tradição e identidade nacional. O patrimônio, enquanto lugar por onde circulam “fantasmas do passado e os imperativos do presente” (De Certeau, 1998), é, ele próprio, através dos seus os intelectuais, um agente que constrói e inventa tradições. Embora o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, contemplasse uma definição abrangente de “obras de arte patrimonial”¹⁵, a política de preservação do SPHAN (atualmente IPHAN) se inclinou, predominantemente, para a restauração arquitetônica de cunho fachadista dos bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos (em sua maioria, representativos do estilo barroco-colonial mineiro) expressavam uma versão oficial do patrimônio.



Aspectos da arquitetura colonial em Ouro Preto. Acervo Iconográfico do IPHAN.

¹⁵ O próprio decreto n° 25, que institui o SPHAN, não incorpora todas as especificações sugeridas por Mário de Andrade em seu projeto original (Ministério da Educação e Cultura, 1980). O decreto não limita, entretanto, o patrimônio cultural aos bens imóveis, incluindo bens móveis, monumentos naturais, sítios e paisagens. No entanto, a prática de preservação terminou sendo predominantemente voltada para as edificações em pedra e cal. (Magalhães, 1985; Arantes, 1984; Chauí, 1992).

A predominância dos monumentos que reafirmam os poderes políticos, religiosos e militares, não apenas reforçaria essa versão oficial da própria cultura brasileira como excluiria um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que demandam formas particulares de inserção e pertencimento à nação. As origens sociais da maioria dos tombamentos que marca a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil entre 1938 e 1981 se referem, como destacam Fonseca (1997), Fenelon (1992) e Falcão (1984), à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e às edificações-símbolos do poder estatal: fortes, casarios, mosteiros, igrejas e quartéis. Essa tendência linear, entretanto, tem apresentado importantes exceções, a exemplo do tombamento do terreiro de Candomblé Casa Branca, Salvador, e da Serra da Barriga, União dos Palmares (Fonseca, 1997).

Embora tenham ocorrido mudanças no parâmetro conceitual de representação da idéia de cultura nacional, com a inclusão de bens relativos a diferentes etnias, grupos de imigrantes e aspectos da cultura popular, permaneceram os critérios tradicionais de valoração dos bens tombados. É o que se pode observar em diferentes períodos da história do IPHAN, através das análises de Silvana Rubino (1992), Mariza Veloso M. Santos (1992) e Maria Cecília L. Fonseca (1997), em seus estudos sobre as origens históricas, concepções e práticas de tombamento no período de 1920 a 1980. De alguma forma, o conjunto patrimonial brasileiro continuou expressando uma concepção muito singular que forjou a própria imagem do que Mariza V. Santos denominou como “Academia SPHAN” (Santos, 1996). A construção de uma “memória nacional”, a partir de uma determinada apropriação do passado, permaneceu estabelecendo os marcos de uma modernidade própria do órgão de preservação do patrimônio brasileiro, contribuindo para que a própria instituição, com seus intelectuais, fosse um ativo agente que construiu/inventou uma tradição: “(...) o acervo preservado é também o patrimônio histórico e artístico do SPHAN” (Rubino, 1992: 200)¹⁶.

¹⁶ Do mesmo modo, Rodrigues (1994), em sua análise sobre a instituição do patrimônio em São Paulo, através da criação do Condephaat, destaca as tensões que marcaram a trajetória daquele órgão, cujo patrimônio “(...) ratificou uma visão unívoca do passado da qual se excluem as representações da cultura material de grupos que só recentemente vêm reivindicando seu lugar na história” (Rodrigues, 1994: 52).

Ao abordarem os limites de um patrimônio cultural que pretende se constituir como síntese da identidade da nação, essas análises também sugerem repensar o tema do patrimônio sob o prisma da democratização e da necessidade de consolidar uma cidadania que inclua de modo amplo os diferentes direitos culturais. É quase um consenso, entre os estudiosos do patrimônio, que a negação das trajetórias e demandas diferenciadas por uma sacralização da história oficial como sendo de todos, como ressalta Paoli (1992), implica a redução do patrimônio às supostas metas “universais” da nação. Este fato implicaria uma dimensão cultural limitada (para não dizer inexistente) da cidadania, na medida em que pressupõe uma interação política – simbolicamente mediada pelos bens culturais oficiais – com o Estado, através de um suposto patrimônio cultural nacional e homogeneizado. Por essa razão, a idéia de um patrimônio comum parece cada vez menos plausível se pensarmos nas diferentes perspectivas de se ver e construir a idéia de tradição e de passado. Ao analisar os limites da ritualização nacionalista da cultura mexicana no Museu Nacional de Antropologia, Canclini sintetiza parte da reflexão crítica que há em torno desses limites do patrimônio:

“Se considerarmos os usos do patrimônio a partir dos estudos sobre reprodução cultural e desigualdade social, vemos que os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem” (Canclini, 1997: 194).

Durante muitos anos no Brasil, o paradigma da preservação do patrimônio *nacional*, ancorado na idéia de construção de uma nacionalidade, contou exclusivamente com os recursos públicos para as atividades de restauro e conservação do patrimônio. Seguindo o modelo vigente de política econômica centralizada pelo Estado, que se consolidou no pós-guerra na forma do Estado keynesiano de bem-estar social, as políticas de patrimônio eram incontestavelmente funções do Estado, enquanto agente responsável pelo desenvolvimento econômico e social. A partir dos anos 70, no entanto, em decorrência principalmente da impossibilidade do IPHAN manter, com recursos do governo federal, uma agenda atualizada de conservação e manutenção desse patrimônio, inicia-se o processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil, cujo resultado contribuiu também para flexibilizar a difícil tarefa de atribuição de valor a certos bens que podiam ter relevância para estados e

municípios, mas não para a genérica idéia do IPHAN sobre memória e identidade nacionais. Do ponto de vista operacional, entretanto, essa descentralização se deu a partir de três fatores básicos, segundo Freitas (1992):

“o esgotamento das estruturas burocráticas tradicionais, a modernização administrativa do aparelho de Estado e a definição de uma nova divisão de tarefas entre a União, os Estados e os Municípios” (Freitas, 1992: 97).

Nesse processo de descentralização houve uma expansão da política de preservação em vários programas e órgãos federais que resultou na divisão de responsabilidades do IPHAN com esferas municipal e estadual de preservação, com o surgimento de novas estruturas e legislações em nível regional. Um dos marcos desse processo de descentralização foram os *Encontros de Governadores* (Brasília, 1970 e Salvador, 1971), nos quais foram traçadas novas estratégias de preservação com a participação dos Estados. Durante o Encontro, como destaca Freitas (1992), o anteprojeto de lei para *Setores Monumentais e Paisagísticos*, proposto por Paulo Ormino, no Encontro de Salvador, propunha a criação do *Plano Permanente de Preservação e Valorização* (PPPV)¹⁷ que, seguindo as recomendações da Carta de Veneza (1964) e do Encontro de Quito (1967), sugere a mesma estrutura de Zonas de Proteção das Normas de Quito, associando preservação do patrimônio e estratégia de planejamento urbano¹⁸.

Em ambas as Cartas encontram-se recomendações que ampliam a própria noção de monumento, associando-o aos seus contextos, rurais ou urbanos. Em seu Art. 1º, a Carta de Veneza apresenta uma definição de Monumento Histórico que abrange tanto a edificação arquitetônica isolada quanto um sítio que “(...) dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (Ministério da Cultura/IPHAN, 1995). Do mesmo modo, as Normas de Quito consideram que “a idéia do espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se

¹⁷ Talvez influenciado pela experiência francesa, Paulo Ormino propõe um plano de mesmo nome do que estava previsto na Lei Malraux de 1962. (Lei Malraux, In: MEC/SPHAN, 1980).

¹⁸ As Zonas de Preservação atendiam a certas peculiaridades sobre os usos e proteção do espaço urbano: “a) Zona de proteção rigorosa, que corresponderá à maior densidade de monumentos ou de ambiente; b) Zona de proteção ou respeito, com uma maior tolerância; c) Zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar uma integração da mesma com a natureza circundante” (Prefeitura da Cidade do Recife, 1981; Ministério da Cultura/IPHAN, 1995).

estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra” (Ministério da Cultura/IPHAN, 1995).

Essas diretrizes foram fundamentais para uma redefinição das práticas de preservação no Brasil, na medida em que a idéia de “entorno” ampliou o âmbito de atuação dos órgãos de patrimônio para além das fachadas dos bens ressaltados como portadores de valor arquitetônico. A noção de ambiência consubscreve o bem, que no caso do patrimônio edificado das cidades se traduz sobretudo na prática de intervenção a partir do reconhecimento do valor urbanístico (e sua potencialidade comercial para o turismo) do bem ou conjunto a ser preservado.

As orientações do PPPV e do próprio anteprojeto de Paulo Ormino continham, segundo Freitas (1992), uma postura que assimilava as dimensões sociais e econômicas do patrimônio, ultrapassando assim uma orientação corrente nas políticas de preservação no Brasil, que sempre privilegiavam aspectos predominantemente estilísticos. De fato, a análise de Freitas parece correta ao destacar que, de um modo geral, os *Encontros dos Governadores* expressaram alguma mudança em relação aos objetivos e critérios da preservação do patrimônio. É no encontro de Salvador, como se pode observar na Exposição “*O acervo de valor cultural e os monumentos naturais face à indústria do turismo*”¹⁹, que a constatação da falência dos recursos públicos associa-se à orientação direta dos usos econômicos do patrimônio:

“Em face das dificuldades econômicas de conservar e restaurar o acervo excepcional de monumentos nacionais, deve-se adotar uma política de valorização que permita a integração do monumento no ambiente urbano, buscando soluções autofinanciáveis”.²⁰

Essa redefinição marca o início de um complexo percurso, iniciado no encontro de Quito (1967), em que o patrimônio vai sendo incorporado às políticas urbanas e articulado com o desenvolvimento regional e o incremento do turismo. Nas Normas de Quito, encontra-se a seguinte consideração sobre a valorização econômica dos monumentos:

¹⁹ 4º Sessão Plenária do Encontro de Salvador. In: Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Anais do II Encontro de Governadores, 1973.

²⁰ O acervo de valor cultural e os monumentos naturais face à indústria do turismo. In: Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. Anais do II Encontro de Governadores, 1973.

“Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles” (Ministério da Cultura, 1995).

É nesse sentido que o Encontro de Salvador vai recomendar, dentre outros aspectos, a convocação de órgãos financeiros de habitação, a exemplo do Banco Nacional de Habitação (BNH), para participar das políticas de conservação, bem como órgãos ligados ao turismo, como a EMBRATUR.²¹ Estava iniciado, assim, um novo período das práticas de preservação no Brasil, associando ao patrimônio funções de desenvolvimento urbano:

“Nesse sentido, a década de 70 representou o período de transição entre a antiga prática de preservação, fundamentada exclusivamente em critérios estilísticos, e uma nova prática em que os problemas inerentes à atividade de preservação eram compreendidos a partir da perspectiva integrada, que também abrangia critérios econômicos e sociais”(Freitas, 1992: 134).

Essa foi a orientação central que norteou o *Programa de Cidades Históricas* (PCH), do qual foi criado o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste*, em maio de 1973. Tendo como principal orientação o desenvolvimento do turismo, supostamente para diminuir as desigualdades regionais, o programa representou uma maior aproximação entre as práticas de preservação com as noções de desenvolvimento urbano regional. Sob a execução do Ministério do Planejamento (MINIPLAN/SEPLAN-PR), o programa contou com um tipo de gestão que ultrapassou o âmbito do IPHAN, que continuou responsável pelos pareceres técnicos de restauração, contando com a participação da SUDENE e EMBRATUR, que também opinavam sobre a execução de projetos relacionados às atividades turísticas (Freitas, 1992: 148). Em linhas gerais, no entanto, o PCH manteve sua atenção mais voltada à operacionalização das práticas de preservação, não alterando substantivamente os parâmetros conceituais das intervenções, mantendo-se fiel na própria definição do grupo pioneiro do IPHAN. Esse aspecto, relativo à atualização conceitual, iria ser enfrentado mais diretamente por outro grupo, criado na mesma época, que se propunha exatamente a repensar os conceitos e parâmetros da seleção dos bens tombados.

²¹ Compromisso de Salvador. In: Ministério da Educação e Cultura/IPHAN, 1973.

Foi ainda nesse mesmo período que surgiu o *Centro Nacional de Referência Cultural* – CNRC –, que, embora tenha tido uma curta sobrevida, foi fundamental para lançar uma nova visão sobre o patrimônio cultural como processo social. Criado em 1975 por um grupo heterogêneo de pesquisadores, inclusive antropólogos, e dirigido por Aloísio Magalhães, o CNRC se propôs a mapear práticas e saberes populares, antecipando uma rica discussão sobre os significados do *patrimônio imaterial*, que iria ser retomada alguns anos mais tarde pelo próprio IPHAN. Havia nas preocupações fundamentais de Aloísio Magalhães, sobre a definição de bens culturais, um eixo central que poderia ser sintetizado na relação Desenvolvimento e Identidade cultural. Este era, a propósito, um dos temas mais centrais na reflexão sobre políticas culturais no Brasil dos anos 70. Magalhães estava afinado com o debate desenvolvimentista do período, preocupado em definir uma estratégia nacional para superar o que considerava um dos problemas mais graves da modernidade: a perda da identidade cultural (Magalhães, 1985: 47). A inovação introduzida por Magalhães e o CNRC foi justamente ter proposto uma redefinição do conceito de bens culturais, destacando a contribuição das artes de fazer populares na construção de uma noção mais abrangente de patrimônio nacional:

“Nosso objetivo é estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, noutra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se” (Magalhães, 1985: 110).

A proposta do CNRC dava materialidade a uma problemática levantada por Magalhães, que ficou conhecida na forma de uma indagação: “*E Triunfo?*” (Magalhães, 1985: 42). Com essa questão, pretendia Magalhães perguntar onde se situaria a pequena e antiga cidade de Triunfo, no interior de Pernambuco, com suas próprias artes de fazer cotidianas, no contexto do debate sobre as formas de desenvolvimento tecnológico no Brasil dos anos setenta. Com esta indagação, punha-se no centro da discussão a produção dos pequenos artesãos e suas diversas manifestações vivas de cultura popular. Pernambucano, saído do antigo Teatro de Estudantes de Pernambuco – TEP –, grupo precursor do Teatro Popular do Nordeste – TPN –, de onde surgiram importantes personalidades do universo intelectual que tratou do tema da

cultura popular, como Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho e Joel Pontes, entre outros, Aloísio Magalhães trazia à tona um debate que se tornou central, a partir dos anos 60, para a idéia de cultura nacional em geral, e de identidades regionais em particular (Leite, 1995-b).

Mais do que problematizar um tema polêmico, Magalhães e o CNRC possibilitaram uma real expansão do conceito de patrimônio, levando-o até o IPHAN, quando assume a direção do órgão em 1979, com a fusão IPHAN/CNRC/Programa de Cidades Históricas. Esta abertura proporcionou entender o patrimônio cultural também “como bem culturais vivos entendendo o trato da matéria-prima, as formas de tecnologia pré-industrial, as formas do fazer popular, a invenção de objetos utilitários” (Magalhães, 1985: 113).

O retorno à temática da cultura popular representou uma aproximação aos ideais modernistas do primeiro SPHAN, cujo resultado prático mais importante talvez tenha sido o “Mapeamento do Artesanato Brasileiro” que possibilitou não apenas uma apreensão mais ampla do próprio conceito de patrimônio como também, e fundamentalmente, introduziu a discussão sobre os atores e o contexto da produção desse patrimônio, flexibilizando as ações em função das particularidades dos agentes envolvidos e suas práticas:

“Qualquer intervenção deveria ser precedida, portanto, do conhecimento da especificidade daquele saber-fazer, em sua trajetória e sua inserção no contexto atual. Conseqüentemente, as formas de ação deveriam ser necessariamente diferenciadas, adequadas a cada caso e momento, e envolvendo a participação da comunidade que produz e consome aqueles bens (...)” (Fonseca, 1997: 167).

A renovação do conceito de *patrimônio imaterial*, introduzida por Magalhães, ficou praticamente esquecida nas práticas de preservação do IPHAN, até ser retomada mais uma vez, quase 25 anos depois. Em 1997, o IPHAN promoveu em Fortaleza-CE, um Seminário Internacional para rediscutir a noção de patrimônio Imaterial, cujo relatório final, a “Carta de Fortaleza”, recomendava o aprofundamento de estudos sobre o tema (Sant’Anna, 1999). Ainda nesse mesmo sentido, e diretamente motivados pelas idéias do Centro Nacional de Referência Cultural, o IPHAN vai patrocinar duas experiências voltadas ao patrimônio imaterial: os Inventários de Referências Culturais, realizadas na cidade de Goiás-GO e em

Porto Seguro-BA. A primeira foi realizada pelo *Movimento Pró-Cidade de Góias Patrimônio Cultural da Humanidade*, enquanto a segunda experiência, em Porto Seguro, foi desenvolvida pela empresa de consultoria Andrade & Arantes, sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes, que já vinha desenvolvendo larga pesquisa na Unicamp sobre a Costa do Descobrimento na Bahia (IPHAN/MINC, 1999).

Ainda na década de 70, a proposta do *Programa de Preservação e Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano* (PPRPAU) propunha uma definição linear de critérios econômicos de intervenção e preservação do patrimônio, em função dos objetivos e metas do aproveitamento financeiro relacionados ao turismo, ao planejamento e ao desenvolvimento urbano²². A própria noção de patrimônio foi “ampliada”, passando “(...) a definir não mais uma obra isolada, de construção realizada em séculos passados, e cujo valor foi determinado através de uma análise estético-histórica, mas exprime também obras de construções recentes e que expressem manifestações culturais à nossa evolução urbana”²³. Embora não tenha sido implantado, esse Programa representou uma ampliação conceitual e uma abertura para o debate sobre a valorização de áreas que não se enquadravam na noção tradicional de patrimônio utilizada pelo IPHAN.

As transformações ocorridas nas práticas de patrimônio a partir dos anos 70 contribuíram para deslocar o foco conceitual da preservação de uma idéia abrangente de *nação* para a valorização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento das cidades históricas. O caso de Pernambuco ilustra como esse deslocamento focal destaca uma localidade que antes estava subsumida pelo ideário modernista da SPHAN, que via o Brasil através de Minas Gerais. Pernambuco foi um dos primeiros estados do Brasil a criar uma legislação municipal e estadual para seus próprios bens, dentro da perspectiva típica dos anos 70 e 80, de utilização econômica do patrimônio como estratégia para o desenvolvimento urbano (Leal, 1995). No contexto de criação, em maio de 1973, do *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste* – PIRCHN –, foi instituído, no mês de

²² SEPLAN-PR. Exposição de Motivos n ° 147/75. In: Freitas, 1992.

²³ SEPLAN-PR. Exposição de Motivos n ° 147/75. Citado Por Freitas, 1992: 164.

setembro do mesmo ano, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambucano – FUNDARPE –, órgão estadual responsável pela restauração dos primeiros imóveis do Programa contemplados pelo PIRCHN. Com a Lei 7.970, de 18 de setembro de 1919, Pernambuco também instituiu o tombamento de bens pelo Estado, consolidando sua posição de liderança nas práticas de preservação no Nordeste (FUNDARPE, 1994).

No âmbito municipal a experiência é semelhante. A orientação do *Plano Permanente de Preservação e Valorização*, assimilada em alguns pontos já no Compromisso do *Encontro dos Governadores* em Salvador, do qual o Governo de Pernambuco é signatário, é incorporada na primeira legislação municipal de preservação dos sítios históricos pernambucano, o *Plano de Preservação dos sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife* (PPSH-RMR)²⁴. Foi a partir do lastro conceitual do Programa de Preservação e Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano (PPRPAU) e do I Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM –, que se estruturou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR), em 1978, cuja Lei Municipal nº 13957 de 26 de setembro de 1979 cria as Zonas de Proteção Rigorosa (ZPRs). É a partir dessa lei que surge o Decreto nº 11.692 de 22 de setembro de 1980 que instituiu, por exemplo, o núcleo original da cidade do Recife, o *Bairro do Recife*, como uma das Zonas de Preservação Rigorosa, definido como um “conjunto antigo”.²⁵

É importante observar, portanto, que a primeira legislação sobre a preservação dos sítios históricos em Pernambuco, desenvolvida no contexto dessa descentralização das políticas de patrimônio dos anos 70, já continha uma orientação voltada à integração das práticas de preservação com os processos de planejamento e desenvolvimento urbano. Realizadas no âmbito da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife,

²⁴ Na Introdução ao documento “Preservação dos Sítios Históricos”, volume que contém a Lei e os Decretos que criam as Zonas de Preservação do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR), é destacado o compromisso da Prefeitura do Recife com o acordo da Reunião de Governadores, em Brasília no dia 3 de abril de 1970, que reconhece a necessidade de ação complementar dos Estados e Municípios na proteção de bens culturais. In: Prefeitura da Cidade do Recife. *Preservação de Sítios Históricos*, 1981.

²⁵ Segundo a lei nº 13957, de 26 de setembro de 1979, um conjunto antigo é definido como “complexos urbanos notáveis, formados com edificações típicas, seja por conter exemplares de excepcional arquitetura, seja por constituir núcleo de expressivo significado histórico”. In: Prefeitura da Cidade do Recife. *Preservação de Sítios Históricos*, 1981.

as políticas de patrimônio em Pernambuco fazem deste estado um precursor no desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio associada a um órgão gestor de políticas urbanas.

A experiência de Pernambuco reflete uma solução encontrada pelas políticas de patrimônio no Brasil para equacionar os problemas financeiros das práticas preservação. Embora esta solução tenha contribuído, a meu ver positivamente, para uma distensão do próprio conceito de patrimônio, na medida em que possibilitou uma certa superação da prática “fachadista” de valorização de bens representativos do barroco-colonial, o resultado final representou uma cilada para o próprio patrimônio. Ao inserir o debate brasileiro no contexto americano do “*big business*”, como alerta Arantes (1987), “dava-se uma solução equivocada a um problema real”. O equívoco não é associar, *per se*, turismo e patrimônio. Uma política que sacralize um bem cultural ao ponto de torná-lo alheio à visitação também é igualmente indesejável. O problema é que as demandas empresariais da indústria do turismo não subvertem apenas a lógica da seleção dos bens a serem preservados, evidenciando apenas aqueles potencialmente bons para o retorno financeiro. Pelo consumo massificado, reforçam exatamente os aspectos mais monumentais desses bens, alienando-os dos seus significados históricos locais, construídos pelas práticas cotidianas daqueles que com eles convivem. Mais do que uma solução equivocada, é a reincidência de um equívoco. Ou melhor: de uma orientação política que quase sempre negligenciou a participação dos usuários mais diretos do patrimônio edificado.

Esta orientação econômica nas políticas de patrimônio, cujo percurso desloca o foco da *nação* para as *cidades*, representa também uma reformulação da noção tradicional de *lugar*. Bem distante daquele ideário modernista da SPHAN em Ouro Preto, a preocupação recorrente não é tanto a de construir uma idéia abrangente de nação, mas viabilizar políticas urbanas de desenvolvimento. A relação entre paisagem e lugar se transforma, com o ícone nacional inspirado no barroco-colonial mineiro convivendo com a construção de outras paisagens locais. A emergência das práticas de *big business*, que desloca e redesenha as novas paisagens urbanas, fertiliza um novo ideário político para a relação entre identidade e lugar nas políticas de preservação no Brasil, que iria ter seu perfil definido nos anos 90 com a políticas de *gentrification*.

II

Gentrification e consumo dos lugares

Enquanto espaços de *sociabilidade pública*²⁶, os centros históricos que passam por processos de *gentrification* são objetos de políticas urbanas e culturais que buscam recuperar seu patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital. Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção das cidades históricas no contexto da “concorrência inter-cidades”, através dos usos do patrimônio na captação de recursos²⁷, as políticas de “revitalização” têm desenvolvido, no curso crescente da desgulamentação “neoliberal” da economia mundial, uma complexa política cultural de *gentrification*.

Utilizo aqui o termo *gentrification* com o mesmo sentido utilizado por autores como Harvey (1992), Featherstone (1995), Smith (1996) e Zukin (1996) para designar formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados. A expressão *gentrification* começou a ser usada em 1960, nos EUA, para designar um modelo de intervenção urbana que se expandia em larga escala em muitas cidades americanas, cuja principal característica era a reabilitação residencial de certos bairros centrais das cidades (Smith, 1996). Empreendimentos semelhantes, embora esporádicos, já aconteciam nas décadas de 30 e 40 nos EUA, seguindo um modelo que Neil Smith chama de “*embourgeoisement*”, voltado para os novos empresários e comerciantes (*white collars*). O deslocamento da população negra e operária dos seus bairros tradicionais, como ocorreu em *Georgetown*, bairro operário da Cidade de Washington (Smith, 1996:37), exemplifica essa tendência que surgiu e se alastrou pelos EUA e Europa no pós-guerra.

²⁶ Por *sociabilidade pública* podemos entender o conjunto de práticas interativas, conflitivas ou não, que se estruturam no curso da vida pública cotidiana.

²⁷ A “concorrência inter-cidades” se refere ao incremento das políticas de patrimônio como recurso estratégico para potencializar a expansão do mercado de captação de recursos no interior dos fluxos globais (Fortuna, 1997).

O termo *gentrification*, portanto, foi inicialmente utilizado como uma linguagem especializada para designar “reabilitação residencial”. Como Smith explica, ele próprio fazia, nos anos 70, uma distinção entre *gentrification* (aplicada à reabilitação do estoque arquitetônico já existente), de “redesenvolvimento” (para referir-se às construções novas). Essa diferenciação, como o próprio autor esclarece fazia sentido quando as práticas de *gentrification* ainda não eram operadas como renovação urbana em larga escala. Hoje, essa distinção, como reconhece Smith, já não atende ao caráter expansivo do processo: *gentrification* tanto pode referir-se à reabilitação de casarios antigos como pode englobar construções totalmente novas.

Não deixa de ser curioso que o termo tenha se sedimentado justamente nos anos 60, no rastro dos “distúrbios” sociais pós-68 e da contracultura urbana. Smith faz uma referência quanto à relação entre o uso do termo e a contracultura em *Greenwich Village*, em Nova York, mas é David Harvey quem explica essa associação ao comentar os efeitos dos distúrbios urbanos em *Baltimore*. Segundo Harvey (1992), foi justamente no rastro das manifestações públicas (passeatas, incêndios, saques), depois do assassinato de Martin Luther King, que políticos e empresários começaram a pensar sistematicamente em formas de renovação urbana. *Baltimore* repetia, pela primeira vez de forma mais metódica, o princípio haussmaniano de pulverizar manifestações públicas e higienizar a cidade, criando a sensação de um local limpo e seguro. Apesar de ser uma experiência típica do capitalismo pós-guerra – claramente identificada pela tendência de disputa das cidades pelo mercado internacional –, as políticas de *gentrification* podem ser consideradas sucessoras pós-modernas da experiência francesa bonapartista do final do século XIX. A reforma realizada pelo Barão de Haussmann em Paris, com seus *quartiers* bem demarcados, suas longas avenidas e seus *boulevards*, fizeram da capital francesa o mais importante modelo de *protogentrification* (Smith, 1996). a *Baltimore* “enobrecida” tentou igualmente se opor às manifestações públicas que pareciam tornar suas ruas em arenas de guerra, através de intervenções urbanas.

Passo a passo, o que era apenas um programa urbanístico de reabilitação residencial foi se tornando uma estratégia política, cujos processos de *gentrification* foram cada vez mais criando assimetrias que resultaram no que Sharon Zukin (2000-b) chamou de “paisagens de poder”. Zukin assinala igualmente que, a partir dos anos 60, começou a haver uma alteração da configuração espacial das cidades modernas, em razão da demanda por segurança e proteção, face ao crescente medo da vida urbana:

“Gentrification, historic preservation, and other cultural strategies to enhance the visual appeal of urban spaces developed as major trends during the late 1960s and early 1970s. Yet these years were also a watershed in the institutionalization of urban fear” (Zukin, 1995: 39)

Até então, não havia uma correlação entre centralidade e poder, uma vez que as principais instituições econômicas e políticas estavam dispersas geograficamente. O mapa urbano começou a mudar, segundo a autora, quando dois fluxos de deslocamentos ocorrem: em Nova York e Londres, os pólos residenciais migram para áreas residenciais periféricas, enquanto que em Los Angeles e Miami, as áreas centrais começam a concentrar atividades empresariais (Zukin, 2000). Zukin identifica, assim, duas importantes características das políticas de *gentrification*: “centralidade” e formação de “paisagens de poder”. O primeiro processo refere-se à reapropriação de certos espaços da cidade, a partir da concentração de atividades que refazem usos e impõem uma visão que culmina com a apropriação espacial. A consequência da formação de uma centralidade é quase sempre a formação de uma paisagem de poder. Zukin utiliza a expressão “paisagem de poder” para designar uma forma socioespacial de assimetria do poder:

“(…) a paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural. Essa assimetria de poder modela o sentido dual da paisagem. (...) o termo ‘paisagem’ diz respeito à chancela especial de instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como a todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo. No primeiro sentido, a paisagem dos poderosos se opõe claramente à chancela dos sem poder – ou seja, à construção social que escolhemos chamar de vernacular –, ao passo que a segunda acepção de ‘paisagem’ combina esses impulsos antitéticos em uma visão única e coerente no conjunto” (Zukin, 2000: 84).

A noção de paisagem articula, assim, a uma dimensão simbólica do poder: práticas de *gentrification* não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimentos em áreas centrais; referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representem visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca se apropriar de certos espaço da cidade. *Baltimore* foi, assim, apenas um primeiro caso de uma seqüência de processos de *gentrification* que iriam expandir a partir dos anos 90. O bairro do *Soho* é geralmente tomado como exemplar para se compreender as principais características desse processo. No entanto, o *Soho* representou, a meu ver, uma experiência ainda associada à idéia de reabilitação residencial, uma vez que fora ocupado inicialmente por artistas e intelectuais que o escolheram como lugar de morada e, em razão disso, surgiram uma série de outros serviços que foram agregando valor ao velho bairro. Para exemplificar o aspecto mais ostensivo das práticas de *gentrification*, o caso do *Times Square*, em Nova York, que foi igualmente estudado por Sharon Zukin, ilustra como a “higienização social” constrói paisagens de poder.

A área do *Times Square* era, no pós-guerra, um lugar de cinemas e casas de prostituição, onde se encontra divertimento barato. Nos anos 70, contudo, essas atividades não apenas se intensificaram como acentuaram seu perfil contraventor: casas de fliperamas se misturavam a cinemas pornográficos, casas de *strippers* e pontos de drogas (Zukin, 1995). A paisagem se manteve assim até que a prefeitura iniciou a *gentrification*, como esclarece Zukin:

“Por volta de 1990, as autoridades municipais e os arquitetos responsáveis pela reestruturação de Times Square começaram a perceber que mudar sua ‘cara’ – em outras palavras, atualizar a moldura visual daquela paisagem – removeria as atividades ilegais e ‘marginais’” (Zukin, 2000-b: 113).

O processo que transformou a diversão “marginal” em mercadoria asséptica e familiar fez com que o *Times Square* se transformasse, segundo Zukin, na capital da indústria cultural de Nova York. No local se instalaram a Disney Company e a Warner Brothers, com direito a apresentações de teatro infantil com os personagens da Disney. Entretenimentos sofisticados substituíam as suspeitas casas de sexo, depois que a polícia novaiorquina expulsou antigos usuários e comerciantes. Sem as paisagens vernaculares (que Zukin atribui aos sem-poder) as

ruas limpas, seguras e “disneificadas” do *Times Square* se tornaram uma típica paisagem de poder: construída como centralidade de (e para) novos sujeitos (empresários do alto setor de entretenimento americano) através do seu processo de *gentrification*.

Ao final do século XX, além do aspecto diretamente relacionado a formas de controle social (Zukin, 2000), uma das mais recorrentes características arquitetônicas das práticas de *gentrification* tem sido a *re-localização* estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o *espaço público* promoveriam uma colagem da tradição. Essa *re-localização*, através dos quais as tradições são reelaboradas e dialogam em estado alterado com os processos e/ou produtos da “globalização”, caracteriza a tendência predominantemente híbrida da cultura na alta modernidade, cujos termos “glocal” ou glocalize” se sobressaem como expressões que anunciam o caráter liminar da experiência social contemporânea (Featherstone, 1997; Canclini, 1996; Giddens, 1991; Hall, 1995). Carlos Fortuna (1997), ao analisar a “revitalização” da cidade de Évora, em Portugal, chama de “conservação inovadora do elemento tradicional” o processo que tenta justamente adequar as tradições locais às demandas globais do consumo cultural. Essa dimensão de consumo, típica das políticas de *gentrification*, tem atualizado, como ressalta Featherstone (1995), os nexos entre cultura de consumo e produção de mercadorias na sociedade contemporânea:

“(…) em primeiro lugar, na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso de bens materiais como ‘comunicadores’, não apenas como utilidades; em segundo lugar, na economia dos bens culturais, os princípios do mercado – oferta, demanda, acumulação de capital, competição e monopolização – que operam ‘dentro’ da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias” (Featherstone, 1995: 121).

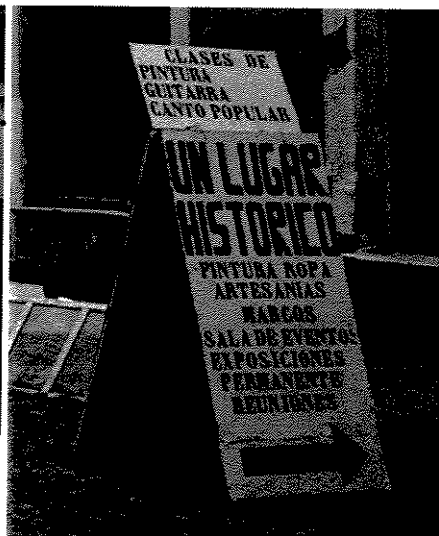
Embora o argumento fundamental que justifica as atuais políticas culturais de *gentrification* continue se baseando na idéia de tradição, ocorre uma alteração no modo de operar esse conceito, na medida em que pressupõe uma retomada da idéia de patrimônio nacional, acrescida de uma concepção mercadológica que trata esse patrimônio como mercadoria cultural. Essa dimensão mercadológica implica que a racionalidade da preservação tem seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais, no sentido de possibilitar uma rentabilidade dos investimentos aplicados, acrescidos

dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar. Falar do patrimônio como *mercadoria cultural* significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de “fetichização” da cultura. Os chamados bens culturais retêm um conjunto diverso de valores que, como resalta Ulpiano Menezes,

“(...) são sempre fruto das relações dos homens entre si, não das relações diretas dos homens com os objetos. Deslocar tais atributos das relações para as coisas é o que se chama reificação, fetichização, e que é fonte de alienação permanente (Menezes, 2000: 37).



Tradicional Bairro argentino de San Telmo, Foto de Paula Cencia



Creio que, nesse ponto, seria necessário falar de duas dimensões do *consumo* presentes nesse contexto: a primeira refere-se à dimensão propriamente econômica da troca, relativa à apropriação de mercadorias e definida pelas possibilidades financeiras de acesso aos produtos e serviços disponíveis no mercado. A outra relaciona-se aos significados culturais do ato simbólico de consumir, enquanto prática social que diferencia gostos e estilos de vida e demarca, como resalta Featherstone, relações sociais:

“Se é possível afirmar o funcionamento de uma ‘lógica do capital’ derivada da produção, talvez seja possível afirmar também uma ‘lógica do consumo’, que aponta para os modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais” (Featherstone, 1995: 35).

Essa lógica do consumo, aplicada às práticas interativas nos espaços de *gentrification*, acrescenta ao tema do patrimônio a possibilidade de entender como se estruturam sociabilidades públicas marcadas pela socioespacialização das *diferenças* que se afirmam também a partir das distintas formas de se consumir os bens culturais. Antônio Arantes retoma esse debate sobre o papel do mercado nas práticas culturais para ressaltar que “(...) longe de simplesmente gerar homogeneidade, o mercado estimula a geração e a circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença” (Arantes, 2000-b: 64).

O sentido do consumo cultural, portanto, deve ser entendido como uma prática que ultrapassa a racionalidade instrumental do ato de comprar produtos, na direção que afirma usos e processos de apropriação de *signos*. E esta lógica da troca de signos, como assinala Baudrillard (1981), tem como meta a produção de singularidades. Embora esse autor exacerbe a noção de *sentido* das práticas de consumo, com sua noção de “valor de troca-signo” (o que muitas vezes resulta em uma discutível negação das necessidade reais subjacentes aos valores de usos das mercadorias no ato das trocas), ele assinala a dimensão simbólica do consumo, que permite ajustar o conceito para além de um mecanismo puramente econômico. Para Baudrillard, existe socialmente uma “(...) urgência vital de ter de produzir-se como sentido num sistema de trocas e de relações. Simultaneamente com a produção de bens, há urgência em produzir significações, sentidos, em fazer com que exista o um-para-o-outro antes que o um e o outro existam para si” (Baudrillard, 1981: 74). Essa dupla perspectiva, de ser um objeto-mercadoria e objeto-significado, foi igualmente analisada por Bourdieu em sua *Economia das Trocas Simbólicas*. Para esse autor, os valores mercantil e cultural subsistem com relativa independência, “(...) mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural” (Bourdieu, 1999: 103). O que ambos, Baudrillard e Bourdieu, pretendem assinalar, cada um a seu modo, é tanto o caráter simbólico das trocas quanto a dimensão econômica da cultura.

Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em *lugares* (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar formas específicas de *pertencimento*. Por essa razão, e considerando o *consumo cultural* como “(...) el conjunto de procesos de apropiación y usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso y de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica” (Canclini, 1993: 34), os diferentes sentidos atribuídos aos *lugares*, e a forma como são apropriados (*consumidos*), demarcam as tensões e disputas em torno dos *usos* e *sentidos* atribuídos aos espaços urbanos enquanto *espaços públicos*.

Desse modo, e pensando que “consumir es también, por lo tanto, intercambiar significados” (Canclini, 1993: 29), a dimensão econômica do consumo (relacionada às necessidades) restringe as possibilidades interativas no contexto das práticas de *gentrification*, mas o consumo cultural (relacionado aos sentidos ampliados dos usos), ao contrário de concorrer para o esvaziamento do espaço público, pode indicar a complexa e ambivalente permanência de uma dissensão política dos *lugares*, que se nutre dos diferentes *usos* e consumos dos *lugares*. Essa ambigüidade cultural do patrimônio, pensada através da noção de *uso*, remete o tema aos desafios de construir uma identidade política no interior de uma sociedade que se pretende democrática. Assim, e para além de uma perspectiva oficial que toma para si o suposto saber relativo aos significados dos bens a serem tombados, é possível compreender o patrimônio antes pelos significados a ele atribuídos, como ressalta Durham (1984):

“Nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade” (Durham, 1984: 30).

O processo de atribuição do valor aos bens culturais retém, assim uma dimensão essencialmente política, quando pensada nos termos propostos por Durham. O *uso* (ou o “valor-signo”, nos termos de Baudrillard) que faz de um bem cultural em uma sociedade de

consumo pode muitas vezes estar em conflito com o valor econômico a ele atribuído, uma vez que toda dimensão valorativa implica necessariamente escolhas, formas e perspectivas de *olhar* e se *relacionar* com um bem cultural. Duas modalidades de valor cultural definidas por Menezes (2000) ajudam a esclarecer a natureza dos valores de uso de um bem cultural, sobre o qual falam Durham, Arantes e Canclini. Menezes se refere ao “valor afetivo” e ao “valor pragmático” dos bens culturais. O primeiro diz respeito “(...) às relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas, objetos (...) que alimentam os processos identitários ou da memória social” (Menezes, 2000: 38). O “valor pragmático”, por sua vez, pode ser entendido como “os valores de uso percebidos como qualidades” (Menezes, 2000: 38). Uma noção de uso que recupere os sentidos atribuídos pela sociedade aos bens culturais deveria conjugar o “valor efetivo”, que recupera o sentido de “pertença” dos indivíduos, e o “valor pragmático” que implica o uso qualificado dos bens sem operar qualquer redução a um único uso específico. Negligenciar esta noção ampliada de uso pode contribuir para uma redução do espectro valorativo de um bem cultural, na medida em que o consideraria apenas como uma mercadoria passível de troca a partir de uma necessidade específica.

Como símbolo, um bem cultural aumenta seu valor de troca na razão direta em que seus valores de usos, definidos por diferentes agentes, se diversificam. Appadurai (1986) destaca, sobre esse aspecto, o caráter assimétrico dos valores culturais das mercadorias. Nem sempre as trocas simbólicas, que envolvem mercadorias culturais, apresentam uma equivalência de valores e sentidos iguais entre as partes, como as trocas econômicas pressupõem. “Regimes de valor”, como define o autor, dependem das especificidades dos significados contextuais e culturais da troca:

“The variety of such contexts [contextos de trocas simbólicas], within and across societies, provides the link between the social environment of commodity and its temporal and symbolic state” (Appadurai, 1986: 15)

As práticas de *gentrification* se distinguem, portanto, de outras formas tradicionais de atribuição de valor e preservação do patrimônio, ao utilizar uma forma abrangente de seleção dos bens, baseada em critérios que vão além de uma concepção valorativa de *nação*. No

entanto, as políticas de preservação que se apóiam na discutível idéia de uma memória nacional (ou local), ou as que se orientam pela não menos discutível lógica do consumo, são formas igualmente *seletivas* de intervenção e apropriação simbólica, construídas a partir de determinadas concepções sociais: uma supõe eficaz uma memória compartilhada para ações convergentes no interior de uma nação (ou de uma localidade que a represente), a outra canaliza o valor potencial de ações de consumo no interior do mercado cultural.

Uma outra distinção é ainda necessária para conceituar a noção de mercadoria cultural nas práticas de *gentrification*. Embora existam algumas relações aproximativas, as políticas de *gentrification* não se confundem com certos fenômenos denominados como *indústria cultural*. Esta expressão, como se sabe, foi utilizada, em 1947, por Max Horkheimer e Theodor Adorno, em *Dialektik der Aufklärung*²⁸, para designar o processo ideológico de reprodução técnica e distribuição em massa de bens artísticos. A *mass media* trata a cultura como mercadoria e, da mesma forma que a *gentrification*, orienta sua atuação para as demandas do mercado, cujos usuários são igualmente considerados consumidores. Tanto na *indústria cultural* como nas políticas urbanas de *gentrification*, os bens artísticos e o patrimônio cultural são tratados como mercadoria, sujeita à racionalidade econômica das trocas. Uma observação de Horkheimer e Adorno sobre a transformação da arte em produto de consumo sintetiza a aproximação entre a indústria cultural e as práticas de *gentrification*: “A verdade, cujo nome real é negócio, serve-lhes de ideologia” (Horkheimer & Adorno, 2000: 170). No entanto, duas diferenças básicas distinguem os dois processos. Primeiro, a *indústria cultural* opera ideologicamente com a idéia de standardização das mercadorias culturais, pensada no contexto da acumulação fordista do capitalismo monopolista, e tendo como alvo um público consumidor indistinto. A idéia de produção em série é a sua característica básica:

“A indústria cultural abusa da consideração com relação às massas para reiterar, afirmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada a priori, e imutável. (...) As massas não são a medida mas a ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a ela se adaptar (Adorno, 1987: 288).

²⁸ Publicado no Brasil como *Dialética do Esclarecimento*, por Jorge Zahar editor (Horkheimer & Adorno, 1985).

Embora a *gentrification* possa resultar igualmente em paisagens urbanas estandardizadas, que poderiam ser consumidas por quaisquer pessoas, a lógica da intervenção não se baseia na indistinção de mercadorias voltadas às massas. Pensada no contexto da acumulação flexível, a construção de singularidades atua na diferenciação e elitização dos espaços urbanos, cujos consumidores, ao contrário das massas, são apenas uma parcela restrita e diferenciada da população. Enfim, enquanto a indústria cultural atua em uma perspectiva de padronização dos gostos e produtos, as práticas de *gentrification* apostam na singularidade e diferenciação dos atos de consumo.

O processo de *gentrification* do antigo Bairro do Recife, iniciado nos anos noventa, coincide com o desenvolvimento de um novo modelo de preservação do patrimônio histórico no Brasil, cuja orientação principal poderia ser exemplarmente identificada numa sintomática frase do então Ministro da Cultura, Francisco Weffot: “O Patrimônio Cultural no Brasil não é só uma questão de cultura, mas também matéria econômica”²⁹. Essa relação entre patrimônio e economia não é algo novo nas políticas de preservação. Em um artigo de 1983 sobre Paris, De Certeau (1998) já chamava a atenção para certas estratégias de reabilitação de patrimônio parisiense que se baseavam em um tipo de intervenção estética que operava a partir de uma lógica do mercado. Permitindo bons investimentos através da reativação e transformação do comércio e da valorização imobiliária, ressaltava o autor que a política de renovação de bairros deteriorados remonta à lei Malraux (1962)³⁰, seguindo uma tradição que possivelmente teria origem no século XVIII nas posições de Abbé Grégoire sobre o vandalismo (De Certeau, 1998: 192).

Pelo menos desde a Carta de Veneza (1964) já predominava a discussão, nos órgãos internacionais de preservação, que destacava a necessidade de investimentos privados nas práticas de preservação, tendo em vista a escassez dos recursos públicos para o setor. A tônica

²⁹ Weffort, Francisco. Artigos selecionados. In: site do Ministério da Cultura, Brasil, Março de 1999.

³⁰ A Lei Malraux, alusão a André Malraux, então Ministro da Educação e Cultura da França, representou uma importante iniciativa estatal na preservação dos bairros deteriorados (Lei Malraux, 1980). Segundo Perrin (1980), a Lei Malraux inaugura uma nova política para o patrimônio francês, com a política de incentivos fiscais aos proprietários que se encarregassem da restauração, antecipando uma prática que seria muito usual no final dos anos 90 (Perrin, 1980; MEC-SPHAN-Pró-Memória, 1980).

central do debate dos anos 70 e 80, entretanto, ancorava-se numa perspectiva desenvolvimentista, na qual caberia ainda ao Estado o papel central no planejamento, captação dos recursos e execução dos projetos. Embora já contemplasse uma crescente participação do setor privado, como forma de suprir as deficiências orçamentárias e desonerar o Estado dos gastos com o patrimônio, havia a preponderância de um discurso social voltado ao desenvolvimento urbano e regional, através do incremento do turismo cultural.

A embrionária noção de sustentabilidade parecia apenas um recurso adicional, uma espécie de salvaguarda financeira para uma constatação que se impunha: mais do que conservar um bem patrimonial, era necessário repensar os seus usos, em função da necessidade de um determinado bem oferecer suficiente retorno econômico que justificasse um investimento privado. O que muda, portanto, a partir dos anos noventa não é a orientação preservacionista voltada ao turismo, mas a lógica de participação dos setores público e privado nas políticas de patrimônio, que altera os critérios de preservação. A tônica central do “planejamento estratégico”, eufemismo acanhado para *gentrification* e espécie de onda neo-conservadora do urbanismo, é justamente a transformação da cultura em um segmento do mercado e da própria economia em um assunto cultural. Nesse “culturalismo de mercado”, como chamou Otilia Arantes (2000), a política urbana se volta predominantemente para uma *image-making* que sustentaria a busca de rentabilidade econômica mediante as práticas de “renovação urbana” voltadas para uma *city marketing*. A velha questão urbana, que encampava toda uma discussão assentada no direito à cidade e na atuação dos movimentos sociais, cede ao apelo das estratégias de venda da cidade e se transforma, como ressalta Vainer (2000), em “competitividade urbana”. A participação do setor privado neste tipo de empreendimento torna-se central, não apenas para assegurar a continuidade de investimentos como para imprimir um dinamismo típico de negócios para que a cidade e seus produtos culturais derivados – dentre eles o patrimônio histórico – possam ser vendidos como mercadoria.

Esse foi o tema central do *Fórum Bairro do Recife: processo de revitalização e panorama econômico*³¹, no qual Joaquim Falcão, Secretário-Geral da Fundação Roberto

³¹ PCR/URB/ERBR. *Fórum Bairro do Recife*. Recife, Mimeo, 1998

Marinho, esforçava-se em convencer os empresários locais da necessidade do setor privado assumir a “revitalização” do Bairro:

"Qual o problema que a gente tem aqui, se você comparar com a restauração do Pelourinho? (...) O modelo do Bairro do Recife foi diferente, a prefeitura se ocupou basicamente da infra-estrutura da rua, a comunidade e os empresários foram convidados a repensar a utilidade econômica e o investimento vem muito dos proprietários e dos empresários (...) Se estamos de acordo, nós não podemos pensar nesse empreendimento com base apenas na continuidade do setor público.(...) Minha preocupação agora é como assegurar a continuidade e a gestão do setor privado. É importante que o setor privado tenha instituição e mecanismo que não sejam de interesse apenas, porque isso é que vai consolidar o bairro”³².

A comparação com a “revitalização” do Pelourinho é inevitável. A “Operação Pelourinho”, como ficou conhecido o ambicioso projeto de recuperação de um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos do período colonial brasileiro, foi uma experiência precursora das práticas de *gentrification* no Brasil. Situado no centro histórico da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, o Pelourinho sofreu uma reforma “relâmpago” quando em 1992 o Governo do Estado abriu licitação para que empresas privadas realizassem a reforma em um prazo de 150 dias para a conclusão das obras (Fernandes et al, 1995: 47). Realizada em apenas três anos, a reforma foi duramente criticada em vários aspectos, a começar pelo fato de ter sido executada praticamente à revelia das instâncias municipais e federais de preservação:

“Em conflito aberto com a Prefeitura Municipal de Salvador, praticamente nenhuma das obras realizadas no Pelourinho teve licença aprovada nos organismos municipais. No mesmo sentido, poucos foram os projetos de recuperação de edificações que tramitaram para a aprovação junto do então IBPC, atual IPHAN, sendo, em sua maior parte, indeferidos” (Fernandes et al, 1995: 47).

A exigüidade dos prazos e a participação de empresas pouco qualificadas em obras de restauro resultaram numa intervenção que também foi muito criticada em seus aspectos arquitetônicos. O *Projeto Cores da Cidade* se encarregou de boa parte da pintura das fachadas, imprimindo o mesmo aspecto cenográfico que caracterizaria as políticas

³² Joaquim Falcão. In: PCR/URB/ERBR, *Fórum do Bairro do Recife*, 1998.

contemporâneas de revitalização. Embora com um modelo de gestão fortemente centralizada no Estado, a reforma do Pelourinho pode ser considerada precursora das políticas de *gentrification* em três aspectos: 1. pela total ausência de uma política que leve em consideração os usuários que residem na área, cuja restrição ao uso habitacional resultou na expulsão dos antigos moradores (Fernandes et al, 1995: 48), 2. pela concepção de criar um *Shopping Center* a céu aberto, através do incentivo aos usos comerciais do novo espaço (Fernandes et al, 1995: 50), 3. pelo predomínio do trato do patrimônio como mera mercadoria cultural, e não como um bem simbólico para a população. O Pelourinho, construído como

uma paisagem de poder, resulta também, em um “Cartão postal e mercadoria turística de Salvador” (Pinho, 1997)



Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, Bahia. Foto de Osmundo De Araújo Pinho.

A participação do setor privado no gerenciamento das políticas de patrimônio envolve uma complexa alteração do patrimônio, de “bem simbólico” para “mercadoria cultural”. O processo implica formas de interação baseadas no *consumo* e pressupõe, em primeiro lugar, uma operacionalização das formas de preservação a partir das necessidades do mercado. Na prática, isso significa uma seleção de bens que potencialmente possam corresponder às expectativas de retorno financeiro dos altos investimentos privados. Sob essa ótica, é bem possível que a escolha dê menos atenção aos significados propriamente históricos e arquitetônicos dos bens, em função de uma maior racionalidade econômica dos investimentos.

Como consequência mais direta desse tipo de intervenção urbana voltada para o mercado, ocorre a proliferação de serviços e produtos destinados ao consumo, diante o qual os processos de *gentrification* sugerem uma elitização desses espaços, ao criarem o que Featherstone chama de “estetização da vida cotidiana” (Featherstone, 1995: 111). Mais do que uma segregação do espaço através das restrições ao consumo desses produtos e serviços, definidas pelos excludentes critérios de renda, essa “estetização” se relaciona também a estilos de vida de uma classe média urbana, cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais marcados pela busca de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança.

Nas políticas de *gentrification*, modifica-se o princípio da responsabilidade estatal no trato do bem público, da mesma forma que o próprio conceito de *coisa pública* se altera com a expansão do novo fluxo mundial das políticas liberais. No contexto político da crise do *welfare state* europeu, embalada pelo fim da Guerra Fria e pelas transformações radicais do leste europeu, o modelo estatal de investimentos sociais foi profundamente alterado com os processos de “globalização” da economia mundial, cuja abertura dos mercados ao capital financeiro internacional solapou o rígido controle que os Estados-nações mantinham sobre suas próprias economias.

Em um contexto em que as relações internacionais estavam centradas no Estado-nação como unidade referencial, tal como se pode observar do século XVIII até meados do século XX, esse Estado-nação mantém-se definido como núcleo operacional das relações entre nações. No entanto, quando o contexto sinaliza mudanças nos centros decisórios do poder, com o enfraquecimento do papel do Estado-nação e a emergência de grupos e agências financeiras transnacionais, observa-se um descompasso no qual o Estado-nação já não retém a autonomia de intervir e regular nas relações econômicas, cujo processo afeta tanto a soberania quanto a autonomia do Estado-nação (Held, 1991). Essa reordenação do papel do Estado no contexto da desregulamentação econômica tem deslocado antigas funções do poder público para a iniciativa privada, como forma de diminuir o déficit público e criar novos segmentos

do mercado para o capital. As noções de “Estado mínimo” e de “livre mercado”, seguindo uma antiga orientação do liberalismo de Friedman e Hayek (Chauí, 1999), não apenas esvaziaram as políticas sociais de bem-estar como também reeditaram uma política econômica centrada na lógica do mercado.

A crise do Estado-nação encerra, assim, uma dupla e desconcertante fragmentação. Enquanto instituição pública do poder político, o Estado tem sua capacidade de gerenciamento da economia diminuída, como preço a ser pago para sua inserção numa economia mundial cada vez mais controlada por agências e instituições financeiras transnacionais. Como formação sociocultural, enquanto *comunidade imaginada* (Anderson, 1991), a nação tem sua outra face agravada pela intensificação dos fluxos internacionais de pessoas, signos e informações que perpassam o espaço da nação, deslocando-o de sua atribuída centralidade política e cultural.

É nesse contexto de desregulamentação da economia que as políticas de *gentrification* do patrimônio cultural encontram a sua forma como política urbana. Os projetos contemporâneos de “revitalização” recolocaram os velhos centros históricos na pauta das políticas públicas e se transformaram em um agudo esforço das gestões municipais na recuperação das políticas econômicas locais, através da revalorização de suas tradicionais localidades. Transformado em mercadoria cultural, o patrimônio histórico parece se adequar à nova lógica do mercado, abrindo-se para parcerias com a iniciativa privada que tem investido nessas áreas como um bom e lucrativo negócio.

O resultado mais visível desses empreendimentos, dentre os quais está o Bairro do Recife, é a restauração de prédios e casarios e a transformação de lugares – antes em avançado estado de abandono pelos poderes públicos – em sofisticadas áreas de entretenimento e consumo para pessoas de razoável poder aquisitivo. Numa clivagem quase privada do espaço urbano (enquanto área pública), esses projetos de “revitalização” parecem segmentar certas áreas centrais das cidades históricas, reeditando, no plano cultural, as exclusões sociais que têm se agudizado em outros campos da vida social, em decorrência do esvaziamento das políticas sociais.

No plano institucional, as políticas oficiais de preservação no Brasil se alinham à lógica da *gentrification* celebrando o maior acordo financeiro de sua história, através de uma parceria entre o Ministério da Cultura e o Inter-American Development Bank – BID. Desse consórcio, assinado em Paris em março de 1999, e que envolve também a participação de empresas nacionais, surge o *Programa Monumenta/BID*. Na primeira etapa do acordo, o projeto nº. BR-0261 do *Program to Preserve Urban Historical and Cultural Heritage*, cuja agência executiva no Brasil é o próprio Ministério da Cultura, prevê a mobilização de aproximadamente US\$ 200 milhões, sendo US\$62.5 do BID, US\$62.5 milhões do próprio governo brasileiro (incluindo a participação dos Estados e Municípios). O restante viria das parcerias com a iniciativa privada das localidades contempladas nessa primeira fase do programa: Olinda, Ouro Preto, São Paulo, São Luís do Maranhão, Rio de Janeiro e Recife (Ministério da Cultura, 1999).

Vinculada diretamente ao gabinete do Ministro da Cultura, a Unidade Central de Gerenciamento do *Programa Monumenta* se transformou numa esfera paralela ao IPHAN na atuação das políticas de preservação no Brasil. A estratégia do *Programa Monumenta/BID* supera, obviamente, os aspectos arquitetônicos da preservação. O financiamento do BID não é uma doação a fundo perdido, mas um empréstimo, a juros de 6,5 % ao ano, que prevê parcerias com iniciativas privadas locais, cujo principal objetivo são reformas e modernização do patrimônio que tornem esses setores públicos auto-sustentáveis e viáveis para investimentos privados. Através da restauração dos usos econômicos e sociais dessas áreas, o Programa tem, como uma das suas principais metas, a dinamização econômica desses setores:

“The immediate result expected from this project (purpose) is that the economic, cultural, and social use of restored areas will increase. This purpose will be achieved if (a) the number of visits by students, state residents, and tourists increase, (b) the occupancy rates of buildings in the area increase, (c) the number of public events held at the sites increases, (d) economic activity and employment in the area increased, and (e) public knowledge the history of the area increases”³³.

³³ BID, *Program to Preserve Urban Historical and Cultural Heritage*, projeto nº. BR-0261.

Todas essas expectativas têm como pano de fundo o incremento das atividades econômicas do setor. Os indicadores do BID não se referem aos usos sociológicos dos lugares, nem aos sentidos que o patrimônio tem para seus usuários. Embora mantenha uma expectativa voltada ao conhecimento histórico da área a ser conservada, a ênfase recai no aspecto promocional que a divulgação da história possa ter para o empreendimento. Uma das conclusões de um relatório de avaliação do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* ilustra a natureza predominantemente econômica dos indicadores de desempenho utilizados. Encomendada pelo BID, a pesquisa foi realizada entre 1997 e 1998, antes, portanto, da assinatura final do convênio com o Ministério da Cultura, que incluía Recife como uma das cidades beneficiadas:

“A principal conclusão que se pode tirar deste trabalho de pesquisa é que o projeto do Pólo do Bom Jesus apresentou um desempenho acima daquilo que se poderia esperar no início do processo de implantação do projeto. Todos os indicadores de desempenho investigados – ou seja, investimentos privados na recuperação de imóveis, preços dos imóveis e dos aluguéis e arrecadação de impostos – apresentaram variações positivas relativas à situação existente antes do início do processo de implementação” (Zanchetti & Lacerda, 1998: 91).

A prioridade do *Monumenta/BID* não é, portanto, a simples recuperação de monumentos de valor histórico para determinados setores da população, mas prioritariamente a “revitalização” de áreas urbanas rentáveis, que possam fomentar a reaplicação econômica dos recursos envolvidos. Nas palavras do Coordenador Nacional do *Monumenta*, o arquiteto Pedro Taddei: “O mecanismo básico do programa é aplicar parte dos acréscimos de renda gerados pelos investimentos do Monumenta na conservação dos monumentos recuperados, aplicando-se o excedente em áreas ainda não recuperadas, através de fundos rotativos municipais”³⁴.

O mecanismo pode ser uma eficaz solução para a manutenção de um fluxo contínuo para a recuperação auto-sustentável do patrimônio, mas não responde a uma questão que parece central para esse novo modelo de gerenciamento: como assegurar recursos mínimos para a recuperação de monumentos que não tenham viabilidade econômica para o devido

³⁴ Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, s/d.

retorno dos investimentos ? Que fundo rotativo se interessaria por uma área pouco atrativa para a necessária visibilidade do turismo cultural, mas de grande significação para a população local e seus usuários em geral ?

À primeira vista, o princípio econômico do *Monumenta* sugere um retrocesso para um país que tem uma política institucional de patrimônio que apenas há pouco tempo começou a reconhecer bens culturais relativos às minorias étnicas e religiosas. Para essas minorias, parece uma triste sina sair do patronato do Estado para o mecenato do mercado: o primeiro as deixou à margem das políticas de patrimônio porque se voltou predominantemente para as edificações que representassem os símbolos oficiais de uma *idéia* de nação branca e católica; o segundo, ávido pelo retorno de cada dólar que investe, não se interessa nem mesmo por esses símbolos dominantes, caso não apresentem possibilidades imediatas de retorno dos investimentos.

Um caso típico ilustra essa realidade: no Bairro do Recife, onde o processo de *gentrification* em curso é considerado precursor do *Monumenta*³⁵, a pequena Igreja do Pilar – bem que já era tombado pelo IPHAN, mesmo antes de iniciado o Plano de revitalização –, está situada em um largo no qual se formou uma favela, a Comunidade Nossa Senhora do Pilar. A Igreja, que já teve em passado recente uma presença viva no cotidiana do Bairro, está há algum tempo fechada e em avançado estado de deterioração. Em abril do ano 2000, em uma das viagens de campo desta pesquisa, deparei-me com uma cena visualmente ofensiva: a Igreja tinha as suas portas e janelas grosseiramente lacradas com cimento. A reação dos moradores da favela, ao ato extremo da Diocese, era de indignação e perplexidade. Principalmente para aqueles moradores mais antigos, que vivenciaram a experiência de participar de missas e procissões, o fato da Igreja estar fechada de forma tão ostensiva representava o ápice do descaso com que era tratada a Comunidade.

Francisca Lopes Gomes, uma das antigas moradoras dessa favela e que acompanhou as diversas fases de “revitalização” do Bairro do Recife, perguntava:

³⁵ Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, s/d.

“A Igreja aqui do Pilar, que hoje em dia está abandonada, tinha missa todos os domingos, procissão no mês de maio, todo dia a novena de mês de maio, procissão, tudo isso existia aqui . (...) Quando era no Domingo, ia para a missa, aqui na Igreja do Pilar. Por que, então, por que os padres, o clero, deixou a Igreja, num abandono desse, interditada as portas, por quê? (...) Quer dizer que está amaldiçoado aqui o bairro que nós mora, é padre? Porque o senhor amaldiçoou desse jeito, fechando as portas ? ”³⁶



Igreja Nossa Senhora do Pilar, na Favela do Rato, Bairro do Recife. Foto do autor, abril de 2000

Uma das consequências do *Monumenta/BID* para a atuação do IPHAN nas políticas nacionais de preservação foi um certo esvaziamento do órgão, nas tradicionais funções executivas que detinha. O fato do maior orçamento para políticas de patrimônio estar sob o gerenciamento de outro organismo federal, diretamente ligado ao Ministério da Cultura, não significou exatamente uma descentralização dos recursos do patrimônio, mas apenas um deslocamento para outra unidade. Retendo mais recursos e poder do que todas as superintendências regionais do IPHAN de todo o país, o *Monumenta* representou o início de uma política de preservação que pretendia substituir as “obras de restauração” por “serviços de conservação”³⁷.

³⁶ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, em 11 de abril de 2000, no Bairro do Recife.

³⁷ Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, s/d.

Essa mudança de enfoque pode ser interpretada como uma crítica direta à histórica prática de restauração do IPHAN que, ao longo de sua história, sempre viu com reservas a participação da iniciativa privada nas práticas de preservação. Mantendo uma concepção de gerenciamento *estatal* das políticas de patrimônio, dando prioridade aos aspectos históricos e estilísticos em detrimento dos usos e aproveitamento econômico do bem restaurado, o IPHAN dificilmente poderia gerenciar, na visão do *Monumenta*, os recursos de um acordo que declaradamente pretendia viabilizar, antes de tudo, oportunidades para bons negócios. Talvez por isso seja possível entender como um órgão do porte do IPHAN tenha se transformado, nesse contexto, em uma das unidades do Ministério da Cultura encarregada da orientação e fiscalização, e não de execução, do *Monumenta*. O nível de autonomia e poder do IPHAN, nessa nova política (inter)nacional de patrimônio, parece ter sido substantivamente alterado, considerando a influência que esses investimentos têm tido nas próprias políticas de tombamento do IPHAN, como ilustra o caso exemplar do tombamento do Bairro do Recife.

Pela primeira vez em sua história, o IPHAN reconhece o valor de um conjunto *eclético* no panorama arquitetônico e urbanístico brasileiro e tomba, em março de 1998³⁸, o “núcleo original da cidade do Recife” (que compreende 2/3 do Bairro do Recife). Num processo singular de *re-localização* da tradição, o Bairro do Recife tornou-se *patrimônio nacional* e pôde ser incluído no maior financiamento da história das políticas de preservação no Brasil. Com as políticas de *gentrification*, as práticas de patrimônio no Brasil alcançam um novo patamar do percurso que se inicia com a construção de uma idéia abrangente de nação, da qual Ouro Preto é sua mais nítida expressão, e culmina com a valorização de experiências localizadas para legitimar práticas contemporâneas de “revitalização” do patrimônio voltadas às demandas do mercado.

³⁸ PCR/URB/ERBR. (1998), Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”. Recife.



Sobrado-magro do Recife Antigo. Bairro do Recife, 1999. Foto do Autor

III

Mercado de Relíquias: o tombamento do Bairro do Recife

O tombamento pelo IPHAN do Bairro do Recife pode ser considerado um caso típico de legitimação oficial das práticas contemporâneas de *gentrification* no Brasil. A sua poligonal de tombamento corresponde ao trecho mais antigo do Bairro, que constitui o núcleo original e incluiu marco zero da cidade do Recife. O local teve dois grandes processos de intervenção urbana e arquitetônica. O primeiro com os holandeses no século XVII, quando Maurício de Nassau se apropriou do *Povoado dos Arrecifes* e iniciou a ocupação da faixa litorânea da Província de Pernambuco. A segunda grande intervenção foi no início do século XX, quando uma grande reforma no Porto do Recife pôs abaixo praticamente todo o velho bairro colonial e o reconstruiu, a partir de 1910, em estilo eclético, seguindo a tendência de modernização das estruturas portuárias no Brasil, com a difusão do ecletismo como arquitetura-símbolo do progresso e imagem republicana do Brasil moderno. A reconstrução do Bairro em estilo eclético seguiu o modelo francês da Paris de Haussmann, com a aberturas de grandes e avenidas radiais e a construção de edificações monumentais.

A solicitação de tombamento foi apresentada pela Prefeitura da Cidade do Recife, no atual contexto de *gentrification* do Bairro, cujas reformas acentuaram as dimensões visuais da monumentalidade das edificações ecléticas, tornando o Bairro um palco em que os acontecimentos facilmente se transformam em espetáculo. O tombamento legitimou a história da evolução urbana do Bairro e seu atual processo de *gentrification* ao atribuir um caráter “simultâneo” à estrutura urbana e arquitetônica do Bairro: nele convivem, em um só tempo e espaço, tradições distintas. O Bairro é, para o IPHAN, vestígio do Brasil Holandês, exemplar único da Paris de Haussmann e representante da arquitetura moderna e contemporânea.

Devido à dinâmica das transformações urbanas do Bairro, ele não se manteve fiel a um único estilo arquitetônico. A sua (des)configuração simultânea de diferentes estilos, elevada à

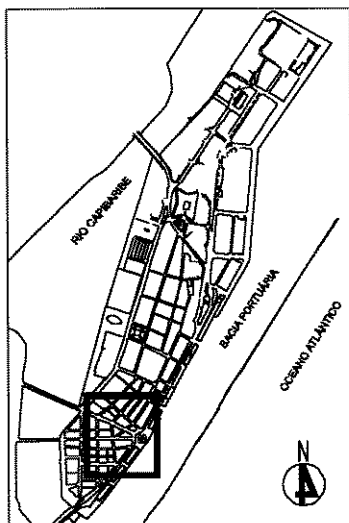
categoria de patrimônio, representou um caso típico em que a tradição (nesse caso, diferentes tradições) se transformou em *reliquia*: somente como peças de coleção é possível pensar o conjunto do patrimônio do Bairro do Recife. Dessa “simultaneidade” resultou uma justificativa singular na história das políticas de preservação no Brasil. Ao contrário da maioria das justificativas de tombamento em cidades históricas brasileiras, que ressalta a permanência e homogeneidade de um determinado estilo (em geral, o estilo colonial), a principal justificativa para o tombamento do *Núcleo Original da Cidade do Recife* reside, justamente, nas transformações urbanas e alterações de estilos, especialmente a grande reforma de 1910, que faria o Bairro do Recife “(...) configurar-se hoje em exemplar único, íntegro, e híbrido da Paris de Haussmann no Brasil”³⁹. Essa reforma, que marcaria a passagem do Recife Antigo para o Novo Recife, teria transformado o Bairro em um “(...) arquivo vivo e único da superposição das várias temporalidades que dominaram a história e a produção artística no Recife e no Brasil”⁴⁰.



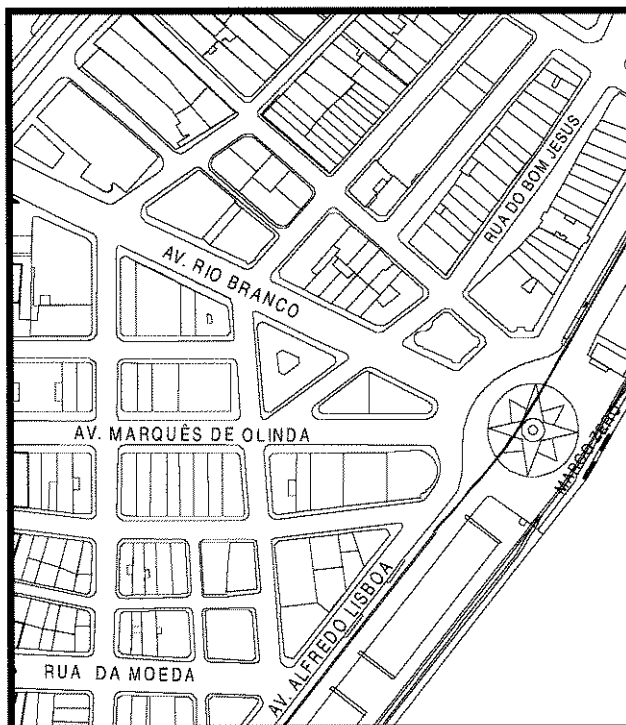
Praça do Rio Branco, primeiras décadas do século XX/ Autoria não identificada, acervo do IHGB, Rio de Janeiro.

³⁹ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

⁴⁰ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.



BAIRRO DO RECIFE
TRAÇADO DAS AVENIDAS
CENTRAIS CONVERGINDO
PARA O MARCO ZERO



A justificativa do tombamento ressalta o valor “simbólico e sentimental”, para os “cidadãos recifenses”, do Núcleo Original de uma das cidades mais antigas do Brasil (460 anos), e destaca a importância dos múltiplos estilos existentes:

“A atual solicitação, entretanto, busca a salvaguarda de algo ainda mais raro do que o *locus* de fundação de uma das cidades-chave na estrutura urbana brasileira: a perpetuação de exemplares representativos da cronologia de transformação do núcleo original da cidade, principalmente os raros exemplares com forte influência da arquitetura e urbanismo da Paris de Haussmann”⁴¹.



Marco Zero, Bairro do Recife/,Foto do autor, 2000.

⁴¹ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

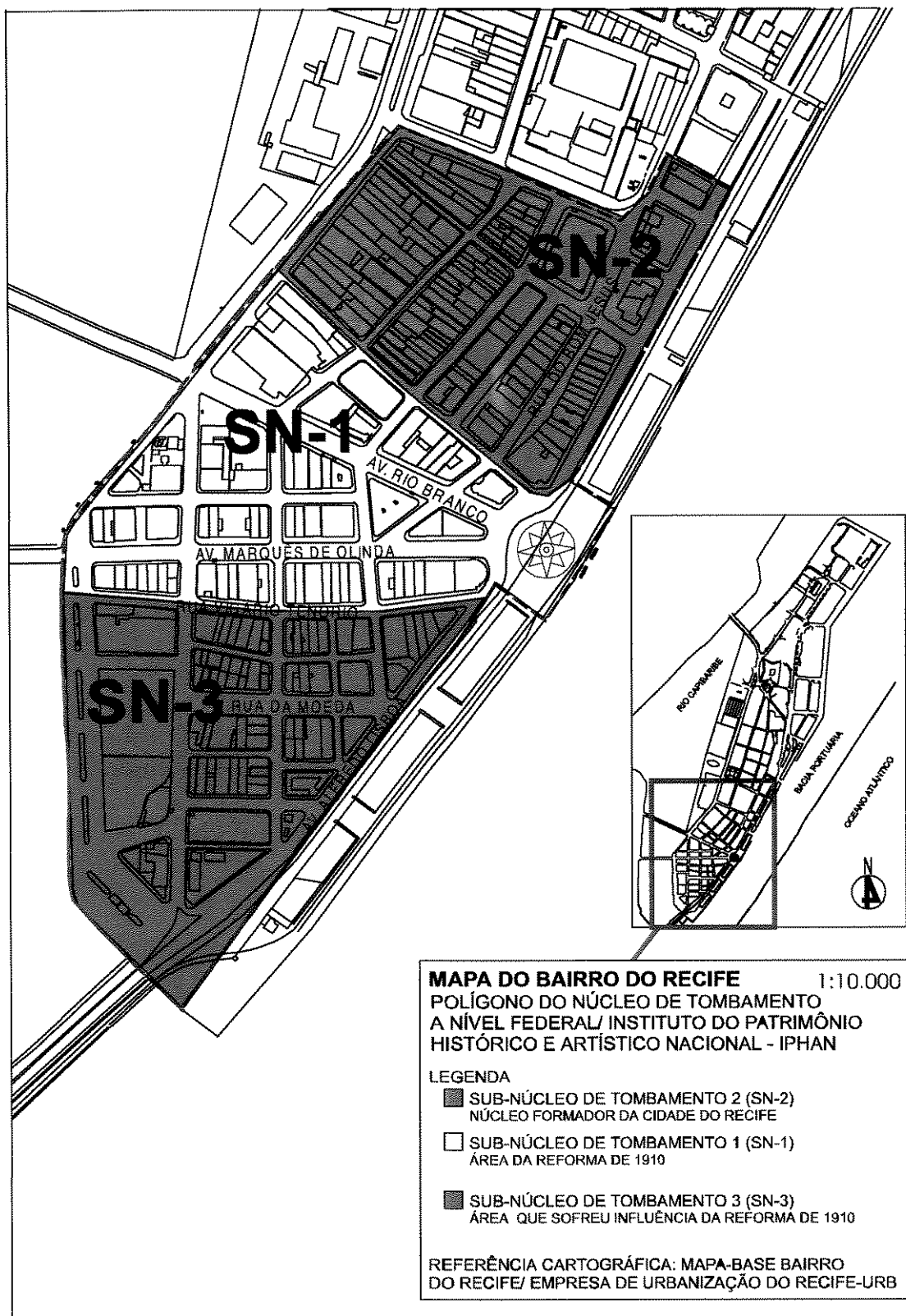
Essas duas justificativas são centrais para a proposta de tombamento do Bairro: representar, ao mesmo tempo, a Paris de Haussmann e ser um arquivo da justaposição de estilos da evolução urbana e arquitetônica brasileira. A proposta de tombamento, a nível federal, foi solicitada ao IPHAN pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Recife, e compunha o processo nº 1168-T-85 – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo.



Ponte Maurício de Nassau e Avenida Marquês de Olinda em dois momentos: à esquerda, após a reforma haussmaniana no Recife/ autoria não identificada, Acervo do Museu da Cidade do Recife. À direita, no ano do tombamento do Bairro, 1998/foto do autor.

É curioso observar que a Proposta justificava o pedido de tombamento ressaltando a Reforma de 1910, cuja consequência mais imediata foi a própria descaracterização do traçado colonial do Bairro. Para a Abertura das avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco, vários casarios foram demolidos, dentre eles a primeira Igreja erguida no Recife, a Matriz do Corpo Santo. O polígono de tombamento delimita exatamente a área da reforma de 1910, bem como as áreas onde os impactos da reforma podem ser observados, ressaltados os exemplares de arquitetura de influência franco-eclética.

É difícil não pensar que a Reforma de 1910 passa a ser o único argumento possível para o tombamento, exatamente por não ter mais o Bairro um conjunto expressivo de bens coloniais a ser tombado: a justificativa não poderia estar ancorada na homogeneidade de estilos ou traçados urbanos.



As edificações que alteraram a homogeneidade desse conjunto eclético têm uma justificativa singular. A Proposta de Tombamento, argumenta, em sua justificativa de número 2, que o Bairro deveria ser tombado também “pela diversidade dos estilos arquitetônicos e padrões urbanos resultantes da reforma e seu impacto sobre as transformações urbanas remanescentes”⁴². Com esse conjunto de justificativas, a Proposta vai, passo a passo, minimizando os efeitos da destruição provocadas pelas diferentes intervenções urbanas que o Bairro sofreu. O argumento não é simplório: para justificar a destruição do *Povoado dos Arrecifes*, antigo bairro holandês, pela Reforma de 1910, argumenta-se que foi construído o que hoje é o “único remanescente íntegro completo no Brasil do pensamento urbano e arquitetônico da ‘belle époque’ no Brasil”⁴³.

Para justificar a substituição agressiva desse conjunto por outros exemplares da arquitetura moderna, mantém-se o pedido de tombamento “pela importância da memória individual e coletiva inscrita nesses exemplares ao longo do tempo, notadamente aqueles gerados pelo capital comercial e financeiro que definiram e definem ‘a cara’ do Bairro do Recife como território eminente de troca, desde a fundação da cidade do Recife”⁴⁴.

Mesmo depois de tanta justificativa para essas sucessivas destruições, a proposta ainda sustenta o argumento da prevenção contra “perdas” no heterogêneo patrimônio do Bairro, justificando o seu pedido “pela urgência de uma preservação que se antecipe às questões levantadas pelo recente sucesso da renovação do Bairro do Recife e pelas perdas nas quais possa-se incorrer”⁴⁵. Para concluir, a Proposta que solicita o tombamento do “exemplar único de ‘Paris no Brasil’ ” ainda lança um desafio para o IPHAN, tendo como argumento de fundo o sucesso do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*:

“Hoje, novas perguntas são lançadas aos preservacionistas. Protegidos pelo abandono até recentemente, hoje as edificações ecléticas ressurgem por força de um Programa de Revitalização que vem obtendo êxito. As edificações, a começar pela Rua do Bom Jesus, estão sendo revitalizadas e recuperadas. O ecletismo ganha novos entusiastas e as edificações novos usos. Desta forma, a proteção a nível federal do conjunto eclético do bairro do Recife garantirá ao poder público a tutela de Bem Cultural que tem aceitação

⁴² PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

da maioria dos frequentadores e visitantes da área. O IPHAN estaria assim, delineando uma política de preservação que espelha a vontade da comunidade local e nacional”⁴⁶.

Nas práticas de tombamento no Brasil, o parecer de um dos conselheiros do IPHAN é uma das mais importantes peças do processo. Ele se baseia nas justificativas da proposta e emite uma avaliação que é votada em reunião fechada. O parecerista da Proposta de Tombamento do Bairro do Recife foi o Joaquim Falcão, pernambucano, ex- Presidente do IPHAN e atual Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho. Em seu parecer, Joaquim Falcão argumenta que a questão que se coloca é estarmos diante de um bem que, além de ser culturalmente relevante para a Cidade do Recife, também o é para o Brasil. Para destacar a importância nacional do Bairro do Recife, aponta três aspectos: a relevância paisagística, a arquitetônica e a urbanística. Três argumentos fundamentam a relevância paisagística: a beleza natural do Porto, que não é recente, “é de sempre”. Este constitui o argumento da “permanência”. Para o parecerista, esta beleza natural é tão marcante que forja o próprio nome da Cidade. É o argumento da “especificidade”. Ao contrário de muitas cidades que têm seus nomes a partir de valores religiosos (São Paulo, São Sebastião do Rio de Janeiro, São Salvador), no Recife “a natureza se impôs”. Finalmente, lembrando *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Falcão ressalta que o Recife é “antiacrópole”: construída sobre os manguezais, as pontes e canais do Recife revelam o argumento da adequação entre natureza e cidade.

No entanto, é principalmente quando vai argumentar sobre a relevância arquitetônica e urbanística que o parecer de Falcão recupera a principal justificativa da Proposta de Tombamento feita pela Prefeitura da Cidade do Recife. “Recife é uma cidade simultânea”, afirma para ressaltar que, ao contrário de muitas outras cidades que são “datadas”, isto é, permaneceram fiéis ou à arquitetura colonial, a exemplo de Tirandentes e Ouro Preto, ou à arquitetura modernista, caso de Brasília, Recife apresenta vários estilos e traçados urbanos superpostos, concomitantes. E conclui: “Sua relevância arquitetônica e urbanística nacional reside exatamente nesta simultaneidade”⁴⁷.

⁴⁶ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998

⁴⁷ Falcão, Joaquim. Parecer. In: IPHAN, Processo nº.1168-T-85. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Fl.312.

É nesse momento que o parecer inverte a base do histórico argumento da fidelidade de um sítio histórico a um determinado estilo arquitetônico, outrora condição *sine qua non* para o tombamento pelo IPHAN, como foi o caso pioneiro e paradigmático de Ouro Preto. Tanto a Proposta de Tombamento da Prefeitura da Cidade do Recife quanto o parecer de Joaquim Falcão, destacam exatamente o que em outros casos impediu o tombamento de muitos bens culturais no país: a descaracterização do traçado colonial, fonte de uma legitimidade histórica construída pelo IPHAN ao longo de sua existência. O próprio ecletismo foi, como destaca Mariza V. Santos, um estilo desprezado pela ideologia modernista do IPHAN:

“O século XIX, efetivamente, foi pouco valorizado, assim também ocorrendo em relação ao ecletismo, enquanto estilo arquitetônico. Nesse aspecto, prédios importantes como o antigo Senado no Rio de Janeiro, do século XIX, deixou de ser tombado porque o processo recebera parecer contrário de Lúcio Costa, que fez menção ao seu ‘estilo europeizado’, ‘ecletico’, não representativo da cultura nacional” (Santos, 1992: 27).

Mas o valor do Bairro também é reforçado, no parecer, por representar a dinâmica das múltiplas influências por que passou a evolução urbana brasileira. O Bairro do Recife representaria um importante sítio histórico, não apenas para os recifenses, mas para toda a nação: “Preservar o Bairro do Recife, mais do que preservar uma arquitetura local, é preservar um momento histórico da arquitetura brasileira não mais possível em outras cidades”⁴⁸. Finalmente, Joaquim Falcão encerra sua defesa anexando uma citação de um breve depoimento de Barbosa Lima Sobrinho, apresentado como peça complementar ao parecer e supostamente favorável ao tombamento. De fato o é, mas o pequeno depoimento do ilustre jornalista pernambucano, quando lido na íntegra, revela também o desconforto do autor que não parece ver tanto mérito na Reforma de 1910 que desfigurou o perfil colonial do Antigo Recife, Reforma esta que constitui a base do próprio parecer de Falcão:

“Infelizmente as obras realizadas nas duas primeiras décadas do século XX, alargando as avenidas, demolindo antigos prédios coloniais e ‘modernizando’ toda a estrutura da região, descaracterizaram em grande parte aquela ambientação de bairro velho, com sua vida boêmia e antigas construções de armazenagem e instalações portuárias”⁴⁹

⁴⁸ Falcão, Joaquim. Parecer. In: IPHAN, Processo nº.1168-T-85. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Fl.312.

⁴⁹ Sobrinho, Barbosa Lima. Depoimento. In: IPHAN, Processo nº.1168-T-85. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Fl.362.

Aprovado o parecer, o Bairro do Recife foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da Portaria n°. 263 de 23 de julho de 1998, do Ministro Francisco Weffort, publicado em Diário Oficial da União em 24 de julho de 1998. Considerando o complexo retrospecto do ecletismo nas políticas de preservação no Brasil, não é difícil supor o possível constrangimento que essa Proposta causou ao IPHAN. A Portaria do Ministro da Cultura e os pareceres técnicos constituem, nesse sentido, sugestivos indicadores das restrições que o próprio IPHAN manteve ao tombamento do Bairro pernambucano. A referida Portaria, que homologa o tombamento, apresenta a seguinte observação:

“I – Homologar, para efeitos do Decreto-lei n°. 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife, no Estado de Pernambuco, de acordo com o perímetro delimitado às fls.303/304 do processo n°. 1.168-T-85, observada a condição de destaque conferida aos imóveis relacionadas às fls. 377 dos mesmos autos”.

A condição de destaque aos imóveis relacionados, à qual alude a Portaria, remetendo às fls. 377 do processo de tombamento, refere-se à complexa questão do valor arquitetônico do conjunto tombado, apresentado no Memorando DEPROT/IPHAN/RJ/N°. 379/98, da arquiteta Cláudia M Girão Barroso, Chefe Divisão de Proteção Legal.⁵⁰ As considerações técnicas do referido Memorando ajudam a entender um aspecto básico que define a peculiaridade do tombamento do Bairro do Recife. A distinção entre valor urbanístico e valor arquitetônico esclarece as razões pelas quais um órgão preservacionista como o IPHAN reconhece um Bairro com características ecléticas como patrimônio nacional, tendo como destaque um conjunto heterogêneo de imóveis que variam do século XVIII a exemplares típicos da arquitetura moderna e contemporânea do século XX. Mais do que o valor arquitetônico, foi o caráter *documental* do Bairro, com seus variados e justapostos estilos, que permitiu seu tombamento. O Memorando explica:

⁵⁰ IPHAN, Processo n°. 1.168-T-85. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Fls.377-379.

“(…) o valor urbanístico foi atribuído a toda a área delimitada na poligonal do tombamento; o valor arquitetônico, contudo, referencia apenas o grupo de imóveis em destaque, os quais foram selecionados como exemplares representativos das profundas transformações pelas quais passou esse trecho mais tradicional da capital pernambucana em poucas décadas”⁵¹.

Em outras palavras, o conjunto do Bairro foi tombado pelo seu valor urbanístico, com claras restrições ao valor arquitetônico atribuído ao grupo de imóveis em destaque:

“Considerando essas construções mais recentes, não poderíamos deixar de comentar que sua inclusão no grupo de imóveis destacados não lhes confere, sob a ótica do interesse arquitetônico, qualquer valor individual seja como forma arquitetônicas notáveis, seja como exemplares expressiva da arquitetura contemporânea em contexto nacional, ainda que sejam típicas do período”⁵².

As restrições do Memorando têm suas razões e termina funcionando como uma salvaguarda para justificar porquê o IPHAN aprovaria esse tombamento. Na tabela abaixo, a proposta de Tombamento subdivide o Bairro em três núcleos e, em decorrência da “justaposição” de estilos, as justificativas para os imóveis em destaque acabam compondo um dissonante arranjo.

Características dos Imóveis em Destaque	Sub-núcleo 1 Área da Reforma de 1910	Sub-núcleo 2 Núcleo primitivo formador da cidade do Recife	Sub-núcleo 3 Área que sofreu influência da Reforma de 1910	Total
Século XIX	-	11	06	17
Eclético “Novo Recife”	12	04	03	19
1920/30	01	01	04	06
1930/50	01	-	-	01
Pós-1950	02	-	-	02
Não localizados*	02	-	03	05
Total	18	16	16	50

* Imóveis cujas características não puderam ser localizadas na documentação disponível

Fonte: PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998 e IPHAN, Processo nº 1168-T-85. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco. Arquivo Noronha Santos, IPHAN, 1999.

⁵¹ Memorando DEPROT/IPHAN/RJ/Nº. 379/98, da Arq. Cláudia M Girão Barroso, Chefe Divisão de Proteção Legal. In: IPHAN, Processo nº.1168-T-85. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco. Fls.377-379

⁵² Idem.

Dos 50 imóveis em destaque, 18 compõem o Sub-núcleo 1, definido como a área da reforma urbanística de 1910 e constituindo um conjunto eclético “bem proporcionado”⁵³. Os dois imóveis em destaque de Pós-50 são o prédio do Banco do Brasil, que “utiliza a linguagem da arquitetura moderna” e se destaca, segundo a Proposta de tombamento, pela “total ausência de ligações ao que então se fazia no Recife”; o segundo prédio é a sede regional do Tribuna Federal, uma enorme edificação vertical sem marcação de andares, tipicamente moderna. Dezesseis imóveis em destaque estão localizados no Sub-núcleo 2, que é considerado o “núcleo primitivo da cidade do Recife”⁵⁴. Neste Sub-núcleo estão importantes edificações históricas, como a Torre de Malakoff, construída em 1855 como observatório astronômico. Reformada pelo Governo do Estado e reinaugurada em 10 de fevereiro de 2000, hoje a Torre funciona como um espaço cultural.

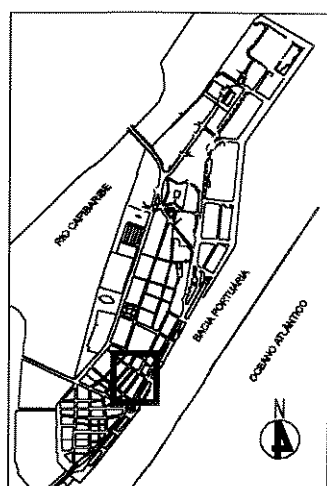


Rua do Bom Jesus e Torre Malakoff. À esquerda, Foto de 1940, Coleção de Benício Whatley Dias, Acervo Iconográfico da Fundação Joaquim Nabuco. À direita, mesma rua em julho de 1999, foto do autor.

⁵³ Informação nº.06/FG/98 de 10.03.1998 da Arq. Fernanda Maria Buarque de Gusmão, da 5ª Coordenação regional, citado no Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/nº.013/98 da arquiteta Cláudia M. Girão Barroso, fl.293 do Processo nº.1168-T-85/ IPHAN, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

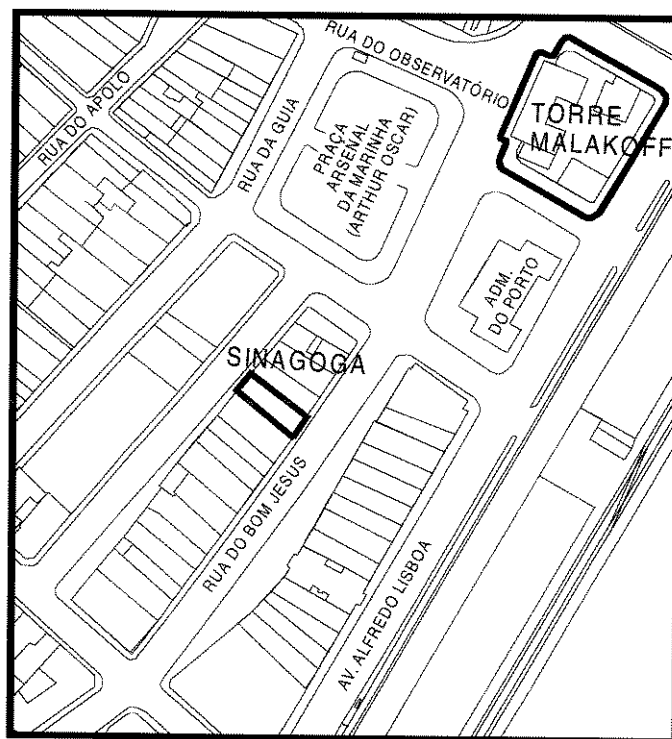
⁵⁴ Idem.

Também está nesse Sub-núcleo o imóvel onde existiu a primeira Sinagoga da América, a *Kahal Kadosh Zur Israel*, construída pelos judeus que vieram para o Brasil com os holandeses, entre 1640 e 1641⁵⁵. Em que pese a recente descoberta de vestígios arqueológicos desta antiga Sinagoga, a construção atual não é do Século XVII, como de resto quase todo o Bairro. A descoberta no local, em fevereiro de 2000, de um poço utilizado nos batismos de imersão e de parte da antiga muralha holandesa que cercava o antigo *Povoado dos Arrecifes* confirmaram, contudo, a importância histórica do lugar, mas revelou outra lamentável realidade: parte do patrimônio do Bairro do Recife está em seu sub-solo, abaixo do piso das inúmeras reconstruções por que passou o Bairro.



BAIRRO DO RECIFE

ÁREA DE ANIMAÇÃO DO PÓLO
BOM JESUS, LOCALIZAÇÃO DA
SINAGOGA E
DA TORRE MALAKOFF



⁵⁵ Pesquisas arqueológicas recentes confirmaram a existência da sinagoga. Em fevereiro de 2000, arqueólogos da UFPE escavam o solo do antigo sobrado e encontram vestígios de cerâmicas e um poço, onde era realizado o batismo dos judeus. Rabinos são chamados para reconhecerem o achado e depois de 350 anos rezam em hebraico orações judaicas no local que primeiro abrigou seu povo nas Américas.



Fachada e interior do prédio da Sinagoga, durante prospecções arqueológicas, Julho de 2000.
Foto do autor

O caso da Sinagoga não é o mais discutível dentre os imóveis que constituem o Sub-núcleo 2, considerado núcleo primitivo da cidade do Recife, há uma edificação datada do período de 1920/30, que é considerada “primitiva” da constituição da cidade. Na descrição do imóvel, na Proposta de Tombamento, consta uma explicação curiosa:

“No lugar deste prédio existia um excelente exemplar de arquitetura, com três andares e que recuava aos primeiros anos da ocupação da rua. Foi tal exemplar reformado na primeira metade do século XIX e é visto em estampa de Emil Bauch de 1852. Depois ele foi demolido para dar lugar a construção atual. O imóvel existente é eclético e segue os padrões comuns a tal gosto arquitetônico”⁵⁶.

A justificativa é interessante: este imóvel, em estilo eclético, foi colocado em destaque no Sub-núcleo 2, que se refere ao *Núcleo primitivo formador da cidade do Recife*, porque no mesmo lugar existiu um “*excelente exemplar de arquitetura*” do século XVII. Seguindo esse mesmo raciocínio, todos os atuais imóveis não deveriam ser incluídos nesse mesmo Sub-núcleo, uma vez que todos foram construídos onde antes existia um Bairro inteiro do século XVII?

⁵⁶ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

A produção de *reliquias*, que o próprio tombamento promove ao reconhecer edificações que já não mantêm nenhuma conexão efetiva com a tradição à qual se quer associar, não poupa nem a Rua do Bom Jesus, considerada uma das mais significativas do Núcleo Primitivo. O imóvel de nº 171, caracterizado como sendo do século XIX, tem a seguinte descrição:

“Edifício restaurado após um incêndio, do século XVIII, onde se instalou a Boutique Françoise. Restaurado a partir de fotografias do Século XIX, ele se identifica com exemplares desse século”⁵⁷.

A Rua do Bom Jesus, tão divulgada pela suas supostas características históricas, conta apenas com 04 destaques, sendo eles: a Sinagoga (restaurada no século XIX, quando lhe retiraram dois andares), o imóvel da Boutique Françoise (restaurado no século XX, a partir de fotografias do século anterior), o imóvel nº 143, um dos “sobrados magros” (teve uma platibanda acrescentada no século XIX), e o imóvel nº 125, edifício caracterizado como sendo do século XIX, e definido como um “Edifício de desenho que segue as linhas neoclássicas e de natureza eclética”⁵⁸.

Esses são apenas alguns exemplos de um conjunto de imóveis que foram colocados em destaque como representativos do “único remanescente íntegro completo no Brasil do pensamento urbano e arquitetônico da ‘belle-époque’ no Brasil”⁵⁹ (Grifo meu). Talvez por conta dessa paradoxal especificidade, o IPHAN tenha tentado se justificar, através de um Memorando que explica a inclusão de alguns imóveis pelo que representam de “(...) valor documental de algo iniciado e interrompido (...) e é justamente esse valor, e não sua qualidade arquitetônica, que importa na compreensão do significado de sua inclusão no elenco de imóveis selecionados no antigo bairro por seu interesse arquitetônico tomado em conjunto”⁶⁰.

Essas considerações, às quais a Portaria do tombamento se remete, são fundamentais para se compreender o tombamento do Bairro do Recife. Pela primeira vez em sua história, o

⁵⁷ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

IPHAN reconhece o valor de um sítio histórico pelo seu caráter “simultâneo”, de influência *colonial-eclética* (sic). Com esse tombamento, foi dado mais um passo na superação da polêmica sobre o ecletismo na arquitetura brasileira, cujo principal foco foi o processo de tombamento, na década de 70, do Conjunto Arquitetônico (eclético) da Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, como relata Fonseca (1997), o Arquiteto Paulo Santos, então relator do processo, precisou enfrentar a autoridade de Lúcio Costa e de toda a tradição do IPHAN ao defender o ecletismo como um valor histórico e específico. Hoje, ao que parece, parte da ortodoxia foi vencida. No entanto, o arquiteto pernambucano Geraldo Gomes comenta, ao se referir à profusão de cores com as quais foi pintado o casario do Bairro do Recife, através do *Projeto Cores da Cidade*, da Fundação Roberto Marinho:

“A heresia para os ortodoxos só está sendo tolerada porque, afinal, os edifícios que estão sendo repintados foram concebidos e construídos no estilo eclético, esse estilo maldito pelos modernistas sobreviventes e numerosos entre nós” (Gomes, 1995: 93).

Tolerada ou imposta, a “heresia” tem uma âncora de difícil remoção: o forte apelo econômico da “revitalização”, que envolve empresários locais, poderes públicos e um Banco internacional (BID). Excetuando a evasiva referência ao “(...) valor simbólico e sentimental que este [núcleo] representa para os cidadãos recifenses”, em nenhum momento a justificativa do tombamento estabelece alguma relação entre identidade cultural do patrimônio e cidadãos. A dimensão da cidadania está completamente ausente na Proposta de Tombamento, cujo principal enfoque é a dimensão de mercado da “revitalização”. O fato é que o processo de “revitalização” se impôs, como um bem sucedido empreendimento, e foi uma das principais defesas para o tombamento do Bairro do Recife. Mais do que isso: o tombamento foi um ato explicitamente político para atender a uma exigência do BID para incluir a Cidade do Recife no consórcio que criou o programa *Monumenta/BID*:

“Houve uma exigência. É, uma exigência legal. Porque a gente só tinha a [Igreja] Madre de Deus que era tombada ao nível federal (...). Então eles [BID] achavam que era muito pouco ter apenas a Madre de Deus para se fazer esse investimento. (...) Então a própria avaliação dentro do Ministério [da Cultura] era que não precisava, mas foi uma avaliação do BID que precisava ser uma área tombada para justificar um investimento”.⁶¹

⁶¹ Depoimento de Rúbia Campello, Diretora do Departamento de Programas Especiais da URB. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 12 de abril de 2000.

O tombamento do Bairro do Recife assinala o ponto de chegada de um percurso que se inicia com a construção de uma idéia abrangente de nação e culmina com uma mudança no padrão do valor dos bens tombados, refazendo a noção de patrimônio como lugar da nação, para uma concepção voltada às demandas do mercado dos processos de gentrification.

Entre o primeiro e o último sítio tombado pelo IPHAN, no século XX, há, portanto, uma trajetória que refaz os nexos e os sentidos entre patrimônio e lugar. Ouro Preto, “descoberto” no contexto do modernismo das primeiras décadas do século XX, representou a invenção de uma narrativa abrangente e de uma paisagem de nação concisa e homogênea, cuja tradição bem delimitada pelo barroco-colonial estabeleceu vínculos associativos claros entre patrimônio nacional e seus lugares da memória.

O Bairro do Recife, “re-inventado” no contexto de expansão das políticas neoliberalizantes e de desregulamentação da economia brasileira, foi reconhecido em sua desconcertante justaposição de estilos como uma paisagem simultânea da disseminação, fragmentada pelas contra-narrativas que estriam os espaços revitalizados pelas demandas do mercado, e criam as condições para o consumo dos lugares.



DO BAIRRO HOLANDÊS À PARIS PERNAMBUCANA: PAISAGENS DE UM BRASIL MODERNO

O tombamento do eclético Bairro do Recife, em 1998, não significou apenas uma alteração dos parâmetros estilísticos utilizados pelo IPHAN nas práticas de preservação no Brasil, até então ancorados predominantemente no modelo modernista do barroco-colonial mineiro. Representou também uma retomada da noção de usos públicos das áreas de patrimônio, no contexto das políticas de revitalização urbana de sítios históricos. A análise do pedido e do processo de tombamento demonstra que o reconhecimento do velho bairro como *patrimônio nacional* se deu, em parte, devido ao bem sucedido processo de *gentrification* em curso, que tem atraído a atenção de investidores e usuários para as novas potencialidades dos usos econômicos do local.

Não por acaso o principal argumento para a justificativa do tombamento recaiu na *singularidade* do Bairro como único remanescente “íntegro” da Paris de Haussmann no Brasil: talvez nenhum outro estilo servisse tão bem aos propósitos das políticas de *gentrification* do que o eclético. Mais do que a sua síntese estilística, que serve bem para uma política disposta a tudo adaptar para a otimização do desempenho econômico do lugar, o ecletismo traz consigo duas problemáticas centrais que são atualizadas pelas políticas de patrimônio: a construção de uma paisagem moderna da cidade, associada ao progresso e a inserção internacional da nação; e a redefinição dos usos públicos do espaço urbano, mediante práticas que pretendem higienizar, desobstruir e embelezar as cidades. As aproximações entre a difusão do ecletismo, a partir do modelo francês da Paris de Haussmann, e as políticas de *gentrification* convergem, no Bairro do Recife, de modo exemplar. E não apenas porque o Bairro é um conjunto eclético, cujo tombamento atualizou essa paisagem de um Brasil moderno, mas também porque o tipo de sociabilidade pública que se pretende estimular recoloca o debate sobre os usos públicos de um espaço urbano segmentado, base da política dos *quartiers* da Paris eclética de Haussmann.

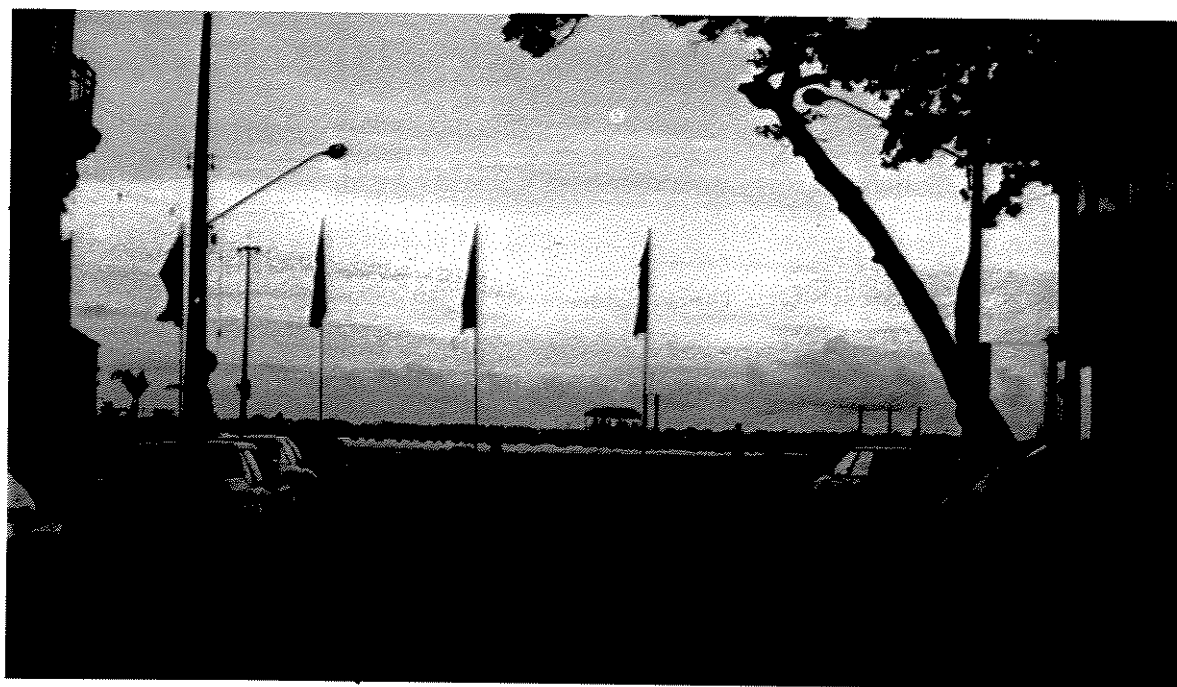
Este usos, no entanto, os quais se pretende estimular, têm uma justificativa controversa pelas atuais políticas de “revitalização” do patrimônio no Brasil. Em parte, argumenta-se que as áreas a serem “revitalizadas” constituem-se em espaços que perderam sua vitalidade como centro urbano voltado às práticas sociais de encontro, habitação e convívio da população. Este argumento ganha, no Bairro do Recife, uma forte ênfase com a idéia de que a Reforma de 1910 favoreceu ainda mais este esvaziamento, transformando o Bairro em um *quartier* voltado para as atividades econômicas e financeiras ligadas às atividades de exportação e importação do Porto. Esta constatação, se correta, reforçaria a atual justificativa para a implantação de uma política de *gentrification* no Bairro: as atuais práticas que se voltam às atividades extensivas de negócios e estimulam o consumo dos lugares no velho Bairro estariam apenas confirmando e incrementado uma singularidade aparentemente já construída no início do século, que formatou o perfil predominantemente comercial do Bairro do Recife. O argumento, obviamente, tem um aspecto crítico que atinge o cerne da discussão sobre a dimensão social das atuais políticas de patrimônio. Ao se afirmar que estes espaços, antes de serem “revitalizados”, eram desertos urbanos abandonados, afirma-se a inexistência de um fato real e contrário: estas áreas só foram desertos de benefícios públicos, nunca de pessoas. A maioria delas se fez refúgio para famílias – de baixa ou nenhuma renda – que buscaram nas áreas portuárias “abandonadas” um ancoradouro para sua morada. E ainda que parecessem desprovidas de usos públicos, estas áreas, a exemplo do Bairro do Recife, tinham suas próprias sociabilidades cotidianas.

Parte dos impactos conflitantes que as políticas de *gentrification* têm para a redefinição dos usos públicos da cidade se deve ao ato que negligencia estes moradores “invisíveis”, que também imprimem ao patrimônio usos e sentidos. A dimensão habitacional dessas áreas muitas vezes tem uma substantiva retrospectiva histórica, como é o caso do Bairro do Recife. Desde quando era um bairro holandês, e mesmo depois da reforma de 1910, o local continuou habitado e desenvolvendo sociabilidades bem distintas de uma simples apropriação dos lugares pelas práticas de consumo.

Este é o foco central deste capítulo, no qual pretendo discutir como, a exemplo de muitas áreas centrais das cidades brasileiras, a gênese urbana e a formação do Bairro

do Recife representaram uma espacialização das atividades econômicas, sem contudo conseguir deslocar totalmente habitantes de baixa renda. Pretendo argumentar que, no curso dessa construção da paisagem de um Brasil moderno, através do embelezamento funcional das grandes e largas avenidas do ecletismo de Haussmann na capital pernambucana, a redefinição dos usos públicos do espaço urbano – voltados às atividades comerciais – implicou também numa reapropriação dos lugares da vida cotidiana no Bairro do Recife. Para demonstrar como estas práticas subsistiram à construção de uma paisagem funcionalmente voltada ao capital da agroindústria canaveira, recupero inicialmente alguns aspectos centrais da gênese urbana da Cidade do Recife, onde se pode observar como, desde a época de Nassau, o antigo *Povoado dos Arrecifes* foi se tornando um lugar predominante de trocas, em meio aos sobrados residenciais. Esse percurso pela história do Recife tem, além disso, uma justifica de cunho metodológico: para estabelecer os nexos entre uma especificidade pretérita e as singularidades atuais do Bairro, retomo uma perspectiva histórica por entender, como sugere Raymond Williams, que “toda sociologia da cultura, para compreender ao que dela se espera, deve ser uma sociologia histórica” (Williams, 1992: 09).

Em seguida, desenvolvo uma análise sobre a Reforma de 1910, realizada no rastro das reformas urbanísticas no contexto pós-republicano, que buscavam criar uma imagem de modernidade. No Recife, ao reconstruir o antigo Bairro em estilo eclético, a reforma favoreceu uma reordenação espacial das atividades comerciais e residenciais. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre as sociabilidades públicas que se formaram no Bairro pós-reforma, cujas características representam uma *protogentrification* – primeira “onda” do enobrecimento urbano.



Marco Zero, Bairro do Recife/Fotos do autor.

I

Do corpo santo ao porto fálico: gênese urbana e vida cotidiana no Recife Antigo

18 horas de uma quinta-feira. Do Marco Zero da Cidade do Recife, onde em 1630 atracaram os navios holandeses para fundar a “Cidade Maurícia”, os carros começavam a movimentar o lento trânsito, formando um aglomerado que se deslocava e se espalhava em fuga pelas pontes em direção a outras localidades da cidade. Indício de uma predominante ocupação espaço-temporal do Bairro do Recife, esses veículos se retiravam ao entardecer, quando o fim de uma jornada diária de trabalho anunciava um novo fluxo de automóveis e pessoas que retornariam ao avançar da noite.

Por algumas horas, o Porto silenciava e um dos bairros mais antigos do Brasil mergulhava num hiato de espera e lentidão. O Bairro, que não desperta ao amanhecer, tem seu lento acordar ao entardecer, quando ganha novas sociabilidades e suas ruas parecem se preparar para a noite que se anuncia. Dia e noite estabelecem marcos simbólicos na vida cotidiana do bairro que foi o centro financeiro da economia açucareira no Brasil do século XIX e que, no século XX, transformou-se numa daquelas áreas inóspitas das grandes metrópoles, combinando a degradação do patrimônio histórico com a indesejada fama de área “marginal”, com prostitutas, estivadores e comida barata.

21 horas da mesma quinta-feira. Lentamente os carros retornavam e algumas das ruas históricas estavam isoladas por cavaletes de madeira e por um forte aparato de segurança. Os antigos casarões, agora com suas fachadas restauradas, transformaram-se em sofisticados *pubs* e restaurantes refinados, por onde circulam pessoas que provavelmente jamais os freqüentava antes. Por muito tempo renegado, agora o Bairro vai sendo transformado num complexo *mix* de lazer e consumo, graças à sua redescoberta como “espaço central e nobre” da cidade. Ao contrário da enorme penumbra e do quase silêncio que pareciam predominar, as ruas se abriam ao requinte da luzes de vapor de sódio, às vozes e musicalidades distintas.

Os focos de luz, estrategicamente direcionadas para realçar as fachadas restauradas (e, talvez, ocultar a degradação que persiste em muitos dos edifícios), reforçavam a impressão cenográfica das ruas, cujo impacto é um enorme contraste com todo o resto do Bairro. Transformadas num artificial *boulevard*, pouco a pouco as ruas estavam tomadas por pessoas, e as calçadas pelas mesas dos bares e restaurantes.



Rua do Bom Jesus/Foto do autor

A atual área da Rua do Bom Jesus era , no século XVII, uma das principais vias de acesso ao pequeno núcleo urbano do antigo Povoados dos Arrecifes. Essa rua⁶² foi uma das mais significativas do Núcleo Original da cidade, segundo a opinião do historiador Evaldo Cabral de Mello: “([a rua era] a principal artéria do bairro comercial e portuário” (Mello, 1997: 38). Ali existiu, e daí a referência ao seu segundo nome – Rua dos Judeus –, uma comunidade judaica que, fugindo das perseguições na Europa, instalou, como destaca Dantas (1999:329), a primeira sinagoga das Américas (*Kahal Kadosh Zur Israel*), provavelmente entre 1640 e 1641.

O Bairro era, inicialmente, apenas um pequena lingüeta de terra, um istmo de Olinda, cujo núcleo urbano era guarnecido pelas muralhas erguidas pelos holandeses, no

⁶² A atual Rua do Bom Jesus teve três denominações anteriores: Rua do Bode, Rua dos Judeus e Rua da Cruz.

século XVII, cujas portas, trincheiras e fortificações garantiam a segurança da pequena vila e do porto:

“A área territorial da Povoação do Recife, quando se transformou em sede do domínio flamengo na América, foi fechada – conforme plano de fortificação do engenheiro Commeateyn – por trincheiras e bastiões que substituíram a velha paliçada portuguesa, com apenas três portas dando acesso natural à cidade, seguindo o modelo convencional de defesa das cidades medievais” (Cavalcanti, 1977: 61).

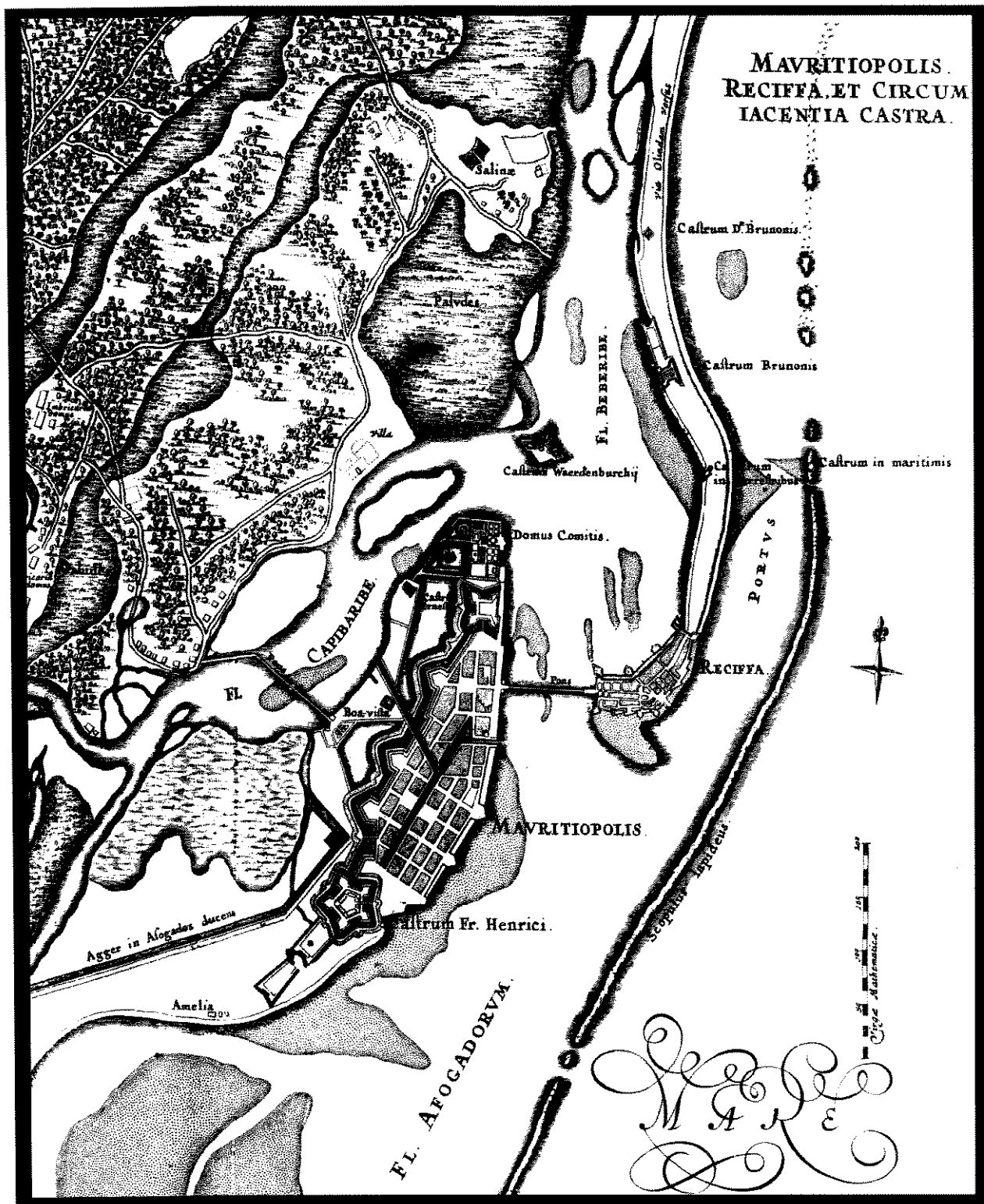
A pequena “lingueta” de terra (com apenas 10 ha) foi o núcleo primitivo da cidade, cujos arrecifes naturais formavam um seguro ancoradouro para as embarcações que transportavam pau-brasil e açúcar para a Península Ibérica. O *Povoado dos Arrecifes* cresceu como um porto de comércio, cujo nome vem da sua própria formação natural:

“O nome de Recife provém de curiosa muralha de rochedos ou recifes, a qual paralela à costa, protege seu porto contra o ímpeto das ondas, ficando as embarcações dentro do mesmo perfeitamente abrigadas dos ventos e das tempestades. Talhada com certa disposição e regularidade, é certamente ella mais uma das potentes maravilhas da natureza. O nome Recife, embora comum a toda cidade, entretanto, particularmente, dá-se ao bairro marítimo onde está a embocadura do rio Capibaribe. Foi pelo bairro de São Frei Pedro Gonçalves, ou propriamente do Recife, que a atual cidade iniciou seu povoamento” (Galvão, 1921: Letra R, Recife).

É nesse sentido que a paráfrase bíblica de Cavalcanti (1977) sobre a gênese do Recife não é um exagero: “Então, no princípio era o porto”. O porto da Capitania de Pernambuco situava-se na restinga da capital Olinda, em cujo istmo se fixaram os primeiros habitantes, numa estreita faixa de terra, entre o mar e o mangue. Uma breve descrição, de 1576, do primeiro cronista pernambucano, Pero Magalhães de Gândavo, citado pelo historiador Leonardo Dantas (1999: 323), fornece uma primeira impressão:

“Uma légua da povoação de Olinda para o sul está um arrecife ou baixo de pedras, que é o porto onde se entram as embarcações. Tem a serventia pela praia e também por um pequeno que passa junto da mesma população” (Dantas, 1999: 323).

Dois antigos mapas holandeses, reproduzidos nas páginas seguintes, permitem ter uma primeira visualização da faixa do istmo onde se formou o *Povoado dos Arrecifes*, assim como o início da formação do núcleo urbano, com a construção da primeira ponte que ligou o istmo ao continente.



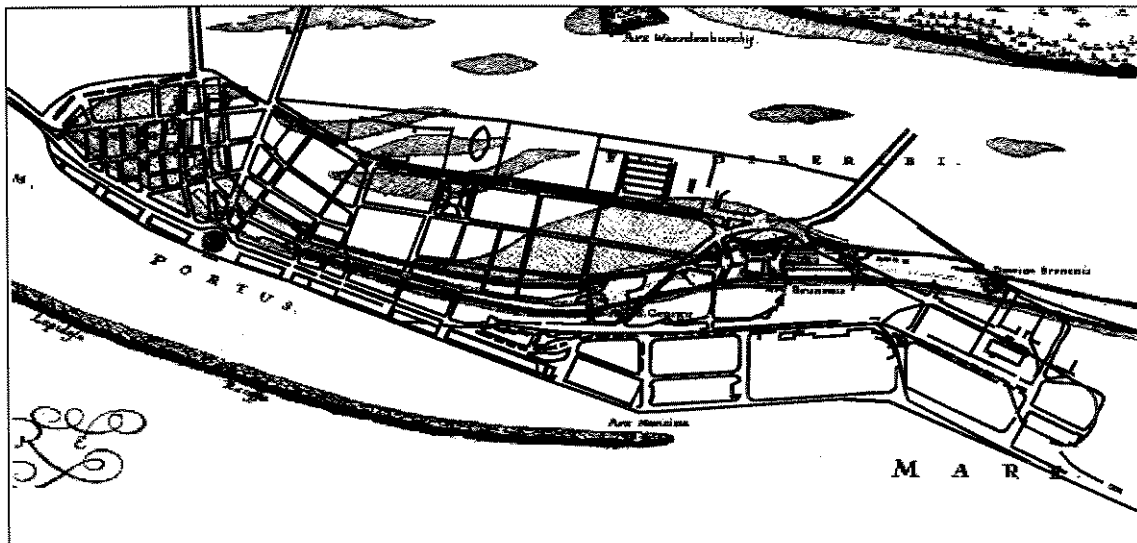
Reprodução fotográfica do mapa "Mavritiopolis (sec. XVII). . In: Cidade do Amanhã – Região Metropolitana do Recife. Série Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/FIDEM.

Hoje, na principal rua revitalizada do Bairro – a do Bom Jesus –, espécie de porta de entrada da ilha, um gesto do poder público repetia uma prática que tem se tornado comum nas cidades contemporâneas. A exemplo das correntes e guaritas que fecham áreas públicas, demarcando pequenos nichos privados na forma autoritária dos condomínios de ruas das grandes cidades, os cavaletes de madeira, que isolavam e delimitavam a área de lazer da rua, proibiam mais do que o simples tráfego de veículos: ordenavam o fluxo de pessoas que circulavam pelas ruas revitalizadas, sob os olhares atentos da guarda municipal e dos agentes de segurança privada, contratados para a proteção dos bares e seus frequentadores. Esse mais visível e imediato recurso de vigilância e segregação do espaço do Bairro, entretanto, não se coaduna apenas com essa tendência moderna de formação dos “enclaves fortificados”, aos quais se refere Teresa Caldeira (1997; 2000). Parte desses cavaletes ficava situada no final da rua, na conjunção com uma praça, cujo local retinha, simbolicamente, a força remissiva da própria história da ocupação urbana do Bairro.

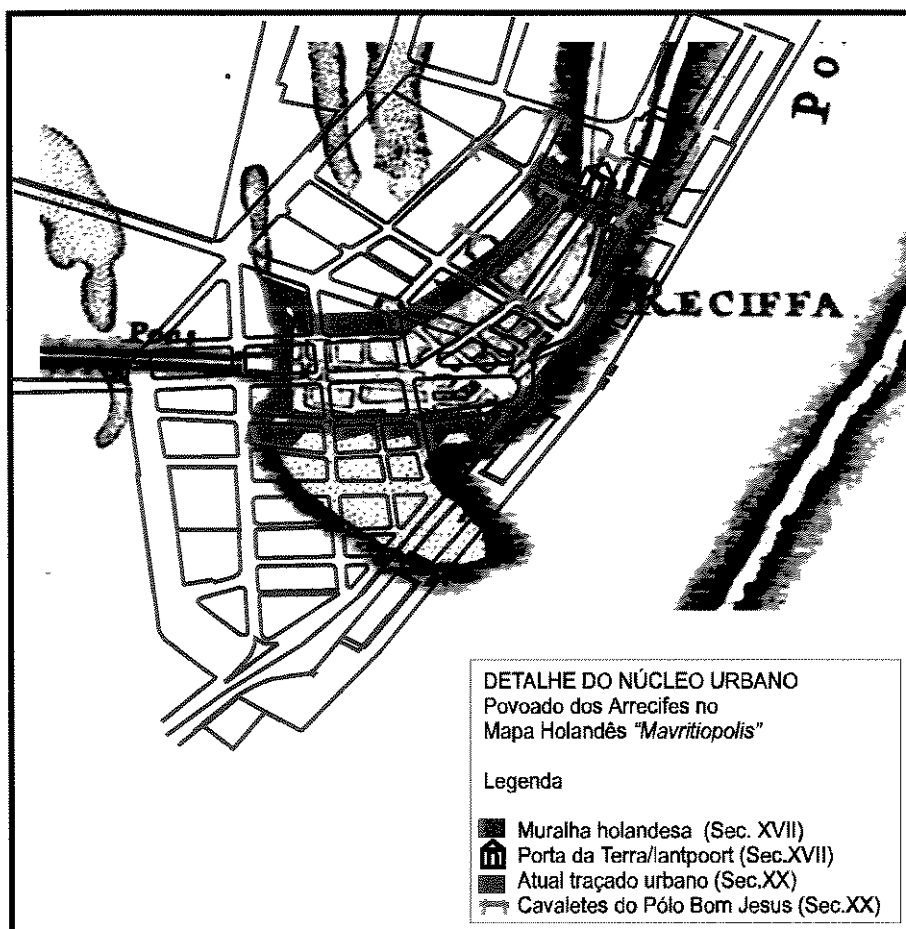
Segundo o historiador pernambucano Vanildo Bezerra Cavancanti (1977), nesse mesmo local onde termina a rua e foi construída a praça Artur Oscar (provavelmente, portanto, onde são colocados os atuais cavaletes), existiu até meados do século XVIII uma dessas portas que guarneciam a pequena vila, a chamada *Porta da Terra* ou da cidadela (*lantpoort*), que depois foi substituída pelo Arco do Bom Jesus.

"Sendo a mais importante rua do bairro, desde o tempo dos flamengos, ou mesmo, antes deles, tudo indica que, em virtude de seu traçado natural de velha estrada, que levava o viandante, vindo de Olinda para a ermida de Santelmo, seja ela a primeira da povoação. (...) uma das portas da cidade ficava no término desta rua. Era a 'Porta da Terra' (*Lantpoort*), barrando os viajantes que depois de determinada hora saíam para a zona de 'Fora de Portas'"(Cavalcanti, 1977: 86)

A justaposição do atual traçado urbano do Bairro sobre a lingüeta permite visualizar a evolução urbana da área do antigo *Povoado dos Arrecifes*, em decorrência dos inúmeros aterros iniciados na época de Nassau. Do mesmo modo, a justaposição da malha atual sobre o núcleo urbano possibilita estabelecer uma comparação entre a localização da antiga muralha holandesa com os atuais cavaletes que demarcam o Pólo de animação cultural do Bom Jesus.



Atual traçado sobre a lingüeta/Detalhe do Mapa “Insula Antonij Vaazij”



Traçado atual sobre detalhe do Mapa “Mavritiopolis.

O local onde os cavaletes se encontram hoje com o intuito de disciplinar o acesso à rua foi também no passado um símbolo da liberdade e resistência pernambucana: ali, segundo Dantas (1999), onde estava situada a *Porta da Terra*, João Fernandes Vieira recebeu as chaves do Recife e de *Maurícia*, em 26 de janeiro de 1654, num ritual público que marcava o fim do domínio holandês, após a Restauração Pernambucana. As Portas, como os atuais cavaletes, demarcavam fronteiras. E em função da sua existência (havia a *Porta da Terra*, em direção a Olinda; a *Porta do Mar*, voltada para o porto; e a *Porta da Balsa* ou *Porta da Ponte*, situada na saída da Vila em direção ao



Arco do Bom Jesus, na rua de mesmo nome/ litogravura atribuída a Lauro Vasconcelos Villares. Acervo do Museu do Estado de Pernambuco.



Cavaletes na Rua do Bom Jesus, 1999. Foto do autor.

continente) a demarcação espacial da região do *Povo dos Arrecifes* também ficou conhecida como “Dentro de Portas”, numa alusão direta à localização das ruas e travessas em relação às portas. Em decorrência das profundas transformações ocorridas no traçado urbano do Bairro e da revisão dos nomes das ruas promovida pelo governo municipal em 1879, como informa Cavalcanti (1977: 70), é tarefa penosa (e embora importante, talvez não seja tão relevante para a análise aqui proposta) tentar reconstruir uma cartografia das ruas antigas com o atual

traçado do Bairro. No entanto, e esse é o ponto que mais interessa aqui, as portas do velho arruado delimitavam mais do que áreas de segurança: sugeriam os limites sociais da vida comum que se desenvolvia no intra-muros do *Povo dos Arrecifes*.

Hoje, embora não existam mais sequer ruínas das antigas *Portas do Recife*, não apenas a Rua do Bom Jesus como as outras que estão sendo “revitalizadas” parecem estar sendo circunscritas a um outro traçado simbólico de demarcação de uma nova área “Dentro de Portas”: não mais de pedra e cal, mas portas mais sutis, “(...) menos aparentes que os da Antigüidade, mas igualmente práticos, constrangedores e segregativos” (Virilio, 1993: 12), que redesenham uma paisagem fortificada e enobrecida, numa metáfora de um passado de guerras e invasões que se confunde com um presente marcado pela exclusão e violência. Nessa metáfora da história, o velho porto parece repetir a sua própria origem quando o antigo povoado era uma área circunscrita pelos muros holandeses, redemarcando os seus limites naturais entre o mangue e o mar.

Permaneceu o povoado circunscrito à estreita e insalubre faixa de terra até a vinda dos holandeses que mudaram substancialmente a paisagem urbana e ambiental dos Arrecifes, com a implantação do primeiro plano urbanístico do Recife⁶³. No entanto, o que seria um plano típico da intenção civilizatória holandesa também se revelou uma estratégia de barbárie. O principal impulso ao crescimento populacional do povoado, juntamente com um primeiro plano urbanístico de expansão do núcleo originário da área dos arrecifes, vem como consequência da destruição de outro importante núcleo primitivo e exemplar da arquitetura colonial portuguesa: a cidade de Olinda. Como se sabe, atraídos pelo excelente desempenho dos engenhos de açúcar pernambucanos, os holandeses invadiram o Brasil em 1630, transformando o Recife em capital do Brasil Holandês. No ano seguinte, incendiaram Olinda, então sede do domínio português. É nesse sentido que a afirmação de Walter Benjamin

⁶³ A idéia de um *plano urbanístico* pode ser deduzida dos empreendimentos realizados por Nassau, que tinha uma concepção ordenada para a expansão do povoamento holandês. Segundo Cavalcanti, “Foi Nassau e seus acompanhantes, homens de cultura e arte, quem imprimiu o ritmo civilizador à nova urbe obedecendo a um plano devidamente estudado e delineado por técnicos. Não era aquela desordenada ‘urbanização’ feita ao ‘Deus dará’, orientada por caprichos ou interesses pessoais de alinhamento, mas a implantação de uma cidade em cima de paus formadores de ilhotas que necessitava de ordenação” (Cavalcanti, 1977: 151). Opinião semelhante tem Gilberto Freyre (1996), para quem “(...) Nassau empenhou-se na urbanização mais inteligente do Recife – encarregando da tarefa um de seus melhores técnicos, Peter Post” (Freyre, 1996: 156).

de que os documentos de cultura são também documentos da barbárie aplica-se ao Bairro do Recife, não apenas como alegoria. Se o Bairro foi, em certo sentido, um documento cultural do domínio holandês no Brasil colonial, Olinda incendiada é seu correlato registro de barbárie.

O resultado mais imediato, do ponto de vista da evolução urbana do Recife, foi a migração em massa dos moradores de Olinda para o estreito istmo dos arrecifes. Segundo se estima, em um curto período, pelo menos 7.000 pessoas se mudaram para o novo povoado holandês (Dantas, 1999: 327). É um número expressivo, que duplicou a população média de 2.700 pessoas do povoado, segundo estimativa de Cavalcanti (1977:63). Enquanto Olinda ardia em chamas, Recife dava seus primeiros passos em um novo traçado urbano: alterando o padrão português de ocupação litorânea, os holandeses expandiram o povoamento em direção ao continente e construíram a ponte Maurício de Nassau, a primeira a ligar o antigo istmo ao continente, consolidando outro povoado, a ilha de Antonio Vaz, que viria a ser a *Nova Maurícia* (atual Bairro de Santo Antônio). A ponte favoreceu, como descreve Gilberto Freyre, a transferência de parte da população que se amontoava nos *Arrecifes*, contribuindo para atenuar os problemas de moradia na ilha portuária:

“Com elas [as pontes], parte da população passou-se da quase-ilha do Recife para a Ilha de Antonio Vaz, onde antes só havia um convento de frades e algumas palhoças de pescadores” (Freyre, 1996: 156).

No entanto, o que parecia ser uma solução aos problemas habitacionais e sanitários da região portuária, haveria de se tornar um impasse para os negócios que ali se desenvolviam. Talvez por essa razão, de modo semelhante às portas que demarcavam o núcleo original do *Povo dos Arrecifes*, a ponte também passou a ser uma forma de controle do fluxo de pessoas, como informa o cronista oitocentista Pereira da Costa, autor dos *Anais Pernambucanos*:

“Neste ano lançou Maurício de Nassau os fundamentos de uma ponte com o fim de comunicar o bairro peninsular do Recife com a cidade Maurícia, mas que não foi bem vista pela gente do Recife, que teria muito que perder, porque tinha a ponte, e sendo a cidade um lugar aprazível, próspero, a sede do governo colonial, muita gente preferencialmente procuraria a sua habitação, sofrendo assim o comércio colonial, e o valor e a renda dos seus prédios. (...) nas duas entradas da ponte mandaram os governadores holandeses levantar dois arcos de cantaria com as suas respectivas portas, que, fechando-se à noite, ficava assim interceptada a comunicação dos dois bairros” (Costa, 1985: 141-147).

A construção da ponte foi um primeiro passo, não apenas para a evolução urbana em direção ao continente, como também para a primeira refuncionalização do antigo bairro portuário. Além da ponte e da transferência da sede do governo holandês para o novo povoado, a mudança da residência do Conde Nassau significou um reforço para a *Nova Maurícia*, que teve a sua construção iniciada logo após a invasão de 1630 (Cavalcanti, 1977: 149). É provável, portanto, que o artifício das portas na ponte tenham não apenas servido como mecanismo de segurança como também para conter o fluxo indiscriminado para o continente. Talvez por isso, uma forma de imposto-pedágio era cobrado a cada passagem pela ponte, como ressalta mais uma vez Pereira da Costa:

“(…) terminada a sua construção, mandou o Supremo Conselho fazer portas de um lado e de outro, com soldados de guarda, e decretou que todas as pessoas brancas pagassem a passagem de duas placas (cada três placas valia um vintém), os negros uma, os cavaleiros quatro, e os carros de canga dois reais, e proibiu, sob graves penas, a passagem do rio em vatéis. Ficavam livres daquele imposto os soldados, os membros do Conselho, e os magistrados e oficiais” (Costa, 1985: 141-147).

Durante o curto período do domínio holandês, tanto a *Cidade Maurícia* (*MauritsStadt*), como o pioneiro *Povoado dos Arrecifes* passara por uma significativas mudanças, tendo este último um crescimento do seu núcleo urbano ao longo do eixo norte/sul do istmo. São dessa época os conhecidos *sobrados magros* do Recife Antigo, que se verticalizavam estreitos, comprimidos pelo rio e pelo mar. Embora Gilberto Freyre (1961) continuasse a saudar a beleza desses sobrados em seu *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*, destacava também os aspectos decadentes de suas origens. Sobre os sobrados da época de Nassau, diz:

“(…) sobrados estreitíssimos e, dentro deles, um excesso de gente. Gente respirando mal, mexendo-se com dificuldades. Às vezes oito pessoas dormindo no mesmo quarto. Verdadeiros cortiços. Os primeiros cortiços do Brasil” (Freyre, 1996: 156).

A abertura de novas ruas, a construção de casarios e sobrados, praças e fortes consolidam pouco a pouco o primeiro movimento da evolução urbana do Recife. Dentre as edificações, destaca-se a Igreja do Corpo Santo (De San Telmo ou São Frei Pedro Gonçalves), em cujo largo no início do século XVIII, com a elevação do Recife à categoria de *Vila de Santo*

Antonio do Recife, foi construído o pelourinho (Dantas, 199: 334)⁶⁴. Além da Igreja, havia outros importantes prédios, como o palácio do Governo, a alfândega, a Cadeia, a Sinagoga dos Judeus e vários armazéns (Cavalcanti, 1977: 65). A prosperidade do núcleo original da cidade se refletia no perfil do crescimento urbano e nas atividades que incrementavam a vida econômica e social do povoado. Como destaca Cavalcanti, “O Recife não era somente ‘passos’ e fortalezas. Os holandeses fizeram-no seu armazém-geral” (Cavalcanti, 1977: 61).

Essa observação de Cavalcanti sublinha duas problemáticas que se tornaram centrais para o Bairro do Recife até hoje: a sua transformação em área predominantemente de comércio e o aparente processo de esvaziamento das suas funções habitacionais. É possível dizer que, desde a sua fundação, o Bairro do Recife foi se especializando em atividades ligadas ao comércio, concentrando em sua pequena área as principais instituições públicas, escritórios e agências financeiras. Começava, assim, a se formar um perfil da vida pública cotidiana do bairro, baseado na concentração dessas atividades e serviços comerciais. Apesar das preocupações urbanísticas de Nassau, o povoado se mantinha pequeno para o grande volume de negócios e pessoas que ali circulavam. As ruas estreitas e os sobrados magros, espremidos no istmo, faziam aos poucos o *Povo dos Arrecifes* perder a centralidade do Brasil Holandês para o povoado vizinho, a *Nova Maurícia*. Assim descreve Freyre (1996), acentuando esses aspectos negativos do povoado, o qual chamava de “Sodoma de Judeus e mulatas”:

“Com os burgueses mais ricos indo morar em casas quase de campo, para as bandas de Antônio Vaz, a quase-ilha do Recife ficou o bairro do comércio e dos Judeus, dos pequenos funcionários e dos empregados da Companhia das Índias Ocidentais; dos artífices, dos operários, dos soldados, dos marinheiros, das prostitutas. Alguns destes vivendo em verdadeiros chiqueiros, entre tavernas sujas da beira do cais e no meio dos ‘bordéis mais imundos do mundo’ ”(Freyre, 1996: 156)

A descrição de Gilberto Freyre, em que pese o seu estilo literário de recompor aspectos pitorescos dos costumes sexuais da vida cotidiana da sociedade patriarcal, é emblemática. Ao ler os historiadores e cronistas que se debruçaram sobre as origens do Recife, a impressão que fica é que o povoado dos Arrecifes tornara-se um misto de bordel e mercado de escravos, em

⁶⁴ Mario Mello informa que o primeiro e pequeno pelourinho foi erguido na antiga Rua da Cadeia (atual Avenida Marquês de Olinda) e confirma que o grande pelourinho foi construído no Largo do Corpo Santo que passou a ser chamado *largo do pelourinho* (Mello, 1933).

meio às atividades comerciais do porto, quando Nasssau iniciou a ocupação da Ilha de AntônioVaz⁶⁵. E que esse processo continuou, adequando-se aos novos tempos com a substituição dos escravos por trabalhadores portuários. Até recentemente, era conhecida de todos que moravam no Recife a fama de “zona” que o Bairro tinha, associada à aura de uma vida boêmia. Ir à Avenida Rio Banco era ir aos bordéis, locais em que muitos se iniciaram, como se sabe, na vida sexual. Ao que parece, portanto, essa atividade, que iria marcar uma das imagens mais fortes do Bairro durante todo o século XX, já existia de forma sistemática nos tempos de Nassau, consolidando uma prática que viria a se tornar comum em todas as regiões portuárias do mundo:

“Para satisfazer a flamengos menos propensos a exotismos, veio da Holanda um número considerável de prostitutas, que surgem constantemente nos documentos de então como ‘mulheres fáceis’ (‘lichte vrouwen’ ou ‘vuijle vrouwen’) (...)” (Melo, 1947: 124).



Rua da Cruz, antiga Rua do Bom Jesus. Litogravura de F. H. Carls/ Acervo particular do autor.

⁶⁵ Wätjen (1938), em seu *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, ressalta a mesma problemática da vida no Recife: “Os holandeses abastados, sobre tudo os negociantes livres, até a evacuação da ilha, residiam na cidade Maurícia, edificada em Antonio Vaz, - sendo que no bairro do Recife apenas tinham os seus escritórios e armazéns. Nas ruas estreitas e habitações acanhadas e insalubres que se erguiam no istmo, moravam os funcionários e empregados inferiores da W.I.C, bem como o operariado, os soldados marinha, e todos quantos se ocupavam nos serviços do porto ou tinham qualquer coisa a fazer nos armazéns. Algumas dessas horríveis moradas eram verdadeiras ‘pocilgas’ (...)” (Wätjen, 1938: 386).

A vida “escandalosa e libertina” dessas mulheres – como qualifica Melo (1947) – teria contribuído para transformar o Recife no maior centro de disseminação da sífilis no Brasil, segundo a opinião de Melo, compartilhada por Gilberto Freyre. É conhecida a afirmação do último de que o Brasil, antes de civilizar-se, foi sifilizado, numa referência a um problema dos hábitos sociais típicos da sociedade colonial no Brasil (Freyre, 1992). A intensificação das atividades ligadas à prostituição, no contexto da permanência das atividades comerciais relacionadas à importação e exportação do porto, reforçam a idéia de que o Povoado foi de fato se tornando uma área de troca, predominantemente de açúcar e de corpos: para o lazer, as prostitutas, para o trabalho cativo, os escravos.

O comércio de escravos não era uma atividade circunstancial, em virtude da existência do porto. Ao contrário, portanto, de ser apenas um entreposto do comércio de escravos, o Bairro era um local de permanente negociação, como sugere a existência de uma senzala, à qual se refere Cavalcanti ao falar da atual Rua Domingos José Martins:

“O atual arruamento chamava-se antes de 1870, de Rua da Senzala, e depois Senzala Velha. Nessa rua, segundo consta do ‘Inventário dos Bens dos Flamengos’ – já existia, em 1656, uma senzala de negros que ficava da banda do rio por detrás de um sobrado com fronteira para a rua dos Judeus (...)” (Cavalcanti, 1977: 97).



Mercado de escravos na Rua da Cruz, 1821 (Atual Rua do Bom Jesus). Reprodução fotográfica da gravura de E. Finden. Acervo do IHGB, Rio de Janeiro.

O perfil escravocrata do Povoado continuou crescendo juntamente com a sua evolução urbana. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o Povo dos Arrecifes – que se transformou no Bairro São Pedro Gonçalves com a elevação da Vila Santo Antônio do Recife à categoria de Cidade em 1823 (Dantas, 1999: 341) – consolidou sua urbanização com os novos aterros que aumentaram a área exímia do antigo istmo. A cidade do Recife já era, então, no início do século XIX, o centro econômico e político da Província, vindo a ser a sua Capital em 1827 (Dantas, 1999: 342). À época, o Bairro do Recife – como viria a ser chamado o então Bairro São Pedro Gonçalves – continuava a desempenhar suas funções portuárias, em meio ao mesmo panorama cotidiano de prostituição e comércio de escravos. Estevão Pinto (1922), em seu *Pernambuco no Século XIX*, assim descreve as ruas do Bairro:

“Os escravos! Os míseros escravos! Estes, sim, que realmente caracterizavam o aspecto da cidade. Repitamos a asserção: na primeira metade do século XIX, a rua era dos negros. Do bairro do Recife ao da Boa-Vista, da rua da Cacimba à dos Copiães, do Muro da Penha ao Nicho do Livramento, em toda esquina, em toda praça, em todo aterro, os negros, cativos ou forros, da Guiné ou Marfim, jalofo ou mandiga, cabindas ou bantus, carregados de baldes, de caixões, de tabuleiros, – constituíam-se figura integrante e sofredora das artérias” (Pinto, 1922: 133).

Estima-se, segundo contagem de 1828, que pelo menos metade da população do Bairro era formada por escravos. Havia, como ressalta Carvalho (1999), um total de 5.910 habitantes, sendo 3.270 livres e 2.640 escravos. Esse índice era equivalente aos da zona rural, numa evidência da estreita relação entre a vida urbana do Bairro com o trabalho escravo:

“Na década de 1820, a escravidão urbana não era apenas o resultado de sobras do interior. Nem um subsistema do escravismo rural, pois tinha necessidades e dinâmicas próprias. Estava plenamente estabelecida nas rotinas diárias” (Carvalho, 1999: 78).

Uma dessas rotinas era obviamente o trabalho braçal de cargas no Porto, voltado à economia colonial agro-exportadora. A presença de um índice de escravos compatível à zona rural não se explica apenas em função do comércio do açúcar, mas também pela estreita relação que o primitivo núcleo urbano da cidade do Recife mantinha com o próprio mundo rural. Era o *Povoado dos Arrecifes* uma espécie de zona limítrofe, condicionada e mediada, como ressalta Bernardes (1996), pelo ambiente rural. Enquanto extensão dos engenhos e canaviais, o antigo Bairro continuava a reproduzir – com a mão-de-obra escrava – as típicas

relações de poder da sociedade colonial; enquanto forma embrionária de uma vida urbana, o porto impulsionava novas sociabilidades, voltadas ao mundo da metrópole que “ancorava” nas mercadorias e novidades vindas de longe. Mais do que exportar açúcar, o porto do Recife transportava os códigos de uma vida urbana emergente:

“Muito da vida da povoação era ritmado pela arribada dos navios, portadores de mercadorias, de notícias, de papéis oficiais, de colonos e funcionários, alguns deixando a metrópole para sempre, outros o tempo de juntar alguma fortuna ou de cumprir alguma missão ou emprego oficial. (...) Animava-se a povoação, realizavam-se negócios, circulavam-se notícias” (Bernardes, 1996: 26).

Se a experiência da ocupação holandesa pode ter iniciado a formação de um certo perfil funcional do Bairro, combinando atividade portuária e prostituição – que em certa medida permaneceu ao longo do tempo –, o mesmo não se pode dizer em relação ao patrimônio arquitetônico desse mesmo período. É difícil não ficar com uma sensação de estranhamento quando se chega hoje ao Bairro, portando na memória os fatos da ocupação holandesa em Pernambuco. Até mesmo para um olhar leigo parece visível que na arquitetura do Bairro não se pode mais encontrar, com tanta facilidade, vestígios do Brasil holandês. A antiga Rua dos Judeus – hoje chamada de Rua do Bom Jesus – resta nela, desse período, apenas o local do prédio onde funcionava a sinagoga. E mesmo as edificações mais antigas, como a Igreja de Nossa Senhora do Pilar (1680) e a Igreja da Madre de Deus (1672), são construções posteriores à ocupação. Não há mais a primitiva Igreja do Corpo Santo, nem o seu largo, onde depois foi construído o pelourinho. Não restou em pé nem mesmo um dos Arcos, nos quais se transformaram as antigas Portas que guardavam o *Povo dos Arrecifes*. Resistiram o antigo prédio da Alfândega e o *Forte do Brum*, chamado pelo holandeses de Madame Bruyn, e depois localmente conhecido como Forte do Buraco (Costa, 1985).

Nem mesmo o traçado urbano do velho Povoado lembra aquelas ruas estreitas e apertadas, onde apinhavam-se os sobrados-cortiços e os sobrados-bordéis dos quais fala Gilberto Freyre. Colocando-se, imaginariamente, próximo onde se localizava o antigo Largo do Corpo Santo, o que são as duas longas e largas avenidas que rasgam o Bairro do mar ao rio, lembrando apenas que foi naquela direção, rumo ao continente, que os holandeses expandiram seu povoamento para fundar a Cidade Maurícia.

No lugar dos sobrados-magros, foram erguidos prédios monumentais no discutido estilo eclético, modelo à época da arquitetura liberal francesa do final do século XIX. O Bairro, que cresceu sobre os escombros de Olinda incendiada, foi também palco de uma outra grande reforma que o transformou em outro documento de cultura, agora da *Belle-époque* francesa. Quase 300 anos depois, o Recife iria mais uma vez confirmar Walter Benjamin, tornando-se ele próprio um documento da sua barbárie, ao se remodelar numa reforma que ficou conhecida como “bota abaixo” (Mello, 1997: 37) que arrasou o que havia no Antigo Recife de vestígios arquitetônicos de uma época, registros documentais da vida e arquitetura colonial holandesa⁶⁶.

II

Uma paisagem em construção: “bota-abaixo” o velho Brasil

Se as atuais fronteiras – materiais ou simbólicas – demarcam hoje o Bairro do Recife evocando as portas e trincheiras holandesas do século XVII, os seus atuais prédios ecléticos e seu traçado urbano evocam, de outro modo, um modelo urbanístico que pretendia justamente evitar a formação de barricadas e trincheiras. Refiro-me à grande reforma de Haussmann em Paris, modelo que inspirou a remodelação do Bairro no começo do século XX. É possível dizer que, depois da ocupação holandesa, esta foi a mais complexa e ampla intervenção urbanística realizada, cujos resultados desenharam parte da sua atual fisionomia.

⁶⁶ A predominância da arquitetura holandesa sobre a portuguesa é ressaltada por Evaldo Cabral de Mello, para quem o Bairro tinha uma “construção maciçamente holandesa”, ao contrário do Bairro de Santo Antônio, que mantinha construções batavas isoladas (Mello, 1997: 36-38).

A reforma de Haussmann, apesar da intenção modernizadora, foi antes uma reforma conservadora. Inserida no contexto autoritário francês pós-1848, a reforma significou uma intervenção política no traçado urbano de Paris, como meio de evitar a reincidência dos levantes e barricadas que caracterizaram os movimentos socialistas e revoltas operárias da época. Apesar de vitoriosa, a direita francesa, sintetizada na figura de Napoleão III, assumiu o poder em meio à contínua ameaça de novos levantes, e entendeu que as ruas estreitas e tortuosas da velha Paris eram um convite ao entrincheiramento e novas revoltas, descobrindo, de outro modo, como ressalta Benevolo (1989), a vantagem estratégica de um traçado urbano que serviria aos contra-ataques do próprio exército francês:

“(...) o Imperador constatou a utilidade dos grandes boulevards retilíneos para atacar a multidão com descargas de fuzilarias, depois do golpe de Estado de dezembro de 1851. É natural que agora se preocupe em eliminar, de uma vez por todas, a possibilidade de que se repitam as barricadas populares”(Benevolo, 1989: 96).

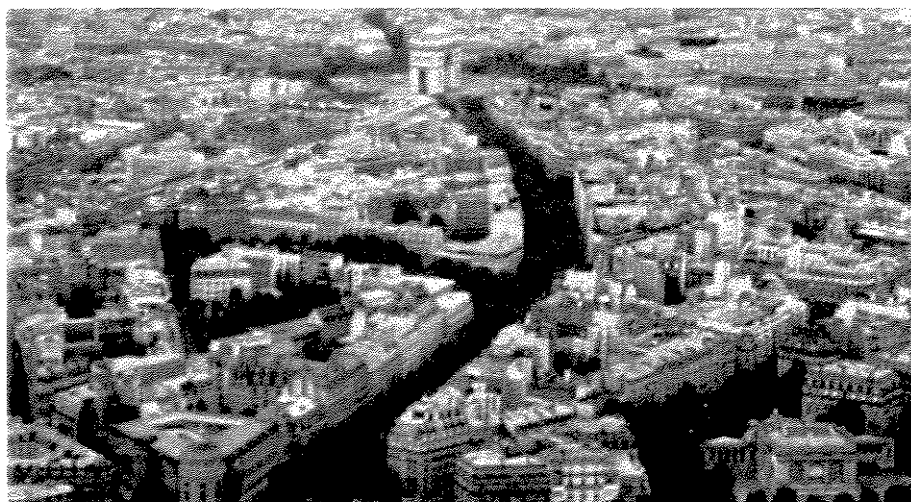
A mesma opinião tem Walter Benjamin, em um ensaio seu que se tornou clássico, “Paris, Capital do século XIX”:

“A verdadeira finalidade da obra de Haussmann era precaver a cidade contra a guerra civil. Ele queria tornar impossível, definitivamente, a construção de barricadas em Paris”(Benjamin, 1997: 76).

O “embelezamento estratégico”, ao qual se referia Benjamin, ao lembrar como ficou conhecida na época a reforma de Haussmann, significou, portanto, muito mais do que uma intervenção urbana para a simples adequação de Paris às necessidades de grandes avenidas de circulação que a cidade industrial reclamava. Foi também uma operação política que visava não apenas evitar novas barricadas, como também transformar as avenidas de Paris em monumentais espaços de passagem. Parece certo, de outro modo, que o modelo de Haussmann acabou ultrapassando esse sentido específico da política parisiense para se tornar um exemplo de um tipo de intervenção urbana que representava os anseios de uma burguesia em ascensão. As grandes avenidas e a monumentalidade de sua arquitetura expressavam os valores dessa classe, em contraposição à forma e pouca funcionalidade do traçado centrípeto da cidade antiga. A reforma de Paris tornou-se paradigmática da industrialização do século

XIX, representando a imagem moderna da nova cidade industrial, com seus *quartiers* bem definidos, cuja nova funcionalidade separava claramente operários, burgueses e espaço de negócios.

“O ideal urbano de Haussmann consistia no traçado de longas e alinhadas fileiras de ruas. Este ideal corresponde à tendência, constantemente visível ao longo do século XIX, para enobrecer as necessidades técnicas com pseudo-finalidades artísticas. Os templos do poder espiritual e temporal da burguesia haveriam de alcançar a apoteose enquadrados por fileiras e ruas que, tal como os monumentos, eram tapadas com uma tela e descerradas no dia da inauguração” (Benjamin, 1997: 75).



Fonte: Vista parcial dos *boulevards* de Haussmann, Paris.
Foto de Marinês Bastianel.

Esse modelo de cenário enobrecido, que já representava uma *protogentrification* (Smith, 1996), onde o *flâneur* percorria a cidade e buscava o seu refúgio na multidão (Benjamin, 1997), repetiu-se em outras experiências européias, caracterizando-o como uma tendência do final do século. Como destaca Benevolo (1989), a própria experiência francesa não se limitou a Paris. Outras cidades, como Lyon, Marselha, Montpellier e Toulouse passam por reformas semelhantes, com a criação de avenidas longas e retilíneas. Na Itália, muitas cidades também adotaram o modelo da reforma de Haussmann: Roma, Bolonha, Nápoles e Florença.

Em Viena, no entanto, a experiência do *Ringstrasse* não seguiu a estrutura linear das longas avenidas, mas um fluxo circular que acompanhava o traçado original da parte mais antiga da cidade. Apesar de não ter cortado o centro antigo, a reforma do *Ring* manteve a mesma concepção de largas avenidas e da monumentalidade arquitetônica. Construída como ícone do liberalismo austríaco, o conjunto de edifícios públicos e residências particulares que compunham a *Ringstrasse* representou, como ressalta Schorske (1990), “expressão visual dos valores de uma classe”. Os principais edifícios-símbolos do poder, em suas variações de estilos¹, significavam a construção de uma imagem de cidade que refletisse e invocasse, em sua monumentalidade, os ideais liberais em ascensão.

No Brasil, o eco das reformas urbanas européias chega com o advento da República e atinge as principais cidades brasileiras no panorama político e econômico do final do século XIX e início do século XX, difundindo o ideário da cidade ampla, saneada e moderna. Como se sabe, o advento da República significou um reordenamento político no Brasil, cujas elites – comandadas pelos cafeicultores paulistas – pretendiam promover uma rápida industrialização do país. Este período pode ser caracterizado, como sintetizou Sevcenko (1999:15), como “*a entrada triunfal do Brasil na modernidade*”. A capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, seria o primeiro alvo de um conjunto de reformas que tinha como objetivo criar uma nova imagem de Brasil, associada ao progresso e à modernização da sociedade. O porto do Rio, a exemplo dos demais portos brasileiros, convergia em seu espaço parte dos segmentos mais pobre da população, que se amontoavam nos sobrados, considerados insalubres e focos de toda espécie de enfermidades. A “regeneração” da área central do Rio de Janeiro, ou “bota-abaixo” para os diretamente atingidos, iniciou-se, 1903, com a demolição de residências e a expulsão de moradores. Sob o comando do Prefeito Pereira Passos, que havia conhecido as reformas de Paris, a urbanização do Rio foi acompanhada de uma intensa campanha sanitária. Tendo à frente o médico sanitarista Oswaldo Cruz, a campanha se tornou uma verdadeira operação de guerra, incluindo a vacinação em massa da população. Sob a direção do médico

¹ Os quatro edifícios públicos foram construídos, como informa Schorske (1990), seguindo estilos arquitetônicos diversos (atitude típica do ecletismo), de modo a representar os valores do liberalismo: o governo parlamentar, representado no estilo grego clássico do *Reichsrat*; a autonomia municipal na *Rathaus* em estilo gótico; o ensino superior no edifício renascentista e a arte dramática no *Burgtheater* em estilo barroco.

os agentes sanitários da capital, a pretexto de erradicar a varíola, adentravam casas e devassavam a intimidade da população. Qualquer sinal de foco epidêmico justificava mais expulsões, numa subversão pública dos espaços privados, como afirma Paulo C. Martins:

“Os pudores das casas e famílias, as sacrossantas idéias de propriedade privada, as tradições religiosas de culto a Omolu, o orixá ligado à varíola, tudo era exíguo diante das seringas de vacinas, ou dos inspetores sanitários que violavam a intimidade de lares de todos os segmentos sociais. Devassam-se corpos, casas e quintais, em razão da imperiosa imposição oficial de eliminar a varíola, a febre amarela e a peste” (Martins, 1999: 143)

Para a população pobre, já humilhada pela expulsão das áreas centrais, a agressiva campanha de vacinação foi um descaso dos poderes públicos. A consequência foi um motim popular, em 1904, a conhecida Revolta da Vacina. Assustada, a população mais pobre simplesmente se negava a ser vacinada e, com isso, a sujeitar-se à devassa que invadia casas e corpos. Foi preciso a mobilização do exército e tropas de São Paulo e Minas para conter a revolta, a qual resultou na deportação de muitos cariocas para a ilha das Cobras e para servir de mão-de-obra na extração da borracha na Amazônia (Sevcenko, 1999: 25). Contida a revolta, as obras continuaram, transformando a Avenida Central do Rio de Janeiro em um cenário da *Belle-époque*. O ecletismo foi o estilo que vestiu as novas fachadas dos prédios, seguindo o modelo da reforma francesa, onde os principais edifícios públicos foram destacados em sua monumentalidade, simbolizando a ascensão dos próprios republicanos ao poder (Brenna, 1987). Mais do que isso, a reforma significou a forma excludente com que a modernidade adentrou a vida pública cotidiana no Brasil:

“O centro do Rio de Janeiro vestiu-se de luxo e modernidade à medida que as elites dedicaram-se a especializar espaços, reprimir os costumes tradicionais, esconder a pobreza e as contradições mais aparentes na visibilidade da periferia, procurando manter sob vigilância e controle as vozes dos excluídos” (Menezes, 1999: 111).

Após a reforma do Rio, a idéia de saneamento social se proliferou para outras cidades brasileiras. Em São Paulo, com o desenvolvimento da cultura cafeeira que impulsionava a emergente industrialização brasileira, o ecletismo também se desenvolveu, mas em várias etapas, desenhando a moderna fisionomia urbana de uma cidade que já era muito francesa em seus hábitos e no cotidiano das requintadas famílias dos barões do café (Lemos, 1987). Como informa Hugo Segawa (2000), o audacioso *Projeto Alexandre de Albuquerque*, como ficou

conhecida a proposta de um grupo de empresários paulistanos, propunha uma completa remodelação da cidade, seguindo estritamente o modelo de Paris: grandes *boulevards* e edificações monumentais. Implantado apenas parcialmente, o Projeto sofreu, ao longos de três décadas, muitas transformações. Outros projetos foram propostos, mas todos seguindo o mesmo preceito da higienização da cidade, através da implantação do traçado retilíneo de Haussmann.

Em Minas Gerais, onde a tradição colonial parecia dominar absoluta a paisagem arquitetônica, a nova capital foi projetada como um marco da ruptura com essa tradição: “(...) Belo Horizonte, capital encomendada sob o signo da modernidade arquitetônica, via modelos europeus do século XIX” (Salgueiro, 1987:106). Em um momento em que o barroco ainda não detinha a imensa carga simbólica que teria com o Movimento Modernista, Belo Horizonte sintetizou o padrão arquitetônico que era considerado moderno. Igualmente em Belém e Manaus, impulsionadas pelo ciclo da borracha, a partir da segunda metade do século XIX, a opulência de uma nova classe em ascensão alterou substancialmente o perfil urbano e arquitetônico daquelas cidades. As ricas residências e prédios públicos inspiravam-se na arquitetura eclética francesa, emoldurando hábitos e costumes de uma aristocracia que também em quase tudo pretendia ser igual a Paris: nos hábitos de vestir, na culinária e nos adereços de decoração das casas. Ana Maria Daou (2000), pesquisadora que estudou Manaus – cidade que ficou conhecida, na época, como a “Paris das selvas” –, analisa a crescente ritualização dos hábitos que incluía o gosto refinado pela ópera, que já em 1897 contava com apresentação de *La Gioconda*, de Ponchielli, pela Companhia Lírica Italiana. Além dos espetáculos no Teatro Amazonas, os bailes e banquetes reuniam a elite da borracha, com sua aberta ostentação de riqueza (Derenji, 1987; Daou, 2000).

No Recife, cidade que ainda no início do século se mantinha como a mais importante capital nordestina em decorrência da economia açucareira, condensa no Nordeste brasileiro a mais nítida expressão da busca dessa imagem de um Brasil moderno. A reforma do seu bairro portuário, a partir de 1910, seguiu a mesma tendência que se proliferou em todo país, associando modernização da estrutura portuária com renovação urbana. O período da reforma é particularmente relevante para a história econômica de Pernambuco. O Recife era, à época,

a mais importante capital nordestina, centro das “novas elites urbanas” da região (Perruci, 1978). Foi nesse período, como demonstra Perruci (1978), entre o final do século XIX e início do século XX, que a economia açucareira de Pernambuco passou por transformações importantes em decorrência da substituição dos antigos engenhos pela usina. Esse fato contribuiu para consolidar o capital industrial (predominantemente urbano, portanto) em detrimento do então capital agrário (e rural, conseqüentemente) em Pernambuco:

“A usina substitui o sistema dos engenhos centrais; porém, desta vez, a produção agrícola e o processo industrial são concentrados em uma só mão. A usina representa, assim, uma síntese entre os dois setores da produção, configurando uma importante transformação na economia do açúcar: a passagem de uma economia controlada por capitais predominantemente agrários e comerciais para uma economia dominada por capitais predominantemente industriais” (Perruci, 1978: 115).

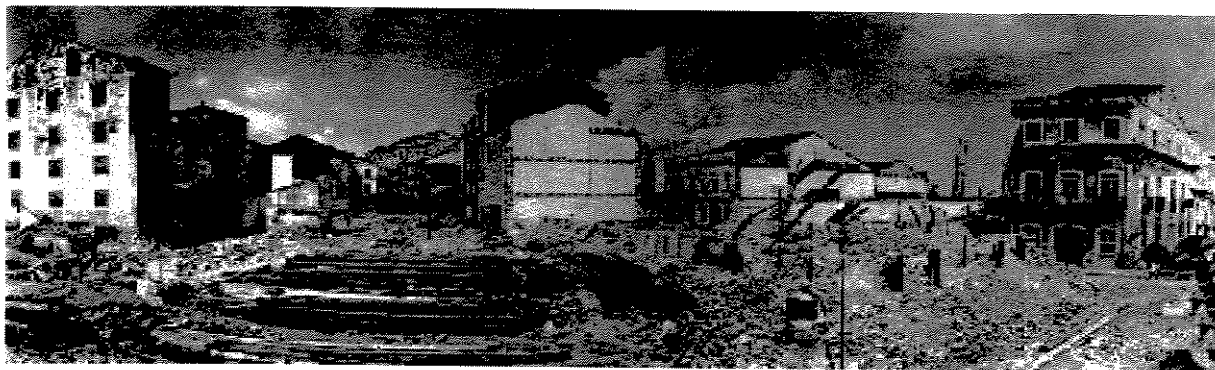
Se por um lado essas transformações não alteraram o perfil latifundiário e monocultor da economia pernambucana, com a conseqüente manutenção das “estruturas de dominação agrária” (Perruci, 1978:127), elas contribuíram, por outro, para dinamizar a urbanização, com a concentração comercial e financeira na cidade do Recife. Dada a estreita relação entre a emergência das usinas e o capital urbano que as financiava, o setor financeiro passou a ter uma posição de destaque na economia açucareira. Esse mesmo setor, que teve a sua expansão na Primeira República, impulsiona a modernização da infra-estrutura, a exemplo das reformas dos portos brasileiros. Não por acaso, o Bairro do Recife irá concentrar a maioria das agências bancárias no início do século XX, principalmente após a reforma do porto em 1910 (Lubambo, 1991), reunindo em uma mesma localidade parte dos escritórios e armazéns da produção usineira e o setor financeiro que os financiavam.

Essa reforma, portanto, não apenas melhorava as condições operacionais do comércio exportador/importador, como também delineava uma nova imagem para a cidade, reflexo das novas elites da economia financeira e urbana em Pernambuco. Para Catia Lubambo (1991), que realizou um dos poucos trabalhos publicados sobre a reforma de 1910, a idéia de remodelação do porto foi parte de um processo de modernização nacional, que teria delineado um “*novo modelo ideológico e cultural no país*”, numa conseqüência da articulação dessa nova elite urbana – à qual se referia Perruci:

“Era necessário, segundo a ótica das elites locais, uma nova imagem da cidade. Assim, seria possível atrair para a Região, além de investimentos, uma parcela de progresso e modernidade, como a que já chegara à Capital Federal” (Lubambo, 1991: 20).

Refere-se Lubambo exatamente às reformas da Avenida Central no Rio de Janeiro que, como foi dito, foi a primeira cidade a seguir o princípio haussmaniano das grandes avenidas, associado às idéias sanitistas da época. O processo de intervenção urbana foi traduzido em higienização *ampla* das cidades, literal e metaforicamente. As reformas do Rio de Janeiro e do Recife tinham de fato a intenção de erradicar as moléstias e focos de epidemias que se proliferavam as regiões portuárias. Os focos de febre amarela e varíola, no porto do Rio de Janeiro, eram empecilhos reais à política de desenvolvimento voltada aos investidores internacionais: havia, como ressalta Fabris (2000), receio até de desembarcar no porto da Capital Federal. No Recife, o estado de insalubridade era semelhante, senão mais grave. Em estudo de 1908 sobre o Porto do Recife, Artur Orlando enumerava os recorrentes focos epidêmicos de tuberculose, varíola, gripe, beribéri, febre tifóide, sarampo, desinteria, lepra, escarlatina e paludismo (malária):

“O character epidemico das molestias, que mais devastam nossa população, dá claramente a entender que o Recife não é uma cidade doente em si, que as causas, que influem para a insalubridade, são menos naturaes do que sociaes, que a sua insalubridade é devida menos ao seu meio physico-chimico, ás suas condições athmosphericas e geologicas do que ao máu estado sanitario, á sua falta de medidas hygienicas e prophylacticas”(Orlando, 1908: 127).



Demolições no Bairro do Recife/ Autoria não identificada. Acervo iconográfico do Museu da Cidade do Recife.

A reforma do Porto do Recife significou, nesse sentido, tanto uma adequação urbana ao emergente capital industrial e financeiro do setor usineiro pernambucano quanto uma intervenção voltada à higienização urbana. A Reforma de 1910 começou com as obras de modernização do Porto, mas a intervenção no traçado urbano do antigo bairro portuário, entretanto, não se limitou a uma recomposição de fachadas ou construções isoladas de edificações em estilo eclético: quase todo o bairro foi demolido, com o que ainda restava de exemplares da arquitetura colonial. O discurso da higienização no Recife encontra seu principal alvo nos sobrados do velho bairro portuário, cuja necessária profilaxia tinha como justificativa o caráter predominantemente insalubre de seu interior, acentuado pelo hábito de manter-se inimigo da rua, como descrevia Gilberto Freyre:

“Procurava-se a segregação da família contra uma série de inimigos exteriores: desde o ar e o sol até os raptos, os ladrões e os muleques. Dormia-se com as portas e as janelas de madeira trancadas, o ar só entrando pelas frinchas. De modo que os quartos de dormir impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de pé, de sovaco, de barata, de mofo. (...) Quando a inhaca era maior, queimavam-se ervas cheirosas dentro dos quartos” (Freyre, 1996: 205).

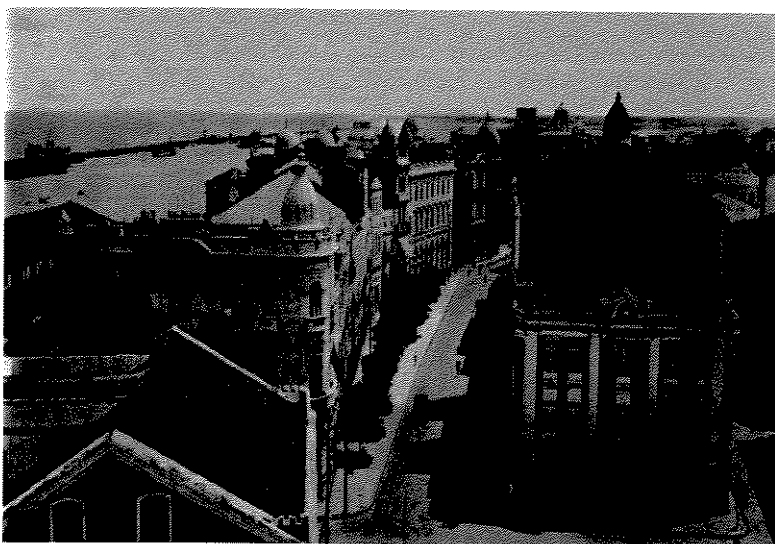
O relato do ensaísta Sylvio Rabello, que residiu no Bairro antes da reforma do porto, corrobora a leitura de Freyre, ao recuperar parte da visão que predominava à época sobre o caráter insalubre que teria justificado, em parte, a quase completa demolição do Bairro:

“No Recife de então, a bexiga era como um fogo de monturo. (...) Então famílias inteiras, em casas contíguas, em quarteirões e ruas, eram apanhadas pela doença. (...) E os caixões saindo pelas portas das casas, noite fechada, para os enterros sem acompanhamentos, à luz de velas. Tétrico. Sair à rua, expor-se alguém ao sol e ao vento, era um ato de temeridade. Preferível ficar em casa, portas e janelas batidas, passando-se necessidade, de modo que com seus pés de lã a morte andasse por longe e se sumisse” (Rabello, 1979: 34).

Além do aspecto propriamente sanitário das reformas, havia o discurso urbanístico que associava, metafórica e politicamente, a necessidade de higienização com a remoção socialmente desejada pelas elites da população mais pobre do centro das cidades. A política sanitária do início da República foi também um reflexo da tendência francesa de tornar análogos corpo e cidade, a partir da qual se buscava implantar formas eficazes de controle social. Esta seria, como sublinha Outtes (1997) em seu estudo sobre as origens do urbanismo

em Recife, a principal orientação seguida pelas práticas urbanistas no Brasil, a partir da utilização das concepções organicistas da *Société Française des Urbanistes*:

“A representação organicista do urbano é acompanhada pela utilização da imagem do corpo como metáfora da cidade. O Recife é então um corpo doente que deve ser curado por especialistas em moléstias urbanas, os urbanistas. A analogia da cidade com um corpo enfermo a ser medicado e sanado será uma constante”(Outtes, 1997: 50).



Rua do Bom Jesus, arquitetura colonial e eclética. Do álbum Vistas de Pernambuco, Coleção Comendador Baltar, Acervo do Museu do Estado de Pernambuco.

As ruas – artérias da cidade – teriam que estar limpas, desimpedidas dos entulhos sociais que as sufocavam. A abertura de grandes avenidas facilitava a rápida circulação de pessoas, num cenário típico da *Belle-époque*: mais do que uma paisagem arquitetônica, uma cena política de construção de uma paisagem da modernidade. Mais do que um trabalho de engenharia sanitária, uma operação de segregação social que limitava o livre fluxo de pessoas. O ecletismo, esse estilo híbrido e mal visto pelos modernistas, caracterizado pela utilização livre e

superposta de estilos do passado, representava – na arquitetura – um novo estilo de vida da burguesia emergente, estilo marcado pela monumentalidade das construções⁶⁸. Esta paisagem de um Brasil moderno, no entanto, também era a imagem de um Brasil real, envergonhado de si mesmo, como destaca Carvalho (1999) ao comentar as reformas no Rio de Janeiro: “*No Rio reformado circulava o mundo belle-époque fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro*” (Carvalho, 1999: 41). O discurso da cidade reproduzia, assim, no plano urbanístico, os mesmos “estigmas eugênicos” que permeavam o debate sobre o caráter nacional no pensamento social brasileiro (Lira, 1999).

Guardadas as devidas proporções, Recife (com os usineiros e do capital financeiro urbano), Rio de Janeiro e São Paulo (com as elites cafeicultoras ligadas à indústria nascente) e Belém e Manaus (com a elite da borracha), recriaram no ecletismo o ideário político da grandeza da cidade e de sua mais expressiva classe social, a emergente burguesia. No Recife, em particular, da “burguesia” da agro-indústria açucareira, que emergia das usinas para o centro financeiro urbano da cidade:

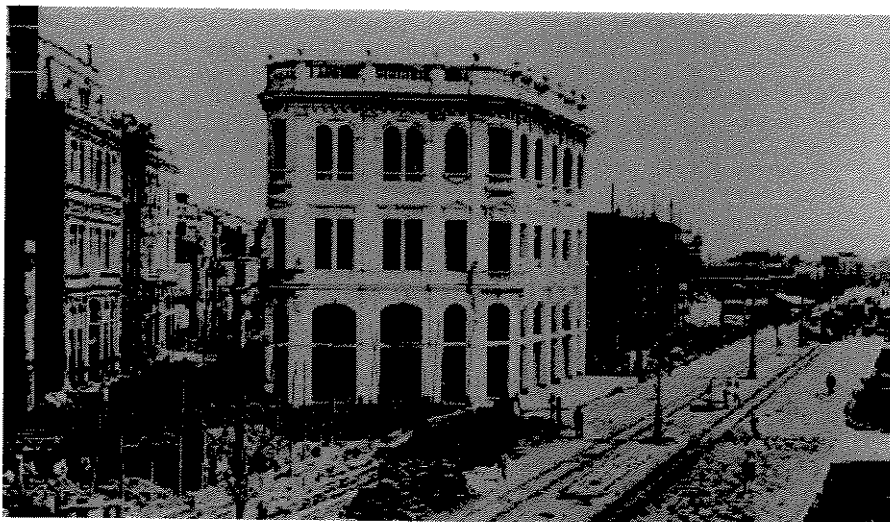
“O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto” (Patetta, 1987: 13)

A reconstrução do Bairro em estilo eclético e as reformas do porto se iniciaram em 1909 sob a responsabilidade da *Société de Construction du Port de Pernambouc*, cujas obras foram transferidas depois para a *Société de Construction de Batignolles* (Lubambo, 1991: 77), concretizando em Pernambuco o ideário modernizante do início do século, sob as palavras de ordem “limpeza” e “embelezamento”. O plano incluía aterros para ampliação da área do porto, construção de armazéns e – a mais drástica medida – a modificação do traçado urbano do bairro, com o alargamento das ruas para ampliar o fluxo do tráfego em direção ao

⁶⁸ O arquiteto Geraldo Gomes apresenta uma definição clara e direta do Ecletismo: “Entendemos o ecletismo na arquitetura como uma corrente cultural caracterizada pela reutilização mais ou menos livre do vocabulário formal de estilos do passado” (Gomes, 1987:180). Sobre essa tendência a uma indefinição de estilo, mediante a justaposição de outros, reagiram os modernistas de modo refratário: “Ainda hoje, no Brasil, os edifícios ecléticos são rotulados de ‘bolos confeitados’ por responsáveis estudiosos. A origem dessa atitude (...) pode ser atribuída aos ideólogos da arquitetura moderna e da também da arquitetura neocolonial. Na década de 20 deste século, de fato, modernistas e tradicionalistas tinham pelo menos um ponto em comum: eram antiecléticos, embora por motivos distintos” (Gomes, 1987: 180).

porto. Com esse novo traçado, o que havia de arquitetura civil colonial veio abaixo, com as inúmeras demolições que marcaram a construção da moderna paisagem do Bairro do Recife. Na prática, a higienização social se traduziu em desapropriações de pelo menos 480 imóveis (Lubambo, 1191: 123) que foram demolidos para a abertura das três novas avenidas no Bairro. No Rio de Janeiro, as reformas também deslocaram parte dos residentes do centro, como descreve José Murilo de Carvalho:

“A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abaixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central” (Carvalho, 1999: 40).



Reconstrução do Bairro do Recife. Coleção Benício Whatley Dias. Acervo Iconográfico da Fundação Joaquim Nabuco.

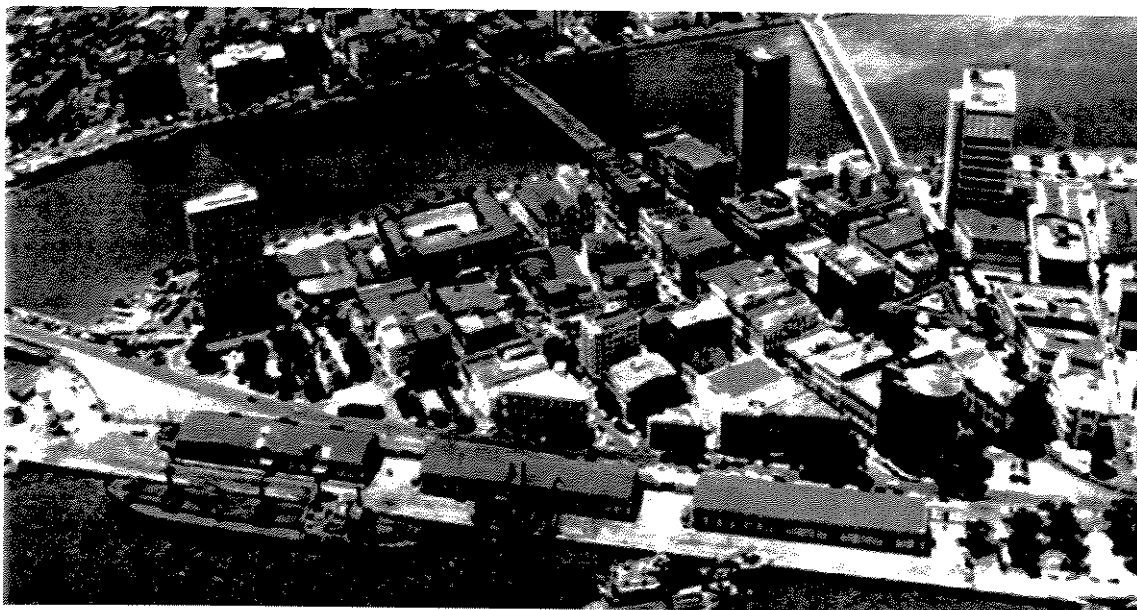
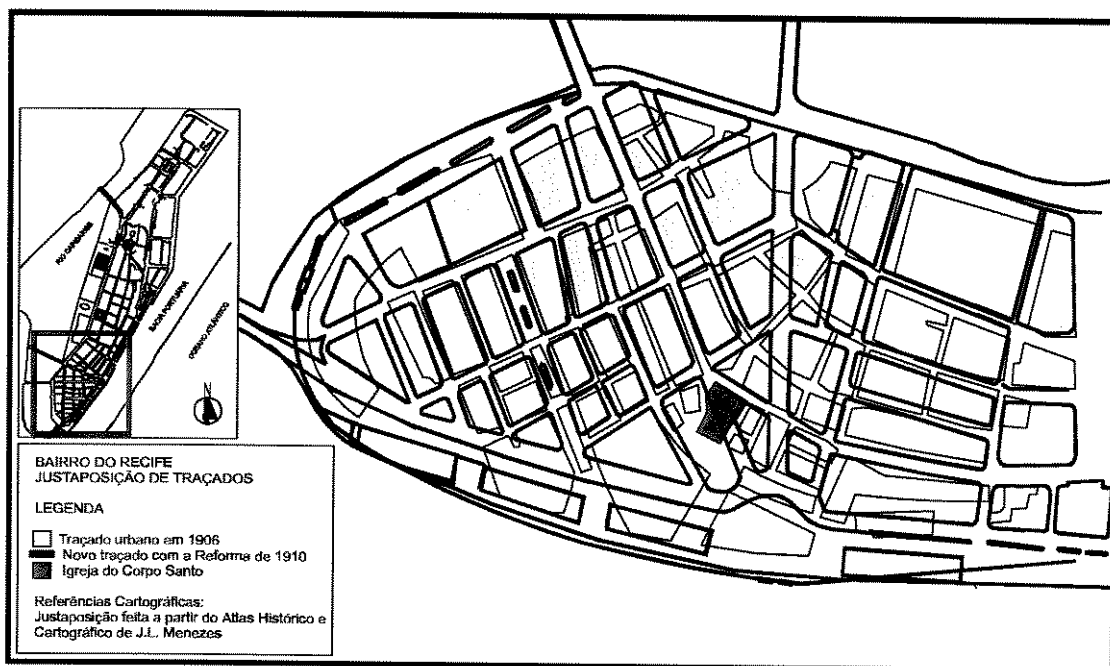
No Recife, destacou-se a demolição da Igreja do Corpo Santo, uma das causas de uma polêmica sobre a real necessidade de alteração do traçado, que parece durar até hoje. Geraldo Gomes (1995), referindo-se à demolição da Igreja, destaca que “(...) o bairro, que nunca se notabilizara por possuir edifícios monumentais por sua fatura artística, perdeu, como um dos resultados dessa reforma alguns dos poucos que ainda existiam” (Gomes, 1995: 89).



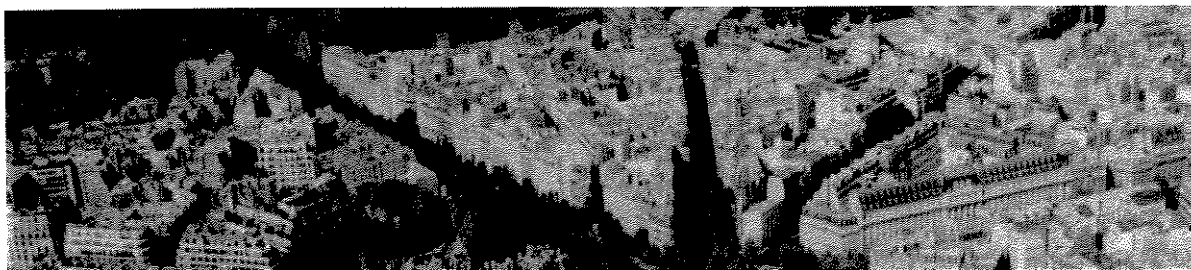
Pátio do Corpo Santo. Reprodução da Cromo-litografia de Emil Bauch, 1852. Acervo particular do autor.



Demolição da Igreja do Corpo Santo, Recife, 1913/Coleção Benício Whatley Dias. Acervo iconográfica Fundação Joaquim Nabuco



Vista área do traçado haussmaniano no Bairro do Recife. Foto de Aurelina Moura, Arquivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife/UBR/PCR.



Traçado urbano linear de Paris, que inspirou a Reforma de 1910. Foto de Marinês Bastianel

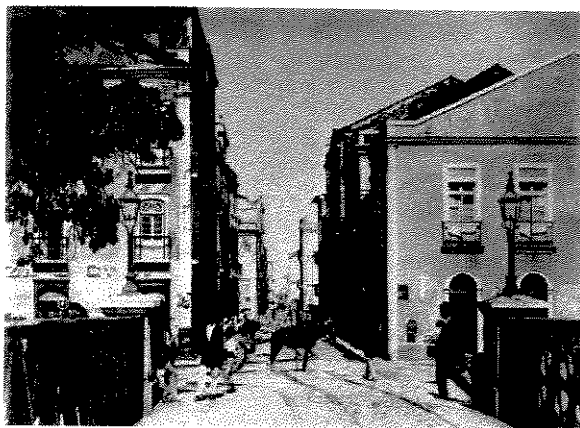
Em artigo que discute a lógica da idéia central da reforma, Souza Barros (1942) questiona a real necessidade de demolir os arcos da Conceição e a antiga igreja. Seu argumento faz sentido. Se a idéia central da reforma era alargar avenidas para melhorar o escoamento do Porto, como pretendiam que tal fluxo fosse eficiente se as duas avenidas criadas convergiam para o centro da cidade ? Para Barros, esse foi um erro técnico da reforma que não previu problemas de tráfego. Em sua opinião, a distribuição perimetral do tráfego teria sido mais indicada, em cujo traçado poderia ter sido evitado o rasgo que abriu o Bairro ao meio, destruindo monumentos de valor histórico.

“(…) para que servem os grandes casarões construídos em série com o arrasamento do bairro do Recife, num estilo indefinido e que só os andares térreos e 1.os andares, na maioria dos casos, são hoje utilizados por atividades sérias ligadas à vida do pôrto e do comércio ? (...) Si o Recife perdeu alguns monumentos da mais alta importância para a sua história, esta perda não se deu por um imperativo da sua transformação em um grande pôrto. Os arcos e a Igreja do Corpo Santo podiam existir. A demolição dêstes monumentos não resolveu nenhum problema urbano, acentuou apenas, extraordinariamente, os seus defeitos” (Barros, 1942: 96).

A crítica de Barros faz pensar na reforma para além de sua funcionalidade urbana. Mais do que um projeto de modernização das estruturas do Porto, a reforma envolveu o que Lubambo sugere como a criação de uma “nova imagem da cidade”. A demolição e reconstrução do Bairro em estilo eclético, com seus casarões alinhados e suas quadras triangulares, podem ser compreendidas como um esforço de ajustar essa imagem aos padrões das metrópoles europeias, tão em voga no início do século.

A construção dessa paisagem de um Brasil moderno passaria pela renovação arquitetônica e, fundamentalmente, pelos novos usos do espaço urbano. Com as demolições, duas conseqüências se impuseram: a expulsão direta de antigos moradores e a reapropriação dos novos locais, agora hipervalorizados. Lubambo estima que, em dois anos – 1910 e 1911 –, foram desalojadas entre 3.000 e 5.000 pessoas: “Para aqueles que pagavam aluguel em casas de cômodos, pensões e pardieiros na área, as desapropriações se traduziram em expulsão real de suas moradias (...)” (Lubambo, 1991: 125). A descrição visceral de Mário Sette é, nesse sentido, quase um relato sentimental dos primeiros efeitos que essa expulsão causou para os recifenses:

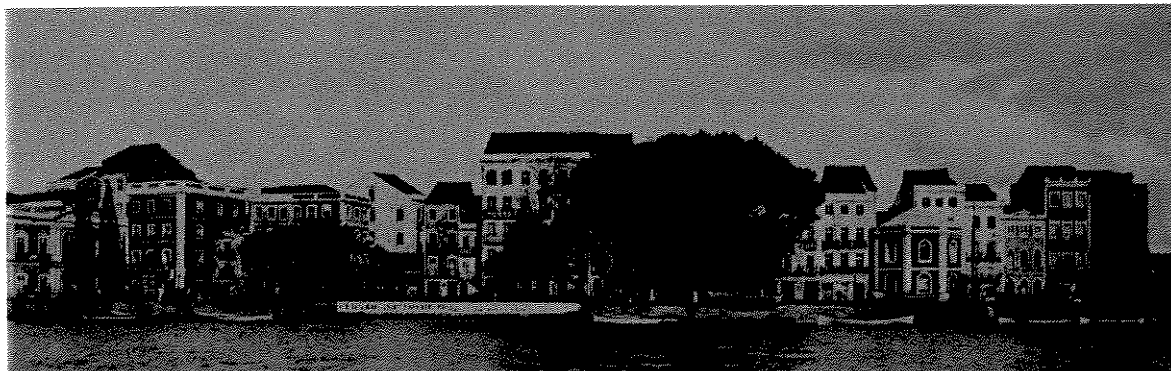
“Pouco a pouco desaparecia aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado. Comerciantes gordos de contos de réis, marinheiros de várias gradações, peregrinas do amor caro das pensões da Lingüeta, famílias modestas das habitações baratas em últimos sobrados, quitandas e vendolas, quiosques e barracas, ‘raparigas’ de fáceis leitos e pequenas pagas, arraigados moradores da freguesia por devotos do Senhor dos Passos ou da Conceição do Arco, tudo, tudo se deslocava enquanto as picaretas golpeavam e os tetos se abatiam” (Sette, 1948: 61).



Ampliação da antiga Rua da Cadeia, atual Avenida Marquês de Olinda. À esquerda, com o traçado colonial/Coleção de Benício Whatley Dias. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. À direita, traçado largo e linear/ Autoria não identificada. Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Em contrapartida a essa diáspora de gente simples, a reapropriação do Bairro se deu principalmente através de companhias de seguros, instituições bancárias e organizações ligadas ao comércio importador e exportador:

“(...) pode-se afirmar que, em relação aos antigos ocupantes da área, os novos proprietários compunham um segmento menor, detentor de maiores e mais valorizados terrenos no Bairro do Recife. Um verdadeiro processo de elitização na apropriação dos terrenos do Novo Bairro” (Lubambo, 1991: 123).



Antigo Cais da Lingueta, antes da Reforma de 1910/ Foto de Manuel Tandalla. Coleção Comendador Baltar, Acervo do Museu do Estado de Pernambuco



Praça Rio Branco, Antigo Cais da Lingueta, depois da Reforma de 1910. Autoria não identificada, Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Esta “elitização” teve um desdobramento político para a imagem do Bairro e seus usos. Em razão da tendência de concentração de atividades comerciais, as funções habitacionais sempre foram vistas como residuais. Ao Bairro foi associada a idéia de um *quartier* de negócios, como ressalta uma das justificativas do pedido de tombamento, destacando as edificações do Bairro do Recife:

“pela importância da memória individual e coletiva inscrita nesses exemplares ao longo do tempo, notadamente aqueles gerados pelo capital comercial e financeiro que definiram e definem ‘a cara’ do Bairro do Recife como território eminente de troca, desde a fundação da cidade do Recife”⁶⁹.

Após a Reforma de 1910, houve de fato uma reordenação espacial das atividades ligadas às atividades comercial e financeira relacionadas às atividades do Porto. No entanto, os índices populacionais sugerem que o Bairro do Recife sempre apresentou um quadro com significativas oscilações, não sendo imediata a conclusão de que a Reforma retirou as funções habitacionais do Bairro. Mesmo antes da Reforma, o Bairro já apresentava um quadro demográfico bastante variável, como demonstram algumas de suas estatísticas históricas⁷⁰. Duas contagens especificam, na primeira metade do século XIX, a população das *Freguesias* do Recife. Uma de 1828, recuperada, segundo Carvalho (1999) e por ele citada, na obra “*Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*” de autoria de Jerônimo

⁶⁹ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

⁷⁰ A utilização da demografia histórica implica quase sempre em análises por aproximação. No Brasil, as diversas contagens regionais e inquéritos censitários das Províncias do Império foram realizados sem uma metodologia unificada, algumas vezes expressando a visão do autor sobre a realidade observada ou dos interesses do poder local. Em suas “*Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império*”, obra original de 1870, Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986) já chamava a atenção para os desencontros numéricos das informações censitárias existentes, a partir dos quais procurava “recapitular”, através de comparação, para uma possível correção dos dados. Em que pesem, portanto, suas limitações, os dados censitários mais antigos nunca deixaram de ser importantes documentos históricos para auxiliar na recomposição do perfil populacional do Brasil. No caso do Bairro do Recife, tem-se um problema adicional. Embora fosse comum a divisão das Capitais das Províncias em *Freguesias* ou *Paróquias*, sendo o Bairro a Freguesia de S.Fr. Pedro Gonçalves, havia contagens que arrolavam apenas os dados gerais da Província. É o caso de um mapa da população da Província de Pernambuco, anexo ao *Relatório de 1º de Março de 1839* do presidente Francisco do Rego Barros, citado por Silva (1986: 56), no qual consta a população geral, segundo a nacionalidade, sexo e raça. Da mesma forma Roberto Southey apresenta a população de Pernambuco em 1775, com a genérica contagem de “245.000 almas”, e Antonio R. V. de Oliveira estima, em 1814, uma população de 294.973 (Silva, 1986: 55).

Martiniano Figueira de Mello⁷¹; e a de 1844, de autoria de José Bernardo Fernandes Gama que, em suas *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, apresenta o “*Mappa Estatístico da População Livre da Província de Pernambuco*” (Gama, 1977).

Tabela 1

Índices populacionais, primeira metade do Século XIX (população livre e escrava)

Freguesias	1828		1844	
	Pop. Livre	Pop.Escr	Pop.Livre	Pop.Escr
S. Fr. Pedro Gonçalves *	3.270	2.640	9.310	---
Santo Antonio **	10.403	3.019	21.480	---

* Povoado dos Arrecifes, atual Bairro do Recife

** Antiga Ilha de Antonio Vaz, Nova Maurícia, Atual Bairro de Santo Antonio

Fonte: Para 1828, Mello, 1950 in: Carvalho, 1999:77. Para 1844, Gama, 1977

Apesar do longo intervalo entre as únicas contagens disponíveis sobre a primeira metade do século XIX, uma análise comparativa entre os números desse período mostra um aumento de mais 100 % da população num intervalo de apenas 16 anos. Este aumento, no entanto, pode ser atribuído à forma como Gama (1977) processou os cálculos em seu Mapa Estatístico. Gama supôs que em cada Fogo (residência) morariam 5 pessoas, e multiplicou por esse número a quantidade de Fogos que havia no Bairro à época, estimado por ele em 1.862. O número de Fogos pode estar superestimado, quando comparado à crônica de Antônio Pedro de Figueiredo, sob o pseudônimo de Abdallah-el-Kratif, que afirmava, em 1857: “*Todo o bairro contém mil duzentas e vinte casas*” (Abdallah-el-Kratif, 1857). Entretanto, o que poderia parecer apenas uma discrepância numérica entre o cálculo de Gama e a contagem de Antonio Pedro, feita 13 anos depois, pode de fato confirmar a tendência de queda da população.

⁷¹ Segundo Joaquim Silva (1986), essa obra de Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, de 1852, foi apresentada depois que o seu autor havia sido contratado pela Assembléia provincial para realizar um levantamento estatístico da Província e teve seu contrato revogado por não apresentá-lo no prazo correto, em 1845. Informa Silva, no entanto, que mesmo assim o autor realizou o seu trabalho e “n’ele provou o autor a sua erudição e conhecimentos da matéria” (Silva, 1986: 57).

Tabela 2

Índices populacionais, segunda metade do Século XIX (população livre e escrava)

Freguesias	1872		1890	
	Pop Livre	Pop Escr	Pop Livre	Pop Escr
S. Fr. Pedro Gonçalves *	8.028	962	6.702	---
Santo Antonio **	13.864	2.046	10.691	---

* Antigo Povoado dos Arrecifes, atual Bairro do Recife

** Antiga Ilha de Antonio Vaz, Nova Maurícia, Atual Bairro de Santo Antonio

Fonte: Para 1872, Recenseamento Geral do Império (1872); para 1890, Diretoria Geral de Estatística (1898).

Embora o quadro revele uma diminuição da população do Bairro do Recife (Freguesia S. Fr. Pedro Gonçalves), essa era uma tendência também presente na Freguesia de Santo Antonio, antiga *Cidade Maurícia* e para onde migrou parte da população do Antigo Povoado Arrecifes na ocasião da transferência da Sede do Governo Holandês, e que parecia substituir o Bairro do Recife nas funções habitacionais do núcleo urbano mais antigo da cidade⁷².

Mesmo tomando esses dados como *indicativos* de um perfil do contínuo esvaziamento da população residente, é difícil afirmar que essa era uma tendência “natural” do Bairro do Recife, em função de suas atividades comerciais e portuárias. Mais uma vez há, desencontros estatísticos que mostram uma oscilação desses índices. Um outro recenseamento municipal reverte o quadro decrescente do século XIX, com uma estimativa da população em 1910 em torno de 13.204 habitantes, um número muito alto para uma tendência anterior de queda. A contagem municipal de 1913 é surpreendente, exatamente porque sugere, num pequeno

⁷²Esses dados, entretanto, devem ser tomados apenas como indicação, uma vez que todos eles apresentam problemas em sua elaboração. O que se tem hoje da contagem municipal de 1828 foi recuperado por Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, reduzindo o caráter primário dessa fonte. O mapa de Gama contém o discutível fator de multiplicação dos fogos por um especulativo número de 5 habitantes. O Recenseamento Geral do Império de 1872 não é menos problemático. Como alerta Maria Silva Bassanezi (1998), que desenvolveu detalhada pesquisa com essa demografia histórica, o atraso nas coletas desse que foi o primeiro censo nacional e os inúmeros erros de cálculos exigem cautela do pesquisador. Situação mais complexa é a do Censo de 1890, realizado no contexto político da Proclamação da República, e em cujo prefácio já se alertava para os necessários cuidados com o uso dos seus resultados. Bassanezi (1998), igualmente, ressalta que esse Censo não foi realizado na mesma data em todas as paróquias, tendo o retardamento da junção dos dados criado problemas para o levantamento.

intervalo de três anos, uma redução de quase 40 % da população⁷³. A tabela abaixo permite visualizar o período anterior e o imediatamente posterior à Reforma, compreendido entre os recenseamentos municipais de 1910 e de 1923, intercalado com o Censo nacional de 1920.

Tabela 3

Perfil populacional durante a Reforma de 1910

Paróquias, Freguesias ou Distritos	1910*	1913*	1920	1923*
S. Fr. Pedro Gonçalves ou Recife	13.204	5.146	9.524	3.206
Santo Antonio	19.234	14.857	12.600	20.915

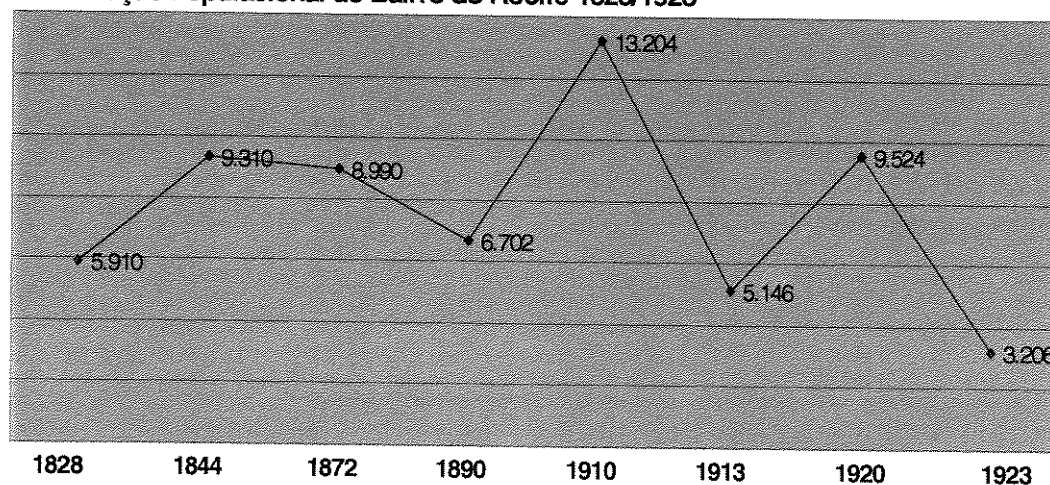
* Recenseamento municipal

Fonte: Para 1910 e 1913, Lubambo, 1991. Para 1920, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil,. Para 1923, Inspectoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, 1923.

Os dados dos recenseamentos municipais de 1910, 1913 e 1923 sustentam as afirmações de Lubambo (1991), quanto à redução dos índices com o início das reformas, possivelmente em decorrência das desapropriações ocorridas. No entanto, o Censo de 1920 funciona aqui como uma espécie de variável interveniente nessas informações populacionais. Se esse Censo for desconsiderado, é evidente que o bairro foi sofrendo um contínuo esvaziamento ao longo do período da Reforma. Caso contrário, não seria possível afirmar que, após a Reforma, o Bairro perdeu suas funções habitacionais. Segundo o mesmo censo, uma década, portanto, após o início das reformas, a população quase que dobrou em relação ao período das desapropriações, aproximando-se do índice anterior à reforma. Os dados do recenseamento municipal de 1923, por sua vez, mostram uma baixa drástica nesses índices, representando uma redução de aproximadamente 75,7 % da população entre 1910 e 1923. Os desencontros entre os dados dos recenseamentos municipais e o Censo nacional de 1920 demonstram que não havia uma tendência muito clara da curva populacional. Um gráfico do conjunto dos dados disponíveis entre 1828 e 1923 demonstra a oscilação dos índices populacionais do Bairro do Recife:

⁷³ Recenseamento municipal realizado em 12/10/1913, por ordem do Prefeito Capitão Dr. Eudoro correia e sob a direção do Dr. Alfredo Vaz de Oliveira Ferraz. Cf. *Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano*. Vol. XXV, no. 119-122, Recife, 1923.p. 173

Tabela 4
Evolução Populacional do Bairro do Recife 1828/1923



O que, de outro modo, mais claro e delineado do que o esvaziamento das funções habitacionais do Bairro, é a forma como a população nele se fixou. A estatística predial e domiciliária nos ajuda a entender o perfil do Bairro nesse período, desenhando sua fisionomia ao final de sua Reforma. Segundo o Censo de 1920, havia apenas 24 prédios em construção e 6 em ruínas, de um total de 618 prédios. Dentre esses, 588 eram habitáveis e 554 encontravam-se habitados, contra apenas 34 desocupados, perfazendo a mais alta densidade predial do Recife, com um índice de 15,41 habitantes/prédio.

Tabela 5
Estatística Predial Bairro do Recife, 1920: Condição dos Prédios

Distrito	Condição dos Prédios				Total
Bairro do Recife	Habitáveis		Não habitáveis		618
	Ocupados	Desocupados	construção	Ruínas	
	554	34	24	6	

Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Vol. IV (6ª parte), Estatística Predial e Domiciliária do Brasil. Rio de Janeiro, 1930.

Nos 554 prédios habitados, entre construções térreas, sobrados e imóveis com mais de 2 pavimentos, conviviam atividades comerciais e residências, seguindo um padrão de ocupação que geralmente combinava comércio no térreo e residência nos cômodos dos andares superiores. O resultado mostra que o Bairro do Recife apresentava o maior índice de densidade domiciliar da Região Metropolitana, com uma proporção de 24,23 habitantes por domicílio. A Estatística domiciliária revela a natureza das ocupações no conjunto de prédios do Bairro, cujos quadros abaixo possibilitam comparar os índices do Bairro do Recife, Bairro de Santo Antonio e da Capital do Estado.

Tabela 6: Tipo de Ocupação e Estatística Domiciliária, segundo o Censo nacional de 1920

Domicílios			Distritos e Capital		
			Bairro do Recife	Santo Antonio	Recife (Capital)
Particulares(residências)			363	1.482	35.069
Coletivos (em comum)	Asilos		---	3	9
	Cadeias		---	3	5
	Escolas		1	---	20
	Hospitais		---	1	7
	Hotéis		3	14	23
	Pensões ou casa de cômodos		24	24	73
	Quartéis		2	5	23
Outras Aplicações	Depósitos		150	120	319
	Escolas		---	4	49
	Escritórios		127	136	290
	Estações		1	---	9
	Fábricas ou Oficinas		10	40	137
	Casas de comércio		134	697	1.562
	Repartições administrativas	Federais	9	5	21
		Estaduais	4	7	25
		Municipais	---	1	4
	Templos		2	8	42
	Diversos		3	16	41
Densidade residencial			24,23	8, 86	6,78

Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil 1920.

A questão fundamental pós-reforma não reside no esvaziamento das funções habitacionais do Bairro, mas no modo como essa função operou, em meio às atividades comerciais que predominavam⁷⁴. O número de Depósitos e Escritórios chamam a atenção, na medida em que superavam os índices do Bairro de Santo Antonio, concentrando um total de 47 % dos depósitos existentes em todo o município, e 43,8% do número de escritórios do Recife. Os usos comerciais dos prédios superavam os usos habitacionais, numa proporção discrepante para a densidade residencial do Bairro. Dos 554 prédios ocupados, um total de 440 tinha uso comercial ou administrativo, restando, portanto, apenas 114 que constituíam residências exclusivas. Excluindo os dois quartéis, pela natureza oficial da residência em caserna, isso significa que, das 391 residências, pelo menos 277 funcionavam em prédios conjugados com alguma tipo de atividade não residencial.

O recenseamento municipal de 1923 também apresenta um mapa demonstrativo dos tipos de imóveis existentes. A tabela abaixo sintetiza as principais informações, relativas aos Bairros do Recife, Santo Antonio e Capital do Estado, montada a partir do “Quadro demonstrativo dos imóveis no Município do Recife”⁷⁵. Embora apresente algumas variações em relação à estatística dos usos do Censo de 1929 – em decorrência de possíveis novas construções, os dados reiteram o perfil predominantemente comercial do Bairro.

⁷⁴ Analisando esses números apresentados pelo Censo, nota-se que o cálculo da densidade residencial é obtido pela soma dos domicílios particulares e coletivos, dividido pela população da localidade. Proporcionalmente, portanto, o Bairro do Recife era, em 1920, um dos municípios mais habitados da cidade, apesar do alto índice de “outras aplicações” que predominavam na sua pequena área.

⁷⁵ O quadro foi organizado a partir dos mapas da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, 1923, e publicado no *Livro do Nordeste*, na edição comemorativa do primeiro centenário do diário de Pernambuco, 1925. Embora apresente, ao final do Quadro, uma soma dos tipos de imóveis, totalizando 1.272, é muito provável que esse número não se refira ao total de imóveis, mas ao total de “tipos”, que podiam estar conjugados em uma única edificação, haja vista o tipo de arquitetura eclética que passou a predominar com a Reforma, fundamentalmente composto de grandes prédios pavimentados. Esse detalhe, se passado despercebido, poderia nos levar ao equívoco de pensar que em apenas 3 anos teriam sido construídos 654 novos prédios, já que o Censo nacional contabilizava 618 unidades em 1920.

Tabela 7*

Tipo de Ocupação dos imóveis do Bairro do Recife, segundo o Censo Nacional de 1920 e Recenseamento Municipal de 1923

Tipo dos Imóveis		Bairro do Recife	
		Censo Nacional 1920	Recen. Municipal 1923
Residências (incluindo mucambos)		363	454
Residências Coletivas	Asilos	---	---
	Cadeias	---	---
	Escolas	1	---
	Hospitais	---	---
	Hotéis	3	---
	Pensões ou casa de cômodos	24	57
	Quartéis/fortalezas	2	2
Outras Aplicações	Depósitos	150	147
	Escolas	---	6
	Escritórios	127	207
	Estações	1	1
	Fábricas ou Oficinas	10	33
	Casas de comércio	134	260
	Repartições administrativas	Federais	9
		Estaduais	4
		Municipais	---
	Templos/Igrejas	2	2
	Estaleiros de construção naval	---	4
	Restaurantes e Hotéis	---	32
	Barracas	---	13
	Consulados	---	13
	Bancos	---	12
	Diversos	3	---

*Nessa tabela, as principais categorias foram renomeadas para se adequar às utilizadas pelo Censo de 1920, acrescidas as que não se enquadravam nas denominações do Censo Nacional.

Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil 1920 e Inspectoría de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, 1923.

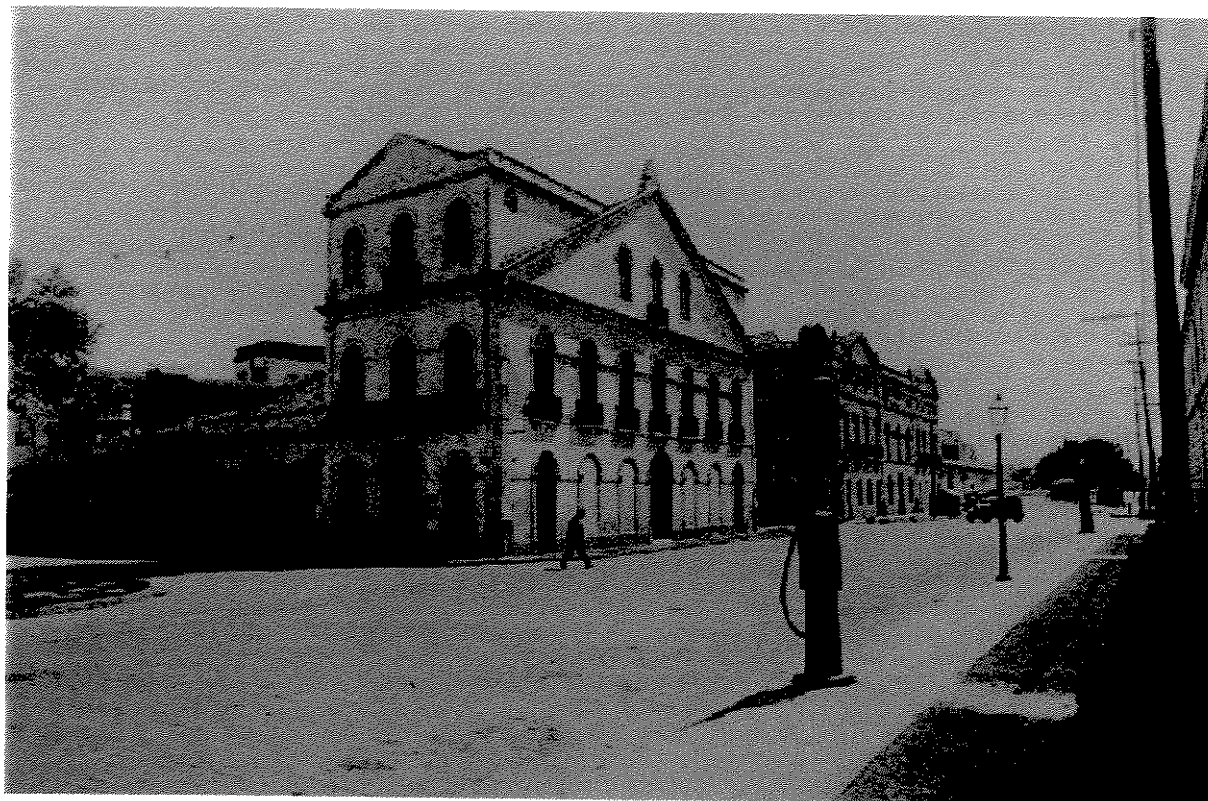
Embora haja diferenças quanto à população, os dados do Censo Nacional de 1920 e do Recenseamento Municipal de 1923 confirmam a predominância das atividades comerciais sobre as residenciais, configurando um perfil funcional do Bairro predominantemente voltado às atividades institucionais e de negócios. O Recenseamento Municipal revela, ainda, com

seu melhor detalhamento, a concentração espacial desses órgãos administrativos e instituições financeiras, a exemplo do número de consulados, repartições federais e bancos que representavam, respectivamente, 54,4 %, 52,2 % e 85,7 % dos totais existentes em toda a capital pernambucana⁷⁶.

Pelos dados do Censo não é possível verificar o perfil das atividades profissionais dos moradores do distrito “Bairro do Recife” em 1920. No entanto, alguns dados complementares podem ser indicadores interessantes do perfil da sua população. Um que se destaca é a nacionalidade. Mais da metade era estrangeira, totalizando 5.067 habitantes, sendo 3.916 homens e 1.151 mulheres; enquanto o Bairro de Santo Antonio tinha, numa população de 12.600, apenas 1.234 estrangeiros; e no populoso Bairro da Boa Vista, dos 22.607 residentes, apenas 1.220 eram estrangeiros. Esse é um dado curioso, porque sugere um perfil “internacional” ao Bairro, área portuária e sede de muitas empresas e bancos que lidavam com o comércio exterior. Apesar de populoso, o Bairro não era uma área predominante de residências de famílias. De um total de 6.735 homens, 2.163 eram casados, representando 32 %. Entre as mulheres, apenas 30 % das 2.789 eram casadas, perfazendo um total de 1.705 mulheres solteiras e 231 viúvas. Esses baixos índices de pessoas casadas ajudam inclusive a entender a alta densidade residencial do Bairro, uma vez que o número de residências não equivale em igual proporção à quantidade de casais e famílias, mas expressa um número muito mais disperso da população residente (principalmente solteira) numa quantidade diminuta de casas. Embora não se tenha uma estatística do número de cômodos, a prática residencial dos sobrados do Bairro do Recife sugere que muitas vezes um único prédio (contabilizado, portanto, pelo Censo como uma única residência) desdobrava-se em vários cômodos que alojavam simultaneamente um número muito maior de pessoas do que a correspondente relação “uma família por residência”.

⁷⁶ Não é difícil avaliar os impactos dessa cartografia dos usos das suas edificações para a vida pública do Bairro, a julgar pelo alto índice de uma população flutuante, que apenas trabalhava – mas não residia – na pequena área do antigo Povoado dos Arrecifes. Essas atividades econômicas e administrativas (basicamente diurnas), associadas às atividades tipicamente noturnas relacionadas à prostituição, talvez explique um tipo de “rotina diária” que iria caracterizar a vida pública cotidiana do Bairro, definida por uma clara demarcação espaço-temporal entre o dia e a noite.

Embora não se possa dizer, pela discrepância das contagens populacionais do Censo nacional e do Recenseamento municipal, que a reforma resultou no claro esvaziamento populacional do Bairro, pode-se afirmar que se especializou em atividades comerciais e administrativas, definindo um perfil funcional iniciado possivelmente à época de Nassau, quando os holandeses transformaram o Povoado em um “armazém-geral” para se estabelecerem residencialmente no vizinha Ilha de Antônio Vaz, permanecendo marginalmente no istmo apenas aqueles desafortunados que não podiam habitar a *Nova Maurícia*. De fato, o Bairro continuou habitado, sendo possível observar estatisticamente a drástica redução das suas funções habitacionais apenas mais tarde, quando de fato a população do Bairro foi diminuindo até chegar à reduzida população de 569 habitantes em 1980, década em que se iniciou o processo de *gentrification* do Bairro. No entanto, a Reforma possivelmente alterou, com a concentração de atividades ligadas ao comércio, o padrão cotidiano da vida pública do Bairro e antecipou, nessa sua fase de *protogentrification*, algumas das características que iriam marcar o atual processo de revitalização: arquitetura monumental com forte apelo visual; discurso urbanístico baseado nas idéias de ordenamento, limpeza e embelezamento; intenção de criar uma nova imagem da cidade; modernização da infra-estrutura para melhorar as atividades econômicas, tornando o Bairro um local típico de negócios e atrativo para novos investimentos nacionais e estrangeiros e em condições de concorrer com outras cidades.



Rua do Observatório, Bairro do Recife/Autoria não identificada. Arquivo Noronha Santos/DID/IPHAN.

III

Síndrome de Haussmann: sociabilidades efêmeras e vida pública

A breve descrição sobre o assombro do poeta Ascenso Ferreira com os guindastes às escuras do porto reformado, “sozinho de noite, nas ruas desertas do velho Recife, que atrás do arruado ficou” (Rocha, 1959) sugere que a reforma do Bairro do Recife tenha o transformado em um lugar desprovido de vida e de pessoas. A descrição desta paisagem noturna, que parece ter predominado no período pós-reforma, evocaria, assim, um sintoma típico da moderna vida urbana, cujo andar solitário enuncia certos aspectos do caráter “privativo da intimidade”. Hannah Arendt (1987) se refere a esse aspecto para designar o que se poderia chamar de “fenômeno de massa da solidão”, para se referir ao duplo processo que tanto solapou as pessoas do seu lugar no mundo público quanto destruiu seu refúgio privado. No Brasil, entretanto, as semelhanças com a Paris de Haussmann cessam na arquitetura eclética e na conseqüente idéia de criar uma paisagem urbana da modernidade. A intenção de criar um bairro essencialmente voltado às atividades econômicas do porto do Recife não impediu a permanência de moradores, alojados precariamente nas poucas instalações residenciais que se mantiveram em pé, ainda que o projeto de desobstruir e limpar a cidade tenha alterado o padrão cotidiano da vida pública do Bairro, com a concentração de atividades ligadas ao comércio portuário. Embora a impressão de vazio deixada pelas demolições tenha se acentuado com a demora da sua reconstrução (Arrais, 1998), é pouco sustentável qualquer tentativa de tornar análogo o caso brasileiro ao processo europeu de implantação do modelo urbano haussmaniano, principalmente no que se refere ao padrão de vida pública desenvolvido. A predominância de atividades econômicas no Bairro contribuiu, de outro modo, para a reconfiguração segmentada dos usos e construção do seu espaço público, a exemplo – neste aspecto, sim – das experiências européias, cuja influência e efeitos do modelo de Haussmann em Viena se tornaram paradigmáticos para se entender a relação entre espaços urbanos e sociabilidade pública na vida moderna.

A Viena da *Ringstrasse*, convertida em paisagem simbólica do poder burguês, moldou o espaço segundo uma concepção política de vida. Schorske (1990) ressalta o caráter centrípeto da reforma urbana, que praticamente tornou a *Ringstrasse* fechada em si mesma num espaço circular que a “separou” do resto da cidade de Viena. Separados uns dos outros como centros visuais independentes, os edifícios monumentais imprimiram uma sensação de isolamento, tendo a rua como único princípio organizador. Entretanto, a grande avenida na qual estavam dispostos esses edifícios era uma típica *rua de passagem*, uma “*artéria de homens em movimento*”, como chamou Schorske. As reformas da *Ring* incluíam, além da monumentalidade do poder da Rathaus, uma sofisticada clivagem dos espaços habitacionais. Como ressalta Schorske (1990), o bairro aristocrático Schwarzenberg e o bairro burguês Têxtil representavam áreas de visibilidade do prestígio social dos seus moradores, antecipando uma prática que tem se tornado comum, embora não exclusiva, nas políticas de *gentrification*. Em sua sensação de grandeza, criada pela monumentalidade dos edifícios e pelas ruas largas da *Ringstrasse*, reside um aparente paradoxo liberal do mundo moderno. Uma arquitetura que celebra o individualismo como recurso simbólico da liberdade burguesa acaba atomizando as relações desse indivíduo com os espaços da sua cidade, tornando o próprio individualismo refém da concepção de espaço que o legitimou. Contra essa concepção de uma modernidade funcional, que Otto Wagner aprimorou ao incorporar na segunda reforma da *Ringstrasse* obras de engenharia e transporte urbano (Schorske, 1990: 97), Sitte (1992) irá fundamentar sua crítica à “agorafobia” moderna. Antecipando o debate sobre a importância do “lugar público”, que iria se tornar decisivo para a arquitetura moderna do século XX (Arantes, 1993), Sitte critica a ausência de praças e parques, na qualidade de lugares de interação e da vida pública.

A crítica de Sitte, que foi um prenúncio da discussão contemporânea sobre a crise da cultura pública e do *ostracismo* do homem público ao qual se referia Arendt (1987), tem como contexto a realidade européia. Faz sentido pensar, neste caso, nos efeitos que uma intervenção urbana tem na vida cotidiana, quando existe uma demarcação mais clara entre as sociabilidades públicas e privadas. No Brasil, no entanto, nem sempre alterações no padrão urbano representam mudanças significativas nas relações entre o público e o privado, em virtude da ausência de uma clara separação entre essas duas esferas de sociabilidade.

Gilberto Freyre (1992) foi um dos pioneiros, no Brasil, a desenvolver uma análise da formação da sociedade brasileira a partir da predominância da esfera privada sobre a vida pública. Em sua interpretação sobre a família patriarcal, Freyre afirmava que nenhuma outra instituição social teria desempenhado um papel tão decisivo na formação da sociedade nacional. Decorre dessa opção metodológica a conhecida ênfase que o autor de *Casa-grande & Senzala* deu à história dos costumes, abordando aspectos da vida sexual do Brasil colonial, fato que fez com que atribuisse um caráter demasiado conciliador e familiar a certos processos políticos, normalmente marcados por tensões raciais e conflitos de interesses. Contudo, Freyre apontou para uma hipertrofia da esfera privada, característica que iria, de fato, orientar parte da formação ideológica da cultura brasileira. Apesar do *familismo* não ter sido interpretado como um possível empecilho para o desenvolvimento de uma sociedade de direitos sociais, como era considerado na análise de Sérgio Buarque de Hollanda (1983), que criticava o excesso de lhanza na cordialidade do homem brasileiro, Freyre reconhecia que a emergência de uma ordem pública começava a se formar no Brasil com o colapso do regime escravocrata e o decorrente declínio das “fortalezas sociológicas” que eram a Casa-grande e o Sobrado patriarcais (Freyre, 1979: 77). O excesso de *familismo patriarcalista*, a que se referia Freyre, fez com que o Sobrado, enquanto lugar da sociabilidade privada, mantivesse-se inicialmente fechado para o mundo urbano que se formava no Brasil. Mais do isso: tornou-se, como sublinhava Freyre, um inimigo da rua:

“O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os Sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o Sobrado e a rua” (Freyre, 1996: 34).

Essa associação entre *rua* e sociabilidades públicas foi retomada por Roberto da Matta (1997), em um estudo que se tornou referência para as análises sobre as relações entre o público e o privado no Brasil (O'Donnell, 1989; Telles, 1992; Arantes, 1997; Magnani, 1998). Como metáfora da sociedade brasileira, a oposição entre *casa* e *rua*, que expressaria na visão do autor dois espaços de condutas sociais distintas, encerra uma problemática separação entre o que é familiar e o que é estranho. Para Da Matta, a *casa* representa o domínio da ética da liberdade e da segurança, na medida em que o indivíduo é reconhecido, no âmbito familiar, como pessoa. A *rua*, ao contrário, representa um espaço negativo, na medida de sua destituição familiar. Da Matta destaca, assim, uma certa inversão do sentido clássico de vida

pública, que teria se desenvolvido no Brasil, já percebido por Gilberto Freyre: a rua seria a condensação do que “(...) é perigoso e como tudo que representa é, em princípio, negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora” (Da Matta, 1997: 59).

A interpretação de Freyre e Da Matta sintetizam a inversão ocorrida no Brasil entre as esferas pública e privada, que entendia o espaço familiar da *casa* como o lugar de acolhimento e realização da pessoa, enquanto o “espaço público” era visto exatamente como um espaço de caráter privativo, no sentido que Hannah Arendt atribuía à vida privada, a partir de suas reflexões sobre a *pólis* grega. A dimensão individual da liberdade grega se externava no plano público justamente porque o âmbito da vida privada estava circunscrito à satisfação das necessidades familiares de sobrevivência. Desta contraposição entre *necessidade* e *liberdade*, da qual H. Arendt (1987) retira as bases de sua análise sobre o *labor* na condição humana, é possível identificar os primeiros nexos que delimitaram as esferas da vida privada e pública na *pólis* grega. Ao contrário da idéia iluminista de individualidade, na qual os indivíduos circunscrevem sua liberdade no âmbito da esfera privada pelo direito inalienável da propriedade, a concepção antiga atribuía o reino da necessidade à esfera privada (família), reservando o exercício da igualdade e da liberdade à esfera pública (*pólis*).

Em que pesem as dúvidas historiográficas sobre o real peso da família consanguínea e das relações de parentesco na Antigüidade clássica (Finley, 1994), a família, como núcleo extenso de relações sociais, teve notável importância na vida política e administrativa da *pólis*, como igualmente ressaltam Finley (1994) e Coulanges (1998). Ainda que não fosse a única forma de ingressar no corpo de cidadãos, como afirma Finley (1994) ao lembrar que escravos manumissos foram admitidos como cidadãos ao final da República, a participação na vida pública pressupunha inicialmente o direito à propriedade (*terra patrum*), cujo direito privado estava assegurado pela relação entre propriedade e família.

A inversão dessa relação entre público e privado somente ocorreria na Era Moderna, quando a propriedade adentra a esfera pública, exigindo desta proteção legal e militar. Essa “estatização” da esfera pública, que institui e garante a propriedade, é parte constitutiva da reflexão da idéia de “civildade” para a filosofia política clássica e tem sua extensão na

moderna concepção do Estado nacional. Em relação a *pólis*, no entanto, por estar a propriedade relacionada à tradição familiar, não é possível falar de um direito natural (*jus naturale*) que impelisse as pessoas a um estado de guerra de todos contra todos, ao qual se referem Hobbes e Locke⁷⁷. O percurso que a tradição grega sugere é contrário ao descrito pelos contratualistas: a passagem de uma esfera privada para uma esfera pública representava a passagem da desigualdade do direito da propriedade do *paterfamilias* à emergência dos “iguais” na *pólis*. No jusnaturalismo, a passagem da vida privada para uma esfera pública – enquanto estado civil – significava a passagem da igualdade natural de direitos (em que todos tudo podiam, no estado latente de guerra de todos contra todos) para a emergência dos “desiguais”, que teriam no Estado a garantia do direito à propriedade. Seja a propriedade já existindo no pré-político e eminentemente “privado” estado de natureza, como afirmava Hobbes (1993), seja na propriedade que advém do trabalho, na visão liberal de Locke (1994), a formação de uma instância pública pressupunha a formação de um estado civil mediante a transferência contratual de direitos ao Estado como forma de governo civil.

Uma noção de vida “civilizada”, ancorada no direito da propriedade e assegurada – em parte – pelo direito doméstico para a *pólis* grega, foi condição básica para a noção de “cidadania” para a filosofia antiga e para a teoria liberal do Estado. O princípio do *interesse público* esteve associado à preponderância dos significados da vida pública em relação à vida familiar e religiosa e pode ser exemplificado pela própria noção restritiva de cidadania grega, cujos direitos civis e políticos eram derivados da participação na vida da *pólis*. A emergência dos “iguais” na vida pública grega era sobretudo, como ressalta Hannah Arendt, a realização da pessoa:

“Pertencer aos poucos iguais (*homoioi*) significava ter a permissão de viver entre pares; mas a esfera pública em si, a *pólis*, era permeada de um espírito acirradamente agonístico: cada homem tinha constantemente que se distinguir de todos os outros, demonstrar através de feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos (*ain aristeuein*)” (Arendt:1987: 51).

⁷⁷ Do contratualismo parece fundamental reter, para a análise aqui proposta, a noção de que o estado que antecede o surgimento de uma vida pública, traduzida na existência de um governo, caracteriza-se pela igualdade natural de direitos e pelo estado de guerra dela decorrente (“guerra efetiva”, em Hobbes; “guerra potencial”, em Locke). Este estado de natureza teria caráter negativo porque, embora livres, os homens seriam compelidos à desconfiança e à competição. A solução para os jusnaturalistas, como se sabe, residia num *contrato* através do qual os homens consentiam em se unir - *publicamente*, por assim dizer - em sociedade, pela renúncia total dos direitos (Hobbes, 1993) ou pela transferência parcial desses direitos (Locke, 1994).

A inversão desses significados políticos da vida pública ocorre no complexo percurso histórico da modernidade, no qual a esfera privada é vista como o âmbito da individualidade realizadora e da privacidade do indivíduo, e à esfera pública é associada a impessoalidade. É nesse sentido que a crítica à natureza intimista da sociedade moderna retoma a defesa da esfera pública enquanto *locus* fundamental da igualdade e liberdade. Uma das importantes contribuições para esse debate veio da Alemanha do pós-guerra, com *The Human Condition* (1958) de Hannah Arendt, num momento em que o mundo vivenciava as conseqüências do totalitarismo e dos horrores da guerra. Arendt desenvolveu uma defesa clássica sobre a liberdade humana, traduzida na existência de um “espaço público” da visibilidade, do discurso e da ação política. Para Arendt, as experiências públicas compartilhadas num “mundo comum” são constitutivas da noção de vida pública, cuja esfera pública é muito mais do que o local de visibilidade do real: é o local da “excelência humana”, na medida em que permite ao homem se conhecer e firmar sua existência, superando a “privação” de não poder “realizar algo mais permanente do que a própria vida”. O “público”, acrescenta, é primeiramente o que “*pode ser visto e ouvido por todos*” (Arendt, 1987: 67). Mais do que simplesmente tornar público o mundo privado, a esfera pública seria capaz de tornar *real* a realidade do mundo, na medida em que possibilitaria o reconhecimento recíproco das diferentes experiências da vida.

O principal aspecto que diferencia as sociabilidades pública e privada é o caráter “interativo” ou “privativo” de cada uma delas. O fundamental para a análise de Arendt é a *ação*, enquanto condição de toda vida política e base expressiva da *vita activa*, que nunca se processa no isolamento: “Estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (Arendt, 1987: 201). A esfera da vida pública se caracterizaria pela experiência socialmente compartilhada, da qual resultam as ações humanas, independentes dos lugares onde essas ações se estruturam. Na sua sofisticada defesa da política, Arendt situa a esfera pública no âmbito das relações de poder, enquanto princípio que a mantém como “espaço potencial” da fala e da ação. Mas, ao que sua análise sugere, este “espaço potencial” não tem *lugar*: onde quer que ocorram as interações mediadas pelas relações de poder, que possibilitem a expressão da fala

e do agir, existirá um espaço que materializaria a esfera pública. Em razão disso, ao comentar a vida pública na *pólis* grega, afirma que a esfera pública é um “espaço potencial da aparência [space of appearance] entre os homens que agem e falam”:

“A rigor, a pólis não é a cidade-estado em sua localização física: é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam” - (Arendt, 1987: 211).

Ao retomar a diferenciação entre *ação* e *espaço*, Arendt reafirma o princípio da *interação* sobre o da *localização*: o que define o caráter público da vida é a possibilidade das pessoas tornarem visíveis suas “falas”. Entretanto, embora faça uma defesa aberta dessa vida pública, Arendt não deixa de reconhecer os aspectos possivelmente nocivos do excesso de exposição pública. Admite, portanto, que a esfera privada contém aspectos “não-privativos da privatividade”. Seriam mecanismos de salvaguarda do excesso de exposição do mundo público, a partir dos quais Arendt retoma a defesa de um lugar privado, capaz de proteger os aspectos particulares da vida, como uma “casa”⁷⁸. Ao contrário de uma defesa da esfera privada, a alusão a um espaço relativamente fixo – como sugere a idéia de casa – surge de uma complexa crítica elaborada por Arendt sobre o impacto, nas esferas pública e privada, do processo que transforma a força de trabalho na única propriedade possível para o proletariado. A gênese da moderna concepção de intimidade, enquanto fuga do mundo e a conseqüente interiorização da subjetividade, estaria na apropriação da esfera pública pela esfera privada - *locus* anterior dessa subjetividade que se exacerbou – que se transformou em *esfera social* pela passagem da propriedade imóvel em propriedade móvel. Ao que a análise sugere, a noção de propriedade imóvel conferia à vida privada aquele caráter de “casa”, na medida em que reforçava seu valor de uso privado. Depreende-se daí que o processo de apropriação privada (por parte de alguns) da propriedade como “meios de produção” dissocia essa propriedade de um lugar, tornando-a permutável, enquanto valor de troca, e associada à força de trabalho que se transforma para muitos na única propriedade que restou⁷⁹. Por essa razão,

⁷⁸ Hannah Arendt utiliza apenas analogamente, e não diretamente, o termo “casa”. O termo por ela utilizado para designar o refúgio para a exposição da esfera pública é “sombra”. No entanto, a própria autora deixa clara a intenção da analogia, ao informar que o termo grego *megaron* - que designa o interior da casa - tem “forte conotação de sombra” (Cf. Arendt, 1987, p. 81).

⁷⁹ Apesar de se desculpar de maneira elegante por elaborar o capítulo intitulado “labor”, a partir de sua crítica a Marx, a autora recupera - como toda boa e elegante crítica é capaz de fazer - parte das reflexões deste autor e, em particular nessa passagem, os fundamentos da teoria do valor-trabalho.

ressalta Arendt, o caráter “não-privativo da privatividade”, presente no âmbito estritamente privado, poderia resguardar a pessoa em sua subjetividade. Embora seja na vida pública que o indivíduo melhor se humaniza e se emancipa, é na vida privada que reside o seu refúgio.

No Brasil, no entanto, visto através das análises de Freyre e Da Matta, a esfera íntima representava o âmbito da realização pessoal, sem contudo significar uma privação (no sentido de *estar de privado de*). Creio que esse excesso de *familismo* poderia ser compreendido mais em decorrência da inexistência histórica de uma cultura política que dissociasse as esferas pública e privada do que como uma salvaguarda ao excesso de exposição pública. Em parte, essa hipertrofia da esfera íntima decorre da particular trajetória das relações Estado e sociedade civil que, muitas vezes, se fundiram na tênue separação entre estas duas esferas. A generalizada descrença em uma ordem pública normativa, tão disseminada no Brasil, traduz-se naquela imagem figurativa do “bilontra” que de tudo desconfia, numa tipificação da “estadania” que fez (ou ainda faz) subsumir na esfera privada o que deveria ser tratado como coisa pública (Carvalho, 1999). Na vigência dessa “cordialidade”, residiu um tipo particular de modernização econômico-social que debilitou os arranjos institucionais da nossa experiência democrática, em decorrência das transformações “pelo alto” que caracterizam o *prussianismo* da história política recente no Brasil (Coutinho, 1980; Weffort, 1984). Em contexto assim caracterizado, é possível entender as dimensões práticas que os conceitos de Cidadania concedida (Sales, 1994) e Cidadania regulada (Santos, 1979) pretendem sintetizar: quando direitos são concedidos – na vigência da cultura política da dádiva e do “fetiche da igualdade” (Sales, 1999) – ou quando cabe ao Estado definir o estatuto da cidadania (mediante o reconhecimento e regulamentação das ocupações profissionais), o que se tem é um quadro no qual se evidenciam tanto a ausência de uma clara distinção entre público e privado, quanto a ausência de uma sociedade civil que possa se contrapor ao Estado, como esfera alternativa para o exercício da cidadania.

No Brasil do início do século XX, mais do que a ausência de praças, como falava Sitte sobre a Viena do *Ring*, era a falta de uma cultura pública que obscurecia os limites entre o público e o privado. É difícil falar que as reformas haussmanianas do Bairro do Recife tiveram para a vida pública efeito semelhante ao ocorrido à experiência européia. Só muito recentemente a

trajetória política dos chamados *novos movimentos sociais* (Boaventura, 1997) tem paulatinamente alterado este padrão de participação pública, cuja principal consequência tem sido a própria redefinição do conceito de cidadania. A vida pública moderna, formada por diferentes e desiguais modos de inserção social, tem se constituído em um dos desafios da democracia na vida contemporânea, na qual a cidadania tem se definido menos como um conjunto meramente normativo de direitos e deveres do que como um “artefato político-cultural” (Arantes, 1996:10), resultante de processos pelos quais as pessoas elaboram a cidadania como uma “estratégia política” (Dagnino, 1994: 107). A principal consequência dessa reformulação prática e conceitual tem sido a própria ampliação da noção de *direitos* que passa a incorporar a legitimação das diferenças culturais (Jelin, 1996), ampliando e alterando os conteúdos das reivindicações e as formas efetivas de organização e participação política. Diferentes atores ou sujeitos reafirmam suas particulares reivindicações, estabelecendo formas distintas de convivência no espaço social da vida pública:

“(...) convivem diversamente no espaço social movimentos por direitos sociais propriamente ditos, por direitos culturais, por direitos humanos, por direitos econômicos e sindicais e por direitos de expressão” (Paoli, 1989: 42).

Para além da implementação de medidas que venham atender às demandas civis, políticas e sociais, no sentido destacado pela definição liberal de cidadania (Marshall, 1967), a participação política numa “esfera pública”, que elabora a cidadania, tem modificado as formas de conceber as relações entre Estado, indivíduo e sociedade civil. Com um contínuo deslocamento da visão tutora do *estadocentrismo* clássico para o reconhecimento da construção da cidadania como *processo*, a participação política tem se fundamentado em práticas sociais mais amplas no âmbito da sociedade civil, voltadas ao atendimento das dimensões ampliadas e diferenciadas de *pertencimento*. Para um tipo de análise que entende o espaço público como *esfera* política, estas novas práticas políticas estariam articulando diferentes indivíduos em torno de reivindicações comuns, a partir de uma dimensão mais *sócio-cultural* da política (Evers, 1984; Durhan, 1984; Paoli, 1989; Dagnino, 1994).

Ultrapassando uma definição de *sujeitos* centrada na posição que os indivíduos ocupam nas relações de produção, as análises sobre os novos movimentos sociais permitem apreender

como certas reivindicações são capazes de mobilizar diversas categorias sociais – tais como negros, homossexuais, mulheres, consumidores, moradores de bairro, ambientalistas –, em uma sociedade civil que se constitui como possível alternativa ao Estado, na definição dos estatutos da cidadania.

Este processo recente de reformulação da cidadania no Brasil ainda enfrenta as dificuldades de estabelecer bases definidas de participação pública, distinta dos vícios privados de uma longa trajetória em que as esferas de sociabilidades pública e privada sempre se fundiram. O que dizer, então, do Brasil do início do século XX, quando as aristocracias agrárias ainda disputavam, com uma burguesia nacional emergente, o controle patrimonialista do Estado ? Como falar de um colapso de uma sociabilidade pública quando o que havia de vida pública estava ainda fortemente marcado pela mentalidade generalizada de posse privada da coisa pública ? Como pensar em uma autonomia da vida pública em um país recém-saído da escravidão, dando seus primeiros passos em direção ao regime republicano, onde as mulheres não tinham participação eleitoral e as relações privadas entre senhorio e empregados evadiam para as ruas reproduzindo uma hierarquia baseada na inexistência de direitos sociais e políticos ?

A Reforma de 1910, no Recife, foi obviamente bem sucedida no que se refere à afirmação de uma nova imagem da cidade, reflexo da ascensão dos republicanos ao poder político e da elite usineira na economia pernambucana. O “Novo Recife”, como ficou conhecido o Bairro depois da reforma, reproduziu os francesismos da época, criando um ambiente para as sociabilidades de uma nova classe emergente. No entanto, o que o Brasil teve com a experiência de intervenções urbanas ecléticas foi apenas uma síndrome de Haussmann: a reforma do porto do Recife e o novo traçado urbano do antigo bairro holandês alteraram a paisagem arquitetônica e tentaram mudar hábitos públicos, atribuindo funções aos espaços urbanos e deslocando o eixo das sociabilidades públicas da antiga *cit  *. Mas o Bairro, que nunca chegou a ter os barulhentos cafés e *pubs* das cidades européias, tentava implantar uma soluço errada (demarcar um *quartier* comercial) para um problema inexistente (excesso de atividade pública, distanciada da esfera ótima). Os limites políticos entre o público e o privado nem sempre foram fiéis às demarca  es físicas das casas, ruas ou praças.

A reforma de 1910 no Bairro do Recife, ao transformá-lo num espaço sofisticado e “moderno” do comércio usineiro e do setor financeiro, não culminou com uma exacerbação da intimidade e nem em um colapso da vida pública, como sugere Sennett (1998) ao comentar as reformas de Haussmann em Paris. A idéia de que a moderna intimidade familiar burguesa – como refúgio dos males sociais – minou a importância das relações públicas na vida cotidiana tem valor heurístico, mas não explicativo para se entender a relação entre o público e o privado no Brasil. O que Sennett descreve como uma possível (e discutível) característica do declínio de uma cultura pública na modernidade – a exacerbação da intimidade – era o que já existia, de fato, no Brasil: não pela predominância de uma intimidade que substituíra uma vida pública em declínio, mas pelo excesso de *familismo* que retardou a emergência de uma cultura verdadeira pública. O caso brasileiro lembra a Gênova renascentista, analisada por Peter Burke (2000): nunca houve um declínio do cidadão público genovês porque sequer ele chegou a existir. Segmentada pelo poderio familiar, com seus exércitos e prisões privados, Gênova tinha em seus “espaços públicos” as disputas familiares pela demarcação dos territórios. O excesso de *familismo* no Brasil não apenas retardou a emergência de uma cultura pública como igualmente desconfigurou a esfera privada, transformando-a em uma esfera pessoal e não em um estilo de vida próprio ao indivíduo. Como ressalta José de S. Martins:

“Ele [o privado, no Brasil] não funda uma consciência social moderna e impessoal. A pessoa continua no centro das relações sociais, não o indivíduo e a trama de relações contratuais de que ele é parte” (Martins, 2000: 53).

Para Sennett, o século XIX, sob o impacto das transformações do capitalismo industrial, transformou-se em um cenário onde paulatinamente a personalidade adentrou o domínio público, conferindo-lhe significados intimistas. A base dessas mudanças estaria ancorada, na visão do autor, na produção em massa que teria alterado hábitos de consumir, de vestir e habitar.⁸⁰ A principal consequência urbana teria sido a atomização da cidade através de uma

⁸⁰ Sobre as alterações do comportamento social do consumo, Sennett faz uma reflexão sobre o advento dos preços fixos nas lojas de departamento, que teriam modificado o hábito público de pechinchar, típico do século XVIII. Mais do que um ato de adquirir um produto, a compra tinha caráter social e sociável, na medida em que faziam parte da negociação o exercício discursivo e as habilidades interpretativas dos negociantes. Com advento das lojas de departamento no século XIX, os preços foram fixados nos produtos porque o dono do estabelecimento não poderia negociar com cada um dos compradores. O preço fixo, para Sennett, teria provocado a passividade no ato da compra, agora esvaziado de interação pessoal e desprovido de publicidade (*publicness*) (Sennett, 1998:179-189).

política funcional dos *quartiers*, da qual a reconstrução de Paris pelo Barão Haussmann seria o mais expressivo exemplo (Sennett, 1975).

A segmentação do espaço urbano, como forma de resolver os impasses das necessidades habitacionais e comerciais, teria, assim, contribuído para o afastamento das pessoas, na medida em que a vida diária se tornou mais confinada aos *quartiers*. A experiência social fora dos *quartiers* foi se tornando cada vez mais, na opinião de Sennett, uma “experiência burguesa”, enquanto as classes mais baixas reduziam suas sociabilidades urbanas às regiões dos bairros. Associada ao secularismo típico do cientificismo do século XIX, que atinge a moda pelo despojamento dos adornos e molda a estética realista do teatro naturalista, a idealização da família burguesa como refúgio dos males sociais foi gradualmente minando a importância que as relações públicas tinham para a vida cotidiana. O individualismo moderno, baseado na crença da personalidade individual, começava a esboçar suas tendências intimistas na ensimesmada postura defensiva que transformou os alegres e barulhentos cafés e *pubs* em espaços nos quais se cultivava o silêncio (Sennett, 1998: 255-270). Num complexo processo, sobre o qual Sennett se refere de modo quase psicanalítico, a personalidade privada invade a cena pública e a transforma numa extensão narcisista, criando as condições básicas para que o século XX viesse a se tornar, segundo ele, a era do declínio da cultura pública.

Em uma perspectiva contrária à da hipertrofia da intimidade, como sugere Sennett, Habermas aborda esta polarização da esfera íntima como uma reação à crescente “desprivatização” das funções econômicas da família no contexto do capitalismo industrial. Habermas irá destacar que essa interpenetração das esferas pública e privada fez surgir uma “*esfera social repolitizada*” que culminou com uma crescente “estatização” da sociedade e desarticulou a esfera pública burguesa enquanto “*reunião pública de pessoas privadas*”⁸¹.

Em sua obra de referência sobre o tema, *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Habermas situa sua análise no curso processual que desloca historicamente a

⁸¹ Destaca Habermas, sobre esse processo do qual o Estado quase que subsume a sociedade: “Only this dialectics of a progressive ‘societalization’ of the state simultaneously with an increasing ‘stateification’ of society gradually destroyed the basis of the bourgeois public sphere – the separation of the state and society. Between the two and out of the two, as it were, a repoliticized social sphere emerged to which the distinction between ‘public’ and ‘private’ could not be usefully applied” (Habermas, 1996: 142).

produção familiar (*oikos*) para o âmbito do mercado, tratando especificamente de um tipo histórico de esfera pública que surge no contexto da ascensão da burguesia no capitalismo do século XVIII, a qual chama de *esfera pública burguesa*⁸². A crescente relação de troca de mercadorias contribui, na visão do autor, para a polarização entre Estado e sociedade, em cujo contexto o Estado emerge como a instância pública que regula competências e atribuições legais, em uma ordem capitalista que ultrapassa a economia familiar e torna de interesse geral a esfera privada da produção econômica. Para Habermas, essa segmentação econômica representa também um deslocamento político e cultural da antiga centralidade da representatividade pública da corte (associada ao culto da autoridade individual da nobreza enquanto *personalidade pública*), na medida em que a cidade, através das primeiras esferas públicas literárias dos *coffee-houses*, vai se transformando no novo espaço da sociabilidade pública, enquanto uma emergente esfera pública burguesa. Inicialmente associado às atividades de crítica literária, os cafés vão formando uma primeira configuração da noção de público ao propiciarem o encontro das pessoas “comuns” para o exercício do debate e da troca de informações. Habermas destaca, nesse sentido, a reciprocidade que havia nos cafés franceses e ingleses entre imprensa e público: era ali que gradualmente ia se formando um público leitor que fazia dos artigos de jornal o foco central das discussões cotidianas. Em relação à cultura da corte, os cafés significam que as discussões, antes restritas ao círculo da nobreza, começavam a se tornar “gerais”, no sentido de que todos deviam e podiam participar, ainda que essa participação fosse limitada a certos grupos que tinham acesso à leitura e à cultura urbana que começava a se formar⁸³.

⁸² No prefácio de *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Habermas parece antecipar uma resposta que lhe seria cobrada por muitos dos seus críticos sobre a possível generalidade de sua análise em relação à esfera pública, quando, ao contrário, parece clara a sua intenção de empreender uma análise delimitada sobre a mesma, ainda que tencionasse aplicá-la ideal-tipicamente a outros contextos similares: “We conceive bourgeois public sphere as a category that is typical of an epoch. It cannot be abstracted from the unique developmental history of that ‘civil society’ (*bürgerlich Gesellschaft*) originating in the European High Middle Ages; nor can it be transferred, idealtypically generalized, to any number of historical situations that represent formally similar constellations”. E complementa, limitando a abrangência de sua análise: “Our investigation is limited to the structure and function of the *liberal* model of the bourgeois public sphere, to its emergence and transformation” (Habermas, 1996).

⁸³ Habermas parece reconhecer, sem maiores problemas, que a formação dessa esfera pública burguesa é limitada quanto ao círculo de pessoas que abarca. Mais do que uma esfera da qual todos participam, a esfera pública burguesa surge como sendo supostamente capaz de aparecer e representar em seu nome, como o *grande público*. Mas Habermas reconhece que uma definição de esfera pública a partir do critério de *público leitor* deixava de fora parte da população que não dispunha de recursos para ter acesso ao mercado de bens culturais. (Cf. Habermas, especialmente o item 5 do cap. II, intitulado *Institutions of the Public Sphere*.)

Uma importante diferença, portanto, entre a decadente esfera pública da corte e a nova esfera pública burguesa é que, enquanto a primeira estava *localizada* – como sociedade aristocrática da corte – na esfera do poder público, a nova esfera pública burguesa poderia ser inicialmente *localizada* na vida urbana “comum” e, portanto, *fora* do (mas em função de) Estado. Enquanto “esfera das pessoas privadas reunidas em público”⁸⁴, essa esfera pública burguesa surge como um meio diferencial, através do qual a burguesia reivindica regulamentações que assegurem suas atividades econômicas, e como meio político para que esta burguesia comercial possa se contrapor ao domínio da nobreza, questionando a própria natureza da dominação (Habermas, 1991: 28). Esta consolidação do poder público representa, para Habermas, a própria emergência política da burguesia, que passa a assumir, na condição de aparelho de Estado, uma posição central para a administração e vida públicas. A típica esfera pública burguesa do século XVIII é, para Habermas, uma estrutura – por assim dizer – *liminar*. O esquema de Habermas permite observar a esfera pública não como uma instância que se contrapõe ao privado ou se funda no Estado, mas que constitui um campo onde se mesclam sociabilidades privadas em público. De um lado, o *setor privado* compreenderia: (1) a esfera privada, composta pela sociedade civil como setor do trabalho e produção de mercadorias e o espaço íntimo da família (*Intimsphäre*); e (2) a “autêntica” esfera pública, enquanto esfera das pessoas privadas reunidas em público (esfera pública política, esfera pública literária e a cidade – como mercado de bens culturais). Do outro lado, a *esfera do poder público* abrangeria o Estado, em suas funções de aparelho para o uso legítimo da força, e a corte aristocrática. (Habermas, 1991: 30).

A organização do mundo do trabalho e o crescimento das grandes empresas do capitalismo industrial rompem definitivamente com os antigos elos familiares no círculo da produção econômica. Com esta mudança estrutural, a família “liberal” tem suas funções produtivas alteradas para as práticas predominantemente de consumo. Amparada por um complexo sistema de serviços públicos, que vão da moradia à saúde, essa família se

⁸⁴ Sobre o interesse econômico privado que termina por definir a esfera pública, afirma Habermas: “The bourgeois public sphere may be conceived above all as the sphere of private people come together as a public; they soon claimed the public sphere regulated from above against the public authorities themselves, to engage them in a debate over the general rules governing relations in the basically privatized but publicly relevant sphere of commodity exchange and social labor” (Habermas, 1991: 27).

“desprivatiza” na medida em que depende cada vez mais das políticas públicas de assistência social. Para Habermas, é no contra-fluxo dessa contínua desprivatização da família que ela se torna uma *esfera íntima*, reduzida às funções de consumo. Essa “refuncionalização” da esfera pública, que obscurece a demarcação do público e do privado, transforma o tempo de lazer numa espécie de tempo funcional do trabalho para o consumo, representando uma substantiva conversão da comunicação pública em atos de consumismo cultural (Habermas, 1991:160).

A difusão de idéias e informações mediante os meios de comunicação de massa atinge, desse modo, a intimidade familiar que, uma vez desprivatizada, se esvazia daquela subjetividade literária que lhe conferia a qualidade de opinar – e atinge também a esfera pública que, transformada em veículo de um “debate” descontínuo⁸⁵, assume cada vez mais as funções de propaganda. (Habermas, 1991:175). Essa noção de descontinuidade do debate público parece vital nesta transformação do *público que pensa para o público que consome*. O ato do consumo representa, assim, uma forma de apropriação fragmentada de informações, que permite assimilar quase que individual e unilateralmente o objeto da própria informação. De outro modo, a família, tendo minimizadas suas funções de reprodução econômica da sociedade, sofre uma espécie de esvaziamento da esfera íntima, cuja expressão arquitetônica anula a separação entre os espaços das sociabilidades públicas e privadas no interior das casas. As salas ou salões de recepção desaparecem e suas funções tornam-se extensivas aos outros cômodos das casas, principalmente aos quartos. Do mesmo modo, em relação à arquitetura urbana, os espaços de lazer se tornam espaços para uma espécie de privacidade pública, a que Habermas chama de privacidade sob holofotes (*floodlit privacy*) como modo de expressar a ausência de uma clara demarcação entre as esferas pública e privada.

Embora a análise de Habermas sobre essa interpenetração das esferas pública e privada possa sugerir uma convergência com a abordagem de Sennett sobre a exacerbação da intimidade, as conclusões de suas análises são diferentes exatamente porque operam conceitualmente com noções bastante diversas sobre “espaço público”. Ainda que tematize

⁸⁵ Sobre esse aspecto, ressalta Habermas: “The communication of the public that debated critically about culture remained dependent on reading pursued of the closed-off privacy of the home. The leisure activities of the culture-consuming public, on the contrary, themselves take place within a social climate, and they do not require any further discussions. The private form of appropriation removed the ground for a communication about what has been appropriated” (Habermas, 1991: 163).

sobre os efeitos da “privatização” da sociabilidade pública, Habermas se refere à *esfera pública* como *espaço social*, que pode se constituir em diferentes lugares da vida social, inclusive no espaço mediático⁸⁶. Sennett, de modo diferente, refere-se ao *espaço público* como *espaço urbano*, cuja dimensão espacial está circunscrita à cidade. A eventual perda dos sentidos públicos dos espaços urbanos de Londres e Paris do século XVIII é interpretada por Sennett como uma crise da vida pública em geral, na medida em que havia uma vida em sociedade, nesses centros urbanos, baseada em uma exigência de “civildade”: a capacidade de se relacionar com desconhecidos⁸⁷. As descrições de Sennett sobre as sociabilidades públicas do século XVIII, que vão das interações entre espectadores e atores nas apresentações teatrais aos vestuários da moda (o corpo como manequim), passando pela proliferação do hábito da livre conversa nos cafés franceses e nos *pubs* ingleses, destacam de que modo as relações sociais não eram demarcadas pelo individualismo narcisista que iria caracterizar o declínio da cultura pública no século XX. A defesa que Sennett termina por fazer do espaço público se reveste de uma retomada do sentido público da cidade como fórum de uma vida civilizada, na qual é possível experimentar a descoberta do estranho, do desconhecido e do impessoal. Para Sennett, é importante repensar a própria cidade como “estabelecimento humano no qual os estranhos devem provavelmente se encontrar. A geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civildade” (Sennett, 1998: 324).

Entretanto, se de uma lado Sennett apreende essa dimensão urbana do espaço público, a crise nos usos dos espaços urbanos termina sendo equiparada, por ele, ao declínio geral de uma cultura pública. Habermas possibilita ultrapassar esse dilema ao entender que o espaço público, como espaço social de interações e reivindicações de diferentes pontos de vista (validades), pode desenvolver outras formas de existência social. Esses dois modos de tratar o “espaço público” resultam em diferentes alcances analíticos: Sennett irá falar de um “espaço público morto”, ao se referir ao declínio geral de uma cultura pública nos grandes centros

⁸⁶ Em sua análise, Habermas não utiliza o termo *space public*, e sim *sphere public*. Salvo melhor juízo, a única passagem em que o autor utiliza o termo *space* é em *Between Facts and Norms* (1998) para referir-se à noção de *social space* do agir comunicativo. Não deixa de ser curioso, portanto, um fato que ilustra a despreocupação com o uso correlato desses termos: a tradução francesa do livro de Habermas *The Structural Transformation of the Public Sphere* apresenta o título de *L' Espace Public*, quando o próprio Habermas não faz uso da expressão *espaço* em sua análise, muito menos nessa obra.

⁸⁷ Para Sennett, o centro da vida pública eram as “cosmópolis” do século XVIII, cujos parques urbanos apareceram com a finalidade de proporcionar os passeios, contribuindo para a criação dos locais onde podiam os estranhos se encontrarem (Sennett, 1998: 32).

urbanos, enquanto Habermas irá destacar não este *esvaziamento*, mas o *deslocamento* pontual ou “refuncionalização” das funções da “esfera pública” urbana para a política institucional e para os meios de comunicação de massa.

Entender a situação brasileira a partir dessa leitura de Sennett sobre a “morte” do espaço público torna-se difícil. No Brasil, que se forjava moderno nas reformas haussmannianas, dentre as quais está a do Bairro do Recife, foi apenas a “geografia pública” que se alterou. Com a reforma do porto, que transformou aquele local em um típico lugar de negócios, as mudanças urbanas provocaram, a exemplo da política dos *quartiers* franceses, uma reordenação *espacial* das atividades de comércio e habitação no núcleo histórico da Cidade, composto pelos atuais bairros do Recife e Santo Antônio. De fato, houve um processo de construção de uma “paisagem de poder” (Zukin, 2000), mas dificilmente se poderia afirmar que a reforma solapou o que sequer existia plenamente: vida pública diferenciada das sociabilidades privadas. Com a alteração de sua geografia pública, o Bairro do Recife continuou no limite da indefinição das esferas de sociabilidades públicas e privadas: não matou o seu “espaço público”, mas também não deslocou totalmente as reivindicações públicas para uma esfera política refuncionalizada, fato que iria começar apenas com a emergência dos atores sociais organizados nos novos movimentos sociais que ampliariam o leque de direitos e demandas reivindicados. Reordenou, no entanto, parte dos usos públicos que se desenvolviam no antigo Bairro colonial. Referindo-se a este reordenamento espacial da vida urbana, antes centralizada no antigo bairro, ressalta Rocha:

“Nas suas novas ruas e avenidas só existem, agora, estabelecimentos bancários, escritórios, armazéns, depósitos e repartições públicas. A cidade ganhou um novo pôrto, mas perdeu um velho bairro. E não houve técnica que impedisse que o centro urbano da capital pernambucana emigrasse para a ilha vizinha, no outro lado do rio” (Rocha, 1959: 23).

Esta é, no entanto, uma descrição válida apenas para a reordenação *espacial* do Bairro. De fato, Recife perdeu um velho bairro, ao ganhar um novo porto. Mas o Bairro do Recife continuou existindo também do ponto de vista das híbridas sociabilidades públicas e privadas que nele continuaram a existir. As memórias do ensaísta pernambucano Sylvio Rabello (1979), que residiu no Bairro no período da reforma, é um dos importantes relatos sobre esse crepúsculo de uma vida pública cotidiana que se prolongou precária, porém vivamente, nas

ruas reformadas do antigo povoado de Nassau. Rabello chegou ao Bairro em 1908, quando ainda era criança, e foi residir com seus pais na antiga Rua São Jorge, na área “Fora de Portas”, perto da Igreja Nossa Senhora do Pilar. A descrição de sua chegada na Estação do Brum é o retrato de um bairro cuja vida cotidiana era, antes da reforma, absolutamente comum.

“De repente o trem deu um solavanco, os vagões se entrechocaram e um passageiro disse: – ‘Estação do Brum!’ (...) O Recife estava ali. Descendo do vagão, eu o via, gente apinhada por toda parte, falando e gesticulando – soldados de carabina nas mãos chegando do interior, vendedores apregoando milho verde, midubim [amendoim] torrado e cozinhado dentro dos tabuleiros” (Rabello, 1979: 13).

A poética descrição de Rabello adentra os aspectos cotidianos, demonstrando como o Bairro se tornou uma realidade urbana bem diferente daquele antigo povoado que parecia uma “sodoma” (Freyre, 1996) de escravos, judeus e prostitutas. Rabello lembra, ainda que sem se deter em pormenores, os passeios das famílias até a lingüeta para ver os embarques e desembarques dos navios, as cadeiras nas calçadas ao anoitecer, as retretas nos jardins do Forte do Brum. A alegria dos músicos de rua, os banhos de mar recomendado para os anêmicos e nervosos. A antiga Casa de Banhos dos arrecifes, as brincadeiras de criança no pátio da Igreja do Pilar, a escola, a vizinhança nas casas, cujas janelas, de tão próximas, pareciam uma só. As festas religiosas do Bairro, em cuja multidão podia perder-se:

“Famosas eram as festas de igreja do bairro, a do Corpo Santo e a da Conceição, às quais assistíamos mais ou menos agarrados às saias de minha mãe, para não nos perdermos na multidão que jogava e bebia gelados em barracas iluminadas a carbureto. (...) havia um carrossel que girava ao som de um realejo desafinado. A Festa da Conceição entupia de gente a cabeça da Rua da Cadeia, ao pé do Arco. Das varandas dos sobrados, as famílias apreciavam o redemoinho do povaréu no estreito corredor da rua” (Rabello, 1979: 37).

A vida cotidiana do Bairro foi surpreendida pelas notícias da reforma, alterando uma rotina que lembrava as pequenas cidades do interior. Lembra Rabello os efeitos que essas notícias tiveram numa localidade que parecia uma pequena república auto-suficiente e independente do resto da cidade:

“Até 1910, o bairro do Recife conservava o ar de povoação fechada, bastando-se a si mesma, das suas origens. Podia-se viver dentro ou fora das portas sem ter necessidade de atravessar a ponte e procurar, do outro lado, os bairros em que a cidade posteriormente se estendeu. (...) O bairro tinha uma população estável, morando anos a

anos na mesma rua e até na mesma casa. Por isso, teria de fazer enorme celeuma o boato de que o governo ia pôr a baixo ruas inteiras, quase todo o bairro, a fim de construir o novo porto” (Rabello, 1979: 19).

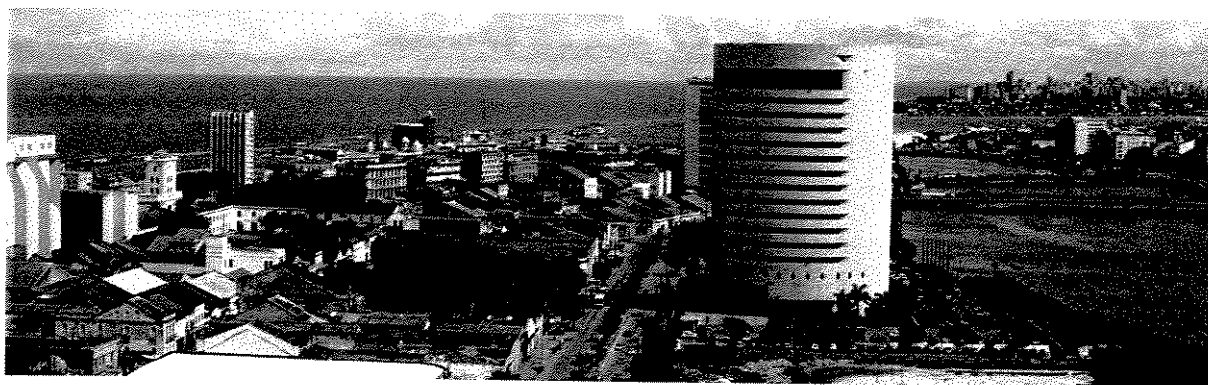
O que era boato se tornou, de fato, no “bota abaixo” que deslocou parte dos antigos moradores com as diversas desapropriações ocorridas. Depois de um período morando fora do Bairro, a família de Rabello volta a residir na Rua São Jorge, em 1919. O que ele encontra, dez anos após o início das reformas, é um bairro em reconstrução, ainda com enormes áreas vazias, com o mato crescendo em volta. À procura de suas referências de infância, Rabello não mais encontra parte dos seus antigos vizinhos:

“Eles já não povoavam aquele mundo morto. Não sei mesmo se suas vidas humildes deixaram lembranças na gente nova que ainda vive nos restos do bairro” (Rabello, 1979:110).

Esta sobrevida no bairro, que parecia ser o resultado mais previsível da reforma haussmaniana no Recife, manteve-se ao longo dos anos, contrariando a idéia de um total esvaziamento populacional do local. É certo, porém, que a reforma representou um corte abrupto no padrão das sociabilidades públicas existentes. Mas a monumentalidade do Bairro não impediu que outras reapropriações acontecessem, desenhando um perfil que iria se desenvolver, ao lado da sua degradação física, até os anos 80. É difícil precisar a partir de quando exatamente o Bairro foi tendo a sua paisagem alterada, com uma visível degradação do conjunto arquitetônico e da infra-estrutura urbana. É possível que esse processo tenha mesmo se iniciado logo após o término da reforma, como consequência direta da ausência de uma política de habitação com igual peso às atividades econômicas que predominavam. Talvez, por motivos óbvios, não tenha havido interesse do poder público em garantir a manutenção do Bairro, quando se percebeu que a prática residencial foi mantida exatamente pelo segmento marginalizado da população, que sempre permaneceu historicamente no Bairro por não ter condições de migrar para áreas melhores.

A ausência de uma política habitacional, e a correlata omissão que ignora as moradias periféricas das grandes cidades, não impediu que o Bairro do Recife continuasse a ser o local ideal para as pessoas que de alguma forma desenvolviam suas atividades ligadas ao porto: estivadores, pequenos comerciantes, funcionários de armazéns, prostitutas. Apesar da

omissão do poder municipal em relação aos moradores, o Bairro continuou a crescer, concentrando atividades econômicas e institucionais importantes para o Estado. E, quase que de modo irônico, a própria Prefeitura construiu sua nova e imponente sede no Bairro do Recife, na década de 70, numa antiga área de mocambos que a partir dos anos 60 começou a ser povoada com edificações verticais. Em estilo moderno, foram construídas as sedes do Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE –, do Banco do Brasil, do Tribunal Regional Federal e da Polícia Federal. Essas novas ocupações não significaram um retorno dos investimentos públicos ao Bairro. Excetuando a própria avenida onde se instalaram, a parte mais antiga - e que passara pela reforma da em 1910 – continuou sem receber nenhuma forma de melhoria urbana. Ao contrário, a degradação do Bairro se agravou ao longo do tempo, atingindo a sua população fixa, já tão desprovida das mínimas condições de bem-estar.

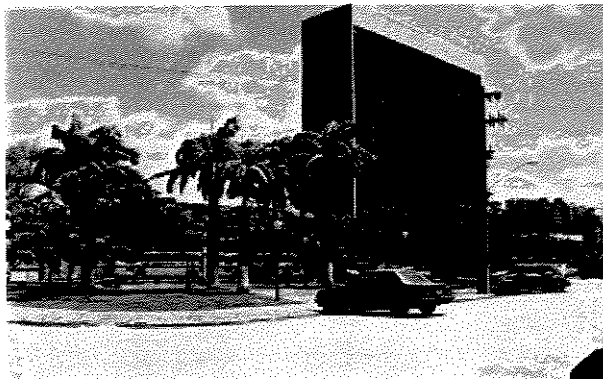


Verticalização do Bairro do Recife, Sede do Tribunal Regional Federal/Foto do autor.

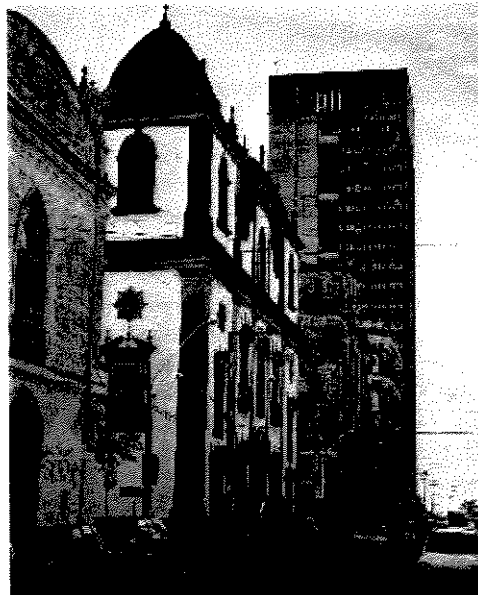
Depoimentos de antigos moradores apontam para esse agravamento das condições de vida no Bairro dos anos 80, ao lembrar que havia, entre as décadas de 50 e 60, um tipo de sociabilidade semelhante a qualquer outro bairro da cidade, apesar da reconhecida atividade noturna de prostituição e boemia do Bairro, como relembra José Valdemiro da Silva, ao falar da mesma área a que se referia Rabello (1979) em suas memórias do início do século:

“No Brum [área do Bairro, perto do Forte do Brum] havia umas centenas de casas de gente pobre, empregados das Docas, empregados do comércio mesmo do Recife, que não pagavam transporte, moravam ali e então era uma Aldeia, porque todas as casas eram feitas na maioria de madeira coberta de zinco. Tinha o colégio do Padre Venâncio,

onde se botava os filhos dos pobres pra estudar.(...) Aqui no bairro morava muitas famílias, moças estudavam. Até missa [tinha] aqui neste bairro, senhoras casadas, mas a boemia começava ali na praça Artur Oscar, conhecida como Praça do Liso”.⁸⁸



No alto, Sede da Prefeitura da Cidade do Recife/Foto de Aurelina Moura, Arquivo do Escritório de Revitalização do Recife. Ao lado, Igreja Madre de Deus e, em segundo plano, sede do Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE. Foto do autor.



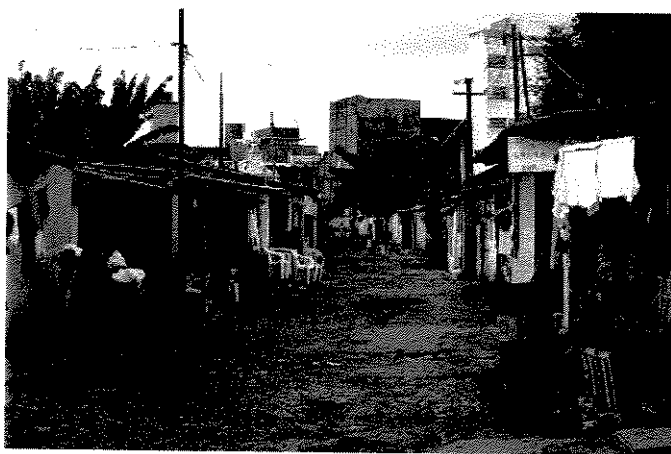
Escola e missa na Igreja são atributos, na opinião dos moradores, de uma “normalidade” da vida urbana que o Bairro possuía. Por outro lado, o depoimento desses antigos moradores é um indicador da complexidade que atingiu o Bairro ao longo do tempo. O que era um local onde essas pessoas pareciam ter uma vida comum, apesar das inúmeras dificuldades, transformou-se numa área ainda mais inóspita, mesmo para quem forçosamente já estava habituado à árdua tarefa da sobrevivência diária no Bairro. Lembrando o tempo em que a animação tomava conta das noites, Cícera Maria da Conceição se refere com pesar à falta de segurança no Bairro dos anos 80:

“As noites aqui eram muito animadas. Era tabuleiro de fruta de ponta a ponta muita barraca de ponta a ponta; tudo que se queria comprar, tinha por aqui. (...) E agora triste desse jeito. Naquele tempo essas casas era tudo cheia de gente, não tinha uma só desocupada. Era mulher que não era brincadeira! (...) Hoje não. Dá até tristeza e medo se andar de noite na rua”⁸⁹.

⁸⁸ Depoimento. In: Montenegro et al, 1989: 61-64.

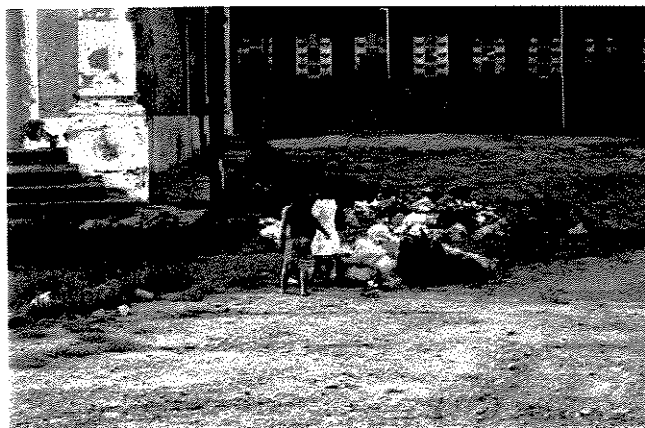
⁸⁹ Depoimento. In: Montenegro et al, 1989: 29.

Nesses anos 80, período em que se inicia a “revitalização” do Bairro, o núcleo urbano primitivo da Cidade do Recife era a imagem do descaso e abandono, a exemplo de outros centros históricos de cidades brasileiras. Durante o dia, as atividades econômicas do porto e a movimentação de pessoas nos bancos e instituições públicas asseguravam uma rotina diária aparentemente igual ao resto da cidade. À noite, com as ruas escuras, o Bairro era um convite a uma aventura de risco. Prostitutas e travestis – não os de “luxo”, porque esses migraram para a Praia de Boa Viagem, local onde há bons hotéis para turistas estrangeiros – dividiam as esquinas com mendigos e meninos que faziam da rua as suas casas. Pernoite a céu aberto, num silêncio às vezes interrompido pelo som acanhado de uma velha radiola de ficha. O Bairro realmente parecia ilhado do resto da cidade, inclusive em relação aos preços praticados no seus poucos bares que resistiam ao tempo: era na *Zona da Rio Branco* onde se tomava o mais barato e legítimo *scotch* da cidade, razão pela qual muitos intelectuais iam à área portuária, movidos também pela aura de boemia que o lugar inspirava. Não era incomum encontrar em seus bares jornalistas, políticos e artistas conhecidos. Esses eram, possivelmente, os únicos visitantes, além daqueles que iam exclusivamente em busca daquela “luz trêmula de pecado”, à qual se referia o cronista Tadeu Rocha (1959), quando começaram as primeiras intenções de “revitalizar” o antigo *Povoado dos Arrecifes*. Mais de meio século depois, nos anos 80, pouco restava, enfim, daquela pretendida imagem moderna e opulenta de um bairro francês e de um porto internacional. Com a diminuição das atividades do velho porto, em decorrência da paulatina transferência do comércio exportador e importador para o novo Porto de Suape, o Bairro perdeu sua centralidade também nos negócios portuários. Apesar de continuar concentrando atividades comerciais, financeiras e institucionais, o local continuou precariamente habitado.



Rua São Jorge, na Favela do Rato. Foto do autor

A antiga Rua São Jorge, onde, em 1908, a Família Rabello fixou residência, continua sendo um local de moradia. Entretanto, no lugar dos sobrados, existem barracos de madeira e zinco. Ao invés da mobília austríaca que encantou o menino Rabello, móveis simples e baratos. A antiga água encanada não mais circula pelos casebres que também não possuem



Rua São Jorge, na Favela do Rato. Foto do autor

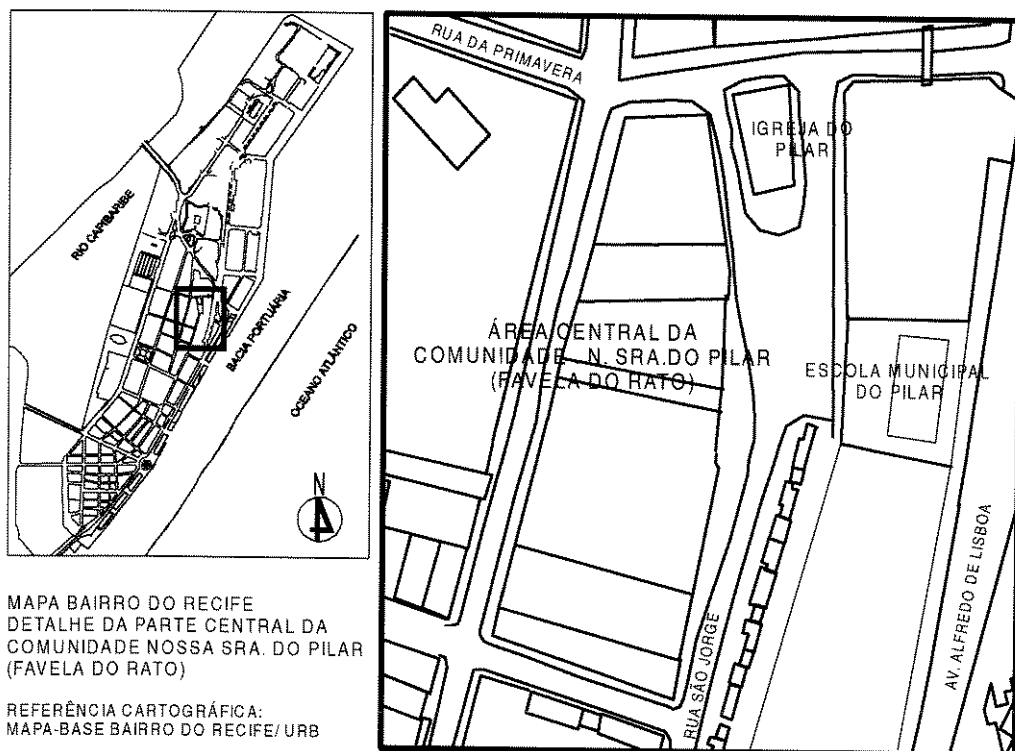
rede sanitária. A Favela é reconhecidamente um local insalubre e com baixa qualidade ambiental, cujos efeitos se fazem sentir em seus moradores. A falta de um sistema de abastecimento de água radicaliza um indicador que, para Daniel J. Hogan, é um dos mais importantes fatores ambientais em nível de domicílios: a qualidade da água (Hogan, 1992: 151).

Na Favela do Rato, não apenas essa

qualidade é baixa como o acesso é rarefeito. Para essas populações pobres, resta muitas vezes, como ressalta ainda Hogan, a alternativa dos “(...) poços rasos, que muitas vezes produzem água poluída, ou igualmente poluídos rios e córregos que cruzam as áreas metropolitanas” (Hogan, 1992: 151). No caso da Favela, nem isso seria possível: como está situada em uma área extensiva de aterro, não há possibilidade de se construir poços artesianos. Restaria o Rio Capibaribe, com suas águas infectas. Por essas razões, mais do que a qualidade da água, é a sua ausência, juntamente com a falta de um sistema de coleta de lixo e de rede sanitária, que atesta o nível de insalubridade em que vivem seus moradores.

Como se situasse ainda numa área *Fora de Portas*, a Favela do Rato (ou Comunidade Nossa Senhora do Pilar) manteve-se sem conhecer qualquer melhoria urbana. O chão enlameado, cheio de lixo, é, de novo, um tétrico caminho em direção à igreja do Pilar. Os moradores da Favela andam, no Bairro que se enobrece, como se estivessem se escondendo, receosos de incomodar e serem incomodados por uma última e definitiva vez. Mas eles não

se esquivam da sua existência, estão ali e muitos cobram, enquanto outros aguardam, que a “revitalização” do Bairro do Recife chegue, afinal, em *Fora de Portas*. Enquanto isso, eles compartilham pública e cotidianamente a difícil experiência de sobreviver num bairro marcado, desde a sua origem, por tantas desigualdades.



Caminhar pela Favela do Rato é vivenciar a máxima visibilidade do real à qual se refere Hannah Arendt (1987). Essas experiências públicas compartilhadas num “mundo comum”, circunscrito à favela, são constitutivas de uma vida pública, cuja esfera pública é muito mais do que o local de visibilidade do real: é o local da “excelência humana”, na medida em que permite ao homem se conhecer e firmar sua existência, superando a “privação” de não poder “realizar algo mais permanente do que a própria vida”. O “público”, acrescenta Arendt (1987), é primeiramente o que “pode ser visto e ouvido por todos”. Mais do que simplesmente tornar público o mundo privado, a esfera pública seria capaz de tornar real a realidade do mundo, na medida em que possibilitaria o reconhecimento recíproco das

diferentes experiências da vida. No limite, a inexistência de uma vida pública, e o caráter privativo dela decorrente, significaria a própria desumanização do homem:

“A privação da privatividade [*privation of privacy*] reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros” (Arendt, 1987: 68).

Localizada proximamente à Rua Bom Jesus, a Favela do Rato está no frágil limite. Ela é a mais contundente evidência pública de que o Bairro do Recife não se tornou um deserto de pessoas, mas é também a face mais cruel da história do Bairro porque espelha a pobreza de um país, que nem sempre pode ser vista e ouvida por todos. Sem a necessária representação pública, e desprovidos de uma mínima organização política comunitária, os moradores estão praticamente fora do que Maria C. Paoli (1982) chamou de “espaço civil”⁹⁰.

A Favela parece, assim, prisioneira do interstício que se forma entre o público e o privado, cujo resultado geralmente culmina na “Repressão na ordem pública; impotência e solidão na ordem privada” (Paoli, 1982: 54). Embora seja real em sua visibilidade, a Favela está no limite entre manter-se oculta e perder-se submergida no cotidiano do mundo privado ou politizar sua existência, tornando pública sua real situação de exclusão, mesmo correndo o risco de não ter força e voz suficientes para evitar ser removida da área, como no passado se fez com outros moradores, durante a Reforma de 1910, para desobstruir e embelezar o Bairro em nome de uma paisagem de Brasil Moderno.

⁹⁰ Para M. C. Paoli, o espaço civil se situa “(...) a meio caminho do domínio compreendido pela noção de cidadania no sentido restrito – a igualdade jurídica de cada indivíduo perante a lei na defesa de seus direitos e no cumprimento de suas obrigações – e a ação política propriamente dita, enquanto estratégias organizadas de reivindicações coletivas” (Paoli, 1982: 55).

Ao comentar os impactos das reformas de Haussmann em Paris para a invenção moderna do patrimônio urbano, Françoise Choay cita uma expressão de Théophile Gautier que sintetiza um paradoxo para as políticas contemporâneas de revitalização urbana: “*Le Paris moderne serait impossible dans le Paris d’autrefois (...)*” (Choay, 1992: 136). A expressão adequada ao caso brasileiro do Bairro do Recife encerra a desconfortante sensação que o atual processo de *enobrecimento*, por meio do qual seu patrimônio cultural é re-significado, em parte depende dos acontecimentos passados. Inclusive – e principalmente – da grande reforma de 1910 que demoliu o passado holandês e português do Bairro, para sua reconstrução em estilo eclético. A imagem de um Brasil moderno, evocada pela monumentalidade eclética do Bairro do Recife, seria impossível sem as ruínas do seu passado.

A construção de singularidades nas cidades históricas depende quase sempre de um recorte induzido sobre o que se quer, e se pode, selecionar como simbolicamente representativo. Digo induzido porque as interpretações sobre os significados do patrimônio não são isentas da parcialidade que refaz os nexos constitutivos entre a construção dos espaços centrais da cidade e as relações de poder. As políticas de patrimônio falam de lugares cuja história inscreveu, em seus espaços, registros de uma memória muitas vezes difusa. Ao falar sobre essa memória, fazem de tal modo que parece que o patrimônio fala por si. Essa espécie de “fetichismo” cultural tem sua origem, entretanto, em processos bem mais concretos, dos quais é possível extrair os “sujeitos” das práticas de intervenção, preservação e “revitalização” do patrimônio.

O Bairro do Recife, como centralidade singular de uma cidade, *image-making* de um Brasil moderno, é resultante de um complexo processo de práticas sociais que conferem

existência objetiva à fugidia e dispersa concepção de uma memória supostamente comum a todos os pernambucanos. A noção de *pernambucanidade* é uma idéia ao mesmo tempo complexa e difusa, apesar de sua pretensão de concretude e clareza de objetivos: aglutinar pessoas e regiões em torno de um conjunto específico de traços culturais. A idéia se vale da história para destacar, às vezes, um passado de glórias das revoluções libertárias de Pernambuco, ou para referir-se ao papel de destaque que a economia açucareira da Província de Pernambuco tinha no Brasil Imperial.

Recentemente, um grupo seletivo de pesquisadores e acadêmicos pernambucanos foi convidados a falar sobre o tema, cuja experiência resultou no livro *Pernambucanidade: o desafio de renovar-se*⁹¹. Um fato chama a atenção quando são comparados os pontos de vista apresentados: apesar da idéia central do argumento continuar associada a um passado heróico e bravo, é possível perceber que uma leitura crítica do discurso da *pernambucanidade* permite perceber que ele é também uma invocação das elites, que o utiliza como mito fundante de uma identidade local e justificativa simbólica para o exercício de uma hegemonia política:

“O leão [do Norte, como é conhecido Pernambuco] seria o emblema deste imaginário de bravuras e bravatas: Pernambuco imortal, imortal...falando para o mundo. Não é à toa que este sentimento de pernambucanidade vem sendo invocado e exercitado frente aos diferentes tipos de centralismo do poder econômico e político. Centralismo metropolitano, imperial, republicano federalista, tecno-burocrático e autoritário. É o discurso tipicamente concebido no espaço e na economia política do poder local, do clientelismo patrimonial” (Siqueira, 1997: 42).

Há, de fato, uma reivindicação de centralidade na ideologia da cultura pernambucana, disseminada através de um discurso histórico que fala da tradição pernambucana e sua cultura popular, nas lutas libertárias do país, na autenticidade de seu legado musical, na idéia, enfim, de ter sido Recife a capital econômica e política do Nordeste brasileiro. O espectro sobre o qual essa reivindicação de *centralidade* toma forma é amplo, e seu detalhamento estaria obviamente fora do alcance analítico desta tese. Pernambuco é, de fato, uma das regiões do país que sustenta o discurso de sua centralidade em torno de uma singularidade cultural, aspecto que também pode ser encontrado em outras regiões do país, que têm a mesma

⁹¹ O livro resultou do Seminário homônimo, sediado no Recife, em outubro de 1996, numa realização do TGI – Consultoria e Gestão e promoção do Jornal do Commercio.

reivindicação a partir de suas respectivas singularidades construídas: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia são as outras regiões que reclamam historicamente algum tipo de centralidade. A atual “revitalização” do Bairro do Recife insere-se nessa perspectiva em pelo menos duas direções: primeiro porque o local, tradicionalmente identificado como um lugar da história pernambucana, é requalificado como uma centralidade cultural para a cidade do Recife; segundo porque a tentativa de dinamização da economia local insere-se na mesma perspectiva de resgatar a imagem do Recife como pólo emergente no moderno fluxo nacional e internacional de pessoas e capitais. Um dos ícones dessa busca de *centralidade* é a nova praça do Marco Zero, uma das reformas empreendidas pela atual proposta de “revitalização” do Bairro. Se o apelo baiano de uma centralidade do Brasil podia parecer um exagero, quando veiculava nos meios de comunicação a mensagem “*Bahia: o Brasil nasceu aqui*”, a frase escrita no novo piso do Marco Zero do Bairro, em torno de uma enorme rosa dos ventos, consegue superar – em pretensão – a idéia de centralidade: “*Eu vi o mundo...ele começava no Recife*”⁹².

Desvendar as nuances de um processo recente de reapropriação do patrimônio parece uma perspectiva não apenas oportuna como indispensável para se entender como as políticas contemporâneas de “revitalização” reinventam lugares, recriam tradições, estabelecem centralidades: aspectos a partir dos quais outros lugares são criados e outras tradições são reapropriadas, reflexivamente, a partir dos usos diferenciados que se faz do espaço público. Para desenvolver esta análise, abordo especificamente neste capítulo as diferentes fases de “revitalização” do Bairro do Recife – destacando os aspectos práticos e conceituais de uma proposta que está reescrevendo a história singular de um lugar –, reservando para o capítulo seguinte a análise os usos e fronteiras que se estruturam nos espaços “revitalizados” do patrimônio.

⁹² O desenho do piso, com a rosa dos ventos e a referida frase, foi uma concepção do artístico plástico pernambucano Cícero Dias, radicado em Paris, baseado em sua própria obra.



Rua do Bom Jesus e entorno da Favela do Rato, Bairro do Recife/foto do autor

I

Contra-enobrecimento: a primeira fase de “revitalização” do Bairro do Recife

Uma cena aparentemente corriqueira se repetia no histórico Bairro do Recife da capital pernambucana, no Nordeste brasileiro: os curiosos olhares dos turistas, guiados pelo enquadramento de suas câmaras fotográficas, percorriam as fachadas restauradas de uma das ruas mais antigas do Brasil.

Estava em curso o “embelezamento” do Bairro, ao qual se referia uma de suas antigas moradoras, Francisca Lopes Gomes. Numa rua enlameada, sentada em um banco de madeira, no chão de terra batida, Dona Chiquinha, como é conhecida, rememorava a época em que a “revitalização” começou, sem a nostalgia de quem lamenta o passado, mas com a franqueza de quem vê o Bairro se “embelezer”, enquanto sua comunidade mal pode andar livremente pelas ruas “revitalizadas”. Indignada, D. Chiquinha, guarda hoje, na voz impostada, a revolta de quem ouviu muitas promessas e poucos feitos:

“Nós aqui moramos num abandono. Nós moramos aqui num lixo, num abandono. Nós não temos banheiro, nós não temos água, nós não temos luz. Nós temos muito aqui é rato, imundície, para contaminar a gente aqui. (...) eles só reurbanizaram o Recife Antigo. Aquilo ali é do empresário para eles. A reforma [revitalização] está servindo para eles e não para nós”⁹³.

Enquanto dava seu depoimento, cercada de vizinhos que ajudavam-na a reforçar o que parecia ser a opinião de muitos, turistas percorriam a bem pavimentada e iluminada Rua do Bom Jesus. Entravam na primeira sinagoga da América, em cujo solo ainda se viam os vestígios arqueológicos da muralha holandesa que cercava o perímetro “Dentro de Portas” do antigo *Povoado dos Arrecifes*. A cena seria quase banal, como o deslumbramento dos turistas que chegam ao Pelourinho, na capital baiana, e se esforçam em acompanhar com o corpo os batuques dos grupos *afro* que se apresentam rotineiramente sob o patrocínio da Secretaria de

⁹³ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.

Turismo de Salvador. Poderia, de modo semelhante, ser quase uma reprodução do passeio em bando de turistas avermelhados pelo sol, que visitam o Centro Cultural Dragão do Mar, uma imponente construção arquitetônica do Governo do Estado, cujo *mix* reúne cinemas, museus e agências bancárias, rasgando de ponta a ponta a modesta paisagem histórica do antigo porto da Praia de Iracema, em Fortaleza.

Duas diferenças, no entanto, marcam o exercício diário do turismo cultural no Bairro do Recife. Ao contrário das capitais baiana e cearense, Recife não desenvolveu, nos últimos anos, a mesma política agressiva de incentivo ao turismo e de formação de uma imagem de cidade voltada para o lazer, como Salvador e Fortaleza. O Bairro do Recife ainda está se integrando ao roteiro turístico de Pernambuco e do Brasil. Paira sobre ele a sombra de sua vizinha mais famosa, Olinda, Cidade Patrimônio da Humanidade, que continua capitalizando o fluxo de turistas que visitam aquele Estado, apesar do esforço da iniciativa privada e do poder público em reverter esse quadro.

A primeira fase do atual processo de *gentrification* significava, fundamentalmente, reabilitação residencial, como era a tendência da época (Smith, 1996). As primeiras ações concretas vieram com o Prefeito Jarbas Vasconcelos, tendo sido a principal característica da sua administração a descentralização política, através do processo democrático de gestão (Leal, 1995). Tratava-se do programa “Prefeitura nos Bairros”, cujo principal objetivo era estabelecer canais de negociação direta entre organizações populares e Prefeitura, através de Plenárias Populares em cada uma das 12 Regiões Político-Administrativas. Esse tipo de orientação administrativa reflete também o perfil político dos grupos e partidos que apoiaram e viabilizaram a candidatura de Jarbas, em sua maioria de esquerda: PMDB (grupo dos “autênticos” ou do chamado PMDB Histórico), PCB, PCdoB, PDT e o PSB. Para Suely Leal, que pesquisou essas formas de gestão nesse período em Pernambuco, essa composição de forças do poder local teve uma significativa influência dos rumos do próprio programa de governo de Jarbas:

“(...) os movimentos populares e os partidos de esquerda tiveram influência determinante no processo eleitoral, o que permitiu sua inserção, enquanto quadros dirigentes no aparelho estatal, e sua influência decisiva na formulação do programa de governo” (Leal, 1995: 216).

Em 1986 foi criado o Escritório Técnico de Revitalização do Bairro do Recife, como parte da estratégia de descentralização administrativa de Jarbas Vasconcelos (1986/1988), no projeto de melhoria do Centro Expandido do Recife (Leal, 1995; Zancheti, 1995). Depois do anúncio feito em 1969, pelo então Prefeito Geraldo de Magalhães, de uma urbanização do Cais do Apolo (situado no Bairro do Recife), onde seriam instaladas concha acústica, galerias de arte e estacionamentos ⁹⁴, a iniciativa de Jarbas foi a primeira tentativa concreta de uma nova intervenção no Bairro, após a grande reforma de 1910.

O Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, elaborado por uma equipe de urbanistas e arquitetos ligados ao governo Jarbas, e sob a coordenação da arquiteta Amélia Reynaldo, continha duas características básicas: reconhecia a deterioração do lugar, as péssimas condições sociais às quais estavam submetidos seus moradores; e defendia que a reabilitação fosse um instrumento de ação política para a recuperação das suas funções habitacionais. Talvez pela primeira vez, uma ação governamental, reconhecendo seus moradores como cidadãos, tinha como principal meta desenvolver essa função do Bairro que sempre foi visto como um local típico de comércio e negócios. E mais, não apenas reconhecia a importância dessas pessoas, mas atribuía a deterioração do lugar àqueles que construíram ao longo da história a imagem de bairro comercial. Ao apresentar uma síntese sobre os problemas existentes, o documento ressalta: “Todos estes elementos retratam a decadência dos núcleos antigos, transformados em objetos de consumo, dentro da ótica do maior lucro proveniente da especulação imobiliária”⁹⁵; e complementa, ao se referir ao conjunto de instituições políticas, jurídicas e econômicas, símbolos do poder constituído:

“Estas mesmas forças omissas, são as que mais impuseram uma descaracterização ao bairro: o Porto que desapropria, promove demolições e ruínas sem a real necessidade de ocupação; os prédios como a sede da prefeitura, Bandepe e Banco do Brasil, que rompem a escala do bairro em nome de uma deformada política de renovação urbana”⁹⁶

A orientação política era clara: o Bairro deveria ser “reabilitado”, em primeiro lugar, para os seus próprios moradores: “as populações prioritárias do plano são as moradoras, símbolo da resistência do bairro, e os portuários, responsáveis pela mais bela apropriação

⁹⁴ Ver análise de Bernardes (1996) sobre as propostas de urbanização de Geraldo de Magalhães.

⁹⁵ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Recife, PCR/DPSH, agosto de 1987

⁹⁶ Idem

do espaço público do bairro”⁹⁷. É possível que esta “apropriação do espaço público” não se referisse apenas a um tipo específico de uso que se desenvolveu em torno do Porto, criando uma singularidade de lugar boêmio. Referia-se também à realidade da preservação do próprio conjunto arquitetônico do Bairro. É fato reconhecido que foram exatamente as prostitutas e os portuários que asseguram parte da preservação dos monumentos antigos.

*“O Bairro do Recife ficou preservado graças aos prostíbulos. Se a gente tivesse ali usos esdrúxulos, o porto saísse se alastrando como ele fez no extremo norte da ilha, a gente não tinha mais o Bairro do Recife”.*⁹⁸

O Plano era parte da sua própria estratégia, uma vez que foi elaborado inicialmente para discussão com entidades e setores representativos da população do Bairro. O mecanismo central de desenvolvimento da idéia foi o *Projeto Memória em Movimento*, uma proposta voltada a integrar os moradores ao processo de reabilitação do Bairro. A metodologia da proposta estava voltada, por assim dizer, a uma política de *contra-enobrecimento* da área. Podemos perceber esta orientação em dois aspectos centrais: a proposta não tinha como objetivo estimular atividades de consumo, através do turismo e comércio cultural; e não defendia nenhuma forma de deslocamento da população residente: propunha, ao contrário, uma forma ampla de integração dos moradores e usuários do Bairro.

“Acreditamos que a revitalização do Bairro coincide com a revitalização dos seus habitantes e usuários. Revitalizar o Bairro do Recife seria conseguir melhorar as condições de vida e de trabalho dos habitantes da Favela do Rato; das mulheres e dos travestis trabalhadores da noite; dos trabalhadores e empresários do comércio, da indústria e dos bancos (...) Propomos então que se lute com toda seriedade para separar, definitivamente, a idéia de restauração/revitalização, da idéia de expulsão, ‘limpeza’, esterilização e outras coisas dessa ordem ” (Memória em Movimento, 1989: 10).

No dia 16 de agosto de 1988, no Bairro do Recife, houve a abertura oficial do *Memória em Movimento*. Juntamente com os moradores e empresários locais, o então Prefeito Jarbas Vasconcelos entregou à população o espaço onde funcionariam as atividades do Projeto: “A inauguração foi uma festa. A população se fez representar através de muitos dos seus moradores e usuários” (Memória em Movimento, 1989: 14). Uma das primeiras iniciativas

⁹⁷ ⁹⁷ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Recife, PCR/DPSH, agosto de 1987.

⁹⁸ Depoimento de Rúbia Campello, Diretora da Departamento de Programas especiais da URB. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 12 de abril de 2000.

do *Projeto Memória em Movimento* foi a realização de um trabalho de recuperação da memória viva do bairro, através de entrevistas com antigos moradores, que resultou no belo livro *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*⁹⁹. Fruto de reuniões e encontros com trabalhadores (“do dia e da noite”, como ressalta um dos seus organizadores), o livro é hoje um dos únicos registros sistemáticos – construído a partir do relato dos próprios moradores – sobre a vida do Bairro do Recife da segunda metade do século XX. Resultante de um diálogo com essa população, o *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife* se apresentava como

resultante de um dos “princípios” que via “a cidade de cidadãos, o estado como gestor e o povo como decisor: a soberania coletiva”¹⁰⁰.

A intenção de manter e integrar setores populares que marginalmente ocupavam áreas periféricas do Bairro seguia a linha de intervenção urbana conhecida como o *Modelo de Bolonha*, caracterizada por uma concepção que buscava recuperar a função social do patrimônio habitacional (Brito, 1995).

A principal característica da experiência de Bolonha foi justamente a adequação do patrimônio histórico às necessidade emergentes de



Praça Arsenal da Marinha, nos anos iniciais da Revitalização/Foto de autoria não identificada, Arquivo Noronha santos – IPHAN, Rio de Janeiro.

⁹⁹ Montenegro, Antonio Torres et all. (1989), *Bairro do Recife; porto de muitas histórias*. Recife, Gráfica Recife.

¹⁰⁰ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Recife, PCR/DPSH, agosto de 1987.

habitação, em decorrência do esgotamento dos níveis de crescimento da cidade. O patrimônio passou a ser visto não apenas como um conjunto de monumentos, mas como algo integrado ao tecido social urbano, que deveria ter seus usos habitacionais restabelecidos. Este modelo, como esclarece Marcelo Brito, “(...) tem como elemento focal das ações de permanência e recuperação urbana a habitação, em função de sua potencialidade como elemento motor e propulsor da recuperação integrada do habitat humano, sendo encarada como elemento básico de estímulo à recuperação integral (...)” (Brito, 1995: 133). É possível dizer, portanto, que o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife seguia de fato essa orientação, ao ter como meta principal a construção de habitações populares, a partir da “defesa do uso habitacional na área central para as camadas populares”¹⁰¹.

O Plano, no entanto, e essa é uma das suas graves falhas, não especificava *como* pretendia implementar essas medidas. Não havia detalhamento técnico nem orçamentário, razão pela qual mais parece uma carta de (boas) intenções: contemplava genericamente alguns programas, prevendo inclusive a participação da iniciativa privada, face à escassez de recursos públicos, sem no entanto apresentar nenhuma especificação quanto à forma dessa parceria.

O conjunto de Programas/Projetos do Plano era composto de 6 (seis) itens: 1. Promoção/Divulgação; 2. Melhorias Urbanas; 3. Recuperação Física; 4. Socioeconômico; Político-Institucional (voltado para os aspectos legislativos sobre preservação e tombamento); 6. Jurídico (prevendo a criação de instrumentos jurídicos que assegurassem os direitos dos moradores). Conforme quadro ao lado, o conjunto de medidas para a “melhoria urbana” não continha o necessário detalhamento para sua implantação, embora indicasse o perfil social da proposta. No Programa de Animação Cultural, o Plano previa a “máxima utilização da potencialidade do Bairro para fins de turismo”¹⁰², evidenciando a intenção de incrementar novos usos daquele patrimônio, seguindo a orientação do debate da época que buscava relacionar as políticas de preservação com perspectivas de auto-sustentabilidade econômica.

¹⁰¹ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Recife, PCR/DPSH, agosto de 1987

¹⁰² *idem*.

2. Melhorias Urbanas	<i>Síntese do Conteúdo</i>
2.1. Drenagem	Desobstrução de galerias
2.2. Pavimentação	Recuperação de ruas, calçadas e meio-fios
2.3. Paisagismo	Podação e plantio
2.4. Limpeza Urbana	Mobiliário e coleta de lixo
2.5. Comércio de Rua	Cadastramento, mobiliário e carteira de saúde
2.6. Guarda Municipal	Policiamento regular nas ruas e praças
2.7. Iluminação	Limpeza e substituição
2.8. Saúde	Combate à raiva, controle sanitário de alimentos, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis (inclusive Aids), instalação de posto médico.
2.9. Educação	Inclusão do Bairro na rede municipal de educação
2.10. Controle Urbanístico	Controle urbanístico (incluindo “remoção de elementos localizados indevidamente em via pública” e “abertura de áreas públicas privatizadas”).
2.11. animação Cultural	Atividades diversas (exposições de artes nas praças, espetáculos teatrais na rua, apresentações do Balé Popular do Recife, e “máxima utilização da potencialidade do Bairro para fins de turismo”)
2.12. Transporte/Circulação	O plano prevê apenas estudos sobre circulação e estacionamento
2.13. Projetos Específicos a) Recuperação das Pontes b) Recuperação do guarda corpo do rio c) Rua do Bom Jesus d) Cais da Alfândega e) Praça Tirandentes f) Praça Arsenal da Marinha g) Praça do Rio Branco h) Cais do Apolo	a) Estruturas e sistema de iluminação b) Basicamente recuperação das estruturas c) Proposta de recuperação do espaço urbano (com recursos públicos) e restauração das fachadas (com recursos dos proprietários) d) Projetos de paisagismo e estacionamento e) Limpeza e manutenção f) Recuperação de bancos, da calçada em “pedra portuguesa”, manutenção do comércio ambulante existente g) Tratamento paisagístico, recuperação e limpeza. elaboração de projeto paisagístico e oferta de estacionamento para o Bairro”

Fonte: Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Recife, PCR/DPSH, agosto de 1987

No entanto, a ênfase central do Plano não residia nessas medidas, mas naquelas que poderiam se traduzir em benefício direto para os moradores do Bairro. Nesse sentido, alguns programas são expressivos, exatamente por se relacionarem diretamente às condições da população residente. É o caso dos programas de Saúde e Educação, que contemplavam medidas exclusivamente voltadas para a situação específica dos moradores. No Programa de Saúde, essa orientação é ainda mais emblemática, por intencionar incluir o Bairro nas campanhas de prevenção à Aids. Esse cuidado especial se justifica: parte da população residente à época na chamada Favela do Rato era formada por prostitutas e travestis e pedia exatamente melhoria na assistência médica, como demonstra a pesquisa socioeconômica realizada pela própria equipe responsável pela elaboração do Plano.

Tabela 8: Providências sugeridas pelos moradores da Favela do Rato

Categorias	Providências Sugeridas*				
	Assist. Médica	Segurança	Rest. Imóveis	Mercado Público	Total
	F	f	f	f	f
Prostitutas	09	10	06	02	10
Homossexuais	10	09	10	07	10
Morador Novo	09	10	10	10	10
Morador Antigo	20	17	20	20	20
Total	48	46	46	39	50

* Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.

Fonte: Pesquisa de Campo - abril/ maio/87, in: Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Depto. de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH/URB.

Pode parecer estranho que as categorias utilizadas se referissem, de saída, às atividades das mulheres e à preferência sexual de alguns dos seus moradores. Mas esse fato sugere a preocupação dos pesquisadores em identificar aqueles que seriam, por definição, os maiores beneficiados pela reabilitação. Em nenhum momento o Plano estabelecia restrições às atividades dos moradores, sabidamente relacionadas à prostituição, tanto masculina quanto feminina. Essa primeira tabela indica, como se pode observar, que o item “Assistência Médica” é citado por 48 dos 50 moradores (perfazendo um percentual de 96% do total de entrevistados), confirmando ser essa a maior necessidade daquela pequena, porém expressiva

comunidade para a vida residencial do Bairro. Os itens “Segurança” e “Restauração de Imóveis” também aparecem como um dos mais citados, revelando dois aspectos que retratam uma situação comum no Bairro: a conjunção entre deterioração arquitetônica e a insegurança decorrente da degradação da infra-estrutura urbana.

Tabela 9: Providências sugeridas por outros residentes, trabalhadores e usuários do Bairro

Categorias	Providências sugeridas*							
	Segur.	Rest. Imóv	Limp Urbana	Assist. Médica	Calça-mento	Esgoto	Ilumin.	Total
	f	f	f	f	f	f	f	F
Donos de Pensão	10	06	08	10	03	03	05	10
Setor Informal	14	10	07	04	-	64	-	15
Garçons/ Garçonetes	20	20	11	11	04	-	09	20
Usuários	149	153	132	95	76	86	21	160
Funcionários do Circo	10	10	05	10	-	03	07	10
Público do Circo	58	53	30	40	02	04	31	60
Funcionário e Atores/ Teatro	10	10	10	10	10	10	10	10
Público/Teatro	20	20	14	20	04	03	16	20
Pessoa que se divertem à noite	29	28	18	26	11	11	09	30
Total	320	310	235	226	110	124	108	335

* Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.

Fonte: Pesquisa de Campo - abril/ maio/87, in: Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Depto. de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH/URB.

Na tabela acima, montada a partir do Quadro X da pesquisa original, além de mostrar a manutenção dos itens relativos à infra-estrutura urbana, saúde e segurança, revela também um aspecto interessante da pesquisa. Preocupada talvez em diversificar as fontes de opinião, a Equipe não apenas entrevistou os trabalhadores e usuários, mas incluiu também grupos

transitórios formados por públicos de teatro e de um Circo, montado no Bairro por ocasião da pesquisa¹⁰³.

Um último agrupamento da pesquisa reuniu Sindicatos, funcionários de empresas e uma terceira categoria um tanto difusa, com a denominação de “bairros entrevistados”. Não há maiores explicações sobre essa categoria, cujo nome sugere apenas um conjunto disperso de opiniões de pessoas de outros bairros da cidade sobre o Bairro do Recife. Nesse agrupamento, talvez em função da existência dos planos de saúde dos sindicatos e empresas, o item “assistência médica” foi pouco citado. Da mesma forma, entre a terceira categoria – a de “bairros entrevistados” – o mesmo item foi pouco citado, talvez porque para quem não morava ou era usuário do Bairro, a imagem que mais se destacava era de fato a da insegurança do lugar.

Tabela 10: Providências sugeridas por sindicatos, funcionários e outros usuários do Bairro

Categorias	Providências sugeridas*							
	Segur.	Limp Urbana	Ilumin.	Esgoto	Calça-mento	Rest. Imóveis	Assist. Médica	Total.
	f	f	f	f	f	F	f	f
Sindicatos	05	08	01	06	02	-	01	11
Funcionários de Empresas	22	14	03	07	02	08	01	33
Bairros Entrevistados	71	65	31	17	19	07	04	128
Total	98	87	35	30	23	15	06	172

* Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.

Fonte: Pesquisa de Campo - abril/ maio/87, in: Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Depto. de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH/URB.

A pesquisa se concentrou basicamente nos moradores da Antiga Favela do Rato, fato que limita as informações sobre a natureza populacional do bairro no período. Embora a pesquisa revele apenas uma população residente de 50 pessoas, havia um índice bem maior, a julgar pelos dados censitários de 1980.

¹⁰³ É possível que o Circo incluído na pesquisa seja o “Circo Voador”, projeto alternativo e itinerante coordenado por Perfeito Fortuna, ex-integrante do grupo teatral *Asdrúbal Trouxe o Trombone*. O Circo esteve em várias cidades brasileiras na década de 80, atuando como um espaço cultural para apresentações de teatro, dança, música, oficinas e escolas de arte. Em 10/12/1986 foi inaugurada a *Estação Recife do Circo Voador Brasil*, na Cidade do Recife, onde permaneceu até 1998, no Cais do Apolo do Bairro do Recife.

Tabela 11: População residente, por sexo e situação de residência no Bairro do Recife, 1980.

Situação de Residência	População Geral Residente		Total
	homens	Mulheres	
Pessoas residentes em domicílios particulares (famílias)	29	49	78
Pessoas residentes em outros domicílios	99	392	441
Total	128	441	569

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980.

A pesquisa da Prefeitura também faz uma distinção entre “morador novo” e “morador antigo”, chegando a um número pouco expressivo da situação populacional do Bairro nos anos 80. Segundo o dados do Censo de 1980, havia no Bairro do Recife uma população relativamente numerosa de migrantes, em termos proporcionais ao total dos residentes. É o que indicam as tabelas:

Tabela 12: População residente do Bairro do Recife, por migração e procedência no município de residência atual

Naturalidade e migração		Distrito Bairro do Recife
Naturais do município		257
Migrantes	da zona urbana	239
	da zona rural	73
Total		569

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980.

Tabela 13: População imigrante residente no Bairro do Recife, por sexo e procedência

Procedência	Distrito Bairro do Recife		Total
	homens	Mulheres	
Procedentes da zona urbana	46	193	239
Procedentes da zona rural	12	61	73
Total	58	254	312

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980.

O número elevado de mulheres procedentes da zona urbana, 61,8 % do total de imigrantes, sugere, pelas características portuárias do Bairro do Recife, uma prática que parecia comum às mulheres que, não tendo para onde ir, procuravam as áreas de prostituição

das grandes cidades por saberem que ali seriam bem recebidas pelas donas de pensão. O depoimento de uma antiga imigrante do Bairro ilustra esse fato, que, embora não permita obviamente uma generalização, indica uma prática que se tornou regular na dinâmica social e populacional das áreas portuárias brasileiras. Nascida em Alagoas e com uma história pessoal marcada pela pobreza, Cícera Conceição descreve sua chegada ao Recife:

“Aí foi quando eu vim pra o Recife, vendi um cordão pra tirar a passagem pra cá e cheguei aqui em 52 numa noite de chuva tão grande... Perguntei a um guarda: onde é o baixo meretrício aqui ? Onde moram as mulheres ?? Aí o guarda da estação, um sararásão bem gordão, disse: menina, pra que você quer saber isso ? Eu disse: eu quero morar lá que eu não tenho morada não”¹⁰⁴.

Depoimentos como o de Cícera relatam uma experiência que possivelmente se repetiu muitas vezes na história do Bairro. As pensões e casas de cômodos, com suas *Donas* cuidadosas, acomodavam mulheres e meninas vindas do interior do estado ou de outras regiões, pessoas sem morada e destino incerto. Em meio a esse fluxo, era provavelmente assim que também se renovava o cartel das mulheres que trabalhavam na prostituição, compondo parte da população residente no Bairro do Recife nas últimas cinco décadas do século XX. O número de mulheres que residia em 1980, quando se iniciou a “revitalização” do Bairro, compunha a grande maioria da sua população. A tabela 11, acima, especifica uma composição residencial basicamente formada por indivíduos, fora de agrupamentos familiares. Havia no bairro apenas 25 famílias com 78 pessoas. Dessas pessoas “isoladas”, o maior número era de mulheres, representando 88,9 % do total de “Pessoas residentes em outros domicílios”. Embora se reconheça que o Bairro do Recife sempre foi uma das áreas de maior prostituição da cidade, não se pode afirmar que essas mulheres, apenas por não manterem vínculos familiares, fossem prostitutas. A maioria delas, inclusive, era muito jovem, o que revela outro dado instigante, relativo ao número de crianças e adolescentes “sem família” que residia no Bairro. A tabela sobre nível de instrução, ao demonstrar o baixo nível de instrução da maioria da população em idade escolar, acaba revelando também os elevados índices da população com idade inferior a 10 anos.

¹⁰⁴ Depoimento. In: Montenegro et all, 1989: 26

Tabela 14: Nível de Instrução da população residente de 10 anos ou mais, por sexo, do Bairro do Recife, 1980.

Grau do curso completo	Distrito		Total
	Bairro do Recife		
	homens	Mulheres	
Elementar	41	137	178
1 grau	8	45	53
2 grau	13	8	21
Superior	---	---	---
Mestrado ou doutorado	---	---	---
Grau não determinado	---	---	---
Total	62	190	252

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980.

Comparando os dados das Tabelas 11 e 14, nota-se que, do total das 441 mulheres, entre residentes em domicílios de famílias e residentes em outros domicílios, apenas 190 tinham idade superior a 10 anos. Dentre o total de 128 homens, apenas 62 tinham mais de 10 anos. O resultado indica que havia 251 meninas e 66 meninos com menos de 10 anos, representado um total de 55,7 % da população geral residente do bairro. Esses dados, quando comparados às condições das pessoas na família, revelam o número aproximado de crianças com menos de 10 anos que residiam no Bairro em domicílios que não eram constituídos por famílias.

Tabela 15: Condição na família no Bairro do Recife, por sexo.

Condição na Família	Distrito		Total
	Bairro do Recife		
	homens	Mulheres	
Chefes	21	4	25
Conjuges	---	17	17
Filhos ou enteados	8	20	28
Pais ou sogros	---	---	---
Outros parentes	---	4	4
Agregados	---	---	---
Pensionistas	---	4	4
Empregados domésticos	---	---	---
Parentes do empregado	---	---	---
Total de pessoas em 25 famílias	29	49	78

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980.

Consideremos, portanto, para evitar o erro de estar superestimando os números relativos às crianças com menos de 10 anos que residiam no Bairro do Recife em domicílios “não familiares”, que os dados referentes aos “filhos e enteados”, da tabela acima, referiam-se a pessoas com menos de 10 anos. Teríamos, então, 28 crianças a menos do total de crianças residindo em outros domicílios”. Mesmo assim o resultado se mantém elevado. Tirando, portanto, esses 28 filhos (supondo que seriam 8 *meninos* e 20 *meninas*) ainda assim haveria um total de 58 meninos e 231 meninas de menos de 10 anos residindo em domicílios “não familiares”, sem incluir os que estariam entre 10 e 18 anos do total da população residente. Como não havia creche, orfanato ou unidade da Febem, o resultado sugere que aproximadamente 50,8 % da população residente do Bairro do Recife em 1980 era formada por crianças menores de 10 anos que não residiam em domicílios composto por famílias. Mesmo que se suponha que parte desse total podia estar residindo apenas com as próprias mães nas casas noturnas, uma vez que essa categoria domiciliária não configurava para o Censo uma unidade residencial familiar, a maioria dessas crianças vivia sem a companhia de qualquer parente, embora fosse improvável que vivessem sem a companhia de adultos. A impressão de abandono que esses números sugerem é sentida também por parte dos antigos moradores, que vivenciaram experiências diversas com as crianças do Bairro. Comparando a situação em 1987 com outras anteriores, relata José Valdemiro da Silva:

“Havia festas importantes aqui, havia escolas para as crianças. Esses meninos, vive tudo aqui nu, morrendo de fome, eu não sei como é que não tem uma escola pra crianças que vivem aqui. Se pegar um quilo de confeito e dizer que vai dar, aparece menino aqui que você não tem pra dar a todos eles. Vivem essas crianças aqui abandonadas tudo sem escola, sem nada aqui nesse bairro”¹⁰⁵.

Também Cícera Conceição, moradora do Bairro há quase 50 anos, lamentava a falta de tranquilidade das ruas :

“Hoje não. Dá até tristeza e medo se andar de noite na rua. Às vezes de noite, venho e me sento na esquina porque tem aí perto a delegacia. Aí só tem esses trombadinhas, esses meninos soltos por aí. Às vezes um olha pra mim e diz: minha tia, que é que está fazendo aqui ? Tô tomando um ventinho... É minha tia, fique aí Com a gente eles não bolem nada. E eu fico pensando na animação daqueles tempos”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Depoimento. In: Montenegro et al, 1989: 58

¹⁰⁶ Depoimento. In: Montenegro et al, 1989: 29

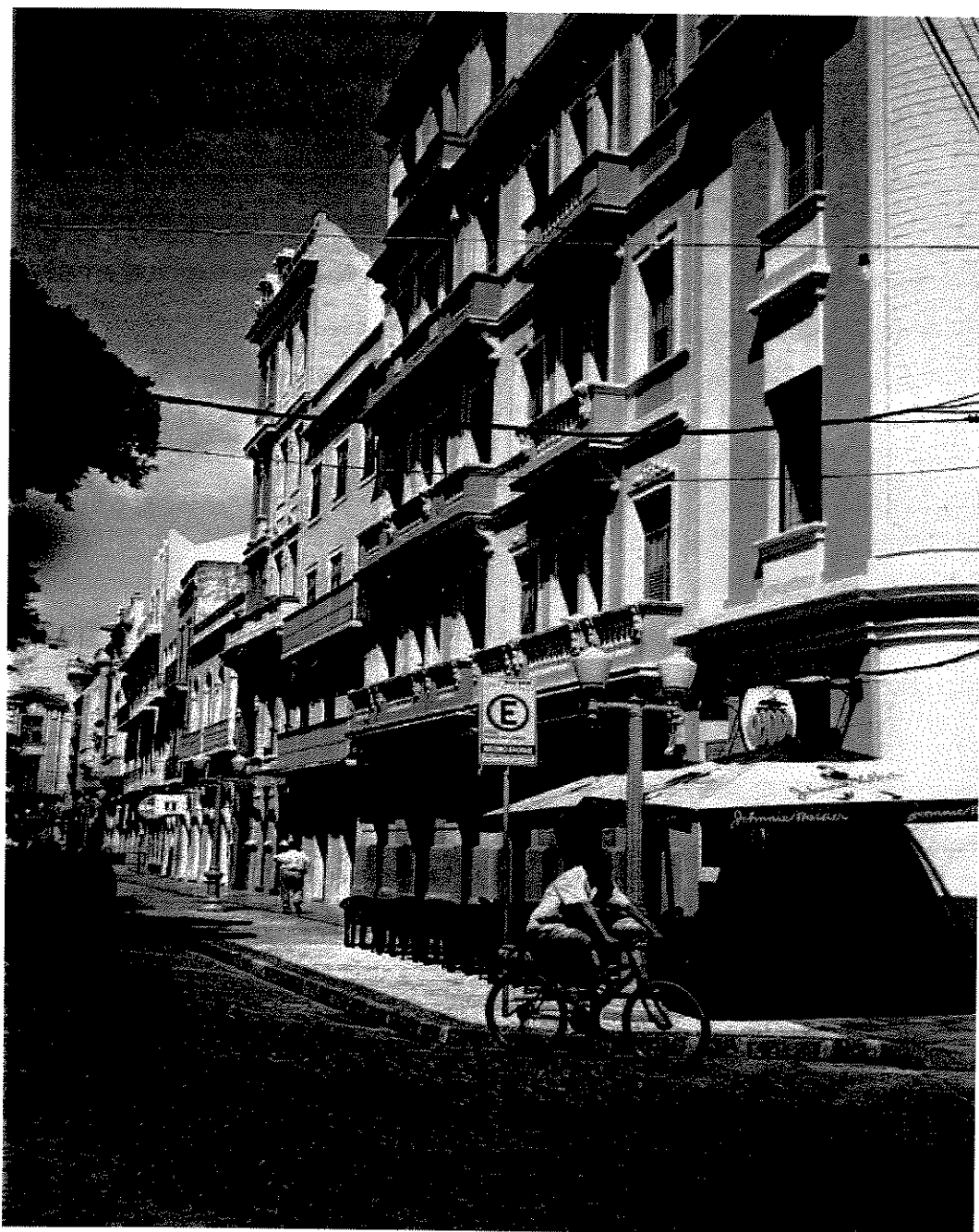
Na década em que se inicia a primeira fase de sua “revitalização”, o Bairro do Recife apresentava um perfil complexo, envolvendo uma população desassistida e ruas que refletiam o desgaste dos equipamentos e da infra-estrutura urbana. Não havia mais escola, não tinha Posto de saúde, a segurança era precária. Mas, como ressalta o depoimento de Maria José Medeiros, líder comunitária no Bairro do Recife, o abandono e insegurança não eram do tipo que se resolve com medidas repressivas, mas com uma política social de reabilitação habitacional do lugar, que fosse capaz de devolver ao bairro e seus moradores a dignidade de uma vida urbana e cotidiana:

“Hoje tudo é perigoso aqui dentro deste Bairro. Não tem nada e é perigoso. Eu acho que a ausência do povo aqui nesse Bairro é que está dando esse perigo”¹⁰⁷.

Foi essa a realidade que a equipe do Prefeito Jarbas Vasconcelos encontrou e sobre a qual realizou a pesquisa socioeconômica, que objetivava subsidiar a elaboração do *Plano de Reabilitação*, revelando uma preocupação com a visão dos moradores e usuários do Bairro, foco central da primeira intenção de “revitalização”. A idéia de colher essas opiniões e depoimentos, valorizando a participação dos moradores como *cidadãos*, estava em sintonia com o importante avanço do debate dos anos 80, quando se discutia os rumos da sociedade civil no período da abertura política. O Plano articulava, desse modo, temas que seriam centrais para o atual debate sobre “revitalização” urbana e cidadania. Um desses temas se refere ao uso privado de certas áreas públicas, sobre o qual o Plano previa um controle urbanístico com a “Remoção de elementos localizados indevidamente em via pública” e a “Abertura de áreas públicas privatizadas”¹⁰⁸. Esse tipo de controle, que consistia em evitar abusos contra as áreas públicas, situa-se no centro de um debate que tem sido muito caro à sociedade brasileira: a necessidade de se distinguir os âmbitos e atuações nas esferas pública e privada. Embora – de fato – com poucos resultados práticos, a primeira iniciativa de intervenção no Bairro mantinha uma articulação complexa entre Estado e cidadão, reforçando os nexos de uma possível articulação democrática entre interesses públicos e vida cotidiana. O avanço daquela proposta pode ser melhor avaliado quando observamos as políticas contemporâneas de *gentrification*, desenvolvidas numa perspectiva predominantemente voltada para as práticas de lazer e consumo.

¹⁰⁷ Depoimento. In: Montenegro et al, 1989: 99.

¹⁰⁸ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Depto. de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH/URB.



Primeiros sobrados que foram reformados no início do processo de *gentrification* do Bairro do Recife. Foto do autor.

II

Image-making: enobrecimento e reinvenção do lugar

Em 1993, um ano depois de iniciada a *Operação Pelourinho*, em Salvador, a imprensa nacional noticiava que havia chegado a vez do Recife. Entre os meses de abril e maio daquele ano, os jornais divulgavam que Jarbas Vasconcelos (PMDB), novamente eleito Prefeito da Cidade do Recife, estava assinando acordo com a Fundação Roberto Marinho e a empresa Akzo do Brasil (Tintas Ypiranga) para pintar as fachadas do Bairro do Recife. O *Projeto Cores da Cidade*, que no mesmo ano também se iniciava no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros resultados práticos da nova etapa de *gentrification* do Bairro. A operacionalização do Projeto consistia no sistema de parcerias: a Akzo doava as tintas, os proprietários arcavam com a mão-de-obra, a Prefeitura supervisionava as reformas e garantia incentivos fiscais aos proprietários que participassem do Projeto, e a Fundação Roberto Marinho (FRM) assegurava a divulgação das reformas em rede nacional de televisão, além da articulação entre os parceiros. Iniciado no Rio de Janeiro, o *Projeto Cores da Cidade* desenvolveu o *Projeto Corredor Cultural*, que recuperou parte das fachadas da Rua Sete de Setembro, entre 1993 e 1994 (Finguerut, 1995: 53). A escolha do Recife para a segunda experiência não foi por acaso. Quando a Rua do Bom Jesus foi oficialmente inaugurada, com os primeiros casarios pintados em cores berrantes, já existia um projeto em curso que teria uma amplitude prática e política bem maior do que o *Projeto Cores da Cidade*.

É difícil avaliar o peso real que o interesse político pelo Projeto de “revitalização”¹⁰⁹ do Bairro do Recife teve na articulação de uma nova aliança política que visava alterar o quadro sucessório para o Governo do Estado de Pernambuco. Entretanto, é provável que a “revitalização” tenha sido um dos resultados visíveis de uma aproximação entre os adversários Joaquim Francisco (PFL) e Jarbas Vasconcelos (PMDB). Tradicionalmente, Jarbas sempre foi um aliado de Miguel Arraes e tido como seu sucessor natural na política

¹⁰⁹ O termo “revitalização” será por vezes aqui utilizado em razão do próprio nome do plano de intervenção: Plano de Revitalização do Bairro do Recife.

pernambucana. No entanto, quando Joaquim Francisco foi eleito governador em 1990, Jarbas foi considerado o candidato virtual do PMDB para o pleito seguinte. Arraes, entretanto, praticamente vetou a pré-candidatura de Jarbas, lançando seu próprio nome ao Governo do Estado. Esse fato resultou na ruptura e saída de Arraes do PMDB para o PSB, cuja legenda usou para se eleger governador em 1994. Jarbas se candidatou à Prefeitura em 1992 e governou a Cidade do Recife quando Joaquim Francisco era o então Governador do Estado. Quando Jarbas assumiu a Prefeitura e retomou a idéia de “revitalização” do Bairro, já havia um plano estadual de intervenção, elaborado em 1991, ocasião em que Joaquim Francisco era governador e Gilberto Marques Paulo era vice-prefeito do Recife. Este último assumiu o cargo deixado por Joaquim quando este se candidatou ao Governo do Estado. Tratava-se do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, encomendado pelo Governo do Estado, em 1991, à empresa URBANA: Planejamento e Projetos¹¹⁰. É possível que o Plano tenha sido elaborado, como ressalta Zancheti (1995: 104), como uma forma de assegurar um canal de influência do Governo do Estado na Cidade do Recife, tradicionalmente um reduto eleitoral do PMDB de Jarbas. Começava, então, a aproximação entre Jarbas e Joaquim, que iria assegurar a continuidade do projeto de “revitalização” e alterar o quadro sucessório de Pernambuco.

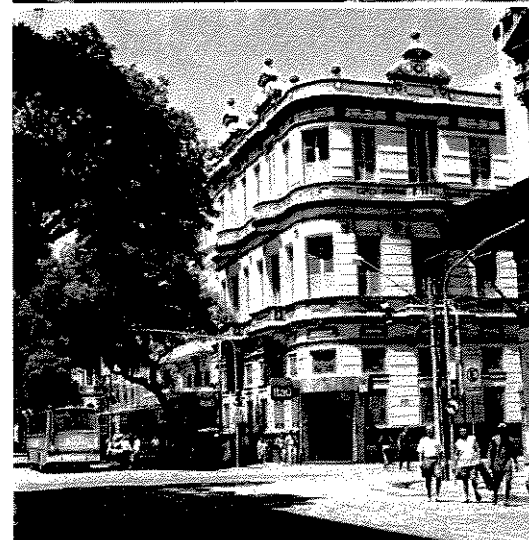
Ao término do mandato de Joaquim Francisco, tendo sido eleito Miguel Arraes, o Plano e seus recursos (incluindo um primeiro empréstimo do BID) foram repassados para o Governo Municipal. A partir desse ponto, a Empresa de Urbanização do Recife (URB), da Secretaria do Planejamento (SEPLAM), assume a execução do *Plano de Revitalização*, fortalecendo a aproximação entre o governador Joaquim Francisco e o então prefeito Jarbas Vasconcelos. Alguns anos depois, essa aliança possibilitou que o PFL desbancasse Arraes de sua tentativa de se reeleger governador pela terceira vez, apoiando a candidatura de Jarbas, considerado o único capaz de derrotar Arraes nas urnas. Em fevereiro de 1998, durante o *Fórum Bairro do Recife: processo de revitalização e panorama econômico*, aconteceu a cena

¹¹⁰ Há duas versões desse *Plano*. A primeira, original, publicada em 1992 pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (AD-DIPER). A segunda é uma reelaboração do *Plano*, entregue pelo Governo do Estado à Prefeitura, publicado em 1998 numa coletânea organizada por Zancheti (1998). Apesar de ser o mesmo *Plano*, há modificações feitas pelos mesmos arquitetos da empresa URBANA que elaborou a versão original. Optei em utilizar a primeira versão do *Plano*, sem as modificações que alteraram certos aspectos da concepção original.

antes impensável: Jarbas adentrou o recinto do PFL, na qualidade de governador eleito, e foi aclamado como o idealizador da “revitalização” do Bairro do Recife.

Miguel Arraes perdeu a eleição, Jarbas finalmente realizou o seu projeto de governar Pernambuco, e o PFL consolidou seu poder no Estado. Seria obviamente um exagero dizer que a “revitalização” do Bairro do Recife alavancou essa aliança, mas possivelmente serviu-lhe de cenário: a aproximação entre Jarbas e Joaquim em torno de interesses políticos e eleitorais convergentes fez do Bairro do Recife um projeto comum. O *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* passaria, assim, a representar simbolicamente esta aliança.

A partir de 1993, com o *Projeto Cores da Cidade*, começava a implantação do Plano, tendo como meta primeira o Pólo Bom Jesus. Inicialmente, a Prefeitura desapropriou três casarões da Rua do Bom Jesus, que tiveram as suas fachadas reformadas e pintadas em cores fortes. Se a idéia era mesmo chamar atenção, parece que o feito funcionou. Nôe Sérgio, arquiteto da URB e técnico do Escritório de Revitalização na ocasião dessa primeira intervenção, comenta que o resultado foi muito criticado, embora proposital para atrair as pessoas: “E então a idéia da gente foi essa: vamos explicitar os planos, deixar claro os ornatos, soltar isso tudo, para dar visibilidade. E vamos esquecer outra coisa, vamos esquecer o pessoal da área e vamos fazer para o habitante, quase numa estratégia de marketing mesmo, a gente tem que vender isso aqui, porque, aliado a isso, a gente tinha a questão do estigma de zona, de marginalidade (...) Isso foi até bom porque deu muita discussão em jornal dizendo que aquilo era uma palhaçada, que tava transformando o Bairro



Edificações ecléticas no Bairro do Recife.
Fotos do autor.

do Recife numa Disneylândia, que o Bairro do Recife sempre foi branco. A própria fundação ficou escandalizada, a Fundação Roberto Marinho, que era aquilo, que aquilo não estava na prospecção [das cores]”.¹¹¹

Embora a imprensa noticiasse que as cores a serem utilizadas seriam resultantes de pesquisas de prospecções cromáticas¹¹², o próprio Joaquim Falcão, Secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, acabou reconhecendo que, mesmo não sendo fiel à história, o resultado ajudou a criar um diferenciador para o Bairro do Recife:

“Um dos motivos do sucesso do bairro foi a decisão que nós não pensávamos ter tanta importância. As cores dos edifícios passaram a ser uma marca. Na Bahia tudo branco, e aqui isso dá uma cara do bairro, e as cores nós tivemos que ultrapassar alguns arquitetos do patrimônio histórico que queriam alago muito mais conservador como era no passado. Essas cores não são cores do passado, essa decisão que nós pensávamos que era tão importante que deu a cara do bairro (...)” (PCR/URB/ERBR, 1998:48).

A recuperação dos três primeiros casarões da Rua do Bom Jesus foi apenas o começo de um plano complexo e abrangente de *marketing* urbano para o Bairro do Recife. Ao contrário do primeiro plano de intenções, elaborado pela equipe de Jarbas em 1987, que continha apenas diretrizes gerais para uma intervenção no Bairro, o *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* foi uma peça bem estruturada de *planejamento estratégico* que continha uma detalhada proposta de ações a curto e médio prazo, com dimensionamento físico e estimativa de custos das obras. Apresentado como proposta para o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR¹¹³, com recursos do BID, o Plano foi o principal roteiro técnico para a “revitalização”, apesar das necessárias alterações e ajustes realizados no curso de sua implantação, em decorrência da própria dinâmica de um empreendimento dessa natureza.

A parte propriamente operacional do Plano é precedida por um diagnóstico de caracterização do Bairro do Recife, que identificava aspectos gerais sobre a população, a

¹¹¹ Depoimento de Noé Sérgio, arquiteto da Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 13 de abril de 2000.

¹¹² Jornal do Commercio, “O bairro do Recife vai receber cores, muitas cores vivas”. Edição de 04 de abril de 1993.

¹¹³ Criado pela SUDENE e EMBRATUR em 29 de novembro de 1991, o PRODETUR-NE tem sido uma das principais agências de indução de investimentos para infra-estrutura do turismo urbano no Nordeste. Contando com recursos do Banco do Nordeste e do BID, o Programa tem apoiado parte das políticas de recuperação do patrimônio nos Estados do Nordeste e Minas Gerais. Para maiores detalhes, consultar Rita de C. Cruz (2000).

estrutura da economia local, as condições da infra-estrutura urbana, o traçado urbano e ocupação dos lotes do Bairro. Um aspecto central desse diagnóstico, que se tornou a principal base de planejamento e execução do Plano, foi a caracterização dos setores de intervenção. O Bairro do Recife foi dividido em três setores, considerando a distribuição espacial de suas atividades, o padrão de ocupação urbano e as condições da infra-estrutura urbana. Para cada um desses setores, o Plano reservava um tipo específico de intervenção, objetivando potencializar os recursos de cada setor e a transformação dos seus usos. Essa delimitação espacial dos Setores de Intervenção ganhou estatuto jurídico com definição dos Pólos de Interesse, com a lei 16.290 de 29/01/97.

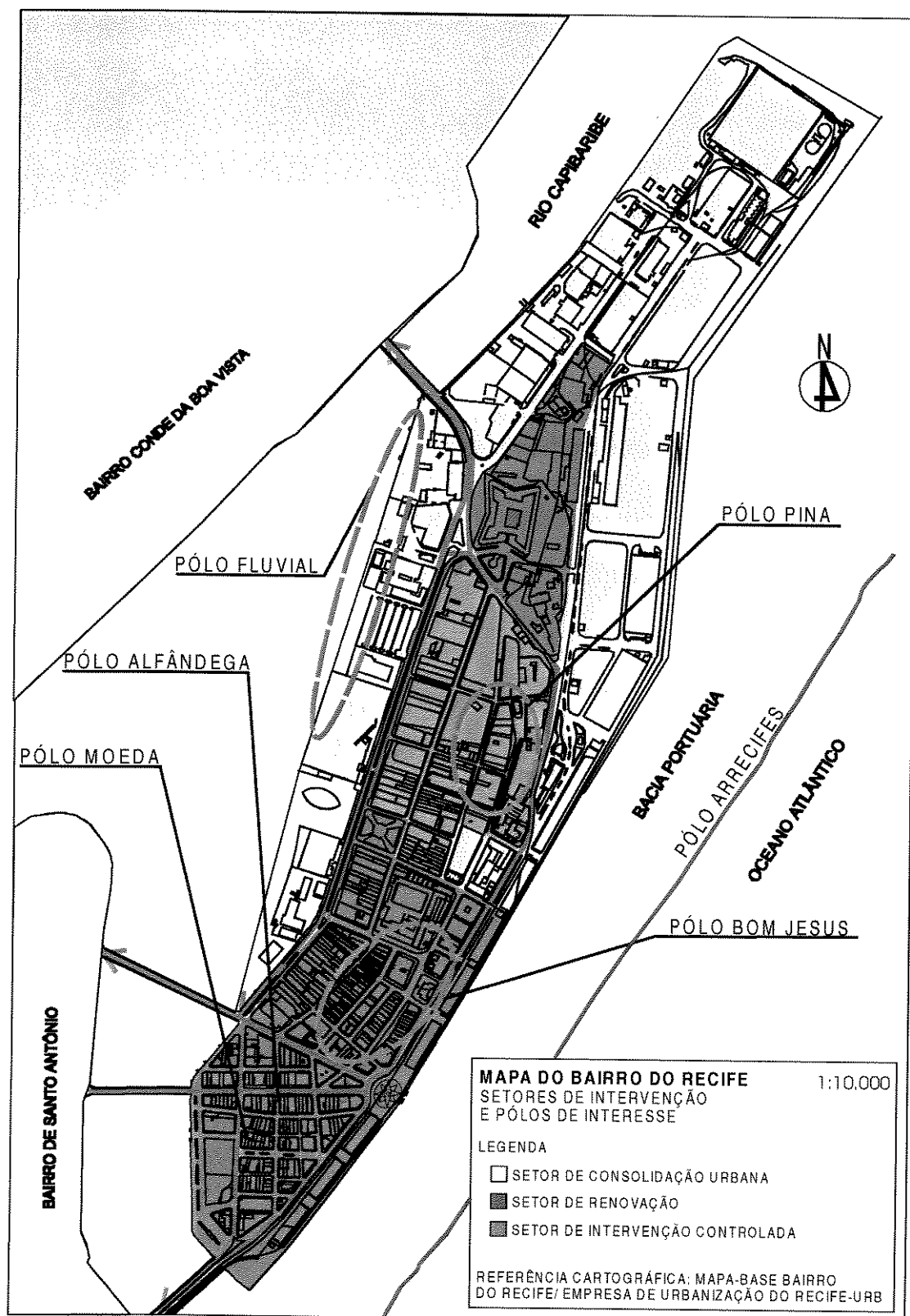
Quadro I

Caracterização dos Setores de Intervenção Urbanística e Pólos de Interesse

Setores e Pólos de Interesse	Definição
Setor de Consolidação Urbana •Pólo Fluvial	“Porção consolidada quanto ao uso - institucional – e tem um padrão constante de ocupação de lotes e edificação”.
Setor de Intervenção Controlada •Pólo Bom Jesus •Pólo Alfândega •Pólo Arrecifes	“Área que oferece condições de intervenção para melhorar as condições de uso e a qualidade ambiental da área, utilizando a estrutura urbana, as edificações existentes e realçando as qualidades da paisagem urbana”.
Setor de Renovação •Pólo Pilar	“Área que oferece disponibilidade de transformação do seu ambiente urbano, através da criação de uma nova situação, tanto no que se refere aos usos quanto ao padrão de ocupação e construção. O novo pode ser introduzido para se harmonizar com o tradicional”.

Fonte: Urbana, Pesquisa direta, 1992. In: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.33, e Prefeitura da Cidade do Recife. Lei N° 16.290/97. Publicada do D. O M. nos dias 31 e 01.02.97. Recife, 1997

Mapa : Setores de Intervenção e Pólos de Interesse



A caracterização desses setores definiu também áreas de interesse e uma espacialização das atividades, a partir das possibilidades concretas de intervenção. O Setor de Consolidação, definido como uma área estável quanto aos usos, compreendia a parte da Ilha onde se fixaram as atividades portuárias e as atividades institucionais. É nessa área que estão localizados a Prefeitura da Cidade do Recife, o Tribunal Regional Federal e a Polícia Federal. Nesse Setor, duas propostas se destacam como formas de consolidação: a construção de um Centro Empresarial, seguindo o gabarito vertical das modernas construções da área, e a transformação de parte dos galpões de estocagem num “*water-front*”, destinando o armazém 11 a um Terminal Marítimo de Passageiros.

O Setor de Renovação se apresentava como uma área que oferecia “disponibilidade de transformação”. Esse Setor, que ficou praticamente fora da poligonal de tombamento do IPHAN, possui as Indústrias Pilar e Moinho Recife, atividades cujas áreas de ocupação dificilmente poderiam sofrer grandes alterações, excetuando parte dos logradouros públicos que a Indústria Pilar absorveu. É nesse Setor também que está situada a Comunidade Nossa Senhora do Pilar (ou Favela do Rato), erguida numa área desapropriada pela Portobrás, em 1975. O próprio Plano fazia menção direta à possibilidade de modificação dos usos dessa área, quando planejava o *Centro Comercial do Pilar*, um complexo de apoio às atividades do Porto, e para o qual seria necessária a remoção dos moradores da favela para outras unidades habitacionais do Bairro, inclusive no próprio Setor, através da construção de unidades mistas de habitação popular e comércio¹¹⁴. Para este Setor de Renovação, o Plano previa os usos urbanos relacionados ao comércio atacadista, varejista, serviços tradicionais, industrial e a habitação¹¹⁵.

O Setor de Revitalização, que compreendia praticamente a área que depois constituiu a poligonal de tombamento, tinha seu uso do solo definido pelas atividades de “serviços modernos, o comércio varejista e a habitação”¹¹⁶. Era nesse Setor que concentrariam os maiores projetos estruturadores do *Plano*, objetivando disseminar os serviços culturais, de

¹¹⁴ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.62.

¹¹⁵ Idem, p. 52.

¹¹⁶ Idem, p. 51.

lazer e diversão, bem como os serviços turísticos. Os principais objetivos da proposta de “revitalização” se destinavam às atividades relacionadas aos serviços desse Setor, o que o destacava como a área de maior concentração de investimentos, transformando-o numa espécie de âncora de todo o *Plano de Revitalização*. O tipo de uso dos imóveis, circunscrito ao Setor, também facilitava sua delimitação como área privilegiada para a implantação dos serviços mais dinâmicos, relacionados ao lazer e diversão. Como demonstra o quadro abaixo, é no Setor de Revitalização onde há a maior concentração, por m² de área construída, de atividades de “serviços”, “habitação” e “comércio varejista”, enquanto os outros Setores concentravam edificações de grande porte, como o comércio atacadista, serviços públicos e indústria.

Quadro II

Bairro do Recife - 1992

Área construída ocupada por atividades, segundo setor urbano (m²)

Setor	Serviços	Serviço Público	Comércio varejista	Comércio Atacadista	Indústria	Habitação
Consolidação	16.612	140.329	---	---	11.025	---
Revitalização	129.768	44.338	12.173	9.735	2.757	4.427
Renovação	4.134	---	---	36.253	36.764	1.393
Total	150.514	184.666	12.173	45.989	50.547	5.819

Fonte: Urbana, Pesquisa Direta, 1992. In: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.34.

A delimitação dos Setores de Intervenção foi fundamental para a estruturação do *Plano* como um todo, e demonstrava uma preocupação técnica e estratégica. Técnica porque previa diferentes formas de intervenção a partir da situação real de cada área do Bairro, considerando o estoque construído, o grau de preservação e os usos das edificações; estratégica porque considerava as possibilidades reais de mudança que cada Setor suportaria, tendo em vista a viabilidade econômica de cada um deles e seguindo a exigência da urbanização empresarial. A proposta continha uma planificação escalonada, com diferentes horizontes temporais de realização, o que demonstrava a concepção de uma intervenção como processo. Este era, sem

dúvida, um ponto forte do *Plano*, que o distinguia de outras experiências de “revitalização”, como a chamada “Operação Pelourinho”.

O *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* apresentava uma estrutura flexível, capaz de se ajustar às demandas que o próprio processo exigiria ao longo de sua implantação. Embora a etapa inicial de execução do *Plano*, através do *Projeto Cores da Cidade*, tenha aparentado, pela rapidez e pouco cuidado na recuperação das primeiras fachadas, uma atitude imediatista dos órgãos públicos envolvidos, o *Plano* previa um horizonte temporal de realização de 15 anos, com períodos de curta, média e longa duração. Este é um aspecto importante para se entender a peculiaridade da “revitalização” do Bairro do Recife, porque sua implantação pressupunha uma continuidade temporal nas atividades. E esta característica, presente no *Plano*, se confirmou na execução prática de muitas obras planejadas. Para ilustrar esse fato, poderíamos citar o caso do Terminal Marítimo de Passageiros, uma das obras previstas na versão original do *Plano* para o Setor de Consolidação, que somente foi realizada e concluída quase 10 anos depois, entre 1999 e 2000.

O detalhamento técnico do *Plano* tinha uma justificativa clara. Não se tratava apenas de uma proposta de restauração do patrimônio edificado, mas de uma articulada idéia de intervenção urbana na forma de um longo *empreendimento*. Afinado com os pressupostos do *market lead city planning* (Vainer, 2000), o *Plano* tinha três objetivos principais, tendo como base operacional o conjunto dos Setores de Intervenção: 1. transformar o Bairro do Recife em um “centro metropolitano regional”, tornando-o um pólo de serviços modernos, cultura e lazer; 2. tornar o Bairro um “espaço de lazer e diversão”, objetivando criar um “espaço que promova a concentração de pessoas nas áreas públicas criando um espetáculo urbano”; 3. tornar o Bairro um “centro de atração turística nacional e internacional”¹¹⁷. Esses objetivos sinalizavam o quanto a proposta estava voltada ao incremento da economia local, pretendendo tornar o Bairro do Recife um complexo *mix* de consumo e entretenimento.

A noção de um espaço de “espetáculo urbano”, que iria caracterizar todo o *Plano*, é um indicador importante de uma política de *enobrecimento*, na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para

¹¹⁷ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.37.

cada uma delas. Para viabilizar a implementação da proposta, foram estabelecidos alguns “elementos estruturadores”, dentre os quais se destacam: “Economia local com função central plena”, “Espaço público para reunião e o espetáculo”, “Manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural”, “Recuperação da imagem do Bairro”¹¹⁸. Esses “elementos estruturadores” abrangem aspectos centrais e convergentes com as políticas de *enobrecimento* do urbanismo empresarial: a construção de uma nova imagem da cidade, através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização do espaço urbano, como forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local. Esta imagem, construída através de uma visão que entende a cultura na perspectiva dos resultados econômicos, e a cidade como empresa, previa a concentração de escritórios de grandes empresas e corporações, reforçando, no Bairro, a “imagem de espaço central e nobre da cidade”¹¹⁹.

Por fim, além de prever um conjunto de obras de infra-estrutura urbana, abrangendo melhorias no sistema viário, na rede de abastecimento d’água, esgoto, energia elétrica, telefonia e iluminação¹²⁰, o Plano continha nove “Projetos Estruturadores” para garantir a implementação de sua proposta.

Quadro III

Projetos Estruturadores	Principais Objetivos
Centro de animação cultural, lazer e comércio da Rua do Bom Jesus	Transformar o Bairro do Recife em um Centro de animação, “à semelhança dos bairros de animação cultural de Nova Orleans, Boston, de Buenos Aires e Amsterdam”. “As edificações desta rua serão tratadas de modo a se criar um conjunto articulado de espaços fechados e abertos capazes de abrigar uma miríade de serviços de lazer, diversão e comércio varejista moderno a exemplo de ‘shopping center’.”
Terminal Marítimo de Passageiros	Transformação do armazém 11 em terminal de recepção de passageiros, com um <i>mix</i> de atividades de serviços: “à semelhança de um aeroporto, onde as pessoas da cidade serão atraídas em busca de lazer e entretenimento”.

Continua

¹¹⁸ Idem, p.37-39.

¹¹⁹ Idem, p. 41.

¹²⁰ Idem, p. 56.

Projetos Estruturadores	Principais Objetivos
Shopping Cultural Alfândega	A ser construído no antigo prédio da Alfândega, espaço reservado para atividades culturais, com salas de cinema, teatro, exposição, livrarias.
Centro Comercial do Pilar	Construir, no largo da Igreja do Pilar, um centro de comércio que concentre as atividades de serviços de apoio ao Porto.
Habitação coletiva e restaurante popular	Restaurar o prédio no. 235 da Rua do Apolo e os de números 210, 218 e 224 da Rua do Brum para a formação de 67 “unidades habitacionais, destinadas aos moradores de baixa renda do Bairro e da Comunidade do Pilar”. Obs: Na Segunda versão do Plano, esse projeto passou a se chamar “Apartamentos em antigos armazéns”, e não há mais a referência a moradores de baixa renda, mas a é apresentado como “ <i>uma experiência mercadológica que visa a demonstrar, para o mercado imobiliário, a viabilidade de conversão de antigas estruturas em unidades vendáveis no mercado</i> ” ¹²¹ .
Aquário	Espaço para o estímulo do “lazer contemplativo” da fauna e flora regional.
Centro empresarial	Projeto que prevê a construção de um “trade-center” que concentre atividades empresariais.
“Water front”	Transformação em parte do Cais do Porto num espaço permanente de lazer e comércio varejista para visitantes locais e turistas. Nesse projeto estão incluídas a reforma da Praça do Marco Zero e a revitalização da Avenida Alfredo Lisboa.
Percurso Cultural	Através da disposição espacial do Centro Comercial Pilar, do Centro de Animação da rua do Bom Jesus e do Shopping Alfândega, criar um caminho para pedestres que refaça os antigos caminhos existentes na origem do Bairro.

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, pp..59-64.

Estes Projetos Estruturadores deveriam, na concepção do Plano, ser implantados de forma articulada através de dois Projetos de Impacto, conforme quadro abaixo:

¹²¹ Zanchetti, S et all. (1998), *Revitalização do Bairro do Recife: Plano, Regulação e Avaliação*. Centro de Conservação Integrada Urbana e territorial, Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, UFPE. p. 47

Quadro IV: Projetos de Impacto

Conjuntos Integrados de Projetos Estruturadores	Detalhamento	Situação em Dez/2000
Projeto de Impacto 1	• Quarteirões de animação da Rua do Bom Jesus • Reforma da Praça Arsenal da Marinha • Transformação da Torre Malakoff em Centro do Frevo • Terminal marítimo de passageiros • Reforma da Praça do Marco Zero	• Implantados • Concluída • Concluída (como Centro Cultural) • Concluído • Concluída
Projeto de Impacto 2	• Centro Comercial no Pilar • Habitações coletivas • Restaurante Popular • Abertura e revitalização da Av. Alfredo Lisboa	• Não implantado • Não construídas • Não construído • Concluída

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992.

Considerados a “marca” do *Plano*, os Projetos Estruturadores – que formam o conjunto do Projeto de Impacto 1– tinham como meta principal criar uma área de atração turística. Todas as propostas foram implantadas, delineando parte de uma nova imagem que se



Praça Arsenal da Marinha (Artur Oscar)/foto do autor

pretendia criar no Bairro. A reforma da Praça Arsenal da Marinha (ou Praça Artur Oscar) foi uma das primeiras obras e consistiu na recuperação das grades, dos jardins e bancos. Destaca-se a escultura de ferro

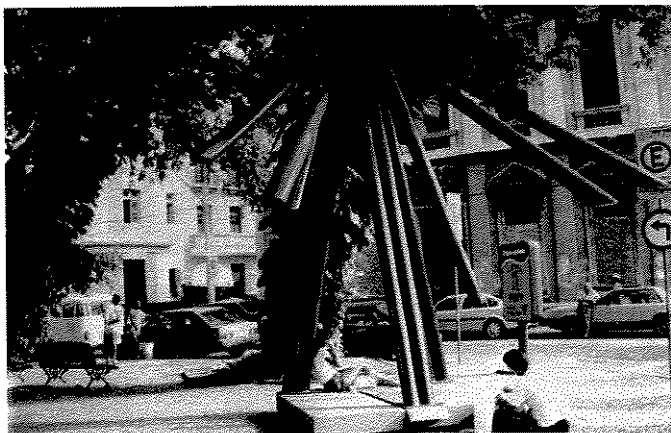
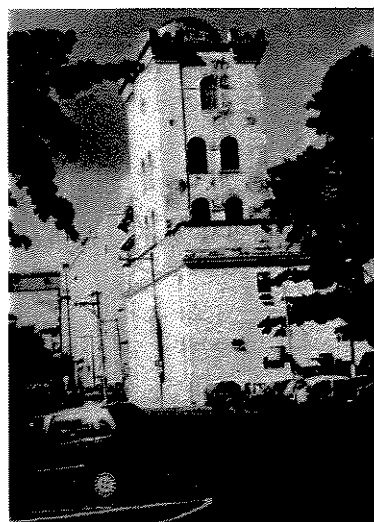


Foto do autor

que apoia uma centenária árvore que ameaçava cair.

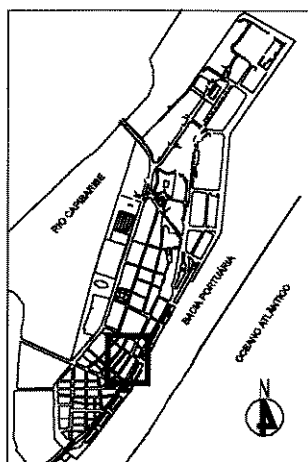
A Torre Malakoff teve a sua restauração inaugurada em 10 de fevereiro de 2000, em uma sessão solene que contou com a presença do então Governador Jarbas Vasconcelos (o monumento é patrimônio estadual e foi restaurado pela Fundação do Patrimônio

Histórico de Pernambuco – FUNDARPE –, com recursos do Estado). A Torre, que era um antigo observatório, hoje abriga um centro cultural, onde, no 1º piso funciona uma biblioteca virtual, da qual é possível acessar banco de dados via Internet; no 1º pavimento há uma sala de exposição; nos 3º e 4º pavimentos funcionam salas de reunião; o 4º pavimento é a sala do relógio da Torre e, no último, foi reinstalado um observatório com vários telescópios de pequeno e médio portes.



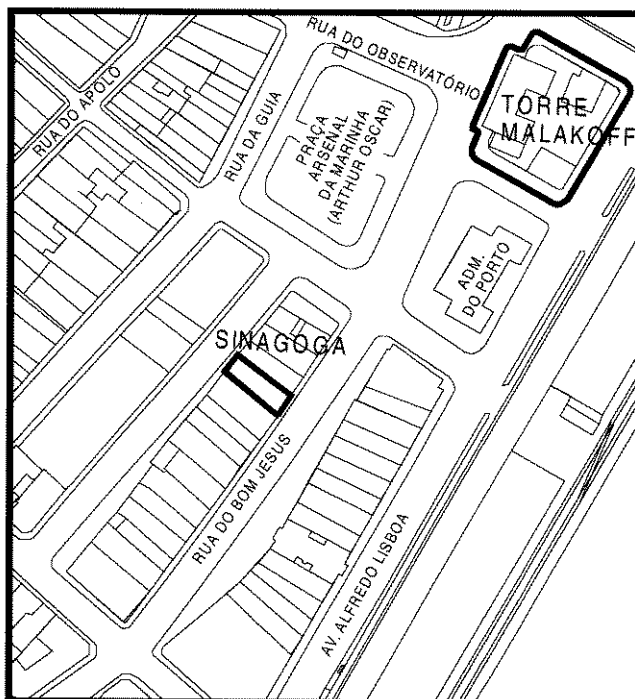
Torre Malakoff.
À esquerda, em 2000.
Acima, em 1998.
Fotos do autor.

Os quarteirões de animação da Rua do Bom Jesus foram viabilizados não apenas pelas reformas na estrutura física da área, mas principalmente pela agenda de eventos que a Prefeitura mantém durante todo o ano, que delimita diferenciadas formas dos usos dos lugares. O *cultural turn* do urbanismo empresarial, sobre o qual se refere Otilia Arantes (2000), passou a atuar no Bairro do Recife como mecanismo de legitimação de uma imagem atrativa para o público consumidor, bem como para novos investidores potenciais.



BAIRRO DO RECIFE

ÁREA DE ANIMAÇÃO DO PÓLO
BOM JESUS, LOCALIZAÇÃO DA
SINAGOGA E
DA TORRE MALAKOFF



Rua do Bom Jesus/foto do autor

O casario reformado transformou o lugar em um agitado ponto de encontro, por onde circulam pessoas, sob o requinte das luzes e do burburinho de muitas vozes, marchinhas de frevo ou jazz. Estrategicamente direcionados para realçar as fachadas restauradas, esses focos de luz reforçavam a impressão cenográfica das ruas, cujo impacto passou a ser um enorme contraste com todo o resto do Bairro. A partir das 18 horas, o trânsito era interditado nestas ruas e os cavaletes de madeira surgiam, acompanhando um reforçado esquema de segurança (pública e privada), que ajudava a transformar este trecho da cidade em um artificial *boulevard*. Pouco a pouco as ruas eram tomadas por pessoas e as calçadas pelas mesas dos bares e restaurantes. Estimava-se que, em dias de grandes eventos, pelo menos 15 mil pessoas circulam pelas ruas, em busca de lazer e diversão.



Rua do Bom Jesus/foto do autor

A Prefeitura passou a manter, com o apoio dos empresários do Bairro, uma intensa programação cultural: shows com artistas locais, apresentações de dança, exposições de arte na rua, festivais de seresta. Durante todo o ano, diversas atividades asseguravam a continuidade do Pólo de animação cultural, integrando o Bairro à agenda cultural da cidade. No carnaval, uma variada e intensa programação mantinha o local como uma das mais novas opções para o turista que frequenta Pernambuco. O desfile de agremiações no Bairro era um espetáculo à parte: blocos, troças, reisados, maracatus, caboclinhos.



À esquerda, Mostra de artes plásticas na Rua do Bom Jesus/Acerv. À direita, Desfile de Maracatu no Carnaval da Rua do Bom Jesus, 1999/Acervo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife – URB/PCR.

Mais de 50 agremiações desfilavam, entre elas os tradicionais Bloco da Saudade, Maracatus Nação Pernambuco e Nação Elefante, e a Troça Pitombeira dos quatro Cantos. Com vários palcos distribuídos em pontos estratégicos do Bairro, a programação carnavalesca agregava uma variada combinação, visando públicos diferenciados.



Foto do autor

Além dos inúmeros eventos itinerantes, a Prefeitura mantinha em sua programação oficial as festividades de São João, dois grandes eventos tipicamente de rua. Aos domingos acontecia, no Pólo do Bom Jesus, uma feira de antigüidades e artesanato. O “Domingo na Rua” reunia comércio varejista e atrações culturais, com apresentações de maracatus e grupos de frevo, grupos de dança, cantorias. Um palco montado na Rua do Bom Jesus tocava música dançante, onde casais arriscava passos em uma pista improvisada no meio da rua.

O outro evento permanente que integrava as atividades de animação cultural era o “Dançando na Rua”, uma espécie de baile ao ar livre, onde uma multidão dançava ao som de orquestras. Evento que reunia pessoas muito diferentes, o baile era parte do conjunto de



Dançando na Rua/Arquivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife – URB/PCR.

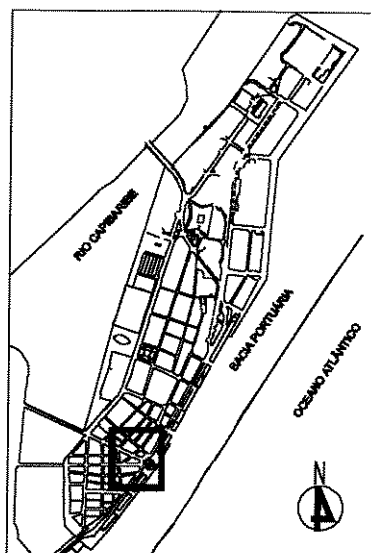
eventos que asseguravam o caráter festivo da “revitalização”, permitindo a consolidação de um pólo constante de animação cultural no Bairro. A adesão de parte da população evidenciava a boa aceitação que a proposta vinha recebendo, não deixando dúvidas que o processo de *gentrification* tinha criado

condições propícias para que surgissem novos usos do espaço urbano, transformando uma área da cidade em um espaço de grande visibilidade pública.

A última intervenção relativa ao Projeto de Impacto 1 foi a transformação de um antigo armazém do Porto em um Terminal Marítimo de Passageiros e Reforma da Praça do Marco Zero. Ambas foram concluídas e podem ser consideradas como etapas de fechamento de um ciclo de intervenções do Bairro, iniciado com o *Projeto Cores da Cidade*. A reforma do Marco Zero, que incluiu o Terminal Marítimo e a ampliação do traçado de uma Praça, parece ter condensado parte substantiva da política de *gentrification* implantada. Antes da reforma, o local era uma pequena pracinha com bancos de madeira, onde se podia, à sombra das suas árvores, conversar a qualquer hora do dia. Era um local que convidava o olhar a se perder nos arrecifes naturais, na calma quase sonolenta de um final de tarde à beira do Cais. O Marco Zero era um lugar de permanência, e não apenas de passagem, que evocava o Porto e o próprio Bairro do Recife como nenhum outro local. De alguma forma, só se sentia tendo chegado ao Bairro quando se ia até à praça, onde estava a estátua do Barão do Rio Branco olhando para o mar, junto ao pequeno monumento que localizava o marco zero da Cidade.

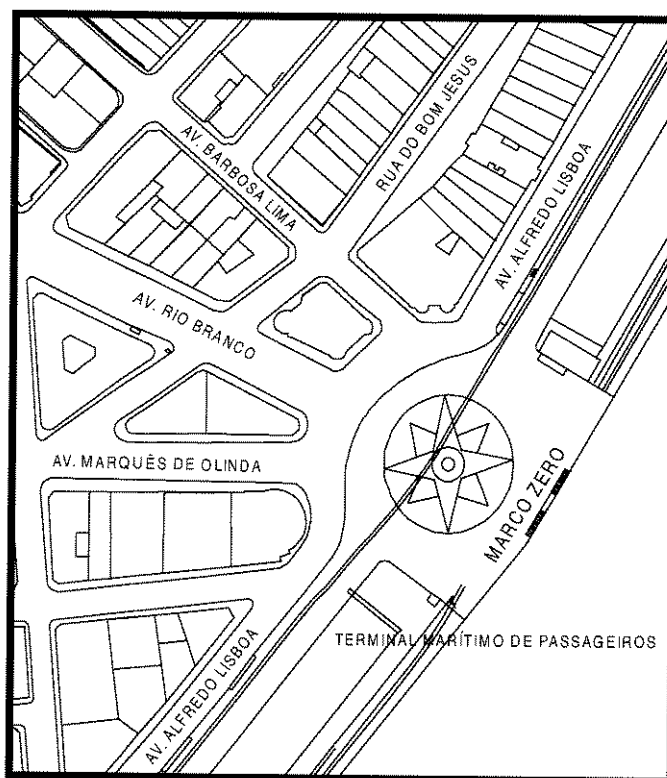


Praça Barão do Rio Branco, antes da sua última reforma. Foto de Carlos Morais.



MAPA BAIRRO DO RECIFE

DETALHE DA PRAÇA DO MARCO ZERO E TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS



A reforma da pequena praça lembrou, em uma acanhada escala, o impacto das demolições das primeiras décadas do século.

A pracinha foi simplesmente arrasada: arrancaram-lhe as árvores com escavadeiras, removeram os bancos e refizeram seu traçado, que ganhou perfil de Largo. A Estátua do Rio Branco foi deslocada para o lado, entre ensolaradas palmeiras imperiais. Um novo piso desenhou uma enorme rosa dos ventos no seu centro (só visível quando se sobrevoa o local), margeada pela frase: “*Eu vi o mundo...ele começava no Recife*”. O resultado foi a transformação de um espaço

que tinha potencial para o encontro público em um espaço para espetáculos públicos.

Sem bancos e sem sombra, o novo Largo do Marco Zero repetia uma experiência comum nas metrópoles brasileiras: a remoção dos utensílios urbanos que asseguravam a permanência fortuita de pessoas nos locais.



No alto, Praça Rio Branco nas primeiras décadas do Século XX/autoria da foto não identificada, Acervo do IHGB, Rio de Janeiro. Abaixo, mesma Praça depois da última reforma, 2000/foto do autor

O enorme vazio do Largo, somente preenchido em dias de grandes eventos – shows que mobilizam uma massa disforme e temporária de pessoas –, passou a ser a representação urbanista mais fiel da idéia empresarial do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* em mudar a imagem do Bairro, transformando-o em um “Espaço público para reunião e o espetáculo”¹²².

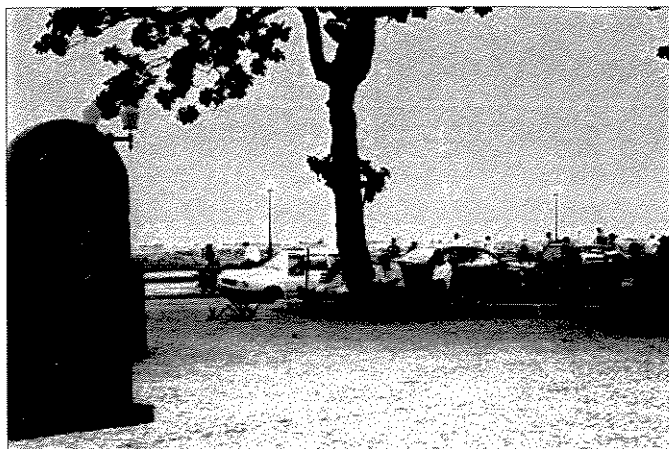


Largo do Marco Zero, depois da sua reforma e ampliação. Fotos do autor.

O antigo local foi esvaziado de pessoas, mas não de sentidos. Noé Sérgio, arquiteto da URB, relata a reação dos espectadores durante a exibição de um filme no Festival de Cinema do Recife:

¹²² Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, pp.37-39.

“(...) a celeuma que suscitou nas pessoas esse sentimento de pertinência do espaço... e cadê o Marco Zero? No Festival de Cinema foi lançado um filme que é daqui de Pernambuco, muito bom, chamado o Rap do Pequeno Príncipe¹²³, que fala sobre a vida no subúrbio, um documentário, e todas as tomadas no Marco Zero, e os skatistas ali nos



Marco Zero em 1998, antes da reforma que demoliu a praça/Foto do autor.

skates e a câmara vem e mostra o Marco Zero e o cinema inteiro começou a bater palmas para o Marco Zero. Então esse evento e aquela intervenção mexeu com as pessoas de uma certa forma, nesse sentido, na coisa da pertinência”.¹²⁴

Além dessas medidas implementadas pelo Projeto de Impacto 1, o Projeto de Impacto 2 também era considerado fundamental por possuir um

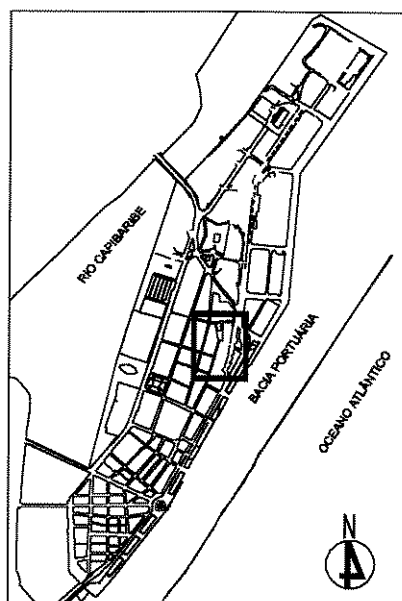
“sentido simbólico muito forte”¹²⁵, na medida em que iria recuperar uma área degradada para uso dos próprios moradores do bairro. Do conjunto de medidas destinado ao Setor de Renovação, principalmente no chamado Pólo Pilar, apenas a abertura e revitalização da Av. Alfredo Lisboa foi de fato implantada na primeira fase, entre 1993 e 1996. Esta obra, localizada proximamente ao Marco Zero, possibilitou que o tráfego de veículos contornasse o norte da ilha, assegurando um livre fluxo para quem passava de automóvel pelo Largo do Marco Zero. Pela sua natureza, o Projeto de Impacto 2 deveria ter sido também implantado no início da “revitalização”, como foi o Projeto de Impacto 1. No entanto, nada foi feito nessa primeira fase do Plano, relativo à habitação, apesar de se reconhecer a importância de ter pessoas residindo no Bairro. A idéia de habitação do Plano se voltou não para os seus moradores antigos, mas para novos possíveis moradores, com outro perfil socioeconômico. Houve, de fato, uma mudança de enfoque, perceptível numa leitura mais detalhada das duas

¹²³ O filme “O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebasas” conta a história real de um “justiceiro” que assassinou mais de 60 pessoas e cumpre pena de 210 anos em Recife. O filme foi premiado no Festival de Veneza.

¹²⁴ Depoimento de Noé Sérgio, arquiteto da Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 13 de abril de 2000.

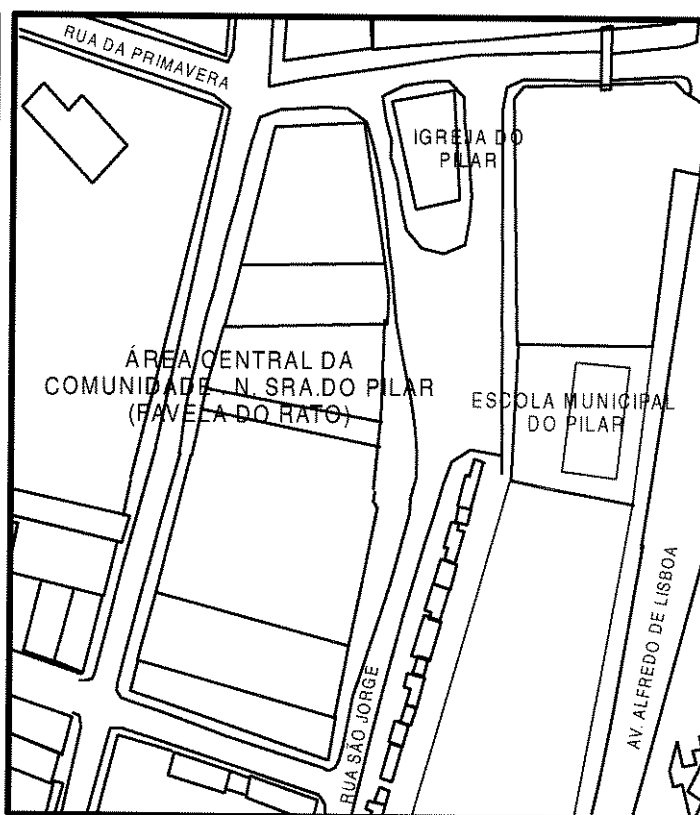
¹²⁵ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.65.

versões do mesmo Plano: a primeira versão falava diretamente dos moradores do Pilar, possíveis beneficiados com a construção das habitações populares. A segunda versão, entretanto, suprimia qualquer referência a esses moradores. O centro comercial do Pilar passou a ser visto como uma “nova frente de investimentos produtivos no Bairro”, servindo de “(...) exemplo, para a iniciativa privada, sobre a maneira rentável de reconversão do estoque de edificações históricas”¹²⁶. O que era habitação popular se transforma em “unidades vendáveis no mercado”¹²⁷, cuja implantação se daria quando “(...) o problema da relocação da Favela do Rato for objeto de um projeto específico”¹²⁸.



MAPA BAIRRO DO RECIFE
DETALHE DA PARTE CENTRAL DA
COMUNIDADE NOSSA SRA. DO PILAR
(FAVELA DO RATO)

REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO RECIFE/ URB



¹²⁶ Zanchetti, S et al. (1998), *Revitalização do Bairro do Recife: Plano, Regulação e Avaliação*. Centro de Conservação Integrada Urbana e territorial, Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, UFPE. p. 48

¹²⁷ Idem, p. 47.

¹²⁸ Idem, p. 48.

O resumo das principais intervenções realizadas entre 1993 e 2000 (ver, abaixo, quadros IV e V), possibilita verificar, finalmente, que o volume de investimentos públicos e privados no Bairro estiveram voltados para as metas centrais do Plano de Revitalização, ou seja, para criar um espaço central e nobre para a cidade.

Quadro IV

Resumo das Principais Intervenções da Prefeitura da Cidade do Recife bairro do Recife 1993-1996

Intervenções entre 1993-1996	Fonte de Recursos
Desapropriações de Imóveis na Rua do Bom Jesus	PCR
Desapropriações de barracas na Rua Barão Rodrigues Mendes	PCR
Recuperação de Praças	PCR
Complementação da Av. Alfredo Lisboa	PCR
Restauração da Ponte Maurício de Nassau	PCR
Urbanização da Rua do Bom Jesus	PCR
Projeto Cores da Cidade (restauração de fachadas)	PCR
Restauração de Imóveis na Rua do Bom Jesus	PCR
Implantação de Eletrocalha na Rua do Bom Jesus	PCR
Substituição e complementação da Iluminação Pública	PCR
Recuperação de Passeios em Pedra Portuguesa	PCR
Restauração do Teatro Apolo	PCR/Fundação Roberto Marinho

Fonte: PCR/URB/DPE. *Bairro do Recife: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano/Programa MINC/IPHAN/BID*. Recife, 1997.

Quadro V

Resumo das Principais Intervenções do Programa PRODETUR I

Prefeitura da Cidade do Recife

Governo do Estado de Pernambuco

Ministério da Cultura/BID

Bairro do Recife, 1997-2000

Intervenções		Fonte de Recursos
Reforma da Torre Malakoff		Gov. do Estado/BID
Restauração de Imóveis		PCR
Terminal Marítimo de Passageiros		PCR/BID
Teatro Hermilo Borba Filho		PCR/Minc/BID
Calçadão da Rua Bom Jesus		PCR/BID
Obras de Infra-estrutura	Sist. Abastecimento de Água	Gov. do Estado/BID
	Recup. Rede de Coleta e Esgoto	Gov. do Estado/BID
	Recup. Rede de Águas Pluvias	PCR/BID
	Impl. Rede de energia Elétrica	Gov. do Estado/BID
	Rede Subterrânea de Telefonia	Gov. do Estado/BID
Unidade de Serviços		BID
Sinalização Urbana		BID
Unidade de Gestão do Centro Histórico		BID
Urbanização do entorno do Forte do Brum		PCR/MINC
Recuperação das fachadas da Av. Alfredo Lisboa		PCR/MINC
Recuperação da Ponte Limoeiro		PCR/MINC
Recuperação da Ponte Buarque de Macedo		PCR/MINC
Pavimentação e drenagem do sistema viário secundário		BID

Fonte: PCR/URB/DPE. Bairro do Recife: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano/Programa MINC/IPHAN/BID. Recife, 1997.

O impacto desses investimentos resultou em uma alteração da paisagem urbana do Bairro do Recife, cuja principal característica, voltada à criação de um *mix* de consumo e lazer, tem redesenhado o perfil do lugar: o Bairro passou a ser a área de maior concentração relativa de bares e restaurantes na Cidade do Recife. Parte da nova imagem construída para o local se baseava justamente nessa singularidade de ser um dos únicos locais em que o consumidor tem diversas opções em uma área de pequenas dimensões físicas, a exemplo de uma praça de alimentação de um *Shopping Center*. André Lubambo, Presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Recife – ABR, comenta esta característica:

“(...) eu nunca vi, não existe no Brasil, no mundo, um lugar que se assemelhe a isso aqui. No mundo não existe uma quantidade de bares numa rua dessa aqui onde você possa, clima, sei lá, são dezesseis bares nessa rua, fora os acentos. Um mexicano, um cubano... Não existe no mundo. Aí fora é coisa feita. Tô falando num centro histórico, né. Um lugar desse no centro histórico. Não existe no Brasil em canto nenhum. Não existe. E a gente está sem vender isso aí. Falta a gente aprender a vender e se unir com esse pessoal do poder público (...)”.¹²⁹

Para uma perspectiva mais técnica, é possível que a primeira proposta de Jarbas fosse idealista. Zancheti (1995) corrobora essa leitura, embora mantenha uma postura bastante cética em relação aos resultados práticos da proposta: “Em termos de estratégia política, houve uma coerência com o discurso de campanha do Prefeito, fortemente identificado com campanhas populares e democráticas. Entretanto, essa postura foi de pouca valia para a reversão do processo de degradação da área ” (Zancheti, 1995: 104). Segundo esta interpretação, o fato de Jarbas ter privilegiado ações voltadas aos setores marginalizados do Bairro do Recife – ou nas próprias palavras do urbanista: um “único grupo social (favelados, prostitutas e trabalhadores portuários)” (Zancheti, 1995: 104) –, contribuiu para interromper o projeto ao término da sua gestão, por não ter envolvido os atores que teriam capacidade de dar continuidade à proposta de revitalização: empresários, proprietários imobiliários, grupos financeiros, atacadistas e industriais.

Parece claro, no entanto, que essa “escolha” de atores se constitui menos num erro técnico do que numa *estratégica política* de um tipo de intervenção pretendida. A

¹²⁹ Depoimento de André Lubambo, presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Recife – ABR, e proprietário do *Bar London Pub*. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.

preocupação de Jarbas não parecia ser a de desenvolver no Bairro do Recife um *investimento*, mas um programa social que integrasse a população local à problemática da preservação do patrimônio e renovação urbana. Se essa leitura estiver correta, tanto a proposta de Jarbas quanto a crítica de Zancheti estarão também corretas, uma vez que a “escolha” dos atores influi na natureza política do processo. O atual *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*, elaborado na gestão de Joaquim Francisco (1993/1995) e do qual Zancheti foi o coordenador, também fez a “escolha” dos seus atores. A exemplo de Jarbas, a atual proposta de revitalização fez o mesmo, de modo inverso: privilegiou apenas “um único grupo social” (empresários, comerciantes e agentes financeiros), em detrimento da população pobre do Bairro, posta em plano secundário em quase uma década de “revitalização” efetiva.

O processo de *gentrification* mudou a paisagem urbana do Bairro do Recife, mas essa mudança não alterou as assimetrias que demarcavam espacialmente as desigualdades sociais do lugar.



A parte não restaurada do sobrado é conhecida como “convento”, local de residência de antigos moradores do Bairro do Recife. Fotos do autor



III

Do espaço urbano ao espaço público

O processo de *gentrification* que reinventou o Bairro do Recife como lugar deslocou para a esfera do consumo os sentidos tradicionais da sua história. A memória do Bairro, inscrita em seu patrimônio edificado e na vida cotidiana dos moradores mais antigos, foi subsumida pelas estratégias de marketing urbano, que equipararam o antigo *Povoados dos Arrecifes* a um Shopping Center. Hoje, o Bairro ocupa cada vez mais os espaços das narrativas sobre a singularidade do local para a Cidade do Recife.

“No meu ponto de vista é uma coisa que faltava ao recifense, ao pernambucano, que eu vi muito no sul quando viajava. É o orgulho de ser de tal lugar. E hoje nós temos aqui, você pega um turista, traz pro bairro, você vinha pro Recife, trazia pra Olinda. Não tinha um ponto pra mostrar nossas raízes e hoje esse ponto com certeza é o bairro do Recife. Você traz e tem orgulho de mostrar”.¹³⁰

A construção dessa imagem esteve ancorada, desde o início, na idéia de transformação do patrimônio em mercadoria cultural e teve, como principais “sujeitos”, os empresários locais associados ao poder público. Em uma reunião que se tornou um marco para a “revitalização” do Bairro, a frase “*A arte gera lucros*” encerrou um vídeo produzido pela Fundação Roberto Marinho, no qual ressaltavam-se os bem sucedidos investimentos privados na revitalização urbana do *SoHo*, em NovaYork. O vídeo foi peça de abertura do *Fórum Bairro do Recife: processo de revitalização e panorama econômico*¹³¹, uma espécie de convocação geral para bons negócios na mais cobiçada área de revitalização do patrimônio cultural da capital pernambucana.

¹³⁰ Depoimento de Fernando Andrade, coordenador executivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.

¹³¹ Realizado no dia 02 de fevereiro de 1998 e promovido pela Prefeitura da Cidade do Recife em parceria com a Associação dos Empresários do Bairro do Recife – ASBAR, o evento reuniu empresários e políticos locais. Na ocasião, foi celebrado o novo acordo com o *Projeto Cores da Cidade*, agora também com a participação do Programa BID/Ministério da Cultura, para ampliação e consolidação da “revitalização” do Bairro. Na ocasião, foi amplamente discutida a idéia de transformação do Bairro em um *mix* que diversificasse as atividades de comércio e serviços, como num *Shopping Center*. (PCR/URB/ERBR. *Fórum Bairro do Recife*. Recife, Mimeo, 1998).

Conheça um lugar onde circulam 56 mil pessoas por semana
e não é shopping;
que garante retorno em apenas 4 meses
e não é aplicação de curto prazo;
que vem gerando investimentos de milhões de reais
e não é privatização de estatal.

Bairro do Recife

Um lugar tão espetacular, que até os números são atrativos.

Motivos pra conhecer o Bairro do Recife não faltam. Muito menos motivos pra você investir num dos empreendimentos de maior sucesso do Estado. O Bairro do Recife é hoje não apenas um centro de lazer, mas também um grande centro econômico da cidade. Gerador de empregos, investimentos, consumidores, lucros e muita notícia. Nos últimos anos, o Bairro vem sendo um dos temas de maior destaque não só na imprensa local como na nacional, relacionados a Pernambuco. É também palco de muitas atrações e produções culturais, que fizeram resgatar o sentimento de orgulho dos recifenses. E você também pode fazer parte desse cenário e torná-lo ainda mais espetacular. Basta ver quanto são espetaculares os números.

O Bairro do Recife em números

1.200 empregos diretos
1.000 empregos indiretos
R\$ 4 milhões de investimentos públicos até 97
R\$ 8 milhões de investimentos privados até 97
R\$ 20 milhões de investimentos públicos previstos para 98 e 99
Média de 4 meses para que o investimento tenha retorno
Circulação de 56 mil pessoas por semana
Média de 35 mil veículos estacionados por semana
Cerca de 52 novos estabelecimentos no Pólo do Bom Jesus

Ligue para a Agência de Desenvolvimento do Bairro do Recife - (081) 424.8411/424.9575,
se você tem interesse em participar deste desenvolvimento.

Folder distribuído durante o "Fórum Bairro do Recife: processo de revitalização e panorama econômico".

Na ocasião, o *SoHo* serviu como exemplo de um tipo de empreendimento que soube conjugar restauração arquitetônica e “revitalização” urbana, tornando o patrimônio economicamente sustentado. A utilização quase caricata do velho *SoHo* não foi apenas um recurso gratuito da competência visual da Rede Globo. Em que pese a sua singularidade, o *Projeto de Revitalização do Bairro do Recife* repetiu, a exemplo de outras cidades históricas no Brasil e em outros países, uma tendência que tem se proliferado nas duas últimas décadas, cujo resultado mais visível tem sido uma contínua alteração da paisagem urbana com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Antigas áreas “marginais” das grandes cidades vão abrigando complexos centros de lazer, com bares, restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato. Como qualquer outro empreendimento, a continuidade e autonomia política da “revitalização”, que asseguraria o tempo necessário para retorno dos investimentos realizados, é uma preocupação central. A forma encontrada para garantir essa continuidade na experiência do Bairro do Recife foi alterar as formas de gestão do próprio processo. No *Fórum*, foi discutida esta questão, considerada central para o sucesso Plano de Revitalização, como explicou o então Secretário de Planejamento do Município, José Múcio Monteiro:

“Eu enxergo o bairro como um Shopping que está funcionando a Praça da Alimentação, eu vejo o bairro, vejo a Rua do Bom Jesus que é um absoluto sucesso, e enxergo a praça de alimentação de um Shopping (...) É por isso que nós estamos reunidos aqui, para que o Bairro do Recife se emancipe, fique independente (...) nós não podemos deixar o bairro condenado a uma vontade de uma só pessoa, a vontade do prefeito (...). Pois bem, para fechar: se é dos sonhos dos homens, que uma cidade se inventa, cada nossa imaginação [vai] construir o bairro que sonhamos” (PCR/URB/ERBR, 1998:15-19).

Em que pese a convocação direta da Prefeitura aos empresários, em nenhum momento pode-se dizer que a administração do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife foi gerenciada pela iniciativa privada. A Prefeitura não abriu mão dessa prerrogativa, embora a parceria indique que dificilmente o poder público iria implementar qualquer medida que contrariasse os interesses do empresariado organizado que se instalou no Bairro. A exemplo de outras associações como o Viva o Centro e a Associação Paulista Viva em São Paulo (Frúgoli, 2000), os empresários do Bairro do Recife se organizaram em torno da Associação dos Empresários do Bairro do Recife – ABR –, criada em função da necessidade da iniciativa

privada se fazer representar no processo de “revitalização”. A ABR não apenas se tornou a principal interlocutora do poder público, como foi umas das principais responsáveis pela transformação da imagem do Bairro. Nos primeiros anos da implantação do *Plano*, a ABR, então chamada de ASBAR, lançou um tablóide de circulação gratuita, chamado MARCO ZERO. Nesse jornal, eram divulgadas as principais realizações da Prefeitura, assim como os eventos que aconteciam no Bairro. Sempre realçando as qualidades da “revitalização”, a ABR firmou sua atuação no processo de intervenção urbana, sem, contudo, dispensar a liderança do poder público. Esta parceria indicava uma característica básica do *market lead city planning*: apesar de flexibilizar a rígida separação entre público e privado, o urbanismo empresarial não abre mão da intervenção estatal que assegure a manutenção dos interesses do mercado (Vainer, 2000). A maior preocupação era justamente manter o local como um ponto atrativo para novos empreendimentos que assegurariam o sucesso das intervenções públicas já realizadas. O Bairro do Recife, sonhado como um *shopping*, tinha um perfil de usuário claramente identificado com um “cidadão consumidor”, diferenciado-se radicalmente da concepção inicial de cidadania pensado na primeira fase da “revitalização”.

Entre as duas principais etapas de *gentrification* do Bairro do Recife, a iniciada por Jarbas Vasconcelos em 1988 e a que começou em 1993 e se desenvolvia até o momento em que esta pesquisa era concluída, observa-se uma alteração substantiva sobre as concepções de cidadania, patrimônio e espaço público. A estratégia de revitalização do Centro Expandido do Recife, proposta na qual estava circunscrita a primeira fase com o *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife*, mantinha uma concepção de espaço urbano enquanto *espaço público*, numa aproximação conceitual que se tornou bastante comum no debate contemporâneo sobre *esfera* e *espaço público*. Ao propor a abertura de áreas públicas, o Plano articulava essa aproximação, que entende que a localização por excelência das sociabilidades públicas é justamente a *rua*.

Esta concepção refletia a politização do debate contemporâneo acerca das reivindicações populares sobre os direitos de moradia e pertencimento à cidade. Ao tornar central o conceito de rua como espaço público, o Plano recolocava os moradores do Bairro como “sujeitos” centrais da proposta de reabilitação. Neste debate, a rua era geralmente vista como um espaço no qual os direitos são afirmados, deslocando a clássica concepção do

pensamento social brasileiro que a via como um local típico da insegurança e do risco, a exemplo das análises desenvolvida por Freyre (1979) e Da Matta (1997). Estes autores apreenderam uma dimensão de fato existente no curso da formação da ideologia da cultura brasileira que, ao fazer a separação entre a casa e a rua, distinguia as sociabilidades pública e privada pelo nível de familismo e patrimonialismo existentes. Ainda que estas características persistam em vários níveis da sociedade brasileira, outras dimensões se somaram à definição de vida pública no Brasil, a partir, principalmente, dos anos 70, com a emergência dos movimentos sociais e dos novos “sujeitos” de direitos.

Se durante muito tempo a idéia de cidadania esteve articulada, na sociedade patriarcal brasileira, à Casa-grande e aos sobrados urbanos – locais onde as elites do país exerciam o poder –, a rua, por sua vez, foi paulatinamente subvertendo a localização dos direitos sociais para além das dimensões privadas da vida social. Esse é um debate que dificilmente podemos evitar o constrangimento remissivo ao qual se refere Elias (1998) ao discorrer sobre os percursos históricos da civilidade. A experiência social brasileira tem, no passado e também no presente, a marca da incivilidade: no preconceito dissimulado, na miséria manipulada, no autoritarismo institucionalizado.

Falar de uma sociabilidade pública implica referir-se ao modo através do qual uma sociedade constrói estilos de vida e articula padrões diferenciados do que considera “civilizado”. No entanto, como destaca Elias (1998), é com um certo desconforto que podemos observar como os padrões históricos de conduta pública se modificaram em razão de uma barbárie que era muitas vezes tida como expressão usual do comportamento. Na História dos costumes, as noções de *civilité* e *civilisation* representariam, assim, etapas de um processo civilizacional em curso, cuja face moderna se inicia na típica representação de uma cultura pública da sociedade da corte. Ao longo do século XVIII europeu, sobretudo inglês e francês, “civilizar-se” significava compartilhar e tornar visíveis hábitos que eram cultivados na corte, enquanto “espaço público” das sociabilidades aristocráticas (Habermas, 1996; Elias, 1998; Sennett, 1998). Dessa relação entre estilos de vida e “espaço público” são construídos critérios de “civilidade” e parâmetros políticos para tratar a participação dos *iguais* e das *diferenças* na vida pública.

Falar de uma sociabilidade pública no Brasil é, antes de tudo, falar desses antagonismos que permeiam as relações sociais, cuja reificação tem reproduzido um padrão autocrático e populista de tratar o público como uma extensão dos interesses privados. Por essa razão, parte do debate contemporâneo sobre “espaço público” no Brasil retoma a crítica social como princípio analítico, para reafirmar a necessidade da constituição desses “espaços” como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, numa perspectiva em que a cidadania pressupõe a existência uma sociabilidade baseada no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade.

Parte dessa reflexão contemporânea sobre a natureza do “espaço público” no Brasil tem destacado justamente essas dimensões conceituais que articulam a noção de cidadania à existência dos espaços de sociabilidade pública. Seja tomando o “espaço público” como *esfera* – enquanto “arena” ou “cenário” de debate, visibilidade e negociação – ou como *espaço urbano*, o debate brasileiro retoma os grandes temas relativos ao caráter emancipatório da vida pública e à permanente interpenetração do público e do privado, remetendo a discussão ao árido terreno do debate brasileiro sobre a existência de um padrão de civilidade que supere a miséria, a exclusão, o autoritarismo. O principal foco das abordagens que tratam o “espaço público” como *esfera pública* recai nas formas de participação política e organização da sociedade civil no interior do debate sobre democracia e construção da cidadania (Paoli, 1989; Telles, 1992; Costa, 1997; Paoli & Telles, 1998; Dagnino, 1998; Oliveira, 1999).

De forma semelhante, as análises que utilizam o termo “espaço público” como *espaço urbano* desenvolvem, na outra ponta do mesmo debate, a mesma angulação analítica em torno dos mesmos temas que têm marcado a face excludente e autoritária da formação social brasileira: enfocando a dimensão *espacial* da desigualdade social, essas análises recuperam o sentido de *lugar* e a dimensão pública do espaço urbano, traduzidos nas distintas formas de ocupação dos espaços da cidade, na construção dos territórios urbanos e dos lugares políticos que expressam as demandas de cidadania e pertencimento (Arantes, O. 1993; Caldeira, 1997; Magnani, 1998; Orlandi, 1999; Peixoto, 1999; Arantes, A. 2000).

Ainda que seja possível tomar como complementares as noções de espaço público e espaço urbano, é necessário, contudo, apontar certas características que qualificam uma determinada rua como espaço público. O documento inicial da primeira etapa de “revitalização” do Bairro do Recife tinha uma concepção de espaço público que superava a noção puramente urbanística de espaço urbano, inserindo uma qualificação diretamente política ao centro urbano, na condição de local para o exercício democrático da cidadania. O documento entendia o “centro urbano como um lugar da convergência, como espaço complexo da cidadania, lugar em que nenhum grupo social possa impor unilateralmente o seu domínio”, e tinha como um dos objetivos da reabilitação “o exercício da gestão democrática do espaço, direito que o cidadão tem de tornar-se sujeito das definições do espaço físico de sua convivência. Com este método procura-se romper a forma autoritária de intervenção do Estado e busca-se o caminho de uma cidade de cidadãos e não uma cidade dominada”¹³².

Esta idéia de uma rua como “espaço complexo da cidadania” pressupõe que o espaço urbano seja não apenas uma “arena” – onde diferentes interesses tornam-se públicos – como também possa estruturar as próprias demandas que a cidadania reclama. Neste caso, entende-se que uma noção de espaço público requer, para qualificar como *públicos* determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre *espaço* e *sociabilidade pública*. Implica, portanto, relacionar dois processos interdependentes, que concorrem simultaneamente para uma única direção: a *construção social do espaço*, enquanto produto e produtor de práticas sociais; e a *construção espacial da sociabilidade pública*, enquanto produto e produtor das espacializações da vida social.

Esta referência à construção social do espaço tem no trabalho de E. Soja (1993) o melhor mapeamento conceitual, cujo foco central não apenas aborda a afirmação de uma categoria analítica disciplinar – o *espaço* –, mas refere-se sobretudo aos pontos de convergência entre a moderna geografia e a teoria social contemporânea. Os aspectos centrais desse debate são discutidos por autores como N. Smith (1996, 1997, 1998), D. Harvey (1992), D. Massey (1994) e Gottdiener (1997) que abordam, em estudos de caso, as implicações e desdobramentos metodológicos da inclusão dessa categoria espaço na tentativa de superar

¹³² Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, Recife, PCR/DPSH, agosto de 1987.

uma concepção de espaço puramente circunscrita à dimensão física. Deslocando o eixo conceitual para além das dimensões meramente físicas e exteriores do espaço, a noção de espaço socialmente produzido mantém a materialidade física como recurso ontológico e pode contribuir para a apreensão do *espaço social* (potencialmente político ou discursivamente comunicativo, do modo como Arendt e Habermas tratam analiticamente a construção da esfera pública).

No ponto onde se dá a confluência entre o espaço concreto e material da rua e as ações sociais que lhe atribuem sentidos, o espaço público se configura qualificando um determinado logradouro urbano. Nem toda rua, portanto, possui as características necessárias e diferenciais para se constituir em um “espaço civil” (Paoli, 1982), que representariam a conjunção de uma igualdade jurídica com ação política, cujas práticas sociais publicizariam diferentes visões de mundo, demandas, conflitos e dissensões sobre a política da vida pública cotidiana. A rua é, por definição, um espaço urbano de caráter predominantemente público, no sentido de *Public Property*, enquanto propriedade pública do Estado (Gulick, 1998). Ela pode ou não instituir o que Holston (1993) chamou de “sistema de espaços públicos”, ao se referir à eliminação dos “pontos de convivência social” pela supressão de ruas e esquinas da moderna arquitetura de Brasília. Em contraposição à esfera da vida privada, a *rua* continua a ser um segmento do espaço urbano potencialmente voltado às experiências públicas. Com esta concepção, o primeiro *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife* previa um controle urbanístico com a “Remoção de elementos localizados indevidamente em via pública” e a “Abertura de áreas públicas privatizadas”¹³³. Obviamente, a obstrução privada das ruas pode inibir a construção de seu sentido público, ainda que a sua desobstrução não garanta necessariamente que nela se desenvolvam usos e práticas capazes de diferenciá-las como *espaço público*. Esta dimensão qualitativa dos lugares políticos foi assinalada por Arantes (2000), ao analisar as transformações do espaço público paulistano. Através do reconhecimento de que certas as manifestações públicas não se estruturam em qualquer *rua*, mas apenas em certos espaços que têm sentidos para os atores envolvidos, Arantes pôde destacar, na mesma direção de Schechner (1993), o caráter reflexivo do espaço na constituição das práticas sociais.

¹³³ Plano de Reabilitação do Bairro do Recife. Depto. de Preservação dos Sítios Históricos - DPSH/URB.

Esta dimensão social do espaço foi também desenvolvida por Habermas (1998), quando afirmou que seria possível “localizar” as práticas interativas – que constituem a esfera pública – no “mundo da vida”, em cujo espaço social são circunscritos contextos de ação¹³⁴. Seria exatamente no mundo da vida, situado nos lugares comuns de interação recíproca e entendimento (Souza, 2000), que os agentes da ação estabelecem um ponto de partida comum para que a interação ocorra comunicativa e reflexivamente¹³⁵. Habermas se baseia numa concepção de espaço social para o (e do) “agir comunicativo”, cujos contextos da ação podem ou não estar delimitados em configurações espaço-temporais concretas. Os contextos de ação podem, como as manifestações públicas, se deslocar para diferentes lugares, na medida da significação que têm para o tipo de ação reivindicada. De modo semelhante a Hannah Arendt, Habermas reafirma o princípio da *interação* sobre o da *localização* em sua concepção de esfera pública, onde o espaço potencial da fala e da ação não necessariamente tem *lugar* predeterminado: onde quer que ocorram as interações mediadas pelas relações de poder, que possibilitem a expressão da fala e do agir, existirá um espaço onde se materializaria a esfera pública¹³⁶. A interação, à qual Habermas se refere, é *comunicativa* e implica uma intersubjetividade compartilhada a partir das reivindicações discursivas: o espaço social da fala é, assim, construído pela linguagem – enquanto categoria ontológica do agir comunicativo (Cohn, 1993). A esfera pública prescinde de uma *localização espacial*, ainda que possa se situar em um espaço concreto. A sociabilidade pública do agir comunicativo (em Habermas) e da política da vida activa (para Arendt) não é necessariamente o espaço urbano, ainda que nele possa *contingencialmente* se constituir.

¹³⁴ Para Habermas, o mundo da vida fornece os “recursos” para o entendimento mútuo. A conexão interativa depende tanto da competência comunicativa dos agentes quanto dos grupos aos quais pertencem e dos processos de socialização dos quais participaram (Habermas, 1985:159).

¹³⁵ Afirma, nesse sentido, Habermas: “Rather, the public sphere distinguishes itself through a communication structure that is related to a third feature of communicative action: it refers neither to the functions nor to the contents of everyday communications but to the social space generated in communicative action” (Habermas, 1998: 360).

¹³⁶ Em razão disso, ao comentar a vida pública na pólis grega, Hannah Arendt firma, através de uma citação à qual recorro novamente, que a esfera pública é um “espaço potencial da aparência [space of appearance] entre os homens que agem e falam”: “A rigor, a pólis não é a cidade-estado em sua localização física: é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam” (Arendt, 1987, p.211).

A circunstancial relação entre *esfera pública* e *espaço*, no entanto, não torna menos plausível a premissa contrária: o espaço pode ser, em certos casos, mais do que uma simples contingência para a estruturação das sociabilidades públicas. O espaço pode vir a ser, nos casos em que os agentes se reconhecem pelas significados comuns a ele atribuídos, em fator de inteligibilidade da constituição da própria esfera pública, na medida em que certas dimensões espaço-temporais incidem sobre os motivos das ações públicas. Nesse caso, entende-se que determinadas sociabilidades públicas guardam relações práticas e simbólicas com os *lugares* sociais nos quais se estruturam.

Uma noção de *espaço público*, portanto, construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (da qual retira a categoria *ação*) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial), necessitaria contemplar as relações de reciprocidade causal entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais. Pode-se dizer, afinal, que, a partir dessa relação entre *espaço* e *ação*, as práticas interativas atribuem sentidos aos lugares, que por sua vez contribuem para a estruturação dessas ações, promovendo reflexivamente a confluência entre o espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais a noção de *espaço público* retira suas principais categorias: espaço e ação .

Parte das reflexões em torno do conceito de espaço público não se refere a uma única problemática: diferentes abordagens tratam o tema com pelo menos três distintas conotações: como espaço urbano aberto de propriedade pública do Estado (*Public Property*); como espaço-signo das relações entre representações e poder que estruturam paisagens urbanas (*Semiotic Space*); e como *Public Sphere*, na qual os indivíduos como cidadãos engajados politicamente podem ver e ser vistos e se deparam com formas de solidariedade social (Gulick, 1998: 136). Embora distintas, essas abordagens são intercomunicáveis: ainda que uma *Public Sphere* não se limite a uma determinada configuração física (quando mediática ou virtual, por exemplo), pode se estruturar num espaço urbano específico, como uma rua ou uma praça. Mesmo não sendo *per se* um local de interações e reivindicações públicas (sejam reivindicações de validade, ideológicas ou instrumentais), o espaço urbano (*Public property*) pode vir a ser uma *Public Sphere* quando ao seu *espaço* são atribuído *sentidos* (tornando-o *lugar*) para as reivindicações em curso. Nesse caso, entende-se que determinadas

reivindicações públicas guardam relações com os *lugares* sociais nos quais se estruturam. Por fim, a paisagem urbana, cuja dimensão arquitetônica lhe é fundamental, também pode, em certos contextos, apresentar interfaces tanto com os espaços urbanos de propriedade do Estado (quando as paisagens alteram os usos públicos e privados desses espaços urbanos), quanto com a esfera pública (quando, por exemplo, uma determinada paisagem segmenta e segrega pessoas, contribuindo para um esvaziamento do seu sentido público ou potencializando seu uso político).

Nos três casos, o que distingue os conceitos “puros” dos derivados das conjunções são qualificações relacionadas aos usos e/ou à dimensão espacial. Mais do que evitar desconfortos terminológicos, a distinção entre os conceitos de *espaço urbano*, *espaço-signo* e *esfera pública* assegura a possibilidade de qualificar um quarto termo: a partir do esquema de Gulick (1998), é possível sugerir que o *espaço público* expressaria não uma sinonímia para cada conjunto de termos, mas uma síntese de parte das suas características¹³⁷. Uma noção de *espaço público*, portanto, que não considere as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço, estaria apenas se referindo ao espaço urbano; assim como a noção que prescinde de uma referência espacial para as ações interativas entre os agentes seria uma esfera pública.

Uma das vantagens dessa diferenciação consiste em evitar a sobreposição desses termos, como ocorre muitas vezes nos estudos de urbanismo, ao se chamar de “espaço público aberto” o que seria simplesmente uma *Public Property*. O incômodo que essa redução pode causar a cientistas sociais que estudam a dimensão *pública* do espaço urbano não resulta de um mero preciosismo, muito menos de uma revolta pelo monopólio legítimo dos conceitos. É algo mais simples, porém fundamental para se apreender os significados sociais dos espaços da cidade: trata-se de poder qualificar (e diferenciar) como *públicos* certos espaços urbanos ou, dito de outro modo, identificar a potencialidade que certos Espaços Urbanos retêm para se tornarem *espaços públicos*.

¹³⁷ Dentre essas três concepções, a que é menos utilizada como correlata à de espaço público é a de *Semiotic Space*, talvez porque as relações entre representações e poder, que estruturam paisagens urbanas, inscrevem-se material e simbolicamente no espaço urbano: seja através de intervenções na infra-estrutura urbana e nas edificações em pedra e cal, seja mediante signos visuais ou sonoros ou mesmo pela presença de pessoas que conferem sentido ao espaço.

Embora o *espaço público*, portanto, se constitua no espaço urbano, é possível entendê-lo como uma categoria sociológica que ultrapassa a *rua*, constituída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam *lugares*. Enquanto espaço social, um *espaço público* não existe *a priori* apenas como *rua* (que, ao contrário, é sempre *rua*, vazia ou não), mas se estrutura pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos. Por essa razão, é mais adequado tratar o *espaço público* como uma categoria analítica que ultrapassa a *rua*; como um conjunto de práticas que se estruturam num certo *lugar*. O debate sobre o esvaziamento da dimensão social do espaço urbano reclama, assim, uma distinção entre o caráter potencialmente público de um espaço urbano aberto e a existência de fato de relações sociais que o qualifiquem como *público*, uma vez que a existência *per se* desses espaços não garante *a priori* o seu sentido público.

A partir dessa distinção conceitual, podemos afirmar que o primeiro *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife* entendia a rua como um “espaço público” voltado a certas dimensões práticas da cidadania: resgatar o Bairro para seus moradores, garantindo o direito de permanecer num local em que foram os maiores agentes de sua preservação. O segundo Plano de Revitalização, ao contrário, ao fazer outra escolha de atores – empresários e consumidores –, realçou uma concepção de “espaço público” que subsumiu a noção de cidadania ao restringir os usos da rua às atividades de lazer e consumo. A preocupação excessiva com uma nova imagem enobrecida do Bairro traduziu-se em uma concepção de “espaço público” voltada à segurança, à limpeza e ao entretenimento. Na prática, resultou também na rejeição aos meninos em situação de rua, cuja presença era considerada incômoda para os consumidores da Rua do Bom Jesus. Ao contrário do primeiro plano, cuja proposta do *Memória em Movimento* buscava integrar a população local à vida social do Bairro, a atual proposta de *gentrification* tem exigido da Prefeitura o desenvolvimento de ações pontuais, preocupadas predominantemente em remover essas crianças das ruas “revitalizadas”. Excetuando a implantação da Escola Municipal, as duas outras ações – a oficina de Guias Mirins e o Projetos Espaço Aberto e Hora de Acolher – foram iniciativas marcadas por uma grande ambigüidade: elas se situaram no tênue limite entre o dever público do Estado em assistir a infância, e o abuso de poder no disciplinamento dos usos públicos do espaço urbano através do monopólio legítimo da força.

Mesmo a Escola, entretanto, cuja implantação poderia ser compreendida como uma ação natural da obrigatoriedade do Estado para com a educação infantil, tem uma dimensão muito próxima do caráter meramente disciplinador das outras ações: a necessidade de criar uma escola no Bairro somente foi notada pelo evidente antagonismo existente entre o processo de *gentrification* que estava em curso e a pobreza extrema da Favela do Rato. Em termos práticos, essa contradição se refletiu na necessidade de manter o Pólo Bom Jesus livre dos inúmeros meninos que perambulavam pelas ruas.

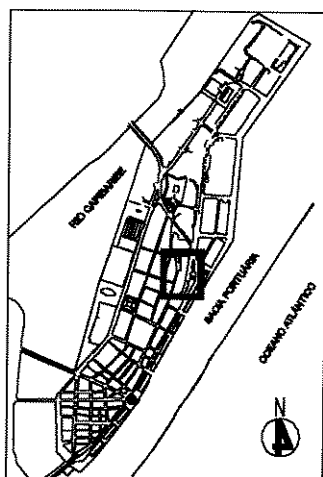
A Escola foi criada em 12 de outubro de 1997, segundo a então diretora Geruza Cavalcanti¹³⁸, depois que o prefeito Roberto Magalhães ficou sabendo que uma mãe havia dado cola de sapateiro para o seu pequeno filho faminto dormir. Este relato foi feito pelo próprio Prefeito, no *Fórum Revitalização e Panorama econômico*, realizado em 1998:

“(...) o trabalho de revitalização do bairro do Recife tem que ter um componente social. Veja: eu implantei o projeto bolsa escola, e uma equipe da bolsa escola, levantando as famílias, as crianças fora da escola, descobriu na favela do rato, que é dentro do Bairro do Recife, 183 crianças sem escola, e viu uma cena das mais tristes que já tive conhecimento na minha vida pública, uma mãe dando cola para o bebê cheirar e dormir, porque a fome não permitia que ela conciliasse com o sono. Em menos de 40 dias instalamos uma escola, estão lá os alunos e eu acho que precisamos também lembrar que o bairro do Recife tem os seus excluídos e que temos que incluí-los nas nossas preocupações”¹³⁹.

Havia, infeliz e visivelmente, um enorme descompasso entre a fala do Prefeito e as ações da Prefeitura. Os excluídos do Bairro do Recife estavam presentes nas preocupações dos gestores da revitalização: não necessariamente, entretanto, como protagonistas do espetáculo urbano que se pretendia imprimir no “espaço público”. Instalada precariamente em uma casa abandonada da construtora Mendes Jr., a escola estava, até julho de 2000, em péssimo estado de conservação. Em um dia de chuva intensa, foi possível ver as goteiras invadirem as salas de aula, cujas paredes internas, de madeira, estavam em franca deterioração.

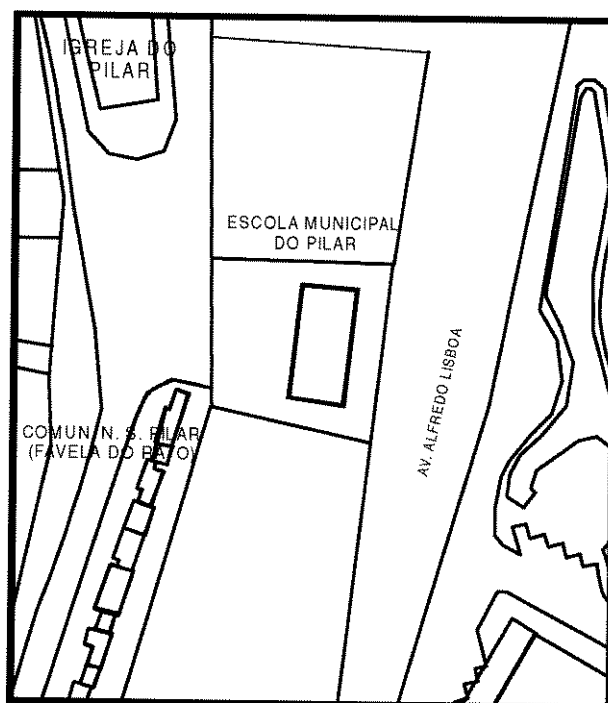
¹³⁸ Depoimento ao autor, na Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar, em 03 de julho de 2000.

¹³⁹ Depoimento do Prefeito Roberto Magalhães no *Fórum Bairro do Recife* (PCR/URB/ERBR, 1998).



**BAIRRO DO RECIFE
DETALHE DA ESCOLA
MUNICIPAL**

REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO RECIFE/
URB



À direita, Escola/Foto do autor. À esquerda, alunos que participam do Programa Bolsa Escola/foto cedida pela Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar.

A infra-estrutura precária dava a nítida impressão de coisa improvisada com poucos recursos. A escola tem funcionado, sobretudo pela boa vontade dos professores e funcionários, que se tornam profissionais do improviso e da criatividade em “educar” em situações tão escassas, e do estímulo do programa Bolsa Escola, que atinge aproximadamente 25 % dos alunos e que garante uma ajuda de custo de até um salário mínimo para o pai ou

mãe desempregados¹⁴⁰. Há, aproximadamente, 500 alunos freqüentando a Escola, a maioria composta por crianças e jovens da Favela, além de estivadores e arrumadores adultos, distribuídos em 5 turmas de educação infantil, 8 turmas de ensino fundamental e turmas diversas de Educação Básica de Jovens e Adultos – EBJA. Na escola funciona, ainda, o telecurso e educação básica para funcionários da Prefeitura¹⁴¹. Apesar de sua precariedade, a Escola tem, obviamente, desempenhado um papel fundamental na garantia do direito básico à educação dos meninos e meninas da Comunidade Nossa Senhora do Pilar. É preciso que se diga, entretanto, que a Escola Municipal foi a única ação que, de fato, trouxe algum benefício para a Favela, em quase 13 anos de “revitalização” do Bairro do Recife.

A realização da Oficina dos Guias Mirins, por sua vez, foi a única experiência ancorada na idéia de inserção dos moradores ao processo de “revitalização”, uma vez que possibilitou um primeiro contato com os temas relativos à cultura e ao patrimônio edificado do Bairro. Realizada pelo Escritório de Revitalização e pela Legião Assistencial do Recife –



Festividade de encerramento da Oficina de Guias Mirins/Foto de Aurelina Moura, Arquivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife – URB/PCR.

LAR – com o Projeto “Brigada Jovem – Guia Mirim”, objetivou capacitar profissionalmente os meninos para a entrada no mercado de trabalho emergente do Bairro. O Projeto consistiu em uma Oficina de Educação Patrimonial, na qual foram trabalhados conteúdos relativos à História do Bairro, ao Projeto de Revitalização, bem como às noções de cidadania, trabalho, patrimônio e turismo¹⁴². Embora importante para desenvolver um conhecimento

¹⁴⁰ A Bolsa é por número de filhos de famílias carentes, não podendo exceder o valor total do salário mínimo. O valor mínimo pago é 50% do salário para um filho e 100% do valor para o máximo de dois filhos, independente do número total de filhos matriculadas por família.

¹⁴¹ Informação fornecida pela Diretora Geruza Cavalcanti em depoimento dado ao autor, na Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar, em 03 de julho de 2000.

¹⁴² Prefeitura da Cidade do Recife/ PCR/URB/ERBR/LAR. Projeto de Capacitação Brigada Jovem/Guia Mirim. Recife, PCR/ERBR, 1999.

básico sobre o patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, criar alternativas de renda para uma parcela geralmente excluída da Revitalização, a formação desse tipo de mão-de-obra semi-especializada necessita ainda superar uma certa padronização que tem reduzido as informações sobre o patrimônio a um conjunto oficial de dados e datas. Voltadas especificamente às necessidades do próprio mercado do turismo cultural, que demandam esse tipo de serviço de informação durante os passeios de consumo visual do patrimônio, as informações são muitas vezes repetidas incansavelmente, como se fossem ladainhas que ninguém pode interromper – sob pena do guia repetir tudo do início porque não entende sequer o teor do seu discurso. Se oficinas desse tipo pretendem profissionalizar adolescentes, como em geral explicitam em seus objetivos¹⁴³, precisam ser capazes de despertar o interesse criativo pela história e incentivá-los a desenvolver suas próprias narrativas sobre a importância do patrimônio. Caso contrário, o que poderia ser uma excelente oportunidade para problematizar as condições simbólicas de construção da cidadania através da memória inscrita no patrimônio cultural e desenvolver a responsabilidade da conservação daqueles que habitam os centros e sítios históricos, torna-se apenas uma mecânica ilustrada de como tratar bem o turista desinformado. A realização da Oficina, entretanto, parece ter desempenhado um papel muito mais lúdico e pedagógico com os meninos e meninas, sobretudo porque propiciou o despertar de um olhar inclusivo sobre o local onde essas crianças moram – o que já torna a iniciativa absolutamente relevante –, do que propriamente uma proposta sistemática de qualificação profissional continuada.

A iniciativa mais polêmica, complexa e problemática foi, no entanto, o Projeto Espaço Aberto. O ponto de inflexão mais elementar de uma concepção de cidadania – que compreende o direito de estar na cidade, ocupar lugares e criar itinerários próprios de permanência e passagem – foi substantivamente subvertida pelo princípio do *enobrecimento* do Bairro do Recife, que tenta transformar, a partir de uma discutível concepção de requalificação do “espaço público”, as ruas em espaços de lazer e consumo.

O Projeto Espaço Aberto é uma proposta de atendimento a crianças e adolescentes trabalhadores do Bairro do Recife, resultado de uma parceria entre a LAR, a Empresa de

¹⁴³ Cf. Objetivos específicos do Projeto de Capacitação Brigada Jovem/Guia Mirim. Prefeitura da Cidade do Recife/ PCR/URB/ERBR/LAR. Projeto de Capacitação Brigada Jovem/Guia Mirim. Recife, PCR/ERBR, 1999.

Urbanização do Recife – URB – e os empresários do Bairro. Formalmente, o programa foi criado para ser uma alternativa pedagógica para as crianças que circulam pelas ruas vendendo pequenas mercadorias e serviços, face ao reconhecimento que, com a revitalização, “*O Bairro do Recife consolidou-se como pólo cultural de serviços e lazer, constituindo uma natural atração para os meninos de rua da região metropolitana do Recife*”¹⁴⁴. Coordenado pela LAR, o projeto funcionou inicialmente na casa nº 156 da Rua da Moeda e consistia em desenvolver atividades recreativas e educacionais no período noturno, exatamente quando ocorre uma intensificação do funcionamento dos bares e restaurantes do Bairro.

Os meninos e meninas, em média 50, são moradores da própria Favela, em geral pequenos trabalhadores que buscavam, à noite, as ruas movimentadas do Bairro. Embora um dos critérios para participar do Projeto seja estar matriculado e freqüentando a Escola Municipal do Bairro, algumas crianças não estudam e outras foram encaminhadas à escola pela própria LAR. As atividades começam em torno das 20:00 e duram até aproximadamente 23:30. Na própria sede do Projeto, as crianças participam de oficinas culturais de teatro popular, dança e artes, assistem vídeos e palestras sobre saúde pública e prevenção de drogas. Em alguns dias, os monitores que ministram essas oficinas os levam, em transporte da LAR, para o Memorial Arcoverde, em cujo complexo esportivo as crianças realizam jogos e atividades esportivas. Todos os dias é oferecido um lanche, que em geral é composto de leite, biscoitos ou pão. Um dos objetivos do Projeto é envolver também a famílias e a comunidade nas atividades de acompanhamento pedagógico, através de reuniões que se realizam na sede, para debates e conversas sobre o andamento das atividades, contribuindo, possivelmente, para que as crianças e suas famílias reflitam sobre suas próprias condições e modos de inserção no Projeto de Revitalização.

Apesar dessa iniciativa, o crescente número de meninos e meninas que começaram a freqüentar o Bairro vindos de outras localidades do Recife, agravou as possibilidades de controle das Ruas. A força política que hoje tem o processo de “revitalização” para a imagem da cidade pode ser avaliada também pela solução jurídica encontrada: a transferência da sede do Conselho Tutelar para o Bairro do Recife, situada aonde exatamente funcionava o Espaço

¹⁴⁴ Legião Assistencial do Recife. Projeto Bairro do Recife. Recife, Mimeo, 1999.

Aberto que passou a desenvolver suas atividades na Escola do Pilar. Com o Conselho Tutelar no Bairro, a remoção rápida e eficaz das crianças foi assegurada por uma Portaria inédita do Juizado da Infância e da Juventude, que determina a retirada imediata da rua, após às 21h, e de qualquer criança ou adolescente desacompanhado e em “(...) evidente situação de risco, mendigando, limpando vidros de automóveis ou em atividades laborativas de pequeno comércio (camelolagem)”¹⁴⁵.



Sede do Conselho Tutelar na
Rua da Moeda/Foto do autor

Como a orientação normativa recomenda que os meninos e meninas sejam imediatamente conduzidos ao Conselho Tutelar, O Bairro do Recife se tornou um dos locais mais ágeis na remoção dessas crianças. Para viabilizar essa ação, a Cruzada de Ação Social, do Governo do Estado de Pernambuco, criou o *Projeto Hora de Acolher*, onde Assistentes Sociais e membros do próprio conselho tutelar percorrem as ruas revitalizadas do Bairro a procura desses meninos. Encontrando-os, informam as crianças da restrição legal e proibem a sua permanência no local após o horário determinado.

A proposta, teórica e juridicamente justificada no princípio do amparo à criança e ao adolescente, entende que a cidadania desses meninos estaria

comprometida pela situação de rua. O discurso é evidentemente conhecido: retirá-los da rua é visto como a medida óbvia e indiscutível para recuperar esta cidadania, quando, no entanto, sabe-se que quase sempre essa retirada não implica de fato em mudança alguma na situação real de cada um, haja vista a inexistência de alternativas reais para que essas crianças e suas famílias (quando há) mudem suas condições de vida. No caso do Bairro do Recife, parece evidente que a medida, sob o louvável – porém equivocado – pretexto da proteção à criança,

¹⁴⁵ Juizado da Infância e da Juventude. Portaria Conjunta nº 002/99, de 25 de Novembro de 1999. Diário Oficial de Pernambuco.

consiste num simples ato de remoção policial de um “estorvo” para as práticas de entretenimento e lazer de uma classe média que frequenta a Rua do Bom Jesus. Fora dos cavaletes que demarcam o perímetro enobrecido, a fragilidade da proposta mostra sua verdadeira face: muitas vezes, os meninos que são expulsos da Bom Jesus continuam perambulando por outras ruas dos Bairro sem serem incomodados. A única cidadania que se recupera é a do cidadão-consumidor das políticas de *gentrification*.

O ato de remover as crianças das ruas revitalizadas evita o constrangimento e insegurança causados pela presença dessas crianças, para pessoas habituadas a circular em ambientes fechados, limpos e aclimatados, a exemplo dos *shopping centers*, cujos miméticos “espaços públicos” têm servido de modelo para o próprio *Plano de Revitalização* do Bairro. Esta imagem, entretanto, construída pelo poder público e pelos empresários, não é uma idéia hegemonicamente aceita por todos os que o frequentam e/ou habitam o local. A idéia de transformação do Bairro em um *Shopping Center*, do qual a Rua do Bom Jesus seria a sua Praça de Alimentação, pode soar coerente para a Associação dos Empresários do Bairro do Recife – ABR— mas possivelmente não será compartilhada pelos Trabalhadores do Porto, os moradores da Favela do Rato ou pelos frequentadores da Rua da Moeda. Para Francisca Lopes Gomes, a problemática dos meninos da Rua do Bom Jesus é uma questão básica de sobrevivência:

“Os meninos estão atrapalhando as mesas porque estão precisados, tão com fome, os pai não tem emprego, vive mendigando o pão de cada dia. É por isso que eles estão ao redor das mesas atrás de ganhar um trocado, um tostão. Não tão atrás de roubo, não. Ou você acha que os meninos vão fumar mato, maconha, cheirar cola ali, não... Os meninos tão atrás de uma esmola pra comerem. Porque os meninos não são colarinho branco, são uns ‘embolé’, uns morto de fome”.¹⁴⁶

A reinvenção do Bairro do Recife como *centralidade* fez do local um *mix*, onde tradição e modernização se fundem sob o discutível crivo do mercado, que exclui, segrega e amputa aspectos elementares da cidadania no Brasil. Convém indagar, sobretudo, o alcance que essas diferentes intervenções têm para a representação que as pessoas fazem de *si* mesmas e dos *outros*, quando interagem nesses espaços modelados.

¹⁴⁶ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor. Recife, 11 de abril de 2000.

Em outras palavras, que tipo de interferência têm essas ambientações simbólicas na construção dos lugares sociais, que fragmentam os espaços urbanos, delineiam visões próprias dos seus lugares identitários e delimitam territorialidades no espaço público ?

O processo de *gentrification* do Bairro do Recife tem minimizado, em parte, as possibilidades de diferentes atores atribuírem sentidos aos espaços. Digo *em parte* porque a complexa espacialização dos usos do espaço no Bairro tem também contribuído para que outras formas de apropriação se desenvolvam, construindo diferentes lugares. As ruas enobrecidas, quando se tornam pontos de disputa pela visibilidade, retêm uma dimensão predominantemente pública, na medida em que a possibilidade de permanência ou não das pessoas se transforma num imperativo de reconhecimento de pertencer ao Bairro e, conseqüentemente, de ter o direito de nele estar e transitar. Estas disputas não ocorrem em qualquer rua, que continuam sendo espaços urbanos do Bairro do Recife. A qualificação de certas ruas como espaço público se dá sobretudo a partir das tensões que se erguem das diferentes possibilidades de uso e dos sentidos atribuídos pelos moradores e freqüentadores. A segunda fase do Plano de “revitalização” abandona qualquer referência à cidadania quando elege um conceito de espaço público como espetáculo, mas não escapa das respostas vernaculares que instalam pontos de crise na legitimidade em torno das políticas de revitalização do patrimônio.

Mais uma vez uma pergunta de Francisca Lopes Gomes materializa um desses pontos de crise, quando o patrimônio enobrecido é entrecortado pelos dissonantes sentidos que são atribuídos aos lugares sociais:

“Será que eu nasci aqui e na hora que esse bairro vai se embelezar não vai ter um canto pra mim ? Não vai ter um canto pra Cícera ? E pra aquele povo todo da Favela ?”¹⁴⁷

¹⁴⁷ Depoimento. In: Montenegro et al, 1989: 42

4

USOS E CONTRA-USOS: A CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DA DIFERENÇA

Transformações urbanas raramente resultam de um desenvolvimento imanente da cidade. Creio que o oposto também seja igualmente verdadeiro: nenhuma cidade excessivamente planejada e controlada segue invariavelmente o modelo que a gerou. Principalmente como produto cultural, a cidade é sempre o resultado convergente de distintas influências formais e cotidianas. A análise de Simmel (1998) sobre a objetivação do conteúdo espiritual da cultura reforça o que estou tentando afirmar. Ele falava de um tipo de objeto cultural que não dependia direta e exclusivamente de nenhum produtor, alheio às determinações de um único sujeito anímico.

Seria válida esta interpretação também para os cenários enobrecidos pelas políticas de *gentrification*, em sua monotonia aparentemente homogênea ? Parece indiscutível que essa forma de intervenção urbana tem contribuído para criar uma certa rotina estética de uma vida pública que muitas é difícil se desenvolver, como afirma Otilia Arantes:

“(...) a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu” (Arantes, 1998: 136).

Essa opinião é compartilhada por David Harvey, para quem a estetização da paisagem urbana passa a ser a forma predominante de recuperar o sentido dos lugares e da tradição no contexto da acumulação flexível e da compressão do tempo-espço. A reelaboração das tradições se daria, na visão do autor, mediante uma estetização romântica da cultura, expressa na forma de museus que retomam um passado ilusório e o transformam em mercadoria:

“Na melhor das hipóteses, a tradição histórica é reorganizada como cultura de museu, não necessariamente de alta arte modernista, mas de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito perdida e com frequência romantizada” (Harvey, 1992: 273).

Harvey reconhece, obviamente, o papel “motivacional da tradição” para os processos identitários. Todavia, para o autor que tematizou sobre os efeitos desregulares da compressão tempo-espço, estaria cada vez mas improvável a permanência de certos aspectos de continuidade (típica dos lugares) no “(...) fluxo e efemeridade da acumulação flexível” (Harvey, 1992: 273).

Creio que não deixam de ter razão as opiniões que ressaltam a monotonia das paisagens enobrecidas, cujos processos de intervenção parecem tornar esses espaços mercadorias equivalentes entre si, numa espécie de “mercado da autenticidade” pela busca da centralidade e originalidade dos bens culturas em disputa no contexto da concorrência “inter-cidades” (Fortuna, 1998). É nessa direção que Harvey (1992) sugere que a produção social contemporânea do espaço, no contexto da compressão tempo-espço, desperta um certo caráter defensivo no qual os vínculos entre lugar e identidade social surgem como uma forma dos indivíduos se situarem neste “mutante mundo-colagem”. O quadro dedutível da reflexão de Harvey é sugestivo, porém pessimista: o que resultaria de paisagens urbanas estandardizadas seriam predominantemente lugares-nichos, defensivos e particularistas. Quase um correlato ao que Sennett (1998) chamou de “comunidades destrutivas” para designar as relações públicas que exacerbam intimidadas e tiranizam a vida cotidiana moderna.

Gostaria, entretanto, de recolocar a hipótese de que esses lugares ou “territórios de subjetivação” (Deleuze & Guatarri, 1997) não resultam necessariamente em configurações restritivas à vida pública. Ainda que sejam uma forma de compensar alguma “sensação de perda”, como destacou Jameson (1997) ao afirmar que o passado é reapropriado na forma alterada dos lugares políticos da cultura, é possível repensar a construção desses lugares no contexto urbano contemporâneo a partir dos usos e contra-usos que se faz dos espaços enobrecidos. Nas áreas que passam por processos de *gentrification*, esses usos podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos às *re-localizações* da tradição e aos lugares nos espaços da cidade. Essas significações, ou contra-sentidos, que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas, contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares.

É bem verdade, entretanto, que essa polissemia dos lugares é constantemente – mas não invariavelmente – subsumida pelas políticas oficiais de patrimônio, que *estriam* os centros históricos como “reliquias” (Giddens, 1991). De Certeau, ao atribuir a função de “curetagem social” a esses empreendimentos urbanísticos, destacava que a reabilitação do patrimônio “subtrai a usuários o que apresenta a observadores” (De Certeau, 1998: 195). Essa observação de De Certeau sugere, à primeira vista, que os bairros enobrecidos parecem perder sua potencialidade como espaço público de dissensão política e equidade de participação. Uma questão fundamental, entretanto, é saber em que medida essa “desapropriação de sujeitos” não corresponde também a uma reapropriação de outros sujeitos.

Se por um lado as práticas de *gentrification* separam esses lugares dos que neles vivem – na medida em que parecem alienar o patrimônio dos seus usuários através das relações econômicas de consumo –, por outro é possível que esse mesmo processo amplie as possibilidade interativas (conflitivas ou não) entre aqueles que neles interagem. O próprio De Certeau oferece uma pista para repensar as formas de dissensões sobre os usos do espaço urbano. Ao fazer a distinção entre “estratégias” e “táticas”, o autor permite aferir distintas maneiras de atribuição de sentidos. Por “estratégia” entende De Certeau um conjunto de práticas que articulam espaço e poder. Como as “paisagens de poder”, de Sharon Zukin (2000), elas criam demarcações físicas através das quais o poder se distribui e se consolida:

“Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (...)” (De Certeau, 1994: 98)

A “estratégia” como “algo próprio” significa uma autonomia ou estabilidade espacial sobre as circunstâncias ou efemeridades temporais. Ao circunscrever um certo lugar, o qual conquista para si, a estratégia se afirma como poder espacializado e implica a construção de uma visão totalizante, um panóptico, ou, para compará-lo mais uma vez com Zukin, uma “paisagem de poder”. Por outro lado, as “táticas” são movimentos heterogêneos e imprevisíveis em espaços que não lhe são “próprios”:

“(...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. (...) a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (De Certeau, 1994: 100-01).

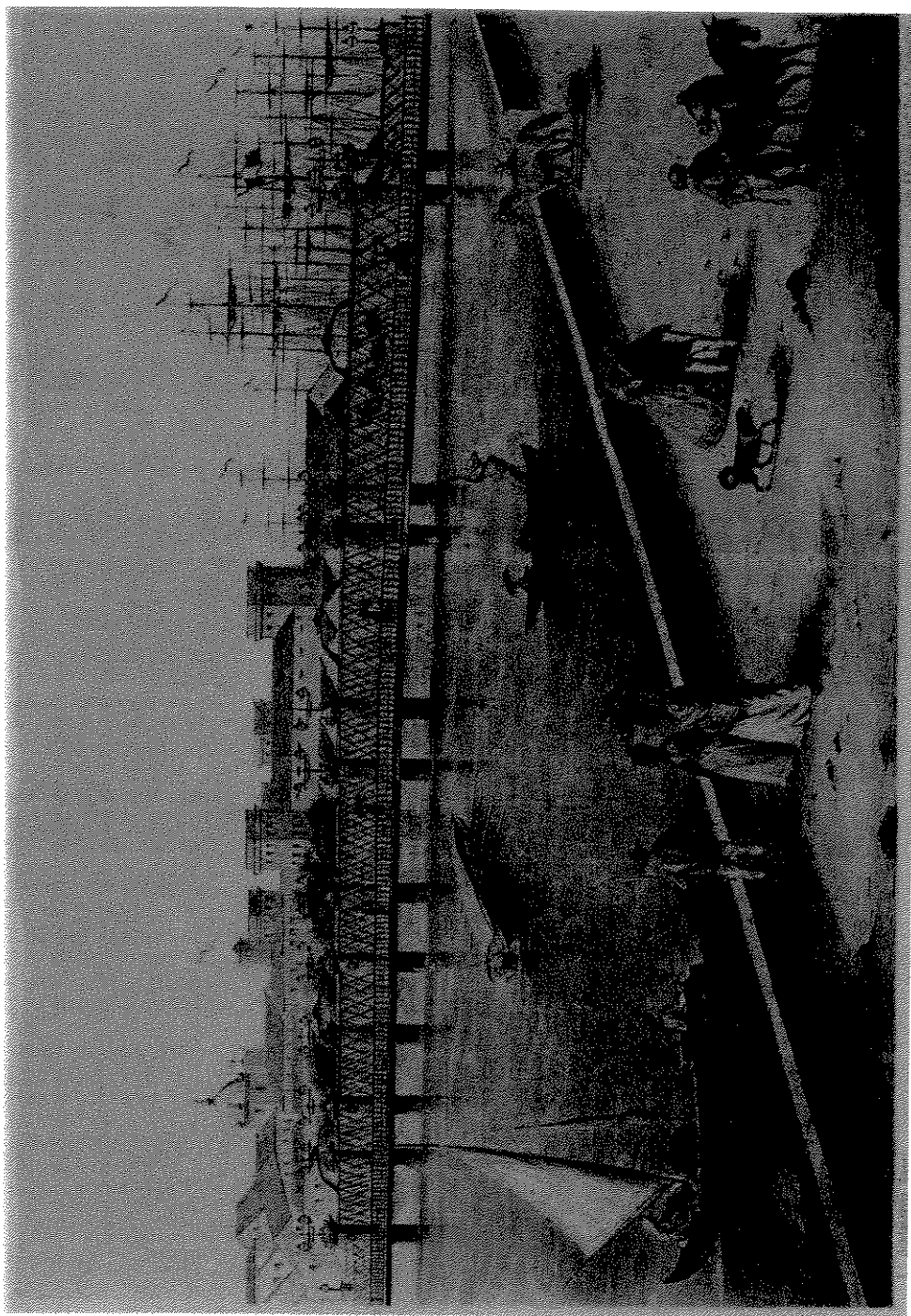
As “trajetórias táticas” são, portanto, percursos temporais destituídos de poder e de um lugar que lhe seja “próprio”. Elas ocorrem justamente no interior dos espaços estratégicos, subvertendo sentidos por não serem coerentes com esses espaços. Para manter a comparação com os termos de Zukin, as “táticas” podem ser entendidas como o que é “vernacular” (dos sem-poder) no interior das “paisagens de poder”. Para a autora, “(...) a paisagem dos poderosos se opõe claramente à chancela dos sem poder – ou seja, à construção social que escolhemos chamar de vernacular (...)” (Zukin, 2000: 84). Uma distinção, porém, subsiste nessa correlação: uma política vernacular no contexto urbano não se limita às ações no tempo, desprovida de referências espaciais. Ao contrário, ela implica uma reapropriação e qualificação dos espaços. Quando se fala, por exemplo, em uma arquitetura vernacular, sobressaem-se os usos alternativos de materiais e concepções disponíveis localmente e que se opõem a outros planos que seriam alheios a uma dada realidade.

Adequando essa distinção entre “estratégias e táticas” à problemática do usos políticos do espaço urbano em processos de *gentrification*, gostaria de sugerir um desdobramento do esquema de De Certeau, a partir da contribuição de Sharon Zukin: diria que as “táticas”, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que a torna vernacular, constitui-se em um *contra-uso* capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das resignificações que esses contra-usos realizam.

É nesse ponto que reside parte do argumento central dessa tese: a desapropriação de sujeitos (pelas “estratégias” de *gentrification*) não implica necessariamente um esvaziamento (ou morte) do *espaço público*, mas uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das

apropriações (“táticas”) dos espaços mediante a construção dos lugares. As formas de *uso* situam a problemática dos significados do patrimônio num ponto que, a meu ver, é central para o atual debate sobre o esvaziamento (ou não) do espaço público em áreas de “revitalização” do patrimônio. A transformação desses espaços em áreas de lazer e consumo altera não apenas a lógica da intervenção desses lugares como também as relações de *uso* que seus usuários estabelecem com essas *re-localizações* da tradição.

O objetivo central dos dois capítulos que se seguem é discernir como estes lugares se estruturam no interior dos espaços enobrecidos e como constituem contra-narrativas às concepções oficiais de patrimônio e planejamento urbano, construindo sentidos políticos. Neste quarto capítulo, pretendo inicialmente reconstituir os usos e contra-usos do Bairro, objetivando mostrar como ocorre a construção socioespacial da diferença. A partir de um assimétrico itinerário, cujo percurso se desdobra em desiguais tempos e entrecruzadas espacialidades, busco apreender as diferentes práticas sociais e seus espaços no Bairro do Recife “revitalizado”. No capítulo quinto, desdobro esta análise para entender como esses diferentes espaços de usos incidem e contribuem para a construção social dos lugares no espaço público, criando as condições para a repolitização de um espaço enobrecido.



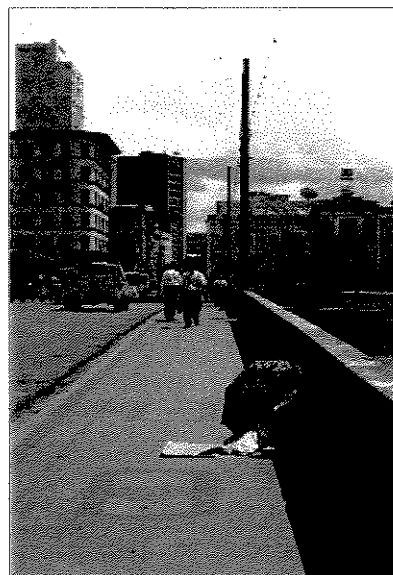
Fonte: antiga Ponte do Recife, que substituiu a ponte erguida por Maurício de Nassau. Reprodução da Litogravura de F.H. Carls, acervo particular do autor.

I

*Invariáveis espacialidades (dia)**

Não há andar fortuito que conduza casualmente o transeunte ao Bairro do Recife. Não se passa pelo Bairro: vai-se a ele. Sua localização no extremo leste da Cidade, em uma ilha, quase que o desloca dos fluxos rotineiros do andar pelo centro do Recife. É fácil evitar o Bairro, sem transtornos e prejuízos a qualquer itinerário: as vias axiais não impõem um trajeto que obrigue uma passagem pela Bairro, ainda que fugidia ao olhar da velocidade. Quem transita pelo Bairro é porque foi a ele por alguma razão. Das últimas pontes erguidas sobre os rios e mangues avista-se o Bairro. Por elas se alcança a Ilha e com um único olhar é possível atravessá-la por uma de suas principais avenidas: das margens do Capibaribe se vê o mar.

Mais do que um deslocamento, a travessia pela antiga ponte do Recife, hoje reformada, induz o pedestre a vislumbrar, ainda à distância, quase toda a extensão da Ilha, banhada pelo Rio Capibaribe. Mas o percurso pela ponte não permite rememorar o passado sem fixar o olhar no presente: no rio poluído, uma pequena embarcação leva um catador de caranguejo, homem do mangue, que escava da sujeira restos de vida. A *Manguetown* sobrevive como na canção, cantada entre guitarras e batuques de Maracatu: “*Rios, pontes e overdrives – impressionantes esculturas de lama/mangue, mangue, mangue...*”¹⁴⁸.



No Manguelama, ou na ponte que se ergue sobre ele, a vida soa como uma improvisada e transitória rotina diária: como as pontes, está incrustada no mangue, mas não quer com ele

* As imagens sem referência de fonte, utilizadas neste capítulo, são todas fotos do autor.

¹⁴⁸ Trecho da música “Rios, Pontes & Overdrives”, de Chico Science e Fred 04. In: Chico Science & Nação Zumbi. *Da Lama ao Caos*. Sony Music Entertainment.

e fundir. Por sobre – ou sob – as esculturas de cimento e ferro, a travessia para o Bairro do Recife anuncia uma paisagem feita de espera e persistência.

Ao se entrar no Bairro, pela sua principal avenida, a Marquês de Olinda, a ausência de um fluxo intenso de pessoas cria uma inesperada sensação de calma. O escasso setor informal estabelece um ritmo de abandono e lentidão, que é um contraste com a outra margem do Rio Capibaribe, marcada por avenidas infestadas de carros e pessoas. Quase não há camelôs no Bairro do Recife. Poucas barracas de coco, cadeiras de engraxate e bancas de revista se aventuram nas calçadas pouco movimentadas. Estes espaços vazios sugerem uma provisoriedade a quem percorre o Bairro. A sensação é a de que as pessoas estão apenas aguardando a hora de ir embora. Em quase nada lembra o Bairro do Recife o antigo centro financeiro de Pernambuco, excetuando as edificações em estilo arquitetônico eclético, pois um silêncio provinciano marca uma lenta cadência, em completa oposição ao barulho ensurdecedor dos outros bairros centrais do Recife.

A Avenida Marquês de Olinda é um local típico de atividades efêmeras. Das 17 (dezessete) agências bancárias existentes no Bairro, ao final do ano 2000, oito localizavam-se

na Avenida, entre alguns bares, pequenas casas de comércio e serviços. Ponto de parada dos principais ônibus que circulam pelo Bairro, a Avenida desempenha o papel de receber e distribuir as pessoas que chegam ao local. Logo no seu início, no prédio quase em ruínas do Edifício *Chantclaire*, localiza-se o Bar e Restaurante



Gambrinus, um dos mais antigos estabelecimentos do gênero em funcionamento no Recife. Fora do perímetro do processo de *gentrification*, o antigo bar é mantido com dedicação pelo seu proprietário, Fernando Pereira. Tendo herdado o bar do pai, Fernando nunca foi um comerciante de ocasião: quando nada havia de incentivos para comerciantes se instalarem no

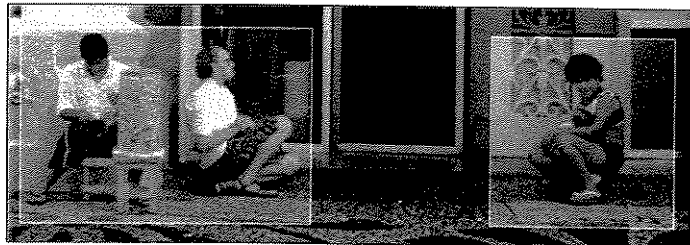
Bairro, ele já mantinha seu bar em funcionamento, agregando parte da boemia que freqüentava as noites do Porto. Foi lá que o ex-governador de Pernambuco, Gustavo Krause, redigiu a “Constituição” da República Independente do Bairro do Recife, um libelo poético-etílico a favor da livre boemia recifense. Nas paredes internas do pequeno estabelecimento, forradas com azulejos verdes, fotos e recortes de jornais contam parte da história do Bairro. No Bar, fundado em 1930, funciona um pequeno acervo, com objetos antigos usados no próprio estabelecimento ao longo de mais de meio século. Bom conhecedor da história do Bairro, Fernando é o presidente da Associação dos Comerciantes e Amigos do Bairro do Recife – ACARA–, uma associação que reúne antigos comerciantes e simpatizantes do Bairro. Mais do que um comerciante, Fernando Pereira tem uma relação afetiva com os freqüentadores, com as ruas e com os moradores do Bairro. Andando pelas Avenida Marquês de Olinda, Fernando externava sua indignação com a situação da Favela do Rato, com a demolição praça do Marco Zero e com o que ele considera um dos maiores crimes que se tem cometido contra o patrimônio do local: a pintura do meio-fio.

“Olha, amigo, 60% do meio-fio do Bairro do Recife é em mármore português. Eu sei até as pedras pretas, as amarelas e as rosas que tem na Rua do Bom Jesus, e que tem na Igreja Madre de Deus, que veio de Portugal. (...) Agora, que você pinte o meio-fio de amarelo, muito bem, agora, não no Bairro do Recife, onde 60% é mármore”¹⁴⁹.

Pereira não explicou, em seu depoimento, como essas pedras portuguesas foram parar como meio-fio de algumas ruas, mas existe uma versão que elas teriam vindo exatamente da demolição da Igreja do Corpo Santo. Parte do mármore dos altares e pisos teria sido utilizado para refazer as calçadas do Novo Recife, com a Reforma de 1910. O mármore português, pintado de amarelo pelo Departamento de Trânsito, não é o único contraste que pode ser visto na Avenida Marquês de Olinda. Em sua aparente normalidade, a Avenida abriga contradições urbanas como qualquer outra importante rua de uma cidade metropolitana. Nos dias úteis, as calçadas se tornam pontos de uma sobrevivência incerta, marcada pela espera paciente e estratégica. Aos poucos, o andar pela Marquês de Olinda possibilita apreender certas características cotidianas que vão se reproduzir, em outras dimensões e intensidade, nas áreas

¹⁴⁹ Depoimento de Fernando Pereira. Entrevista concedida ao autor, em julho de 2000, no Bairro do Recife.

“revitalizadas”. Durante o dia, não há policiamento ostensivo nas ruas: poucos policiais faziam a vigilância diária, confirmando uma idéia difundida de que, no período diurno, o



Bairro apresenta baixos índices de criminalidade. Nas ruas adjacentes, via-se outros esquema de segurança, feito pelos guardadores de automóveis. Em decorrência da população flutuante, que não reside no Bairro, mas apenas trabalha nos bancos, escritórios e casas comerciais, as ruas se transformam em grandes estacionamentos¹⁵⁰. A certa hora do dia, é praticamente impossível encontrar uma vaga disponível para parar um carro. Não é exagero dizer que, em quase todas as ruas, os carros

ocupam os espaços urbanos, configurando a temporária permanência de muitas pessoas no horário de trabalho.



Esta efemeridade nas ocupações também pode ser sentida em relação à população mais pobre, através da presença de serviços voltados à alimentação rápida e barata. Pequenas barracas, construídas em madeira ao longo das calçadas, utilizam as fachadas laterais de prédios antigos como

parede de fundo. Nestas barracas, podia-se tomar café, refrigerante e o tradicional PF (Prato Feito). O cardápio é formado pela típica comida nordestina, com muitas fritura e pouca

¹⁵⁰ Estima-se que a população flutuante do Bairro seja de aproximadamente 4.000 pessoas, excetuando os freqüentadores noturnos que, segundo projeção da Prefeitura da Cidade do Recife, supera os 15.000, em dias de eventos artísticos e culturais. In: Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. Plano de Revitalização - Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992.

salada. Os frequentadores são, em geral, trabalhadores em serviço temporário, como operários da construção, carreteiros, ou simplesmente pessoas desocupadas em busca de uma atividade remunerada de última hora. A concentração de Bancos e a movimentação natural

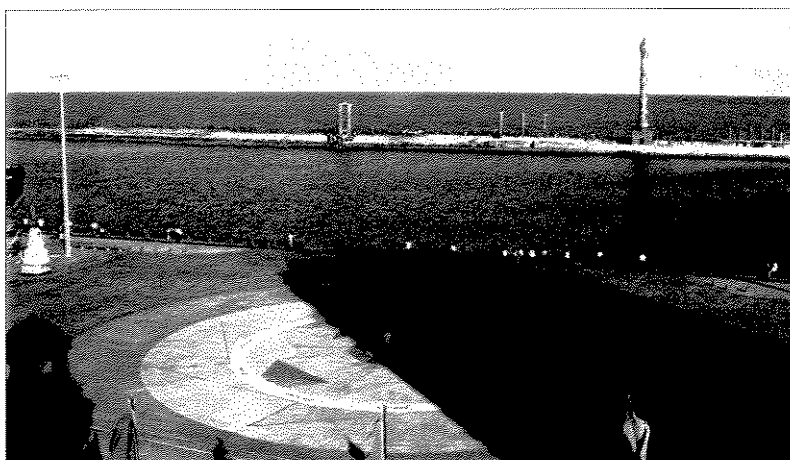


das pessoas pela Marquês de Olinda fez dessa Avenida um local também apropriado para o andar sem rumo. Perto de policiais militares, muitos

meninos desafiavam aparente calma da rua, cheirando cola à luz do dia. Mesmo sabendo que

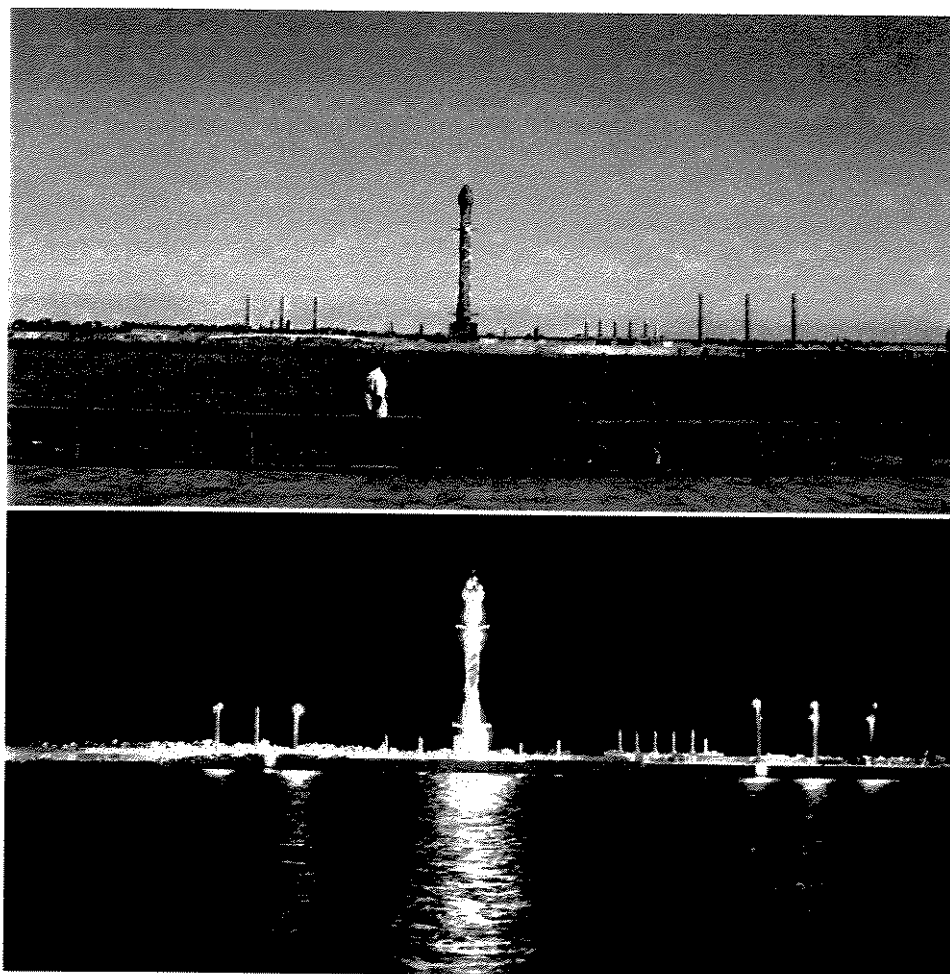
estavam no Bairro onde havia se instalado a Sede do conselho Tutelar da Infância e da Adolescência, esses meninos pouco se importavam com a possibilidade de serem recolhidos. Era como se soubessem que essa probabilidade era visivelmente remota, não apenas por estarem fora do eixo principal do Projeto de Revitalização quanto por não ser noite, período em que se intensificam a vigilância e busca dos menores em “situação de risco”. De fato, o *Projeto Hora de Acolher*, não funcionava no período diurno. Os meninos andavam livremente, causando uma inevitável consternação para quem os via.

O percurso pela Avenida Marquês de Olinda, que se inicia na ponte sobre o rio Capibaribe e o mangue, termina no mar. Ao final da Avenida, abre-se o Largo do Marco Zero: ensolarado, vazio, inabitável à luz do



dia. Do extremo leste do Largo, olhando em direção aos arrecifes que formam a baía portuária, vê-se o parque de esculturas do Projeto “*Eu vi o mundo...ele começava no Recife*”,

com as esculturas do artista plástico e ceramista Francisco Brennand, com a imponente *Coluna de Cristal* povoando os arrecifes. A estreita faixa do molhe voltou a ser visitada, quase um século depois que foi desativada a antiga Casa de Banhos, local onde, nas primeiras décadas do século XX, os recifenses misturavam o lazer do banho de mar com os benefícios da cura que se atribuía às águas salgadas. A enorme Coluna foi finalmente erguida, depois de uma ruidosa polêmica sobre uma suposta censura à concepção fálica da escultura, que envolveu o artista e o então prefeito Roberto Magalhães, polêmica que quase inviabilizou a participação de Brennand, que não aceitara restrições à sua obra. A “torre-farol intergaláctica”, primeira concepção de Brennand, teria sido confundida, como informa o *Jornal do Commercio*, de 29/07/2000, com o órgão sexual masculino, ocasião em que teriam sido feitas alterações no desenho original, não aceitas pelo escultor. Superada a polêmica, a Coluna se ergueu inquestionavelmente fálica no molhe dos arrecifes do antiga Freguesia do Corpo Santo, povoando dia e noite o velho porto.



Espaço aparentemente sem interações, o Largo do Marco Zero subtraiu tradicionais usuários – mendigos, estivadores à espera de uma escala de trabalho, desocupados, visitantes –, promovendo uma “asepsia” do local pela impossibilidade de permanência. Até como espaço de passagem o Largo dificulta o acesso dos transeuntes: com o sol à pique, dificilmente as pessoas transitam pela antiga praça.

A ausência de diferenciação dos espaços do Bairro no período diurno pode ser sentida e observada no indiferente Largo do Marco Zero e no retorno pela Avenida Rio Branco, a segunda Avenida linear aberta pela reforma de 1910. Com muitas casas fechadas, ela é apenas um corredor de saída: ao transpô-la, chega-se novamente às pontes que dão acesso ao Bairro.



Se ao invés de retornarmos pela Rio Branco, seguirmos pela Avenida Alfredo Lisboa até a entrada da Rua da Moeda, a sensação não é diferente. É difícil imaginar que, à noite, a Rua da Moeda se torna um *lugar*: durante o dia ela nada tem que possa configurar um *espaço praticado*. Como outras ruas do Bairro, limita-se a ser um estacionamento para os inúmeros

veículos que ocupam a pequena Ilha. Dizer que a Rua da Moeda é, sem a presença das pessoas que lhe atribuem *sentidos*, apenas um espaço urbano, permite visualizar os contrastes práticos das diferenciações conceituais, feitas anteriormente, entre espaço urbano e espaço público. Sem os seus usuais freqüentadores noturnos, a Rua da Moeda apenas potencialmente pode ser compreendida como um espaço público, na concepção aqui sugerida, como uma

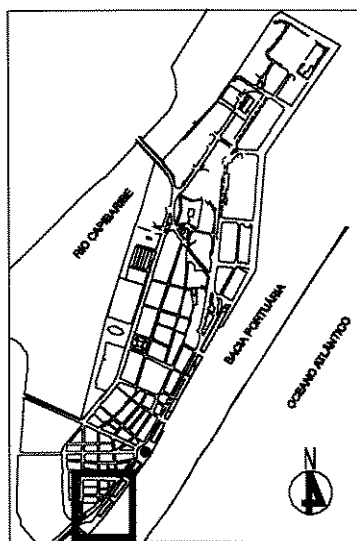


categoria sociológica que se estrutura pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos, ultrapassando a *rua* ao se constituir em um conjunto de práticas que se estruturam num certo *lugar*. A Rua da Moeda, assim como o Largo do Marco Zero e outras invariáveis espacialidades diurnas do Bairro do Recife, é – na ausência desses sentidos atribuídos – tão somente um espaço urbano, enquanto uma *Public Property* (Gulick, 1998). O bar Pina de Copacabana, fechado nas primeiras horas do dia, é também uma edificação simbólica, mas, sem os usos, perde parte da

sua eficácia. À noite, quando outras sociabilidades se desenvolvem na rua, esses espaços se emprenham de significados: deixam de ser meros logradouros públicos para se transformarem em *lugares*.

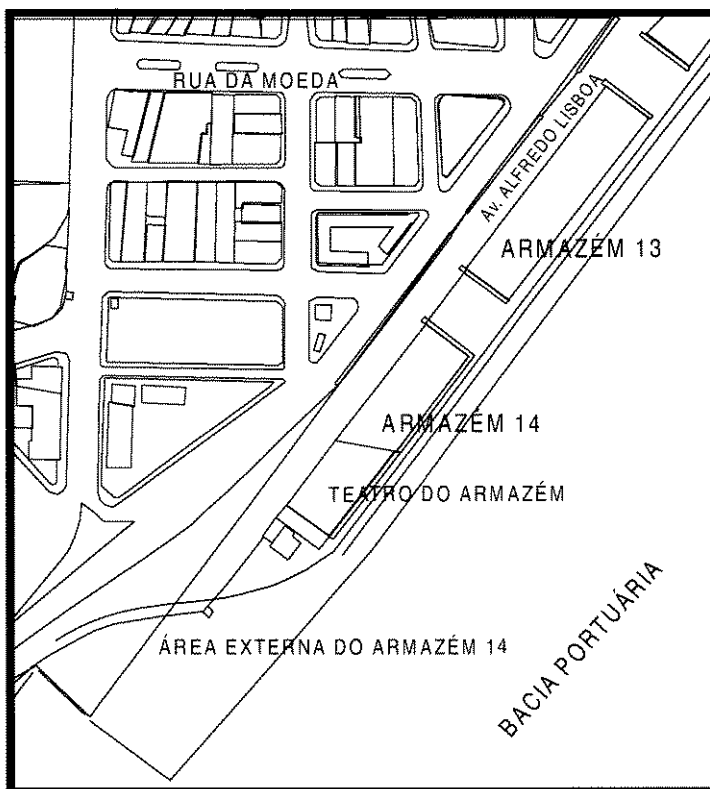
A área onde se situam os armazéns 13 e 14 também é, durante o dia, apenas um espaço urbano. Os dois armazéns desativados servem de espaços para atividades que são, por extensão, do Pólo Moeda. O Armazém 13 é um enorme galpão, onde acontecem

shows. Também nele ocorrem, algumas vezes, a feira do Mercado Mundo Mix. Já o armazém 14, que era um antigo frigorífico do Porto, passou a abrigar, a partir do ano 2000, uma nova iniciativa de Roger de Ronoar, que vendeu o Pina de Copacabana e passou a se dedicar mais à produção de eventos.



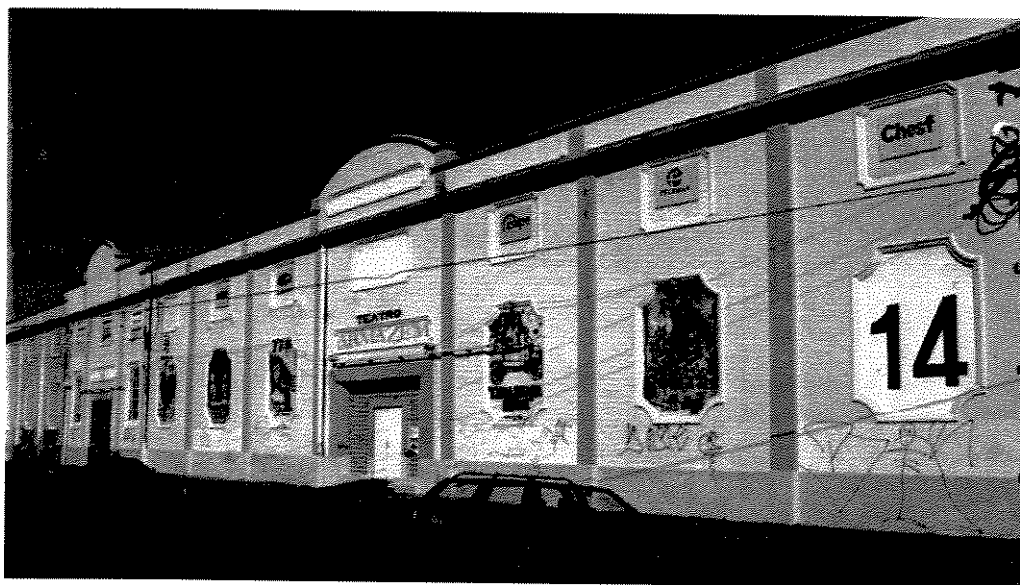
BAIRRO DO RECIFE
Localização dos
Armazéns 13 e 14

REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO
RECIFE/ URB



O *Teatro do Armazém*, como ficou chamado, conjuga um palco experimental para apresentações cênicas e um pequeno bar. Bem diferente do ambiente do Pina, este bar-teatro é mais intimista, embora não menos voltado ao público predominantemente da Rua da Moeda. A área externa do Armazém 14, às margens da Baía portuária, se transformou em um espaço para shows de grande porte. Esse espaço, contudo, não concorrem com os grandes eventos do Marco Zero, uma vez que nele se mantêm as apresentações públicas promovidas pela Prefeitura, enquanto na área externa do Armazém 14 acontecem shows pagos.

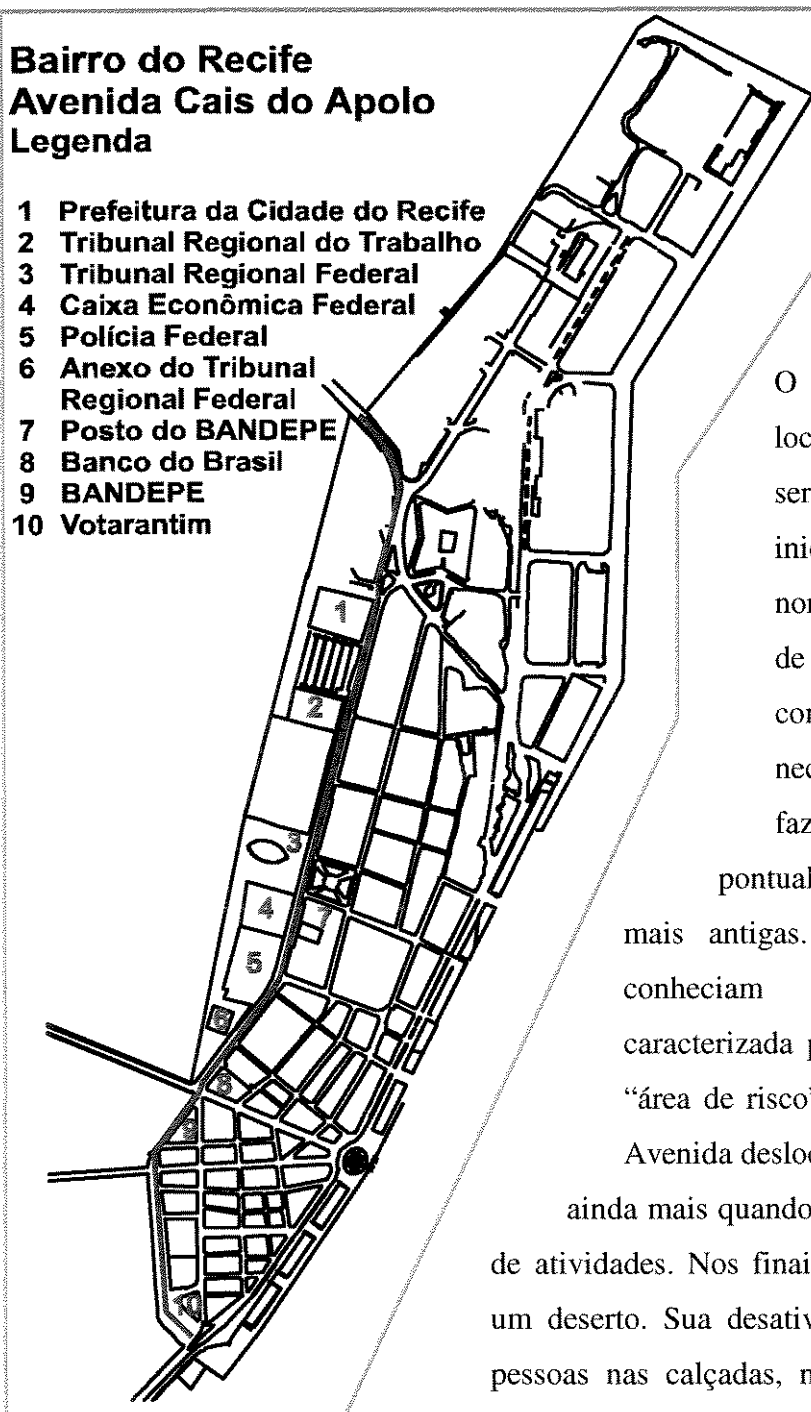
O desenvolvimento dessas atividades na área dos armazéns veio consolidar a expansão do Pólo Moeda como uma alternativa ao Bom Jesus. Apesar da proximidade com o Marco Zero, os eventos não se confundem. Completamente anti-enobrecido, os Armazéns 13 e 14 funcionavam, até janeiro de 2001, como um apêndice da Moeda para eventos maiores, mantendo o perfil *underground* do eixo sul do Bairro.



No trajeto diurno pelo Bairro existe uma avenida que desfaz a sensação de calma despertada pela lentidão da Avenida Marquês de Olinda. Devido à distribuição espacial das atividades em certas áreas do Bairro, observam-se diferenças nos movimentos das ruas. Na Avenida Cais do Apolo, concentram-se as atividades institucionais do Bairro: ali estão a Prefeitura da Cidade do Recife, o Tribunal Regional Federal, Polícia Federal e Receita Federal, entre outros. Principalmente em decorrência da presença da Prefeitura, sempre foi intenso o trânsito de veículos e pessoas. O ritmo é semelhante a outras ruas movimentadas do Centro do Recife, com eventuais congestionamentos e tráfego lento. Essa avenida assegura a ligação diurna do Bairro com o resto da cidade, ao mesmo tempo em que parece algo alheio ao local.

Bairro do Recife Avenida Cais do Apolo Legenda

- 1 Prefeitura da Cidade do Recife
- 2 Tribunal Regional do Trabalho
- 3 Tribunal Regional Federal
- 4 Caixa Econômica Federal
- 5 Polícia Federal
- 6 Anexo do Tribunal Regional Federal
- 7 Posto do BANDEPE
- 8 Banco do Brasil
- 9 BANDEPE
- 10 Votarantim



Dada a sua localização, entretanto, a Avenida Cais do Apolo parece ter uma existência à parte, fora do núcleo antigo do Bairro.

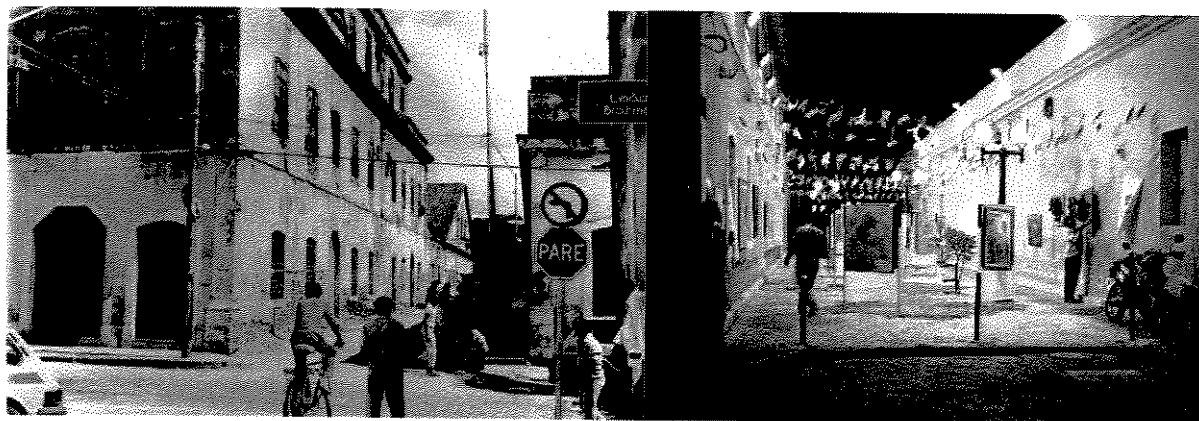
O acesso aos serviços localizados na avenida pode ser feito pela via axial que se inicia na primeira ponte ao norte Ilha. Antes do processo de *gentrification*, não era comum às pessoas que necessitavam ir à prefeitura fazer um itinerário bastante

pontual, sem adentrar pelas ruas mais antigas. Muitas pessoas sequer conheciam o interior da Ilha, caracterizada por uma forte imagem de “área de risco”. Esta impressão de uma Avenida deslocada do Bairro se acentua

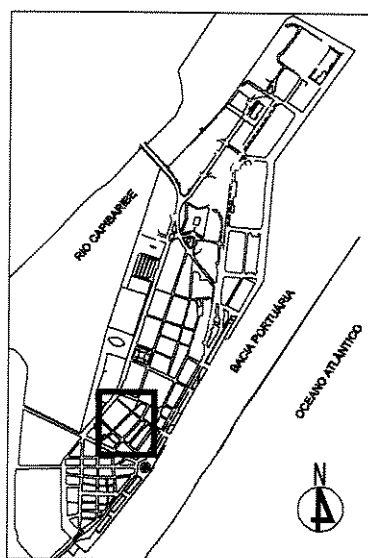
ainda mais quando cessam os horários e dias de atividades. Nos finais de semana, a avenida é um deserto. Sua desativação é completa: não há pessoas nas calçadas, nem carros nas ruas. Como uma típica área comercial e de serviços, a Avenida

Cais do Apolo é um centro dinâmico de aglutinação de pessoas apenas durante os horários semanais de trabalho.

Da Avenida Cais do Apolo é possível chegar ao Pólo Bom Jesus pela Travessa Barão Rodrigues Mendes, que liga a Avenida à rua do Apolo. Esta Travessa era um beco em ruínas e foi recuperado pela Prefeitura em parceria com o *Projeto Cores da Cidade*, da Fundação Roberto Marinho. Reformada, foi dada à pequena Travessa um papel raro e importante para o Plano de Revitalização: nela ocorrem mostras de arte, possibilitando democratizar o hábito pouco estimulado de convívio com as artes plásticas.

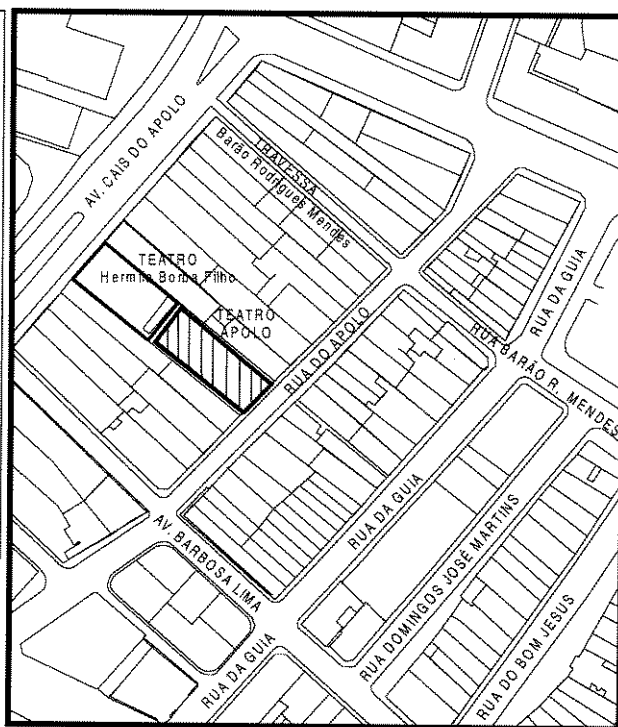


À esquerda, Travessa Barão Rodrigues Mendes nos anos 80/Foto de autoria não identificada, Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Rio de Janeiro. À direita, em 2000/Foto do autor.



MAPA BAIRRO DO RECIFE
TRAVESSA E TEATROS

REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO RECIFE/ URB



Entre a Avenida e a Rua do Apolo, localizam-se os outros dois teatros existentes no Bairro. O mais recente deles, o Teatro Hermilo Borba Filho – uma justa homenagem ao escritor, dramaturgo e idealizador do Teatro Popular do Nordeste–TPN –, foi concebido como um espaço experimental, atendendo uma antiga reivindicação da classe teatral pernambucana. Antes mesmo da sua construção, já funcionava em seu espaço um galpão onde aconteciam montagens experimentais. O Teatro Apolo, por sua vez, reformado também através da parceria entre a Prefeitura e a Fundação Roberto Marinho, veio consolidar a existência da antiga casa de espetáculos, fundada em 1835, pela “Sociedade Harmônica Teatral” (Cavalcanti, 1977: 78).

A Rua do Apolo teve uma peculiar característica no processo de “revitalização”. No início, houve uma intensa proliferação de bares voltados a um público mais jovem. A rua se tornou um *point* para os adolescentes que procuravam um espaço próprio no Bairro. Entre o final de 1997 e começo de 1998, a Rua era uma das mais movimentadas. Havia restaurantes, boates, casas de show e muitos bares e botecos, vendendo comida e bebida acessíveis para o bolso de estudantes e jovens sem muito poder aquisitivo. De certa forma, havia uma caráter espontâneo e improvisado nos estabelecimentos existentes. O fato é que, com a mesma velocidade com que surgiu um pólo de animação na Rua do Apolo, ele também desapareceu. Parte dos comerciantes culpa a Prefeitura pelo desastre, onde muitos perderam dinheiro, pois não conseguiram ter o retorno suficiente que esperavam, alegando não ter havido a mesma atenção e investimentos dispensados à Rua do Bom Jesus. Para André Lubambo, Presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Recife, a razão fundamental teria sido a “sazonalidade”: bares voltados exclusivamente para jovens que não se constituem em um público fiel: “(...) não adianta abrir aqui lanchonetes, como foi criado, ou só lugar pra menino abaixo de 20 anos freqüentar ou abaixo de 25 entrar, que aí foi o caso da Rua do Apolo, que foi morrendo (...)”¹⁵¹. Indagado se a Prefeitura de fato não investiu na Rua do Apolo, o então

¹⁵¹ Depoimento de André Lubambo, presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Recife – ABR, e proprietário do Bar *London Pub*. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.

coordenador executivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, Fernando Andrade, deu a sua versão, aproximando-se da opinião de Lubambo:

“(...) a rua era um ponto que dava tanta gente como dava a Bom Jesus e adjacências, porém, era feita de bares, e eu conheci os proprietários, pessoas seríssimas, pessoas boas, mas que aproveitavam final de ano, período de férias de adolescente, e botava som alto (...). Tinha uma travessa ali, não sei se você conhece aquele travessa Barão Rodrigues Mendes, que fica ali, estão revitalizando ali. Ali era um beco sem iluminação, onde várias pessoas botaram uma barraquinha pra vender bebida a 1 real, 1,50. (...) Só que nenhum bar consegue sobreviver de três meses durante um ano”¹⁵².

A sazonalidade que atingiu a Rua do Apolo dificilmente poderia se repetir, no mesmo período, na Rua do Bom Jesus. Principal local do processo de revitalização, a rua, que se inicia na reformada Praça do Arsenal da Marinha (ou Praça Artur Oscar, também conhecida como Praça do Liso), destaca-se pelo apelo visual das cores do seu casario. Mesmo durante o dia, quando invariáveis espacialidades pareciam predominar em todo o Bairro, a Rua do Bom Jesus já é o espaço mais entrecortado por fronteiras simbólicas da Ilha. Por condensar de modo paradigmático os principais efeitos da política de *gentrification*, a Rua abriga uma pluralidade de usos contraditórios e conflituosos, como palco de maior visibilidade pública do local.

A primeira fronteira que a separa das demais ruas do Bairro foi erguida pelo tratamento diferenciado que a Prefeitura dispensava, através dos serviços urbanos de limpeza, segurança e iluminação. Em contraste visível com o resto do Bairro, a Rua tem, de fato, tratamento diferenciado, por representar a parte mais bem sucedida do empreendimento que transformou o antigo bairro é um local de consumo e lazer. Rúbia Campello, então Diretora do Departamento de Assuntos Especiais da Prefeitura, órgão que coordenava o *Plano de Revitalização*, reconheceu o quão era problemática essa diferenciação:

“(...) a gente se preocupa muito com a manutenção do bairro porque a gente sente nitidamente que esse pólo aqui [*aponta, no mapa do Bairro, o Pólo Bom Jesus*] é a menina dos olhos de quem cuida dele (...)”¹⁵³.

¹⁵² Depoimento de Fernando Andrade, coordenador executivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.

¹⁵³ Depoimento de Rúbia Campello, diretora da Departamento de Programas especiais da URB. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 12 de abril de 2000.

E, referindo-se a outras áreas do Bairro, complementou:

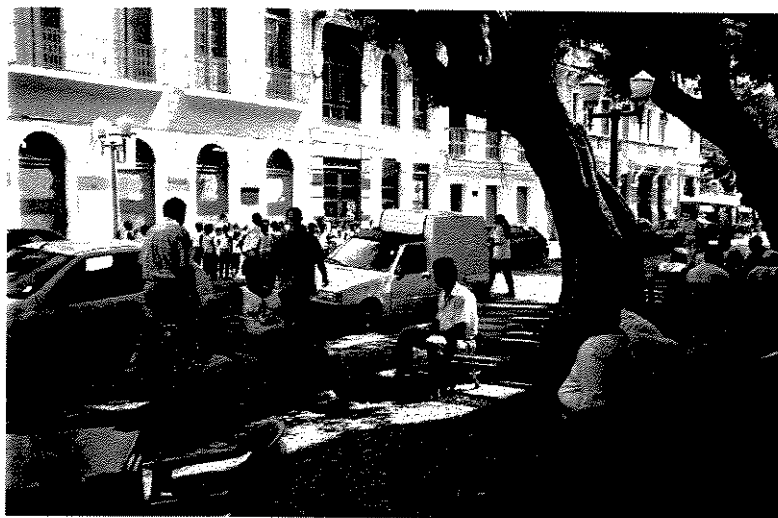
“A varrição é diferente, não existe lavagem de rua, as calçadas estão em péssimo estado, enfim, é um tratamento diferenciado (...) Você tem, assim, verdadeiras linhas invisíveis [entre os pólos] (...)”.¹⁵⁴

Estas “linhas invisíveis” não se estruturaram apenas entre os Pólos, mas no interior deles, através das diferentes possibilidades de uso do espaço urbano enobrecido e do patrimônio histórico transformado em mercadoria cultural. Nos diversos momentos da pesquisa, nos quais pude observar a Rua do Bom Jesus, era perceptível que ela tinha dois espaços simbolicamente segmentados, demarcados pela rua que delimitava suas duas calçadas. Em uma calçada perfilavam as edificações restauradas, transformadas em elegantes e sofisticados bares e restaurantes, inacessíveis ao padrão econômico de 70 % da população brasileira. Nesta calçada enobrecida, não havia árvores nem bancos: sob o sol, ninguém permanece. Espaço de visitas, para os olhares dos turistas ou de pequenos estudantes que começavam a conhecer a história da sua cidade andando pelo Bairro. Estes olhares eram profundamente assimétricos: eles percorriam apenas um lado da Rua, trafegavam apenas por uma de suas duas calçadas. *Calçada-luz*, metáfora imperfeita da desigual visibilidade conferida pelas práticas de *gentrification* a certos espaços urbanos.



¹⁵⁴ Depoimento de Rúbia Campello, diretora da Departamento de Programas especiais da URB. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 12 de abril de 2000.

A dimensão propriamente cenográfica da *calçada-luz* era visível pelo seu lado oposto, a calçada do outro lado da rua. Como um palco à italiana, que afunila o olhar e o enquadra em direção a uma única perspectiva, a calçada enobrecida era observada por olhares à distância, por pessoas que transitavam e permaneciam na outra calçada, como local oposto. A diferença



é que a quarta parede, que separava atores do público espectador, não era apenas um recurso ilusionista de uma encenação naturalista: havia uma real separação entre as duas calçadas, que somente à noite se diluía, quando a *calçada-luz* invadia as duas margens da Rua. Na calçada não enobrecida, tudo lembrava uma cidade comum. Sob a sombra de árvores enormes, havia bancos de madeira, nos quais mulheres de aparência simples trocavam conversa à toa, engraxates procuravam clientes, trabalhadores do Porto conversavam e riam

alto. Meninos em situação de rua dormiam nos bancos; outros desafiavam a aparente normalidade do Bairro, cheirando cola à luz do dia. Desse lado da rua, havia bares onde se vendia comida barata, casa lotérica, banca de jogo do bicho, Sindicato dos Portuários. Local onde pequenas intimidades do mundo privado se esvaíam para a cena pública cotidiana: calçada comum, *calçada-sombra*. Quase uma expressão pública da esfera íntima.

Quem, durante o dia, freqüentava esta calçada não se aventurava a atravessar a Rua, à noite, para sentar-se às finas mesas da *calçada-luz*. Ficavam apenas observando a sua contínua arrumação, como se entendessem que a única apropriação possível fosse o olhar à distância. Sob o sol, e sem as luzes que realçam os seus tons berrantes, as *cores da cidade* da Rua do Bom Jesus era um cenário de exclusão, constantemente observado pelos olhares que desenham e revelam diferentes territorialidades. Era possível observar, naquele ínfimo espaço, que as representações que seus freqüentadores faziam de *si* e dos *outros* estavam fortemente marcadas pelas possibilidades de acesso a padrões culturais de consumo, cujos limites, às práticas e interações sociais, emergem da transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Enobrecidas, as antigas edificações pareciam distantes do cotidiano dos moradores do Bairro.



A cena comum, de uma visita turística, tinha um sentido único que provavelmente não se repetirá quando a “revitalização” estiver concluída e os moradores do Bairro estiverem habituados a um cotidiano marcado pela presença do estranho, do diferente. O Bairro que era visto e visitado, também *via* quem o visitava. Os turistas também eram objetos de “visitação” quando, ao andar pelas calçadas, eram acompanhados pelos olhares curiosos e atentos de pessoas comuns, trabalhadores e moradores locais. Olhares que se divertiam, com a quebra da monotonia diária da vida cotidiana; outros que pareciam guardar uma silenciosa indignação porque já não podiam mais andar com tanta desenvoltura no próprio Bairro.

As calçadas do Bom Jesus, em sua dicotomia feita de *luz e sombra*, realçavam os tênues limites entre as diferentes sociabilidades que se espacializavam em seu espaço. Sobre esse papel que a vida cotidiana em um bairro teria para as relações entre a esfera da vida privada e o mundo público, Pierre Mayol (1998) se referia à vida em um bairro como um arquétipo da apropriação do espaço e sua transformação em um lugar de reconhecimento público da vida cotidiana:

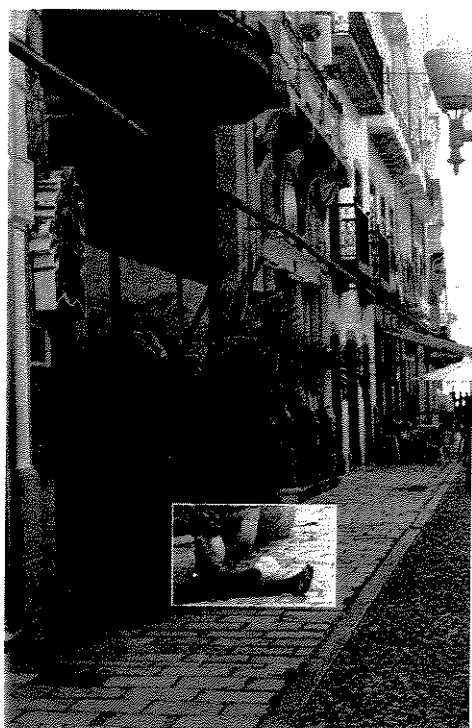
“pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço” (Mayol, 1998:40).

Desejava ressaltar o autor que o bairro encontra-se no limiar entre o público e o privado. Essa articulação fronteiriça se deveria a um tipo de inscrição individual que cada pessoa registra em seus itinerários, de modo a torná-lo reconhecido e reconhecível como lugar. Mais do que um simples espaço urbano de propriedade pública (*Public Property*), um bairro seria o lugar de passagem do privado para o público, mediante o prolongamento de sociabilidades pessoais. Poderia, assim, um bairro ser compreendido como um espaço social onde o público

e o privado se demarcam pela interdependência de significados. Em outras palavras, traduzidas para a problemática desta tese, as interfaces entre vida privada e vida pública poderia ser entendida como um processo através do qual as pessoas territorializam as suas diferenças para se apropriarem do espaço público a partir de códigos pessoais – ou grupais –, enquanto códigos identitários que fornecem bases (tradicionais ou não) para o que Giddens (1991) chamou de “segurança ontológica”.

As dicotomias das calçadas do Bom Jesus, mais do que uma metáfora sobre as interfaces entre a vida privada e o mundo da vida pública, revelam,

na forma como seus usuários operavam as categorias conflituosas de interação, as faces da exclusão e revolta que se materializam ganhando forma e visibilidade nos espaços da cidade.



A constante subversão espacializada dos usos dessas calçadas tentava muitas vezes demarcar e territorializar relações de poder: se a *calçada-luz* se destinava aos turistas e à “gente de posse”, a *calçada-sombra* era território livre para quem da primeira era excluído. Às vezes, essa demarcação tentava se ampliar para ambas as calçadas, porém, sem sucesso.

Tinha pouca durabilidade qualquer tentativa de transpor para a *calçada-luz* o que na *sombra* não causava incômodo. Mas a presença constante de *ruídos visuais* no cenário enobrecido parecia querer lembrar a todos que a realidade de abandono nem sempre se apaga com cores vivas. Durante o dia, o sistema de vigilância ainda não funcionava com rigor, fato que permitia que o perímetro “revitalizado” apresentasse transgressões em sua pretensa uniformidade de ser uma “imagem de espaço central e nobre da cidade”¹⁵⁵. Estas



transgressões, no entanto, embora silenciosas e politicamente aleatórias, não eram expressões passivas: sabia-se que a presença causava incômodo, gerava mal estar. Essas fissuras poderiam ser compreendidas como simples manifestações cotidianas, sem intenções de enfrentamento. No entanto, esses atos sugerem mais do isso: são muitas vezes abertamente codificados, com a intenção de quem operou uma escolha estratégica do uso do local. Se essas escolhas espaciais fossem espontâneas e desprovidas de intencionalidade, seria possível vê-las

¹⁵⁵ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.41.

em qualquer outra área do Bairro, principalmente nos trechos mais calmos e onde dificilmente estas pessoas seriam incomodadas. No entanto, esses moradores itinerantes buscavam exatamente as áreas de maior visibilidade do Bairro, como a Praça Artur Oscar, porta de



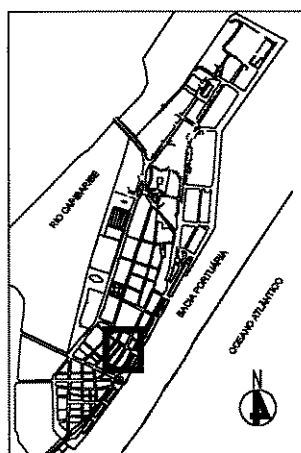
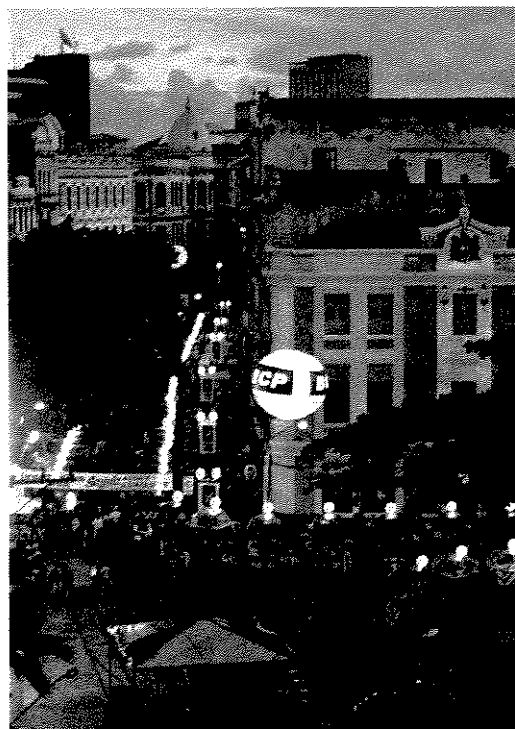
entrada da Rua do Bom Jesus. Desprovidos de uma casa para moradia, enquanto espaço da sociabilidade privada (Bachelard, 2000) e proteção dos excessos da exposição pública (Arendt, 1987), os *homeless* do Bairro do Recife cingiam a paisagem enobrecida com a sua cidadania inexistente (Telles, 1992). Destituídos de um espaço próprio para as

sociabilidades privadas, os *homeless* representavam a radicalização da paradoxal condição de “cidadão privado”, sobre a qual se refere Kowarick (2000) para designar a subcidadania imposta pela banalidade da violência urbana. A vivência íntima dava-se na rua que, muitas vezes, apesar do risco diário e das disputas pelos melhores locais, transforma-se em um espaço de acolhimento e mútua solidariedade entre eles próprios. Nesse caso, não é a casa que virava rua, mediante uma apropriação coletiva dos moradores em suas relações cotidianas, como no Bairro carioca do Catumbi.¹⁵⁶ Ao contrário, a rua se transformava precária e provisoriamente local das sociabilidades que estariam normalmente reservadas ao âmbito da esfera íntima.



¹⁵⁶ Refiro-me à pesquisa “Espaço Social e Lazer, Estudo Antropológico e Arquitetônico do Bairro do Catumbi”, coordenada por Arno Vogel e Carlos Nelson F. dos Santos, e cujo relatório resultou no livro *Quando a Rua vira Casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*, São Paulo, Projeto, 1985.

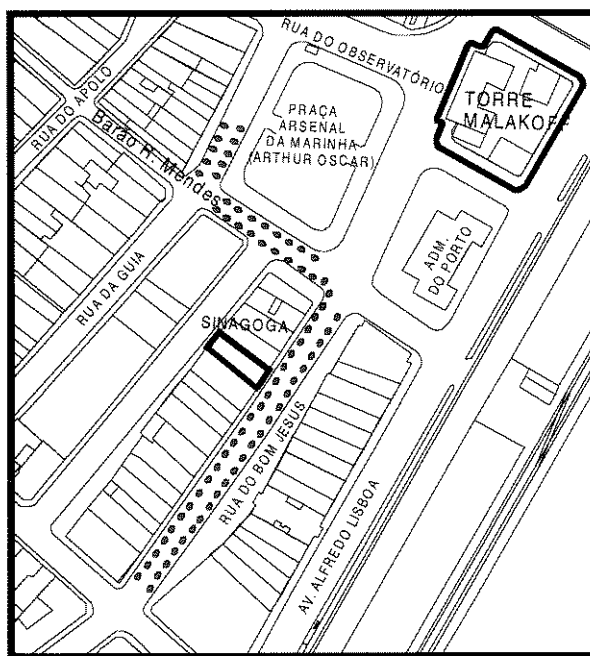
Nos finais de semana em que acontecia o “Domingo na Rua”, o Pólo Bom Jesus cumpria o duplo papel de se tornar um centro de animação cultural e ser um local enobrecido para a prática de consumo explícito. O evento tinha como âncora uma feira ao ar livre que reunia antiquários, artesãos e pequenos comerciantes de produtos manuais, confeccionados em pequena escala e de modo artesanal: bolsas, colares, bonecas e utensílios de decoração, quadros, roupas, livros usados, postais e comidas típicas da região. Várias barracas padronizadas se alinhavam no entorno da Praça Artur Oscar, nas ruas do Bom Jesus e Barão Rodrigues Mendes, transformando o Pólo Bom Jesus em um animado local de encontro.



BAIRRO DO RECIFE
DOMINGO NA RUA

LEGENDA

- BARRACAS DA FEIRA DE ANTIGUIDADES



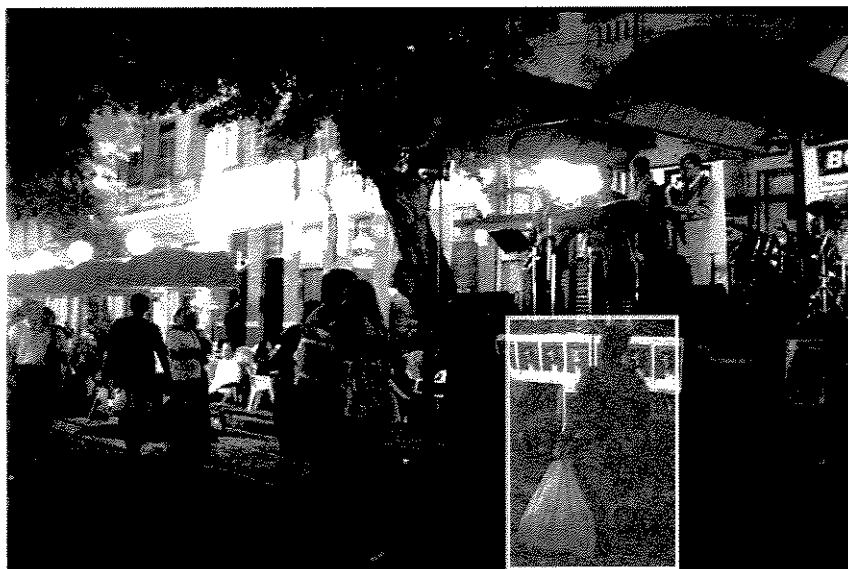
A domingueira parece uma quermesse de cidade interiorana. As pessoas percorrem o corredor formado pelas barracas: idosos andam sem pressa, entre o alvoroço das crianças que se desviam com agilidade dos adultos que surgem no caminho. Embora seja um evento também comercial, poucas pessoas compram, de fato, alguma coisa. A maioria circula de mãos vazias, porém com os olhares atentos a percorrer cada barraca. De vez em quando, para-se em algum ponto, trocam-se conversas. Na freguesia do Domingo na Rua, a prática do consumo ganha sua dimensão mais ampla de “intercambiar significados”, como ressaltou Canclini (1993). Nas mesas dos bares, que atravessam a rua e ganham as duas calçadas da Rua do Bom Jesus, o movimento vai aumentando com o passar das horas, até estarem todas as mesas ocupadas. Rua e calçadas se fundem: nas ruas, as barracas e nas calçadas, as mesas. A locomoção é dificultada não apenas pelos obstáculos físicos como pela quantidade de pessoas que se amontoam em todos os espaços disponíveis. Um palco armado na rua repete, em menor escala, a experiência do “Dançando na Rua”: um pequeno grupo de bons músicos tocam salsa e merengue para os casais menos inibidos. Sobre o tapete vermelho que se espalha na parte central da rua, o baile improvisado recebe com aplausos os dançarinos anônimos.



Havia quase invariavelmente uma aparente homogeneidade social nos frequentadores do *Domingo na Rua*, com a ausência dos *ruídos visuais* antes visíveis no Bairro. A sensação de harmonia e conagração quase enganava o olhar mais descuidado, atraído pelo apelo

visual das barracas, das pessoas, do clima de festa . No entanto, as *fissuras* no cenário enobrecido continuavam a pontuar suas trajetórias de desigualdade e diferença, revelando mais uma vez o caráter enobrecido do Bairro do Recife. Seus moradores, muitos deles antigos moradores, tornavam perceptível a forma profundamente assimétrica com que “participavam” das festividades do principal Pólo de animação cultural da Rua do Bom Jesus: as catadoras de lata (latinhas descartáveis de cerveja e refrigerante) percorriam apressadas pelas ruas sabendo que sua presença era não apenas indesejada como arriscada.

Abordadas, elas fugiam, talvez pensando ser o pesquisador alguém da Prefeitura ou um segurança dos bares. Com muita persistência e delicadeza era possível conversar com algumas delas, apesar da postura defensiva e o



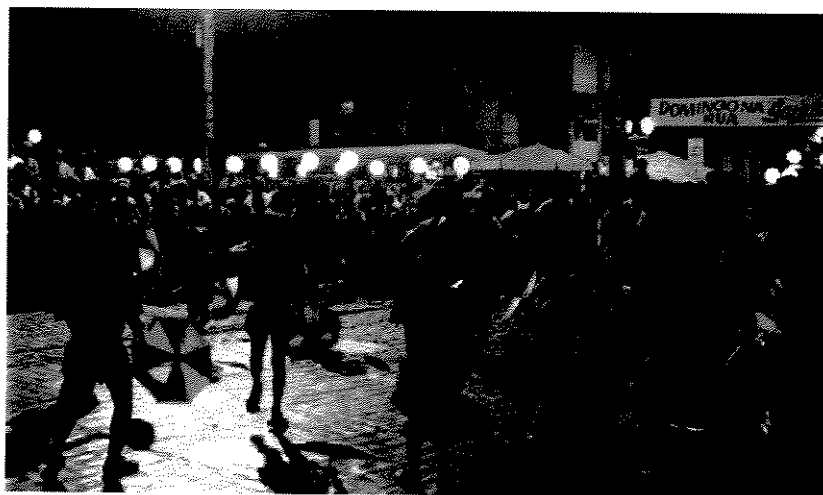
olhar de desconfiança com que se distanciavam e se protegiam. Eram, de fato, moradoras da Favela em busca de alguma renda. Queixaram-se por não as deixarem colocar barraquinhas para vender água ou refrigerantes e reclamaram que mal podiam apanhar as latas que enchiam a sacola de mão.

“(...) a vida nossa aqui da favela é apanhar latinha e assim mesmo ninguém deixa chegar perto, que o empresário nem os policiais deixa. É um pão que a gente vai arrumar, para comprar um pão no outro dia”¹⁵⁷

Ao fim da conversa, despediam-se com um pequeno sorriso no rosto quando percebiam, enfim, que o seu interlocutor não queria nada mais do que apenas ouvi-las. O aperto de mão e o agradecimento quase lhes causavam espanto, talvez por estarem tão habituadas a serem mal recebidas naquele local.

¹⁵⁷ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor. Recife, 11 de abril de 2000.

No *Domingo na Rua*, ao fim da tarde, várias apresentações dão o tom *cultural* ao evento: desfilam pela rua do Bom Jesus grupos de Bumba-meu-boi, Maracatu, Caboclinhos. Estas apresentações ocorrem, obviamente, na forma alterada de espetáculo, bem diferente das demoradas festas populares que caracterizam essas manifestações da cultura nordestina. Exceção feita às apresentações de frevo do Mestre Nascimento do Passo que, antes de apresentar seu show, disponibiliza monitores para ensinar alguns passos da dança para quem quisesse experimentar o ritmo do frevo pernambucano, a passagem dos grupos é rápida, quase um desfile efêmero para o olhar apressado. Mesmo assim, não deixa de uma apresentação bonita de se ver, principalmente pela variedade dos grupos que se apresentam.



A cada *Domingo*, diferentes agremiações, de distintas cidades, apresentam-se ao longo da tarde. A convite da Prefeitura, que paga uma quantia (não revelada), os grupos tinham grande interesses em se apresentar no Bairro do Recife, segundo informou um dos integrantes do Grupo Maracatu Carabinda Dourada. Apesar de serem pagos quase que simbolicamente, quantia que não garantia nem a manutenção das vestimentas e adereços, a apresentação ajudava a divulgar o trabalho que, em decorrência da visibilidade do local, poderia receber outros convites mais rentáveis.

É difícil avaliar o real sentido que teria o Bairro para esses grupos, bem como para as pessoas que o freqüentavam. Ao que parece inicialmente, o Bairro do Recife era apenas uma boa vitrine: local de grande visibilidade pública e de possíveis novas contratações para os grupos. Tinha-se a impressão que essas apresentações poderiam ocorrer, de igual modo, em qualquer outro local: em um hotel para turistas, em praças ou pátios da cidade. Parece claro, de outro modo, que havia um esforço da



Prefeitura em configurar o Bairro como um local onde se podia ter contato com a tradicional cultura popular pernambucana. Mais do isso: o encontro entre o patrimônio edificado (e restaurado) com essas expressões imateriais do patrimônio cultural configuraria a tentativa de *re-localização* e afirmação de uma tradição, através da qual se buscava reinventar a centralidades de uma espaço da cidade. Refazendo os nexos entre *identidade* e *lugar*, no contexto da sociedade contemporânea, essas manifestações podem ser compreendidas também como formas de *estriar* os espaços lisos da cidade, atribuindo-lhes significados tradicionais. Essa *re-localização* incide sobre os significados das práticas culturais do Bairro



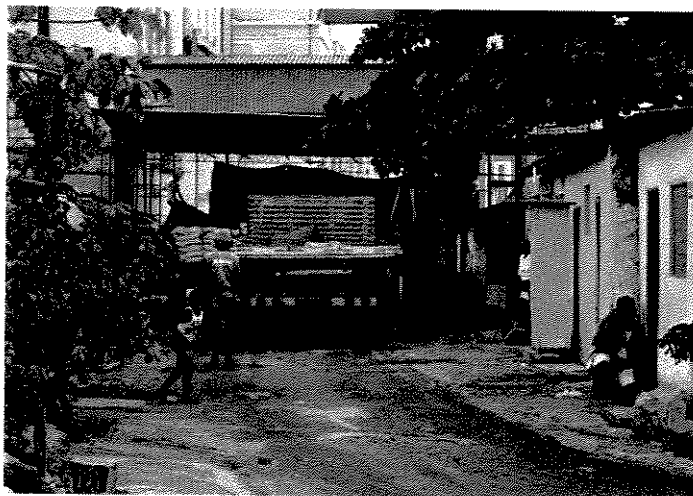
fazendo com que o seu patrimônio subsista como *reliquia*, haja vista a perda de sua conexão afetiva com os costumes locais do Bairro (desprovido, como sempre foi, dessas manifestações sócio-culturais, na medida em que foi convertido historicamente, desde a época da primeiras intervenções urbanísticas de Maurício de Nassau, em um espaço predominantemente voltado às práticas comerciais relacionadas às atividades de importação e exportação do Porto). Como ícones do passado, os patrimônios edificados e o imaterial do Bairro do Recife representam uma tentativa de

adequar as tradições locais às demandas do consumo cultural das políticas de *gentrification*, cujo resultado mais imediato é a atualização, como ressalta Featherstone (1995), dos nexos entre cultura de consumo e produção de mercadorias na sociedade contemporânea. Consumidos como espetáculos-mercadorias, as apresentações da cultura popular no Bairro do Recife pretendiam mediar as relações entre as práticas de consumo e a *re-significação* tradicional do local que legitimariam o “mercado da autenticidade” (Fortuna, 1998) no qual está inserido o Bairro, na busca da afirmação dos bens culturais com os quais pretendia construir sua singularidade.

Qualquer itinerário feito depois de se conhecer o Pólo Bom Jesus parecia realçar as contradições que permeavam o Bairro do Recife. Indo em direção ao eixo norte da ilha, seguindo a continuação da Rua Bom Jesus, pelo percurso *Fora de Portas* que no século XVII

era utilizado para se ir a Olinda, chega-se à rua São Jorge, a rua da infância do ensaísta Sylvio Rabello.

Para entrar na Favela do Rato é necessário vencer um curioso obstáculo. A área que compreende o Pólo Pilar abriga as duas indústrias existentes, as fábricas Moinho Recife e Pilar. A primeira, com edificações dos dois lados da rua, simplesmente transformou o espaço urbano em



Fábrica Moinho Recife extravasa para a rua suas instalações, na entrada da Favela do Rato.

uma extensão de suas instalações. No meio do caminho, caminhões são carregados por trabalhadores suados e embranquecidos pela farinha que escapa dos sacos de pano. Imprimindo ritmos e sonoridades próprios, o Pólo Pilar é formado pela área mais atingida pela expansão do Porto. Muitos armazéns, casas de comércio atacadista e trabalhadores nas calçadas compõem a paisagem desta área, em meio a antigas edificações em ruínas.

As crianças cruzavam as rua, numa algazarra que fazia o observador lembrar que ali mora alguém. Estas novas imagens despertam para o fato de que mudamos de itinerário: já não estamos mais no Pólo Bom Jesus, com suas agências bancárias quase vazias, seus

carros de luxo e suas ruas se preparando para a noite. A Favela do Rato (comunidade Nossa Senhora do Pilar) se perde ao olhar desavisado. Indesejada, assim como a maioria dos que estão à margem, foi-se erguer aonde imaginava ser um lugar esquecido e sem valor para a cidade: entre os fundos das duas indústrias, sob o barulho ininterrupto das máquinas, sirenes e caminhões. A Comunidade ergueu seus barracos de madeira, zinco e papelão no abandonado pátio da antiga Igreja do Pilar, cujo estado sugeria um processo franco de desabamento natural pela visível ausência de qualquer ato de preservação recente. Temerosa pelo súbito interesse que o poder público e os empresários revelavam pelo Bairro, a população da Comunidade do Pilar mantinha um olhar de curiosidade hostil a quem invadia seu espaço. Acuada, começava a desconfiar de tantas visitas à velha Igreja, antes completamente esquecida.

O chão de terra batida da Favela do Rato, com um fio de água de esgoto a molhar os pés descalços de crianças seminuas, era uma imagem que muitos frequentadores do Bairro não sabiam estar tão próxima de suas mesas limpas, geometricamente alinhadas na calçada do Bom Jesus. A favela se formou provavelmente em 1965, quando vários mocambos foram removidos para que se aterrasse a área onde hoje está situada a sede da Prefeitura do Recife. Esta área era conhecida como a “mendicância”: um local para onde eram levados os *homeless* do Recife e aonde morava parte dos mais antigos residentes da atual Favela do Rato.

“Naquela mediação era barraco, não tinha casas boa como dali da Pilar para cá. A mendicância era uma casa bem grande assim, toda de tijolo (...) às vezes vinha pessoa da rua, desempregado, ia para lá e dormia, comia. Agora, não era comida boa. Mungunzá, xerém, a gente comia”¹⁵⁸.

Na década de 70, ocasião em que a Portobrás ergueu vários armazéns para estocagem, intensificaram-se as ocupações da área atual da Favela do Rato. Nas últimas três décadas, a Favela não conheceu melhorias urbanas. Esquecida, continuou sem rede sanitária, sem água encanada, sem um sistema de telefonia pública. Não havia posto de saúde no Bairro e a única Escola que funcionava era a Escola Municipal do Pilar, criada em 1997, em função da necessidade de diminuir o fluxo de crianças nos Pólos “revitalizados” do Bairro.

¹⁵⁸ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.

Como já foi ressaltado em capítulos anteriores, a Favela oferecia um percurso marcado por uma paisagem de abandono: as estreitas ruas e becos, sem pavimentação, formavam um labirinto insalubre, por onde se amontoava o lixo, o esgoto, as crianças. As casas de alvenaria se misturavam com os casebres de madeira, alguns construídos também com a ajuda de papelão que fazia, as vezes, de parede.

Tabela: Tipologia Habitacional

Tipo de Material das Paredes	Absoluto	Percentual
Alvenaria	168	47.0%
Madeira	188	52.5%
Outros	02	0.5%
Total	358	100%

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica Comunidade Nossa Senhora do Pilar/ Empresa de Urbanização do Recife/ Diretoria de Integração Urbanística/ Divisão de Pesquisa e Acompanhamento. Recife, abril/98

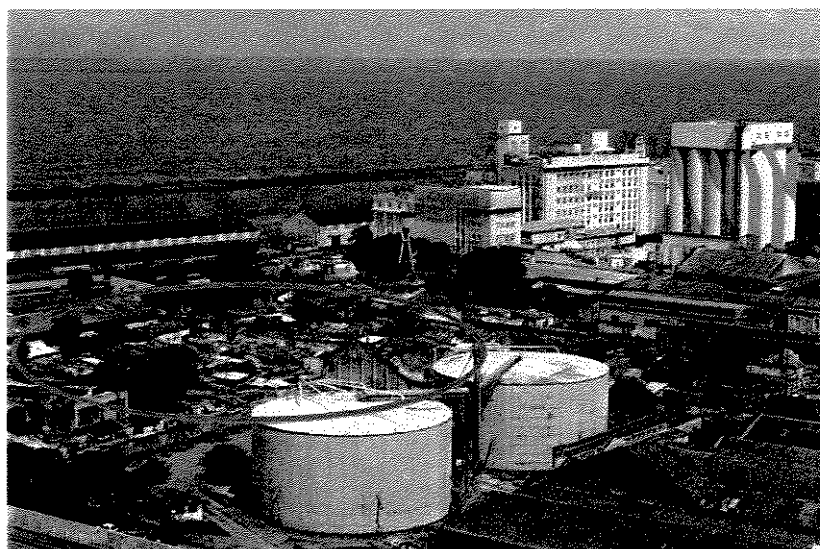


Advertido sobre o perigo de entrar na Favela, ainda mais portando material fotográfico, adentrei pela primeira vez no local com o receio de praxe. Observado enquanto observava, discretamente seguido enquanto seguia as trilhas

da explícita pobreza, percebi logo que não havia risco algum, apesar dos desconfiados olhares de um grupo de jovens que quase fechava a passagem de um dos becos. Transponíveis obstáculos que se tornaram ainda mais flexíveis quando a comunidade ficou sabendo que o estranho era apenas um pesquisador – “que veio lá de São Paulo”, a procura de Maria José Medeiros. Ex-líder comunitária da Favela, Dona Maria, como é conhecida, era uma referência central para os moradores, principalmente para os mais antigos. Foi ela quem organizou a

comunidade, nos idos dos anos 80, quando se iniciavam as primeiras propostas, na gestão de Jarbas Vasconcelos, de reurbanizar o Bairro. Ela participou do *Projeto Memória em Movimento*, na primeira fase de “revitalização”, quando os moradores eram os principais “sujeitos” a quem se destinavam as ações de melhoramento do velho bairro. Dona Maria não foi encontrada: já não morava mais na Favela, deixou o local para cuidar do pai adoentado. Ao sair de lá, a comunidade não perdeu apenas sua liderança, perdeu também o princípio de organização, tão fundamental para alcançar a mínima participação na construção social de um *espaço civil* (Paoli, 1982).

Quem procura Dona Maria, e não a encontra, é levado para quem poderia ser sua substituta: Francisca Lopes Gomes, outra antiga moradora que participou ativamente do *Memória em Movimento*. Mas Dona Chiquinha é mais uma voz isolada:



não apenas declinou da difícil substituição como parece sem esperança em relação aos destinos da Favela. Memória ainda viva do tempo em que era menina no Bairro, sabe que a “revitalização” não inclui pessoas como ela e tem uma postura crítica e politizada sobre as reformas do Bairro.

“O Bairro do Recife era muito bonito, tinha muitos moradores bacanas. Aqui era casas tudo de alvenaria. Casas feitas pelo holandês e pelo português. Não existia favela, não existia nada. Tinha muita coisa boa. Tinha escola de samba, tinha bumba-meu-boi, a igreja aqui do Pilar, que hoje em dia está abandonada, tinha missa todos os domingos, procissão no mês de maio, todo dia a novena de mês de maio, procissão, tudo isso existia aqui. Eram as coisas mais lindas do mundo aqui. Os turistas quando chegavam aqui e vinha tudo para a banda de cá olhar as coisas, como era tudo bonito. [mudando o tom de voz] Eles abandonaram... Não se incomodaram – nem a prefeitura, nem o governo estadual, nem o governo federal, nem o governo da capital. Deixaram tudo abandonado. Tá tudo acabado”¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.

Embora não exercesse formalmente nenhuma liderança na comunidade, Dona Chiquinha é uma pessoa respeitada, pela coragem com que fala abertamente sobre suas idéias e por ser uma das mais antigas moradoras do Bairro. Não foi difícil reunir espontaneamente um pequeno grupo de pessoas em torno dela, enquanto opinava sem receios sobre a situação atual da Favela. A conversa revelou mais do que a indignação com o modo pelo qual os moradores são tratados, praticamente esquecidos no processo de “revitalização”: revelou também que a comunidade está dividida entre aceitar a proposta de sair da favela e nela permanecer. Na verdade, não havia, no momento da entrevista, uma proposta concreta de remoção e transferência dos moradores. Pelo que disseram, havia apenas informações



dispersas que chegavam através das inúmeras visitas de assistentes sociais da Prefeitura.

Em uma pesquisa realizada em 1998 pela Divisão de Pesquisa e Acompanhamento, da Prefeitura do Recife, foi constatada a divisão de opiniões. Segundo a

pesquisa, 50,3 % dos moradores gostariam de permanecer no Bairro, contra 49,7% que desejariam sair da atual moradia¹⁶⁰. Embora houvesse um equilíbrio entre as opiniões, a incerteza do futuro de uma moradia causava debates constantes entre os moradores. O fato de estarem privados não apenas da moradia como também da decisão final a ser tomada, uma vez que essa dependia também da própria iniciativa da Prefeitura, a população vivia uma intranquilidade a cada vez que funcionários da Prefeitura apareciam para fazer novos cadastros da comunidade.

¹⁶⁰ Pesquisa Sócio-Econômica Comunidade Nossa Senhora do Pilar/ Empresa de Urbanização do Recife/ Diretoria de Integração Urbanística/ Divisão de Pesquisa e Acompanhamento. Recife, abril/98.

O receio da Prefeitura era que aumentasse a população da Favela, fato que, segundo os moradores, já estava ocorrendo. Embora a maioria da população da Favela fosse considerada proprietária das suas casas, eles não tinham a escritura legal dos lotes. Havia, segundo informou Francisca L. Gomes, apenas um cadastro na Prefeitura. *“Nós não temos a escritura, não, doutor, nós temos somente um cadastro na prefeitura, então agora nós vamos querer a escritura do nosso local, do nosso barraco, porque nós temos esse direito. E nós não temos o direito de botar vocês, vossa excelência, no poder? Para ser governo, para ser prefeito, para ser presidente da república? E porque não dar nossos direitos?”*¹⁶¹

Sobretexto I

PEQUENO DIÁLOGO EM TRÊS VOZES*

D. CHIQUINHA: – Tu quer sair, Maria das Dores?

MARIA DA DORES: – Seria uma boa, né?

GEORGE WASHINGTON: – Ou sair ou indenizar o pessoal.

ENTREVISTADOR: – A senhora gostaria de sair daqui?

D. CHIQUINHA: – Eu gostaria, doutor Roberto Magalhães [então Prefeito do Recife] e doutor Jarbas Vasconcelos [Governador de Pernambuco] e doutor Presidente da República... como é o nome dele que eu me esqueci?

ENTREVISTADOR: – Fernando Henrique...

D. CHIQUINHA: – Doutor Fernando Henrique... nós queremos nosso direito, nós moramos aqui nessa comunidade, nós queremos todos os nossos direitos de dois jeitos: ou a nossa indenização que dê para nós comprar o nosso barraco lá fora, ou uma casa construída. Mas uma casa boa, um local bom, que nós more, que seja um lugar sadio. O senhor sabe o que é um lugar sadio, não sabe, doutor? Sabe qual é a palavra sadio, ou não?”

* Diálogo entre Francisca Lopes Gomes, Maria das Dores e George Washington, durante entrevista concedida ao autor.

Tabela: Tipo de Ocupação do Imóvel

Tipos de Ocupação	Absoluto	Percentual
Próprio	343	95.8%
Alugado	06	1.7%
Cedido	09	2.5%
Total	358	100%

Fonte: Pesquisa Sócio-Econômica Comunidade Nossa Senhora do Pilar/ Empresa de Urbanização do Recife/ Diretoria de Integração Urbanística/ Divisão de Pesquisa e Acompanhamento. Recife, abril/98

¹⁶¹ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.

Parecia claro que a opinião dos moradores sobre a complexa questão da moradia, no contexto do enobrecimento do Bairro, refletia a condição discriminatória em que viviam. Kowarick (2000) chama a atenção para a “falaciosa” relação direta entre moradia e concepções sociais e políticas, mas destaca igualmente que é “(...) plausível supor que a situação de vida nos cortiços e favelas dificilmente será um atributo neutro na confecção das assim chamadas concepções de mundo” (Kowarick, 2000: 93). Creio que este é exatamente o caso da Favela do Rato: o reflexo da sua condição discriminatória só reforçava o sentimento de revolta por não estar sendo igualmente beneficiada com as intervenções que ocorriam no Bairro. E podia-se perceber esta crescente insatisfação não apenas no depoimento de Francisca Lopes Gomes, como também na fala de um jovem trabalhador do Porto, que nasceu e cresceu na Favela do Rato:

“Nasci e cresci aqui. Vou fazer vinte e sete anos e nunca vi isso aqui como tá agora. Sinceramente. Eu tenho desgosto de ver isso aqui assim. Porque isso aqui, chega esses empresários faz esses galpão aqui, toma conta de tudo, aí pressiona os barracos. Os barracos não têm um saneamento, não têm uma energia, não têm água, quando chega água aqui, pode chegar num cano daquele ali que a água aqui sai da cor de lama. (...) Aqui passava tudo aqui, caminhão, ônibus, mas não passa mais. Fecharam as ruas de acesso pra Pilar. A Pilar tomou conta de tudo. Pode ver que é tudo murado, gradeado, portão pra mais de 4 metros. No meu tempo de criança aqui, a gente aí na Pilar brincava de patinete ali, arrodando a Pilar todinha ali e não tinha esse negócio. Hoje em dia você não pode nem chegar junto do muro da Pilar (...) a gente somos muito discriminado aqui. Somos esquecidos”¹⁶².

A longa citação se justifica exatamente por não ser a fala articulada de um morador antigo, nem de um ex-participante no *Programa Memória em Movimento*, como é o caso de D. Chiquinha. A sensação de “esquecimento”, à qual se referia o morador George, é marcada, contudo, por muitas ambigüidades. A primeira versão do *Plano de Revitalização do Bairro do Recife* previa a construção de um conjunto de moradia popular que viabilizasse não apenas a residência dos favelados como assegurasse visitas turísticas à Igreja do Pilar. A proposta é curiosa, porque parecia querer *enobrecer* uma favela, sem alterar as condições de vida dos seus moradores.

¹⁶² Depoimento de George Washington. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.

Sobretexto II

DIÁLOGOS CRUZADOS

1. Na Favela do Rato*

ENTREVISTADOR: – Quer dizer que nesses bares e restaurantes..., não representou trabalho para a comunidade?

GEORGE: – Não, pra aqui, pra comunidade, a comunidade está esquecida.

MARIA DAS DORES: – Não pode chegar nem perto...

2. Na Empresa de Urbanização do Recife – URB**

ENTREVISTADOR: – Parte dessa comunidade [Favela do Rato] foi quem garantiu, talvez, a própria preservação do bairro. Como tornar auto-sustentável uma favela? Como a Comunidade Nossa Sra. Do Pilar entra hoje no projeto de revitalização do bairro?

RÚBIA: – Aquela população tem uma relação de produção dentro do próprio bairro. Muitas famílias vivem do lanche que oferece ao estivador, a mão-de-obra que serve ao bar, o garçom, a cozinheira e outros têm a sua quitanda, vendem alguma coisa por ali, então, pensando nisso, a gente fez um projeto que pudesse absorver esse uso misto, que a família tivesse ali dentro do seu habitat, a possibilidade de ter um espaço que ele comercializasse, de ter um espaço que ele pudesse dali mesmo tirar um partido disso. E isso é uma coisa assim que custa a gente acreditar, porque um projeto não tem nada de turístico, mas que a gente sabe, ao mesmo tempo, que você tem uma igreja tombada ao nível federal [Igreja do Pilar, em cujo entorno está a Favela] não se tem em nenhum outro canto do Brasil um pátio de uma igreja tombada formado por uma habitação popular. Então hoje a gente sabe que aquela área nem é vista. Você vai porque você está fazendo uma pesquisa, mas com certeza o turista nem é orientado para ir para ele. De repente, isso a gente tem certeza que será uma área de grande potencial. Você abrir a igreja...

ENTREVISTADOR: – A habitação popular seria um atrativo, é isso que você está falando, seria um atrativo turístico a habitação popular?

RÚBIA: – Seria, à medida que ele forma com a própria igreja um conjunto, não é?

ENTREVISTADOR: – Essa comunidade como é que ficaria, eles ficariam feito uma vitrine lá, não é?

RÚBIA: – Não sei, eu não vejo assim, não. Eu vejo assim: você dá condições de habitabilidade, as condições dele produzir, dele morar bem, com toda a infra-estrutura, rua pavimentada, próximo ao trabalho. (...) Então é interessante que essa comunidade fique aí. E à medida que a gente (...) organiza e dá uma condição salubre de vida a esse pessoal, a gente tem condição de abrir a igreja para visitação, a gente tem toda a preocupação de formar, com a igreja, um conjunto (...)

* Diálogo entre Maria das Dores, George Washington e o entrevistador, durante entrevista concedida ao autor. Favela do Rato, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.

** Diálogo entre Rúbia Campello – Diretora da Departamento de Programas especiais da URB – e o entrevistador, durante entrevista concedida ao autor. Cidade do Recife, 12 de abril de 2000.

A idéia de integrar a Favela no processo de “revitalização” pretendia se sustentar em dois eixos: na discutível assertiva de que a “revitalização” teria incorporado parte da mão-de-obra disponível da favela – fato que parece ter ocorrido apenas de modo isolado –; e na idéia de que seria possível transformar a favela também em um local de atração turística. Indagado se teriam se beneficiados com novas ofertas de trabalho, os entrevistados foram categóricos: não apenas não foram incorporados aos postos de trabalhos que surgiram com a proliferação de bares e restaurantes, como também não participavam das festividades do Bairro. Havia, contudo, algumas exceções. Dona Sofia Filomena da Silva era uma delas. Lavadeira e proprietária de um pequeno boteco na Favela, Dona Sofia prestava serviço aos bares, lavando as toalhas das mesas. Em sua opinião, a “revitalização” aumentou sua renda, embora também concordasse que não houve melhoria para a comunidade: “Tá muito bonito, mas aqui pra gente tá derrubado”¹⁶³.

Mesmo durante o dia, momento em que muitos dos espaços do Bairro ainda não estavam fortemente demarcados pelas usos e sociabilidades do patrimônio enobrecido, era possível perceber claramente a dissonante desigualdade que separava o perímetro “revitalizado” das demais áreas. Esta desigualdade poderia ser facilmente diluída no processo mais geral de exclusão social que ocorre em qualquer metrópole, não fosse o Bairro objeto de uma intervenção que pretendia exatamente recuperar o centro histórico do Recife para os seus cidadãos. A enorme discrepância de investimentos realizados no Pólo Bom Jesus, quando comparada com o resto do Bairro, revelava a face mais dura, e absolutamente real, das propostas de *gentrification*: não se tratava obviamente de um projeto igualitário; ao contrário, poucos eram os “cidadãos” que se enquadram nos objetivos da proposta.

Aqueles que estavam “fora de portas” do traçado simbólico e enobrecido do Bairro do Recife, no entanto, não pareciam estar dispostos a simplesmente morrer de inanição. Embora não estivessem organizados como deveriam, os moradores da Favela do Rato percebiam, com um certo rancor contido, que não apenas invadiram o bairro deles, como pareciam fazer de

¹⁶³ Depoimento de Sofia Filomena da Silva. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 10 de abril de 2000.

conta que a Favela não existia. Reclamavam, assim, ainda que cautelosamente, a sua inserção no processo, usando uma argumentação que iria, nas noites enobrecidas do Bairro, transformar a espacialização das diferenças em *lugares* de contestação, afirmação e visibilidade da sua existência:

“Nós queremos que olhe para a gente aqui dessa ilha da comunidade do Pilar, do bairro do Recife Antigo. (..) Nós somos patrimônio histórico, moramos aqui há muitos anos. Temos todos os nossos direitos. Porque quem tem cinquenta, sessenta, setenta anos de convivência aqui já tem todos os direitos. Em tudo, em tudo”¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor, na Comunidade Nossa Senhora do Pilar, Bairro do Recife, 11 de abril de 2000.



II

Liminaridades espaço-temporais (entardecer)

O zoneamento espaço-temporal guarda relação intrínseca com as práticas sociais cotidianas. Giddens lembra, a propósito, que “A divisão entre dia e noite, em todas as sociedades, costumava ser talvez a mais fundamental demarcação de zonas entre a intensidade da vida social e sua descontração” (Giddens, 1989: 96). O autor usa o tempo pretérito – “costumava” – para afirmar que o advento da iluminação artificial diluiu a faixa fronteira entre dia e noite, muito mais delimitada na sociedade pré-industrial. O “*falso dia eletrônico*”, como denominava Paul Virílio (1993), subverteu sociabilidades e alterou os portais de acesso à cidade. A proliferação dos serviços “24 horas” permite, mesmo de madrugada, que se realize tarefas antes circunscritas ao tempo diurno: as redes de supermercados, *free-shops*, *fast-foods* e os serviços virtuais de compra *on-line* alteraram parte do zoneamento espaço-temporal tradicional da vida urbana, ao expandir – ou mesmo inverter – as possibilidades noturnas de consumo doméstico. Embora o tempo livre tenha continuado refém do tempo socialmente necessário para a reprodução social humana, a acumulação flexível do capitalismo contemporâneo contribuiu para esta inversão, haja vista a crescente personalização de serviços e produtos que dependem cada vez mais da escolha direta, em tempo real, do consumidor no ato da compra.

Essa demarcação espaço-temporal, entretanto, não está completamente dissipada. Ao contrário, permanece em muitas localidades como a forma ainda mais eficaz de criar rotinas e ordenar a vida pública cotidiana. Na Suécia ou em Icó – cidade histórica do sertão central do nordeste brasileiro –, o tempo incide igualmente sobre a reordenação do espaço e das práticas de sociabilidade pública. Na primeira, quando o rigoroso inverno encurta o dia e impõe a estranha conduta de mudar de calçada para não se dar ao trabalho de retirar as luvas para um aperto de mão; na segunda, quando o sol escaldante do semi-árido faz da noite um alívio, e abre janelas e portas, expulsando das casas a intimidade abafada para as cadeiras e conversas amenas nas calçadas.

No Bairro do Recife, dia e noite estabelecem marcos simbólicos profundos na vida cotidiana e nos usos do espaço. As distâncias sociais e suas fronteiras se revelam nas díspares sociabilidades que se estruturam a partir das distintas formas de permanência *temporal* e *espacial* do Bairro. Esses marcos simbólicos imprimem um hiato ao local, que parece entrar em uma fase liminar de suspensão temporária e de indefinição de suas atividades. Nessa forma de *liminaridade*, típica dos rituais de passagem (Turner, 1974), o porto silencia e o Bairro se prepara – quase que ritualmente – para as atividades noturnas.

Esse *entreato* não é algo novo e já era observado em meados do século XIX. Na “mais detalhada descrição do bairro do Recife, no século XIX (...)”, segundo Dantas (1999: 324), o cronista Antônio Pedro de Figueiredo descreve o bairro, com o pseudônimo de Abdallah-el-Kratif, na edição do Diário de Pernambuco de 4 de outubro de 1857. Nessa crônica – embora quando lida na íntegra demonstre uma preocupação mais numérica do autor em contar ruas e casas – há de fato, como destaca Dantas, um detalhamento que revela certos aspectos importantes da vida no Bairro. O trecho seguinte explicita não apenas a predominância das atividades comerciais, como registra o hiato das atividades do Bairro ao qual nos referimos:

“Este bairro pode-se chamar a cité da capital de Pernambuco, e à semelhança do que se observa nas porções primitivamente povoadas e edificadas de quasi todas as cidades antigas, em geral as suas ruas mais centraes são extremamente estreitas e irregulares, de sorte que o transito em algumas torna-se as vezes difficil, não tanto pelo grande numero de viandantes, como pelo acanhamento dellas. He o foco do commercio e da actividade mercantil. Das nove horas da manhã até as quatro da tarde o movimento he notavel, mas depois cessa todo o bolicio e estrepito” (Abdallah-el-Kratif, 1857).

Mais de cem anos depois, em 1959, outro cronista pernambucano iria registra em seus *Roteiros do Recife* situação semelhante, enunciando os novos “viandantes” das atividades econômicas do século XX e acentuando, de outro modo, as atividades que provavelmente começavam a acontecer depois que o “bolicio” do comércio findava:

“Durante o dia, o bairro se povoa de banqueiros, comerciantes, industriais, oficiais da marinha, funcionários públicos, empregados de bancos, lojas, armazéns e escritórios, trabalhadores da estiva, carregadores e operários. Marítimos em trânsito, músicos de cabarés, estudantes e boêmios aumentam a população noturna da paróquia de São Frei Pedro Gonçalves, precisamente naquela mesma zona em que o poeta Joaquim Cardozo, há mais de quarenta anos, pôde ver sair dos lampiões ‘uma luz trêmula de remorso e pecado’ (...)” (Rocha, 1959: 21).

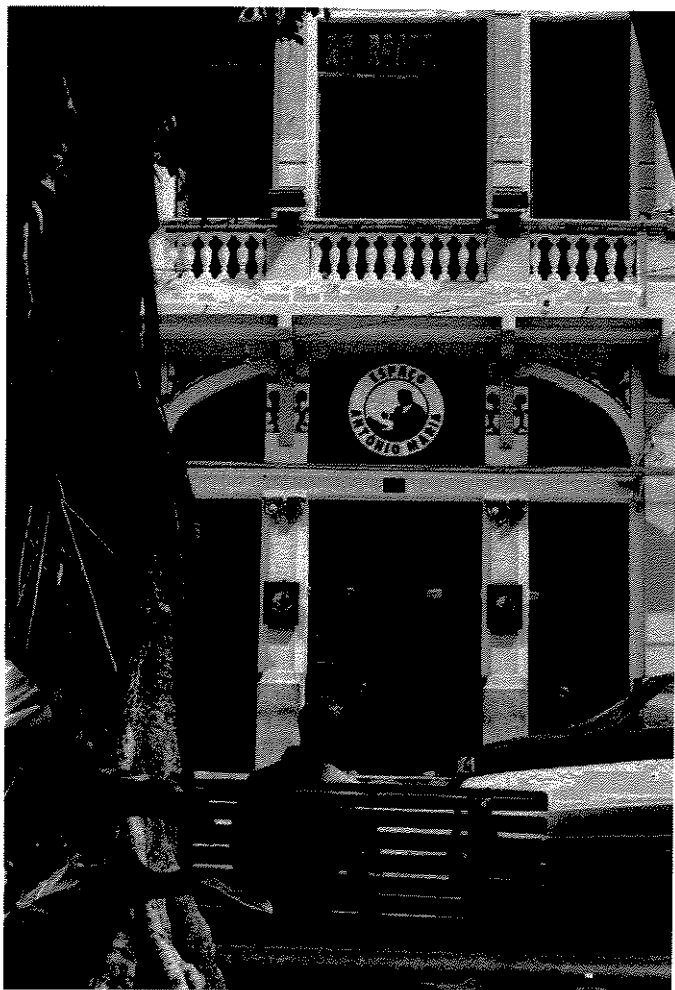
No breve intervalo em que o porto silencia, o Bairro do Recife ainda não é o agitado ponto de encontro – onde iriam se misturar lazer, consumo e patrimônio cultural – nem ainda deixou de ser completamente um ponto qualquer de um centro histórico: com seus carros, pessoas indo e vindo, lojas fechando, bares abrindo. Breves minutos separam a pressa de quem sai do bairro do mergulho silencioso que em seguida imprime um hiato que se arrasta em espera e lentidão. Quando passa o alvoroço



do final da tarde e os carros já não ocupam mais as pontes de fuga, quando as portas encerram mais um dia de trabalho e seus funcionários deixam o Bairro; quando as luzes dos postes começam a fazer diferença porque o sol já se pôs por completo; quando os primeiros garçons aparecem arrumando as mesas devagar; um silêncio prolongado quase põe o Bairro a dormir. Sonolento e monótono, com seus becos quase às escuras, a pequena Ilha se abandona a instantes de uma calma rara. A Avenida Cais do Apolo, onde se situa a Prefeitura e é comum uma movimentação constante, fica deserta. O largo do Marco Zero, mais solitário do que nunca. No cais, a calma do mar serena o que de agitado restou.

À exceção dos domingos em que acontecia o evento “Domingo na rua”, cujas atividades ininterruptas faziam a passagem entre o dia e a noite sem nenhum interstício, em geral é lento o despertar do Bairro ao término do entardecer. Aos poucos circulam os primeiros funcionários dos bares e restaurantes, que iniciam a montagem do “cenário”. A arrumação cuidadosa, que inclui a colocação de litros de detergente nos bueiros da Rua do Bom Jesus – recurso paliativo contra a teimosia do mau cheiro que exala do esgotos – lembra de fato a preparação de um espetáculo. Alberto Lucas, *barman* do Gatuno Bier, sintetizou essa sensação:

“Adoro meu trabalho, comparo-o ao teatro. No meu caso, minha atividade é semelhante à daquelas pessoas que ficam nas coxias – e não no palco –, pois fazem parte do espetáculo de maneira indireta”¹⁶⁵.



Durante os dias da semana, pequenos palcos são montados em diferentes pontos do Pólo Bom Jesus, para apresentações de música ao vivo. Em dias de grandes eventos, a movimentação é maior nesse intervalo que antecede a noite enobrecida, em função da montagem de grandes palcos. Em geral, eles são erguidos na Praça Artur Oscar, defronte à Rua do Bom Jesus, no Largo do Marco Zero e na Rua da Moeda. Quando aconteciam os testes de som, eles quebravam o silêncio do entardecer que aos poucos ia cedendo sua monotonia para a começo da noite que já se agitava.

Com a chegada das primeiras viaturas policiais e dos taxistas que partilham pontos na Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco, chegam também os “flanelinhas” cadastrados pela Prefeitura. Eles assumem seus postos, ordenando os primeiros carros que começam a chegar. Aos poucos a arrumação do Bairro vai evidenciando mais do que a preparação para mais uma noite de lazer: limites vão se erguendo, fronteiras vão sendo demarcadas. Os cavaletes são colocados em pontos estratégicos, e perto deles vão encontrando seu lugar os responsáveis pela vigilância do Bairro.

¹⁶⁵Jornal Marco Zero, outubro/97, ano II, n.º. 9.

Fora do Pólo Bom Jesus, nos becos escuros do Bairro, travestis se preparam discretos, marcando seus pontos nas esquinas que ficarão. Pouco a pouco a liminaridade do Bairro chega ao fim. O Bairro vai novamente ganhando um perfil definido, quase pronto para receber mais uma vez um novo fluxo de pessoas.

Na Rua do Bom Jesus, onde durante o dia suas duas calçadas se mantêm simbolicamente separadas, a *calçada-luz* alcança a outra margem da rua, transformando a *calçada-sombra* em parte da cenográfica composição urbana que começa a se



formar. Os bancos de madeira, comprimidos entre mesas e cadeiras de plástico, subsistem isolados. Em dias de pouco movimento, é possível sentar nesse bancos e observar, como se faz durante o dia, a movimentação das pessoas na rua e na calçada enobrecidas. No início da noite, quando a fase liminar do Bairro chega ao seu fim, a Rua do Bom Jesus já concluiu o seu ritual de preparação. Ainda vazia, e com alguns carros que restaram, junto com os frequentadores da *happy hour*, o local inicia outra fase de espera. Agora, não mais lenta e quase melancólica como seu entardecer, mas vibrante pelas cores e sonoridades que convidam as pessoas para mais um momento de lazer e consumo.

Na Rua da Moeda, local onde se concentra o público *urderground* do Bairro, as mesas também já estão nas calçadas e na rua. O bar *Pina de Copacabana* já abriu suas portas e, no andar de cima, onde funciona a *Discoteca da Pomba Gira*, as luzes vermelhas já estão embaladas pela salsa e merengue que tocam alto. No antigo Bar do Grego, situado no

primeiro pavimento de um velho casarão, as mulheres se debruçam nas janelas, iniciando os convites para quem ainda busca no Bairro do Recife aquela “luz trêmula de remorso e pecado”. Na mesma rua, o Conselho Tutelar também abre suas portas e os plantonistas começam a chegar. O *Projeto Hora de Acolher* se prepara para atuar. Uma Kombi espera na os “menores em situação de risco” que serão “acolhidos”.

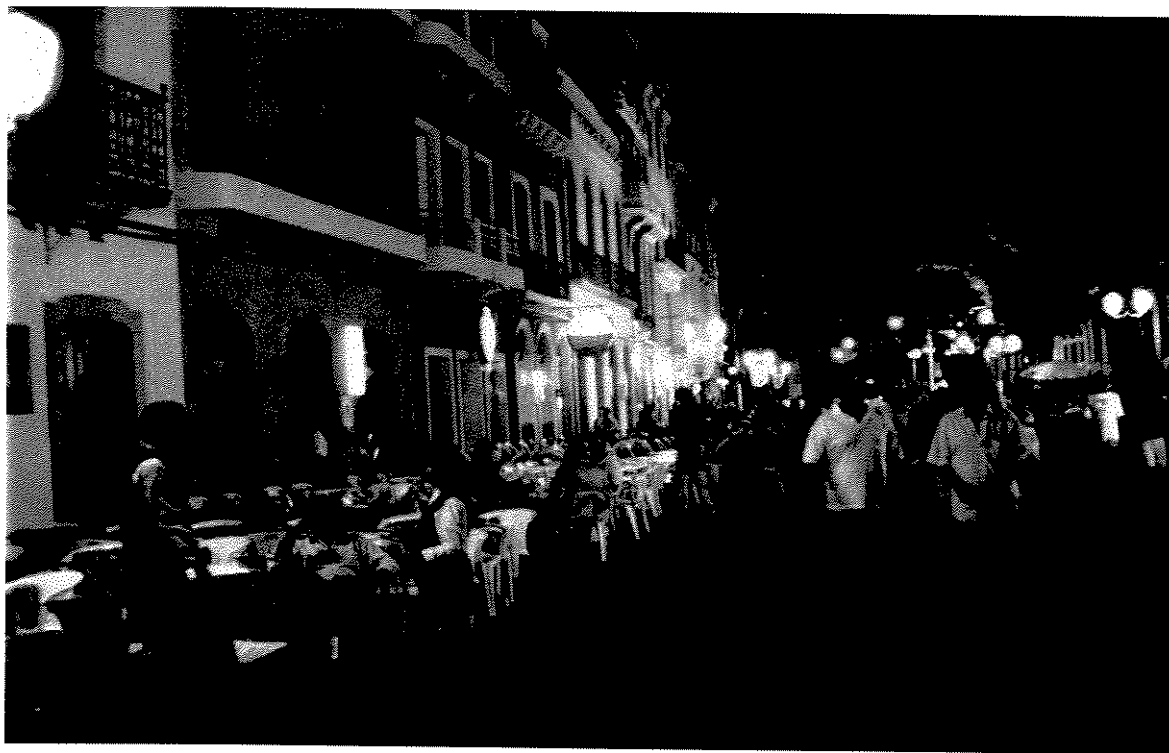
Esta fase temporal do Bairro era também um momento de acomodações. A transição entre o dia e a noite implicava reajustes espaciais que deslocavam, temporariamente, “resíduos” de uma paisagem urbana marcada por contrastes. Não que houvesse, de modo ostensivo, qualquer operação de limpeza social na área. Mas, com a chegada das primeiras viaturas policiais, havia uma tentativa de, aos poucos, remover eventuais *homeless* e emninos em situação de rua que estavam nas áreas de acesso ao Pólos de animação cultural. Essa remoção era variável e nem sempre ocorria: dependia do dia da semana, da agenda de eventos programada. Nos primeiros dias da semana, praticamente inexistia. Era possível ver mendigos, sem-teto ou os pequenos “drogaditos” ocupando espaços próximos ao perímetro “revitalizado”. Quanto mais se aproximava o final de semana, período em que são eram freqüentes os grandes eventos, mudava o nível de tolerância do esquema de segurança. Entre o entardecer e o anoitecer, percebia-se que havia deslocamentos: os “resíduos” já não mais compunham a cena urbana. No entanto, esses deslocamentos não resultavam no abandono do local: essas pessoas não deixavam o Bairro, apenas procuravam outras áreas para sua permanência. Em geral, ou elas se dirigiam para o Pólo Moeda ou para a área próxima aos armazéns desativados do Porto.

No Pólo Moeda, dificilmente eram importunadas. Não era raro vê-las, no começo da noite, instalando-se em algumas calçadas, sob a proteção das marquises dos prédios. Instalando-se e permanecendo, mesmo em dias show na Rua da Moeda. Em nada incomodavam o público que fazia uso do mesmo espaço para seu lazer, ao contrário daquele que freqüentava a Bom Jesus, que provavelmente não toleraria tão contrastiva presença. Quando se dirigiam para os armazéns abandonados do Porto, de igual modo ficavam imunes a qualquer constrangimento, mas por razões ainda mais diferentes. Em um área

completamente fora do perímetro “revitalizado”, quase às escuras, esses armazéns faziam parte de um espaço alheio ao Bairro enobrecido. Ninguém, além dessas pessoas, circulavam por essa área. Lá, eles tinham o seu espaço: com a mesma liberdade que dispunham, antes, de todo o Bairro. E também era de lá que alguns meninos em situação de rua se aventuravam a voltar para o trecho mais freqüentado da Ilha, enfrentando a discriminação quase corriqueira da clientela do Bairro e tendo também que driblar a ação de captura do *Projeto Hora de Acolher*.

Quando todas as acomodações espaciais pareciam ter ordenado o Bairro, e os primeiros freqüentadores começavam a chegar, terminava a fase liminar que anunciava uma lenta e ritual passagem entre o dia e a noite: entre um local aparentemente comum e um enobrecido espaço de sociabilidades singulares. À noite, o tempo incidia de forma aguda sobre o Bairro, fragmentando seu espaço e demarcando diferentes usos dos seus lugares.

A noite era o tempo da *gentrification*, que espacializava diferenças e erguia fronteiras.



III

Fragmentações: mapeando fronteiras (noite)

Impacto e diferença. Essas são as duas mais marcantes impressões que ficam para quem chega à noite do Bairro do Recife. Mais uma vez, ruas e becos são transformados em áreas de estacionamento. Em dia de grandes eventos, como nas festividades do carnaval e do São João, é quase impossível entrar de veículo no Bairro. As principais ruas estavam interditadas, com vários palanques para shows e apresentações, estrategicamente espalhados para atender públicos diferenciados. Nessas datas, o fluxo de pessoas que se dirigia ao Bairro era enorme. Multidões efusivas se perdiam na pequena Ilha toda enfeitada, em festa. A força do volume meio disforme e indefinido da multidão solapava as diferenças socioespaciais da noite enobrecida. Suas fronteiras, frágeis e fluídas, não asseguravam mais as demarcações existentes em dias normais. Sob o impacto da diferença quantitativa de pessoas, o Bairro todo parecia um único zoneamento de alegria e turbulência. Os cavaletes se tornavam inúteis para disciplinar pessoas e desnecessários para conter o trânsito. As pessoas invadiam todos os espaços, indisciplinando os usos esperados, e quase assumiam o Bairro como se fosse o seu “pedaço” (Magnani, 1998), ao desenvolverem sociabilidades primárias de encontro e interação festiva, que subvertem com facilidade a idéia de que o estranho está na rua. Nessas ocasiões, a aparente harmonia da festa fazia com que desconhecidos se falassem como se fossem velhos amigos, fato que termina aproximando desconhecidos e suspendendo temporariamente fronteiras sociais cotidianamente rígidas pelos códigos sócias de conduta e classes.

Cenas raras e belas essas em que as fronteiras do Bairro parecem desaparecer. Em dias normais, a subversão dos usos dos espaços era bem menos tolerada e mais eficazmente controlada. As (quase) invariáveis espacialidades, que durante o dia se fundiam na aparente normalidade cotidiana, agudizavam-se, transformando cada local em espaços de um difícil equilíbrio entre a harmonia pretendida e a tensão mal disfarçada que aflorava.

Refazer um mesmo percurso repetidamente, em datas e horários distintos, ou mesmo inverter e alterar o roteiro de um itinerário, revela o quanto o Bairro se nutria dos marcos simbólicos que separam dia e noite, e que o distinguia daquela diurna sensação de ser um local silencioso e calmo. Embora entrar na noite signifique dar um mergulho no imprevisível, certas paisagens são reincidentes. Como nunca se entra diretamente no “revitalizado” Pólo Bom Jesus, o Bairro recebe seu visitante com ares severos de um local marcado por suas profundas desigualdades e visíveis assimetrias. Mal iluminado, com algumas ruas e becos quase às escuras e mal dando para disfarçar o lixo que se amontoava em alguns pontos menos visíveis, as vias de acesso aos quarteirões



Desfile de Maracatu na Rua do Bom Jesus, durante o Carnaval de 1999. Acervo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife/URB.

de animação não escondem que estavam fora das melhorias urbanas realizadas no Bairro.

As Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco continuavam cumprindo sua função de local de passagem, ao receber as pessoas que se deslocam para outros pontos da ilha. São nas duas avenidas onde se concentram os numerosos taxistas, cuja rotatividade reforça a característica de ser predominantemente um espaço urbano de serviço.

Exceção feita aos dias em que acontecia o “Dançando na Rua”, quando, na Avenida Marquês de Olinda, uma multidão se acotovelava na disputa por um pequeno pedaço de chão para dançar e brincar. Realizado pela Prefeitura do Recife, como um dos eventos permanentes do Bairro, o “Dançando na Rua” era uma festa bem popular. O seu público era intermediário: não era exatamente o que normalmente freqüenta os caros bares e restaurantes da Bom Jesus, também não era o público *underground* do Pólo Moeda, nem pessoas pobres como os moradores da Favela do Rato.



Fonte: Arquivo do ERBR/URB/PCR

Híbrido e liminar: seria essa a melhor (in) definição do perfil do seu freqüentador, como o era o da própria Avenida Marquês de Olinda no contexto socioespacial do Bairro do Recife. Em geral, os eventos que ocorriam nessa Avenida podem ser caracterizados por essa transitoriedade. Quando não havia eventos, ela era um espaço de sociabilidades temporárias, pelo papel que cumpria ao ser uma



área de passagem. Quando ocorriam certos eventos, também continuava sendo uma zona intermediária, abrigando o público menos identificado com a ambiência dos outros Pólos. Nas festividades de São João, era nessa avenida que aconteciam as apresentações mais populares e possivelmente menos marcadas por singularidades identitárias. As apresentações das

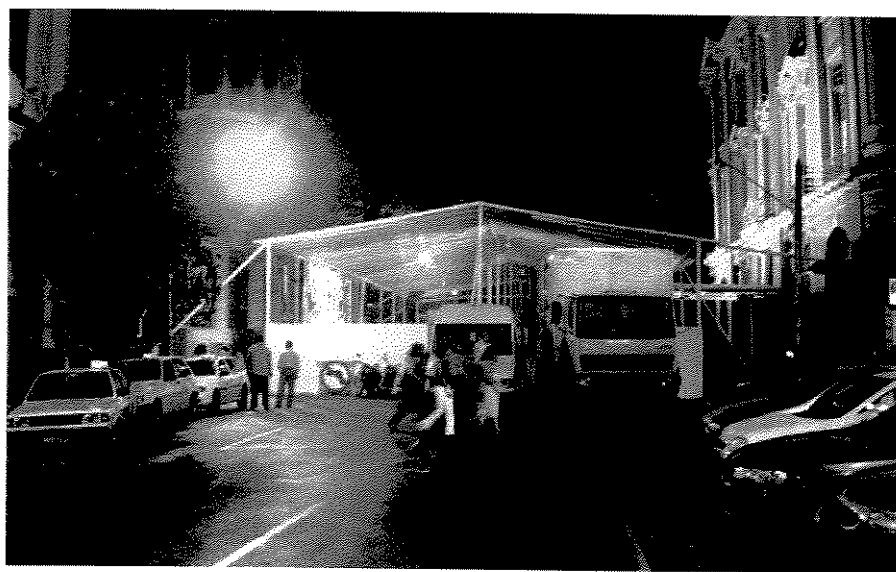
quadrilhas estilizadas atendem facilmente a qualquer gosto que se interesse pelas manifestações juninas. Suas fronteiras eram, assim, flexibilizadas pelas múltiplas



possibilidades de usos e permanências efêmeras. Nela podiam se encontrar públicos e pessoas diversas, ainda que temporariamente em razão do interesse primário por outras áreas do Bairro. A Avenida Marquês de Olinda em dias de festa era quase uma ante-sala do Largo do Marco Zero, onde a flexibilização dessas

fronteiras podia ser levadas ao extremo para a sua completa e subversiva suspensão.

Na rotina cotidiana, permanecia, juntamente com a avenida Rio Branco, uma zona indefinida, onde se concentram serviços e rotas de deslocamento. Este caráter pouco



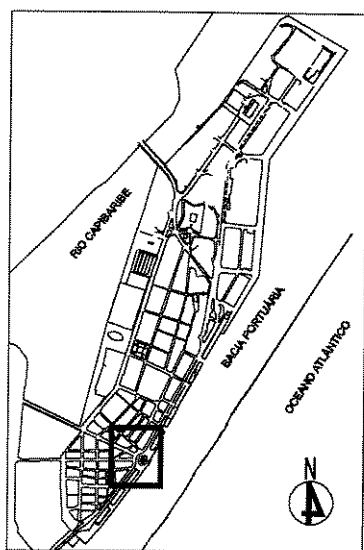
delineado das fronteiras das duas principais avenidas, que as tornava, elas mesmas, zonas fronteiriças entre diferentes lugares e sociabilidades, permitia mais do que usos múltiplos: possibilitava que

outras liminaridades encontrassem em seu espaço o local ideal para permanências que possivelmente seriam pouco aceitas, ou inócuas, em outras localidades. Era em algumas das esquinas da Marquês de Olinda que os poucos travestis que ainda estavam no Bairro faziam

seu “ponto”, fato que tanto podia reforçar esse caráter “aberto” da Avenida como também evidenciar o caráter segmentado e fechado de outras localidades. Na Marquês, dificilmente eles eram incomodados, assim como os mendigos, cheira-colas e prostitutas que circulavam discretos pela Ilha. Demarcando suas próprias territorialidades, não transitavam pelas ruas “revitalizadas” e pareciam se surpreender com quem arriscava sair da segurança de suas luzes. Disfarçando suas intenções, pareciam cautelosos como que reconhecendo que estavam em desvantagem na disputa por lugares que avançava em todo o Bairro.

Dada a sua indefinição socioespacial, as duas principais avenidas, que desenham o traçado haussmaniano do Bairro, ficavam naturalmente mais expostas a variações complexas de usos. Da mesma forma que era capaz de ter eventos abertos ao grande público e de favorecer a demarcação de pontos isolados e transitórios de prostituição, era capaz também de abrigar manifestações típicas de apropriação privada do espaço urbano, rigorosamente fechadas e controladas por esquemas de segurança pública e privada. Um exemplo modelar foi a inauguração do Espaço Cultural Bandepe. Situado em uma edificação eclética do Marco Zero, o Espaço estreou no Bairro com uma bela exposição sobre o Brasil holandês. Entretanto, a recepção aos seletos convidados, dentre eles o então Ministro da Cultura Francisco Weffort, foi realizada na Avenida Rio Branco. Talvez sob o pretexto de proteger as autoridades presentes de uma eventual chuva (que de fato veio naquela noite), foi construída uma estranha estufa, erguida com madeiras e envolvida por plástico transparente. Na entrada, selecionando as pessoas que portavam convites, os seguranças recebiam senhoras vestidas para a noite e homens trajados a rigor, sob o olhar fixo do imenso desenho do rosto de Maurício de Nassau. A cena causava impacto. Não exatamente por ter interditado a rua, fato que se repete também para eventos mais acessíveis à população; mas pela forma quase privada com que se tentou assegurar o caráter seletivo do evento. Além das fronteiras simbólicas, impostas pela inibição causada pelas próprias pessoas que adentravam a esdrúxula bolha de plástico, a estranha estrutura separava sem sutileza quem podia estar dentro e quem só poderia assistir de fora as congratulações dos presentes. A cena foi agressiva para quem de longe via aquela gente, quase de outra espécie, naquele aquário sem água; e foi uma cena

possivelmente também constrangedora para alguns convidados que percebiam que estavam sendo observados à distância.

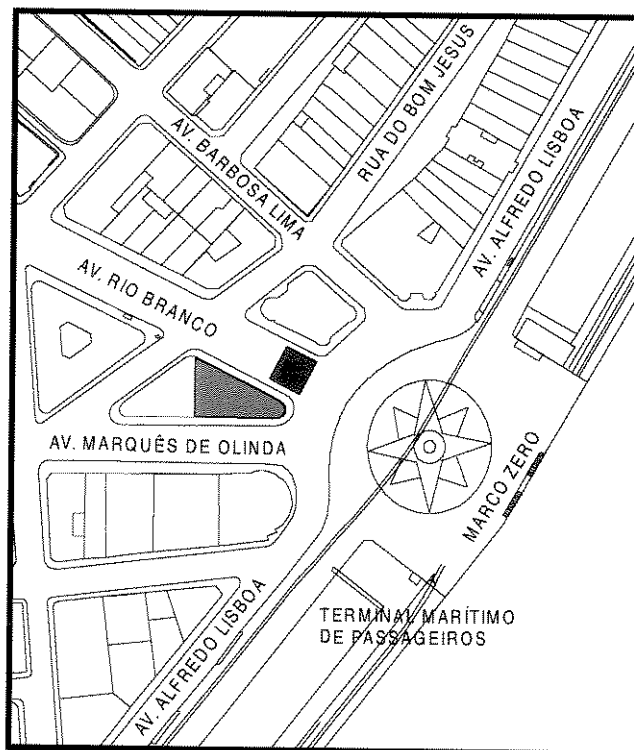


MAPA BAIRRO DO RECIFE

Legenda

- Estufa (Bolha de Plástico)
- Espaço Cultural BANDEPE

REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO RECIFE/ URB



Protegidos e aprisionados por uma redoma que, contudo, não ocultava a visão, a bolha de plástico radicalizou a intenção mimética de se criar uma rua segura, sem os incômodos comuns que a ela são atribuídos.

De outro modo, seria importante indagar o que justificaria erguer tão literal fronteira, quando os espaços enobrecidos já seriam – como se atribui – áreas cuja segregação já estaria mantida pelo tipo de serviço e lazer oferecidos, e pelo sistema de vigilância exercida. O exemplo da bolha ilustra bem que, apesar desses



espaços disporem de mecanismos para manter suas fronteiras, eles não asseguram completamente a rigidez das demarcações socioespaciais da diferença e da desigualdade. Os contra-usos desses espaços, que imprimem *ruídos visuais* à paisagem enobrecida, muitas vezes impõem formas de negociação, acompanhadas pelas demandas de pertencimento e reivindicações por diferentes lugares. As fronteiras noturnas da Rua do Bom Jesus ilustram parte dessa questão, cujo foco central possibilita compreender como a construção socioespacial da diferença pode ser uma etapa precedente à formação dos lugares no espaço público e de sua conseqüente repolitização.

Invariavelmente, o acesso à Rua do Bom Jesus era feito através da transposição dos cavaletes de madeira. O esquema de segurança, no entanto, não era o mesmo em todos dias, assim como a disposição dos cavaletes também mudava, expandindo ou diminuindo a área do perímetro, de acordo com os eventos e o número de pessoas esperado. Em dias normais, sem grandes atrações programadas, a segurança era feita de modo pouco ostensivo, tanto pela guarda municipal como pela Polícia Militar. O esquema mudava quando ocorriam os eventos de massa, ocasião em que até o batalhão de choque podia ser convocado. Da mesma forma atuava a segurança privada: em dias normais, ela se limitava aos agentes que ficavam na

frente de alguns bares, perto das mesas, sobriamente trajados com paletó preto. Geralmente contratados pelos próprios proprietários dos estabelecimentos, eles atuavam principalmente garantindo que os freqüentadores não fossem importunados pelos pedintes e meninos vendedores que, vez ou outra, traspassavam os cavaletes com sucesso. Em dias de eventos, esses agentes se multiplicavam quando uma empresa particular de segurança, contratada possivelmente pela Prefeitura, reforçava a vigilância do Bairro. Depoimentos de pessoas que acompanharam os dias iniciais de movimentação na Rua do Bom Jesus, logo após a abertura dos primeiros bares em 1993, revelam que o controle já tinha sido muito mais ostensivo e agressivo. Comenta-se que o rígido esquema de segurança barrava quem quer que aparentasse inadequado para a rua.

“(…) há um bom tempo atrás, chegou a se proibir (…), chegou inclusive a desviar vários moradores, porque é caminho deles, a rua do Bom Jesus, para não passar pelo meio porque ninguém sabe o que é pobre, o que é ladrão, e o que é preto (…). Então já chegou a se desviar, dizer: não passe por aqui, não, passe por aqui”.¹⁶⁶

Meninos em situação de rua tentavam furar o bloqueio, impedidos pela ação física pouco discreta e não raramente violenta. A repercussão teria sido igualmente severa: os freqüentadores teriam se manifestado contra tais excessos, fato que repercutiu na opinião pública em geral. Embora não tenha sido possível reunir maiores informações sobre esses fatos, o depoimento do então Secretário de Planejamento, José Múcio, durante o *Fórum Bairro do Recife: processo de revitalização e panorama econômico*, faz menção ao fato:

“(…) a gente não pode pegar esses meninos na marra. Um dia destes fez-se uma ação, e os jornais foram pouco simpáticos com a gente. Tentou tirar alguns meninos lá do bairro e as coisas não foram simpáticas, e no final nós precisamos assumir que tínhamos mandado tirar, mas a repercussão não foi boa” (PCR/URB/ERBR, 1998:64).

O fato parece ter ocorrido em uma fase em que a Rua do Bom Jesus estava hiperexposta às atenções de todos. Era um momento de redescoberta do local, ocasião em muitos excessos aconteciam. Relata Noé Sérgio, arquiteto que acompanhou o início do processo, que mal se podia caminhar na Rua do Bom Jesus, em razão da existência das mesas não apenas nas calçadas, como no meio da rua, onde havia apenas um estreito corredor, por onde circulavam as pessoas, desviando com dificuldade das mesas. O local, abarrotado de gente,

¹⁶⁶ Depoimento de Roger de Renoar, animador cultural e proprietário do Bar Pina de Copacabana. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 14 de abril de 2000.

possibilitava, contudo, uma experiência única de contato e interação das diferenças sociais da cidade. Dessa vez, o fato narrado por Noé Sérgio contribui para elucidar uma dimensão empírica de um dos argumentos centrais dessa tese, a de que o caráter enobrecido de uma rua não necessariamente impede a existência de sociabilidades públicas diversas, exatamente por que são os *usos* que qualificam se um determinado espaço urbano é – ou deixa de ser – um espaço público. Mesmo em um momento em que Bom Jesus desenvolvia sua forma mais agressiva de erguer fronteiras e limites, isso não impediu que aquele espaço sofresse uma apropriação que contrariamente subvertia os usos esperados.

“(...) a Rua do Bom Jesus, num primeiro momento, congregava tudo. (...) você via madame, mauricinho, doido, puta, todo mundo circulando por ali. Você via a cidade. Espacialmente, a Rua do Bom Jesus foi no começo, um lugar onde a diferença se encontrava, onde as pessoas olhavam na cara uma da outra”¹⁶⁷. (grifo meu)

Mesmo na fase mais adiantada da “revitalização”, quando essas diferenças se apropriaram de outros lugares – espacializando de modo segmentado suas relações identitárias com o Bairro –, a Rua do Bom Jesus continuou disciplinando mais discretamente seus usos e, da mesma forma, permaneceu tendo essas expectativas comportamentais subvertidas. Um dos mecanismos encontrados foi o caminho jurídico, como já foi explicitado anteriormente quando me referi à criação do *Projeto Espaço Aberto* e do *Projeto Hora de Acolher*, este último apoiado em decisão do Juizado da Infância e da Juventude, através da portaria que legitimou a ação de recolhimento dos meninos em situação de rua.

A idéia de tirar as pessoas indesejadas do bairro sempre perseguiu os planejadores do processo de “revitalização”. A preocupação com a segurança dos estacionamentos levou, inclusive, a se propor soluções curiosas. Pensou-se, inclusive, em dispor de certas áreas, dentre elas a do estacionamento da Prefeitura, para uso dos frequentadores do Bairro, que poderiam ir os Pólos “revitalizados” por um sistema “alternativo” de transporte:

“A idéia nossa é fazer a interligação entre estes estacionamentos com carrinhos elétricos, absolutamente iguais aqueles do estacionamento da Disney, e o cidadão não tinha problemas com os flanelinhas, não teria nenhum carro estacionado aí no centro da cidade. (...) Seria uma forma da gente tirar esse povo de dentro do bairro, que sabemos

¹⁶⁷ Depoimento de Noé Sérgio, arquiteto da Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 13 de abril de 2000.

que a falta do mercado de trabalho acentua-se todo dia, com novas pessoas, novos guardadores de automóveis, que ficam sem opção de ter o que fazer, começam a freqüentar o bairro e criar problemas”(PCR/URB/ERBR, 1998:64).

O discurso não foi apenas um ato falho. A idéia de “tirar esse povo de dentro do bairro” fazia parte da assepsia que se tentou implantar com a “revitalização”. Um espaço *enobrecido* não era para todos. Percebe-se claramente que quando o *Plano de Revitalização* falava em devolver o centro para os cidadãos, estava obviamente se referindo a quem de fato já possuía alguma inserção social e direitos reconhecidos. Os antigos moradores, os meninos em situação de rua, os *homeless*, mendigos e desempregados em busca de algum trabalho eram “esse povo” que só criava “problemas”. Felizmente, a solução encontrada não foi a expulsão dos guardadores de automóveis, mas o seu cadastramento pela Prefeitura como forma de garantir um maior controle e segurança sobre os veículos. Em geral, eles usavam uma jaqueta sobre a camisa, indicando se tratar dos “flanelinhas oficiais”. Isso porque o cadastramento não impediu totalmente que outros guardadores se mantivessem no Bairro, disputando também um espaço para trabalhar. Nas áreas que ficavam sob a guarda dos “flanelinhas oficiais”, o cadastramento conseguiu evitar uma prática que tem se tornado tão comum quanto abusiva no centros das cidades: a pré-fixação do valor a ser dado aos guardadores, sob pena de não encontrar o carro nas mesmas condições que ele estava quando foi estacionado.

No caso dos meninos, eles eram, oficialmente, os únicos a serem “convidados” a se retirar da rua. Não havia uma ação diretiva que impedisse a passagem de qualquer pessoa, mas a intenção do sistema de vigilância de impor restrições aos usos era clara para os códigos da rua: a postura corporal e o olhar de intimidação são mecanismos que têm a sua eficiência. A passagem dos meninos podia até ser tolerada, para evitar constrangimentos para os freqüentadores ou repercussões negativas na opinião pública, mas ela era francamente desestimulada. Uma vez na rua enobrecida, eles eram constantemente vigiados. O mesmo ocorria com os adultos, embora a própria presença deles fosse menos freqüente.

Indagado sobre a orientação dada aos responsáveis pela segurança e sobre a função dos cavaletes, que mais do que regular o fluxo dos veículos estariam proibindo o livre fluxo de pessoas, Fernando Andrade, então coordenador executivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, argumentou:

“Eu não concordo, eu não concordo, porque todo cidadão tem o direito de ir e vir conforme a constituição. Porém, a prefeitura tenta evitar o abuso. Eu não vejo você proibir que ninguém entre ou deixe de entrar. Agora, o menor desacompanhado a partir das 19h, hoje tem uma resolução que aqui você não pode estar sozinho. Então, o conselho pega essa criança, hoje, pega e leva, tá certo. Eu não, como você fala, cancelas, não. Isso eu não sei, nunca vi sinceramente e sou contra isso ocorrer. Agora, o que eu sou a favor é de tentar controlar, porque se você deixar que o ambulante tome conta de uma rua como essa você não vai poder nunca nem conversar numa mesa de bar. Você tem que disciplinar. Disciplinar é uma coisa interessante, agora, proibir nunca”.¹⁶⁸

Sobretexto III

CONTRA-OPINIÃO*

GEORGE: — Mesmo que eles não diga, fica assim no olhar. (...) você, hoje em dia, passa ali e é discriminado, os seguranças ficam tudo olhando para você (...) se você passar sem camisa ali, somos discriminados ali dentro, os trabalhador da beira do cais. Somos trabalhador, mas eles não querem saber que eles isolam aquilo ali, encham de mesa e ninguém pode movimentar ali, passar pra ir no sindicato [a sede do sindicato dos Portuários fica na Rua do Bom Jesus]. Hoje em dia eles só olham pro rico ali. Quer dizer que o trabalhador não tem direito nem de passar.

ENTREVISTADOR: — Aqueles cavaletes ali são para isso, então ?

GEORGE: — É para isso. E você passa, num tempo desse, cê largou 10:45, a gente ia jantar na Rio Branco ali, comer um lanche, um cachorro quente. Eu e mais três companheiros meu de trabalho, os seguranças vem seguindo a pessoa, pensando que a pessoa é ladrão. Eles tão vendo que a gente tá de capacete, de bota e tudo e não liga pra isso. Pensa que a gente é ladrão. Aqueles ali só liga pra o rico. Acabou aquilo, ali fica um deserto, tá entendendo? Show, evento, tudo em dia de domingo, tem tudo aí. Agora, quando tem evento eles isolam, botam os cavaletes ali (...) só ligam pra fazer melhoria ali, para a Marquês de Olinda e Arsenal da Marinha. (...) ninguém vê nada aqui. De noite aqui [na Favela], o pessoal vê é rato, e mais nada. Se passa a polícia aqui, vê você sentado em frente de um barraco desse, é ladrão. É polícia em cima com revólver na cara da pessoa, que aqui mora muito cidadão. Tem que vê isso.

* Depoimento de George Washington. Entrevista concedida ao autor, Favela do Rato, 11 de abril de 2000.

Creio que o problema reside exatamente na forma como se busca disciplinar os usos de um espaço urbano. Em relação aos meninos, o que se podia observar, por exemplo, era uma

¹⁶⁸ Depoimento de Fernando Andrade, coordenador executivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.

ação pontual, circunscrita apenas ao perímetro delimitado pelos cavaletes do Pólo Bom Jesus. Quando estavam “dentro de portas” – por assim dizer–, eles eram abordados por assistentes sociais do *Projeto Hora de Acolher* e plantonistas do Conselho Tutelar. Quando saiam do “enclave”, dificilmente tinham a mesma “atenção” dispensada. Bastava seguir um pouco a ação do Conselho para averiguar que as mesmas crianças que foram retiradas do Bom Jesus permaneciam naturalmente pelas outras ruas. “Fora de Portas”, o bairro enobrecido mostrava sua verdadeira face.

As ambigüidades não param por aí. Notava-se que algumas presenças eram toleradas, outras não. Os meninos que vendiam balas, bonecos de cera, assim como os engraxates, eram geralmente o alvo principal da ação do *Hora de Acolher*. Mas era comum ver outros meninos, como um dupla de irmãos que cantava *repentes* e tocava pandeiros, circulando livremente por entre as mesas. Talvez porque o tipo de atividade acabasse legitimando a pretensão oficial de re-localizar a tradição, a presença dos pequenos repentistas era bem vista. Para os demais, restava a contagem regressiva até o horário permitido. Enquanto não expirava o tempo judicialmente determinado para a saída, os meninos se apressavam em ir de mesa em mesa oferecendo suas pequenas mercadorias, enquanto eram seguidamente abordados pela assistente social. que, em conversa discreta, explicava a determinação do Juizado e avisava que teriam de sair às 21h. A ação desses assistentes sociais era reforçada por uma campanha de esclarecimento, promovida pela Cruzada de Ação Social em parceria com os proprietários dos estabelecimentos da rua. Preocupados em não criar as mesmas repercussões negativas de épocas anteriores, eram distribuídos panfletos para os usuários dos bares, solicitando que não incentivassem a presença dos meninos. No panfleto, era explicado, em poucas linhas, o que era e como funcionava o *Projeto Hora de Acolher*. E convocava-se a população para apoiar o Projeto, com o seguinte apelo final :

DIGA NÃO	DIGA SIM
À Esmola	À Escola e à Formação Profissional
À compra de produtos	À Saúde
À Aceitação de serviços	Ao lazer

Embora discreta, a ação era intimidativa: para os mais resistentes, que não temiam represálias e diziam, em voz alta, que não iam sair, a conversa mudava de tom: quem permanecesse, seria conduzido imediatamente à sede do Conselho, localizado no próprio Bairro. Os meninos, em geral, não queriam sair por uma razão óbvia: mesmo o incentivo financeiro, dado através de uma espécie de bolsa mensal para quem participasse do Programa, o valor era bem inferior ao que conseguiam arrecadar com a venda dos seus produtos. Visivelmente contrariados, os meninos tentavam permanecer o máximo de tempo na rua. Quando expirara o horário determinado, a tensão aumentava. Muitos saíam de fato do local. Outros resistiam e eram levados ao conselho. Os que residiam no Bairro, a mãe era chamada para uma conversa de esclarecimento; os de outras localidades, eram conduzidos pelo carro de plantão. Não era incomum ver meninos no Conselho, à espera do horário de ir embora. Muitos, inclusive, acabavam dormindo nos bancos dispostos na entrada da Sede, situada na Rua da Moeda.

Embora as fronteiras da Rua do Bom Jesus não fossem tão rígidas quanto os limites da *bolha* erguida para abrigar os convidados do Espaço Cultural Bandepe, elas também não eram tão flexíveis quanto as das Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco. Para demarcar a área mais enobrecida do Bairro, as fronteiras, no entanto, necessitavam ser cotidianamente negociadas pelos usos e contra-usos que compunham as práticas sociais que lhe eram constitutivas. Uma das fronteiras que desaparecia no período noturno na Rua do Bom Jesus, para dar lugar a uma



nova e mais ampla delimitação, era a que separava as duas calçadas durante o dia. No tempo e espaço do enobrecimento, a *calçada-luz* está com todos os seus adereços montados: as mesas ocupam toda a sua extensão, e aos poucos vão sendo tomadas. Mesmo com a dissolução da linha que separava as duas calçadas, a *calçada-luz* continuava, de certo modo, sendo a que atraía as atenções. A *calçada-sombra* ainda persistia como um espaço *para* o lado mais enobrecido: era nela que ficavam os músicos que tocavam para os fregueses que aos poucos iam ocupando os espaços. Apesar da disputa de sons que vez ou outra acontecia nos diferentes pontos da rua, quando cada bar aumentava o volume de suas músicas, tocadas ao vivo ou em *playback*, o local tornava-se um espaço agradável e animado. Muitos jovens faziam da rua um ponto de paquera, circulando de um lado para o outro sem parada certa. Na porta dos *dancing bars*, filas enormes se formavam. Em certos finais de semana, mesmo sem grandes eventos agendados, a movimentação sempre foi intensa, causando dificuldades para se andar. Quando ocorriam shows na Praça Artur Oscar, cujo palco tinha a sua frente direcionada para a rua, o local ficava repleto de gente. Não havia vagas nas mesas, todas tomadas por alegres grupos. Nessas datas, a segurança era redobrada, quase ostensiva. Mas, justamente pela presença de um maior número de pessoas, as fronteiras ficavam mais vulneráveis. Eram nessas ocasiões em que aconteciam os “furos” constantes da paisagem enobrecida. As catadoras de lata surgiam no meio da multidão e desapareciam rápido, assim como os meninos que muitas vezes escapavam por entre o labirinto de pessoas.

A programação cultural do Pólo Bom Jesus era diversificada, mas seguia um padrão de qualidade exigida. Com produções sempre bem cuidadas, a agenda cultural englobava uma variedade de eventos que iam de Festivais de Dança, Exposição de Artes Plásticas a shows variados com artistas locais e nacionais. A lista é longa e seu detalhamento, desnecessário. Cabe ressaltar que, ao contrário, dos eventos da Marquês de Olinda, os da Bom Jesus eram direcionados para um público de renda mais elevada. Apresentações com apelo mais popular foram deslocadas para áreas que comportavam um maior número de pessoas. Após a reforma que transformou a antiga pracinha no Largo do Marco Zero, cada vez mais os grandes eventos eram transferidos da Rua do Bom Jesus, que permanecia como uma área mais tranqüila para

um seletor público. No São João do ano 2000, praticamente não houve uma agenda de eventos para a rua, tendo apenas um pequeno palco, enquanto outros espaços do Bairro abrigava palcos maiores para eventos de maior porte. Mesmo no Carnaval, exceção feita ao desfile das agremiações carnavalescas (Maracatus, Blocos, Troças, Caboclinhos etc.) que sempre se apresentavam na Rua do Bom Jesus, os eventos têm sido, cada vez mais, selecionados para atender ao perfil específico de usuários que frequentam o Pólo. Nele estão as pessoas mais bem vestidas e as que vão para o Bairro de carro próprio.

O perfil visivelmente mais elitista dos bares e restaurantes do Bom Jesus, que atraía um público diferenciado, tornava o local naturalmente mais visado pelos vendedores ambulantes. E não apenas por eles, mas por artistas mambembes que buscavam alguma forma de



remuneração por suas apresentações. Algumas dessas apresentações eram incomuns, embora igualmente legítimas. Em uma certa época, um paraplégico parava sua cadeira de rodas no meio da rua, entre a multidão, e iniciava uma sequência de movimentos acrobáticos, usando apenas os braços, demonstrando firmeza e equilíbrio. A cena poderia ser uma bela demonstração de força de vontade não fosse o discrepante e visível desinteresse dos presentes. No meio de tanta gente bebendo e comendo bem, andando alegre pela rua, o apelo do ginasta só aumentava o caráter desigual da paisagem enobrecida do Bairro. Outro personagem que sempre aparecia no Bom Jesus era o “Rambo”, um ex-pugilista que abandonou os ringues depois que levou um tiro em uma tentativa de assalto. Vestido a caráter, a performance de “Rambo” consistia em simular uma luta, em meio aos transeuntes, soltando golpes ao ar,

como se enfrentasse um oponente invisível. Às vezes, surgia um voluntário a coadjuvante, que fazia com que cena parecesse mais real, embora não houvesse troca de golpes. Terminada a apresentação, ele passava na mesas para receber alguns trocados.



Além do “sombra”, artista contratado para seguir, imitar e animar os passeios pela rua, outro personagem que também já havia se incorporado ao local era José Augusto Luis de Lima, conhecido como “Lampião”. Lima é um artesão que à noite usava um chapéu de couro todo enfeitado, semelhante ao do cangaço e saía vendendo folhetos de cordel pelas mesas do Bom Jesus. Embora circulasse tranqüilamente pela rua, nem

sempre foi assim. Em uma breve conversa, enquanto me sugeria um cordel, revelou-me que já foi violentamente barrado ao tentar ultrapassar os cavaletes, nos primeiros momentos da “revitalização”. Como os meninos pobres que se esquivam das mesas para tentar vender pequenas mercadorias a clientes nem sempre educados e bem-humorados, esses personagem – e seus contra-usos do espaço – são obviamente *ruídos* que contra-enobrecem uma paisagem urbana, construída para ser um espaço central e nobre da cidade. Mas são, por isso mesmo, evidências da vulnerabilidade das fronteiras que demarcam essas áreas “revitalizadas”. Mesmo vigiada e simbolicamente intimidativa (alguns pequenos vendedores ficam muitas vezes na Praça Artur Oscar, com receio de atravessar os cavaletes), nem sempre uma rua enobrecida, que territorializa a desigualdade e busca demarcar as diferenças, tem seus códigos de exclusão respeitados.

Esses contra-usos podem ser considerados como o primeiro mecanismo observável para entender como as fronteiras e suas demarcações socioespaciais resultam em formas diferenciadas de subverter os usos esperados dos espaços urbanos enobrecidos, cujo

patrimônio é transformado em mercadoria cultural. O segundo mecanismo, mais complexo e que será tratado no capítulo seguinte, é o processo de construção dos lugares, através dos quais certos espaços são reapropriados em resposta à exclusão socioespacial, e a partir dos quais pode ocorrer uma repolitação da vida e espaço públicos.

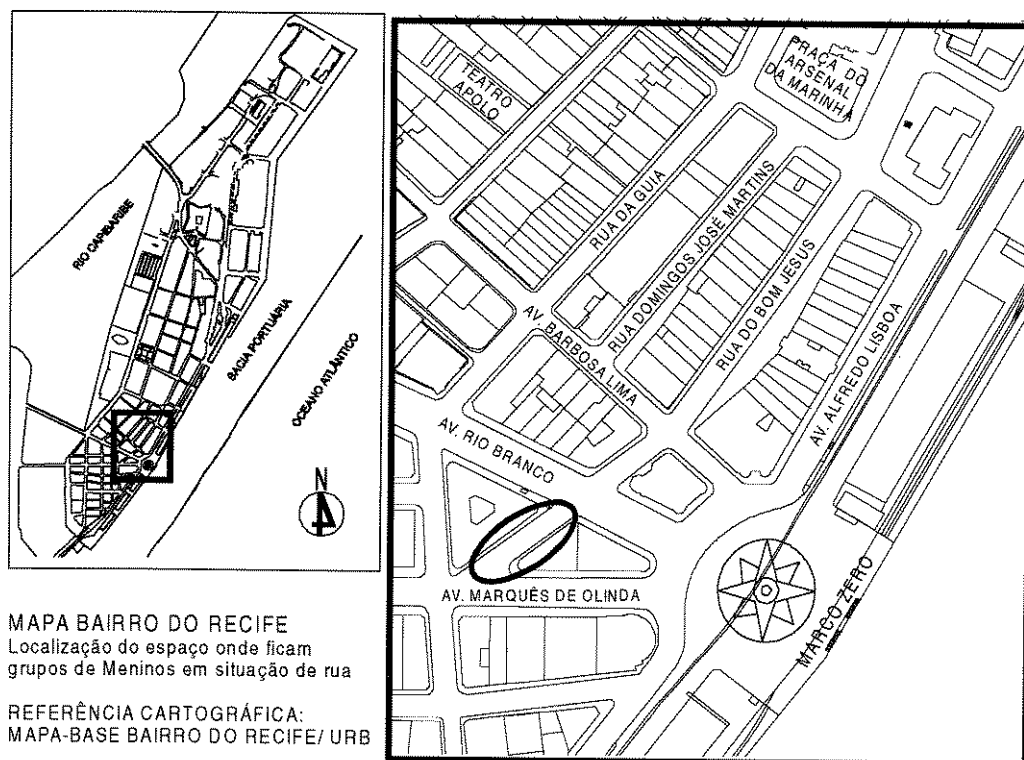
Para que diferentes lugares se estruturem é necessário, sobretudo, que haja uma diversificação de usos e atribuições de sentido a outros espaços. Quem, de fato, vai ao Bairro do Recife e se instala apenas no Pólo Bom Jesus desconhece as feições contraditórias daquele lugar. À noite, a paisagem circunscrita ao Pólo oculta, põe às vezes em suspensão, mas não elimina as outras faces do Bairro. Na própria Rua do Bom Jesus, quando a noite avançava e a madrugada, quase sonolenta, começava a expulsar os primeiros frequentadores, ocorria uma espécie de retorno dos ruídos visuais que temporariamente se ausentaram do Pólo. Algumas catadoras de lata voltavam a circular mais livremente, assim como alguns meninos em situação de rua, beneficiados pela maior flexibilização das fronteiras. Bêbados vindos de outros espaços do Bairro atravessavam a rua em passos incertos e se perdiam da vista. Mas era ainda nas primeiras horas da noite que as outras espacialidades se configuravam, longe das luzes e das Cores da Cidade do Bom Jesus.

Quanto mais nos afastávamos do Pólo enobrecido, mais parecia que mergulhávamos no Bairro do Recife: aquele cujo contraste provavelmente era a sua marca mais visceral.

Enquanto o Pólo Bom Jesus erguia seus cavaletes e tentava disciplinar os usos do espaço, as pessoas que não podiam – ou não queriam – compartilhar as atividades de consumo explícito migravam para outros espaços do Bairro, cujo percurso era um atravessar de fronteiras. Na zona fronteira, demarcada pelas Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco, havia um itinerário percorrido por muitas pessoas, embora por motivos diferentes. Exatamente entre as duas avenidas, em um pequeno trecho da própria Rua do Bom Jesus, mas fora do perímetro enobrecido, uma cena comum anunciava que estávamos adentrando novas fronteiras: reincidentemente, nesse local, meninos e adolescentes em situação de rua ficavam sentados na calçada, cheirando cola sem muito receio. Mal vestidos e sujos, ficavam horas conversando e rindo. No grupo, sempre havia meninos e meninas. Não era incomum ver, na

alta madrugada, alguns deles dormindo nesse local, em camas improvisadas de jornal e papelão. O curioso é que estavam a poucos metros da entrada do Pólo Bom Jesus, numa área, portanto, bastante visada pelo esquema de segurança do Bairro. Depois do *Projeto Hora de Acolher*, estes meninos se dispersaram para outros espaços, indo muitas vezes para as áreas mais isoladas dos armazéns do Porto. Essa dispersão que enunciava práticas constantes de deslocamentos caracteriza um tipo de permanência efêmera desses meninos e meninas, no sentido que Frangella (2000) chamou de “sociabilidade itinerante”. Os trajetos, cujas “táticas” lhes asseguravam a própria permanência no Bairro, revelavam igualmente a necessidade de negociação, imposta a esses “nômades da cidade”:

“ (...) o circuito no qual vão se inserindo, à medida que permanecem mais tempo nas ruas, não se constitui arbitrariamente e em qualquer local da cidade. Esse circuito também é a expressão dos limites negociados entre meninos e meninas e os sujeitos que os cercam” (Frangella, 2000: 222).



Os meninos que eram impedidos de permanecer no Bom Jesus começavam a ressurgir, surpreendendo o crédulo transeunte que pensava não existir menores em situação de rua no cenário enobrecido. Um dos “pontos de fuga” do Bairro do Recife era exatamente outro Pólo que se desenvolveu à revelia do Plano de Revitalização. O Chamado Pólo Moeda é um caso de ocupação espontânea, numa área do Bairro que ainda tinha sido “revitalizada”. Seu surgimento radicaliza o que estou chamando aqui de contra-uso, exatamente porque pode ser compreendido como uma resposta às fronteiras enobrecidas que demarcavam socioespacialmente o Pólo Bom Jesus. O Pólo Moeda seria, assim, um contra-espço: nele, subvertiam-se quase todas as sociabilidades que não podiam ocorrer em outras áreas do Bairro.

O processo que deu origem ao Pólo Moeda é diametralmente oposto ao do Bom Jesus. Em primeiro lugar, o Moeda nunca existiu inicialmente nos *Planos de Revitalização*. Ele estava circunscrito em uma área mais ampla do Pólo Alfândega, este sim, um dos Pólos de Interesse previstos no planejamento estratégico que deu origem ao processo de *gentrification*. Segundo, o Moeda surgiu de uma re-significação social de um espaço, pelos próprios agentes que o tornaram realidade, ao contrário do Bom Jesus que induziu a presença dos seus usuários através da intervenção urbana realizada. A área do Pólo, até o final da última gestão do PFL na Prefeitura do Recife, ao final do ano 2000, não teve nenhuma obra de melhoramento em sua estrutura urbana. Era uma parte do Bairro que permaneceu como no passado, antes da “revitalização”: edificações deterioradas, iluminação precária, fachadas sem pinturas novas. No entanto, exatamente por isso, tornou-se um espaço ideal para os sentidos que lhe atribuem seus frequentadores.

O Moeda permaneceu como um elo de continuidade de certas práticas e sentidos que já existiam antes da “revitalização”. Foi no velho bairro portuário, com sua má fama de local abandonado, perigoso, boêmio e marginal, que se iniciou uma das últimas e mais ricas inovações musicais, culturais e comportamentais de Pernambuco. Refiro-me ao Movimento *Manguebeat* que, sob a liderança do irreverente Chico Science, morto prematuramente em um acidente de automóvel, renovou a cena musical dos anos 90. O Movimento recolocou

Pernambuco na dianteira cultural, em um momento em que a cena musical brasileira parecia um tanto estagnada entre grupos de pagode e a chamada *axé music*. Antropofagicamente fundindo rock, funk, maracatu e embolada, o *Manguebeat* recuperou o discurso sonoro da cidade, da rua, e de suas contradições mais excludentes¹⁶⁹. Ao contrário de fazer uma apologia ufanista da cultura pernambucana, cantava a miséria da periferia da *manguetown*, ao mesmo tempo que contribuía para uma nova reapropriação da cultura popular ao revelar influências de figuras meio esquecidas pelos jovens do Recife, como Selma do Coco, Mestre Salustiano e os próprios Maracatus. No início de sua ascendente carreira, era justamente no Bairro do Recife – local de putas e marginais – onde se apresentavam:

“(…) já existia [*no Bairro*] uma ocupação do pessoal alternativo, da cena alternativa: Chico Science, o pessoal das bandas já faziam festas nos cabarés que existiam: o Adílias, Frank, o Bar do Grego, tinha esse público underground”¹⁷⁰.

O surgimento do Pólo Moeda deveu-se muito à iniciativa de Roger de Renoar. Empresário e animador cultural, Roger é uma dessas pessoas que não apenas formam opinião, como congregam pessoas e tendências em torno de seus projetos. Carismático e inovador, Roger criou no Bairro do Pina [na Praia de Boa Viagem] uma soparia que foi o “*mais mangue dos bares recifenses*” (Teles, 2000: 305). A sopararia virou ponto de encontro dos *mangueboys* e parada obrigatória para o circuito alternativo da noite recifense. Por razões que não cabe aqui pormenorizar, Roger mudou-se para o Bairro do Recife, à procura de um espaço mais amplo que pudesse abrigar seus novos projetos culturais. Sua ida para a Rua da Moeda, onde abriu o famoso Pina de Copacabana, mudou a paisagem do local. Com ele, vários grupos e pessoas, que antes freqüentavam a Soparia, também migraram para o Bairro do Recife, reencontrando um espaço que já retinha enorme carga simbólica, por ter sido um dos primeiros palcos do Movimento *Mangue*.

O reconhecimento da importância de Roger é inegável. Quase todas as pessoas entrevistadas, que exerciam algum cargo da Prefeitura relacionado ao *Plano de Revitalização*, recomendaram, quando o assunto era o Pólo Moeda, que Roger fosse entrevistado. O local do

¹⁶⁹ Para mais detalhes sobre o manguebeat, consultar o bom livro do jornalista José Teles, *Do Frevo ao Manguebeat*. São Paulo, Editora 34, 2000.

¹⁷⁰ Depoimento de Noé Sérgio, Arquiteto da Prefeitura da Cidade do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 13 de abril de 2000.

meu encontro com Roger não poderia ter sido mais adequado: um pequeno boteco, perto da Rua da Moeda, com poucas mesas e uma radiola de ficha tocando músicas que seriam facilmente rotuladas de “brega”. Em uma mesa, três jovens tomavam cerveja. Em outra, uma cena típica do velho bairro: um marinheiro, recém chegado da Venezuela e ainda trajando seu uniforme branco, parecia trocar promessas de amor com uma jovem e bonita prostituta, vestida de saia preta e botas longas. Durante a entrevista, fomos interrompidos muitas vezes, ora pelo som que ficava mais alto, ora pelos inúmeros conhecidos que paravam para cumprimentar Roger: desde homens engravatados que pareciam ter saído de um reunião de negócios, a bêbados que circulavam pelo local. Roger cumprimentava todos, sem distinção. O dono do boteco, outro amigo do entrevistado, talvez notando a dificuldade que tínhamos em prosseguir a conversa, simplesmente desligou a radiola, sem qualquer protesto dos presentes. Em uma longa e agradável conversa, Roger revelou parte da história do Pólo Moeda.

“O Bairro do Recife sempre foi um lugar que, mesmo antes da revitalização, sempre teve seu charme. O Frank’s Drinks foi uma coisa que marcou o movimento mangue, o Bar do Grego marcou uma época também, dentro da história (...) as primeiras festas de Chico Science foram lá, os primeiros shows. Então, era uma coisa que se misturava: a nova galera que tava saindo à procura de novos lugares, e os marinheiros, e as putas, e essa coisa, já não tinha mais zona, os puteiros sobravam, já tinha tido declínio então, e coincidiu com a história da revitalização, começou meio que botar para fora a galera, o Francis pegou fogo e ficou com essa marca de burguesia aqui. Então esse lado foi uma opção muito legal. Eu pensei em vir para o Bairro mais por esse lado [*a entrevista é interrompida por pessoas que vêm cumprimentar Roger*] Coincidiu que, minha vinda para cá coincidiu também com a história do investimento que a prefeitura fez, que não é nada boba, depois que Chico morreu, se passou a olhar para esse lado comercial e o lado positivo da história, o lado lucrativo da história do Manguebeat”.¹⁷¹

O depoimento de Roger é elucidativo de um aspecto dessa pesquisa: a apropriação do conteúdo simbólico existente nas práticas sociais cotidianas (e não apenas no passado histórico edificado, via patrimônio cultural) pelas políticas de *gentrification*. Em geral, essas políticas investem em áreas carregadas de sentido pela história e evolução urbana dos espaços das cidades. Mas é interessante perceber que muitas dessas áreas já sinalizavam sobre sua potencialidade pelos usos sentidos atuais. O que Roger sugere, ao se referir a apropriação do

¹⁷¹ Depoimento de Roger de Renoar, animador cultural e proprietário do Bar Pina de Copacabana. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 14 de abril de 2000.

“lado lucrativo da história do Manguêbeat”, pode ser, no caso do Bairro do Recife, apenas um aspecto secundário, haja vista o processo ter sido iniciado no Pólo Bom Jesus, e a partir de uma perspectiva mais voltada ao patrimônio edificado do que dos usos que o *Manguêbeat* fazia de outras áreas do Bairro. Além disso, o movimento não desenvolveu uma associação com um local específico, mas com a cidade como um todo, a *manguetown*. Contudo, não deixa de ser sugestivo o fato de existir alguma forma anterior de valorização dessas áreas, fato que pode evidenciar, ao menos, uma possível influência na percepção dos planejadores sobre a potencialidade comercial das áreas históricas a serem “revitalizadas”.

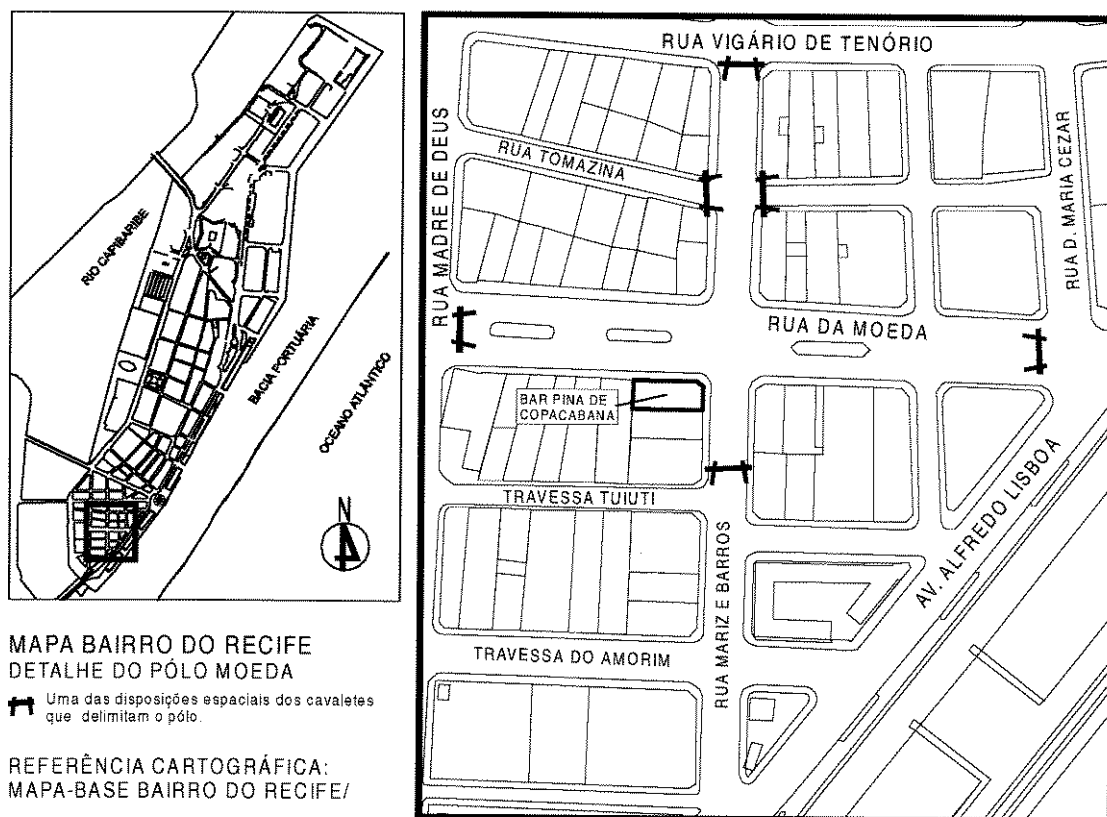
Neste caso, haveria um aproximação com o caso baiano de “revitalização” do Pelourinho, este sim, podendo ser um exemplo claro de apropriação de uma valorização anterior existente, que justificou, pelo menos em parte, a implantação das políticas de *gentrification*. Sabe-se que o Pelourinho foi, antes de sua reforma, um local onde os grupos negros de Salvador se encontravam. O que muda, no caso baiano em relação ao Recife, é que em Salvador a cultura negra é apropriada para legitimar a centralidade do Pelourinho, explorando e pasteurizando turisticamente a imagem de uma negritude integrada como identidade baiana. No caso do Recife, por outro lado, a valorização anterior – que identificava o Bairro com o *Manguêbeat* – não pôde ser incorporada à “revitalização” exatamente porque o espaço social dessa identificação era justamente o Bairro contra-enobrecido. Talvez por isso, as manifestações do *Manguêbeat* nunca tenham sido utilizadas como justificativas para as reformas do Pólo Bom Jesus, mas associadas ao Pólo Moeda, que se mantinha fora do processo de *gentrification*. Isso não tem impedido, entretanto, que os principais agentes do Plano de Revitalização (poderes públicos e iniciativa privada) usassem estrategicamente a Rua da Moeda, quando interessava ressaltar a diversidade de eventos oferecidos no Bairro do Recife. Aliás, nada seria mais apropriado para um local que foi tombado por ser “simultâneo” em sua arquitetura, também erguer uma imagem atual de um espaço culturalmente diversificado. No fundo, o que diferencia o Pelourinho do Bairro do Recife parece ser o grau de apropriação e de legitimidade buscado nessas manifestações que já mantinham relações identitárias com esses espaços centrais e com a própria imagem da cidade.

Neste caso, percebe-se que a variável raça opera uma distinção fundamental entre a idéia de *afro-baianidade* e *pernambucanidade*. Em Pernambuco não há uma hegemonia negra como na Bahia e a idéia de raça parece diluída entre outras categorias indistintas para uma concepção de identidade. O critério racial está praticamente ausente na concepção de *pernambucanidade*, embora ela seja construída a partir de muitas manifestações culturais negras, como é o caso dos Maracatus, cujo significado social tem uma inequívoca centralidade para a cultura pernambucana. Obviamente, não estou afirmando aqui que a questão racial inexistente em Pernambuco, mas apenas enfatizando que, curiosamente, na terra de Gilberto Freyre não existe uma inscrição acentuada da raça no discurso que forja uma idéia de Pernambuco. O que parece muito mais evidente é a tentativa de identificar o estado a partir de certos conteúdos tradicionais de cultura brasileira autêntica. Durante, o carnaval, por exemplo, essa problemática aflora na disputa simbólica pela legitimidade do frevo sobre outros ritmos, e em particular sobre a música baiana. A idéia, portanto, mais afluyente para uma concepção de *pernambucanidade* está na apologia das “raízes” culturais, da suposta autenticidade das tradições e manifestações da cultura.

Esta talvez tenha sido uma das razões pelas quais a Rua da Moeda obteve uma certa legitimidade perante a opinião pública mais geral: o Pólo adotou em sua variada programação, ao lado de bandas de rock e mangue, uma programação que incluía de modo substantivo esses valores da chamada “cultura popular pernambucana”. Embora houvesse uma programação oficial de eventos diferenciados para a Rua da Moeda, parece claro que a meta não era apenas incentivar a diversidade, mas uma forma de assegurar as fronteiras e especificidades de cada Pólo. A fragmentação existente no Bairro não resultava, assim, apenas da escolha das pessoas que freqüentavam cada um dos seus espaços. A assimetria dos usos foi observada pela Prefeitura e incorporada à programação diferenciada de eventos que ocorriam em cada Pólo. A princípio, o fato de haver programações oficiais distintas para cada público poderia ser interpretado como uma sensata atitude de respeito à diferença, não fosse a enorme discrepância que pauta o tratamento dispensado aos diferentes Pólos. Excetuando o próprio Pólo Bom Jesus, o resto do Bairro não tinha sido beneficiado por qualquer medida que viesse

melhorar a sua infra-estrutura urbana ou o estado de conservação das suas edificações. Havia, obviamente, um grande projeto de urbanização a ser implantado na rua da Moeda, mas as características dessas ações estavam voltadas para o mesmo freqüentador do Pólo Bom Jesus, seguindo a lógica de mercado que singulariza as práticas de *gentrification*¹⁷².

O Pólo Moeda cresceu em torno do Bar Pina de Copacabana. Nele estavam os bares voltados para um público jovem, que formavam o perfil *underground* do lugar, chamado muitas vezes de “Berlim Oriental”. Também existiam cavaletes nesse Pólo, colocados com o mesmo pretexto de impedir que algumas áreas de lazer fossem ocupadas pelos veículos.



¹⁷² A área que compreende a rua da Moeda está circunscrita ao chamado Pólo Alfândega, área que seria “revitalizada” com recursos do Programa Monumenta/BID. Pelo Plano, estariam previstas obras de recuperação do antigo Prédio da Alfândega, onde seria instalado um Shopping Cultural. A Rua da Moeda seria transformada em um *boulevard*, fazendo parte do trajeto do Corredor Cultural que interligaria os espaços enobrecidos do Bairro até o Pólo Bom Jesus.

Existia, contudo, diferenças relevantes na função desses cavaletes. A maioria não tinha o mesmo esquema de vigilância do Bom Jesus. Havia, na verdade, uma inversão da lógica dessa vigilância, que podia ser observada, principalmente, em dias de eventos no Pólo. A programação cultural, como já se disse, diferia por abrigar as manifestações mais voltadas ao circuito *Manguebeat*. No Carnaval, era nesse espaço que ocorria o *RecBeat*, com grupos e artistas como Lia de Itamaracá, Mestre Ambrósio, Querosene Jacaré, Faces do Subúrbio, Mundo Livre S/A, entre outros, além das participações de Naná Vasconcelos e do irreverente grupo paulistano Karnak. Diferentemente das atrações do palco do eixo Marquês de Olinda-Rio Branco, planejadas justamente para um público mais abrangente (com Quinteto Violado, Geraldo Azevedo, Zeca Baleiro, Antúlio Madureira, Antonio Nóbrega, Orquestra Maestro Duda); e do Pólo Bom Jesus (Adelmo e sua Orquestra, Aurinha do Côco, Alcimar Monteiro, Quinteto Violado, Zeca Baleiro, Orquestra Metais Banda Show, Antúlio Madureira), a programação do Pólo Moeda era visivelmente voltada a um público menos abrangente e mais identificado com o circuito musical “alternativo”.

Nas festividades de São João ocorria a mesma diferenciação. Enquanto o eixo Marquês de Olinda-Rio Branco promovia apresentações de quadrilhas e pequenas bandas para que as pessoas dançasse na rua, no Pólo Moeda se apresentavam,



por exemplo, Selma do Coco, Mestre Salustiano e a Banda de Pífanos de Caruaru, entre outros. Era nessas ocasiões que se observava a inversão no sistema de segurança. Enquanto no Bom Jesus a vigilância ocorria de fora para dentro, ou seja, ela era direcionada para quem não estava no eixo delimitado, no Moeda ocorria o contrário: a vigilância era exercida de fora para dentro, sobre os que estavam no interior do Pólo.

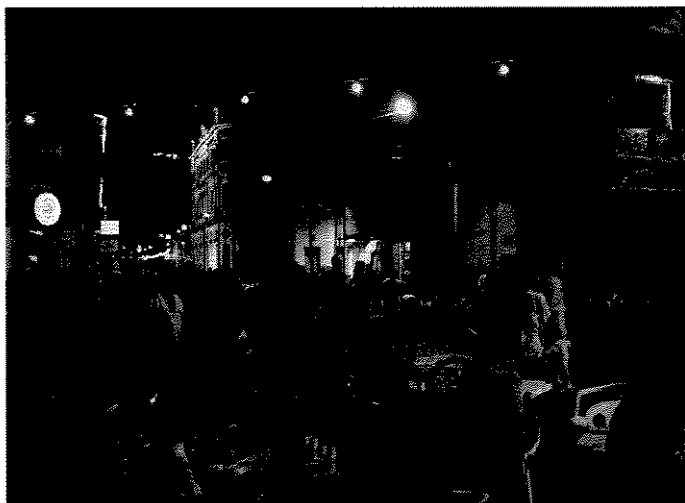


Ciranda improvisada no meio da Rua da Moeda, enquanto Dona Selma do Côco cantava no Palco. Foto do autor

Os próprios freqüentadores eram constantemente observados, enquanto dançavam e se divertiam, muitas vezes em grupo, fazendo cirandas, das quais participava quem desejasse: estranhos, conhecidos, amigos, eventuais turistas de passagem pela cidade. As sociabilidades que no Pólo Moeda se estruturavam pareciam, em geral, ter pouco vínculo com a dimensão propriamente econômica do consumo. As pessoas que o freqüentavam, pareciam estar ali para “consumi-lo” como símbolo, para trocar significados, mais pelo que aquele espaço significava. As diferenças, que se codificavam em cada gesto,

roupa e adereços, tornavam mais fluídas as fronteiras simbólicas que separam as pessoas, permitindo interações múltiplas. Era comum ver, neste Pólo, uma cena quase cinematográfica: marinheiros recém-chegados de outro país dançavam, à meia luz e ao som de radiola de ficha, com prostitutas que se misturavam aos demais freqüentadores, oferecendo um momento suspeito de volúpia, sem tanta cautela e receio. Meninos cheiravam cola, jovens dançavam reggae e andavam em bandos. Mal iluminado e sem nenhuma obra de restauração, o Pólo Moeda conseguiu também “revitalizar” um espaço do Bairro, imprimindo sua própria dinâmica de usos.

Da mesma forma como ocorria no Bom Jesus, as fronteiras do Pólo Moeda também circunscreviam e definiam um estilo de vida que só poderia ser vivenciado naquele espaço. Dificilmente se via o freqüentador desse Pólo na Rua do Bom Jesus, mas a recíproca nem sempre era



verdadeira, excetuando alguns turistas que desejavam conhecer o Bairro como um todo. Às vezes, essas pessoas cruzavam as fronteiras, embora a maioria dos usuários do Bom Jesus não freqüentasse o Moeda, exatamente porque ela é a antítese do que, em geral, procuravam: segurança para o lazer, em uma rua bem iluminada e vigiada.

“O público da Bom Jesus vem para a Rua da Moeda. Olha, o público da Bom Jesus pode até fugir de lá, às vezes, pode até vir. Talvez o turista que vai para lá. Mas o público que vai para lá jamais vem para cá, sem dúvida”.¹⁷³

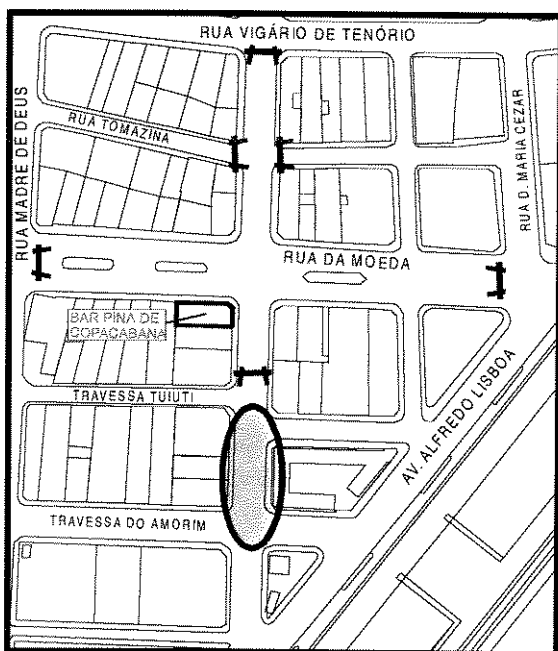
Em geral, esse fluxo de pessoas do Bom Jesus para o Moeda ocorria mais em dias de eventos. Da mesma forma como acontece nos outros Pólos, esses eventos contribuíam para flexibilizar as fronteiras que demarcavam as identidades socioespaciais. Em dias normais, exatamente quando esses espaços são ocupados apenas pelos seus freqüentadores usuais, essa fragmentação não apenas era mais nítida como mais difícil de ser superada. É pouco provável que qualquer usuário do Bom Jesus, sempre bem vestido e portando códigos corporais estranhos aos freqüentadores do Moeda, adentrassem o Pólo, principalmente no trecho mais segmentado do Bar do Rainha, onde se podia tomar cerveja gelada com um excelente prato de macaxeira e carne de charque. Tratava-se de um pequeno espaço fora dos cavaletes, mais ainda dentro do Pólo Moeda, onde, em torno de alguns pequenos botecos, diferentes “tribos” urbanas se encontravam.

¹⁷³ Depoimento de Roger de Renor, animador cultural e proprietário do Bar Pina de Copacabana. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 14 de abril de 2000.



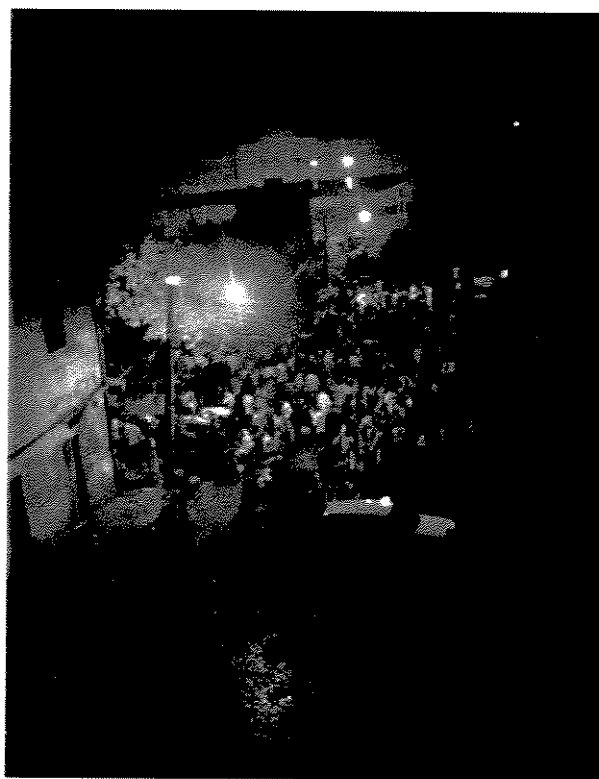
Os estereótipos eram variados: corpos tatuados, cabelos grandes, outros curtos e coloridos, cabeças raspadas, estilo rastafari. Bermudão na altura do joelho, roupas dos anos 60. Óculos escuros com aros coloridos, boné com aba virada.

São funkeiros, rockeiros, magueboys, skatistas. Estes últimos, vez ou outra, iam em bando até a Rua Madre de Deus para fazer suas manobras, sob o olhar da Polícia Militar. O clima era sutilmente hostil a quem quer que não se enquadrasse em algum dos perfis dos grupos, embora fosse possível transitar (quase) normalmente pelo local. Não raramente, ocorriam batidas policiais que já não surpreendia seus frequentadores.



MAPA BAIRRO DO RECIFE
Localização de Barracas e Tribos

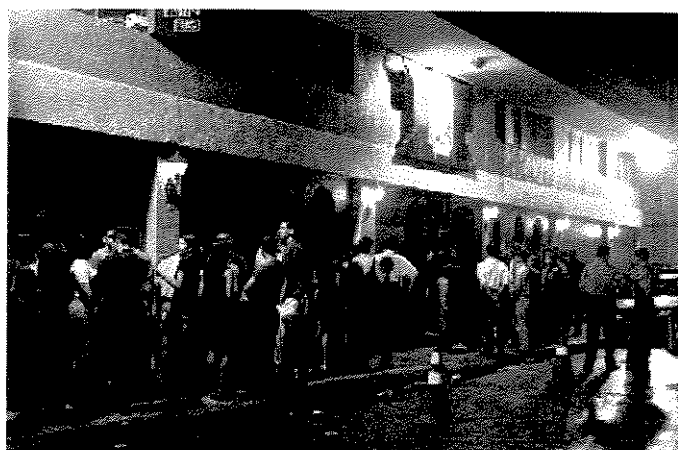
REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:
MAPA-BASE BAIRRO DO RECIFE/ URB



Dizer que no Pólo Moeda não existiam fronteiras é um erro. A diferença é que essas fronteiras tinham outros parâmetros de inclusão e exclusão, quando comparadas as do Bom Jesus. Quando havia o *Mercado Mundo Mix* no Bairro, eram justamente os frequentadores do Pólo Moeda que capitaneavam o evento, embora muitos dos usuários do Bom Jesus também participassem. Algumas vezes, o mercado aconteceu no antigo prédio da Alfândega, então denominado “Casarão Pop”, noutras no Armazém 13. Havia, nessas ocasiões, códigos identitários inscritos nas roupas, nos corpos, no comportamento. Embora a principal atividade do Casarão fosse a própria “feira”, na qual de tudo se vendia, as relações que ali se desenvolviam não poderiam ser reduzidas a um simples ato econômico de consumo. A maioria das pessoas não estava naquele ambiente para propriamente comprar alguma coisa. Com um enorme pé direito e em precário estado de conservação, o Casarão tinha suas paredes pichadas ou grafitadas. Inúmeras barracas improvisadas vendiam uma miscelânea de objetos: artesanatos em couro, barro e papel machê, bijuterias, roupas em batique, miçangas, caleidoscópios, discos, fantasias de carnaval, adereços de maracatu e frevo, livros e incensos Hare-Krisna, artigos para decoração e lanches, além de um tatuador de plantão.

Sob uma fraca iluminação, que conferia ao prédio um ar de porão, as pessoas andavam de um lado para o outro. Um palco improvisado servia para apresentações de bandas locais. Era possível sentir um aroma de incenso e maconha que perfumava todo o ambiente. De vez em quando, uma patrulha motorizada da Polícia estacionava seu camburão e alguns homens entravam esbaforidos no Casarão, como se quisessem, de qualquer modo, disciplinar o uso daquele lugar. Saíam em seguida em silêncio, sob o olhar malicioso e cúmplice de muitos. Ninguém parecia se importar com aquela visita repentina. Na entrada (ou o que poderia ser também a saída), uma pista de *skate* continuava a entoar um baque solto, aonde se realizava um áspero balé. Na saída (ou o que poderia ser igualmente a entrada), jovens se amontoavam na rua escura, às margens do Capibaribe, cuja fedentina invadia as narinas causando torpor. Ali, aonde as diferenças se codificavam em cada gesto e as fronteiras simbólicas pareciam se fluidificar, permitindo interações múltiplas, prostitutas se misturavam aos demais frequentadores, oferecendo seus “serviços” por apenas quinze reais. Vizinho ao Casarão,

acontecia um luxuoso casamento na antiga Igreja Madre de Deus. Na calçada, mulheres com longos vestidos e homens de terno preto esperavam a noiva, sob o olhar atento de fortes seguranças. Na entrada do Casarão, garotos sem camisa e boné com aba virada rodopiavam em seus barulhentos *skates*. O tênue limiar entre aqueles espaços parecia se dissipar quando os skatistas avançavam na direção da Igreja e executavam manobras desafiadoras e arriscadas, seguidas de um grito incompreensível, num singular movimento de codificação da diferença.



Da mesma forma que o Pólo enobrecido tinha seus *ruídos visuais*, configurados pelos contra-usos, também no eixo do Pólo Moeda havia *ruídos de enobrecimento*, em meio a paisagem contra-enobrecida. O Bar Pina de Copacabana tinha, em seu primeiro andar, a Discoteca da Pomba-gira. Subindo uma estreita

escadaria, chegava-se a um espaço quase escuro, iluminado por luzes vermelhas, onde casais dançavam salsa, mambo e merengue. Nada mais contra-enobrecido do que esse ambiente. No entanto, a duas quadras da Pomba-gira, dois *dancing bar* reuniam exatamente o público que normalmente freqüentaria o Bom Jesus. A discrepância entre os ambientes é enorme, e seus freqüentadores, completamente diferentes. Em um deles, instalado em um antigo sobrado de três pavimentos, carros de luxo anunciavam, já em sua entrada, que não se tratava mais de um local do Moeda, ainda que estivesse localizado em sua área. Com um rígido sistema de segurança, a danceteria cobrava cara a entrada. Confundido com um repórter, graças à desenvoltura do meu informante, e talvez por estar portanto câmara fotográfica, entrei no recinto com dificuldade. Estava repleto de gente. No térreo, um grupo de pagode embalava uma estreita pista de dança, que exigia muita paciência para atravessá-la. No andar de cima,

mesas, garçons bem vestidos serviam bebidas às pressas, casais namoravam. Gente jovem, em geral branca e aparentando uma elevada posição social de renda. No local, havia, entretanto, outro pavimento. Assim como na Pomba-gira, uma estreita escadaria conduzia o desavisado visitante para uma porta que parecia a de um frigorífico: de metal, com uma pequena e circular janela de vidro, através da qual viam-se luzes fortes e muita fumaça branca. Ao contrário do ambiente rústico e *underground* do Pina de Copacabana, o último andar do velho sobrado era um espaço sofisticado: um ambiente futurista, com iluminação estroboscópica, música *tecno* e gelo seco.

Outra área que guardava certas características mais flexíveis em suas fronteiras era a dos Armazéns 13 e 14. Destinada a grandes eventos, o público que a freqüentava era mais heterogêneo, não havendo cavaletes: o policiamento, mais uma vez, parecia ter como alvo os



próprios freqüentadores. Tanto se podia observar os usuários mais característicos do Pólo Moeda como também freqüentadores de ocasião, que iam em busca do show propriamente dito. Os *rúidos enobrecidos* do Pólo Moeda

guardam um contraste substantivo em relação aos *rúidos contra-enobrecidos* do Bom Jesus. Estes ocorriam na rua, abertamente, e tinham um sentido contrastivo evidente. Os primeiros, excetuando os shows do Armazém 13 da área externa do Armazém 14, só permaneciam na rua o tempo necessário das longas filas para adentrar os



espaços fechados, onde ficavam confinados e protegidos por fronteiras intransponíveis para muitos (bolhas de alvenaria). Mais do que *rúidos*, eles podem ser considerados extensões das sociabilidades que ocorrem no cenário *enobrecido*, para outros pontos do Bairro.

A inteligibilidade dessas fronteiras que separavam os Pólos ultrapassa o falso dilema que busca indagar quem surgiu primeiro, se os usos espacializados ou a programação diferenciada de eventos. Essas variáveis são concomitantes: os usos inspiraram e demandaram eventos específicos; e estes, por sua vez, contribuíram para a manutenção das fronteiras e usos diferenciados. No entanto, existia o interesse político de assegurar essa espacialização dos usos, como forma de garantir algo maior que apenas o respeito pela *diferença*. Não “misturar”, embora nem sempre signifique discriminar, tinha, no Bairro do Recife, a conotação de separar. A diferença era admitida e respeitada, desde que cada uma tivesse seu *lugar*.

“(…) no carnaval atual nós fizemos uma [*programação*] aqui na rua do Bom Jesus, fizemos um carnaval na rua da Moeda, esses distintos, lógico. Mas são tipos de pessoas diferentes, de gostos diferentes. Lá, é um pessoal mais mangue (...) O bom do bairro é esse. É um bairro eclético, é um bairro que tem mais de um pensamento. Então tem lugar para todo tipo de cabeça. (...) Exatamente sem querer discriminar ninguém, simplesmente porque criou-se um público naquela área da Rua da Moeda com uma mentalidade diferente do público que está aqui [*no Pólo Bom Jesus*]. Então, nós não queremos é que ele tenha lá, juntar tudo bem, mas se eles estão lá, são pessoas excelentes, aqui também, mas têm uma cabeça diferente daqui. Você não pode misturar, infelizmente”.¹⁷⁴

Indagado se esse excesso de espacialização de atividades não resultaria na criação de guetos, Fernando Andrade refutou:

“Não foi feito para isso, tá? Primeiro, esse pólo Alfândega, pólo Moeda, como chamam, ele foi criado espontaneamente (...) se é espontâneo é do povo, então porque não incentivar? E eu não acredito que vamos criar guetos dentro do bairro aqui não. Tanto que o trabalho que nós fazemos com os empresários, donos dos estabelecimentos, é como um todo. Eu reuniu o pessoal da Bom Jesus, da Rua da Moeda, e eu sempre incentivo que a ABR, a associação de empresários, seja uma associação de todo um bairro. Infelizmente ela só trabalha direcionada para o pólo Bom Jesus”.¹⁷⁵

Independente do discurso honesto e politicamente correto de Fernando Andrade, a espacialização segmentada do Bairro enobrecido aconteceu. Não se formaram exatamente guetos, mas *lugares*: menos rígidos em suas demarcações, mas igualmente marcados pelos

¹⁷⁴ Depoimento de Fernando Andrade, coordenador executivo do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 11 de abril de 2000.

¹⁷⁵ Idem.

sentidos que são atribuídos a certos espaços da cidade. Lugares cujas fronteiras não se mantiveram tão inflexíveis a ponto de anular as possibilidades públicas de se estabelecer zonas de contato e negociação, que qualificariam o espaço urbano do Bairro do Recife como um *espaço público*. Embora não se observasse igualmente extensões das sociabilidades da Rua da Moeda no Pólo Bom Jesus, existia um espaço no Bairro que, em algumas ocasiões, abrigava todas essas extensões. Não se tratava mais de ruídos *enobrecidos* ou *contra-enobrecidos*, mas extensões – de fato – de diferentes sociabilidades, haja vista ser esse espaço uma área sem fronteiras. Refiro-me ao Marco Zero, cuja ausência de códigos culturais claros, inscritos em seu espaço, possibilitava uma diversificação bastante ampla de usos práticos e simbólicos. Muito mais *liminar* do que o eixo Marquês de Olinda-Rio Branco, que tem fronteiras flexíveis, os usos do Largo do Marco Zero sugerem *não* existir fronteiras.

Por ter sido transformado em um espaço asséptico, pela remoção dos bancos e árvores, condensando parte substantiva da política de *gentrification* implantada no Bairro, o Largo se tornou um espaço aparentemente sem interações. A transformação de um espaço potencialmente para o encontro público, como era a antiga praça, em um “Espaço público para reunião e o espetáculo”¹⁷⁶, tornou-se, de fato, a representação urbanista mais fiel da política de *gentrification* implantada pelo *Plano de Revitalização do Bairro do Recife*. No entanto, da mesma forma que o Largo condensou essas características, passou a agregar também parte substantiva de suas vulnerabilidades.

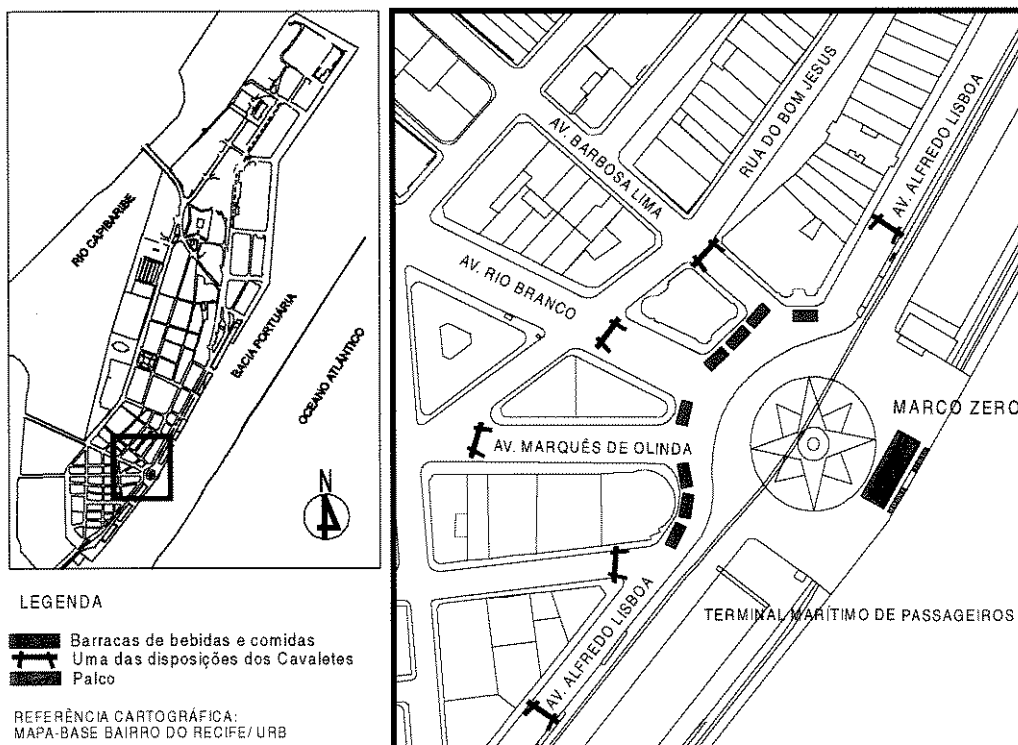
Não é demais lembrar que a reforma do Marco Zero teve dois objetivos fundamentais. Primeiro, imprimir no Bairro, através do Projeto “*Eu vi o mundo... ele começava no Recife*”, uma imagem símbolo da própria retomada de uma área que já foi, no passado, a mais importante da Cidade do Recife. A reforma, com uma enorme Rosa dos Ventos no centro do Largo, marcaria essa reapropriação de um área histórica, cujo patrimônio cultural estava sendo igualmente redescoberto e revalorizado. Segundo, a reforma veio suprir uma deficiência do local: a falta de um espaço amplo para eventos de grande porte. Inicialmente,

¹⁷⁶ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.37-39.

os usos diurnos do Largo foram visivelmente prejudicados pela impossibilidade de permanência em um espaço desprovido de proteção ambiental contra as ensolaradas manhãs nordestinas. À noite, os grandes eventos de massa foram naturalmente transferidos para o Largo que passou a abrigar a multidão sem os transtornos usuais dos outros Pólos. Nesses eventos, mais uma vez os cavaletes são colocados e conseguem ser eficazes para desviar o fluxo do trânsito (a Avenida Alfredo Lisboa, que passa pelo Largo, é uma das principais vias axiais do Bairro), e também para demarcar os limites para os vendedores ambulantes.



Quando lá acontecem esses eventos, várias barracas, autorizadas e cadastradas, são montadas no entorno do Largo. Os pequenos ambulantes, proibidos de vender no interior da área, ficam perto dos cavaletes, aguardando que algum cliente que esteja passando pelo local compre um de seus produtos. Essa é, talvez, a única fronteira realmente existente e fidedigna ao discurso que justifica a existência dos cavaletes como forma de disciplinar o comércio ambulante. Mas se algumas daquelas pessoas desejarem entrar para participar das festividades, os cavaletes não se constituirão fronteiras. Ao contrário, talvez o Largo seja o único local do Bairro onde seria possível observar certos aspectos da desconstrução socioespacial da diferença. Digo “certos aspectos” porque persiste o hábito antigo de erguer, em eventos desse tipo, camarotes para as autoridades presentes.



Excetuando a “fronteira” dos camarotes, o espaço do Largo não era segmentado: nele podiam ser vistos os habituais freqüentadores do Bom Jesus, os usuários do Pólo Moeda, as “liminaridades” do eixo Marquês de Olinda-Rio Branco (incluindo travestis e prostitutas), as camadas mais baixas que têm nesses eventos a sua oportunidade de freqüentar o Bairro, bandos de jovens funkeiros, turistas, famílias, pessoas mais idosas, crianças, os meninos em situação de rua, os pequenos vendedores do Bom Jesus, as catadoras de latinhas, possíveis

moradores da Favela do Rato. E, finalmente, todos os *ruídos visuais* (enobrecidos ou contra-enobrecidos) que, no Largo, perdiam naturalmente essa característica contrastiva e se tornavam simplesmente diferentes pessoas que usavam o local. Era o Marco Zero o local do Bairro onde “a diferença se encontrava”.

Nesses grandes eventos, a Prefeitura providenciava o que na rotina diária inexistia no Bairro: atendimento médico, através de uma unidade móvel equipada com instrumentos e profissionais para atender casos de emergência.



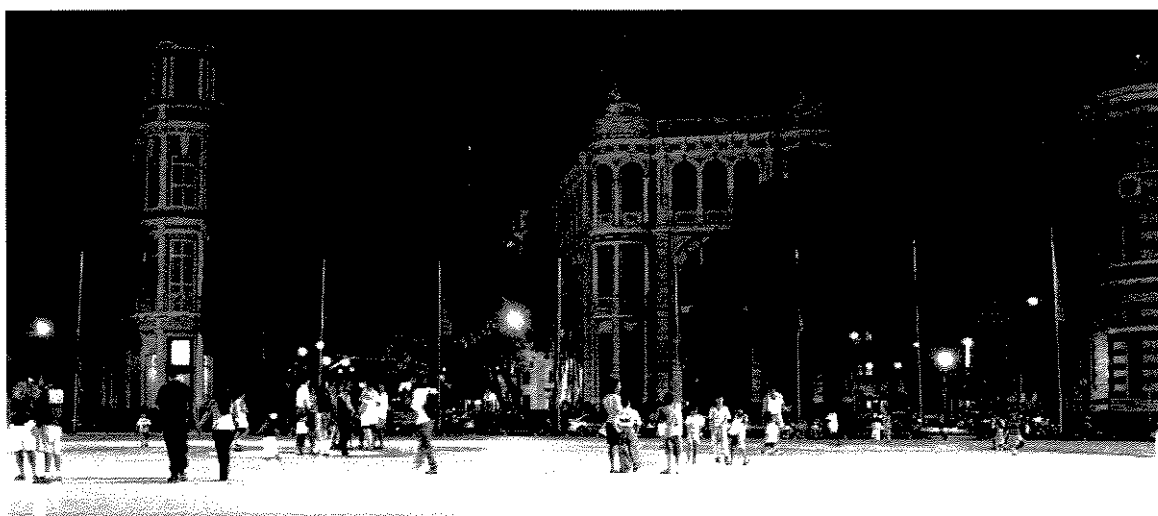
Também eram colocados banheiros públicos móveis, não apenas na área do Marco Zero, mas em outros espaços do bairro em dias de eventos. No amplo espaço do Largo, as sociabilidades são marcadas pelo clima de festa. Casais dançam, outros apenas assistem ao show, namoram.



As pessoas passeiam, vão até as barracas, conversam. É comum que seus freqüentadores se misturem com facilidade, fato que dificilmente ocorria nos outros Pólos do Bairro. Até a passagem inusitada de uma Corveta da Marinha Brasileira pareceu contribuir para esse espírito de confraternização presente no Largo: como nos tempos áureos do

antigo porto, as pessoas correram até o extremo do Cais para saudar os marinheiros, deixando os músicos – no palco que estava de costas para o mar – sem entender o que acontecia.

Em noites normais, sem a agitação dos eventos, o Largo desempenhava no Bairro do Recife o papel de manter a cidade *aberta*. Bem iluminado e espaçoso, embora tenha perdido no tempo diurno as possibilidades de permanência, à noite o Largo ganhou um atributo que antes não tinha: o de ser um espaço sem fronteiras definidas, onde se podia simplesmente perambular sem o apelo do consumo do Pólo enobrecido do Bom Jesus. A escala ampliada do largo imprime uma sensação de vazio e afastamento que, de certo modo, dificulta contatos mais próximos entre as pessoas, reforçando a funcionalidade eclética da organização do espaço urbano e arquitetônico haussmaniano da “Paris” pernambucana.



No entanto, mais uma vez os usos e contra-usos sociais de um espaço subvertem cenários monumentais e enobrecidos. Talvez, exatamente por ter sido transformado nesse enorme palco para eventos grandiosos de entretenimento, o Largo passou a ser alvo de manifestações sociais e políticas da cidade, tornando-se um dos espaços mais centrais e de maior visibilidade pública do Bairro que, por sua vez, já havia se transformando em uma *centralidade* do Recife. Ao abrigar atos públicos de significativa carga simbólica, o Bairro, através do seu Largo, revelava a mais contundente subversão dos seus usos: a que se estendia para além do consumo e lazer e alcançava a dimensão propriamente política da cidade.

O antigo Bairro do Recife nunca teve uma centralidade política para manifestações públicas, excetuando os movimentos grevistas dos trabalhadores do porto. Os grandes atos públicos e passeatas de protestos geralmente ocorriam ao longo da Avenida Boa Vista e terminavam na chamada Pracinha do Diário, local onde se situa a sede do Diário de Pernambuco. As manifestações que lá ocorriam tinham, assim, assegurada a sua divulgação pelo jornal mais importante da cidade. Havia, portanto, uma escolha estratégica, em razão da visibilidade que o local representava para os meios de comunicação.

No entanto, com o processo de *gentrification* do Bairro, que resultou na criação de uma área de visibilidade pública, houve um deslocamento dessa centralidade também na esfera da vida política da cidade. O Largo do Marco Zero, da mesma forma que passou a ter uma programação de eventos variada, também abrigou atos públicos diversos. Em novembro de 2000 aconteceu um culto ecumênico de repúdio ao anti-semitismo, que reuniu as igrejas Episcopal Anglicana, Presbiteriana, Batista e Luterana, além de representantes da Congregação Israelita Paulista¹⁷⁷. O evento foi um pedido público de perdão aos judeus e teve o Marco Zero como local escolhido, não apenas por ser próximo ao prédio onde existiu a primeira sinagoga americana, como por ser um espaço que faz ressoar os acontecimentos que nele ocorrem. Manifestações que mesclam festa e ato público também começaram a ocorrer no “palco-arena” do Marco Zero. O ato público chamado “Dia do Basta! Eu quero Paz” reuniu, mesmo em um dia chuvoso do Recife, muitos manifestantes. Organizado por ONGs e tendo total apoio da imprensa local, o ato congregou pessoas para um ato ecumênico que foi precedido de um “festival multicultural”, com a participação de grupos que normalmente se apresentavam na Rua da Moeda (Querosene Jacaré, Mestre Salustiano, Jorge Cabeleira), além de repentistas e outros convidados. O acontecimento teve, obviamente, grande repercussão na imprensa. Em nota com destaque, o Jornal do Commercio, outro importante diário do estado, noticiou:

“O ato público do Dia Nacional do Basta conseguiu levar famílias inteiras à Praça do Marco Zero. Cada uma exibia as faixas e cartazes com nomes, fotos e mensagens para homenagear os parentes vitimados pela violência urbana. As Crianças tiveram uma importante participação nas manifestações religiosas e culturais. Dançaram, cantaram e também participaram da grande ciranda”¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Jornal do Commercio, Recife - 14.11.2000

¹⁷⁸ Jornal do Commercio, Recife - 09.07.2000

Os primeiros atos, manifestações e rituais públicos foram os preliminares indícios de uma contra-retomada prática e simbólica do Bairro, cujas fronteiras e usos já anunciavam que ele dificilmente se manteria como um mero espaço de consumo e lazer, socialmente asséptico e despolitizado. O *Plano de Revitalização* tinha como meta tornar o Bairro do Recife em um “espaço de lazer e diversão”, objetivando criar um espaço que promovesse “a concentração de pessoas nas áreas públicas criando um espetáculo urbano”. Conseguiu. Mas talvez não esperasse que esse espetáculo também enveredasse para os temas políticos. Pretendeu, e da mesma forma foi bem sucedido, promover a “Recuperação da imagem do Bairro” e “Manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural”¹⁷⁹. Talvez não tenha imaginado que os usos do Bairro iriam imprimir nessa imagem e em seu patrimônio significados que ultrapassariam os limites do embelezamento estratégico das políticas de *gentrification*. O urbanismo empresarial e sua lógica cartesiana parece esquecer que uma cidade é feita de pessoas: “(...) é preciso pensar em pessoas utilizando e transformando os espaços em que vivem.. Paisagens vazias podem ser enganadoras” (Arantes, 1997-b).

Talvez nenhum outro ato público pudesse ser tão fiel à idéia de que os contra-usos subvertem usos esperados quanto a última manifestação que aconteceu no Bairro no Recife, no período compreendido por esta pesquisa. Ao reinventar um lugar, construindo uma nova imagem da cidade através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização dos espaço urbano, o *Plano de Revitalização* não tornou o Bairro do Recife imune aos contra-usos que expandiram espaços e fronteiras.

Como já foi ressaltado anteriormente, a proposta de “revitalização” do Bairro do Recife era um ponto em comum na agenda do PFL e do PMDB em Pernambuco. A aliança entre os dois partidos viabilizou a candidatura de Jarbas Vasconcelos ao Governo do Estado, em troca do seu apoio à reeleição do então prefeito da capital, Roberto Magalhães. A reforma do Bairro era a “menina dos olhos” do PFL, que tentava consolidar sua imagem e hegemonia política na capital que sempre fora um reduto da esquerda do Estado. A aproximação entre Jarbas e Joaquim Francisco (PFL) possibilitou assegurar a continuidade do projeto de “revitalização” e

¹⁷⁹ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, p.37-39.

alterou o quadro sucessório de Pernambuco, desbancando Arraes de sua tentativa de se reeleger governador pela terceira vez. Eleito governador, em 1997, Jarbas retribuiu o apoio a Roberto Magalhães na eleição para prefeito no ano 2000, selando a aliança PFL-PMDB. O resultado, entretanto, foi um duro golpe nas pretensões do PFL em se manter no poder e na concepção de que Jarbas era imbatível na capital do Estado. Quem venceu as eleições municipais foi o PT, com João Paulo, em pleito acirrado, no qual o Partido dos Trabalhadores capitaneou votos em muitas cidades importantes, consolidando-se eleitoralmente em âmbito nacional.

Na edição do dia 30 de outubro de 2000, o Diário de Pernambuco anunciava em primeira página: “RECIFE, UMA CIDADE VERMELHA”. A matéria se referia fato do PT ter ido justamente ao Largo do Marco Zero comemorar a sua vitória. Em um ritual de reapropriação simbólica da cidade, os militantes e simpatizantes do partido, juntamente com o



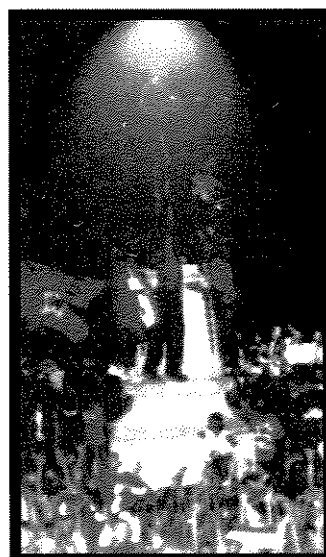
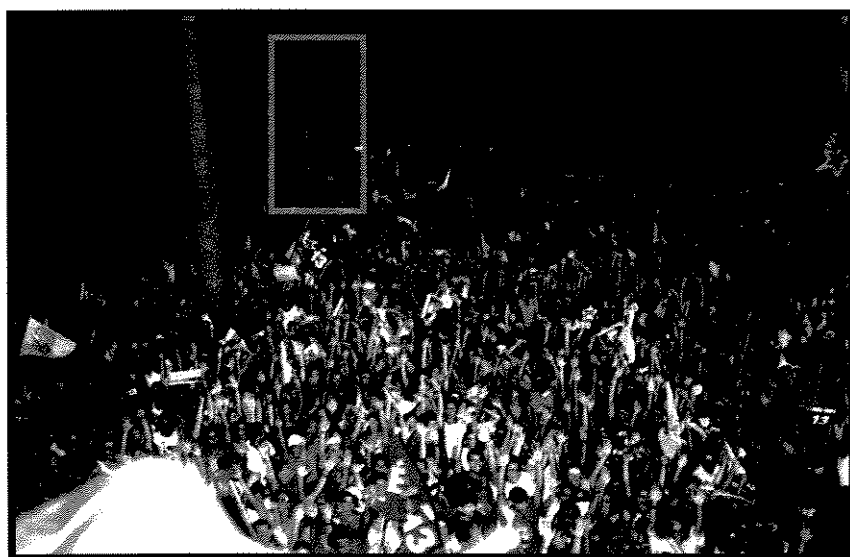
João Paulo discursa no Largo do Marco Zero. Foto de Gonzaga Souza.

prefeito eleito, João Paulo, tomaram conta de todo o Bairro, que ficou pequeno para tanta gente que compareceu ao local. Vestidos de vermelho, ao som de um trio elétrico, foi ocupada a área do Marco Zero, assim como em seu entorno, em uma esfuziante manifestação pública de retomada política de um espaço que

fora reformado pelo PFL e construído como ícone de uma cidade enobrecida. Este ato público, com todas as características de uma festa do povo, foi o maior *ruído visual* que o Bairro poderia ter.



Comemoração do PT no Largo do Marco Zero, onde se vê, ao alto, o terminal Marítimo de Passageiros. Foto de Gonzaga Souza.



Comemoração do PT no Largo do Marco Zero. Ao lado, detalhe da Estátua do Barão do Rio Branco. Foto de Gonzaga Souza.

a edição do dia seguinte, 31 de outubro de 2000, o Jornal do Commercio estampava na primeira página a manchete: “O BARÃO VERMELHO DA PRAÇA DO MARCO ZERO”. A matéria era uma alusiva a um fato que marcou a comemoração do PT. Militantes vestiram a Estátua do Barão do Rio Branco com uma camisa vermelha e colocaram em sua mão uma bandeira de Cuba. Segundo a matéria, um militante afirmou que este gesto era uma homenagem à primeira dama do Município, Sra. Jane Magalhães, que teria afirmado, em um programa eleitoral, que o PT iria transformar Recife em Cuba.

A manifestação, de um modo geral, teve grande repercussão local e foi assim noticiada pela imprensa:

“Poucas vezes o Recife presenciou uma comemoração tão efusiva. A Praça do Marco Zero se transformou, ontem, no ponto central das comemorações dos resultados do segundo turno em Recife e em Olinda, com a eleição de João Paulo (PT) e Luciana Santos (PCdoB), respectivamente. Bandeiras em punho, camisetas vermelhas, sorrisos abertos de alegria, satisfação e vitória. Foi assim que milhares de pessoas se dirigiram ao local.

Militantes dos novos prefeitos saíram em carreatas, unindo-se a transeuntes e carros isolados que se dirigiam ao Recife Antigo. As pontes Buarque de Macedo e Maurício de Nassau ficaram completamente congestionadas com o fluxo de veículos. Mas o momento era de comemoração, e qualquer parada mais longa do trânsito era motivo para entoar canções e cumprimentar as pessoas, conhecidas ou não.

No Marco Zero, por ironia uma praça reformada pelo prefeito Roberto Magalhães (PFL), derrotado por João Paulo, o cenário era da multidão vestida de vermelho. Alguns choravam, outros riam. A ordem era liberar as emoções e se divertir até o dia amanhecer. Jovens, velhos e crianças festejavam (...).

Os comerciantes de bares e restaurantes das redondezas comemoravam de uma forma diferente o resultado das eleições. ‘Estimamos um aumento de 100% nas vendas’, revelou o gerente de uma das casas”.¹⁸⁰

Com a centralidade que ganhou o Bairro ao se transformar em um dos espaços de maior visibilidade pública da cidade, a comemoração do PT reafirmava uma tendência já observada antes: o Bairro do Recife como um todo, e em particular o Marco Zero, tornou-se um espaço público onde os significados atribuídos à sua configuração espacial foi agregada a um tipo de ação política voltada à publicização de diferentes visões de mundo e distintas reivindicações de validades. Como boa parte das manifestações que pretendem inscrever novos sentidos a certos espaços da cidade, a comemoração do PT foi uma forma de ritual público de construção de *lugar*. Como ressalta Antonio Arantes:

“(...) as manifestações públicas de conflito social não eclodem em quaisquer ruas, em quaisquer praças, em qualquer dia ou horário. Elas buscam, isto sim, lugares e ocasiões determinados: aqueles que se apresentam como sendo os adequados do ponto de vista das significações que encerram e da produção de novos significados que ensejam” (Arantes, 2000: 102).

¹⁸⁰ Jornal do Commercio, Recife, 30/10/2000.

A retomada da cidade, representada pelo Marco Zero, não aconteceu lá por ser este um espaço fisicamente apropriado para a reunião de um grande número de pessoas. Muito mais do que isso, o Largo passou a condensar sentidos de *pertença* aos seus usuários: as representações que as pessoas passaram a fazer do Bairro extrapolaram os limites de um cenário enobrecido para entendê-lo como *lugar*. A frase irônica de um militante sintetizava o sentido que permeou a escolha do Largo para a manifestação. Parafraseando os dizeres inscritos no piso do Marco, que destacam o ufanismo de uma pernambucanidade (*Eu vi o mundo...ele começava no Recife*), foi dito: “*Eu vi o Recife e ele começou com a vitória do PT*”

181

Assim como a cidade não resulta de um desenvolvimento imanente, ela também não segue invariavelmente o modelo que a gerou, ainda que tenha sido excessivamente planejada. Como processo cultural, a cidade não depende exclusivamente de um único sujeito anímico: ela é sempre o resultado, às vezes dissonante, de diferentes influências formais e cotidianas (Simmel, 1998). Embora enobrecido, o Bairro do Recife resultou em algo mais do que Otília Arantes: “(...) consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu” (Arantes, 1998: 136).

O processo de *gentrification* do Bairro do Recife não foi a única forma de recuperar o sentido dos lugares e da tradição. Mesmo subtraindo dos usuários (principalmente moradores antigos) o que passou a apresentar a observadores (De Certeau, 1998: 195), a desapropriação de sujeitos não implicou na supressão de uma vida pública. O modo como esses observadores passaram a interagir com esses marcos enobrecidos, fez subsistir uma sociabilidade pública, ainda que marcada por uma nova lógica interativa, construída a partir das demarcações socioespaciais da diferença, que resultaram em atos (públicos, coletivos ou não) de apropriações de *lugares*. Esses diferentes sentidos atribuídos aos espaços da cidade, qualificação que antecede a formação desses lugares, demarcam igualmente tensões e disputas em torno dos *usos* e *sentidos* atribuídos aos espaços urbanos enquanto *espaços públicos*.

Os usos e contra-usos do enobrecido Bairro do Recife subverteram a polidez da cena e fizeram de suas fronteiras lugares públicos.

¹⁸¹ Jornal do Commercio, Recife, 31/10/2000.

5

POLÍTICA DOS USOS A CONSTRUÇÃO DOS LUGARES NO ESPAÇO PÚBLICO

Nem sempre fronteiras implicam a existência de *lugares*. Às vezes, demarcações urbanas apenas indicam a presença de espaços sem maiores significados para os atores e suas ações sociais. A distinção entre *espaço urbano* e *espaço público* pode ajudar a reconhecer quando estamos lidando com uma simples configuração espacial da cidade e quando podemos estar diante de *lugares*. Por *lugar* estou entendendo aqui uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente. Um *lugar* é sempre um espaço de representação, cuja singularidade é construída pela “territorialidade subjetivada” (Guatarri, 1985), mediante práticas sociais e usos semelhantes.

A convergência de sentidos atribuídos é, portanto, uma condição necessária para que se pratique um espaço e o transforme em lugar. Seria plausível, contudo, sustentar o caráter simbólico convergente dos *lugares* sem operar uma redução dessa categoria a um mero consenso ?

Doreen Massey (1994) parece ter captado bem os possíveis limites de uma interpretação linear sobre a constituição dos lugares, no contexto globalizado da compressão do tempo-espaço. Argumenta a autora que sentidos diversos perpassam as diferentes maneiras com que as pessoas interagem com as dimensões práticas e de poder, na compressão tempo-espaço. Disso resultaria o que chamou “geometria do poder”, modo diferencial através do qual pessoas e grupos participam dos fluxos internacionais de informação e mercadorias. Massey não corrobora o ponto de vista defendido por David Harvey (1992) sobre a improbabilidade de manutenção dos lugares na compressão tempo-espaço, mas propõe uma conceituação alternativa para se entender a construção desses lugares entrecortados pelas escalas global e local. Para a autora, não haveria um único “sentido de lugar”, porque as pessoas estão

inseridas socialmente de forma diferente, cuja ausência de rígidas fronteiras que demarcariam os lugares contribuiria para uma compreensão do sentido global do lugar:

“Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-lo como momentos articulados em rede de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente” (Massey, 2000: 184).

Creio que a abordagem de Massey retém, ao mesmo tempo, uma contribuição e um limite à tentativa de compreensão do processo contemporâneo de construção dos lugares. A contribuição está em sua percepção de que os lugares não são necessariamente *nichos* inalteráveis e fixos em uma tradição perene, razão pela qual eles podem apresentar configurações flexíveis: “os lugares não têm ‘identidades’ únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos” (Massey, 2000: 185). Talvez por estar atenta em articular as influências globais que atingem os lugares no contexto mundial, Massey distende a noção de lugar. Mas, ao fazê-lo, coloca-o em uma cilada conceitual, e aí reside seu limite.

Poucos discordarão que os lugares contemporâneos se diferenciam dos tradicionais “lugares antropológicos” (Augé, 1994), cujas demarcações territoriais e simbólicas são socialmente mais rígidas e perenes. Massey reconhece obviamente que os lugares nas sociedades modernas se diferenciam daqueles, cujas fronteiras eram bem mais fixas e suas configurações, mais homogêneas. No entanto, ao distender o conceito, sua reflexão é conduzida a conceber que a singularidade de um lugar advém da confluência entre aspectos locais e globais da cultura. Disso resulta uma noção de lugar quase forjado pelas suas interseções múltiplas e dissonantes de sentidos a ele atribuídos: como se os lugares sociais na contemporaneidade fossem palimpsestos. Creio que não é necessário, para entendermos a permanência dos lugares no contexto das cidades contemporâneas, descartar as noções de convergência simbólica e de demarcação de fronteiras; caso contrário, corre-se o risco de diluir o peso real dos conteúdos compartilhados que permitem distinguir um lugar de outros espaços de significação. Reconhecer que as fronteiras dos lugares contemporâneos são mais fluídas do que aquelas que delimitam os chamados lugares antropológicos não requer a

negação da existência dessas fronteiras, ainda que sejam fluídas, que demarcam física e /ou simbolicamente os lugares. Diria que um lugar, para afirmar sua singularidade e se diferenciar de outras configurações espaciais, deve apresentar não uma identidade monolítica, imutável ou enraizada em uma única tradição (no que estou de acordo com Massey), mas precisaria ter uma convergência mínima de conteúdos e práticas simbólicas, capaz de agregar sociabilidades que se assemelham. Do mesmo modo, deve pressupor a demarcação espacial de territorialidades públicas que se relacionem às ações que lhe atribuem sentidos.

Os lugares urbanos têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e muito menos dadas: são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no complexo processo de interação pública, através do qual afirmam suas singularidades, emergem conflitos, dissensões e, eventualmente, consensos. A convergência de sentidos é assim, condição necessária para que se “pratique” um espaço e o transforme em *lugar*, e não implica, necessariamente, consenso, mas *possibilidade de entendimento*. Em termos genéricos, o consenso se refere ao produto final de uma interação racional, seja ela resultante de uma “ação comunicativa” ou de processos políticos de construção de hegemonias. O que chamou aqui de *possibilidade de entendimento*, ao contrário, é antes o próprio processo constitutivo de convergência de sentidos. Para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um *entendimento* mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam.

Essa qualificação sociológica de um espaço, mediante as práticas interativas que lhe atribuem sentidos, não é exatamente uma novidade para o pensamento social. Simmel já ressaltava, em 1908, que a natureza sociológica do espaço dependia da reciprocidade de ações de socialização. Baseando-se na afirmação kantiana, que atribuía ao espaço “a possibilidade de coexistência” social, Simmel argumentava que a ação recíproca convertia um espaço vazio em “algo”, em um “lento para nosotros” (Simmel, 1986: 646). No entanto, Simmel reproduzia ainda uma concepção sociologizante – típica do período de afirmação das Ciências Sociais –, ao negar ao espaço a possibilidade de incidir qualitativamente sobre as formas de interação social: “El espacio es una forma que en sí misma no produce efecto alguno” (Simmel, 1986: 644). É possível que, com essa última afirmação, Simmel quisesse apenas destacar, e com o qual estou de acordo, que um espaço vazio era desprovido de significações.

Os limites e diferenças entre um *espaço urbano* e um *espaço público* podem contribuir para que seja compreendida a dupla inserção conceitual entre *espaço* e *sociabilidade pública*, entendendo aqui essa *sociabilidade* de modo amplo, como práticas interativas – conflitivas ou não – que ocorrem na vida cotidiana pública. Como já pude sugerir em capítulo anterior, uma noção de *espaço público* que não inclua as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço seria apenas uma noção que estaria se referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescindia de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. Quando, portanto, há uma convergência entre as categorias espaço e ação, podemos entender que se tem um espaço público, formado da intersecção entre espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais retira, respectivamente, as categorias que lhe são constitutivas: *espaço* e *ação*. Essa intersecção não resulta de um mero somatório de categorias distintas, mas deve ser compreendida como resultante da convergência prática entre o exercício de uma sociabilidade pública e os espaços que por ela são construídos e nunca dados a priori.

Essa distinção tem caráter heurístico para a noção de *lugar*: de modo semelhante à construção do espaço público, um *lugar* implica a existência de uma intersecção entre uma configuração espacial “qualificada” simbolicamente e de ações que lhe atribuem sentidos. Analogamente, portanto, assim como não deveríamos tratar o espaço público como um termo puramente correlato ao de espaço urbano, na medida em que o primeiro é mais do que uma simples *public property*, igualmente se deveria entender um *lugar* como uma categoria social que não se confunde com “pontos” isolados de significação no espaço urbano. *Lugares* são espaços de convergências simbólicas, que resultam de experiências compartilhadas mediante alguma possibilidade de *entendimento* sobre o que significa um certo espaço e sobre o representam certos conteúdos culturais partilhados. Dizer que os *lugares* não resultam de consensos, mas de *possibilidades de entendimento*, significa dizer que eles não são *produtos* originados posteriormente de ações sociais que se tornaram consensuais, mas que são *processos* de interação e qualificação simbólica convergente que antecedem formas consensuais mais abrangentes.

A distinção entre consenso e entendimento é muito tênue, mas utilizo-a aqui para acentuar o caráter diferencial dos lugares: o *entendimento*, como juízo ou opinião, não pressupõe a existência do exercício político de formular pactos ou acordos, mas apenas a faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como partes de algo em comum. O *consenso*, ao contrário, advém sempre de uma negociação externa entre partes diferentes e pressupõe a existência de discordâncias, conflitos ou dissensões. Os *lugares*, por representarem formas processuais de identidade, são resultantes de entendimentos comuns, compartilhados pela convergência de sentidos atribuídos a espaços e práticas sociais, mais do que produtos de acordos sobre algo. Não estou, com isso, obviamente, defendendo a idéia de que nos *lugares* não existem dissensões ou que sejam formas pré-políticas de associação social. No entanto, seria oportuno assinalar, de outro modo, que as condições de um *entendimento* não se referem, necessariamente, à existência de um projeto ideológico comum, mas, às vezes, à convivência cotidiana de pessoas cujas concepções de mundo e estilos de vida são semelhantes. É nos *lugares* onde as pessoas vão “(...) encontrar seus iguais, exercitar-se no uso dos códigos comuns, apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças” (Magnani, 1993: 50). Um *lugar*, como um forma socioespacial urbana de “comunidade”, pode se caracterizar, como esclarece Maffesoli, “(...) menos por projeto (*projectum*), voltado para o futuro do que pela efetuação ‘*in actu*’ da pulsão de estar-junto” (Maffesoli, 1998: 22).

Com essa distinção entre consenso e entendimento, estou apenas tentando deslocar, para o âmbito externo da formação dos *lugares*, o momento mais preeminente no qual potencializam sua forma política: quando precisam operar com negociações que assegurem suas diferenças em relação a outros lugares, quando precisam legitimar-se publicamente e quando necessitam tornar visíveis suas singularidades. Em outras palavras, quando os *lugares* contribuem para a construção prática do espaço público, tornando-o inteligível.

Esta questão se constitui o pano de fundo teórico da problemática empírica desta tese. Adequando a questão ao caso do Bairro do Recife aqui em estudado, poderíamos recolocar a hipótese de pesquisa na forma da seguinte indagação: de que modo os usos e contra-usos

cotidianos e públicos do enobrecido Bairro do Recife – que criam fissuras e demarcações socioespaciais em sua paisagem urbana – constituem *lugares* e como esses *lugares* podem, por sua vez, qualificar o espaço urbano do Bairro como espaço público ?

Afinal, os ares de uma cidade enobrecida também libertam ?

No capítulo anterior, referi-me aos usos e contra-usos das áreas enobrecidas como o primeiro mecanismo observável para entender como os usos esperados do espaço urbano de áreas de *gentrification* são subvertidos. O segundo mecanismo, que constitui o aspecto analítico central deste último capítulo, é justamente o processo de construção dos *lugares*, mediante o qual certos espaços são reapropriados, produzindo uma repolitização da vida e espaço públicos. Há, portanto, dois níveis interpretativos a serem desenvolvidos para demonstrar essas relações: (1) como as demarcações socioespaciais podem configurar *lugares* e (2) como os *lugares* conferem sentido público ao espaço urbano.

Para discorrer sobre esse duplo processo, retomo inicialmente a distribuição espacial das fronteiras do Bairro do Recife para propor uma tipologia dos *lugares*, a partir dos usos contra-usos observados. Em seguida, correlaciono lugares e espaço público para sugerir que a forma eminentemente pública desses *lugares* repolitiza cenários enobrecidos¹⁸².

¹⁸² Entre dezembro de 1999 e janeiro de 2000 foi realizada uma pesquisa de opinião pela Divisão de Pesquisa e Acompanhamento da Empresa de Urbanização do Recife e Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, que pretendeu traçar um perfil socioeconômico dos usuários dos principais Pólos de Interesse do Bairro. A enquête, denominada “Perfil do Público-alvo do Bairro do Recife”, apresentava uma avaliação dos serviços prestados e indicava críticas e sugestões. A pesquisa, com amostra estratificada por sexo e idade, foi feita em quatro espaços: Pólos Bom Jesus e Alfândega, incluindo o Pólo Moeda e a Marco Zero. Os dados foram apresentados em quatro volumes: um para o Bairro como um todo ((URB/DIUR/DPA, 2000) e outros três para cada um dos Pólos: Moeda (URB/DIUR/DPA, 2000-b), Alfândega (URB/DIUR/DPA, 2000) e Bom Jesus (URB/DIUR/DPA, 2000-c). Embora a iniciativa tenha indiscutível mérito, os dados do relatório final não serão utilizados aqui, por algumas razões que gostaria de explicitar: pelo desconhecimento detalhado da metodologia utilizada, cuja amostra parece ter sido aleatória, excluindo pessoas sem instrução, como o próprio relatório honestamente reconhece, ao ressaltar que fosse ponderada a “(...) a própria exclusão do meio, traduzido pela ausência de poder aquisitivo” (URB/DIUR/DPA, 2000). A pesquisa, realizada em período de alta estação, ao não incluir os moradores do Bairro e todos aqueles que não eram consumidores, apresenta uma amostra pouco representativa da realidade do Bairro, fato que aconselha cautela no uso dos seus dados finais, razão pela qual optei em não incluí-la na análise dos perfis dos lugares aqui apresentados.

I

Lugares: demarcações e qualificação dos espaços urbanos

Para que exista um *lugar* é necessário que as práticas sociais que lhe são constitutivas sejam relacionais ao espaço, tornando-o um “território de subjetivação” (Guattari, 1985). Isso significa que a sua dimensão espacial, em toda a sua extensão simbólica e material, inclusive edificada, deve reter significados e incidir igual e reflexivamente sobre as ações que lhe atribuem sentidos. Disso resulta a relação multicausal necessária para a construção dos *lugares*.

As fronteiras de uma cidade nem sempre têm como consequência a formação de *lugares*. Entretanto, raramente os espaços segmentados pelas práticas de *gentrification* não resultam em *lugares*. Isso se deve, a meu ver, à forma predominantemente simbólica com que o patrimônio cultural é reapropriado. Seja para reafirmar um aspecto de uma tradição já existente ou para rescrever e reinventar tradições, o *cultural turn* (Arantes, O. 2000) das políticas de *gentrification* opera com categorias residuais da tradição, como forma de *relocalizá-la* em contextos, cujos fluxos tendem para operações de “desencaixe” dessa tradição¹⁸³. Esse processo tem uma dupla função: articular os aspectos tradicionais da cultura com as demandas de mercado – que possibilitam transformar o patrimônio em mercadoria cultural – e, a partir disso, legitimar a reinvenção de uma centralidade, restabelecendo os nexos entre *identidade* e *lugar* no contexto da sociedade contemporânea.

O caso do Bairro do Recife exemplifica o que estou tentando afirmar. Ao mesmo tempo em que o Bairro se mantinha entrecortado por práticas que poderiam estar em qualquer contexto urbano *desencaixado* processos de *re-localização* da tradição, tentavam imprimir singularidades ao local, como forma de distingui-lo de outras experiências similares e

¹⁸³ Recoloco aqui a noção de *desencaixe*, de Giddens, a qual se refere às práticas sociais que se processam sem as referências locais de tempo-espaço: “Por *desencaixe* me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991:29).

estabelecer sua especificidade, qualificando-o para a “concorrência inter-cidades” (Fortuna, 1997). O perfil social dos bares e restaurantes do Bairro do Recife, centros de irradiação de sociabilidades, eram desprovidos de qualquer marca que os identificasse com a cultura local. Excetuando aqueles que buscavam especificamente recriar uma ambiência de acordo com as tradições locais, eles poderiam estar no Pelourinho de Salvador, na Estação das Docas de Belém, na Praia de Iracema de Fortaleza, em Barcelona, no Soho ou em New Orleans. Nesse aspecto, tem razão Harvey (1992) quando afirma que as paisagens que resultam das práticas de *gentrification* tendem a uma homogeneização.

No entanto, as práticas sociais que constroem certos espaços como centralidade não podem prescindir de uma re-tradicionalização da cultura e do patrimônio edificado, sob pena de esvaziar os significados históricos e singulares da localidade, aspectos que são convocados para legitimar essas intervenções urbanas. No Bairro do Recife, a tentativa de legitimar o processo que o enobreceu foi levado às últimas conseqüências com o tombamento do núcleo original e primitivo da Cidade do Recife. Realizado após iniciado o processo de *gentrification* do Pólo Bom Jesus, o tombamento terminou servindo a dois propósitos: legitimar a intervenção e *re-localizar* tradicionalmente um espaço que havia perdido sua característica urbanística e arquitetônica colonial. Assim, enquanto o Plano de Revitalização recuperava as condições para que uma nova tradição fosse legitimada pelos usos, inclusive econômicos, o tombamento coroou o empreendimento, ao reconhecer como representativa a arquitetura e a imagem cultural do Bairro em relação ao conjunto de valores patrimoniais da nação. Os eventos culturais cotidianos, por sua vez, encarregariam-se de gerar laços de afetividade social e identificação cultural dessa nova imagem (maracatus, troças, grupos de frevo, blocos, shows com artistas como Antonio Nóbrega, Quinteto Violado, Antúlio Madureira). Essas manifestações artísticas passaram a estabelecer o necessário vínculo entre um passado estranho e desconhecido de muitos (o ecletismo e seus valores monumentais) e uma tradição local que já era normalmente relacionada à moderna tradição de uma *pernambucanidade*.

Re-localizada a tradição na forma alterada do seu patrimônio transformado em mercadoria cultural, o Bairro pôde ser “consumido” por diferentes pessoas, cumprindo um aspecto central dos processos de *destradiconalização*: tornar-se *reliquia*. A noção de relíquia,

aqui utilizada, refere-se ao processo no qual os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma “reliquia”. Reponho a citação de Giddens, feita no primeiro capítulo desta tese:

“ Uma reliquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas este fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um signifiante da diferença. Uma reliquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas” (Giddens, 1997: 126).

No entanto, essa aparente “abertura” das possibilidades de visitação não implica necessariamente uma maior amplitude simbólica do patrimônio, haja vista sua possível condição *alienada* de “reliquia”. No Bairro do Recife, o ecletismo foi recuperado e produzido como um ícone de um passado, sem conexão afetiva com a área na qual existe. Quando o resultado de uma intervenção urbana e de uma preservação do patrimônio é um produto dado, como foi no caso aqui estudado, as condições para que esse patrimônio se transforme em uma *reliquia* estão postas. “Alienado” daqueles que o preservaram de fato (antigos moradores), através de um cotidiano marcado por ocupações e usos das edificações, esse patrimônio se torna um objeto de consumo, ícone de um passado que já não mantém conexões efetivas com o presente e que pode ser consumido por qualquer pessoa.

O que resultou desse complexo processo convergente entre políticas de *gentrification* e re-localização da tradição fetichizada foi um espaço segmentado por fronteiras que passaram a delimitar formas distintas de se interagir com essa tradição reapropriada e re-significada como objeto de consumo. Na prática, isso implica não haver andar casual que leve um transeunte ao Bairro do Recife, nem ser possível nele permanecer de modo fortuito. Para *estar* no Bairro é necessário fazer escolhas (de espaços), elaborar itinerários (de percursos), traçar táticas (de permanências), qualificar e ocupar espaços (que se tornam *lugares*). Ao contrário de ser uma configuração social homogênea, o Bairro do Recife se tornou um espaço entrecortado por diferentes representações sobre o que significa frequentar e interagir em seu espaço. As assimetrias de usos e possibilidades de construção dos lugares possibilitaram o surgimento de mecanismos de interação mediada pela *diferença*.

As demandas de pertencimento, condição necessária para o exercício de uma cidadania plural, refazem os nexos entre o patrimônio-relíquia e os *lugares*, conferindo sentido aos espaços enobrecidos da cidade. Quando as práticas de *gentrification* “estriam” áreas de patrimônio para as demandas de mercado, criando lugares de consumo, a única maneira de interagir com esses espaços é igualmente pela construção de outros *lugares*, que possibilitarão ancorar os usos e contra-usos. Se entendemos que a produção social do espaço urbano é, também, uma construção simbólica, sua polissemia possibilita diferentes formas de pertencimento e, portanto, de múltiplas formas de representação de experiências compartilhadas. Enquanto espaço de interações, o Bairro do Recife está entrecortado por diferentes modos de apropriação simbólica e de representações sobre o que significava “estar ali”. Principalmente delimitando suas próprias territorialidades (talvez como modo mais focal de interagir com os *outros*), contrastivas identidades coexistiam no mesmo espaço, reinterpretando aquele “lugar” a partir das suas dissonantes representações que faziam sobre si, sobre os *outros* e sobre as suas próprias noções de *lugar*.

Para reconhecer os *lugares* do Bairro do Recife, proponho uma operação analítica simples, tendo como referente conceitual a própria noção de *lugar* aqui proposta. Como qualquer recurso interpretativo, esse reconhecimento implica, obviamente, identificar os *lugares* a partir de uma aproximação conceitual, pretendendo oferecer apenas *uma* leitura possível sobre o referente empírico. Contudo, ainda que seja desejável que o plano empírico seja o ponto de partida de uma teorização, a recíproca também é verdadeira: como os fatos não falam por si, é necessário apreender os *lugares* do Bairro do Recife através de conceitos que possam mediar a relação necessariamente dialógica entre o objeto (construído) que se estuda e os conceitos formulados a partir desse objeto, de acordo com os quais esta realidade se torna inteligível. Para identificar os *lugares* do Bairro, portanto, sugiro refazer o percurso que possibilitou apreender a existência de demarcações espaço-temporais e suas fronteiras.

Como sugeri anteriormente, um *lugar* implica a existência reconhecida, reflexiva e compartilhada entre uma demarcação espacial e ações simbólicas, de modo que o espaço só se torna um *lugar* mediante as práticas sociais que lhe imprimam sentidos. Estas práticas, por sua vez, só se realizam no interior dessa demarcação espacial, que não se limita a ser apenas o

suporte físico das ações. A consistência de um *lugar* depende, portanto, do modo como espaço e ação se influenciam reciprocamente. Essa relação, entretanto, não tem, e nem poderia ter – na experiência urbana contemporânea – caráter exclusivista. Proponho, portanto, duas classificações para essa relação, que pode ser (1) *híbrida*, quando mais de um conjunto de ações diferentes atuam na significação de um mesmo espaço (transformando-o em diferentes *lugares* para “grupo” distintos); ou (2) *fragmentária*, quando um único conjunto de significação opera na qualificação de mais de um espaço (quando um *lugar* passa a existir concomitantemente, e de modo espacialmente cambiante, em diferentes espaços de significação).

Esse caráter *híbrido* ou *fragmentário* das relações entre espaço e ação pressupõe, para que se configure um *lugar*, a existência de uma *convergência de sentidos* e de uma *demarcação da diferença*. Essas duas categorias estão interrelacionadas. A *convergência de sentidos* não deve ser confundida com senso-comum, mas compreendida como a representação-síntese que se faz cotidianamente de um espaço, e através da qual ocorre a *demarcação da diferença* entre grupos, representações, visões de mundo, demandas políticas e culturais. Em ambos os casos, é absolutamente necessário que se evite uma interpretação impressionista e estereotipada de um *lugar*: *representações* que demarcam *diferenças* se traduzem em usos concretos do espaço, em práticas sociais específicas e em códigos comportamentais observáveis: estão inscritos na indumentária, nos adereços que diferenciam corpos, nos gestuais de saudação, nos ritos de acesso aos espaços, na fala codificada, no tipo de musicalidade cultivada, na forma como ocupam a rua e nela constróem itinerários, no modo como operam as relações com os *outros*. São essas representações convergentes, que demarcam diferenças, que possibilitam a existência de uma *convergência simbólica*. Um *lugar* deve favorecer um *entendimento* mínimo sobre os significados culturais compartilhados de um espaço e dos próprios códigos compartimentais que o qualificam.

Identificar e reconhecer *lugares* implica, finalmente, uma operação seletiva, cujo primeiro passo é a localização de formas dispersas de demarcações espaço-temporais e de suas respectivas fronteiras. No caso do Bairro do Recife, a primeira demarcação espaço-temporal existente foi constituída pelos marcos simbólicos que separavam o dia da noite.

Durante o dia, como pudemos observar, muitos espaços eram desprovidos das necessárias ações que podiam atribuir sentidos e qualificá-los como *lugares*. A Rua da Moeda não passava de um grande estacionamento, assim como várias outras pequenas ruas, ruelas e becos. O eixo haussmaniano formado pelas Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco parece, até hoje, cumprir apenas a principal função que lhe inspirou: ser apenas um amplo espaço de passagem, via de acesso a outros espaços da cidade. A Avenida Cais do Apolô, embora movimentada como as ruas da outra margem do Rio Capibaribe, retém suas atividades em função da concentração de serviços institucionais, principalmente da Prefeitura da Cidade. O Largo do Marco Zero, sob o impiedoso céu ensolarado, não conseguia ser, durante o dia, sequer um espaço de passagem.

Duas demarcações, no entanto, retinham significados diferenciados, mesmo durante o dia: a Favela do Rato e a Rua do Bom Jesus. A primeira, por razões intrínsecas ao fato de ser *lugar de morada*. O tempo, embora incidisse sobre esse local, não propiciava uma alteração dos seus sentidos e sociabilidades: a Favela continuava a ser o seguro lugar de refúgio, onde seus moradores se reconheciam como pertencentes a uma coletividade. À margem das festividades do Bairro, desprovida de muitos direitos que qualificariam suas condições de vida como cidadãs, a Favela condensava de modo agudo certas características de proteção e refúgio que certos *lugares* combinam. Como estava “Fora de portas” – para utilizar a expressão que torna comparável a área das muralhas holandesas com o atual perímetro “revitalizado” do Bairro –, o tempo noturno do enobrecimento não alterava as relações e significados atribuídos à Favela. Não alterava, mas possivelmente os aprofundava, reforçava-os. À noite, como os espaços do Bairro estavam visivelmente mais demarcados pelas fronteiras que delimitavam e restringiam possibilidades de usos, a Favela expandia seu sentido de *lugar*: para muitos, passava a ser o único espaço possível de permanência. A representação convergente de sentidos fazia da Favela um espaço praticado: um *lugar*, ao mesmo tempo de refúgio e morada. O entendimento dava-se mediante a situação compartilhada de exclusão social e abandono: era pouco provável que os moradores da Favela entendessem a “revitalização” como algo voltado para eles. Ao contrário, sabiam que o espaço enobrecido não lhes pertencia, fato que não impedia que partilhassem o desejo de ter reconhecido o seu próprio espaço:

“Então, nós não estamos querendo, se interessando, que aquela parte dali, da zona [área do Pólo Bom Jesus], pertence ao empresário, pertence ao capitalista, ao colarinho branco. Pertence àquele povo. Nós tamos querendo da praça Arsenal de Marinha para a Ponte Limoeiro, que é uma ilha onde nós moramos”.¹⁸⁴

A Rua do Bom Jesus, por sua vez, tinha, já durante o dia, uma demarcação simbólica entre suas duas calçadas. Em razão da *calçada-luz*, a *calçada-sombra* cumpria o importante papel de manter acessível o espaço da rua. As fronteiras que separavam as duas calçadas terminaram sendo mais do que linhas divisórias: revelavam como seus usuários operavam as categorias conflituosas de interação. A subversão espacializada dos usos dessas calçadas tentava demarcar e territorializar relações de poder: enquanto a *calçada-luz* se destinava aos turistas e a quem podia freqüentar os bares e restaurantes, a *calçada-sombra* passava a ser território livre para quem da primeira era excluído. Estes sentidos atribuídos à *calçada-sombra* obviamente não podiam ser da mesma forma atribuídos à *calçada-luz*. A singularidade e convergência de sentidos que a primeira passou a ter para os usuários mais tradicionais do bairro, fê-la igualmente tornar-se, durante o dia, *lugar*. No entanto, em razão da provisoriedade temporal dessas sociabilidades, esse *lugar* estruturou-se como “*contextos de tempo-espaço flexíveis*” (Arantes, 2000: 125) mais do que como território, haja vista a alteração que ocorria quando a noite enobrecida absorvia as duas calçadas, dissolvendo os sentidos diferenciados da *calçada-sombra*.

À noite, na mesma proporção em que as demarcações espaço-temporais intensificavam suas fronteiras, os *lugares* também passavam a se estruturar. O eixo formado pelas Avenidas Marquês de Olinda-Rio Branco dificilmente poderia ser caracterizado como *lugar* se forem considerados apenas os fluxos de passagem que nele aconteciam. Embora um *lugar* retenha as qualidades de movimento, tempo e trajetória, sobre as quais se referiu De Certeau (1994), seria necessário, contudo, que esses fluxos mantivessem relações práticas com o espaço nos quais ocorrem. É difícil afirmar que o eixo era um *lugar* apenas porque compunha as vias funcionais de acesso a outros espaços do Bairro. Um *lugar*, ao contrário, configura-se acima de sua funcionalidade, uma vez que implica sentidos construídos e praticados. Ele pode

¹⁸⁴ Depoimento de Francisca Lopes Gomes. Entrevista concedida ao autor. Recife, 11 de abril de 2000.

ser até um espaço evitável (para quem dele não participa), mas é sempre relacional e reflexivo para as ações que o constroem. Sobre essa realção, Simmel afirmava que “(...) cuando un organismo social se confunde com una determinada extensión territorial o se hace solidario de ella, adquiere un carácter único y exclusivo, difícil de alcanzar de outro modo” (Simmel, 1986: 646). Em certo sentido, o eixo era apenas uma zona liminar de passagem, na medida em que as interações que nele ocorriam não necessariamente pressupunham *convergência de sentidos*.

Essa distinção permite perceber outra qualidade dos *lugares*: uma convergência de sentidos é necessária tanto quanto o são as relações de continuidade espaço-temporal. Se as ações interativas incidem e são reflexivamente delimitadas pelos *lugares*, não basta que eles existam como “eventos”. Ainda que possam ser cambiantes (Augé, 1994), terem fronteiras entrecortadas e flexíveis (Arantes, 2000), serem traspassados pelos “espaços de fluxos” (Castells, 1999), articularem de modo dissonante usos e contra-usos, poderem ser *híbridos e fragmentários*, os *lugares* guardam certos vínculos mais perenes da vida social. É através deles que interesses se tornam convergentes, códigos de conduta são redesenhados, marcas corporais são inscritas e reconhecidas, nexos são refeitos entre identidade e espaços urbanos. Essa continuidade espaço-temporal, entretanto, não deve confundir os *lugares* que se estruturam na experiência urbana contemporânea com configurações rígidas e bem definidas, como são os chamados “lugares antropológicos” (Gupta & Ferguson, 1992). Embora continuem a ser identitários, esses *lugares* modernos podem ser efêmeros, mas, enquanto se mantêm, devem apresentar possibilidades mínimas de continuidade.

O que parece ser uma característica singular dos *lugares* urbanos e contemporâneos é o diversificado conteúdo em torno do qual ocorre o que estou chamando de *convergência de sentidos*. A diversificação simbólica resulta na polissemia do espaço qualificado como *lugar*, cujo espectro permite que um mesmo espaço seja configurado de modo híbrido como diferentes *lugares*. O Bairro do Recife, como um todo, é um exemplo dessa compartimentada e compartilhada existência híbrida de diferentes *lugares*, assim como a própria Rua do Bom Jesus, cujos usos e contra-usos atribuíam sentidos diferentes e faziam representações distintas sobre um mesmo espaço qualificado como *lugar*.

O sentido mais evidente, atribuído à Rua do Bom Jesus como *lugar*, sempre pareceu ser o de consumo. No entanto, dizer que aquela rua era apenas um *lugar de consumo* não explica a complexa articulação de sentidos que nela se desenvolvia. A Rua se tornou, em razão das reformas realizadas em seu patrimônio edificado, um dos espaços de maior visibilidade pública da cidade. Enobrecida, também passou a definir um estilo de vida: freqüentar seus bares sinalizava a adoção de códigos sociais de inserção em uma camada diferenciada da sociedade local. Para compartilhar esses códigos, era necessário traduzir essa anuência de sentidos nas marcas corporais e nas condutas comportamentais: invariavelmente bem vestidos e portando-se com a discreta polidez e empáfia que se espera de pessoas supostamente bem colocadas na vida, os freqüentadores usuais da Rua pareciam estar em uma cerimônia formal. Talvez como forma de diferenciar radicalmente esse público, e a nova imagem da Rua em relação ao que era aquele espaço antes da “revitalização” (uma rua onde moravam velhas prostitutas), o Bom Jesus se tornou esse espaço sofisticado, no qual seu público raramente comportava-se de modo despojado de uma formalidade que os diferenciavam. Com atitudes claramente defensivas, os usuários do Bom Jesus erguiam seus próprios cavaletes quando a paisagem era entrecortada pelos *ruídos visuais* – expressão mais perceptível dos contra-usos que se instalavam naquele lugar. Como o motorista que levanta silencioso o vidro do carro ao ser abordado no semáforo por vendedores ou pedintes, a atitude de se “ausentar” da realidade para negar uma presença indesejada se repetia com o constrangimento de sempre: os meninos vendedores ou mesmo eventuais pedintes pareciam que não estavam ali. Quando muito, recebiam aquele olhar de complacência cristã acompanhado de um balbuciar, cuja negativa quase tão inaudível quanto o acanhado pedido que fora feito.

A presença desses contra-usos não eliminam a configuração de um *lugar*, mas, ao contrário, o reforça, na medida em que torna mais visíveis as fronteiras que constantemente precisam ser reafirmadas na delimitação prática e simbólica dos lugares sociais. Essa delimitação dos *lugares* é relacional, assim como o são os processos formadores de identidades: existe em função de uma necessária *diferenciação* que torna o *lugar* uma singularidade espacial e socialmente reconhecível. Este aspecto contrastivo e diferencial implica a existência de representações que podem ser antagônicas: o que torna um espaço

um *lugar* para uns, pode ser exatamente o que possibilita, para outros, a construção contrastiva de seus próprios *lugares*. É nesse sentido que um *lugar* é sempre um *espaço da construção da diferença*: nele se inscrevem as marcas que caracterizam as diferentes demandas de pertencimento a uma coletividade. É também através dessa diferenciação que um *lugar* pode vir a ser um espaço de cidadania: através dele podem ser demarcadas, social e espacialmente, as confluências ideológicas ou dissensões que se traduzirão na tentativa de uma reivindicação de diferentes valores culturais, interesses políticos, visões de mundo e necessidades materiais.

Como nenhuma identidade socioespacial é dada apenas pela intervenção realizada em seu espaço físico, mas depende dos sentidos que as ações interativas atribuem a ele, a construção da Rua do Bom Jesus como *lugar* é um processo inacabado e inacabável. Por ser o espaço mais enobrecido do Bairro, ponto de disputa e visibilidade pública, a Rua sintetiza parte das tensões inerentes à construção socioespacial dos *lugares*. Suas fronteiras, muitas vezes vulneráveis aos contra-usos que subvertiam os usos esperados do local, são menos tolerantes com essas assimetrias advindas das sociabilidades de rua. Em um processo de construção de *lugares* é normal que certas fronteiras sejam erigidas para demarcar os “territórios de subjetivação” (Guattari, 1985). Não seria, portanto, legítimo que o Bom Jesus também delimitasse seus espaços, assim como fazem outras identidades urbanas ? O fato de um espaço ter sido apropriado por novos freqüentadores, com a expulsão de antigos moradores e usuários, não deveria igualmente ser interpretado como um processo politicamente válido e compreensível ? Deixando de lado qualquer julgamento de cunho moral e partidário (no amplo sentido do termo), não é isso exatamente que fazem outros grupos e “tribos” quando tornam certos espaços periféricos da cidade expressões materiais de suas identidades ?

Creio que é necessário, nesse ponto, evitar um falso dilema. A segmentação urbana existe e ela é excludente em muitos aspectos. Quando essas identidades urbanas operam recortes no espaço e delimitam seus próprios territórios, elas estão, de fato, criando fronteiras e estabelecendo critérios de pertencimento, o que implica restrições reais de acesso e usos. Seria uma ingenuidade política imaginar que a cidade pode se manter aberta para qualquer uso: ela é o resultado de práticas sociais e ações simbólicas que politizam seu cotidiano e

cartografam seus usos. Esta geopolítica da vida urbana é parte constitutiva das sociabilidades públicas, cuja amplitude tem se tornado complexa nos grandes centros urbanos. Complexa e sociologicamente correlata, para não dizer inerente à diferenciação social das sociedades modernas, cujas variadas formas de inserção e exclusão social têm se traduzido, também, nas formas de disputa sobre os espaços da cidade. Nesse sentido, as fronteiras dos *lugares* seriam não apenas socialmente legítimas como politicamente necessárias. O que não é legítimo, embora seja compreensível e explicável do ponto de vista político, é o Estado participar preferencialmente de qualquer demarcação prática e simbólica do espaço urbano. Essas demarcações fronteiriças dos *lugares*, embora públicas, muitas vezes exprimem a evasão de sociabilidades privadas para a rua, que é, por definição, e deveria ser invariavelmente tratada como uma *Public Property* (Gulick, 1998). O fato do Estado se ausentar dessa demarcação não asseguraria a inexistência dessas demarcações, mas garantiria a necessária imparcialidade das ações públicas de uma instituição política que deveria estar voltada igualmente para toda a população. O argumento que justifica a intervenção urbana do Estado com a explicação de que, na hipótese do Estado se eximir, a cidade se transformaria em território sem lei é igualmente frágil: em geral ele não intervém, na forma das políticas de *gentrification*, para assegurar a equidade dos usos do espaço, mas para realçar privilégios. Isso seria válido para intervenções urbanas que objetivam melhorias concretas para diferentes segmentos da população, não para políticas urbanas que agudizam a desigualdade através do enobrecimento de áreas supostamente abandonadas e desabitadas.

As fronteiras do Bom Jesus não significavam apenas uma demarcação simbólica de um “território de subjetivação”. Ainda que se constituísse um *lugar*, era também, e fundamentalmente, um espaço da desigualdade. Os cavaletes e os códigos sociais de identificação não operavam apenas na delimitação cultural da diferença, mas reiteravam o modo profundamente assimétrico e desigual com que eram tratados os diversos “atores” de um processo de *enobrecimento* do patrimônio. Demarcando principalmente uma área voltada às demandas do mercado, as fronteiras do Pólo Bom Jesus estabeleciam um nicho espacial de consumo em meio à pobreza do Bairro. Nesse ponto, as ações interativas que ocorriam na Rua do Bom Jesus, área mais central do Pólo de mesmo nome, estavam inevitável e

indissociavelmente relacionadas com o espaço em que ocorriam. Era exatamente por ter sido transformada em um espaço enobrecido, voltado para o lazer e o consumo – e por ser uma área de intensa visibilidade pública –, que a Rua se tornou um *lugar*, cujas disputas públicas pelo seu sentido predominante terminaram imprimindo ao local um caráter eminentemente político: por um lado, havia as ações convergentes do Poder Público, dos empresários locais e usuários identificados com a ambiência sofisticado do Pólo; de outro, as ações convergentes dos excluídos da “revitalização” que, mediante os contra-usos, tentavam igualmente caracterizar aquele espaço também como um *lugar*.

Desnecessário dizer que os primeiros tinham visível vantagem nessa disputa pela apropriação e resignificação de um espaço como *lugar*. Contavam eles não apenas com o aparato público e privado de segurança, mas principalmente com uma estratégica programação de eventos que procurava espacializar os processos de *re-localização* da tradição. Deslocando para outros espaços do Bairro os eventos que naturalmente atrairiam um público impossibilitado de ocupar as mesas do Bom Jesus, a orientação executiva do processo de “revitalização” reforçava a eficácia simbólica da demarcação do Bom Jesus como lugar de consumo. O tratamento especial e diferenciado na limpeza pública, na iluminação e no próprio montante de investimentos efetuados no Pólo – enquanto outras áreas não receberam nenhuma melhoria nas edificações, infra-estrutura ou mobiliário urbanos –, são indicadores de uma tomada de posição clara quanto aos “sujeitos” que seriam beneficiados com a “revitalização”. Da mesma forma, as ações proibitivas em relação aos ambulantes e aos meninos em situação de rua, através do mecanismo jurídico do *Projeto Hora de Acolher*, demonstram as condições desiguais com que eram travadas as disputas simbólicas pelo Bom Jesus. Nesse Pólo, restou aos excluídos do enobrecimento ocupar, durante o dia, a *calçada-sombra*: aquela, cujos usos diurnos ainda anunciavam resíduos de um tempo em que o Bairro era feito pelos seus próprios moradores, gente “simples” que sentava no banco para conversas à toa, à sombra das árvores que os acolhia.

É difícil dizer que a formação de outros *lugares* no Bairro do Recife se deu exclusivamente em resposta ao Pólo Bom Jesus. Mas, não há dúvida que, em virtude do caráter relacional do processo de construção dos *lugares*, outros espaços foram reapropriados

para demarcar contrastivamente os diferentes modos de representação existentes. O caso do Pólo Moeda, e suas diversificadas sociabilidades, era o contra-ponto mais evidente do Bom Jesus no Bairro do Recife. O mais abrangente sentido convergente era *o de fuga*: é para lá que iam muitos meninos, *homeless* e mendigos que não podiam permanecer no Bom Jesus, da mesma forma que era lá que subsistiam os últimos sobrados de prostituição, os botecos que não exigiam clientes bem vestidos e aparentando riqueza. Como *espaço de fuga*, que resultou em *lugar de refúgio*, o Pólo Moeda abrigava e integrava em sua paisagem anti-enobrecida tudo que poderia ser *ruído visual* no Bom Jesus. No Entanto, a convergência de sentidos, que fez do Pólo Moeda um *lugar*, não foi estruturada apenas pela negação (o que *não* era assimilado pelo Bom Jesus). A afirmação de um significado próprio e autônomo ao espaço advinha do reconhecimento de ser o Moeda um local que se manteve o mais fiel possível ao velho Bairro portuário, quase em ruínas, abandonado à própria sorte e aos seus persistentes moradores. Possivelmente, o tipo de sociabilidade que se desenvolvia ali mantinha estreita relação simbólica com o estado deteriorado do Bairro.

Seria pouco provável que o perfil *urderground* do local pudesse atribuir a ele o mesmo sentido, e com a mesma eficácia, se o Pólo Moeda não fosse o que era: um local mal iluminado, por onde bêbados, prostitutas e cheira-colas traçavam seus percursos sem receio de qualquer ação coercitiva. O sentido de *refúgio* não era um predicado atribuído apenas pelos poetas, intelectuais e pelas diferentes “tribos” que imprimiam seus usos ao espaço. Antigos moradores, des-localizados do Bairro que já fora só deles, passaram a freqüentar os eventos do Pólo, cujas fronteiras, como vimos, eram bem mais flexíveis do que as do Bom Jesus. Essas pessoas, não apenas voltaram a freqüentar de modo festivo o Bairro, como recobravam uma memória viva do seu passado. Um breve relato do animador cultural Roger de Renoar revela algumas das reações desses moradores, que aconteceram quando o Pólo Moeda começou a ter eventos regulares em suas atividades noturnas:

“(...) eu encontrei pessoas, personagens históricos, que falam de passagens (...) há trinta e cinco anos atrás, trinta, quarenta anos, como se fosse semana passada. Como se eles tivessem sido congelados um tempo e tivessem sido descongelados agora (...) elas são movidas a festa, são pessoas que dormem na calçada. (...) Tem um cara que mora no primeiro andar ali, que é tuberculoso, e que na época áurea do Bairro do Recife, da zona, ele era ladrão, bonito, forte e tinha grana, e hoje em dia ele é tuberculoso, magro e liso e feio e ele continua aqui. E quando eu faço festa, ele desce com a melhor camisa

para catar lata. E mal consegue se abaixar para catar uma lata, mas ele desce arrumado. Tem uma outra [que cata] caranguejo, (...) ela chegou aqui aos dezessete anos. Ela tem cinquenta e sete anos agora, e ela é do ‘caralho’, ela continua aqui, continua aqui, não foi embora. Então, é como se tivessem ficado como alma penada, que não sai da casa mesmo depois de ter morrido e de uma hora para outra eles tiveram oportunidade de voltar à vida com as festas que se fez”.¹⁸⁵

Esses personagens pareciam materializar os “fantasmas do passado” aos quais se referia De Certeau (1994), recobrando uma memória perdida, através dos novos itinerários que faziam. São muitas as diferenças entre um freqüentador típico do Bom Jesus, que antes do processo de *gentrification* sequer passava pelo Bairro com medo de ser assaltado, e o velho catador de lata que vestia sua melhor camisa para refazer os nexos afetivos com seu antigo lugar de morada, hoje *lugar de refúgio*. Refúgio físico e corporal, em virtude das debilidades da saúde; refúgio simbólico, decorrente de uma vida inscrita em um cotidiano que se perdeu no tempo. Essas diferenças, no entanto, não alteram as configurações de um *lugar*, mas mudam o seu sentido. O Pólo Bom Jesus não era menos *lugar* do que o Moeda em razão dos usos predominantes advirem de novos freqüentadores. Na verdade, a forma como esses novos usuários passaram a dispor do Bairro do Recife indica uma inversão que não raramente caracteriza as práticas de *gentrification*: subvertendo as categorias sugeridas por Elias (2000) para se compreender a formação da pequena comunidade industrial de Winston Parva, as políticas de *enobrecimento* tornam *established* quem era estranho aos espaços “revitalizados”, e transformam em *outsiders* os seus antigos moradores.

A Rua da Moeda, área mais central do Pólo de mesmo nome, apresenta também uma composição de *lugar híbrido*, ao reter mais de um conjunto de sentidos convergentes no processo de atribuição de sentido que o transformou em *lugar*. *Fuga*, para os *outsiders*, quando se tornava terreno aberto para os percursos não permitidos em outros espaços do Bairro; *Refúgio*, quando abrigava sociabilidades encurraladas; *Morada*, quando suas calçadas se transformavam em casa; *Encontro*; ao reunir diferentes identidades urbanas; *Lazer*, ao possibilitar atividades lúdicas; *Consumo*, quando permitia trocas ampliadas no mercado simbólico de bens corporais e culturais; *Contestação*, quando disponibilizava seu espaço para

¹⁸⁵ Depoimento de Roger de Renoar, animador cultural e proprietário do Bar Pina de Copacabana. Entrevista concedida ao autor, na Cidade do Recife, em 14 de abril de 2000.

todos os atos que seriam contra-usos no Pólo Bom Jesus, em um “*contexto de performance*” (Turner, 1982) que subvertia a lógica enobrecida que pretendia imperar no Bairro. Dentre todos esses sentidos, talvez nenhum outro expressasse tão bem o sentido convergente predominante do que o duplo e articulado sentido de *Refúgio/Contestação*: as fronteiras que demarcavam o Pólo Moeda não apenas se contrapunham ao Bom Jesus, mas pretendiam zonear um tipo de sociabilidade *urderground* que, em geral, foi vista com restrições pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

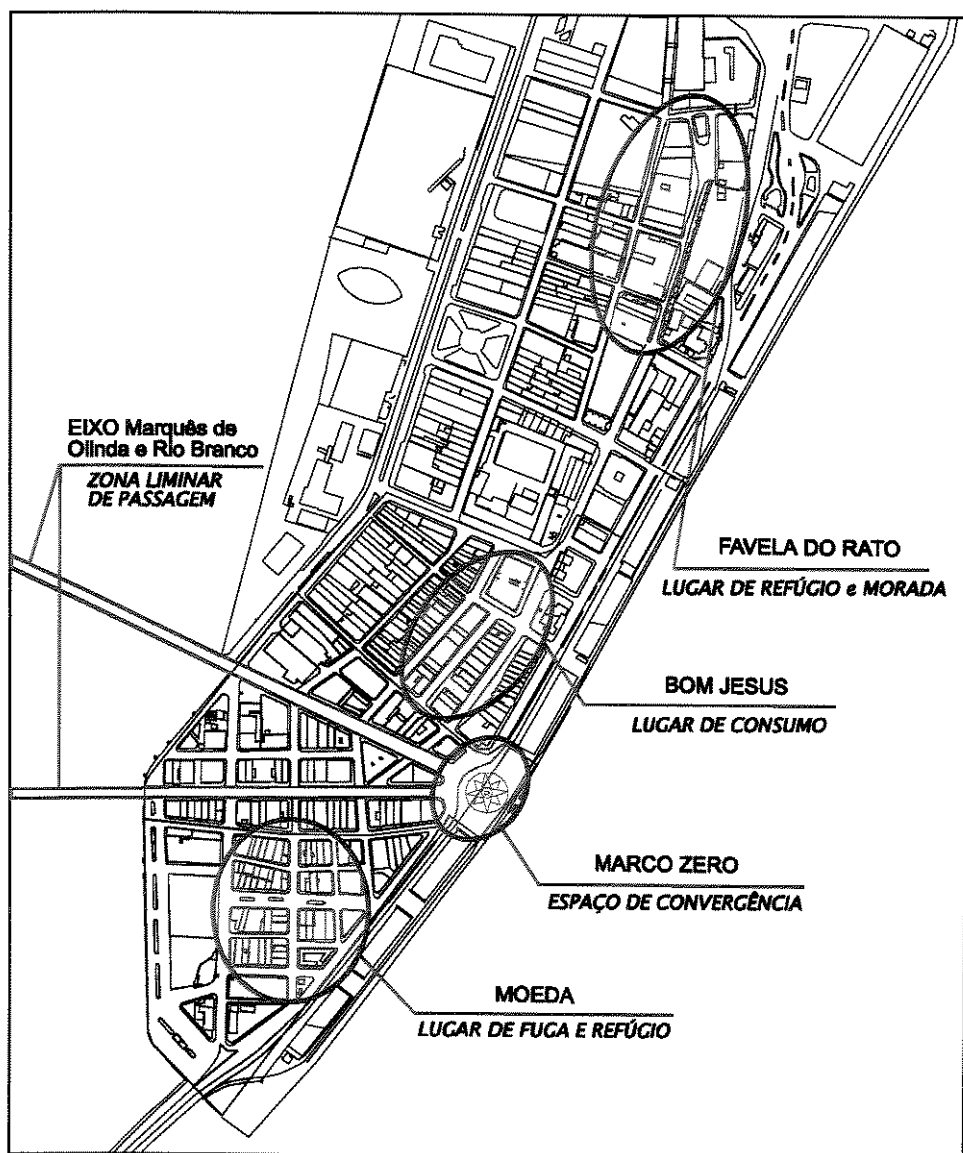
Embora tivesse também seus *ruídos visuais*, o Pólo Moeda não era um *lugar* marcado por disputas de significação, como o Bom Jesus. Sabe-se que os processos culturais, quando convergentes, reforçam os nexos identitários entre pessoas. As sociabilidades públicas ganham, assim, caráter *ritual* quando reafirmam códigos comuns de conduta, incidindo sobre o espaço resignificado como *lugar*. As condutas e toda a sua codificação que as diferencia (através dos códigos corporais, indumentários, gestuais, discursivos) tornam-se símbolos que ritualmente reafirmam as possibilidades de entendimento que somente ocorre quando há uma convergência entre os sentidos atribuídos aos *lugares*. Como um “(...) símbolo ritual [que] se converte em fator de ação social, uma força positiva em um campo de atividade.” (Turner, 1967: 19), o conjunto de códigos culturais compartilhados asseguram a necessária *convergência de sentidos* que se traduz nas sociabilidades públicas dos *lugares* e no *entendimento*.

Os *lugares* podem apresentar conjuntos de sentidos convergentes diversos, através dos quais é possível ocorrer o entendimento cultural necessário para que sejam estabelecidas uma ou mais identidades socioespaciais. Se híbrido, um *lugar* é sempre um campo tenso de disputas e negociações. Se fragmentário, a afirmação da diferença se dispersa em distintas configurações espaciais. Em ambos os casos, a demarcação espacial de um *lugar* implica em zonas de fronteiras, escalas sobrepostas, áreas liminares, interstícios. Além disso, há uma dificuldade prática em demarcar com precisão onde começam e terminam os *lugares*, onde exatamente se fixam e onde se deslocam, onde têm limites mais fechados e onde são mais permeáveis. Por isso, um mapeamento dos *lugares* no contexto urbano contemporâneo deveria se parecer mais com uma mancha, que se espalha indefinida, do que em localizações bem delimitadas. Uma tipologia dos *lugares*, portanto, correrá sempre o risco da redução ou,

como lembra G. Cohn, “do recurso ao exagero” (Cohn, 2000: 29). Talvez por isso, sua validade resida, apenas e fundamentalmente, na possibilidade aproximativa de síntese. Nesse sentido, como adequadamente ressalta Magnani, nenhuma tipologia dos espaços da cidade contemporânea pode ser rígida:

“Uma classificação com base em múltiplos eixos não produz tipologias rígidas porque não opera com espaços ou significados unívocos e sim com sistemas de relações: a prática social dos atores, que opera esses sistemas de classificação abrindo-se ou fechando-se é o que mantém e enriquece a diversidade da dinâmica urbana (...)” (Magnani, 1993: 46).

O mapa abaixo é, portanto, apenas um exercício de aproximação. Ele tenta sintetizar os sentidos convergentes predominantes em cada *lugar*, a partir dos quais tentei denominá-los e localizá-los espacialmente.



A coexistência dos *lugares* em situações de espaço compartilhado, como no caso do Bairro insular do Recife Antigo, induz a contextos que tendem para a necessária formação de espaços públicos. Quando um espaço converge muitas representações dissonantes através da indefinição de *lugares* ou na coexistência de diferentes *lugares* – que implicam distintas concepções de mundo e reivindicações de validade –, torna a visibilidade social politicamente necessária para que essas distintas representações, como *lugares*, afirmem sua singularidade enquanto *diferença*. Esses *lugares*, mais do que desejarem ser representados, como sugere Martín-Barbero, eles demandam ser *reconhecidos*: “(...) tornar-se visíveis socialmente, em sua diferença” (Martín-Barbero, 2000: 45).

As disputas, que incidem sobre as demarcações socioespaciais urbanas e desfazem as condições de *entendimento* na direção da busca pelo *reconhecimento*, podem resultar tanto em um enfrentamento político mais elaborado quanto na mera contraposição de estilos de vida, marcadas pelas formas cotidianas de ritualizar códigos de conduta. Em ambos os casos são estabelecidas as bases políticas dos usos públicos dos espaços da cidade. O Bom Jesus poderia exemplificar essa questão, não fosse a visível desigualdade de condições com que essa disputa ocorria. O tipo de intervenção urbana feita pelas políticas de *gentrification*, apesar dos seus ruídos visuais e contra-usos, impõe obviamente limites às possibilidades de construção dos *lugares* e, conseqüentemente, das disputas que surgem a partir deles. Seria um exagero dizer que os contra-usos da Rua do Bom Jesus foram capazes de desfazer a *convergência de sentidos* da maioria dos seus usuários, convergência esta que fez daquele espaço um *lugar* enobrecido para atividades predominantemente de consumo e lazer.

No entanto, havia um espaço no Bairro do Recife onde essa disputa ganhou maior visibilidade e eficácia: o Largo do Marco Zero, espaço de convergência e de fronteiras liminares. Local onde a “diferença de encontrava”, o Largo passou a desempenhar um papel fundamental na afirmação dialógica dos diferentes *lugares* e sociabilidades que se estruturavam no Bairro. A ausência de uma demarcação simbólica específica fez do Largo um espaço vulnerável a díspares apropriações, contribuindo para que se tornasse um espaço de

interações, no qual os *ruídos visuais* perdiam sua característica de estranheza: sua paisagem social indefinida era composta exatamente pela ambigüidade e contraste dos usos e contra-usos concomitantes de um Bairro enobrecido. Era no Largo onde as sociabilidades que caracterizavam os *lugares* podiam igualmente ver e serem vistas, sem a mediação simbólica e normalmente favorável ao reforço identitário dos espaços de origem em que surgiam.

Não por acaso o Largo foi também o local que passou a abrigar atos públicos e manifestações políticas. Além de ter se tornado, inclusive em decorrência de sua escala, um espaço propício a aglomerações urbanas, o Largo retinha um sentido comum para a Cidade do Recife: era o seu marco zero, ponto de origem, de chegada e de partida. Talvez essa reminiscência comum tenha sido a única sobrevida de uma experiência mais amplamente compartilhada de *entendimento* (típica dos lugares) que se manteve no Largo. E, em decorrência dessa eficácia genérica, o Largo possibilitou que a convergência de diferentes sociabilidades traduzisse o *entendimento* em dissensões públicas (típica dos espaços públicos), diferenciando os lugares e o espaço público – duas categorias que igualmente pressupõem uma existência reflexiva entre *espaço* e *ação* –, e tornando inteligível o modo como a construção social dos *lugares* incide sobre a formação de um espaço público.

II

... Espaço público e lugares: repolitização das cidades-relíquias

Lugares não existem por si mesmos. Embora se estructurem internamente através de experiências e subjetividades compartilhadas, eles mantêm sua singularidade e integridade identitária mediante a *contraposição*. Em outras palavras, embora os *lugares* signifiquem uma demarcação socioespacial que *estria* os espaços da cidade, eles precisam se contrapor a outros *lugares*, na afirmação pública do reconhecimento e da sua própria existência e singularidade. O que parece um contra-senso conceitual, na verdade pode ser uma forma de evitar uma interpretação que ressalta sobremaneira a reciprocidade funcional entre os *lugares*. O fato de um *lugar* ser *relacional* não implica que seja funcionalmente recíproco: ele depende da coexistência da *diferença* para estruturar sua especificidade, mas a relação que mantém com outros *lugares* não é necessariamente de complementaridade. Ao contrário, muitas vezes é baseada na negação e confronto.

As características atribuídas ao espaço urbano que sedia a coexistência dos *lugares* precisam atender às múltiplas demandas de cada representação que esses mesmos *lugares* fazem desse espaço. Seria possível, então, um mesmo espaço – uma vez territorializado subjetivamente pelos *lugares* – possibilitar uma experiência espacialmente compartilhada desses mesmos *lugares* ? Para Simmel, só seria possível essa confluência espacial dos lugares se o espaço não for objeto de disputa:

“Ciertos tipos de asociación, sólo pueden realizar toda su forma sociológica cuando en el espacio en que se desarrollan no hay lugar para otro. En otros casos, pueden ocupar el mismo espacio muchas asociaciones de la misma índole sociológica, porque son, por decirlo así, mutuamente permeables; como no tienen ninguna relación íntima con el espacio, no puede haber entre ellas colisiones espaciales” (Simmel, 1986: 646-647).

Para Simmel, as possibilidades de coexistência entre diferentes “grupos” somente ocorreriam no espaço intersticial que existe “entre” os lugares, porque a coexistência “se verifica siempre realmente entre los dos lugares del espacio, en el que cada cual ocupa un sitio designado y que sólo él llena” (Simmel, 1986: 646). Os *lugares* e suas sociabilidades constitutivas seriam um tipo de “associação”, para usar a expressão de Simmel, que “sólo pueden realizar toda su forma sociológica cuando en el espacio en que se desarrollan no hay lugar para outro”. Assim, não seriam formas sociais que “no tienen ninguna relación íntima com el espacio”, mas que, ao contrário, guardam relações estreitas com os espaços transformados em *territórios de subjetivação*.

Mas isso significaria dizer que os *lugares* implicam uma atomização necessária das cidades, uma vez que eles impossibilitariam experiências compartilhadas fora dos nichos ou comunidades identitários?

Uma *política dos lugares*, para se articular com a construção do espaço público, precisaria superar a mera segmentação do espaço urbano em pequenos e defensivos nichos espaciais, na forma de “comunidades intimistas” (Sennett, 1998). A idéia de Sennett sobre a predominância da intimidade nas sociedades contemporâneas levou-o à formulação dos mecanismos de sobrevida urbana, através da formação do que chamou de *Gemeinschaft* destrutiva, cujos mecanismos de isolamento e proteção teriam transformado o indivíduo em um “ator privado de sua arte”, assim como teria, conseqüentemente, despojado a sociedade de sua *civilidade*. Da *Gemeinschaft* destrutiva teria surgido a radicalização do narcisismo e a “localização do sentimento comunal”, cujas “barricadas” – construídas em torno das comunidades – teriam, para Sennett, a marca de uma sociedade incivilizada: aquela que, quanto mais se desenvolve na intimidade, mais decresce em sua sociabilidade. Para o autor, Esse temor da vida impessoal, que esvazia os espaços públicos e tiraniza a intimidade, repercutia nas cidades na forma da “celebração dos guetos”, na retribalização das relações sociais e na rejeição do desconhecido como “intruso” (Sennett, 1998: 317-328).

Sennett (1998), talvez por não admitir a necessidade de reconhecimento público das comunidades, termina por não fazer uma distinção nítida entre o que ele chama de *Gemeinschaft* destrutiva e outras formas de “comunidades” urbanas que, embora também

territorializem seus códigos de identificação, mantêm suas fronteiras em contínua negociação e disputa com outras diferentes “comunidades”. Ainda que Sennett se refira a um tipo específico de gueto urbano, cuja dimensão geográfica segmentaria o espaço urbano em “territórios íntimos” ou em “territórios da indiferença”, Sennett, a meu ver, comete um duplo equívoco. Primeiro quando afirma que esse tipo perverso de “fraternidade comunal” é a forma de socialização predominante na vida urbana contemporânea e segundo por concluir, a partir disso, que o espaço público está morto.

No entanto, a formação dessas comunidades que se constituem e se entrecruzam no espaço público, e cuja demarcação espacial e pública da diferença cria zonas de identidade, não deve ser confundida com a pura e simples afirmação “da diferença enquanto diferença”, que apenas reafirmaria uma espécie *apartheid* dos particularismos, cujo resultado mais imediato seria um tipo de segregacionismo total (Laclau, 1993). O duplo movimento de fluidez e permanência das fronteiras e dos significados desses *lugares* no contexto da moderna experiência urbana articula a noção de *comunidade* no debate sobre a dimensão pública do espaço urbano.

Ao discutir as relações entre comunidade e espaço público, Tassin (1991) se refere a um tipo de espacialidade pública que as comunidades mantêm em sua constituição. Contrapondo a comunidade ao domínio público, argumenta o autor lembrando as reflexões de Simmel, que a incompatibilidade entre esses dois campos se dá na medida em que uma comunidade impõe ao domínio público um conjunto ou uma ordem de convicções e valores “privados”, enquanto o espaço público deve ser compreendido como um espaço da difusão e da heterogeneidade. Creio que o autor está certo quando afirma que o espaço público não pode ser confundido com o sentido comunitário genérico de um *espace commun*. No entanto, a afirmação desses vínculos comunitários depende muitas vezes do modo como ocorre a *inserção* pública das diferenças na vida social. Utilizo aqui o termo *inserção*, e não *inclusão* das diferenças, para destacar o aspecto por vezes conflitivo das relações entre as diferentes configurações comunitárias e seus *lugares*. Creio que o termo *inserção* não pressupõe *adaptação*, ainda que haja negociações interativas entre as diferenças. Ao contrário, o termo *inclusão* pode significar, a exemplo da análise parsoniana sobre as subcoletividades de um sistema cultural,

uma harmonização das diferenças em bases comuns para uma integração sistêmica. Parsons (1968), embora reconheça a existência da segmentação social e das diferentes formas de “subcoletividades”, entende que a integração pressupõe um tipo particular de participação – por inclusão – em uma coletividade mais ampla. O “problema funcional da integração” se resume, assim, segundo Parsons, aos ajustes das partes diferenciadas para o funcionamento do sistema como um todo. A *inclusão* se torna um imperativo funcional do próprio sistema: a ordem normativa requer a inclusão para a sua auto-manutenção (Leite, 1995). De outro modo, a idéia de *inserção* das diferenças – no espaço da vida pública – pode significar, inclusive, a possibilidade de haver interações em que essas diferenças se singularizam exatamente por não reivindicarem e nem desejarem qualquer *inclusão*, ainda que necessitem afirmar na vida pública a demarcação das suas próprias diferenças.

Pellegrino (1991) sintetiza essa dupla articulação (*reflexiva*, para utilizar a expressão de Lash) entre comunidade e espaço público ao destacar que tanto as formas comunitárias demandam atos públicos como, de outro modo, a característica diferencial das práticas públicas incide sobre a interação desses lugares comunitários:

“L’espace public ouvre ainsi l’espace communautaire à la présence du divers; il implique les répertoires de valeurs et met à l’épreuve les visions du monde, globales aussi bien que locales, mais ceci sans constituer un plan de référence absolu” (Pellegrino, 1991: 12).

A confluência entre as sociabilidades comunitárias e seus lugares não apenas é necessária – para afirmar publicamente as diferenças que precisam ser reconhecidas (Martín-barbero, 2000) –, como imprescindível para a própria demarcação socioespacial dos *lugares*. A forma binária e contrastiva subsiste (pertencer ou não pertencer; partilhar ou não partilhar) como mecanismo que opera a distinção entre as identidades (Woodward, 2000). Deve haver, portanto, sempre a possibilidade real de uma *convergência de sentidos* na formação *interna* dos *lugares*, ao mesmo tempo em que é igualmente necessário que os valores, sentidos e ações que delimitam e configuram os *lugares* possam ter uma existência *externa* aos *lugares* como modo de atender às demandas de visibilidade e legitimidade públicas. Essa existência externa implicaria o deslocamento tático das sociabilidades internas que caracterizam certos *lugares* para outros espaços em que a visibilidade e confrontação públicas permitissem que essas sociabilidades se afirmassem. Em outras palavras, os *lugares* precisam de um espaço

social que os transcenda e os questione. Esse espaço de confluência simbólica dos *lugares* e suas sociabilidades não é mais, como sugere Simmel, um espaço de “*relación íntima*”, mas ele também não poderia ser um espaço completamente desprovido de sentido; mas teria que reter a capacidade pública e igualitária da coexistência conflitante da *diferença*.

No Bairro do Recife, esse espaço de confluência ora se materializava nas fronteiras entre os lugares, ora nas zonas de passagens, ou mesmo quando ocorriam grandes eventos nas áreas físicas em que estavam circunscritos os *lugares*, cujas fronteiras se flexibilizam em dias de festa. No entanto, foi o Marco Zero que se transformou no principal espaço de confluência de diferentes sociabilidades (relativas aos distintos *lugares*) do Bairro do Recife. Embora não fosse um *lugar* específico, o Marco nunca perdeu completamente seus significados efetivos, atuando potencialmente como um espaço aberto para múltiplas apropriações.

Para haver essa confluência, o espaço não deixa de ser alvo de disputas (espaciais, simbólicas e políticas), mas o mecanismo interativo muda substancialmente. A forma como os *lugares* e suas sociabilidades interagem publicamente não pode ser mais pela *convergência de sentidos* e experiências compartilhadas pelo *entendimento*, que os delimitam em sua configuração interna. Como precisam externar e afirmar pública e igualmente suas *diferenças*, podemos entender que as ações interativas acontecem mediante uma *comunicabilidade política do desentendimento*.

A noção de *desentendimento* aqui utilizada se baseia na reflexão desenvolvida por Rancière (1996). Por “desentendimento”, entende o autor “um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (Rancière, 1996: 11). O “desentendimento” não se confunde com falta de conhecimento ou mal entendido, mas implica na existência de concepções discursivas diferentes sobre uma mesma coisa:

“O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (...) Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação da palavra. Os interlocutores entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras” (Rancière, 1996: 11-12).

Essa noção de “desentendimento” tem, contudo, uma aparente contradição para a sua aplicabilidade no argumento que estou defendendo. Se o “desentendimento” pressupõe que os interlocutores estejam falando de fato de uma mesma coisa, mas que não a entendem da mesma forma, como explicar situações em que os interlocutores estariam de fato falando de coisas diferentes? Adequando essa questão à problemática desta tese: as diferenças que distinguem os *lugares* devem apenas ser entendidas como discordâncias sobre significantes ou devem também ser compreendidas como dissensões de significados ?

Esta aparente contradição se desfaz quando a noção de “desentendimento”, sugerida por Rancière, é tomada em sua essência argumentativa: ela se refere aos mecanismos narrativos da política e da expressão social da discordância. Não se trata, portanto, de uma mera oposição de discursos sobre coisas iguais ou sobre coisas diferentes. Trata-se da construção de uma situação em que a diferença está posta, não apenas como o significado sobre o qual se discorda, mas também, e fundamentalmente, como a se dá inserção dos sujeitos da discordância. O “desentendimento”, desse modo, “(...) designa o outro como aquele com o qual está em debate não somente em conflito de interesses como também a própria situação dos interlocutores como serem falantes” (Rancière, 1996: 59). Recolocando o debate em torno da formação dos lugares, é possível dizer que uma *comunicabilidade política do desentendimento*, portanto, não apenas levaria em consideração as diferenças que demarcam os *lugares*, como o modo com que as suas sociabilidades constitutivas buscam formas públicas de reconhecimento através da contraposição a outros lugares.

Finalmente, embora o conceito de “desentendimento” seja utilizado por Rancière para designar, predominantemente, formas de articular a fala como racionalidade da palavra, a noção permite um uso mais abrangente, quando relacionada às práticas singulares da demarcação de *lugares*: “o desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam” (Rancière, 1996: 13).

Os processos sociais que atribuem sentidos distintos a certas configurações socioespaciais não se distinguem uns dos outros por mero desconhecimento, mas exatamente por serem portadores de concepções diferentes sobre o que representa um espaço da cidade ou

de um patrimônio cultural selecionado como representativo de uma tradição. A polissemia dos espaços urbanos e seus *lugares* representam, assim, uma forma política de *desentendimento*, manifestada pelos usos e contra-usos que espacializam a diferença. A razão do *desentendimento*, que traduz as reivindicações públicas de validades distintas que ocorrem no mundo da vida, pode ser compreendida também como uma razão comunicativa.

Não há incompatibilidade, embora haja diferenças, entre o conceito de Rancière e a noção habermasiana de esfera pública, aqui utilizada. Não será demais lembrar que uma “ação comunicativa” pode ou não resultar em um consenso, e sua racionalidade opera em contextos sociais, cujos agentes devem ter possibilidades de reivindicar a validade de suas argumentações. Isso não significa um entendimento *a priori*, mas pode, ao contrário, expressar um *desentendimento*, no sentido utilizado por Rancière: quando esses agentes falam sobre uma mesma coisa, mas não têm a mesma opinião sobre ela. O entendimento a que se refere Habermas não diz respeito a conteúdos prévios, mas à forma cognoscitiva de interação. Uma “ação orientada para o entendimento” (Habermas, 2000: 414) se revela na interação performativa que busca um entendimento sobre “algo no mundo”. Se já houvesse um entendimento consensual prévio, um *anti-desentendimento*, por assim dizer, no sentido de Rancière, não haveria necessidade de ações comunicativas. Elas só existem e se fazem necessárias porque são reais as situações em que agentes têm opiniões diferentes sobre fatos iguais e não conseguem se entender sobre esses fatos. A discordância maior entre as noções de Rancière e Habermas reside na forma com que vêem os contextos de fala. Mas, ainda assim, é possível entender a abordagem de Rancière como complementar à de Habermas. Quando este se refere aos contextos comunicativos, fica a sensação de que Habermas estaria desconsiderando as formas desiguais através das quais ocorrem os conflitos e dissensões públicas, na medida em que pretensões de validade apenas se aplicam a contextos pragmáticos nos quais os agentes comunicativos estão em situações ideais de fala. Nesse sentido, a noção de “desentendimento” completaria a noção habermasiana ao destacar, justamente, essas formas desiguais de inserção nas narrativas políticas.

Espaços sociais de convergência de lugares, que podem sediar contextos comunicativos de comunicabilidades políticas de desentendimentos, devem apresentar demarcações

simbólicas mais flexíveis do que os *territórios da subjetivação*, mesmo que continuem subjetivados. Precisam, ao mesmo tempo, possibilitar a subjetivação singular dos grupos, como também uma convergência mínima de sentidos coletivos para que seja o espaço escolhido para a coexistência pública do dissenso e para a afirmação da diferença. Quanto mais esses espaços permitirem apropriações simbólicas diversificadas, mais eles terão sua potencialidade política e simbólica distendida para que possam sediar as práticas de uma *comunicabilidade política do desentendimento*.

As áreas de preservação do patrimônio implicam diferentes possibilidades de apropriações simbólicas. Mesmo nas áreas enobrecidas, quando destradicionalizam seu patrimônio tornando-o *reliquia*, essa possibilidade não apenas está posta como é potencializada: quando há uma tradição fortemente inscrita, as diferentes formas de apropriação, mediante os usos, asseguram a mesma possibilidade; mas quando a inscrição de uma tradição resulta na transformação do patrimônio em *reliquia*, as práticas sociais têm um espaço mais flexível para imprimir seus próprios significados, na medida da perda de conexão afetiva de uma *reliquia* com o presente. No contexto das políticas culturais de *gentrification*, o patrimônio re-localizado na forma de “reliquia” (Giddens, 1991) distende as interpretações e usos do patrimônio, fazendo com que as práticas de segregação do espaço que não se resumam à transformação desses espaços em lugares de consumo puramente econômico, mas se transformem em práticas culturais de consumo que reinterpretam os usos e sentidos desses espaços. É preciso considerar, portanto, de que modo as transformações do espaço modificam as formas de interação pública e consumo dos lugares e, inversamente, como essas sociabilidades – *espacialmente* construídas – incidem reflexivamente na produção desses espaços.

Se é verdade, como destaca Caldeira (2000), que os *enclaves* inscrevem fronteiras sociais na “materialidade dos espaços segregados”, também é plausível pensar que essas fronteiras, cujos marcos precisam ser constantemente vigiados, são construídas também simbolicamente e precisam ser continuamente negociadas. Também é verdade que, quando se erguem muros, como ressalta a autora lembrando De Certeau, essa materialidade é incorporada à vida da cidade. No entanto, esses cenários fortificados não parecem imunes às

respostas vernaculares que cotidianamente são elaboradas, como destaca Zukin (2000) quando diz que na tensão entre *paisagem* e *política vernácula* espaço e sociabilidade pública se entrecruzam na medida em que as respostas vernáculas (ou “táticas”, como define De Certeau) significam uma requalificação do espaço a partir de práticas sociais espacializadas.

Os processos de *gentrification* segregam o espaço também numa espécie de *enclave* que se estrutura através de correntes, de cavaletes e da vigilância privada e alteram o padrão de sociabilidade pública. No entanto, essas áreas mantêm uma complexa relação de *consumo cultural* do patrimônio, que elabora uma “arquitetura dos lugares”, cujas fronteiras são continuamente negociadas. Para freqüentar esses espaços, as pessoas terão necessariamente que vivenciar de algum modo a presença de diferentes grupos, ainda que essa interação pública – muitas vezes implicando uma reelaboração das interações com moradores locais e a própria população de rua – seja contrastiva porque é mediada substantivamente pelas tensões e disputas advindas das *diferentes* e *desiguais* relações sociais e suas assimétricas modalidades de interação, que formam e dão sentido público a esses espaços.

As ruas “revitalizadas” do Bairro do Recife se tornaram espaços de disputa e passaram a reter uma dimensão predominantemente pública, na medida em que a permanência (ou não) das pessoas se transformou em uma forma de pertencer ao Bairro e, conseqüentemente, de ter direitos reconhecidos. O Bairro do Recife, como um todo, e o Marco Zero, em particular – ícone da própria “revitalização” do Bairro – tornaram-se um espaço público ao tornar tornarem-se também um espaço de lugares, através da coexistência desses *lugares*, na afirmação pública de sua própria existência e singularidade.

A dupla articulação, a que se refere Pellegrino (1991), entre vida comunitária e práticas públicas permite pensar que, se é verdade que *ego* se refugia na intimidade comunitária, também parece certo que só se afirma quando é capaz de confrontar-se com *alter*. No âmbito político da cultura, essas comunidades, bem ou mal, parecem se constituir em alternativas identitárias, face à ineficiência do Estado-nação em se manter historicamente um referente coletivo eficaz para toda uma população. A cidade, como *entre-lugar* na qual essas fissuras identitárias se decantam, tem nos seus espaços públicos a constituição dessas diferenças que não apenas se espacializam nos diferentes *lugares*, como imprimem um tipo de

vitalidade interativa em que as diferenças dialogam entre si no exercício cotidiano de afirmação da alteridade.

Pensar, portanto, na formação do espaço público a partir dessas “comunidades” nos ajuda a refletir sobre duas importantes características que são constitutivas da moderna vida pública cotidiana. Primeiro, que já não é possível imaginar idealmente uma cultura pública feita de indivíduos livres das referências identitárias particulares. Aquela imagem pré-burguesa de um homem cívico que só devia obediência ao Estado está morta. Inúmeros laços de pertencimento crivam esse indivíduo, tornando-o devedor de muitas outras formas de lealdades. Segundo, que já não podemos definir o espaço público através da mera contraposição ao espaço privado. Se essas duas esferas da vida social nunca tiveram historicamente limites muito claros, essa relação se complexificou: seja porque os *lugares* carregam um certo sentido de reduto privado da identidade grupal (o privado no público), seja porque as dimensões públicas da vida cotidiana – especialmente as esferas públicas mediáticas – estão cada vez mais adentrando inversamente o espaço privado (o público no privado), imprimindo-lhe códigos comportamentais e referentes para a formação da opinião pública em geral.

A construção social dos *lugares* incide sobre a formação de um espaço público na proporção em que necessitam legitimar – e terem reconhecidas publicamente – suas próprias concepções de mundo, em uma configuração socioespacial que possibilite externar reivindicações de validade. A *comunicabilidade política de desentendimento* não ocorre no interior dos *lugares* que, em razão da necessária convergência de sentidos, opera a inserção dos atores mediante a formas de *entendimento* e de *convergência simbólica*. É no interior do espaço público, portanto, que o *desentendimento* se torna uma possibilidade política. Para se tornar *locus* da igualdade de direitos e da liberdade política, o espaço público deve suportar também as assimetrias de falas e participação, que refletem muitas vezes as desiguais formas de inserção social dos agentes envolvidos. É nesse sentido que um espaço público, por dever ser receptivo ao dissenso, pode ser compreendido, também, como um espaço da diferença.

Quando o Marco Zero se tornou um dos poucos espaços onde podiam permanecer tão diferentes pessoas, sociabilidades, usos e contra-usos, converteu-se em um espaço que

suportava as assimetrias sociais e os dissensos que compõem a vida urbana. Nenhum espaço do Bairro do Recife tinha seus usos esperados tão subvertidos. Quando foi escolhido como o espaço de um ato público de comemoração de uma vitória eleitoral de um partido sobre outro (no caso específico, do PT sobre o PFL), sendo este último o partido do grupo político que empreendeu a “revitalização” do Bairro, o Marco Zero sintetizou, em sua dimensão pública e centralidade simbólica, a re-politização de uma cidade-relíquia, já embrionária nas formas cotidianas de apropriação dos seus espaços.

O dissenso não elimina a prerrogativa política do espaço público, mas a anima. O sentido público dos espaços urbanos resulta também da confluência de diferentes *lugares* e sociabilidades que instalam possibilidades de contestação e discordância, cuja igualdade de fala é constantemente desafiada. A sociabilidade pública, nesse sentido, compreende tanto as práticas interativas através das quais as pessoas compartilham experiências comuns, quanto a afirmação das suas diferenças através da espacialização das suas relações sociais, construídas a partir das distintas demandas e sentidos de pertencimento e reconhecimento. Assim, faria sentido pensar na concepção de *espaço público* também a partir da constituição dessas diferenças que não apenas se espacializam nos *lugares*, como criam uma dinâmica interativa através da qual dialogam entre si no exercício cotidiano e público da afirmação da alteridade e das relações de poder que reafirmam e contestam desigualdades.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não são os ares de uma cidade enobrecida que libertam, mas as formas cotidianas de apropriação políticas dos *lugares*, que publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como *espaços públicos*.

O episódio da história brasileira construído no – e através do – Bairro do Recife foi transformado em uma *centralidade* mediante um processo constante de deslocalização e realocação de sentidos. Um primeiro fluxo dessa atribuição de sentidos se deu em sua própria origem urbana, quando Nassau fez do *Povoado dos Arrecifes* o centro irradiador do seu projeto expansionista. O curto período do domínio holandês no Brasil fez do Bairro do Recife um local estratégico: de defesa, erguendo as primeiras muralhas que delimitavam itinerários e acessos; de ocupação, inscrevendo em sua arquitetura as marcas de um projeto civilizador. Nassau parecia antecipar uma segmentação urbana que iria se tornar uma característica do antigo istmo: a área compreendida pelas muralhas, que ficou conhecida como “Dentro de Portas”, foi a primeira forma de espacializar usos e de delimitar modos de inserção e exclusão social. A cidade murada não teve o seu término com a expulsão dos invasores. As reformas urbanas subsequentes continuaram demarcando limites e imprimindo sentidos à pequena Ilha que se tornou uma espécie de *centro exemplar* para uma imagem que pretendia representar toda uma cidade.

A reforma de 1910 foi o segundo grande fluxo de atribuição de sentidos. Através dela, uma nova imagem de cidade moderna foi construída e também representou um modo de erguer muralhas e de inscrever espacialmente projeções de uso do espaço urbano. Dessa vez muralhas simbólicas, não menos eficazes e igualmente reais em seus efeitos. A monumentalidade da arquitetura eclética transformou o antigo “*armazém-geral*” dos holandeses (espaço que historicamente foi, de fato, se tornando uma área de troca,

predominantemente de açúcar e de corpos: para o lazer, as prostitutas, para o trabalho cativo os escravos) seguindo o ideal haussmaniano da cidade ampla e higiênica, as principais cidades brasileiras fazem o percurso que representou “a entrada triunfal do Brasil na modernidade” (Sevcenko, 1999).

No Nordeste, região que foi o centro político e econômico do país nos três primeiros séculos de sua existência, o Recife representou a mais importante expressão dessa busca de uma imagem de Brasil moderno. A reforma do seu bairro portuário, a partir de 1910, seguiu a mesma tendência que se proliferou em todo país, conjugando modernização da estrutura portuária com renovação urbana. O princípio haussmaniano das grandes avenidas, que caracterizaram a *Belle-époque* francesa, traduziu-se em higienização urbana e significou, também, uma adequação urbana ao emergente capital industrial e financeiro do setor usineiro pernambucano. O “embelezamento estratégico” (Benjamin, 1997) do Bairro do Recife não foi apenas uma intervenção urbana, mas uma operação política no espaço: as ruas – artérias de um corpo doente – precisavam ser abertas, desimpedidas. A construção do eixo formado pelas Avenidas Marquês de Olinda-Rio Branco passou a facilitar não apenas o escoamento das mercadorias do porto como também a rápida circulação de pessoas. Compondo um cenário típico da *Belle-époque*, o Bairro não formou somente uma paisagem arquitetônica, mas uma cena política: ambas contribuíram para desenhar uma paisagem da modernidade. A *protogentrification* do Bairro do Recife antecipou as principais características que iriam marcar o seu último processo de *gentrification*: forte apelo visual através da monumentalidade da sua arquitetura, prática urbanística voltada à disciplina de usos do espaço urbano, modernização da infra-estrutura. Ambas as intervenções tinham a mesma intenção modernizadora, segundo os princípios de adequar as cidades às necessidades do capital.

Como já assinaléi anteriormente, uma questão fundamental pós-reforma foi o modo como se manteve uma vida pública cotidiana no contexto da refuncionalização dos espaços para o desenvolvimento das atividades comerciais, administrativas e financeiras que passaram a predominar. Com a expulsão de parte dos seus moradores, a reforma alterou o padrão cotidiano da vida pública do Bairro, mesmo sem ter se tornado um espaço desabitado. A principal diferença entre as reformas européias, sobretudo a francesa, e a *Belle-époque*

brasileira estava nesse padrão do sociabilidades que se alterou. Embora seja possível afirmar que o caso europeu contribuiu para acentuar distanciamentos sociais, haja vista a existência de um espaço da rua que delimitava as sociabilidades públicas e privadas, no Brasil do início do século XX, mais do que a ausência de praças, como falava Sitte sobre a Viena do *Ring*, era a falta de uma cultura pública que obscurecia os limites entre o público e o privado. A reforma do Bairro do Recife representou, assim, apenas uma “síndrome de Haussmann”: a reforma do seu porto, e o novo traçado urbano que alterou o antigo bairro holandês, tentou mudar hábitos públicos, atribuindo funções aos espaços urbanos da antiga *cit  *. Mas, como já pode sugerir, tentou-se implantar uma soluço errada (demarcar um *quartier* comercial) para um problema inexistente no Brasil (excesso de sociabilidade pública).

O peso do *familismo*, das rela  es excessivamente pessoais no trato da coisa pública e de um Estado oligárquico e patrimonialista, continuavam a inibir a emergência de uma cultura pública no novo Brasil republicano. Por essa razão, a reforma de 1910 no Bairro do Recife não resultou em um colapso da vida pública, como sugere Sennett (1998) ao comentar as reformas de Haussmann em Paris. O que Sennett descreve como uma característica do declínio de uma cultura pública na modernidade – a exacerba  o da intimidade – era ainda o que prevalecia no contexto brasileiro: não pela predominância de uma intimidade que substituiu uma vida pública em declínio, mas pelo excesso de *familismo* que retardou a emergência de uma cultura verdadeira pública. Houve, sim, uma reordena  o da economia política do espaço urbano, com a concentra  o de negócios que, a exemplo da política dos *quartiers* franceses, culminou em uma reordena  o espacial das atividades de comércio e habita  o no núcleo histórico da cidade. A reforma não “matou” o espaço público (que sequer existia plenamente), assim como o Estado republicano em sua fase inicial não representou um deslocamento das reivindica  es públicas para uma esfera política refuncionalizada. Essa refuncionaliza  o da esfera pública (Habermas, 1996) somente comearia a ocorrer tardiamente no Brasil, em um processo lento complexo (e que possivelmente ainda está em curso) que envolve a emergência dos atores sociais nos novos movimentos sociais, da consolida  o de um Estado de direito, da participa  o política em diferentes esferas da vida pública.

O processo de “revitalização”, iniciado nos anos 90, representou o terceiro grande fluxo de atribuição de sentidos ao Bairro do Recife. Dele resultou uma das mais expressivas experiências de *gentrification* no Brasil, que reinventou um lugar como *image-making* de uma modernidade global e sua expressão local de *pernambucanidade*. Em consonância com as diretrizes urbanísticas do *market lead city planning* (Vainer, 2000), o planejamento estratégico do Bairro pretendeu implantar uma “Economia local com função central plena”, criar um “Espaço público para reunião e o espetáculo”, através da “Manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural” para uma “Recuperação da imagem do Bairro”¹⁸⁶. Os “elementos estruturadores” do Plano de Revitalização do Bairro do Recife abrangiam aspectos centrais do urbanismo empresarial: a construção de uma nova imagem da cidade, através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização dos espaço urbano, como forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local. Esta imagem, viabilizada através de uma perspectiva que compreende a cultura em função das possibilidades econômicas, pretendia transformar o antigo *Povoado dos Arrecifes* em uma “imagem de espaço central e nobre da cidade”¹⁸⁷.

Todas as reformas empreendidas, tanto no plano urbanístico quanto na programação de eventos, realizadas em sistemas de parcerias com financiamento público e privado, estavam voltadas para criar um espaço *re-localizado* da tradição, cujo resultado foi a transformação de um espaço em uma área segregada, onde o patrimônio se tornou *reliquia* (Giddens, 1991). O tombamento do Bairro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1998, veio, nesse sentido, não apenas legitimar o processo de *gentrification* como também sedimentar uma nova perspectiva de preservação em vigor no Brasil. Atribuindo caráter “simultâneo” à estrutura urbana e arquitetônica do Bairro, o IPHAN reconheceu como *patrimônio nacional* um sítio urbano eclético, que foi erguido graças à demolição de um antigo bairro colonial. Fato inusitado, mas não incompreensível, para um órgão que construiu sua trajetória oficial de preservação associando-se ao modernismo, movimento cultural que

¹⁸⁶ Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER. *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1. Recife, 1992, pp. 37-39.

¹⁸⁷ Idem, p. 41.

havia selecionado o barroco-colonial como o mais representativo estilo para uma idéia abrangente de identidade nacional emergente. Mesmo assim, o Bairro do Recife tornou-se, em um só tempo e espaço, repositório de “tradições” distintas: vestígio do Brasil Holandês, exemplar único da Paris de Haussmann e representante da arquitetura moderna e contemporânea. *Relíquia*, em relação à qual a idéia de “simultaneidade” foi o eufemismo politicamente estratégico para justificar a “desfiguração de estilos” que a tornou “(...) arquivo vivo e único da superposição das várias temporalidades que dominaram a história e a produção artística no Recife e no Brasil”¹⁸⁸.

Este terceiro fluxo de atribuição de sentidos, que reinventou o Bairro como *centralidade* singular de um Brasil-nação entrecortado por diferentes tradições, alterou a associação entre patrimônio e nação que marcou a trajetória histórica do IPHAN. Foi nesse sentido que assinalei o tombamento do Bairro do Recife como representante de um novo ciclo de atribuição de valor aos bens culturais, iniciado com a construção de uma idéia abrangente de nação e que culmina com uma mudança no padrão do valor dos bens tombados. Essa trajetória desfez a relação direta entre patrimônio como lugar da nação, para uma concepção voltada às demandas do mercado das cidades, no interior dos fluxos globais de capital, signos e informação. O percurso que marca a trajetória das políticas oficiais de preservação no Brasil, que oscilou entre os processos políticos de construção simbólica da nação e as práticas destradicionalizadas de *gentrification*, pode, então, ser observado pelo tombamento de Ouro Preto (que representou a invenção de um mito fundador de uma a nação coesa, simbolizada pelo barroco-colonial) e o tombamento do Bairro do Recife (que representou um *entre-lugar* da dissemi-nação (Bhabha, 1998) em sua justaposição de estilos).

A alteração no eixo de representação de uma identidade coletiva nacional para identidades mais localizadas em cidades e regiões também é reflexo do processo que deslocou a centralidade do Estado-nação como estruturador das diversas formas de inserção social e sentidos culturais de pertencimento. Na chamada “alta modernidade”, a ambivalência do

¹⁸⁸ PCR/URB/ERBR. Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”, Recife, 1998.

Estado-nação se traduz em um *des-centramento do sujeito moderno* (Hall, 1995), que reflete o processo de fragmentação dos lastros nacionais que balizavam a estruturação das identidades no interior das nações. Outras formas de *representação* surgem, *des-centrando* os sujeitos da suposta centralidade referencial que se condensava na idéia de nação e deslocando o eixo da identidade para formas mais nucleares de significações partilhadas, a exemplo das subculturas urbanas e seus lugares. As cidades, como ponto de intersecção e decantação de diferentes tradições locais e nacionais autonomizam-se simbolicamente ao representarem *localidades* que se afastam dos seus contextos nacionais, tornando-se “translocalidades” (Appadurai, 1997). Nesse contexto, a forma como as políticas de patrimônio passam a operar os nexos entre *identidade e lugar*, no contexto da sociedade contemporânea, vai distanciando-se cada vez mais de uma concepção abrangente de nação para realçar certos aspectos locais da tradição, adequados às demandas simbólicas, políticas e econômicas das cidades.

Do ponto de vista dos usos específicos desse patrimônio tornado *reliquia*, o resultado mais imediato foram formas profundamente assimétricas e conflitantes de demarcações socioespaciais da diferença. O que pude observar no caso do Bairro do Recife foi que a noção de um espaço de “espetáculo urbano”, que passou a caracterizar suas práticas de *gentrification*, indicava a predominância do foco econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para cada uma delas. No entanto, o que resultou dessa espacializada forma de atribuir funções à cidade não foi um padrão unívoco de sociabilidades públicas. Os usos e contra-usos muitas vezes subvertem as expectativas esperadas, tornando o Bairro um espaço de disputa por visibilidade pública e afirmação de diferenças. Esses usos e contra-usos, que representaram respostas “vernaculares” (Zukin, 2000) ou “táticas” (De Certeau, 1994), retiveram uma dimensão predominantemente pública, na medida em que a possibilidade de permanência ou não das pessoas nessas ruas “revitalizadas” se transformou em um imperativo de reconhecimento de pertencer ao Bairro e, conseqüentemente, de ter o direito de nele estar e transitar.

Estas disputas não ocorrem em qualquer rua e nem de modo aleatório. A “rua que interessa” (Magnani, 1998) é aquela cuja ritualização cotidiana dos usos e da construção dos *lugares* lhes imprime significados. A qualificação de certas ruas como espaço público se dá sobretudo a partir das tensões que se erguem das diferentes possibilidades de uso e dos sentidos atribuídos pelos seus moradores e freqüentadores. O resultado dessa espacializada forma de atribuir sentidos aos espaços pode redundar, como pudemos observar no caso do Bairro do Recife, em uma complexa cartografia de usos, através de demarcações socioespaciais e de suas fronteiras. Essas demarcações, por sua vez, politizam a cidade-relíquia, através dos enfrentamentos necessários que os usos impõem, fato que resulta na qualificação do espaço urbano como *espaço público*, na medida em que a rua ganha sentido de pertencimento, tornando-se *lugar*.

Como pude assinalar, a distinção conceitual entre *espaço urbano* e *espaço público* possibilita apreender a potencialidade simbólica que certos espaços urbanos retêm para as práticas sociais cotidianas. Mais do que um preciosismo terminológico, essa distinção permite que se opere analiticamente *qualificações* dos espaços da cidade. Espaços urbanos não são necessariamente locais de sociabilidade públicas, ainda que sejam, por definição, *public properties* (Gulick, 1998).

No Brasil em particular, onde até hoje predomina uma certa indeterminação entre as sociabilidades pública e privada, os espaços urbanos são muitas vezes extensões mal definidas da esfera da vida íntima. Por essa razão, creio ser ainda oportuna uma distinção entre as noções de espaço urbano e espaço público, para que sejam superadas correlações simples e direta com o tipo de sociabilidade pública ou privada que neles ocorrem. Mais do que um espaço para sociabilidades públicas, o espaço público pode ser entendido a partir do tipo de interação que nele ocorre. Sugerir, nesse sentido, que se entendesse o *espaço público* como uma categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam *lugares*, uma vez que a existência *per se* dos espaços urbanos não asseguram *a priori* o seu sentido público. Como espaço social que se estrutura pela presença de *ações* que lhe conferem sentidos, um *espaço público* não se confunde com a rua, menos ainda com uma rua

em si. Ele apenas se concretiza nos espaços urbanos *qualificados* pelas ações políticas e simbólicas que demarcam diferenças e articulam distintas reivindicações de validades, visões de mundo, dissensos sobre demandas.

Para a transformação de um espaço urbano em um espaço público, referi-me a dois mecanismos de inteligibilidade: os usos e contra-usos do espaço urbano, que subvertem os usos esperados e criam demarcações socioespaciais; e a construção dos *lugares*, através da qual certos espaços são reapropriados simbolicamente e demandas sociais são inscritas nas sociabilidades públicas que publicizam conflitos. Uma *política de lugares* expressa, assim, uma forma eminentemente pública de interação política nos espaços da cidade, mediante o *desentendimento* (Rancière, 1996). Foi através desses dois mecanismos complementares que os usos e contra-usos cotidianos e públicos do enobrecido Bairro do Recife criaram transgressões, ruídos visuais e demarcações socioespaciais em sua paisagem urbana, e constituíram *lugares* que qualificaram o espaço urbano do Bairro como espaço público.

Essas conclusões resultaram de uma síntese conjugada dos marcos conceituais que adotei e da observação empírica sobre a construção dos lugares no espaço público no processo de *gentrification* do Bairro do Recife. Como resultado de um estudo de caso, elas se constituem, obviamente, em um lastro analítico apenas *possivelmente aplicável* a outros casos. Embora não haja, aqui, a pretensão de estabelecer um modelo funcional para efeitos comparativos, essas conclusões podem, como ponto de partida, ser uma contribuição para os estudos sobre as relações entre lugares e espaço público nas práticas de preservação do patrimônio cultural. Como pude ressaltar na introdução desta tese, as possibilidades de generalização dessas conclusões ficam a depender de outros desdobramentos analíticos comparativos. Não pretendo terminar este trabalho com aquela debilidade conclusiva que alardeia alcances interpretativos com “excessiva liberdade” (Williams, 1992). Mas, de outro modo, ressalvas sobre limites analíticos não devem fazer um estudo se esquivar de suas conclusões, ainda que possam ser provisórias, como de resto muito é no quase discursivo campo científico das Ciências Sociais.

Além das conclusões parciais desse estudo, com as quais iniciei essas *considerações finais*, se posso apontar uma conclusão que resulta da construção analítica final, ela se refere às possibilidades públicas de ocupar politicamente os espaços das cidades históricas “revitalizadas”. O indivíduo, *espacializado* em suas territorialidades urbanas como sujeito político e público, mesmo aparentemente entrincheirado em seus *lugares*, “*se dá a conhecer*” (Arendt, 1987). Precisam as pessoas da esfera da vida pública para legitimarem-se, principalmente quando necessitam reafirmar suas diferenças e reivindicar a igualdade de direitos em discordarem.

O *espaço público* nem sempre se ergue na harmonia das falas, mas na *comunicabilidade política do desentendimento*, da qual emergem diferentes inteligibilidades sobre fatos iguais, e torna factível a possibilidade democrática e pactual de justiça e equidade. É nos espaços públicos que se dá visibilidade aos conflitos e ressonância às demandas sociais (Paoli & Telles, 1998). Somente no âmbito da vida pública, ainda que seja mediante sociabilidades que criam identidade e seus *lugares*, as pessoas compartilham ou disputam realidades e reivindicam critérios de validades (Habermas, 1998), através dos quais aflora a condição humana da pluralidade, base da difícil convivência social, da cidadania e das relações de poder:

“O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades (...) o poder passa a existir entre os homens quando agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (Arendt, 1987, p.212).

A desapropriação de sujeitos através de uma “curetagem social” (De Certeau, 1994) não implica necessariamente um esvaziamento (ou morte) do *espaço público* (Sennett, 1998), mas uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações do *lugares* pelas práticas e políticas cotidianas dos usos do espaço urbano. Redescoberta e reinventada como imagem moderna, a “Paris” pernambucana e antiga *Mauricéia*, não eliminou as possibilidades de manifestações e discordância. Embora o conjunto de seus espaços tenham

sido, mais uma vez, transformados em uma “paisagem de poder” (Zukin, 1995), os usos e contra-usos transformaram um espaço moldado predominantemente para as práticas econômicas e simbólicas de consumo e lazer em um espaço político de visibilidade pública. Os *lugares* no contexto urbano contemporâneo não se limitam a erguer muros, mas representam formas espacializadas e simbólicas de estabelecer singularidades, de expressar dissensões e reivindicar direitos.

A prerrogativa política de construção social do espaço público não pertence somente a poucos *iguais*, mas igualmente a muitos *diferentes*.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdallah-el-Kratif. (1857), “A Carteira”. Diário de Pernambuco, Recife , 04 de outubro.
- Adorno, Theodor. (1987), “A Indústria Cultural”. In: Cohn, G.(org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. 5 ed. São Paulo, T.A . Queiroz.
- Anderson, Benedict. (1991), *Imagined Communities*. London, Verso.
- Appadurai, Arjun. (1986), *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge, University Press.
- _____. (1997), “Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 49.
- Arantes, Antonio A. (org.). (1984), “Prefácio”. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (org.) (1996), “Cultura e Cidadania” In: _____. (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24.
- Arantes, Antonio A. (1987), “Documentos históricos, documentos de cultura”. IPHAN, *Revista do Patrimônio*, no. 22.
- _____. (1991), “As Tramas da Memória: antigas estruturas e processos culturais contemporâneos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, Junho.
- _____. (1997), “A Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo”. In: Fortuna, Carlos (org) *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- _____. (1997-b), “Patrimônio Cultural e Nação”. In: Araújo, Angela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta.
- _____. (2000), *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed.Unicamp.
- _____. (2000-b), “Paisagem de História: a devoração dos 500 anos” . *Projeto História: Sentidos da Comemoração*, PUC-SP, nº 20.

- Arantes, Otilia. (1993), *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, EDUSP/Studio Nobel.
- _____. (1998), *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo, Edusp.
- _____. (2000), “Estratégia Fatal”. In: Arantes, O., Vainer, C. & Maricato, E. A *Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis, Vozes.
- Arantes, Otilia B. F. & Arantes, Paulo E. (1997), *Sentido da Formação*. São Paulo, Paz e Terra.
- Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. (1996), *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Arendt, Hannah. (1987), *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Argullol, Rafael. (1994), “A cidade-turbilhão”. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico nacional*, nº 23, IPHAN.
- Arrais, Raimundo. (1998), *Recife, culturas e confrontos*. Natal, Ed. da UFRN.
- Augé, Marc. (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.
- Bachelard, Gaston. (2000), *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins fontes
- Bassanezi, Maria Silvia C. B..(1998), *São Paulo do Passado: dados demográficos*. Vols. III e V. Campinas, Nepo-Unicamp.
- Baudrillard, Jean. (1984), *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa, Edições 70.
- Benevolo, Leonardo. (1989), *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Perspectiva.
- Benjamin, Walter. (1985), “Teses sobre filosofia da história”. In: Kothe (org.) *Walter Benjamin*. São Paulo, Ática.
- _____.(1997), “Paris, Capital do Século XIX”. In: Fortuna, C. (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- Bernardes, Denis. (1996), *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Recife, Ed. UFPE.

- Bhabha, Homi K. (1998), *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Bomfim, Manoel. (1993), *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- Bosi, Alfredo. (1984), *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix.
- Bottomore, Tom. (1991), *Sociologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Bourdieu, Pierre. (1999), *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Brenna, Giovana Rosso Del. (1987), “Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX)”. In: Fabris, Annateresa (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Edusp/Nobel.
- Brito, Marcelo. (1995), “Alternativas para a Revalorização de Centros Urbanos: de Olinda a Barcelona”. In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE.
- Burke, Peter. (2000), *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Caldeira, Teresa. (1997), “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. *Novos Estudos*, Cebrap, nº 47
- _____. (2000), *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- Canclini, Néstor García. (1993), *El Consumo Cultural en México*. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- _____. (1996), *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- _____. (1997), *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp.
- Carvalho, José Murilo. (1999), *Os Bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Carvalho, Marcus J.M. (1999), “Recife, controles e contrastes (1822-1856)”. In: Soller, M.A. & Matos, M.I.S. (orgs). *A cidade em debate*. São Paulo, Olho D’água.
- Castells, Manuel. (1983), *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- _____. (1999), *A Sociedade em Rede*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Cavalcanti, Vanildo Bezerra. (1977), *Recife do Corpo Santo*. Recife, PMR.

- Chauí, Marilena. (1992), “Política cultural, cultura e patrimônio”. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*, São Paulo: DPH.
- _____. (1999), “Ideologia neoliberal e universidade”. In: Oliveira, F. & Paoli, M.C. (orgs) *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes.
- Choay, Françoise. (1992), *L'allégorie du Patrimoine*. Paris, Éditions du Seuil.
- Cohn, Gabriel. (1987), “Concepção Oficial de Cultura e Processo Cultural”. IPHAN, *Revista do Patrimônio*, no. 22
- _____. (1993), A Teoria da Ação em Habermas. In: Carvalho, M.C.B. *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo, Cortez.
- _____. (2000), “Tocqueville e Weber, duas vocações”. In: Avritzer, L. & Domingues, J. M. *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Minas Gerais, Editora UFMG.
- Costa, Sérgio. (1997), “Contextos da construção do espaço público no Brasil”. *Novos Estudos*, Cebrap, nº 47
- _____. (1997-b), “Movimentos Sociais, democratização e a construção das esferas públicas locais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 35.
- Costa, Pereira da (1985), *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarpe.
- Coulanges, Fustel de. (1998), *A Cidade Antiga*. São Paulo, Martins Fontes.
- Coutinho, Carlos Nelson. (1980), *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo, Livraria Ciências Humanas.
- Centro de Pesquisas Urbanas. (1985), *Quando a casa vira rua: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Coord. Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel. São Paulo, Projeto.
- Cruz, Rita de Cássia. (2000), *Política de Turismo e Território*. São Paulo, Ed. Contexto.
- Dagnino, Evelina. (1994), “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: Dagnino, Evelina (org) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1998), “Culture, Citizenship and Democracy: Changing Discourses and Practices of the Latin American Left”. In: Alvarez, S. et all. *Cultures of Politics, Politics of Cultures*. Oxford, WestviewPress.

- Daou, Ana Maria. (2000), *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Da Matta, Roberto. (1997), *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Dantas, Leonardo. (1999), "Recife, História de um Bairro". In: Processo nº .1168-T-85/IPHAN, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco. Arquivo Noronha Santos, IPHAN.
- Davis, Mike. (1993), *Cidade de Quartzo*. São Paulo, Scritta.
- De Certeau, Michel. (1994), *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, vozes.
- De Certeau, Michel e et all. (1998), *A invenção do Cotidiano*. 2. *Morar, cozinhar*. 2 ed, Petrópolis, vozes.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. (1997), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo, Editora 34.
- Derenji, Jussara da S..(1987), "Arquitetura Eclética no Pará". In: Fabris, Annateresa (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Edusp/Nobel.
- Durham, Eunice. (1984), "Movimentos Sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos*, Cebrap, nº 10, outubro.
- _____. (1984), "Texto II". In: Arantes, Antonio A (org). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- Elias, Norbert. (1998), *O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor
- Evers, Tilman. (1984), "Identidade: a face oculta dos movimentos sociais". *Novos Estudos Cebrap*, nº 4.
- Fabris, Annateresa. (2000), *Fragmentos Urbanos: representações culturais*. São Paulo, Studio Nobel.
- Falcão, J. A . (1984), Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Micelli, S. (org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difel.

- _____. (1999), “Parecer”. In: Processo nº.1168-T-85/ IPHAN, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.
- Featherstone, Mike. (1995), *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.
- _____. (1997), *O Desmanche da Cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo, Studio Nobel.
- Fenelon, Déa Ribeiro. (1992), Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*, São Paulo, DPH.
- Fernandes, Ana et all. (1995), “Operação pelourinho: o que há de novo, além das cores ?” In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE.
- Fernandes, Florestan. (1981), *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3 ed, Rio de Janeiro, Zahar.
- Finguerut, Sílvia. (1995), “Cores da Cidade – Os Casos do Rio de Janeiro e Recife”. In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE.
- Finley, Moses I. (1994), *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo, Martins fontes.
- Fonseca, Maria Cecília Londres. (1997), *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de janeiro, Editora UFRJ/ MinC - IPHAN.
- Fortuna, Carlos. (1997), “Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora”. In: Fortuna, C. (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- _____. (1998), “Las ciudades y las identidades: patrimonios, memorias y narrativas sociales”. *Alteridades*, nº 16.
- _____. (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*. Oeiras, Celta.
- Frangella, Simone M. (2000), “Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua., *Cadernos Pagu: corporificando gênero*, (14). Campinas, Revista do Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU.
- Freitas, Marcelo de Brito A .P. (1992), “Dos Monumentos Arquitetônicos aos Sítios Históricos Urbanos: um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos do Brasil”. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife, UFPE.

- Freyre, Gilberto. (1961) *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*. 3 ed, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- _____. (1979), *Oh de Casa!* Recife, Editora Artenova.
- _____. (1992), *Casa Grande & Senzala*. São Paulo, Record.
- _____. (1996), *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Record.
- Frúgoli, Heitor. (2000), *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Ed. Cortez/EDUSP.
- Furtado, Celso. (1987), *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional.
- Galvão, Sebastião de Vasconcelos. (1921), *Diccionario Chronographico e Estatístico de Pernambuco*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Gama, José Bernardo Fernandes. (1977), *Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Precedida de um ensaio topographico-histórico*. Vol. 1, Recife, Secretária da Justiça e Arquivo Público Estadual.
- Gellner, Ernest. (1981), *Nacionalismo e Democracia*. Brasília, Editora UnB.
- Giddens, Anthony. (1985), *The Nation-state and Violence*. Cambridge: Politty Press.
- _____. (1991), *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Ed. Unesp..
- _____. (1997), “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: Giddens et all. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Ed. Unesp.
- Goldman, Márcio. (1999), *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Gomes, Geraldo. (1987), “Arquitetura Eclética em Pernambuco”. In: Fabris, Annateresa (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Edusp/Nobel.
- _____. (1995), “Porque o Bairro do Recife”. In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE.
- Gottdiener, Mark. (1997), *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, Edusp.
- Guattari, Félix. (1985), “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade”. *Espaço e Debates*, 16.

- Guibernau, Montserrat. (1997), *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Gulick, John. (1998), "The Disappearance of Public Space: an Ecological Marxist and Lefebvrian Approach". In: Andrew, L. & Smith, J.M. (orgs). (1998), *The Production of Public Space*. New York, Rowman & Littlefield Publishers.
- Gupta, Akhil & Ferguson, James. (1992), "Beyond Culture: space, identity and the politics of difference". *Cultural Anthropology*, v.7, nº1, Washington: American Anthropological Association.
- Habermas, Jürgen.(1985), *Consciência Moral y Acción Comunicativa*. Barcelona, Ediciones Península.
- _____. (1990), *Teoria de la Acción Comunicativa*. Buenos Aires, Taurus.
- _____. (1995), "O Estado-nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização". *Novos Estudos Cebrap*, nº 43.
- _____. (1996), *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- _____. (1997), "The Public Sphere". In: Goodin, R. & Pettit, P. (orgs). *Contemporary Political Philosophy*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers.
- _____. (1998), *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Massachusetts, The MIT Press.
- _____. (2000), *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- Hall, Stuart. (1995), *A Questão da Identidade Cultural*. Campinas, IFCH-UNICAMP.
- Held, David. (1991), "A democracia, o Estado-nação e o sistema global". CEDEC, *Lua Nova*, nº 23.
- Harvey, David. (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- Hobbes, Thomas. (1993), *De Cive*. Petrópolis, Vozes.
- Hobsbawm, E. & Ranger, T. (1997), *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hogan, Daniel Joseph. (1992), "Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras". In: Hogan, D.J. & Vieira, P. F. *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (1983), *Raízes do Brasil*. 16 ed, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.

- Holston, James. (1993), *A Cidade Modernista*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Horkheimer, Max & Adorno, Theodor. (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
-
- _____. (2000), “A indústria Cultural: o iluminismo como mistificação de massa”. In: Lima, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo, Paz e Terra.
- Ianni, Octavio. (1992), *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense.
- Jameson, Fredric. (1997), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática.
- Jelin, Elizabeth. (1996), “Cidadania e Alteridade”. In: Arantes, Antonio (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n° 24.
- Kilian, Ted. (1998), “Public and Pivate, Power and Space”. In: Andrew, L. & Smith, J.M. (orgs). (1998), *The Production of Public Space*. New York, Rowman & Littlefield Publishers.
- Kohn, Hans. (1963), *A Era do Nacionalismo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Kowarick, Lúcio. (2000), *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34.
- Lacarrieu, Mónica. (s/d), “El dilema de lo local y la production social de la feudalizacion”. (mimeo).
- Laclau, Ernesto. (1993), “Universalismo, Particularismo e Questão de Identidade”. *Novos Rumos*, Instituto Astrojildo Pereira, n° 21.
- Lafetá, João Luiz. (2000), *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34
- Lash, Scott. (1997). “A reflexidade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade”. In: Beck, Ulrich et all. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Ed.Unesp.
- Leal, Suely. (1995), “Condicionantes Políticos das Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas”. In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 1995.
- Lefebvre, Henri. (1974), *La Production de L'espace*. Paris, Éditions Anthropos.

- Lemos, Carlos. (1987), "Ecletismo em São Paulo". In: Fabris, Annateresa (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Edusp/Nobel.
- Leite, Rogerio Proença. (1995), *A dupla face do nacionalismo*. Recife, Ed.UFPE.
- _____. (1995-b), "Cultura Popular: algumas considerações teóricas". UFS/CESESP, *Revista Movimentos*, nº. 1/julho.
- _____. (1998), "A nação como sistema e os novos nacionalismos". CEDEC, *Lua Nova*, nº44.
- Lira, José Tavares Correia de. (1999), "O urbanismo e seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)". *Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, Maio.
- Locke, John. (1994), *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis, Vozes.
- Lubambo, Cátia Wanderley. (1991), *O Bairro do Recife: entre o corpo santo e o marco zero*. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Machado, José Pedro. (1959), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. V. II. São Paulo, Editorial Confluência.
- Magalhães, Aloísio. (1985), *E Triunfo ? a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Magnani, José Guilherme C. (1993), "A rua e a evolução da sociabilidade". Museu Paulista da Universidade de São Paulo, *Cadernos de História de São Paulo*, vol. 2, janeiro-dezembro.
- _____. (1998), *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Hucitec/Unesp.
- Maffesoli, Michel. (1998), *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Martín-Barbero, Jesús. (2000), "Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. In: Hollanda, H.B. & Resende, B. *Artelatina: cultura, globalização e identidades contemporâneas*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora.
- _____. (2000), "O medo da mídia – Política, televisão e os novos modos de representação". In: Dowbor, Ladislau et al. *Desafios da Comunicação*. Petrópolis, Vozes.

- Martins, José de Souza. (2000), *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo, Hucitec.
- Martins, Paulo César Garcez. (1999), “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil.. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras.
- Massey, Doreen. (1994), “The Global Sense of Place”. In: _____. *Space, place and gender*. Oxford, Polity.
- Melo, José Antônio Gonsalves de. (1947), *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro.
- Mello, Mario. (1933), “Os Pelourinhos no Recife”. *Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano*. Vol XXXI, nº. 147-150, Imprensa Oficial.
- Mello, Evaldo Cabral de. (1997), *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- Menezes, Lená Medeiros. (1999), “Nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais (RJ 1902-1906)”. In: Soller, M.A. & Matos, M.I.S. (orgs). *A cidade em debate*. São Paulo, Olho D’água.
- Menezes, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2000), “Valor Cultural, Valor Econômico: encontros e desencontros”. *Seminário Internacional História e Energia*. São Paulo, Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo.
- Mommaas, Hans. (1997), “Modernidade, Globalização e Crise do Modernismo Social: fragmentação urbana em Tilburg”. In: Fortuna, Carlos (org) *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- Montenegro, Antonio Torres et all. (1989), *Bairro do Recife; porto de muitas histórias*. Recife, Gráfica Recife.
- Motta, Lia. (1987), “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. IPHAN, Revista do Patrimônio, no.22.
- _____. (1998), “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. Campinas, Relatório de pesquisa/Fundação Rockefeller, UNICAMP.
- Munford, Lewis. (1998), *A Cidade na História*. São Paulo, Martins Fontes.
- O’Donnell, Guillermo. (1989), “Privatization de lo Público en el Brasil: microescenas”. *Nueva Sociedad*, 104.

- Orlandi, Eni P. (1999), "N/O limiar da Cidade". *Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade* – Unicamp.
- Orlando, Artur. (1908), *Porto e Cidade do Recife*. Pernambuco, Typographia do Jornal do Recife.
- Oliveira, Francisco de. (1994), "Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 25.
- _____. (1999), "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". In: Oliveira, F. & Paoli, M.C. (orgs), *Os Sentidos da Democracia. políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes.
- Oliveira, Marcelo A Nahuz. (1998), "Avenida Paulista: a produção contemporânea de uma paisagem de poder". Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia, UNICAMP.
- Oliveira, Roberto Cardoso de. (2000), *O trabalho do antropólogo*. São Paulo, Unesp.
- Ortiz, Renato. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- Outtes, Joel. (1997), *O Recife: gênese do urbanismo 1927-1943*. Recife, Massangana.
- Paoli, Maria Célia. (1982), "Violência e Espaço Civil". In: Da Matta et all. *Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1989), "Trabalhadores e Cidadania: Experiência do mundo público da história do Brasil moderno". USP, *Estudos Avançados*, vol 3, nº. 7.
- _____. (1992), "Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária". In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*, São Paulo: DPH.
- _____. (1999), "Introdução e apresentação". In: Oliveira, F. & Paoli, M.C. (orgs) *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, vozes.
- Paoli, Maria C. & Telles, Vera. (1998), "Social Rigths: Conflicts and Negotiations in contemporary Brazil". In: Alvarez, S. et all. *Cultures of Politcs, Politcs of Cultures*. Oxford, WestviewPress.
- Parsons, Talcott. (1967), *The Strutcture of Social Action*. New York, The Free Press.
- _____. (1968), *Social Systems and The Evolution of Action Theory*. New York, The Free Press.

- Peixoto, Nelson Brissac. (1999), “Intervenções Urbanas”. *Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – Unicamp*.
- Peixoto, Paulo J. M. (1997), “Imagens e usos do patrimônio urbano no contexto da globalização”. Coimbra, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Pellegrino, Pierre et all. (1991), “Espace public et figures du lien social”. *Espaces et Sociétés*, n° 62-63
- Perrin, Jean-Bernard. (1980), “O exemplo francês da proteção, do remanejamento e da valorização do patrimônio histórico urbano”. In: MEC-SPHAN-Pró-Memória. *Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos: análise face à experiência francesa*. Brasília, IPHAN.
- Perruci, Gadiel. (1978), *A República das Usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Pierucci, Antonio Flávio. (1999), *Ciladas da Diferença*. São Paulo, Editora 34.
- Pinho, Osmundo S. de Araujo. (1997), “Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador”. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia - UNICAMP.
- Pinto, Estevão. (1922), *Pernambuco no Século XIX*. Recife, Imprensa Industrial.
- Prado Jr, Caio. (1996), *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo, Brasiliense.
- Rabello, Sylvio. (1979), *Tempo ao tempo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Rancière, Jacques. (1996), *O Desentendimento*. São Paulo, Editora 34.
- Robertson, Roland. (1994), “Mapeamento da condição global: globalização como conceito central”. In: Featherstone, Mike (org) *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes
- Rocha, Tadeu. (1959), *Roteiros do Recife (Olinda e Guararapes)*. Recife, Gráfica Ipanema.
- Rodrigues, Marly. (1994), “Alegorias do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987”. Campinas, Tese de Doutorado em História - UNICAMP.
- Rodrigues, Nina. (1988), *Os africanos no Brasil*. Brasília, Unb.
- Romero, Silvio. (1980), *História da Literatura Brasileira*. 7 ed, Rio de Janeiro, José Olympio.

- Rubem, Guilherme Raul. (1987), *O que é nacionalidade*. São Paulo, Brasiliense.
- Rubino, Silvana. (1992), “As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968”. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia, IFCH - UNICAMP.
- Rousseau, Jean-Jacques. (1995), “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”. In: _____. *O Contrato Social e Outros Escritos*. São Paulo, Cultrix.
- Sales, Teresa. (1994), “Raízes da desigualdade na cultura política brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 25.
- _____. (1999), *Brasileiros longe de casa*. São Paulo, Editora Cortez.
- Salgueiro, Heliana Angotti. (1987), “O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930”. In: Fabris, Annateresa (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Edusp/Nobel.
- Sant’Anna, Márcia. (1999), “Patrimônio Imaterial”. In: IPHAN/MINC. *Notícias do Patrimônio*. Brasília.
- Santos, Boaventura de Souza. (1994), “Modernidade, identidade e cultura de fronteira”. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.5 nº 1-2.
- _____. (1997), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Editora Cortez.
- _____. (1999), “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”. In: Oliveira, F. & Paoli, M.C. (orgs) *Os Sentidos da Democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes.
- Santos, Mariza Veloso Motta. (1992), “O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970”. Brasília, Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília.
- _____. (1996), “Nasce a Academia SPHAN”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24.
- Santos, Milton. (1996), *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. (1979), *Cidadania e Justiça*. Editora Campus.
- Sassen, Saskia, (1998), *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo, Studio Nobel.

- Schechner, Richard. (1993), *The Future of Ritual*. Londres e Nova York, Routledge.
- Schorske, Carl E..(1990), *Viena fin-de-siècle. Política e Cultura*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Segawa, Hugo. (2000), *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- Sennett, Richard. (1975), *Vida Urbana e Identidad Personal: los usos da desordem*. Barcelona, Ediciones Península.
- _____. (1998), *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Sette, Mário. (1948), *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Rio de Janeiro, Livraria-editora Casa do Estudante do Brasil.
- Sevcenko, Nicolau. (1999), “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Joaquim Norberto de Souza e. (1986), *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*. São Paulo, IPE-USP.
- Simmel, Georg. (1986), *Sociologia 2: Estudios sobre las formas de socialización*. Madri, Alianza Universidad.
- _____. (1997), “A metrópole e a vida do espírito”. In: Fortuna, Carlos (org) *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- _____. (1998), “O conceito e a tragédia da cultura”. In: Souza, J. & Oélze, B. *Simmel e a modernidade*. Brasília, UnB.
- Siqueira, Antonio Jorge. (1996), Exposição no Seminário “Pernambucanidade: o desafio de renovar-se”. Recife, TGI/Jornal do Commercio.
- Sitte, Camillo (1992), *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, Ática.
- Smith, Anthony. (1986), *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford, Blackwell.
- _____. (1991), *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

- Smith, Neil. (1988). *Desenvolvimento Desigual. Natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand.
- _____. (1996), *The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city*. London and New York, Routledge.
- _____. (1997), "Contours of a Spatialized Politics: homeless vehicles and the production of geographical scale". *American Studies*, Kansas, University of Kansas.
- Sobrinho, Barbosa Lima. (1998), "Depoimento". In: Processo n°.1168-T-85/ IPHAN, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco. Fl.362.
- Soja, Edward W. (1993), *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Souza, Jessé. (2000), *A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora UnB.
- Tambiah, Stanley J. (1997), "Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 34: 05-24.
- Tassin, Etienne. (1991), "Espace commun ou espace public ? L'antagonism de la communauté et de la publicité". *Hérmes 10: Espaces Publics, Traditions et Communautés*.
- Teles, Gilberto Mendonça. (1982), *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes.
- Teles, José. (2000), *Do Frevo ao Manguebeat*. São Paulo, Editora 34.
- Telles, Vera. (1992), "A Cidadania Inexistente: incivilidade e pobreza". São Paulo, Tese de Doutorado/Departamento de Sociologia, USP.
- _____. (1994), "Sociedade civil e a construção dos espaços públicos". In: Dagnino, Evelina (org) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Turner, Victor. (1967), *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- _____. (1974), *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca & Londres, Cornell University Press.
- _____. (1982) *From Ritual to Theater*. New York, Performing Arts Journal Publications, 1982.

- Vainer, Carlos B. (2000), "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento". In: Arantes, O., Vainer, C. & Maricato, E. *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis, Vozes.
- Virilio, Paul. (1993), *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- Wätjen, Hermann. (1938), *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Wallerstein, Immanuel. (1994), "A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno". In: Featherstone, Mike (org) *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes.
- Weber, Max. (1984), *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1987), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5ª ed, São Paulo, Pioneira.
- Weffort, Francisco. (1984), *Porque Democracia ?* São Paulo, Brasiliense.
- Williams, Raymond. (1992), *Cultura*. São Paulo, Paz e Terra.
- Woodward, Kayhyn. (2000), "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tadeu Tomaz (org.). *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes.
- Zancheti, Silvio Mendes. (1995), "Revalorização de Áreas Centrais – A Estratégia do Bairro do Recife". In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE.
- Zanchetti, S. M. & Lacerda, Norma. (1998), "Desempenho do Plano de Revitalização do Bairro do Recife". In: Zanchetti, S et al. *Revitalização do Bairro do Recife: Plano, Regulação e Avaliação*. Centro de Conservação Integrada Urbana e territorial, Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, UFPE.
- Zukin, Sharon. (1995), *The Cultures of Cities*. Cambridge, Massachusetts, Blackweell.
- _____. (2000), "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder In: Arantes, Antonio (org) *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus.
- _____. (2000-b). "Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano". In: Arantes, Antonio (org) *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papirus.

Documentos:

Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - AD/DIPER .(1992), *Plano de Revitalização - Bairro do Recife*. Planejamento Urbano e Economia vol.1, Recife.

BID, *Program to Preserve Urban Historical and Cultural Heritage*, Projeto nº. BR-0261.

Diretoria Geral de Estatística. (1901), *População Recenseado em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, Officina de Estatística.

Diretoria Geral de Estatística. (1925), *Synopse do Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

Diretoria Geral de Estatística. (1928), *Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920*. Volume VI (2ª parte). Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

Diretoria Geral de Estatística. (1928), *Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920*. Volume IV (6ª parte): *Estatística Predial e Domiciliária do Brazil*. Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

FUNDARPE. (1999), *Pernambuco: viagem à estética do tempo*. Recife, Fundarpe.

IBGE. (1983), *Censo Demográfico 1980*. Rio de Janeiro, IBGE.

Inspectoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, 1923. In: *Livro do Nordeste*. Edição comemorativa do primeiro centenário do diário de Pernambuco 1825-1925. Recife, Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925.

IPHAN. (1999), “Processo nº.1168-T-85/ IPHAN, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco”. Rio de Janeiro, IPHAN, Arquivo Noronha Santos.

IPHAN/MINC. (1999), *Notícias do Patrimônio*. Brasília.

Juizado da Infância e da Juventude. Portaria Conjunta nº 002/99, de 25 de Novembro de 1999. Diário Oficial de Pernambuco.

Legião Assistencial do Recife. (1999), *Projeto Bairro do Recife*. Recife, Mimeo.

- Memória em Movimento. (1989), *Relatório de Atividades*. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife.
- Ministério da Cultura. *Programa Monumenta*. Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, s/d.
- Ministério da Cultura, Portaria n°.263 de 23 de julho de 1998, do Ministro Francisco Weffort, publicado em Diário Oficial da União em 24 de julho de 1998.
- Ministério da Cultura/IPHAN. (1995), *Cartas Patrimoniais*. MinC-IPHAN, Brasília.
- Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. (1973), *Anais do II Encontro de Governadores*. Rio de Janeiro, Depto. de assuntos Culturais – MEC.
- Ministério da Educação e Cultura /SPHAN/Pró-Memória. (1980), *Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos: análise face à experiência francesa*. Brasília.
- Ministério da Educação e Cultura. (1980), *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, SPHAN/Pró-Memória.
- Patrimônio histórico e artístico nacional. (1967), *Legislação brasileira de proteção aos bens culturais*. Ministério da Educação e Cultura/DPHAN.
- Prefeitura da Cidade do Recife /DPSH. (1987), *Plano de Reabilitação do Bairro do Recife*. Recife.
- Prefeitura da Cidade do Recife. (1981), *reservação de Sítios Históricos*. Recife.
- Prefeitura da Cidade do Recife/ PCR/URB/ERBR/LAR. (1999), *Projeto de Capacitação Brigada Jovem/Guia Mirim*. Recife, PCR/ERBR.
- Pesquisa Sócio-Econômica Comunidade Nossa Senhora do Pilar/ Empresa de Urbanização do Recife/ Diretoria de Integração Urbanística/ Divisão de Pesquisa e Acompanhamento. Recife, abril/98.
- PCR/URB/ERBR. (1998), *Revitalização do Bairro do Recife. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – “Dentro de Portas”*. Recife.
- PCR/URB/ERBR. (1998), *Fórum Bairro do Recife*. Recife.
- PCR/URB/DPE. (1997), *Bairro do Recife: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano/Programa MINC/IPHAN/BID*. Recife,

Recenseamento Geral do Império , 1872 (Arquivo do Nepo-Unicamp).

SPHAN, Decreto-lei n ° 25, de 30 de dezembro de 1937.

SEPLAN-URB. *Perfil do Bairro do Recife*. Recife, 1997.

URB/DIUR/DPA. *Perfil do Público-alvo do Bairro do Recife*. PCR, Recife, 2000.

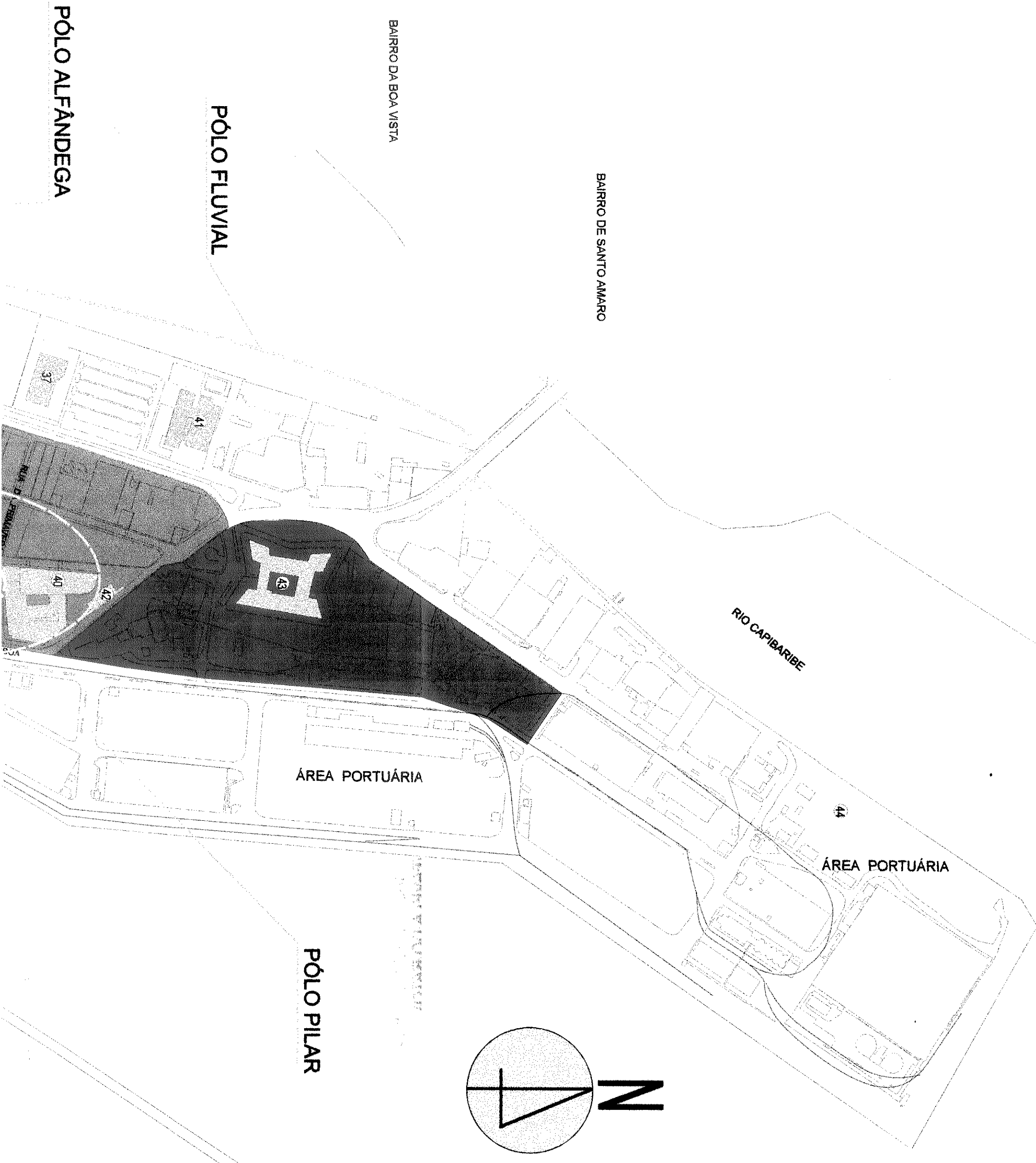
URB/DIUR/DPA. *Perfil do Público-alvo: Pólo Moeda*. Recife. PCR, Recife, 2000-b.

URB/DIUR/DPA. *Perfil do Público-alvo: Pólo Alfândega*. PCR, Recife, 2000-c.

URB/DIUR/DPA. *Perfil do Público-alvo: Pólo Bom Jesus*. PCR, Recife, 2000-d.

8 Anexo
Mapa do Bairro do Recife

MAPA DO BAIRRO DO RECIFE



ESCALA APROXIMADA 1:5.000

PÓLO MOEDA

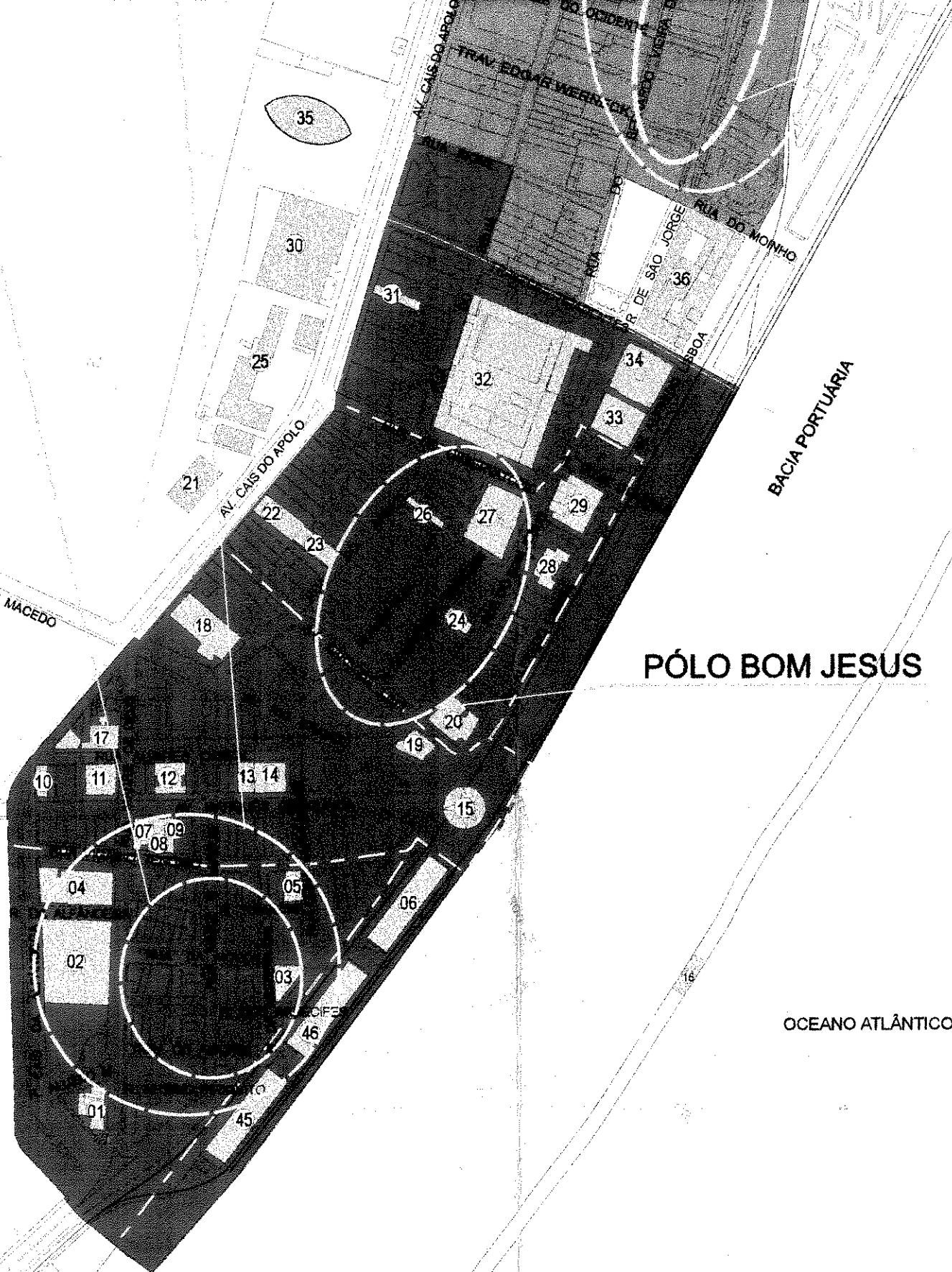
BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO

RIO CAPIBARIBE

PONTE BUARQUE DE MACEDO

PONTE MAURÍCIO DE NASSAU

PONTE GIRATÓRIA



LOCALIDADES EM DESTAQUE

- 01-EDIFÍCIO POTY
- 02-PRÉDIO DA ALFÂNDEGA
- 03-ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO
- 04-IGREJA DA MADRE DE DEUS
- 05-JORNAL FOLHA DE PERNAMBUCO
- 06-TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS
- 07-BANCO ITAÚ
- 08-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- 09-BANCO BBC
- 10-BANCO BBV
- 11-CORREIOS
- 12-BANCO BANDEIRANTES
- 13-BANCO BRADESCO
- 14-BANCO CITYBANK
- 15-MARCO ZERO
- 16-PARQUE DE ESCULTURAS
- 17-BANCO BANDEPE
- 18-BANCO DO BRASIL
- 19-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
- 20-BOLSA DE VALORES
- 21-ANEXO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
- 22-TEATRO HERMILO BORBA FILHO
- 23-TEATRO APOLO
- 24-SINAGOGA
- 25-POLÍCIA FEDERAL
- 26-UNIDADE DE SERVIÇO
- 27-PRAÇA ARTUR OSCAR (ARSENAL DA MARINHA)
- 28-ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
- 29-TORRE MALAKOFF
- 30-CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- 31-POSTO DE SERVIÇO DO BANCO DO BANDEPE (POSTÃO)
- 32-CAPITANIA DOS PORTOS
- 33-RECEITA FEDERAL
- 34-SECRETARIA DA FAZENDA
- 35-TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
- 36-MOINHO RECIFE
- 37-TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
- 38-IGREJA DO PILAR
- 39-ESCOLA DO PILAR
- 40-FÁBRICA PILAR
- 41-PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
- 42-ESTAÇÃO DO BRUM
- 43-TORRE DE SÃO BATISTA DO BRUM
- 44-CRUZ DO PATRÃO
- 45-ARMAZÉM 14/ TEATRO DO ARMAZÉM
- 46-ARMAZÉM 13

--- Limite do polígono dos subnúcleos
 --- Limite do polígono do núcleo de tombamento
 --- Linha Férrea

- ☐ SETOR DE CONSOLIDAÇÃO URBANA
- ☒ SETOR DE RENOVACÃO
- ☒ SETOR DE INTERVENÇÃO CONTROLADA

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS:
 MAPA BASE BAIRRO DO RECIFE/EMPRESA DE URBANIZAÇÃO
 DO RECIFE/URB

ESTE MAPA É PARTE INTEGRANTE DA TESE DE DOUTORADO: ESPAÇO PÚBLICO E
 POLÍTICA DOS LUGARES (IFCH-UNICAMP), DE ROGERIO PROENÇA LEITE.
 PROIBIDA A REPRODUÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR.